

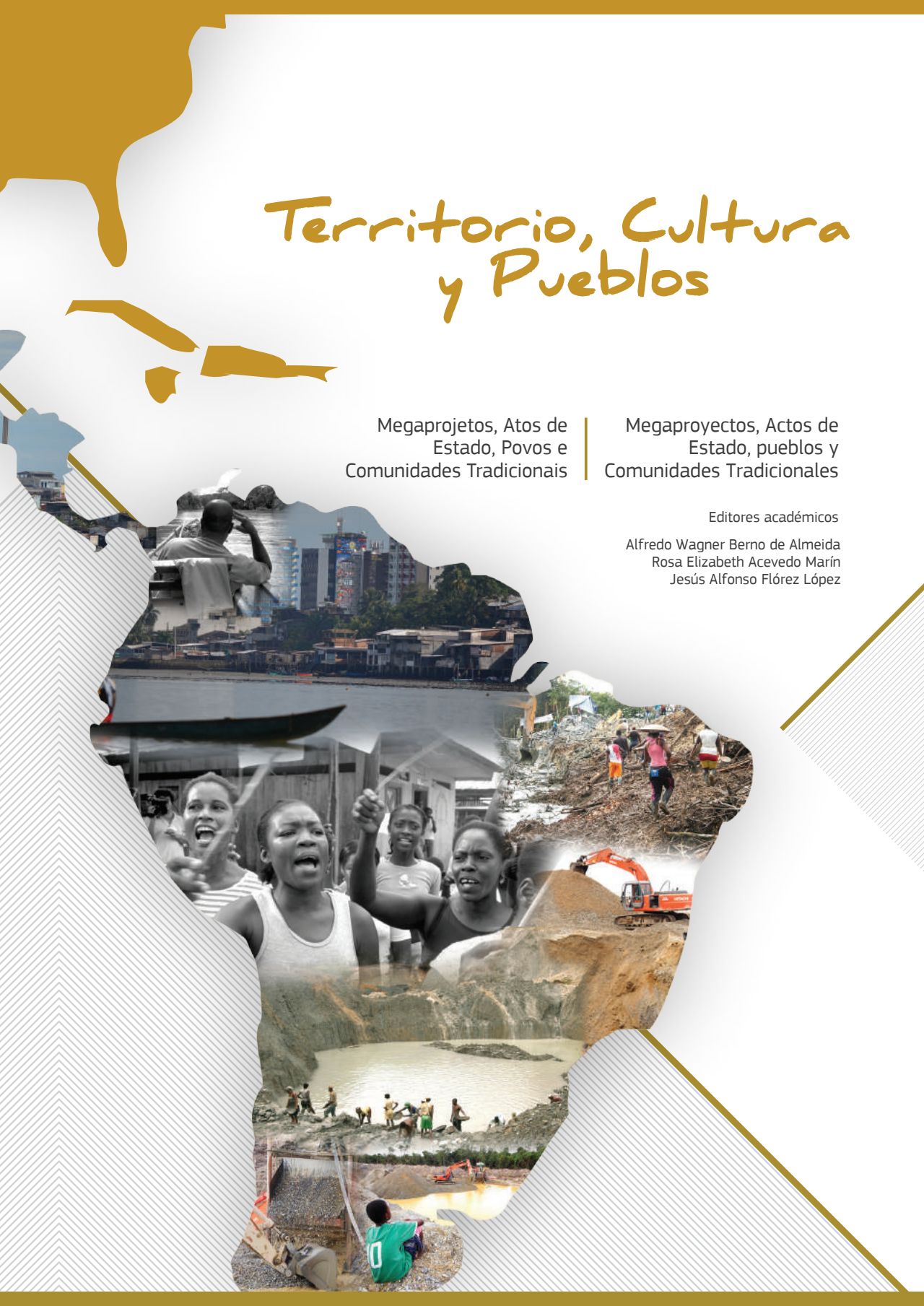
# Territorio, Cultura y Pueblos

Megaprojetos, Atos de  
Estado, Povos e  
Comunidades Tradicionais

Megaproyectos, Actos de  
Estado, pueblos y  
Comunidades Tradicionales

Editores académicos

Alfredo Wagner Berno de Almeida  
Rosa Elizabeth Acevedo Marín  
Jesús Alfonso Flórez López



# Territorio, Cultura y Pueblos

Megaproyectos, actos de estado,  
pueblos y comunidades tradicionales

Megaprojetos, atos de estado,  
povos e comunidades tradicionais

## **Editores académicos**

Alfredo Wagner Berno de Almeida  
Universidade Estadual do Maranhão

Rosa Elizabeth Acevedo Marín  
Universidade Federal do Pará

Jesús Alfonso Flórez López  
Universidad Autónoma de Occidente

Megaproyectos, actos de Estado, pueblos y comunidades tradicionales. II seminario internacional = Megaprojetos, atos de estado, povos e comunidades tradicionais / Alfredo Wagner Berno de Almeida, Karen Johanna Restrepo Medina, Emmanuel de Almeida Farias Júnior, Anna Carollina da Silveira Frazão, [y otros].-- Primera edición.-- Cali: Programa Editorial Universidad Autónoma de Occidente, 2020. 711 páginas, ilustraciones.

Contiene referencias bibliográficas.

ISBN: 978-958-619-039-8

1. Sociología. 2. Medio ambiente. 3 Desarrollo social. 4. Proyectos desarrollo económico. 5. Luchas sociales. I. Uribe Castro, Hernando II. Universidad Autónoma de Occidente

307.72- dc23

#### **Autores ©**

Alfredo Wagner Berno de Almeida  
Karen Johanna Restrepo Medina  
Emmanuel de Almeida Farias Júnior  
Anna Carollina da Silveira Frazão  
Ana Beatriz Melo Gomes  
Célia Brenda Lima Fernandes  
Geovana Alves Rocha  
Heloana Karla de Amorim Reinaldo  
Suelém Sousa dos Santos  
Patrícia Maria Portela Nunes  
Cynthia Carvalho Martins  
Paulo Rogerio Gonçalves  
Hernando Uribe Castro  
Eliana Teles  
Nelson Ramos Bastos  
Filipe da Cunha Gomes  
Nirvia Ravena  
Pedro Pablo Cardozo  
Rosa Elizabeth Acevedo  
Fernanda da Silva de Andrade Moreira

Carmen Cecilia Rivera  
Luis Germán Naranjo  
Cristina da Costa Bezerra  
Elielson Pereira Da Silva  
Andréa Maria Narciso Rocha de Paula  
Felisa Anaya Cañado  
Adinei Almeida Crisóstomo  
Lilian Maria Santos  
Sérgio Leandro Sousa Neves  
María Ernestina Garreta Chindoy  
James León Parra Monsalve  
Selma Solange Monteiro Santos  
Sheilla Borges Dourado  
Helciane de Fátima Abreu Araujo  
Arydimar Vasconcelos Gaioso  
Mariana Leal Conceição Nóbrega  
Jurandir Santos de Novaes  
Horacio Usquiario  
Diego Armando Burgos Salamanca  
Felipe Pereira Jucá

Julieni Pereira dos Santos  
Whodson Silva  
Vânia Fialho  
Tomas Paoliello Pacheco de Oliveira  
Luciana Railza Cunha Alves  
Christiane de Fatima Silva Mota  
Gerson Carlos Pereira Lindoso  
Tacilvan Silva Alves  
Dayanne da Silva Santos  
Joércio Pires da Silva  
Pedro Rapozo  
Reginaldo Conceição da Silva  
Jucimeire Rabelo Moreira  
Maria del Carmen Muñoz Millán  
Moisés do Carmo Conceição  
Murana Arenillas Oliveira  
Rosiane Pereira Lima  
Mônica Cortêz Pinto

ISBN epub: 978-958-619-039-8  
Primera edición, 2020

Gestión editorial  
Dirección de Investigaciones y Desarrollo Tecnológico  
**Alexander García Dávalos**

Jefe Programa Editorial  
**José Julián Serrano Q.**  
jjserrano@uao.edu.co

Coordinación editorial  
**Pamela Montealegre L.**  
pmontealegre@uao.edu.co

Diseño de portada  
**Alberto Castilla Araujo**

Corrección  
**Rosa Elizabeth Acevedo Marín**

Diagramación  
**Julian Torres**

El contenido de esta publicación no compromete el pensamiento de la Institución, es responsabilidad absoluta de sus autores.

Este libro no podrá ser reproducido por ningún medio impreso o de reproducción sin permiso escrito de las titulares del Copyright.

Elaborado en Colombia  
Made in Colombia

Personería jurídica, Res. No. 0618, de la Gobernación del Valle del Cauca, del 20 de febrero de 1970. Universidad Autónoma de Occidente, Res. No. 2766, del Ministerio de Educación Nacional, del 13 de noviembre de 2003. Acreditación Institucional de Alta Calidad, Res. No. 16740, del 24 de agosto de 2017, con vigencia hasta el 2021. Vigilada MinEducación.

# TABLA DE CONTENIDO

<b>INTRODUCCIÓN .....</b>	<b>9</b>
<b>HOMENAJE TEMÍSTOCLES MACHADO.....</b>	<b>11</b>
<b>MEGAPROYECTOS: INCONCLUSIÓN NO SIGNIFICA PARALIZACIÓN .....</b>	<b>15</b>
<b>MEGAPROJETOS: INCONCLUDENCIA NÃO SIGNIFICA PARALISAÇÃO .....</b>	<b>27</b>
<b>NUEVA CARTOGRAFÍA SOCIAL: LA VOZ DE LAS COMUNIDADES, LA EXPERIENCIA DE SUS LUCHAS Y LA ESPERANZA DE LA VIDA.....</b>	<b>37</b>
<b>“OBRAS DE INFRAESTRUTURA” E EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERÁRIOS: VIOLAÇÕES DE DIREITOS ÉTNICOS E CONFLITOS SOCIAIS.....</b>	<b>45</b>
Corredores logísticos e seus efeitos sociais sobre povos e comunidades tradicionais: uma aproximação entre Brasil (corredor Carajás) e Moçambique (corredor de Nacala).....	47
As chamadas ‘políticas energéticas’ como atos de intervenção: estratégias ambientais em colisão a direitos constitucionais de povos e comunidades tradicionais .....	72
<b>OS GRANDES EMPREENDIMENTOS, SEUS EFEITOS E OS PROCESSOS SOCIAIS DE MOBILIZAÇÃO .....</b>	<b>93</b>
Os Centros de Ciências e Saberes na Amazônia e as mobilizações de Povos e Comunidades Tradicionais.....	95
Os quilombolas do Tocantins e as pressões dos agronegócios.....	114
Construcción de un megaproyecto vial en el Valle del Cauca como ejemplo de un “Acto de Estado” y la respuesta comunitaria .....	131
Territórios em resistência: a cartografia social das ilhas do Baixo Tocantins na rota dos grandes empreendimentos.....	151

## **MEGAPROJETOS E AGROINDÚSTRIAS .....169**

Conflitos socioambientais mediante a ação da empresa de papel e celulose em Imperatriz, Maranhão ..... 171

A Cadeia de Alimentos na Amazônia: a quem serve a certificação?... 193

Imaginaris de naturaleza y conservación en la transformación del paisaje vallecaucano (1950 -1970)..... 214

Cali en el valle geográfico del río Cauca: entre la “modernización”, la agroindustria cañera y el proceso urbanizador desde el siglo XX..... 231

## **OS ATOS DE ESTADO, OS AGRONEGÓCIOS (PAPEL E CELULOSE, ÓLEOS VEGETAIS, DENDÊ, ACÁCIA MANGIUM), AS GRANDES PLANTAÇÕES, A PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E AS QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU.....271**

Entre a titulação e a grilagem: a construção de expectativas de direito como **“comunidade remanescente de quilombos”** em Tiquara .... 273

Regimén de veridicción, estados de dominación y gubernamentalidad bioeconómica de la palma de aceite en Brasil y Colombia..... 288

## **MEGAPROJETOS DE MINERAÇÃO E INFRAESTRUTURA: OS EFEITOS SOCIAIS SOBRE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.....321**

Entre ser e estar: Nova cartografia social no São Francisco mineiro .. 323

Bifurcações na Volta Grande do Xingu: povos e comunidades tradicionais e megaprojetos ..... 335

Aspectos socioambientales de la transformación del territorio indígena por la construcción de infraestructura vial en Mocoa, Putumayo ..... 367

Violência institucional e Estado empresarial: a criminalização dos garimpeiros e oficinas **participativas** do licenciamento ambiental do Projeto Volta Grande Xingu ..... 378

**OS MEGAEMPREENDIMENTOS E OS RECURSOS HÍDRICOS. AS  
USINAS HIDRELÉTRICAS, OS GRANDES CANAIS E SEUS EFEITOS....  
407**

Impactos ambientais e sociais nos corredores Carajás, Brasil e Lapsset,  
Quênia..... 409

Ação política dos povos e comunidades tradicionais afetados por  
megaempreendimentos na Amazônia maranhense (Brasil): discursos,  
tragédias e enfrentamentos do cotidiano..... 427

**CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E ETNIAS AMEAÇADAS PELOS  
MEGAPROJETOS. LEGISLAÇÃO E CONFLITO .....449**

Bolivia y las negociaciones en materia de derechos de propiedad  
Intelectual ..... 451

Tejiendo el vivir bien del pueblo Wounaan del Pacífico Colombiano.  
Proyecto educativo comunitario: aportes desde la cartografía social y la  
investigación participativa revalorizadora para la descolonización.... 462

Estado e pilhagem no Alto Rio Negro..... 491

Da violência aos dramas sociais: a instituição de Unidades de  
Conservação em territórios quilombolas no Rio Trombetas/PA..... 499

Existências e resistências: dinâmicas e tensões de povos tradicionais no  
campo do desenvolvimento energético no Sertão de Itaparica ..... 512

**MEGAPROJETOS, ESTRATÉGIAS E MOBILIZAÇÕES DOS  
“ATINGIDOS” .....531**

Processos econômicos, revitalização étnica e dinâmica territorial no  
sertão pernambucano ..... 533

Onde estão os Deuses? Reflexos do Estado nas relações de identidade e  
do território no Cajueiro-São Luís-Maranhão ..... 543

Práticas produtivas, saberes tradicionais e efeitos sociais de  
megaempreendimentos nas relações sociais de comunidades  
tradicionais em Alcântara .....560

“Vivemos sendo negociados”: território e resistência em Santa Rosa dos Pretos e comunidade tradicional do Cajueiro em meio a instalação de projetos desenvolvimentistas no Maranhão..... 577

Cartografias e territorialização dos conflitos socioambientais na tríplice fronteira amazônica Brasil, Colômbia e Peru..... 588

**GRANDES EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, QUESTÕES DE GÊNERO E NOVAS FORMAS POLITICO-ORGANIZATIVAS DE RESISTÊNCIA E LUTA .....597**

Mulheres Angoleiras: a Capoeira Angola como território de faz e narrativas femininas..... 599

Mujeres Nasa: Guardianas de resistencia..... 622

Conflito socioambiental em Baixa Grande, Alcântara – MA O CLA e suas representações..... 641

Mapas e croquis de povos e comunidades tradicionais atingidos por megaprojetos..... 664

**RESISTÊNCIAS CONSTRUÍDAS PELOS AFROCOLOMBIANOS EN COMUNAS Y BARRIOS CONTRA O MEGAPROJETO COMPLEXO PORTUARIO DE BUENAVENTURA, COLOMBIA .....677**







# INTRODUCCIÓN

La Universidad Autónoma de Occidente aceptó con mucho agrado servir de sede al “Segundo Seminario Internacional Megaproyectos, Actos de Estado, Pueblos y Comunidades Tradicionales”, evento que fue realizado en asocio con la Universidad del Estado de Maranhão, Universidade do Estado do Maranhão; la Universidad Federal del Amazonas, Universidade Federal do Amazonas; la Universidad del Estado de Amazonas, Universidade do Estado do Amazonas y el proyecto Nueva Cartografía Social de la Amazonia, Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

Este evento tuvo como propósito fomentar un amplio debate sobre la relación entre la implantación de megaproyectos en ámbitos como la minería, los agronegocios, la infraestructura y la logística, así como sus efectos socioambientales. Todo este panorama académico y reflexivo surge a partir del mapeo de las estrategias globalizadas de desarrollo, las cuales fueron ejecutadas simultáneamente en las Américas Central y del Sur, la India y África. A su vez, el Seminario resaltó la representación y el punto de vista de los propios pueblos y comunidades tradicionales que han sido afectadas por estos megaproyectos.

El ejercicio de diálogo e intercambio de investigaciones con actores sociales aportó a una mayor comprensión de las políticas de intervención de los Estados en los territorios de pueblos tradicionales; de este modo, se devela el propósito de las corporaciones al implementar el modelo extractivista, de grandes infraestructuras, en función del crecimiento del capital a costa del desconocimiento de los derechos de las comunidades.

Las ponencias han señalado elementos de comprensión de este complejo fenómeno a diversa escala, poniendo a dialogar los escenarios locales, donde se presentan los hechos y conflictos inmediatos, con los espacios nacionales de los Estados hasta llegar al entramado internacional.

Este texto es una expresión del pensamiento crítico frente a las diversas manifestaciones de la invasión de los territorios de los pueblos originarios, de los asentamientos tradicionales y sus respectivas formas de resistencia. Esperamos que los lectores puedan sacar provecho de estas reflexiones y profundicen las mismas para generar caminos de defensa y protección de los derechos de los pueblos.



# HOMENAJE TEMÍSTOCLES MACHADO

## Temístocles Machado Rentería

Líder Social y Defensor de Derechos Humanos

Presidente de Junta Comunal, Comuna 6

Barrios Isla de la Paz y la Cima

Buenaventura, Valle del Cauca

Profesión: Administrador de Empresas

Afrodescendiente

Temístocles Machado Rentería, líder social, defensor de Derechos Humanos, asesinado en la ciudad de Buenaventura el 27 de enero de 2018 (fotografía tomada de El País. Con fecha de 3/3/2018. <https://www.elpais.com.co/judicial/por-crimen-de-lider-temistocles-machado-capturan-a-tres-personas-en-buenaventura.html>).

Temístocles nació en Bagadó, Chocó, el 12 de diciembre de 1958. Llegó a la ciudad de Buenaventura entre finales de los 60' e inicios de los 70', su desplazamiento se dio por el contexto de violencia que ha marcado la región Pacífico. Al llegar a dicha ciudad, él y su familia se ubicaron en el barrio El Porvenir, comuna 6, dentro de la casa de sus abuelos, quienes fueron los primeros moradores y fundadores de lo que se conoce como el Oriente, Isla de la Paz y la Cima.

En cuanto a la composición de su familia, Machado tuvo 12 hijos como es propio de la cultura pacífica que configura la familia extensa y asegura la vida en el territorio a través de las generaciones. Desde la visión de Rodrigo, uno de sus hijos que sigue sus pasos de enseñanza en la comunidad, define a su padre como un hombre “amable, alegre, social, carismático, persistente en la lucha social y rumbero”.

Respecto a los estudios de este líder social, inició su ciclo de formación básica en el Instituto Técnico Industrial Gerardo Valencia Cano, allí aprendió a conocer el legado del obispo del pueblo, quién marcó su vida con el tema de la lucha por el territorio. Posteriormente, se graduó en el colegio Pascual de Andagoya, institución emblemática de la ciudad. Sus estudios superiores los realizó en la Universidad del Quindío con el pregrado de Administración de Empresas.

Su trayectoria profesional se desarrolló en la empresa pública Acuavalle, de la cual fue retirado cuando se privatizó. Por otra parte, en sus acciones de impacto social, fundó y ejerció como profesor en la Escuela ‘Mi retoñito’, obra que acompañó con su familia. También, fue presidente de Junta Comunal en varios periodos e integrante de la Comisión de Notables de la ciudad, éste último fue un espacio que le permitió relacionarse con personalidades como el Obispo Héctor Epalza Quintero, quien se convirtió en gran amigo y consejero.

Temístocles dedicó parte de su vida al trabajo social por la comunidad y a la defensa de los territorios ancestrales. Este último punto hace referencia a los lugares que eran construidos a pulso por medio de la ‘minga comunitaria’, una práctica solidaria que permitía no solamente la protección de sus tierras sino la configuración de los escenarios para el encuentro, la resolución de conflictos, la recreación, la cultura y el bienestar de todos.

Entre sus labores de liderazgo, se destaca su rol dentro de la Junta Comunal del Barrio Isla de la Paz, donde defendió a toda fuerza la protección de los espacios de uso común como las canchas, los parques para la recreación, el puesto de salud y la caseta comunal, esto, dado a que personas y empresas buscaron la manera de apoderarse de esas tierras para generar megaproyectos.

Otro rasgo del trabajo y esfuerzo de este hombre fue el archivo de Derechos Humanos que dejó plasmado en 90 mil folios, dando cuenta de ese ejercicio de defensa de la comunidad. Esta compilación se culminó en el 2016 y se alojó en 94 carpetas; conviene subrayar que este logro se alcanzó gracias al apoyo de la ‘Minga por la Memoria’, un espacio colectivo de memoria local, y el ‘Centro Nacional de Memoria Histórica, CNMH’, donde se logró digitalizar y proteger esta información.

Dicho lo anterior, en el archivo descrito se encuentran registradas múltiples acciones de corte político como pronunciamientos, memorias, actas de reuniones, reclamaciones por violación a los derechos humanos y por el respeto al territorio a entidades del Estado y organismos internacionales. De este modo, en aquellas páginas el lector puede toparse con documentos que relatan acciones jurídicas para restituir derechos sociales como el agua, el saneamiento básico, el alumbrado público, la carretera, la promoción de cultura con los jóvenes y niños, entre otros.

Si bien Temístocles se dedicó gran parte de su vida a la defensa de los derechos humanos, abarcando diferentes problemáticas como ello conlleva, su trabajo se destaca por adoptar conflictos relacionados con la reclamación y la protección de las tierras; esto, debido a que experiencias que tuvo con la comunidad donde residía, pues esas zonas estaban amenazadas por el auge de desarrollo de obras destinadas a infraestructura vial y megaproyectos portuarios. Una muestra clara de esta situación fue lo que sucedió con el proyecto de la vía interna alterna, una obra que culminó con la división de la comunidad y desde la perspectiva de los afectados, no les trajo mayores beneficios

Como resultado de su actividad, Machado, se convirtió en un referente local con incidencia pública, tanto en la ciudad como fuera de ella. Sus acciones para promover el respeto por los DDHH y el trabajo comunal lo llevaron a integrar varios espacios, entre ellos el Comité Interorganizacional que se estableció para la defensa de los territorios ganados al mar, donde hacían parte organizaciones como el Proceso de Comunidades Negras, PCN, la Asociación para la Investigación y Acción Social, Nomadesc, La Fundación Espacios de Convivencia y Desarrollo Social, Fundescodes; Sindicato Nacional de Trabajadores y Empleados Universitarios de Colombia, Sintraunicol, Movimiento Nacional de Víctimas de Crímenes de Estado, Movice, la fundación Transformando Mentes, la Corporación Centro de Pastoral Afrocolombiana de Buenaventura, Cepac; la Asociación de Terrenos Ganados al Mar y las Juntas de Acción Comunal de los barrios 'La Cima' e 'Isla de la Paz'.

El origen de esta alianza interinstitucional se estableció en el año 2009 con el propósito de defender, cuidar y proteger los territorios urbanos que venían siendo objeto de despojo sistemático tras la dinámica de expansión portuaria en Buenaventura. El accionar del comité se centró, en sus inicios, a tres casos de despojo en Buenaventura con las comunas 5 y 6, y la zona sur de la isla Cascajal

Para el período del 2009 hasta el 2018 el comité interorganizacional desarrolló acciones públicas y comunitarias para promover el respeto a la vida dentro de las comunidades y los territorios, fue así como hicieron presencia en foros como 'Marcando Territorio' e 'Impactos del Desarrollo' marchas y procesos jurídicos. A partir de esos movimientos en el ámbito jurídico, el comité realizó un convenio con la 'Clínica Jurídica de la Javeriana' para orientar y acompañar el litigio jurídico estratégico de la comuna 6 frente al despojo de tierras

Entre los proyectos desarrollados por el comité se puede destacar el campeonato ‘sácale tarjeta roja al despojo; nos la jugamos por el territorio’ realizado en el 2016 donde confluyeron más de 250 niños y niñas junto a sus entrenadores, líderes de los barrios y organizaciones sociales. Esta actividad pretendía brindar alternativas a los niños y jóvenes para que se empoderen y defiendan sus derechos colectivos étnicos territoriales.

Para el año 2017, en medio del paro cívico que se dio en Buenaventura entre 16 de mayo al 6 de junio, Temístocles lideró en su comuna el evento histórico más representativo de la lucha social pacífica en la ciudad, un acto que repercutó en un empoderamiento de la conciencia ciudadana hasta el día de hoy.

La historia de Temístocles Machado Rentería cesó el 27 de enero de 2018 cuando fue asesinado por sicarios frente a su casa, situación que conmovió al país y al mundo, pues el objetivo de esta pérdida era poner fin a la lucha social que se había emprendido en su comuna. Sin embargo, este acontecimiento llevó a sembrar la semilla más fuerte del movimiento, por ello, hoy miles de personas se reúnen en torno a sus enseñanzas y memoria histórica, respaldando su frase icónica, ***“porque esta tierra es nuestra, completamente nuestra”***.

# MEGAPROYECTOS: INCONCLUSIÓN NO SIGNIFICA PARALIZACIÓN

Alfredo Wagner Berno de Almeida<sup>1</sup>

Diversos son los trabajos de investigación que combinan información y datos elementales para la comprensión sociológica de la relación entre los actos de Estado, en relación con la implantación de megaproyectos de minería e infraestructura y logística, y sus efectos sobre unidades sociales, designadas como pueblos y comunidades tradicionales, a partir, sobre todo, del mapeo de estrategias globalizadas de desarrollo, ejecutadas simultáneamente, en estas dos primeras décadas del siglo XXI, en las Américas Centro y Sur, India y África. A pesar de concentrar el análisis en descripciones etnográficas en regiones amazónicas, más exactamente en la pre-Amazonia Maranhense, en el extremo norte de Tocantins, en la Amazonía inferior, tanto paraense como amazónica, en el río Madeira y en el alto Solimões en la frontera de triple Brasil, Perú y Colombia, centrándose en las comunidades indígenas, ribereñas y quilombolas, los trabajos de investigación mencionados en este documento logran un alcance mayor, trascendiendo estos lugares geográficos y las unidades sociales específicas para ellos, al destacar un método analítico basado en el punto de vista de los pueblos y comunidades tradicionales directamente afectados por estos megaproyectos y en sus movilidades étnicas. Las prácticas diarias de resistencia de los denominados "afectados", durante décadas, traza el punto de apoyo que conduce las reflexiones sucesivas y bien profundas.

Un factor constante en estas medidas de implantación concierne a la inconclusión de megaproyectos, que se considera analíticamente como depredación de ellos. Consisten en proyectos inacabados o que se producen hasta cierto punto, sin que necesariamente se hagan finalizaciones y acabados previstos e indispensables. La condición de inconclusos, aunque se implanten durante un largo período, que puede trascender incluso las tres o cuatro

---

<sup>1</sup> Antropólogo. Profesor del PPG Cartografía Social y Política de la Amazonía/UEMA e do PPGI-CH/UEA. Investigador CNPQ.



décadas, como parece que acontecerá con la UHE de Tucuruí, con la Carretera Perimetral Norte o con la Base de Lanzamiento de Cohetes de Alcántara, atañe duramente los pueblos y comunidades afectadas, porque además de cesar cualquier iniciativa de protección social, legalmente previstas en el alcance original del proyecto, les privan de la posibilidad de planificar el futuro, bajo las incertezas de una conclusión que, hasta que se demuestre lo contrario, nunca ocurrirá. No obstante, la inconclusión no significa una paralización absoluta de las actividades previstas y puede ser leída como una amenaza constante para la forma de vivir y hacer de estos pueblos. En otras palabras, el atributo de inacabado no significa que la implantación de megaproyectos necesariamente se interrumpa, ya que existe una retórica permanente de "conclusión de otro módulo", buscando traducir siempre una continuidad, y esta retórica tiene efectos objetivos en los afectados, porque causa inseguridad e incertidumbres, miedo y apropiación<sup>2</sup>. Agrava estas sensaciones el hecho de que incluso la prometida "conclusión de otro módulo" se vuelve igualmente inconclusa, acarreado una inconclusión de lo que ya es inconcluyente, es decir, la inconclusión dentro de la inconclusión, como en el caso de las actividades del Alcântara Cyclone Space, que alardeó la construcción de patios de lanzamientos de cohetes en Maranhão y la tentativa fue abandonada, en 2017, y se reanudó el Acuerdo de Defensas Tecnológicas con los Estados Unidos a principios de 2019, de un documento firmado por los presidentes Trump y Bolsonaro, sin consulta a las comunidades atingidas, que fue enviado al Congreso Nacional, donde se procesa, para la debida apreciación. Véase también el caso de las esclusas de la UHE de Tucuruí o incluso la supuesta reanudación de la carretera correspondiente al tramo de la antigua Perimetral Norte. La tragedia se acentúa con la inconclusión dentro de lo inconcluso: en el caso del Centro Lanzamiento Alcántara (CLA) con el anuncio constante de nuevos desplazamientos forzados de las familias afectadas; en el caso de Tucuruí con la retirada del bosque sumergido y nuevas prohibiciones de acceso a las islas formadas en el lago, donde se colocan innumerables áreas de cultivo, designadas localmente como "roças", y en el caso del río Trombetas con la mencionada reconstrucción de caminos abandonados (como el final de la BR-163 y la carretera Perimetral Norte) y hoy transformadas en tortuosos

---

<sup>2</sup> No puede confundirse inconcluso con la expansión de megaproyectos, como serían ejemplos: la duplicación de la ferrovía Carajás-Itaqui o la duplicación del Canal de Panamá, ambos en construcción en esta segunda década del siglo XXI.

y peligrosos caminos. El temor a nuevos daños y pérdidas más allá de lo que ya se ha perdido siembra el pánico entre las familias afectadas en estas situaciones mencionadas, que durante al menos tres o cuatro décadas sufren, esperando los anunciados finales de las obras.

En resumen, hablar de megaemprendimientos inconcluyentes es un pleonasma. Sin embargo, esta redundancia evidencia tal verificación y consiste en una vigorosa herramienta analítica para interpretar sociológicamente la llamada "ocupación de la Amazonía" y para entender la lógica de resistencia de los agentes sociales que son directa o indirectamente afectados por los megaproyectos y las dificultades recolocadas a cada nueva iniciativa, configurando una serie de desgastes sucesivos. Por otra parte, la noción de "guerra de movimiento", es uno de los supuestos básicos de la comprensión sociológica de estas formas organizativas de las familias afectadas en las situaciones analizadas por diversos trabajos de investigación. Las continuas movilizaciones de estas familias demuestran elementos de un conflicto social permanente.

Ciertamente, en una breve retrospectiva histórica, también se podía hablar de proyectos megalómanos, que fracasaron algunos antes de salir del papel, o que fueron circunscritos en una dimensión onírica e idealizada como el "inmenso lago amazónico" o el Proyecto de los "Grandes Lagos" del estrategia militar de la Rand Corporation, Herman Khan. Este futurólogo, dirigió el Hudson Institute y a finales de la década 1960-70 fue invitado por el economista y ministro Roberto Campos para visitar la Amazonía<sup>3</sup>. Elaboró un plan para inundar grandes porciones de esta región a partir de una represa en el Bajo Amazonas.

Otro ejemplo de este orden se refiere a la propuesta del International Institute of Hylean Amazon (Instituto Internacional de la Hiléia Amazónica-IIHA), uno de los cuatro principales proyectos de la UNESCO para el año 1947, que visaba internacionalizar los bosques húmedos de la Amazonía, los cuales desde los acuerdos de Washington de 1942 y durante toda la Segunda

---

3 Por el hecho de que participó en el equipo que construyó la bomba H y su trayectoria profesional marcada por la predicción por grandes proyectos y por el gusto excesivo por lo majestuoso H. Kahn habría inspirado el personaje "Doctor Fantástico" de la película de Stanley Kubrick nombró "**Dr. Strangelove**", cuyo lanzamiento fue en 1994.

Guerra Mundial tuvieron una función geopolítica prominente, asegurando un proceso de producción permanente de látex del caucho, castañas y almendras de babasú. La propuesta del IIHA fue presentada por el científico Paulo E. Berredo Carneiro, representante brasileño en la UNESCO, en el año 1946, en París. Consistía en una representación idealizada de un bosque amazónico como patrimonio mundial, que fue contestada por científicos del Museo Nacional dirigidos a una protección nacional de los recursos naturales<sup>4</sup>.

Del mismo modo, podría mencionarse algunos otros que ya nacieron como ruinas identificables por un trabajo de arqueología superficial como las máquinas para la fractura y refinación de aceite vegetal de Kelru, en Maranhão, o otras que comenzaron y hoy son ruinas bajo museificación, como la ferrovía Madeira-Mamoré, en Rondônia, en la frontera con Bolivia, o la llamada "Fordlândia", en el río Tapajós, en el estado de Pará. De hecho, los planes se muestran hiperbólicos, de igual manera como la Amazonía suele estar representada por el sentido común erudito, y su inconclusión y abandono son también de dimensiones y efectos favorecidos, marcando profundamente el paisaje transformado, es decir, las pérdidas son inmensas y vividas por las familias afectadas como inconmensurables. La macromanía impera en estas representaciones oficiales como en la literatura de la Amazonía, resultando en un obstáculo para la comprensión de las realidades locales.

Frente a las ruinas y los escombros se está ante, en verdad, de una museificación aparentemente involuntaria e imprevista, que revela una historicidad de la muerte o un cementerio de inmensos artefactos de hierro forjado, contorsionados como trágicas esculturas de escombros y cubiertos por la vegetación rastrera y el musgo verdoso de los limos intrínsecos a las selvas tropicales. Carcazas de vehículos, ríos contaminados, manantiales y ojos de agua ecológicamente comprometidos y grandes áreas devastadas o bajo deforestación con sustancias tóxicas, que dificultan una recomposición del bosque, componen este paisaje decadentista. Esto sin decir la inconclusión de la Carretera Perimetral Norte, trazada por estrategias militares de la época dictatorial, reducida a inmensos trechos de calzadas, sucumbiendo a las

---

4 Véase: Patrick Petitjean y Heloisa Bertol Domingues- "A UNESCO, o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e a antropologia no final dos anos 40". Hal archives-ouvertes. Nov. 2006.

erosiones, como en el caso del Trombetas, además de Cachoeira Porteira, que según los más viejos de las comunidades locales por ella afectadas "no conecta nada a ninguna parte", como un extracto de la Br-163 que dejaría la Cachoeira Porteira en dirección a la frontera internacional. En esta misma dirección vale mencionar las docenas de "baches de las investigaciones de sísmica", dispersos por los bosques de las Trombetas medias y altas, que fueron abandonados por los mineros, sin estar debidamente cubiertos y yacen a cielo abierto, constituyendo hoy terribles tumbas funerarias de una fauna ya amenazada. Esqueletos de animales, cadáveres en descomposición, pudriéndose en el fondo de estos fétidos pozos, cuyo hedor se extiende por el bosque, evidencian la putrefacción en marcha.

Estamos describiendo ejemplos de un paisaje dantesco e infernal, que tiene en los gobiernos dictatoriales del periodo de 1964 a 1985, uno de los momentos más álgidos de este lamentable panorama, cuyos megaproyectos por diversos motivos, se volvieron efímeros. Sin duda, un Estado precario y oscuro, que ignora las más mínimas orientaciones de planeación y expresa una pérdida del sentido moral y del respeto constitucional a los derechos de los pueblos y de las comunidades tradicionales, generando prácticas de orden genocida<sup>5</sup>.

En los esfuerzos de este trabajo de investigación se detectó, actualmente, una constelación de términos y expresiones que componen un léxico peculiar, para ser debidamente desvelado, al enfocarse en situaciones sociales relacionadas con una multiplicidad de actos de Estado referidos a estos megaemprendimientos. En su versión más reciente suelen ser designados como "corredores logísticos", "corredores ecológicos" y "corredores biológicos" o simplemente "complejos"<sup>6</sup>. La noción de "complejidad", como se menciona en la producción científica y en el discurso colonialista de los planificadores, modifica radicalmente la visión clásica de una "progresión" lineal en la historia de las actividades económicas de una determinada región e indica para una intervención disruptiva, que las impele idealmente,

---

5 Vease el trabajo del antropólogo Shelton H. Davis - **Victims of the Miracle: Development and Indians of Brazil**. Cambridge University Press. 1977.

6 Vide Almeida, A.W. B. de (org.) — **Conflictos sociales en el complejo de Madeira**. Manaus. UEA-Edições/PNCSA. 2009. Véase también el documento MPF sobre el "Complexo das Lajes" o el Polo Naval diseñado para las orillas del río Amazonas en la región metropolitana de Manaus.

en un acto de fuerza, hasta la cima de una curva ascendente. Así proyectan los gráficos de los planificadores, cuando proponen imperativamente la construcción de una planta hidroeléctrica, de una ferrovía, de un puerto, de una vía fluvial y de una carretera, o cuando inician una exploración minera a gran escala, junto con un rosario de las unidades de preservación ambiental y de tierras tradicionalmente ocupadas. La Amazonia, que comprende regiones de nueve países de la América del Sur (Bolivia, Brasil, Colombia, Ecuador, República de Guyana, Perú, Surinám, Venezuela, Guyana) en este sentido, es una de las ilustraciones mundialmente más completa de este vasto y dramático campo de implantación de megaproyectos, poco importa si la modalidad del desarrollo capitalista<sup>7</sup> se funda en las políticas de "protección" o en aquellas de "proteccionismo".

Uno de los criterios adoptados para componer este léxico se basa en una serie de experiencias de investigación, presentadas en este "II Seminário Internacional Megaprojetos, Atos de Estado, Povos e Comunidades Tradicionales", que enfatizan contactos y relaciones conflictivas entre tales megaemprendimientos y diferentes movimientos sociales y organizaciones de movilización, autodefinidos como "afectados" or "atingidos", que abarcan diferentes países, a saber: comunidades afrocolombianas, palenques y raizales (Colombia); quebradeiras de côco babaçu, seringueiros, castanheiros, quilombolas, piaçabeiros, peconheiros, vazanteiros e ribeirinhos (Brasil); pueblos Kokama, Kambeba y Tikuna (Colombia, Perú, Brasil); Endorois, Camba y Turkana (Kenia); comunidades quilombolas (Brasil); pueblos de Narmada (India) e pueblos Gavião, Guajá e Guajajara (Brasil), Rama y Creole (Nicaragua) entre otros.

Un elemento destacado de estas iniciativas económicas se refiere a los altos índices de concentración de tierras bajo el dominio de grupos de interés o conglomerados económicos vinculados a la agroindustria y a la minería e de gas y petróleo, lo que invariablemente resulta en desplazamientos forzados de poblaciones, bastante similares a las prácticas de "déracinement" engendradas por las economías de guerra de los colonialistas en Africa y

---

7 Léase: Alfredo Wagner B. de Almeida — "Cartografia social da Amazônia: os significados de território e o rito de passage da "proteção" ao "proteccionismo"". In Silfert, Magalhães y Lastres (orgs.) — Um Olhar territorial para o desenvolvimento: Amazônia. Rio de Janeiro, BNDES. 2014. Pp. 350-369

Asia. Los efectos más relevantes son relativos al modo como el calentamiento del mercado de la tierra y la respectiva tendencia a un incremento en los actos de compraventa, junto con el aumento del grilaje de tierras, han hecho inviable la reproducción física y cultural de estos pueblos y comunidades, desestructurando radicalmente la vida social y las modalidades de uso común de los recursos básicos.

En términos jurídicos se encuentra ante de la usurpación del instituto de las tierras tradicionalmente ocupadas<sup>8</sup>, y por extensión de las llamadas “tierras comunitarias”, las “communities lands” y las “tierras comunales” de grupos étnicos. Este hecho se puede observar en diferentes países con el destino de grandes extensiones de tierra para el monocultivo (caña de azúcar, soja, algodón, eucalipto, dendé, pino, acacia-mangia, maíz), ganadería extensiva, extracción minera<sup>9</sup> y obras de infraestructura para el flujo de producción (autopistas, ferrovías, puertos, vías fluviales, aeropuertos), además de tuberías (oleoductos, mineroductos, gasoductos), y para la producción y transmisión de energía (hydroeléctricas, parques eólicos y redes de líneas eléctricas). Este marco de conflictos se ve agravado por las acentuadas e incesantes fluctuaciones del mercado de *commodities* minero-metalúrgicas y agrícolas. La privatización de los recursos hídricos ara la generación de energía, para el riego de grandes plantaciones, para agropecuarias y para lavar los minerales completarían este panorama.

Tal como el autor destaca para la región de Trombetas, se observa en en América del Sur, hace más de medio siglo, opera el término "centro de crecimiento", basado en la teoría de Francois Perroux, profesor del Collège de

---

8 Véase el Artículo 14 del Convención 169/OIT – Convención sobre los pueblos indígenas y tribales en los países independientes. Léase también: i) Art. 231 de la Constitución de la República Federativa del Brasil, de 05 de octubre de 1988, II) Art. 63 de la Circunscripción política de Colombia, de 04 de julio de 1991, Colombia y Brasil ratificaron la Convención N.º 169, el 07 de agosto de 1991 y en agosto 07 de 1991 y en agosto del 07 de agosto de 1991 y en agosto de 1991 y en agosto del 07 de 1991 y en agosto del 07 de agosto de 1991 y en agosto 25 de julio de 2002, respectivamente y III) ART. 63, la Constitución de Kenia, y los llamados *The Land Acts: The Land Act, 2012, The National Land Commission Act, 2012 e The Land Registration Act, 2012*.

9 Una de las situaciones más conflictivas de la Amazonía se refiere a la empresa minera Belo Sun en la región del río Xingu, Brasil. Véanse los informes del grupo de investigación coordinados por la historiadora Rosa Acevedo Marin, a saber: Elielson Pereira da Silva - “Dossiê fundiário sobre a mineração da Belo Sun no PA Ressaca”. Belém, PN CSA. Enero de 2018. Y también: Marj do Socorro Conceição: “Dossiê: Belo Sun Mineração Ltda”. Belém, PNCSA. Julio de 2017.

France y de la Universidad de París, articulada con medidas integracionistas aplicadas por los respectivos gobiernos en la aplicación de los llamados “planes de desarrollo regional”. Esas medidas administrativas se apoyaron inicialmente en la noción de “centros”. Posteriormente prevalecerán las teorías de Walt Rostow, economista de M.I.T., que asesoró gobiernos dictatoriales en Brasil, sobre las “fases de crecimiento económico” o lo que él considera las necesarias “etapas de desarrollo”. Actualmente, las medidas desarrollistas<sup>10</sup>, que también se interpretan como expresiones de “neocolonialismo”, ganan fuerza de los megaproyectos logísticos e infraestructuras, cuya designación se refiere a metáforas geométricas, tales como: “trapezio”, “cuadrilátero férrico” e “arco minero”, además de “corredor (corridor)” e “complejo”. Podemos citar para ambos, en el caso de región panamazónica, el “Corredor Carajás”, el “Trapezio Amazónico” colombiano, el “complejo Madeira” y el proyecto del “Arco Norte” en Brasil, conjugado con los llamados “corredores ecológicos” y nociones relacionadas como: “Arco de deforestación”, “polígono de los Castañales” y los llamados “mosaicos” de protección ambiental<sup>11</sup>. En el caso de Venezuela se puede mencionar el “Arco Minero”, al sur del río Orinoco. Con respecto a África, vale la pena mencionar el llamado “Corredor de Nacala” en Mozambique, y el “LAPSSET Corridor<sup>12</sup>”, geográficamente referido a Etiopía, a Kenia, a Sudan del Sur y Uganda. En el caso de la India se tiene Delhi-Mumbai Industrial Corridor (DMIC<sup>13</sup>), que se inició en 2008, con el propósito de reformular la ocupación territorial a lo largo de 1.500 km entre la capital, Delhi, y el mayor “polo económico” del país, Mumbai. Estas metáforas geometrizaras, universalizadas por políticas globalizadoras, consisten en estrategias discursivas contemporáneas de neocolonialismo y merecen ser objeto de reflexión y debates más detallados a partir de los trabajos con los

---

10 Léase Almeida, *ibid.* 2014.

11 Consúltase la tesis que consiente en la fuente de este libro y prefacio: Emmanuel de Almeida Farias Jr. - Megaprojetos inconcludentes e territórios conquistados: diferentes processos sociais de territorialização da comunidade quilombola de Cachoeira Porteira. Manaus, tesis defendida junto a PPGAS-UFAM. Manaus, 2016.

12 Léase: Silvester Kasuku - Lapsset Corridor development authority. Presentación a la Architectural Association of Kenya Annual Convention. Mombasa. Agosto 2014.

Léase también: Almeida, A.W.B. de; Dourado, S.B. - **Social Cartography and Technical Training of researchers and social movements in Kenya and Brazil - Reports**. Manaus/Nairobi. UEA/University of Nairobi. 2018.

13 La DMIC se rige por una “corporación de desarrollo” administrada por el Estado indio en asociación con el Banco de Desarrollo de Japon.







También es posible enfatizar el uso de la expresión "arco de deforestación", empleada usualmente por ambientalistas, geógrafos, miembros de ONGs y planificadores oficiales, para denominar una gran región con altos índices de deforestación<sup>15</sup>, y "mosaico" para nombrar los módulos que componen de las diferentes modalidades de "corredores" planificados, sean biológicos, ecológicos o de infraestructura.

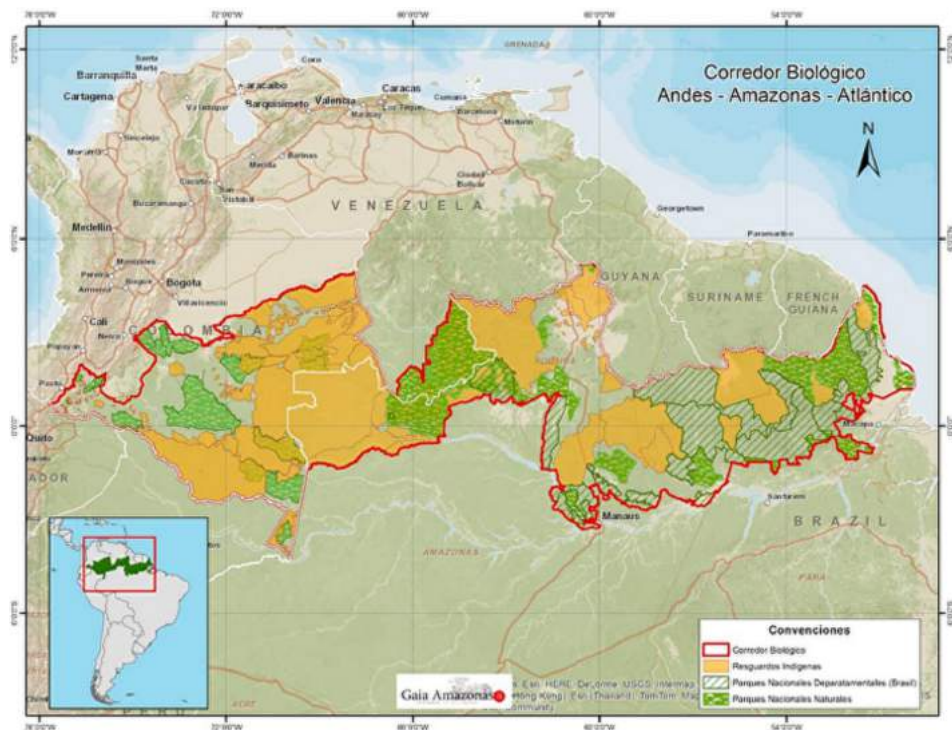
Para los planificadores, la noción de "corredor" estampa las relaciones sociales entre productor y consumidores, englobando las vías por donde fluyen productos, bienes y servicios. Desde el punto de vista ambiental el significado es otro, la noción de "corredores ecológicos" ha sido usada para relacionar la interconexión de grandes áreas destinadas a la protección ambiental, mientras que los llamados "corredores biológicos" poseen un significado avizorado, al privilegiar áreas de incidencia de determinadas especies consideradas prioritarias, desde el punto de vista del patrimonio genético. Tales unidades de conservación y / o preservación se conjugan usualmente con tierras indígenas y quilombolas bajo la clasificación homogeneizadora de la figura metafórica de "mosaico" como a componer un dibujo. El ejemplo más contundente refiere a la propuesta de un "corredor ecológico", también llamado "corredor biológico", comprendiendo varios "mosaicos", que se extiende desde el océano Pacífico, región al sur de Puerto Buenaventura, en Colombia, hasta el océano Atlántico, en la desembocadura del río Amazonas, en el estado de Amapá, Brasil. Este corredor, propuesto por las ONG ambientalistas, es vulgarmente conocido como AAA (Andes, Amazonia e Atlántico) y el Ministerio Público Federal/AM/Brasil ya instauró una investigación solicitando de sus ejecutores, mayores y más detalladas

---

15 El Msc, Nicolas Ramírez realizó esta discusión sobre metáforas geométricas instituidas para designar ciertas regiones de frontera, como la clasificación del gobierno colombiano de "trapezio amazónico" en la disertación titulada "Disciplina que genera indisciplina: configuración de un conflicto socioambiental en el bajo Caquetá-Japurá" defendida en el PPGAS-UFAM, en 2016. Se puede citar también el caso del "arco minero" en Venezuela.

informaciones acerca de su implantación, delineando un conflicto jurídico-formal<sup>16</sup>. Hay una ampliación de la región afectada que pasa a incluir regiones andinas y cerca de la costa del Pacífico en el valle de Cauca, en Colombia<sup>17</sup>.

Ver en adelante el mapa del Corredor Biológico con las referencias geográficas elementales



16 Inquérito civil 1.13.00.000016/2018-46. Acompanhar a notícia da pretensão de criação de um corredor ecológico transnacional, que ligaria a cordilheira dos Andes, passando pela floresta amazônica até o Oceano Atlântico, o chamado Andes-Amazônia-Atlântico. Manaus, 16 de janeiro de 2018. A data da autuação foi no dia 09 de janeiro de 2018.

17 El gobierno brasileño por médio de la “Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República” (SAE/SG/PR) pretende contraponer a este corredor el “Projeto Barão de Rio Branco” presentado en Belém (PA), en abril de 2019. Consoante a SAE são consideradas ações estratégicas prioritárias do governo, dentre outras a seguinte: “Integrar a Calha Norte do Rio Amazonas ao restante do território nacional, para se contrapor às pressões internacionais pela implantação do projeto denominado Triplo A. Para isto, projetar a construção da hidrelétrica do Rio Trombetas e da ponte de Óbidos sobre o Rio Amazonas, bem como a implantação da rodovia BR-163 até a fronteira do Suriname.” (SAE, 2019; pag.47). Cf. SAE. **Relatório da Mesa Redonda: Programa Barão do Rio Branco** lograda en Belém el día 25 de abril de 2019. 77pp. Estes dados e informações constam do trabalho em curso da doutoranda Itala Nepomuceno do PPGAS/UFAM, 2019.

Estas aclaraciones elementales contribuyen a una comprensión más amplia de estas situaciones sociales referidas a los megaproyectos y los conflictos que los caracterizan, en particular los que se relacionan con los pueblos indígenas y quilombolas y demás comunidades tradicionales a través del avance de la agroindustria en sus territorios. Su lectura proporciona las condiciones para un debate más detenido, entre académicos de diferentes países y universidades, sobre estas iniciativas gubernamentales y las estrategias empresariales en juego, así como una discusión sobre las formas de movilización de los movimientos sociales concernientes a los llamados “afectados”, coherentes con el punto de vista de los propios pueblos y las comunidades tradicionales afectadas y sus respectivas movilizaciones étnicas.

# MEGAPROJETOS: INCONCLUDENCIA NÃO SIGNIFICA PARALISAÇÃO

Alfredo Wagner Berno de Almeida<sup>18</sup>

São vários os trabalhos de pesquisa que conjugam informações e dados elementares para a compreensão sociológica da relação entre atos de Estado, concernentes à implantação de megaprojetos de mineração e de infraestrutura e logística, e seus efeitos sobre unidades sociais, designadas como povos e comunidades tradicionais, a partir, sobretudo, do mapeamento das estratégias globalizadas de desenvolvimento, executadas concomitantemente, nestas duas primeiras décadas do século XXI, nas Américas Central e do Sul, na Índia e na África. A despeito de concentrar a análise nas descrições etnográficas em regiões amazônicas, mais exatamente na Pré-Amazônia Maranhense, no extremo norte do Tocantins, no Baixo Amazonas, tanto paraense, quanto amazonense, no Alto Solimões e no Rio Madeira, focalizando comunidades indígenas, de ribeirinhos e quilombolas, os trabalhos de pesquisa aqui referidos alcançam maior abrangência, transcendendo estes lugares geográficos e as unidades sociais específicas que lhes são correspondentes, ao ressaltar uma modalidade analítica baseada no ponto de vista dos próprios povos e comunidades tradicionais diretamente atingidos por estes megaempreendimentos e nas suas mobilizações étnicas. As práticas cotidianas de resistência destes denominados “atingidos”, por décadas a fio, traçam o fulcro condutor das reflexões sucessivas ora aprofundadas.

Um fator constante nestas medidas de implantação concerne à inconcludência dos megaempreendimentos, que é considerada analiticamente como uma predicação deles. Consistem em projetos inacabados ou que são produzidos até um determinado ponto, sem que sejam necessariamente realizadas finalizações e acabamentos previstos e imprescindíveis. A condição de inconclusos, mesmo que implantados durante um longo período, que pode

---

<sup>18</sup> Antropólogo. Professor do PPG Cartografia Social e Política da Amazônia/UEMA e do PPGI-CH/UEA. Pesquisador CNPQ.

transcender inclusive a três ou quatro décadas, como soa acontecer com a UHE de Tucuruí, com a rodovia Perimetral Norte ou com a Base de Lançamento de Foguetes de Alcântara, afeta mais duramente os povos e comunidades atingidos, porquanto além de cessar quaisquer iniciativas de proteção social, previstas legalmente no escopo original do projeto, lhes roubam a possibilidade de planejar o futuro, sob as incertezas de uma conclusão que, até prova em contrário, não ocorrerá jamais. A inconcludência não significa, todavia, uma paralisação absoluta das atividades previstas e pode ser lida como uma ameaça constante ao modo de viver e fazer destes povos. Em outras palavras o atributo de inconcluso não quer dizer que a implantação dos megaprojetos esteja necessariamente interrompida, posto que há uma retórica permanente de “conclusão de mais um módulo”, buscando traduzir sempre uma continuidade, e esta retórica tem efeitos objetivos sobre os atingidos, porquanto provoca insegurança e incertezas, medo e apreensão<sup>19</sup>. Agrava estas sensações o fato de mesmo a prometida “conclusão de mais um módulo” tornar-se igualmente inconclusa, acarretando uma inconcludência do que já é inconcludente, ou seja, a inconcludência dentro da inconcludência, como no caso das atividades da Alcântara Cyclone Space, que alardeou a construção de sítios de lançamentos de foguetes no Maranhão e a tentativa foi abandonada ou o caso das eclusas da UHE de Tucuruí ou ainda o caso da alegada retomada da rodovia correspondente ao traçado da antiga Perimetral Norte. A tragicidade é acentuada com esta inconclusão dentro da inconclusão: no caso do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) com o anúncio constante de novos deslocamentos compulsórios das famílias atingidas; no caso de Tucuruí com a retirada da floresta submersa e novas interdições de acesso às ilhas formadas no lago, onde estão colocadas inúmeras áreas de cultivo, designadas localmente como “roças”, e no caso do Rio Trombetas com a aludida reconstrução de estradas abandonadas (como o final da BR-163 e da rodovia Perimetral Norte) e hoje transformadas em tortuosos e perigosos caminhos. O temor de novos danos e perdas além do que já foi perdido semeia o pânico entre as famílias atingidas nestas situações mencionadas, que há pelo menos três ou quatro décadas padecem, aguardando os anunciados términos das obras.

---

19 Não se pode confundir inconcludência com a ampliação de megaprojetos, como seriam exemplos: a duplicação da ferrovia Carajás-Itaqui ou a duplicação do canal do Panamá, ambas em construção nesta segunda década do século XXI.

Em resumo, falar de megaempreendimentos inconcludentes trata-se de um pleonasmo. Não obstante, esta redundância tornada autoevidência tal verificação consiste num vigoroso instrumento analítico para se interpretar sociologicamente a chamada “ocupação da Amazônia” e entender a lógica de resistência dos agentes sociais que são direta ou indiretamente atingidos e as dificuldades recolocadas a cada nova iniciativa, configurando uma série de desgastes sucessivos. A noção de “guerra de movimento”, aliás, é um dos pressupostos básicos ao entendimento sociológico destas formas organizativas das famílias atingidas nas situações analisadas por vários trabalhos de pesquisa. As mobilizações continuadas destas famílias demonstram elementos de um conflito social permanente.

Certamente que, numa breve retrospectiva histórica, se poderia falar também de projetos megalômanos, que fracassaram alguns antes mesmo de sair do papel, ou que ficaram circunscritos a uma dimensão onírica e idealizada como o “imenso lago amazônico” ou o projeto dos “Grandes Lagos” do estrategista militar da Rand Corporation, Herman Khan. Este futurólogo, dirigia o Hudson Institute e no final da década 1960-70 foi convidado pelo economista e ministro Roberto Campos para visitar a Amazônia<sup>20</sup>. Ele elaborou um plano para inundar grandes porções desta região a partir de uma barragem no Baixo Amazonas.

Outro exemplo desta mesma ordem refere-se à proposta do International Institute of Hylean Amazon (Instituto Internacional da Hiléia Amazônica), um dos quatro principais projeto da UNESCO para o ano de 1947, que visava internacionalizar as florestas úmidas da Amazônia, as quais desde os Acordos de Washington de 1942 e durante toda a II Guerra Mundial tiveram uma destacada função geopolítica, assegurando um processo de produção permanente de látex da borracha, castanha e amêndoas de babaçu. A proposta do IIHA foi apresentada pelo cientista Paulo E. Berredo Carneiro, representante brasileiro na UNESCO, no ano de 1946, em Paris. Consistia

---

20 Pelo fato de ter participado da equipe que construiu a Bomba H e ter sua trajetória profissional marcada pela predileção por projetos grandiosos e pelo gosto excessivo pelo majestático H. Kahn teria inspirado o personagem “Doutor Fantástico” do filme de Stanley Kubrick denominado “Dr. Strangelove”, cujo lançamento foi em 1964.

numa representação idealizada de uma floresta amazônica como patrimônio mundial, que foi contestada por cientistas do Museu Nacional voltados para uma proteção nacional dos recursos naturais<sup>21</sup>

De igual modo poder-se-ia mencionar alguns outros que já nasceram como ruínas identificáveis por um trabalho de arqueologia de superfície, como as máquinas de quebra e refinamento de óleo vegetal de Kelru, no Maranhão, ou ainda outros que começaram e hoje são ruínas sob museificação, como a ferrovia Madeira-Mamoré, em Rondônia, ou a denominada “Fordlândia”, no Rio Tapajós, no Estado do Pará. Na verdade, os planos mostram-se hiperbólicos, de igual maneira como a Amazônia é usualmente representada pelo senso comum erudito, e sua inconclusão e abandono são também de dimensões e efeitos avantajados, marcando profundamente a paisagem transformada, ou seja, as perdas são imensas e vividas pelas famílias atingidas como incomensuráveis. A macromania impera nestas representações oficiais tanto quanto nas literárias da Amazônia, consistindo num obstáculo ao entendimento das realidades locais.

Face à ruínia e aos destroços está-se diante, em verdade, de uma museificação aparentemente involuntária e imprevista, que revela uma historicidade da morte ou um cemitério de imensos artefatos de ferro batido, contorcidos como trágicas esculturas de escombros e cobertos pela vegetação rasteira e pelo musgo esverdeado dos limos intrínsecos às florestas tropicais. Carcaças de veículos, rios contaminados, nascentes e olhos d’água ecologicamente comprometidos e grandes áreas devastadas ou sob desmatamento com substâncias tóxicas, que dificultam uma recomposição florestal, compõem esta paisagem decadentista. Isto sem dizer da inconcludência da rodovia Perimetral Norte, traçada por estrategistas militares do período ditatorial, reduzida a imensos trechos carroçáveis, sucumbindo às erosões, como no caso do Trombetas, além de Cachoeira Porteira, que segundo os mais velhos das comunidades locais por ela atingidas “liga o nada a lugar nenhum”, tal como um trecho da Br-163 que sairia da própria Cachoeira Porteira em direção à fronteira internacional.

---

21 Consulte-se: Patrick Petitjean e Heloisa Bertol Domingues- “A UNESCO, o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e a antropologia no final dos anos 40”. Hal archives-ouvertes. Nov. 2006

Nesta mesma direção vale mencionar as dezenas de “buracos das pesquisas de sísmica”, dispersos pelas florestas do médio e alto Trombetas, que foram abandonados pelas mineradoras, sem terem sido devidamente tapados e jazem a céu aberto, constituindo hoje terríveis covas mortuárias de uma fauna já deveras ameaçada. Esqueletos de animais, cadáveres em decomposição, apodrecendo no fundo destes poços fétidos, cujo mal cheiro se espalha pela floresta, evidenciam a putrefação em marcha.

Estamos descrevendo exemplos de uma paisagem dantesca, infernal, que tem nos governos ditatoriais, entre 1964 e março de 1985, um dos ápices desta inconcludência, cujos megaprojetos em virtude de incúrias de várias ordens tornaram-se evanescentes. Em tudo um estado de podridão e escuro, que revela completa inobservância das orientações elementares de planejamento e uma perda do senso moral e do respeito constitucional aos direitos dos povos e comunidades tradicionais, resultando em práticas de inspiração genocida<sup>22</sup>.

Nos esforços deste trabalho de pesquisa detecta-se, atualmente, uma constelação de termos e expressões que compõem um léxico peculiar, a ser devidamente desvendado, ao se focar situações sociais concernentes a uma multiplicidade de atos de Estado referidos a estes megaempreendimentos. Em sua versão mais recente eles são designados usualmente como “corredores logísticos”, “corredores ecológicos” e “corredores biológicos” ou simplesmente “complexos<sup>23</sup>”. A noção de “complexidade”, tal como referida na produção científica e no discurso colonialista dos planejadores, modifica radicalmente a visão clássica de uma “progressão” linear na história das atividades econômicas de uma determinada região e aponta para uma intervenção disruptiva, que as impele idealmente, num ato de força, para o cume de uma curva ascendente. Assim projetam os gráficos dos planejadores, quando propõem imperativamente a construção de uma hidrelétrica, de uma ferrovia, de um porto, de uma hidrovia e de uma rodovia ou quando iniciam uma exploração mineral em grande escala, conjugada com um rosário de

---

22 Consulte-se o trabalho do antropólogo Shelton H. Davis - *Victims of the Miracle: Development and the Indians of Brazil*. Cambridge University Press. 1977

23 Vide Almeida, A.W. B. de (org.) – *Conflitos sociais no Complexo Madeira*. Manaus. UEA-Edições/PNCSA. 2009. Consulte-se também junto ao MPF a documentação relativa ao “Complexo das Lajes” ou Polo Naval projetado para as margens do Rio Amazonas na região metropolitana de Manaus.



unidades de preservação ambiental e de terras tradicionalmente ocupadas. A Amazônia, neste sentido, é uma das ilustrações mundialmente mais completas deste vasto e dramático campo de projeções, pouco importando se a modalidade de desenvolvimento capitalista<sup>24</sup> se funda nas políticas de “proteção” ou naquelas de “protecionismo”.

Um dos critérios adotados para compormos este léxico baseia-se em uma série de experiências de pesquisa, apresentadas neste “II Seminário Internacional Megaprojetos, Atos de Estado, Povos e Comunidades Tradicionais”, que enfatizam contatos e relações conflitivas entre tais megaempreendimentos e diferentes movimentos sociais e organizações de mobilização, autodefinidas como de “atingidos”, que abrangem países diversos, a saber: comunidades afro-colombianas, palenques e raizales (Colômbia); quebradeiras de côco babaçu, seringueiros, castanheiros, quilombolas, piaçabeiros, peconheiros, vazanteiros e ribeirinhos (Brasil); povos Kokama e Tikuna (Colômbia, Peru, Brasil); Endorois, Camba e Turkana (Quênia); comunidades quilombolas (Brasil); povos de Narmada (Índia) e povos Gavião e Guajajara (Brasil), dentre tantíssimos outros.

Um elemento de destaque em tais iniciativas econômicas refere-se aos elevados índices de concentração fundiária sob o domínio de grupos de interesse ou conglomerados econômicos vinculados aos agronegócios e à extração mineral e de gás e petróleo, que resulta invariavelmente em deslocamentos compulsórios de populações, bastante similares às práticas de “*déracinement*” engendradas pelas economias de guerra dos colonialistas na África e na Ásia. Os efeitos mais pertinentes concernem ao modo como o aquecimento do mercado de terras e a respectiva tendência ascensional dos atos de compra e venda, juntamente com o aumento da grilagem, tem inviabilizado a reprodução física e cultural destes povos e comunidades, desestruturando radicalmente a vida social e as modalidades de uso comum dos recursos básicos.

---

24 Leia-se- Alfredo Wagner B. de Almeida - “Cartografia Social da Amazônia: os significados de território e o rito de passagem da “proteção” ao “protecionismo”. In Silfert, Magalhães e Lastres (orgs.) - Um olhar territorial para o desenvolvimento: Amazônia. Rio de Janeiro. BNDES. 2014. Pp.350-369

Em termos jurídicos se está diante da usurpação do instituto das terras tradicionalmente ocupadas<sup>25</sup>, e por extensão das chamadas “terras comunitárias”, as “*communities lands*” e as “*tierras comunales*” de grupos étnicos. Tal fato pode ser observado em diferentes países com a destinação de grandes extensões de terras para a monocultura (cana-de-açúcar, soja, algodão, eucalipto, dendê, pinus, acácia-mangia, milho), a pecuária extensiva, a extração mineral<sup>26</sup> e obras de infraestrutura para escoamento da produção (rodovias, ferrovias, portos, hidrovias, aeroportos), além dos dutos (oleodutos, minerodutos, gasodutos), e para a produção e transmissão de energia (hidrelétricas, parques eólicos e “linhões”). Este quadro de conflitos mostra-se agravado com as acentuadas e incessantes flutuações do mercado de *commodities* mínero-metalúrgicas e agrícolas. A privatização de recursos hídricos para a geração de energia, para irrigação de grandes plantações, para agropecuárias e para lavagem de minérios completaria este quadro.

Tal como destaca Farias Jr. (2016) para a região do Trombetas, assiste-se na América do Sul, há mais de meio século, à operacionalização do termo “polo de crescimento”, fundamentado na teoria de François Perroux, professor do Collège de France e da Universidade de Paris, articulada com medidas integracionistas aplicadas pelos respectivos governos na implementação dos denominados “planos de desenvolvimento regional”. Tais medidas administrativas estavam inicialmente apoiadas nesta noção de “polos”. Em momento posterior prevaleceram as teorias de Walt Rostow, economista do M.I.T., que assessorou governos ditatoriais no Brasil, sobre os “estágios do crescimento econômico” ou o que ele considera as necessárias “etapas de desenvolvimento”. Atualmente, medidas desenvolvimentistas<sup>27</sup>, que são

---

25 Consulte-se Artigo 14 da Convenção 169/OIT - Convenção sobre povos indígenas e tribais em países independentes. Leia-se também: i) Art.231 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, ii) Art.63 da Constitución Política de Colômbia, de 04 de julho de 1991. Colômbia e Brasil ratificaram a Convenção n.169, em 07 de agosto de 1991 e em 25 de julho de 2002, respectivamente e iii) Art. 63, The Constitution of Kenya, e os denominados *The Land Acts: The Land Act, 2012, The National Land Commission Act, 2012 e The Land Registration Act, 2012*.

26 Uma das situações mais conflituosas na Amazônia concerne à mineradora Belo Sun na região do Rio Xingu, Brasil. Consulte-se os relatórios do grupo de pesquisa coordenado pela Profa. Rosa Acevedo Marin, a saber: Elielson Pereira da Silva- “Dossiê fundiário sobre a mineração da Belo Sun no PA Ressaca”. Belém, PNCSA. Janeiro de 2018. E também: Maria do Socorro Conceição: “Dossiê: Belo Sun Mineração Ltda. Belém, PNCSA. Julho de 2017.

27 Leia-se Almeida, *ibid.* 2014

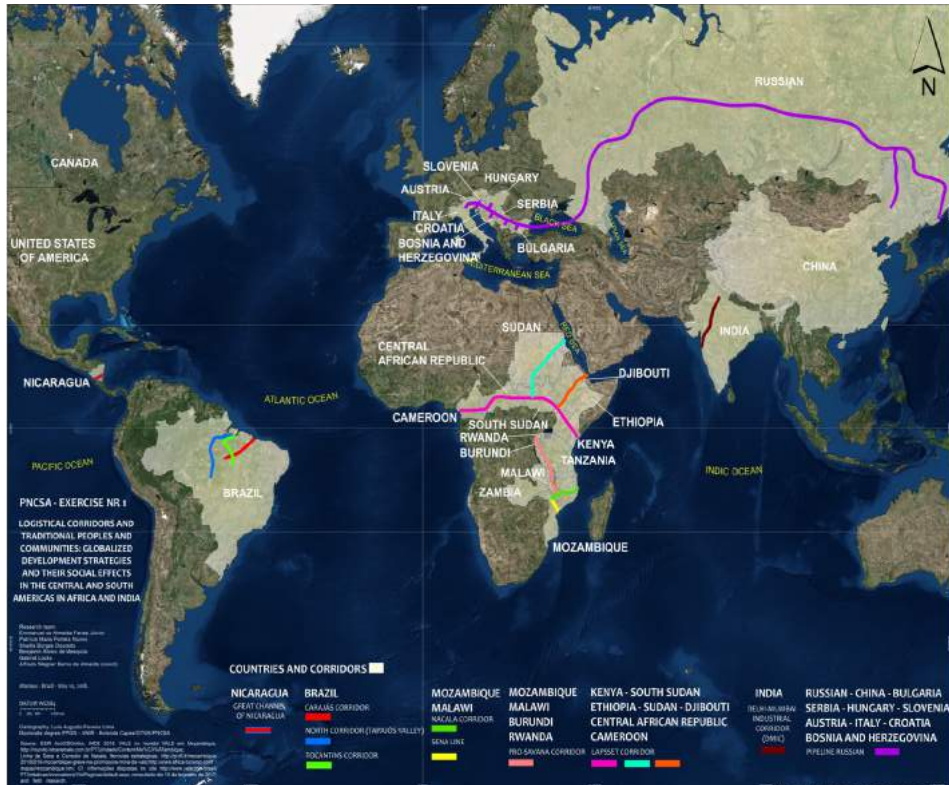
também interpretadas como expressões do “neocolonialismo”, ganham força a partir de megaprojetos logísticos e de infraestrutura, cuja designação concerne a metáforas geométricas, tais como: “trapézio”, “quadrilátero ferrífero” e “arco *mineiro*”, além de “corredor (*corridor*)” e “complexo”. Podemos citar para tanto, no caso da Panamazônia, o “Corredor Carajás”, o “Trapézio Amazônico” colombiano, o “complexo Madeira” e o projeto do “Arco Norte” no Brasil, conjugados com os chamados “corredores ecológicos” e noções correlatas tais como: “Arco do Desmatamento”, “Polígono dos Castanhais” e “mosaicos” de proteção ambiental<sup>28</sup>. No caso da Venezuela pode-se mencionar o “Arco Mineiro”, ao sul do Rio Orinoco. Com respeito à África cabe ressaltar o denominado “corredor de Nacala”, em Moçambique, e o “LAPSSET *Corridor*”<sup>29</sup>, referido geograficamente à Etiópia, ao Quênia, ao Sudão do Sul e a Uganda. No caso da Índia tem-se o *Delhi-Mumbai Industrial Corridor* (DMIC<sup>30</sup>), que foi iniciado em 2008, com o propósito de reformular a ocupação territorial ao longo de 1.500km entre a capital, Delhi, e o maior “polo econômico” do país, Mumbai. Estas metáforas geometrizaras, universalizadas pelas políticas de globalização, consistem em estratégias discursivas contemporâneas do neocolonialismo e merecem ser objeto de reflexão e de debates mais detidos a partir dos trabalhos com os quais este livro passa a ter interlocução. Além do mais tais metáforas apresentam, hoje, múltiplas significações, quanto a uma definição dos planejadores, que visam uma interligação logística através de infraestrutura rodoviária, ferroviária e portuária, possibilitando intensificar a circulação de *commodities* entre os oceanos Atlântico e Pacífico - caso do Gran Canal, da Nicarágua - ou entre os oceanos Índico e o Atlântico, do qual o LAPSSET consiste numa etapa inicial. A figura abaixo apresentada sintetiza os principais “corredores” incluindo o gasoduto Rússia/Comunidade Européia e Rússia/China.

---

28 Consulte-se para tanto a tese que consiste na fonte deste livro ora prefaciado: Emmanuel de Almeida Farias Jr.- Megaprojetos inconcludentes e territórios conquistados: diferentes processos sociais de territorialização da comunidade quilombola de Cachoeira Porteira. Manaus, Tese defendida junto ao PPGAS-UFAM. Manaus, 2016.

29 Leia-se Silvester Kasuku- Lapsset Corridor development authority. Presentation to Architectural Association of Kenya Annual Convention, Mombasa. August. 2014

30 O DMIC é regido por uma “development corporation” gerida pelo estado indiano em parceria com o Banco de Desenvolvimento do Japão.



É possível também enfatizar o uso da expressão “arco do desmatamento”, empregada usualmente por ambientalistas, geógrafos e planejadores oficiais, para designar uma grande região com altos índices de desmatamento<sup>31</sup>, e “mosaico” para designar os módulos componentes das diferentes modalidades de “corredores” planejados.

Para os planejadores, a noção de “corredor” estampa as relações sociais entre produtor e consumidores, abrangendo as vias por onde escoam produtos, bens e serviços. Do ponto de vista ambiental o significado é outro, a noção de “corredores ecológicos” tem sido usada para relacionar a interligação de grandes áreas destinadas à proteção ambiental, enquanto os chamados

31 O Msc. Nicolas Ramirez realizou esta discussão sobre metáforas geométricas instituídas para designar certas regiões de fronteira, como a classificação do governo colombiano de “trapézio amazônico”, na dissertação intitulada “Disciplina que gera indisciplina: configuração de um conflito socioambiental no baixo Caquetá - Japurá”, defendida no PPGAS-UFAM, em 2016. Pode-se citar também o caso do “Arco de Mineração” na Venezuela.

“corredores biológicos” possuem um significado avizinhado, ao privilegiarem áreas de incidência de determinadas espécies consideradas prioritárias, do ponto de vista do patrimônio genético. Tais unidades de conservação e/ou preservação são conjugadas usualmente com terras indígenas e quilombolas sob a classificação homogeneizadora da figura metafórica de “mosaico” como a compor um desenho. O exemplo mais contundente refere-se à proposta de um “corredor ecológico”, também chamado “corredor biológico”, compreendendo vários “mosaicos”, que se estende do oceano Pacífico, região ao sul de porto Buenaventura, na Colômbia, até o oceano Atlântico, na foz do Rio Amazonas, no Estado do Amapá, Brasil. Este corredor, proposto por ong’s ambientalistas, é vulgarmente conhecido como AAA (Andes, Amazônia e Atlântico) e o MPF/AM já instaurou um inquérito solicitando de seus executores, maiores e mais detalhadas informações acerca de sua implantação.

Estes esclarecimentos elementares contribuem para uma compreensão mais abrangente destas situações sociais referidas aos megaprojetos e dos conflitos que as caracterizam, notadamente os que dizem respeito aos povos indígenas e quilombolas e demais comunidades tradicionais mediante o avanço dos agronegócios sobre seus territórios. Sua leitura propicia condições para um debate mais detido, entre acadêmicos de diferentes países e universidades, sobre estas iniciativas governamentais e as estratégias empresariais em jogo, assim como um debate sobre as formas de mobilização dos movimentos sociais concernentes aos denominados “atingidos”, consoante o ponto de vista dos próprios povos e comunidades tradicionais afetados e suas mobilizações étnicas respectivas.

# **NUEVA CARTOGRAFÍA SOCIAL: LA VOZ DE LAS COMUNIDADES, LA EXPERIENCIA DE SUS LUCHAS Y LA ESPERANZA DE LA VIDA**

**Karen Johanna Restrepo Medina<sup>32</sup>**

*Mientras hay lucha hay historia, es decir, esperanza.*

*(Bourdieu, 1984)*

El “II Seminario Internacional de Megaproyectos, actos de estado, pueblos y comunidades” organizado por la Universidad Autónoma de Occidente en convenio con la Universidade Estadual do Maranhão y en el marco del Programa de Investigación “Procesos modernizantes y modernizadores en Santiago de Cali siglos XX y XXI” permitió –como espacio de encuentro académico–, el diálogo de saberes entre los actores sociales de la comunidad académica universitaria y las comunidades y pueblos que habitan en los territorios provenientes del Brasil y de sectores rurales y urbanos del suroccidente colombiano.

En estos diálogos de saberes se conocieron las diferentes experiencias de vida, las luchas y los conflictos que enfrentan los pueblos en estos países contra los agrestes procesos modernizantes y modernizadores producidos por el mundo corporativo global comercial y extractivo, así como por los modelos de desarrollo implementados por los agentes de Estado desde las lógicas del neoliberalismo y la mercantilización de la naturaleza.

Hubo en estos encuentros, universidad y sociedad, interacción y debates, así como el conocimiento de las experiencias de lucha, en relación a los efectos socioambientales generados por los proyectos de explotación minera, los agronegocios, los megaproyectos de infraestructura y logística sobre los territorios.

---

<sup>32</sup> Comunicadora social y periodista de la Universidad Autónoma de Occidente, Estudiante de la Maestría Gestión de Organizaciones y Proyectos.

Entre las nociones que más resaltaron en estos diálogos fue el de la *Esperanza*. Una definición interesante de este concepto lo propone Renán Silva en su texto *Cuestiones disputadas: Ensayos sobre Marx, Freud, Foucault, Bourdieu y Bloch* en el que dice:

La *esperanza* es, por su parte, un principio de vida y de acción, sobre todo cuando se trata de una esperanza activa, es decir, una fuerza de movilización de energías, un empeño productor de nuevas realizaciones y de otras aventuras, el signo de acceso a nuevas identidades [...] con la idea siempre puesta en el horizonte de la transformación, con la mira puesta en un cielo siempre más abierto (Silva, 2016, p. 160).

Esperanza es lo que cada experiencia de vida permitió evidenciar e irradiar a los asistentes, quienes lograron conocer de primera mano la historia que a diario están construyendo las comunidades para organizarse en busca de generar, construir, proponer nuevos mecanismos que permitan la defensa de sus territorios, el ambiente y la vida como la conocen, con la riqueza que el entorno les brinda.

Las comunidades y pueblos de Colombia y Brasil que participaron y compartieron su experiencia fueron:

- Comunidad Inga Condagua de Mocoa, Putumayo
- Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO)
- Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara
- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
- Unidad de Organizaciones Afrocaucanas (UOAFROC)
- Comité de Paro Cívico de Buenaventura Ríos Vivos Colombia
- Coordenação Nacional de Quilombolas do Brasil
- Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão - ACONERUQ
- Associação das Populações Atingidas pelas Obras do Rio Tocantins APOVO - Tucuruí/ PA

Cada comunidad y cada pueblo, desde sus particularidades, permitió generar un esbozo de las similitudes en sus luchas en cuanto a los objetivos, los obstáculos, los métodos de persuasión ligados a estrategias enfocadas en romper los vínculos de la comunidad para implementar el megaproyecto en el territorio. Y esto se logró, a pesar de las diferencias en términos idiomáticos, lingüísticos y en la distancia geográfica que los separa. Son esas situaciones compartidas de lucha que enfrentan contra el mundo corporativo, las que de algún modo, producen empatías, permiten crear vínculos, retroalimentar los procesos, establecer redes y conexiones en las que se puede observar la magnitud tanto de los pequeños hechos individuales y comunitarios, así como los hechos globales que enfrentan tantos pueblos en el mundo.

Bien lo señala Joan Martínez Alier, para quien los conflictos ambientales producidos por las grandes firmas corporativas y globales, son conflictos ecológicos distributivos. Uribe Castro (2017), apoyado en Merlinsky (2013) expresa que:

En los conflictos ambientales, los actores pueden lograr transformar problemáticas “invisibilizadas” o muy particulares en asuntos públicos o de debate regional, nacional o global; es decir, transformar los conflictos latentes en conflictos manifiestos. Una vez que los conflictos se hacen manifiestos, posibilita el diálogo y el reconocimiento de la situación, por personas externas al conflicto, brindando espacio a los asuntos públicos que pueden, a su vez, alcanzar el estatus de asuntos de interés nacional. Esta ampliación en el nivel de injerencia puede producir que, como asunto público, los actores exijan respuestas políticas de parte de los agentes del Estado dentro de los marcos constitucionales. Este proceso puede conllevar a que, incluso, algunos elementos del marco político constitucional tengan que variar para adaptarse a las nuevas exigencias sociales y producir cambios como sucede con nuevas sentencias que buscan la protección de las comunidades y la naturaleza. En este sentido Merlinsky (2013) menciona a Melucci (1999) para quien “los conflictos constituyen un espacio público intermedio, una nueva forma de espacio político, cuya función no consiste en institucionalizar los conflictos sino en construir las condiciones que permiten que los discursos sean escuchados y transformados en decisiones políticas” (p. 38). Por ello, es que los conflictos ambientales aportan a la dinámica social de cambio y a los marcos constitucionales que este cambio empieza a exigir al Estado. (Uribe, 2017, p. 78).



En la recuperación de estas experiencias para ponerlas como parte de los diálogos y conversaciones entre las comunidades y los pueblos con los académicos, surgió el importante papel que cumplen los testimonios, las narrativas y la memoria.

En Colombia, las narraciones han tomado fuerza en la recuperación de la memoria colectiva de las experiencias vividas por los actores frente a los diferentes conflictos. Desde el Centro de Memoria Histórica se habla de “promover el desarrollo de procesos autónomos que innoven y enriquezcan las herramientas de reconstrucción de la memoria histórica en el País y que fomenten el diseño de procesos de esclarecimiento o dignificación plurales y democráticos para contribuir a la construcción de la paz en los territorios” (CNMH, 2014).

Las narraciones como estrategia para dinamizar la memoria colectiva de cada proceso de resistencia, por los actores principales, permite que las palabras recreen las vivencias y la visión de comunidad que defienden; se contempla cómo los procesos que han consolidado logran retrasar – “obstaculizado el desarrollo” – los procesos modernizadores que las grandes ciudades y los agentes que ejercen el poder, pretenden implementar, sin contemplar el impacto socioeconómico y ambiental que trae para las comunidades.

En cada ejemplo, se pudo evidenciar cómo el Desarrollo, aparece de modo reiterativo, como una la palabra que lidera cada megaproyecto y a través de ella se busca deslegitimar la resistencia que genera la comunidad. Las comunidades critican la noción de desarrollo, desconfían de este discurso que solo lo ven como estrategia argumentativa con la que se produce tanto la dominación como los procesos de despojo. Por ello, y gracias a las redes y eventos como estos, se comparten ideas que proponen no desarrollos alternativos, sino las alternativas al desarrollo. Alternativas basadas en la vida, el buen vivir y el vivir bien.

Se desestiman los procesos de socialización y se estigmatizan las comunidades al mostrarla en medios como ignorantes, que no entienden la trascendencia y los beneficios de los proyectos que desde las altas esferas se deciden y ejecutan. Sin embargo, al escucharlos se reafirma que no se trata de ignorancia, sino de la disparidad en conceptos fundamentales como: desarrollo y territorio, que son los que determinan la importancia o el impacto negativo que tienen los megaproyectos a realizar.

## Territorio y Desarrollo

El territorio es el producto de la interrelación permanente entre los procesos sociales y la malla natural, representados en un paisaje en constante transformación, donde se inscriben hombre y naturaleza en un tiempo y en un espacio, para pensar, construir y transformar la delimitación de un espacio geográfico con sentido. (Mahecha, 2003).

Las comunidades y los pueblos resaltan el vínculo que tienen con su entorno, los árboles, el agua, la fauna y como su sentido de vida está ligado a la conservación del espacio lo más natural posible. Su idea de desarrollo y bienestar no está ligada a grandes autopistas que conecten países, edificaciones de lujo, puentes imponentes, hundimientos, hidroeléctricas, represas. Que son las estructuras y megaproyectos que la sociedad “moderna” está implementando.

En busca de hacerse oír, en defensa del medio ambiente, van aumentando su alcance de difusión, entre mingas, pancartas, comunicados, representante, tomas de hecho, visualizar el conflicto en redes - Todo espacio que permita compartir su lucha es contemplado-. Por ello, para las comunidades y los pueblos, la *acción colectiva* cumple una función central no solo para hacer las respectivas demandas y denuncias, sino también para que el resto de la sociedad conozca la situación de gravedad que enfrentan por culpa de las políticas de desarrollo y los programas corporativos que afectan el mundo físico y espiritual de sus tierras.

Paralelamente, los líderes de las comunidades van adquiriendo y fortaleciendo herramientas, argumentos, manejo de auditorios, relaciones públicas, construcción de políticas, derecho del medio ambiente entre otras, que permiten transmitir de manera más efectiva la importancia de la conservación, evidenciando las garantías que brinda la naturaleza para su bienestar, y los desastres ambientales que conlleva implementar los megaproyectos como: muerte de fauna y flora, contaminación de las aguas, deforestación, cambio climático. Son procesos que conllevan a que los actores se empoderen, reflexionen y produzcan reflexividad.

En este espacio se sugiere la *Nueva Cartografía Social* como una opción de delimitación de la comunidad y de los pueblos, una investigación y una oportunidad para identificar el territorio, que sean ellos quienes plasmen la realidad de su entorno, ubicar espacialmente los recursos naturales, identificar los riesgos y riqueza con que cuenta la comunidad. Facilita reconocer los límites que colinda para proyectar el desarrollo en la comunidad. A nivel académico permite que se puedan construir antecedentes, generar interrelaciones entre los diferentes mapas y adelantar investigaciones de casos, poder desestimar proyectos al conocer los impactos que se tuvo en otros territorios.

Este espacio de reflexión permitió que las comunidades y los pueblos mostrarán el trabajo que han realizado, conocer luchas similares y diferentes herramientas para proceder; vincularse con otros líderes de proceso; encontrar en las Universidades y los investigadores – como aliados estratégicos, un apoyo para continuar la defensa del territorio, de la vida, de la madre Tierra, de la naturaleza. Espacios como estos permiten que la historia se conozca, se resignifique, se pueda trascender y brindar esperanza al brindar posibilidades.

Queda la expectativa de construir la cartografía de las luchas y resistencias de conservación del medio ambiente, que están realizando las comunidades. La cual permitiría conocer y apoyar procesos.

No podría terminar estas palabras, sin comentar que al inicio del evento se hizo un homenaje a Temístocles Machado, cuyo lema era *“Porque esta tierra es nuestra, completamente nuestra”*. Esa es la lucha que se observa en cada comunidad y en cada pueblo, plasmar el territorio en croquis y mapas adquiere relevancia en cuanto permite identificar la magnitud de los cambios en cada Megaproyecto. Reconocerlo y reconocerse en él, es una forma de plasmar el territorio y que todos puedan ubicarse en él de la manera en que la comunidad lo concibe e interpreta, interactuar con la riqueza y lógica del territorio sin siquiera conocer su ubicación geográfica.

## Referencias

- Bourdieu, Pierre. (1984). Sociología y cultura. *México, Grijalbo*.
- Centro Nacional de Memoria Histórica (2014). Pedagogía de la memoria histórica. Recuperado desde: <http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/areas-trabajo/pedagogia-de-la-memoria>
- Halbwachs, M. (2005). Memoria individual y memoria colectiva. *Estudios: Centro de Estudios Avanzados*, (16), 163-187.
- Mahecha, O. D. (2003). Debates sobre el espacio en la geografía contemporánea. Univ. Nacional de Colombia.
- Martínez-Alier, Joan. (2005). El ecologismo de los pobres. Conflictos ambientales y lenguajes de valoración. *Icaria*.
- Merlinsky, Gabriela. (2013). Política, derechos y justicia ambiental. El conflicto de Riachuelo. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Silva, Renán. (2016). Cuestiones disputadas. Ensayos sobre Marx, Freud, Foucault, Bourdieu y Bloch. Bogotá: Programa Editorial de la Universidad de los Andes.
- Uribe Castro, Hernando. (2017). Transformaciones ambientales y acción colectiva en el valle geográfico del río Cauca frente a la agroindustria cañera 1960-2015. Tres estudios de casos. Tesis Doctoral. Doctorado en Ciencias Ambientales. Universidad del Valle.



# **“OBRAS DE INFRAESTRUTURA” E EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERÁRIOS: VIOLAÇÕES DE DIREITOS ÉTNICOS E CONFLITOS SOCIAIS**

OBRAS DE INFRAESTRUTURA Y EXPLOTACIÓN  
DE RECURSOS MINERALES: VIOLACIONES DE  
DERECHOS ÉTNICOS Y CONFLITOS SOCIALES



# **Corredores logísticos e seus efeitos sociais sobre povos e comunidades tradicionais: uma aproximação entre Brasil (corredor Carajás) e Moçambique (corredor de Nacala)**

**Emmanuel de Almeida Farias Júnior<sup>33</sup>**

**Anna Carrollina da Silveira Frazão<sup>34</sup>**

**Ana Beatriz Melo Gomes<sup>35</sup>**

**Célia Brenda Lima Fernandes<sup>36</sup>**

**Geovana Alves Rocha<sup>37</sup>**

**Heloana Karla de Amorim Reinaldo<sup>38</sup>**

**Suélem Sousa dos Santos<sup>39</sup>**

Este texto se refere à pesquisa colaborativa que estamos desenvolvendo, tendo em vista novas indagações e hipóteses sobre o controle de regiões geográficas onde foram implantados megaprojetos de infraestrutura e desenvolvimento, não obstante a ação de agentes sociais locais, que na maioria das vezes acabaram sendo deslocados compulsoriamente. Para

---

33 Professor do Departamento de Ciências Sociais DCS e do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia-PPGCSPA, Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Contato: emmanueljunior61@yahoo.com.br

34 Discente do curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Bolsista PIBIC-FAPEMA.

35 Discente do curso de Direito, Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Ex-bolsista PIBIC-UEMA.

36 Discente do curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Ex-Bolsista PIBIC-UEMA

37 Discente do curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. PIVIC-UEMA. Bolsa Cultura-UEMA.

38 Discente do curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Bolsista PIBIC Internacionalização-UEMA.

39 Discente do curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Bolsista PIBIC CNPQ-UEMA.



fins de exercício comparativo e de contraste, pensamos poder aproximar “situações sociais” como o “Corredor Carajás” (Brasil) e o “Corredor de Nacala” (Moçambique). Cabe destacar que a designação “corredor” não se trata de simples eufemismo, mas, a reestruturação dos mecanismos de dominação<sup>40</sup>.

O objeto de pesquisa diz respeito às relações sociais que envolvem projetos de extrativismo mineral e logístico; agronegócio e logística – trata-se em uma pesquisa em andamento. Numa descrição mais completa, pode-se dizer que compreendem a exploração mineral-agrícola e os projetos logísticos para o escoamento da produção. Todas estas iniciativas envolvem a produção matéria prima e sua respectiva logística de escoamento. No que diz respeito a Moçambique, o “Corredor de Nacala” agrega a logística considerada necessária para o escoamento da extração mineral e da produção de grãos, tendo em vista iniciativas como o Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (ProSAVANA) e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio Lurio-DVRL.

Estas iniciativas de expansão geopolítica e econômica podem ser compreendidas a partir da noção de “neocolonialismo”. Trata-se de uma “ação colonial” de tempo presente, impetrada mesmo após distintos processos de descolonização. Entendemos aqui, os processos analisados enquanto “ação colonial”, como uma modalidade de domínio territorial por iniciativas econômicas de capital nacional ou internacional, bem como o domínio territorial por governos nacionais, como, por exemplo, o estabelecimento de unidades de conservação, que transferem regiões geográficas para a tutela do Estado. Esta ação impõe formas administrativas territoriais coloniais no presente que repercutem nos modos de vida de distintos povos e comunidades.

Tal como analisado por Velho (1976), o objeto desta pesquisa comparativa é abordar uma “situação social” ainda em curso e a busca da relação existente de uma mesma estrutura concebida na implantação de megaprojetos econômicos e de infraestrutura diante de terras tradicionalmente ocupadas

---

40 Pensamos na aproximação com fenômenos históricos, como as estradas romanas, ou as chamadas estradas reais. Podemos citar a obra literária intitulada “O Caminho Real”, de André Malraux.

referidas a povos e comunidades tradicionais. Aqui se encontra o primeiro limite desta pesquisa. A diversidade dos agentes sociais envolvidos em Moçambique e no Brasil.

Na região do chamado “Corredor Carajás”, que compreende os estados do Pará e Maranhão, pode-se citar existências de comunidades heterogêneas como povos indígenas, extrativistas, ribeirinhos, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu e pescadores. A própria designação como quilombola no Brasil também não é homogênea, reúne situações com processos históricos diferentes caracterizados por determinações de existência localizadas, como “rio dos pretos”, “terras de preto”, “terras de santo”, “terras de herança”, “terras de pobreza”... Com relação aos povos indígenas, citamos Gavião, Guajajara/Tenetejara e Awá-Guajá. Toda essa complexidade social converge para distintas formas organizativas.

Em Moçambique, a pesquisa tem se concentrado na região do Vale do Rio Zambeze. Assim referir-mo-nos aos grupos Chuwabo, Sena e Nyungwe. A Província de Tete, que inclui o Distrito de Moatize, é predominantemente ocupada pelo grupo Nyungwe. Essa definição varia entre a definição organizativa enquanto camponeses e a definição linguística. A definição linguística contrasta com outros grupos em distintos planos organizativos, como o comércio e postos de emprego. Contudo, podemos dizer que a maior organização social trata-se da União Nacional de Camponeses-UNAC. A organização baseia-se em critérios que mobilizam a definição enquanto camponês.

Em 2010, a UNAC conta com cerca de 86.000 membros individuais agrupados em 2200 associações e cooperativas. Estas, por suas vez estão organizadas em estruturas superiores somando o número de 83 uniões distritais, 7 uniões e 4 núcleos provinciais de camponeses (UNAC, s/d)<sup>41</sup>

O avanço da atividade mineradora e a implantação de empresas multinacionais – como VALE e International Coal Ventures Private Limited (ICVL) –, ocasionou o aumento do fluxo de pessoas, bens e serviços, aumentando na mesma medida as fronteiras sociais (Barth, 2000).

---

41 Ver <http://www.unac.org.mz>

Objetivamos com este texto, uma apresentação preliminar de dados obtidos a partir de fontes primárias e secundárias, referências bibliográficas e observações diretas.

## O “Corredor De Nacala” – Moçambique

O *loci* da pesquisa corresponde a duas ex-colônias portuguesas. Moçambique foi incorporada ao domínio imperial português pelo explorador Vasco da Gama, em sua viagem ao Cabo da Boa Esperança, no ano de 1498. Entre 1500 e 1550, exploradores portugueses ocuparam o interior a procura de ouro, principalmente a região do rio Zambeze. O domínio português se estendeu até o início da segunda metade do século XX, quando inicia a luta política pela independência de Moçambique.

O principal opositor da dominação portuguesa era a Frente de Libertação de Moçambique-FRELIMO, fundada por movimentos pela independência. De acordo com o Programa da FRELIMO, o primeiro ponto seria “Liquidar o Colonialismo Português”, pois “o povo moçambicano deixou de produzir para si próprio: reduzido à escravidão, a sua força de trabalho passou a ser um instrumento para o enriquecimento da burguesia portuguesa, ligada às burguesias dos outros países capitalistas” (FRELIMO, s.d, p. 3). A FRELIMO apoiava-se no ideário socialista, como modelo para o futuro Estado-Nação.

Após o processo tardio de descolonização – Moçambique conquistou a independência de Portugal em 1975 –, o país entra novamente em guerra, dessa vez civil, contra moçambicanos organizados pela Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), dita organização anticomunista foi apoiada por países como a África do Sul<sup>42</sup>. Após o processo de paz, firmado em 1992, ambas as organizações se estabeleceram como partidos políticos. No entanto, a FRELIMO tem comandado o país por meio de eleições.

---

42 Conforme José Luis Cabaço “A Renamo é basicamente um movimento de camponês. As pessoas esquecem que uma guerra civil de 16 anos tem uma dinâmica... O início da guerra com a Renamo é a continuação da guerra colonial, porque é a confrontação com o colonialismo, nesse caso já não português, mas sul-africano, britânico. Mas a Renamo depois cria uma dinâmica própria, ela vai se impondo como partido da tradição, o partido da sociedade camponesa. Quer dizer, de forma muito bruta, a Renamo é o partido da tradição e a Frelimo é o partido da modernidade. Da má modernidade” (José Luiz Cabaço como citado em Amaral, 2016, s/p).

Neste contexto de consolidação do processo paz e do controle de Moçambique pela FRELIMO como partido político vitorioso nas eleições, no Brasil – através da vitória do Partido dos Trabalhadores à Presidência –, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, se aproximou de diversos países africanos e latino-americanos à fim de possibilitar o espraiamento do capital brasileiro, para o desenvolvimento de megaprojetos econômicos e de infraestrutura, além de projetos da área da saúde, firmados pela FIOCRUZ e na área de desenvolvimento agrícola, apoiados pela EMBRAPA.

No caso ora analisado em Moçambique, ou seja, exploração de carvão mineral pela VALE e seus investimentos no chamado “Corredor de Nacala”, esta empresa atua em Moçambique desde 2004 quando ganhou a concessão para explorar a mina de carvão de Moatize, província de Tete, iniciando as operações em 2011, retirando, inicialmente a produção mineral pela “Linha de Sena”, que liga Moatize ao Porto da Beira. A VALE tem investido na reconstrução da linha férrea que liga Moatize a Nacala, passando pelo Malauí, prevendo o aumento da produção. Segundo o relatório do I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, realizado no Rio de Janeiro, abril de 2010,

O Projeto de Carvão Moatize tem uma área de concessão localizada a 17 Km noroeste da Cidade de Tete na República de Moçambique, ao longo do bloco esquerdo do rio Zambeze, a 180 Km sudoeste da Barragem de Cahora Bassa e a 80 Km este da fronteira com a república do Malawi (I ENCONTRO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE, 2010, p. 125).

De acordo com a VALE, a capacidade da mina de Moatize é de “11 milhões de toneladas métricas por ano, sendo 8,5 milhões de toneladas de carvão metalúrgico, principalmente *premium hard coking coal* (HCC), e 2,5 milhões de toneladas de carvão térmico” (Fonte: VALE). A mina de carvão está a céu aberto, segundo os agentes sociais definidos como “atingidos” pela mineração de Moatize, existem inúmeros “efeitos sociais” e ambientais não considerados pela VALE e nem pelo governo de Moçambique.

Ainda de acordo com a VALE, a produção de Moatize atingiu um recorde trimestral de 1.756.000 no 3T16, ficando 40,3% e 32,8% acima do 2T16 e do 3T15, respectivamente, com um aumento em ambas as produções de carvão metalúrgico e térmico” (VALE, s.d., p. 18). A VALE expandiu o projeto minerador para Moatize II, e segundo estimativas empresa, a capacidade

de produção seria de 22 milhões de toneladas anuais. O minério produzido pela VALE é transportado Linha do Sena, parte da malha ferroviária que liga ao Porto da Beira, recuperada pela VALE. Para além desta, a VALE está investindo no chamado “Corredor de Nacala”, passando a produção mineral por dentro do Malauí, até Nacala-à-Velha.

A ligação entre Moatize e a Beira, nesta última, está situa-se o Terminal Cais 8, operado pela VALE. À esta ligação, designam de “Linha do Sena” (com 575 km), e de acordo com a VALE<sup>43</sup>, até dezembro de 2014, a empresa detinha 70% de participação no Corredor Logístico de Nacala, desse total a japonesa Mitsui adquiriu 50%. Este projeto do corredor prevê a recuperação e restauração 682 km e de linha férrea e a construção de 230 km de novo trecho (totalizando 912 km entre os países de Moçambique e Malauí) e construção de terminal marítimo, a VALE, pretende ainda instalar uma nova mina e aumentar a produção da usina de processamento e lavagem de carvão (CHPP).

O projeto minerador da VALE em Moçambique tem sido largamente criticado por organizações camponesas e de direitos humanos. Segundo Fábila Belém (correspondente da RFI Brasil em Moçambique), a VALE tem sido acusada de “danos ao meio ambiente”, como também de ocasionar as “precárias condições de vida de famílias que viviam na zona onde está a mina de carvão de Moatize” (BELÉM, 2016, s.p.). Segundo a correspondente jornalística, cerca de 1300 famílias de camponeses foram deslocados para dar lugar a mina para reassentamentos.

Desde o período colonial português até os dias atuais, o rio Zambeze tem tido importante papel para a exploração dos recursos naturais, seja o extrativismo mineral nas suas margens, seja o aproveitamento hídrico vide a Hidrelétrica de Cahora Bassa<sup>44</sup>, também na Província de Tete, em Moçambique<sup>45</sup>. Os impactos

---

43 Cf. VALE no mundo/VALE em Moçambique. Consultado em <http://mundo.intranetvale.com.br/PT/Unidade/Content/Mo%C3%A7ambique> - Acessado em 15 de fevereiro de 2017.

44 A Barragem de Cahora Bassa começou a ser construída em 1969, e em 1975 é criada a Hidrelétrica de Cahora Bassa. Fonte: <http://www.hcb.co.mz/Empresa/Historial>

45 Está prevista a construção da Hidrelétrica de Mphanda Nkuwa, rio Zambeze, 60 quilômetros a jusante da Cahora Bassa. Seu projeto tem gerado protestos por parte das chamadas comunidades ribeirinhas e ambientalistas.

da extração mineral atingem, segundo os próprios agentes sociais, o ar e as águas. Além deste, outros efeitos da mineração são registrados e foram narrados durante o I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, realizado no Rio de Janeiro, abril de 2010, entre eles foi o reassentamento de 5.140 habitantes, a exumação de 1.315 corpos e de 3.000 animais<sup>46</sup>. Segundo o um depoimento publicado no Dossiê dos impactos e violações da Vale no Mundo:

A Vale não respeita nada e os seus funcionários não tem como falar com as pessoas. O Distrito de Moatize já é dos brasileiros, transformou-se num pequeno Brasil onde eles fazem e desfazem. A comunidade de Chipanga está praticamente numa gaiola feita pela Vale. Há despedimentos sem justa causa, quando alguém cai doente, e falta alguns dias é motivo de despedimento mesmo que a pessoa esteja internada, como foi o caso de um residente da comunidade, Sr. Alberto Njerecela” (I ENCONTRO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE, 2010, p. 127).

Um estudo foi realizado pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio Lurio (2014) e abrange toda a bacia do rio Lurio, identificando as seguintes modalidades de uso do solo: agricultura comercial, pequenos agricultores e agropecuária. As estimativas para a produção seriam de: cereais: 210,000 toneladas por ano; grãos: 270,000 toneladas por ano; açúcar: 750,000 toneladas por ano; criação de gado: 400,000 toneladas por ano; e, carne: 3,5 milhões kg de carne por ano.

Esta mesma região tem sido alvo do projeto de cooperação multilateral entre Moçambique, via o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA), Japão, via a Agência Internacional de Cooperação Japonesa (JICA) e Brasil, via a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), intitulado ProSavana (“Projeto de Melhoria da Capacidade de Pesquisa e de Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Agricultura no Corredor de Nacala”). O ProSavana envolve a cooperação internacional para o desenvolvimento agrícola, grandes projetos de monocultura irrigada na região do “Corredor de Nacala”. Segundo, documento oficial, o objetivo seria “criar novos modelos de desenvolvimento agrícola, considerando-se aspectos ambientais, socioeconômicos, e buscando um desenvolvimento agrícola/rural/regional orientado para o mercado de forma competitiva” (ProSAVANA-PD, 2013, p.

---

46 Fonte: Dossiê dos impactos e violações da Vale no Mundo, 2010. I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, realizado no Rio de Janeiro, abril de 2010.

1). O projeto ProSavana é um paralelo com os projetos de desenvolvimento do agronegócio no cerrado brasileiro, levados adiante pela EMBRAPA, esta também se encontra instalada em Moçambique. O ProSavana, agrega três linhas de atuação:

ProSAVANA-PI: Projecto de Melhoria da Capacidade de Pesquisa e Transferência de Tecnologia com vista ao Desenvolvimento da Agricultura no Corredor de Nacala, Moçambique. ProSAVANA-PD: Projecto de Apoio ao Plano Director com vista ao Desenvolvimento Agrícola no Corredor de Nacala, em Moçambique. ProSAVANA-PEM: Projecto de Criação de Modelos de Desenvolvimento Agrícola Comunitários com Melhoria do Serviço de Extensão Agrária com vista ao Desenvolvimento da Agricultura no Corredor de Nacala, em Moçambique (ProSAVANA-PD, 2013, p. 3).

Sprandel e Carvalho (2015) registram uma série de “atos do estado” brasileiro em Moçambique analisando a atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) a partir da postura do governo brasileiro que fortaleceu relações diplomáticas sul-sul. Especificamente, em Moçambique, segundo os autores, a EMBRAPA mantém três projetos estruturantes voltados para a segurança alimentar em Moçambique, plataforma e inovação agrária e o ProSavana. Neste sentido, levantaram as sucessivas viagens feitas à África pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.

O Presidente Lula realizou quatro viagens à África: em novembro de 2003, para São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul; em julho de 2004, para São Tomé e Príncipe, Gabão e Cabo Verde; em abril de 2005, para Camerão, Nigéria, Gana, Guiné Bissau e Senegal; em fevereiro de 2006, Argélia, Benin, Botsuana e África do Sul; em novembro de 2006, para Nigéria. No seu segundo mandato, visitou, em outubro de 2007, Burkina Faso, República do Congo, África do Sul e Angola; em abril de 2008, Gana; em outubro de 2008, Moçambique; em junho de 2009, Líbia; em julho de 2010, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Quênia (dia 6), Tanzânia, Zâmbia e África do Sul; em novembro de 2010, Maputo (SPRANDEL; CARVALHO, 2015, p. 3).

O termo “camponês” é uma categoria analítica e teórica, mas também de mobilização social. Segundo a União Nacional de Camponeses de Moçambique (UNAC), “o programa visa transformar 14,5 milhões de hectares de terra agrícola no Corredor de Nacala no Norte de Moçambique e atualmente utilizados por agricultores de pequena escala, em monoculturas agrícolas industriais detidas por empresas para fins exportação” (UNAC, 2014, s.p.).

Neste sentido, promoveram a campanha “Não ao ProSavana”. A UNAC se posiciona contrária ao projeto, segundo o **Pronunciamento da UNAC sobre o Programa Prosavana,**

Após uma análise profunda do ProSavana, Nós camponesas e camponeses, concluímos que:

O ProSavana é resultado de uma política que vem do topo para a base, sem no entanto levar em consideração as demandas, sonhos e anseios da base, particularmente dos camponeses do Corredor de Nacala;

Condenamos veementemente qualquer iniciativa que preconize o reassentamento de comunidades e expropriação de terra dos camponeses, para dar lugar à mega projectos agrícolas de produção de monoculturas (soja, cana-de-açúcar, algodão etc.);

Condenamos a vinda em massa de agricultores brasileiros que se dedicam ao agronegócio, transformando camponesas e camponeses moçambicanos em seus empregados e em trabalhadores rurais;

Notamos com enorme preocupação que o ProSavana demanda milhões de hectares de terra ao longo do Corredor de Nacala, porém a realidade local mostra a falta de disponibilidade dessas extensões de terra, visto que a mesma é usada por camponeses com recurso à técnica de pousio.

Olhando para a forma como foi elaborado e o processo de implementação do ProSavana, Nós camponesas e camponeses, alertamos para os seguintes impactos esperados:

O surgimento de Comunidades Sem Terra em Moçambique, como resultado dos processos de expropriações de terras e reassentamentos;

Frequentes convulsões sociais ao longo do Corredor de Nacala, e não só;

Empobrecimento das comunidades rurais e redução de alternativas de sobrevivência;

Aumento da corrupção e de conflitos de interesse;

Poluição dos recursos hídricos como resultado do uso excessivo de pesticidas e fertilizantes químicos, bem como o empobrecimento dos solos;



Desequilíbrio ecológico como resultado de desmatamento de extensas áreas florestais para dar lugar aos projectos de agronegócio (UNAC, 2012, s.d.).

Estas iniciativas de mineração e agrícola abrangem a região norte de Moçambique. A atuação da EMBRAPA corresponde à expansão do projeto de exploração agrícola do cerrado brasileiro devido a características climáticas semelhantes. De acordo com o Plano Diretor (2013) do ProSavana, a temperatura média anual no “Corredor de Nacala” varia entre 25° e 26°, trata-se de extensas áreas agriculturáveis entre a bacia do rio Lurio e rio Licungo, além de áreas ao norte da Bacia do rio Lucio. Tais áreas correspondem a savanas. Ao norte, Moçambique é adentrada por Malauí. A Província de Tete fica a noroeste, neste sentido o chamado “Corredor de Nacala” corta ao sul parte de Malauí, como pode ser visto na figura 1. Moçambique limita-se ao norte com o Malauí, Tanzânia, Zâmbia, ao centro-sul com Zimbábue, África do Sul e Suazilândia. Na região do “Corredor de Nacala”, segundo o Plano Diretor (2013), a malha hidrográfica deságua no oceano Índico, com algumas exceções que deságuam no lago Niassa.

Rossi (2015), no livro intitulado “Moçambique, o Brasil é aqui”, apresenta um quadro onde ela mapeia a existência de 15 empreendimentos econômicos e de cooperação técnica, em Moçambique, podemos citar: Moatize (exploração de carvão - VALE), Mphanda Nkuwa (hidrelétrica - Camargo Corrêa), Changara (PAA África), Lichinga (campos da Embrapa), Cuamba (ferrovia - Vale), Lioma (soja - Pinesso), Nampula (Campo da Embrapa), Monapo (fosfato - Vale), Nacala (Porto - Vale; Aeroporto - Odebrechet), Marromeu (açúcar - Petrobrás), Beira (UAB), Muxúngue (Vale conflito armado), Moamba Major (Barragem - Andrade Gutierrez), Matola (Fábrica da Fiocruz) e Maputo (UAB; Embrapa).

Os investimentos do Brasil em Moçambique receberam aportes financeiros através de apoio direto e reembolsável do Banco Nacional Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES. Tais financiamentos correspondem à execução de obras de infraestrutura e logística, inclusive apoio para desenvolvimento de infraestrutura no chamado “Corredor Logístico de Nacala”, como se pode observar na tabela abaixo, remontam o total de **US\$ 445.000.000**, cerca de **R\$ 1.379.500.000,00** (cotação estimada do dia 18 de fevereiro de 2017):

PAÍS	EMPRESA	EMPREENDIMENTO	VALOR US\$	DATA CONTRATAÇÃO
MOCAMBIQUE	CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S/A	EXPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE MOAMBA-MAJOR, LOCALIZADA NO RIO INCOMATI (REGIAO DE MOAMBA), PARA FORNECIMENTO DE AGUA	320.000.000	2014
MOCAMBIQUE	CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A	EXPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DESTINADOS A CONSTRUÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE NACALA, NA CIDADE DE NACALA, PROVINCIA DE NAMPULA, NO NORTE DA REPUBLICA DE MOCAMBIQUE.	80.000.000	2011
MOCAMBIQUE	CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A	EXPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA OBRAS COMPLEMENTARES DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE NACALA	45.000.000	2013
TOTAL US\$			445.000.000	

**Tabela 1** - Dados obtidos a partir do sistema de Consulta a financiamento de exportação pós-embarque - serviços de engenharia. Consulta realizada dia 17 de fevereiro de 2017.

A partir da **Consulta a financiamento de exportação pós-embarque - serviços de engenharia**, disponibilizada pelo BNDES (no site <http://www.bndes.gov.br>), pode-se verificar ainda investimentos em Gana e Angola. Sendo que a Angola concentra a maioria da aplicação de capital. Assim, temos o seguinte quadro: Gana - 2, Moçambique - 3, Angola - 86. Os investimentos em Gana somam US\$ 215.854.892,00 e Moçambique US\$ 3.990.938.491,82. Em Moçambique, tais investimentos referem-se à infraestrutura e logística, bem como estradas, rodovias, avenidas, prédios públicos, aeroportos, rodoviárias, barragens, linhas de transmissão elétrica e usinas hidrelétricas. Segundo Sprandel,

O BNDES, desde 2007, apoia operações de exportações de bens e serviços brasileiros para a África. Os projetos incluem obras de geração e transmissão de energia, rodovias, saneamento, habitação, logística aeroportuária e exportação de aeronaves, além da exportação de máquinas e equipamentos, incluindo maquinário agrícola. Desde então, até 2013, o BNDES desembolsou US\$ 2,9 bilhões para operações na África, em países como Angola, Moçambique, Gana, África do Sul e Guiné Equatorial (SPRANDEL, 2015, p. 6).

Os investimentos e empréstimos de recursos do Brasil para a África envolvem múltiplas atividades, seja econômica, de infraestrutura, logística ou cooperação técnica, por meio da EMBRAPA, com observou Spandel; Carvalho (2015),

Em 2012, a Embrapa anuncia ter projetos pequenos, de capacitação em mais de 30 países [no total, a África tem 54 países]. Pelos projetos estruturantes, o maior deles, e o mais antigo, é o Cotton-4, que atende a parte de algodão de quatro países do oeste da África (Benin, Burkina Faso, Chade e Mali). A empresa afirma que continuará trabalhando com demandas da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e abrindo caminho para um programa que estava começando na África, o Mais Alimentos África, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) brasileiro. Só Gana receberia 96 milhões de dólares de empréstimo do Brasil. O modelo é o mesmo do programa Mais Alimentos do Brasil, mas agora implantado na África, com alguns benefícios extras. É anunciada a participação da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), num contexto em que os países assinam contrato e demandam tratores, colheitadeiras, arados e outros equipamentos precisam (SPRANDEL; CARVALHO, 2015, p. 16).

## O “Corredor de Carajás” - Brasil

Nas regiões analisadas, perpassam noções desenvolvimentistas utilizadas há mais de meio século, referidas à noção de “polos de crescimento” elaborada por François Perroux (1975), tendo grande influencia para os planejadores no Brasil. Para o autor, o crescimento econômico não acontece em todos os lugares, ao mesmo tempo, dessa forma, “o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia” (PERROUX, 1975, p. 100). Assim sendo, prevaleceram designações como “polo”, “corredor”, dentre outros termos utilizados para designar regiões geográficas a partir de determinadas vocações econômicas.

No Brasil, assiste-se há mais de meio século a operacionalização do termo “polo de crescimento”, as medidas integracionistas aplicadas ainda no governo de exceção militar-civil a partir da elaboração dos planos de desenvolvimento nacional. Tais medidas administrativas se apoiaram na noção de “polos de

crescimento”, surgindo, por exemplo, o POLAMAZÔNIA. Atualmente, tais metáforas ganham força a partir de megaprojetos logísticos, de infraestrutura e econômicos, tais como “corredor” e “arco”, podemos citar o “Corredor de Carajás” e o projeto do “arco Norte” no Brasil, como também o “Corredor de Nacala” em Moçambique.

Tais metáforas apresentam, hoje, múltiplas significações: quanto à noção de “arco” pode-se mencionar o projeto “Arco Norte”, uma definição dos planejadores que visa a interligação logística através de infraestrutura rodoviária, ferroviária e portuária, possibilitando olha a Amazônia para o Atlântico, neste sentido pode-se mencionar os portos de Miritituba, Itacoatiara ou a EF-170 (conhecida como Ferrogrão). É possível também de “arco do desmatamento” empregada por ambientalistas para designar regiões com altos índices de desmatamento. A figura do “arco” se aproxima de outras metáforas geométricas, como a de “trapézio”<sup>47</sup>. Da mesma forma a noção de “corredores”. Para os planejadores, a noção de “corredores” estampa a relação produtor-consumidor, por onde escoam produtos, bens e serviços. Do ponto de vista ambiental, a noção de “corredores ecológicos” tem sido usada para relacionar a interligação de grandes áreas destinada à proteção ambiental.

O plano de crescimento para ao Brasil, a partir do governo de exceção militar-civil, instalado no Brasil por meio de um golpe militar de 1964 baseou-se firmemente da noção de “polos” de Perroux (1975). Dessa forma, foram feitos estudos e proposições baseadas na noção de “vocaçao econômica” como propulsão de crescimento. Assim, foram destacados, recursos minerais, florestais, agropastoris, hídricos e industriais a partir da classificação em “polos”, “polo industrial”, “polo mineral”, “polo agrícola”, “polo pesqueiro”, ou mesmo “polo agrícola”.

A noção operativa de “polos de crescimento” possibilitava uma aproximação geográfica do desenvolvimento econômico regional. Para Perroux, entre as suas características está a “concentração territorial”, no que se pode conceber como “complexos industriais”, “polo industrial”, concentração territorial

---

47 O Msc. Nicolas Ramirez realizou esta discussão sobre metáforas geométricas instituídas para designar certas regiões, como a ideia de “trapézio”, na dissertação intitulada “Disciplina que genera indisciplina: configuração de um conflito socioambiental no baixo Caquetá - Japurá”, defendida no PPGAS, em 2016.

a partir de determinados seguimentos produtivos. A noção de “polos de crescimento” prevê a interligação entre esses polos, criando um “novo espaço” com “novas funções”, segundo Perroux,

o pólo industrial complexo transforma o seu meio geográfico imediato e, se tem poder para tanto, toda a estrutura da economia nacional em que se situa. Centro de acumulação e concentração de meios humanos e de capitais fixos e definidos chama à existência outros centros de acumulação e concentração de meios humanos e de capitais fixos e definidos. Quando dois destes centros entram em comunicação graças a vias de transporte material e intelectual, extensas transformações se desenham no horizonte econômico e nos planos de produtores e consumidores (PERROUX, 1975, p. 108).

O pensamento dos planejadores econômicos brasileiros foi também influenciado pelo economista, Walt Whitman Rostow (1961) que previa o desenvolvimento econômico em cinco etapas, que vai da sociedade tradicional ao consumo em massa. Essa fragmentação evolucionista da economia previa que as sociedades partem de modos de produção arcaicos baseado na agricultura para complexos modelos industriais, produto dos chamados “avanços tecnológicos”, marcado pelos altos padrões de vida da população propiciados pela vida altamente industrializada.

Na década de 1940, Getúlio Vargas criou por meio do Decreto-Lei nº 3.002, de 30 de janeiro de 1941, a Companhia Siderúrgica Nacional e por meio do Decreto-lei nº 4.352, de 1º de junho de 1942, a Companhia Vale do Rio Doce e na década de 1950, foi criada por meio da Lei no 2.004, de 3 de outubro de 1953, a Petrobras (cujo projeto teve a colaboração de Inácio Rangel). Para alguns economistas, tais iniciativas constituem em tomada de decisão que previa um salto desenvolvimentista na economia brasileira, marcando uma “nova” etapa.

Para a região amazônica foi instituído a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia-SPVEA, pela Lei nº 1.806, de 6 de Janeiro de 1953, que previa, o desenvolvimento agrícola, o fomento da produção animal, a infraestrutura contra inundações, o aproveitamento mineral, a industrialização de matérias primas, política energética, sistema de crédito bancário regional, dentre outras medidas. A SPVEA foi substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), através da LEI Nº 5.173, DE 27 DE OUTUBRO DE 1966.

Com o estabelecimento do governo de exceção a partir de 1964, o Brasil operacionalizou a noção de Perroux desenvolvida durante a década de 1950. A partir de então, a metáfora de “polo” marca as iniciativas administrativas que previam o crescimento econômico. De acordo com Farias Junior (2016), tais iniciativas de integração estão colocadas a partir dos intitulados Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND). Distintas regiões foram classificadas segundo as suas vocações econômicas: mineral, energia hídrica, agropastoril, logística ou industrial.

A Lei no 5.727, de 4 de novembro de 1971, institui o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para os anos de 1972 a 1974. Neste plano, ressalva-se a relação com o Programa de Integração Nacional via o desenvolvimento de projetos de infraestrutura e logística. A Ressalva nº 5 menciona os “Corredores de Transporte”. A implantação dos chamados “polos” tinha como objetivo descentralizar o crescimento econômico. Tal crescimento regional estaria interligado novas obras de infraestrutura e logística,

A integração nacional, com significado primordialmente econômico-social, destina-se, do ponto de vista da demanda, a criar mercado interno, capaz de manter crescimento acelerado e auto-sustentável, e, do ponto de vista da produção, a permitir a progressiva descentralização econômica. Isso se fará pelo estabelecimento de pólos regionais no Sul e no Nordeste, de sentido integrado agrícola-industrial, assim como no Planalto Central e na Amazônia, notadamente agrícola-mineral, complementando-se dessa forma o grande pólo do núcleo São Paulo-Rio-Belo Horizonte (LEI NO 5.727, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1971).

Os interesses sobre os recursos minerais compreendem os investimentos no Programa RADAM (Radar para a Amazônia) definindo o potencial dos solos, além de outros investimentos no setor. A mineração, como a industrialização (Manaus), exportação florestal, pecuária e agroindústria, comporiam as chamadas prioridades regionais para a Amazônia. As metas para 1972-1974 tinham desdobramentos regionais, o documento intitulado

“Subsídios ao Plano Regional de Desenvolvimento (1972-1974)”, destaca as recém-descobertas minas de bauxita no rio Trombetas, Oriximiná e Paragominas, ambos no estado do Pará,

São de descobertas recente grandes reservas de bauxita, no rio Trombetas, à margem esquerda do Amazonas, com reservas já prospectadas superiores a 200 milhões de toneladas, com evidentes indícios de que o potencial mineral é muito superior ao prospectado. Aham -se em fase de trabalhos pré-operatórios para exploração.

No município de Paragominas, também no Pará, foram identificadas e estão sendo ativamente pesquisadas grandes ocorrências de bauxita.

A bauxita tem sido assinalada ainda na região limítrofe Pará-Amapá e Pará-Amazonas e no Território de Roraima, nas fronteiras com a Guiana Inglesa, onde já se pratica ativamente a exploração dês.se minério em zona cuja formação geológica é a mesma da encontrada do lado brasileiro.

No Estado do Amazonas, no distrito ferrífero do rio Jatapu ocorrem argilas de evolução bauxítica. Com perspectivas muito favoráveis da existência de grandes jazimentos de bauxita (SUDAM, 1971, p. 23).

Sobre a existência de minérios de ferro, o referido documento, salienta que, ao lado do manganês, o ferro ocupa lugar de destaque na Amazônia. Assim, as grandes jazidas de minério de ferro da Serra do Carajás, em Marabá, ao sul do Pará, na Zona do Tocantins, com reservas já aferidas de vários bilhões de toneladas e que, ao que tudo indica, estende-se em continuidade geográfica até o vale do Xingu, constituindo uma imensa província ferrífera (SUDAM, 1971, pp. 22).

A explicitação da descoberta das jazidas de bauxita em Oriximiná e Paragominas está arbitrariamente explicitada neste texto, pois coincide com o interesse de pesquisa deste projeto. É no II Plano Nacional de Desenvolvimento, para os anos de 1975-1979, que se delineia a política mineral e esta região citada no plano anterior dá origem ao que se chamou de “Complexo Mínero-Metalúrgico da Amazônia Oriental”, compreendendo o esquema integrado Carajás-Itaqui (minério de ferro e siderurgia) o conjunto bauxita-alumina-alumínio (Trombetas-Belém) e inúmeros outros empreendimentos associados ao aproveitamento do potencial hidroelétrico da região Araguaia-Tocantins (São Félix e Tucuruí). Os investimentos, até agora, estão estimados em Cr\$ 16 bilhões, na primeira fase (SUDAM, 1971, p. 66).

No âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), cria-se o chamado POLAMAZÔNIA, que, de acordo com a Exposição de Motivos nº 15, era constituído por 15 de áreas preliminarmente selecionadas, designadas de polos, eram elas: I. Xingu-Araguaia, II. Carajás, III. Araguaia -Tocantins, IV. Trombetas, V. Altamira, VI. Pré-Amazônia Maranhense, VII. Rondônia, VIII. Acre, IX. Juruá-Solimões, X. Roraima, XI. Tapajós, XII. Amapá, XIII. Juruena, XIV. Aripuanã e XV. Marajó. O POLAMAZÔNIA operacionalizou a noção de “vocação econômica” e de “polo de crescimento”.

Tais polos objetivavam a exploração agropastoril, extrativismo mineral, exploração florestal, aproveitamento hídrico para a geração de energia e distintos processos de industrialização. A organização dos polos agropecuários e agrominerais da Amazônia poderiam ser distinguidos entre: agropecuários e madeireiros, agrominerais e polos urbanos, além dos complexos minero-metalúrgico.

Para exemplificar, posso me referir aos polos: II. Polo Carajás refere-se a exploração mineral de ferro, com capacidade para 18 bilhões de toneladas, numa área entre os rios Xingu e Tocantins, que equivale a 90 milhões há, “com a finalidade de explorar essas grandes jazidas, a Companhia Vale do Rio Doce associou-se à U.S. Steel formando a Amazônia Mineração S.A. - AMZA, dando início a prospecção em grande escala” (BRASIL, 1974, p. 11020). IV. Polo Trombeta refere-se á áreas pesqueiras, agriculturáveis e minerais, onde,

Encontra-se em curso na região um importante programa de aproveitamento de recursos minerais, notadamente do bauxita. Prevê-se a execução de grandes empreendimentos, entre os quais o Projeto Trombetas; a cargo da Mineração Rio Norte, associação de empresas com participação da Cia. Vale do Rio Doce, envolvendo investimentos de US\$ 170 no período 1974/79: O término da implantação do programa esta previsto para o final da década, mas a produção da bauxita deverá ter início em 1977, com 3,35 milhões de toneladas, evoluindo para 8 milhões em 1979 (EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 015, 1974, p. 11021).

Para o exame do contexto regional, Lúcio Flávio Pinto (1982) observa que,

Há quatro projetos mínero-metalúrgicos em implantação: o projeto de ferro da Companhia Vale do Rio Doce, que iniciará suas operações em 1985, devendo produzir 35 milhões de toneladas anuais. O de alumina da Alunorte, que vai produzir 800 mil toneladas, simultaneamente ao de alumínio da Albrás, com



320 mil toneladas. E o projeto da Alcoa em São Luís, que começará com 500 mil toneladas de alumina e 100 mil toneladas de alumínio, podendo chegar a dois milhões de toneladas de alumina e 400 mil toneladas de alumínio (PINTO, 1982, p. 52).

Segundo a VALE<sup>48</sup>, a Província Mineral de Carajás foi descoberta em 1967, localizada no município paraense de Parauapebas. Atualmente, existem cinco minas de ferro em operação: N4E, N4W, N5E, N5W e N5 Sul, onde se explora ferro, níquel, manganês, cobre e ouro. Segundo a página web intitulada A VALE no Pará<sup>49</sup>, a exploração mineral na região está organizada dessa forma: O mineral extraído do Complexo Carajás é transportado via extensa malha ferroviária até o terminal marítimo de Ponta Madeira, próximo ao Porto de Itaqui, ambos no Maranhão. O manganês explorado na Mina Azul desde 1985 é transportado pela Estrada de Ferro Carajás (EFC) até Porto da Madeira. O níquel é explorado na Mina Onça Puma, no município paraense de Ourilândia do Norte, tem o transporte realizado via estrada pavimentada e malha ferroviária até o Porto de Itaqui. A exploração de cobre e ouro é feita no Complexo Sossego, descoberta em 1997, com investimento de US\$ 400 milhões. O Complexo está interligado a Parauapebas por uma estrada de 85 km, seguindo até Porto da Madeira. O Cobre e o Ouro também explorados pela VALE na Mina de Salobo I e Salobo II, dentro dos limites da Floresta Nacional Tapirapé-Aquiri, tem o transporte é feito por uma estrada de 90 km até Parauapebas, depois pela Estrada de Ferro Carajás (EFC) até o Porto da Madeira.

Segundo informações divulgadas no site da VALE<sup>50</sup>, em dezembro de 2016, foi inaugurado o Complexo S11D Eliezer Batista, com a instalação de nova mina e usina na Serra Sul de Carajás, no município paraense de Canaã de Carajás. Foram investidos cerca de US\$ 19 bilhões, que ocasionara o aumento de 109 milhões para 230 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Com este projeto, a VALE pretende expandir a logística de escoamento da produção mineral, onde prevê a expansão da Estrada de Ferro Carajás (EFC), que conta atualmente com 892 quilômetros, interligando Parauapebas, Pará ao Porto da

---

48 Cf. informações dispostas no site <http://mundo.intranetvale.com.br/PT/Unidade/Content/Brasil/PA>, consultado dia 19 de fevereiro de 2017.

49 Disponível no endereço: <http://mundo.intranetvale.com.br/PT/Unidade/Content/Brasil/PA>

50 Cf. informações dispostas no site <http://www.vale.com/brasil/PT/initiatives/innovation/s11d/Paginas/default.aspx>, consultado dia 19 de fevereiro de 2017.

Madeira e Porto de Itaquí, no Maranhão. A Estrada de Ferro Carajás (EFC), ainda de acordo com informações fornecidas pela VALE, foi inaugurada em 1985 para transporte de carga, e 1986 para transporte de passageiros.

Um decreto presidencial garantiu regime especial de incentivos para a instalação do Programa Grande Carajás, e segundo o Decreto-Lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980, compreendiam os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás, projetos de infraestrutura como a Ferrovia Serra de Carajás, ampliação ou instalação do sistema portuário, criação e utilização de corredores de exportação, hidrovias e aproveitamento hidrelétrico das bacias hidrográficas. O Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás, foi criado pelo Decreto nº 85.387, de 24 de novembro de 1980.

Todos esses projetos de mineração, o Complexo Carajás e suas respectivas logística, designadas de “Corredor Carajás” (no Brasil) e o Complexo de Moatize e suas respectivas logísticas, designada de “Corredor de Nacala” em Moçambique têm afetado terras tradicionalmente ocupadas (TTO). No Brasil, tais TTO estão referidas à trabalhadores rurais, extrativistas, ribeirinhos, povos indígenas e quilombolas. No distrito de Tete, onde localiza-se a Mina de Moatize, a mineração afeta camponeses e ribeirinhos. Têm sido as organizações camponesas as principais opositoras do projeto. Na Província de Tete os principais grupos étnicos são: Nyanja, Nyungue e Sena.

No caso do Brasil, têm-se também, os projetos de infraestrutura convergem para a ampliação dos “corredores”, onde pode-se mencionar o “Arco Norte” que institui complexa rede logística amazônica para o oceano Atlântico, a Estrada de Ferro-EF 170, que liga Sinop (MT) às Estações de Transbordo de Carga - ETCs de Miritituba (PA), conhecida como Ferrogrão, um “corredor exportador” de grãos. Todos esses empreendimentos têm sido executados a partir de uma noção desenvolvimentista de crescimento econômico.

Um elemento comum a tais iniciativas econômicas refere-se à concentração fundiária sob o domínio de grupos econômicos, além da manutenção do aquecimento do mercado de terras. Tal fato pode ser observado tanto no Brasil, quando em Moçambique, com a destinação de grandes porções territoriais para a monocultura e pecuária extensiva. Dessa forma, nota-se que a privatização de recursos hídricos para a geração de energia, plantações, pecuária é essencialmente para a lavagem do minério.

Considerado o embrião das atividades de pesquisa designadas atualmente como Nova Cartografia Social, Almeida (1994) publicou o livro intitulado “Carajás: a guerra dos mapas”. Resultado do Seminário-Consulta “Carajás: desenvolvimento ou destruição”. Neste evento foi apresentado o “mapa-temático” que reflete sobre a lógica da intervenção do “Estado” diante do Programa Grande Carajás (PGC) e seus “efeitos sociais”. Diante disso, o mapa foi construído a partir de dados de observação direta e fontes secundárias, onde também sublinhou “dados pormenorizados e as descrições detalhadas consoante a representação dos próprios sujeitos, isto é, camponeses, pescadores e índios” (ALMEIDA, 1994, p. 18).

Segundo Almeida (1994), registraram-se conflitos em decorrência da expropriação das terras tradicionalmente ocupadas, referidos à um “espaço homogeneizado” “área-programa” que não correspondia a diversidade das chamadas “ocupações especiais” do ponto de vista fundiário. Tratavam-se de territórios etnicamente configurados, agora cedidos aos interesses mineradores. Existia assim, segundo o autor, uma luta pela definição legítima da região. De um lado a “Estado” com a definição a partir de critérios econômicos, de outros povos e comunidades tradicionais com a noção de território,

é colidente e externa aos segmentos camponeses e aos povos indígenas, cuja existência coletiva configura territórios específicos (terras de uso comum, terras indígenas, “posses itinerantes”, terras apropriadas em caráter contingencial ou permanente por grupos domésticos que exercem formas de cooperação simples), resultados de práticas de afirmação étnica e política. Há, pois, uma contradição básica entre a região instituída e a constituição destes referidos territórios (ALMEIDA, 1994, p. 25).

## **Considerações finais**

Nossas iniciativas de pesquisas têm tentado compreender essa reestruturação das formas de dominação geográficas, em favor do deslocamento povos e comunidades tradicionais. Assim, temos desenvolvido o projeto intitulado “Nova cartografia social dos efeitos de megaprojetos e políticas governamentais de infraestrutura e investimentos na Amazônia e no Norte de Moçambique sobre povos e comunidades tradicionais”,

pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UEMA PIBIC - CNPq/UEMA/FAPEMA, permitindo mobilizar um grupo de estudantes dos cursos de Ciências Sociais e Direito.

Dessa forma, podemos mencionar os seguintes esforços de pesquisa:

PIBIC/UEMA 2017/2018

Anna Carollina da Silveira Frazão. Plano de Trabalho: “O ‘Corredor Carajás’ e os ‘efeitos sociais’ sobre povos e comunidades tradicionais”.

Ana Beatriz Melo Gomes. Plano de Trabalho: “Tensões sociais na região do ‘Corredor Carajás’: Canaã dos Carajás”.

PIBIC/UEMA 2018/2019

Anna Carollina da Silveira Frazão. Plano de Trabalho: “Dragão de ferro’: os significados possíveis da implantação da Estrada de Ferro Carajás-ECF para os povos indígenas no Maranhão”.

Célia Brenda Lima Fernandes. Plano de Trabalho: “Entre o ferro e o asfalto, o Corredor Carajás e a BR-135: as tensões sociais ocasionados por distintos projetos de infraestrutura”.

Geovana Alves Rocha. Plano de Trabalho: “Os direitos de povos e comunidades tradicionais frente a implantação de megaprojetos de infraestrutura no Maranhão”.

Heloana Karla de Amorim Reinaldo. Plano de Trabalho: “Resiliência e práticas cotidianas dos moradores do Bairro de Pedrinhas-São Luís, MA”.

Suélem Sousa dos Santos. Plano de trabalho: “Corredor Carajás: Um caminho que leva a conflitos”.

Todas essas iniciativas buscam, do lado brasileiro, compreender distintos aspectos da implantação de megaprojetos de mineração e infraestrutura. Abordando os “efeitos sociais” destes projetos e suas inter-relações, tendo em vista a abordagem proposta por Perroux (1967;1975) sobre “polos de crescimento” e “polos de desenvolvimento”. Tais proposições nos permitem aproximar o Brasil à Moçambique, tendo em vista a inteligência empresarial da VALE, que tem, por exemplo, reestruturado sua infraestrutura para atender demandas de *commodities* além da produção mineral.

## Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (1994). *Carajás: a guerra dos mapas*. Belém: Falangola,
- AMARAL, Marina (2016). *A multinacional que veio do Brasil*. Agência de Jornalismo Investigativo, 29 de fevereiro de 2016. Recuperado em 14 de março de 2019, de <https://apublica.org/2016/02/a-multinacional-que-veio-do-brasil/>
- BARTH, Fredrik (2000). Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Editores, p. 25-68.
- Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio Lúrio (2014). *Desenvolvendo o Vale do RIO LÚRIO*. Maputo. Recuperado em 14 de março de 2019, de <https://s3-eu-west-1.amazonaws.com/s3.sourceafrica.net/documents/25602/Lurio-2014.pdf>
- Decreto nº 85.387, de 24 de novembro de 1980, dispõe sobre a composição, competência e funcionamento do Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás e dá outras providências*. Brasília: Presidência da República.
- Decreto-Lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980. Institui regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás e dá outras providências*. Brasília: Presidência da República.

*Decreto-Lei nº 3.002, de 30 de janeiro de 1941, autoriza a constituição da Companhia Siderúrgica Nacional e dá outras providências.* Brasília: Presidência da República.

*Decreto-Lei nº 4.352, de 1º de junho de 1942, encampa as Companhias Brasileiras de Mineração e Siderurgia S.A. e Itabira de Mineração S.A. e dá outras providências.* Brasília: Presidência da República.

*Lei nº 1.806, de 6 de Janeiro de 1953, dispõe sôbre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências.* Brasília: Presidência da República.

*Lei nº 2.004, de 3 de Outubro de 1953, dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras providências.* Brasília: Presidência da República.

*Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências.* Brasília: Presidência da República.

*Portaria nº 181, de 15 de junho de 2016. Instituir Grupo de Trabalho, com objetivo de analisar os entraves ao desenvolvimento da Amazônia.* Presidência da República.

*Exposição de motivos nº 015.* (1974). Brasília: Diário Oficial, pp. 11019-11023.

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. (2016). *Megaprojetos inconcludentes e territórios conquistados: diferentes processos sociais de territorialização da comunidade quilombola de Cachoeira Porteira, Oriximiná, Pará.* Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social-PPGAS, Universidade Federal do Amazonas-UFAM, Manaus, Brasil.

Frente de Libertação de Moçambique. *Programa e Estatutos da FRELIMO*, s.d.

I Encontro Internacional dos Atingidos pela VALE. *Dossiê dos impactos e violações da VALE no mundo.* Rio de Janeiro, 2010.

- I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)-1972/74.* (1971). Brasília: Oficinas do Serviço Gráfico da Fundação IBGE.
- MAIA, A. A. (2015). *Mudanças socio-culturais entre os Nyungwe do vale do zambeze: resistências, rupturas e continuidades na estrutura social.* Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 2019-03-15, de [www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br)
- Moatize: Comunidades reassentadas pela Vale Moçambique impedem a saída de Comboio para a Beira.* Instituto Humanas Unisinos/ Adital, 13 Janeiro 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/505627-m> Consultado dia 15 de agosto de 2016.
- PERROUX, François. (1975). O Conceito de Pólo de Desenvolvimento. In: Speridião Faissol (org), *Urbanização e regionalização relações com o desenvolvimento económico* (pp. 97-110). Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento da Presidência da República IBGE.
- PERROUX, François. (1976). *A económica do século XX.* Lisboa: Livraria Moraes Editora.
- PINTO, Lúcio Flávio. (1977). *Amazônia: anfiteatro da destruição.* Belém: GRAFISA.
- PINTO, Lúcio Flávio. (1980). *Amazônia: no rastro do saque.* São Paulo: Hucitec.
- PINTO, Lúcio Flávio. (1982). *Carajás, o ataque ao coração da Amazônia.* Rio de Janeiro: Editora Marco Zero.
- Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique-ProSAVANA-PD. (2013). *Elaboração do Plano Director do Desenvolvimento Agrícola no Corredor de Nacala:* Nota Conceitual. Setembro.
- ROSSI, Amanda. (2015). *Moçambique, o Brasil é aqui.* Rio de Janeiro: Record.
- ROSTOW, Walt Whitman. (1961). *Etapas do desenvolvimento económico.* Rio de Janeiro: Zahar.

SPRANDEL, Marcia Anita. (2015). *Relatório de pesquisa 3*. Manaus: Projeto Cartografia Social e Capacitação Técnica de Pesquisadores e Movimentos Sociais no Quênia e no Brasil.

SPRANDEL, Marcia Anita; CARVALHO, Gabriel. (2015). *Investimentos brasileiros na África - EMBRAPA (Relatório de pesquisa 4)*. Manaus: Projeto Cartografia social e capacitação técnica de pesquisadores e movimentos sociais no Quênia e no Brasil.

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM. (1971). *Subsídios ao Plano Regional de Desenvolvimento (1972-1974)*. Belém.

VALE. *A VALE em Moçambique*. Recuperado dia 15 de fevereiro de 2017, de <http://mundo.intranetvale.com.br/PT/Unidade/Content/Mo%C3%A7ambique> - .

VALE. *Produção da VALE no 3T16*. s.l.: s.d.

*Vale: novos conflitos em Moçambique. Entrevista especial com Jeremias Filipe Vunjanhe*. Entrevista realizada por Patrícia Fachin. Instituto Humanas Unisinos/Adital, Quinta, 26 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/506152> -Consultado dia 15 de agosto de 2016.

VELHO, Otávio Guilherme. (1976). *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. Rio de Janeiro: Difel, 1976.



# **As chamadas ‘políticas energéticas’ como atos de intervenção: estratégias ambientais em colisão a direitos constitucionais de povos e comunidades tradicionais**

**Patrícia Maria Portela Nunes<sup>51</sup>**

A criação do primeiro parque eólico do Estado do Maranhão previu a instalação de uma linha de transmissão de energia em uma vasta área oficialmente classificada como “Norte Maranhense”, que abrange cerca de 400 quilômetros correspondentes a uma área que dista do município de Tutóia ao município de Miranda do Norte. Em âmbito federal, o parque do Estado do Maranhão deverá ser ligado ao parque eólico do Ceará, alcançando os Tremembé da Almofala no município de Itarema e duplicando sua área de extensão. O projeto do governo do Estado do Maranhão contou, em seu início, com a construção de uma estrada de rodagem, promovida pelo governo do Estado, que liga o município de Barreirinhas a Paulino Neves, estendendo-se ao município de Tutóia, bem como a implantação neste trecho das chamadas “linhas de transmissão” de energia a ser gerada pelos chamados “*aerogeradores*”.

O propósito do presente artigo é colocar em suspenso os critérios de classificação atualizados pela fala dos planejadores e dos atos que lhes são correlatos, ao defenderem a implantação de parques eólicos como parte da política energética brasileira e enquanto uma estratégia que assegura a preservação ambiental e/ ou sócio-ambiental, considerando-a como um tipo de “energia limpa”. Para tanto, tomo a particularidade da implantação do primeiro parque eólico do Maranhão, cindindo-me à análise crítica sobre os atos de intervenção direcionados à criação de uma linha de transmissão de

---

51 Antropóloga pela Universidade Federal Fluminense, professora do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia e do departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão.

energia que incide sobre um conjunto de unidades sociais autodesignadas comunidades tradicionais que integram a chamada “Glebas Santa Clara Comum”, delimitada pelo Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA) e localizada no município de Tutóia, no Maranhão.

## **A Energia eólica e o modelo de ‘desenvolvimento sustentável’**

Implantada em 2016, a política de investimento de energia chamada “renovável” faz parte do “Plano Nacional de Energia 2030” \_ “PNE-2030”. Publicado em novembro de 2007 pelo Ministério de Minas e Energias<sup>52</sup>, do Estado brasileiro, o PNE- 2030 foi desenvolvido por planejadores e técnicos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), uma empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia cuja finalidade é a de prestar serviços produzindo estudos e pesquisas do setor energético, notadamente referidos à energia elétrica, petróleo e gás natural, carvão mineral e fontes energéticas renováveis \_ conforme Lei nº 10.847/2004. Tais estudos devem subsidiar a formulação, o planejamento e a implementação de ações do Ministério de Minas e Energia. O PNE 2030 parece ter dado continuidade e consolidado o Programa de Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), criado em 2002 e antecede ao “Plano Nacional de Energia 2050”, em elaboração pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Em consonância com a fala dos chamados “planejadores”, seja de políticas, de planos ou projetos de governo, o objetivo da política nacional de energia é levar em consideração, “além das variáveis de mercado, questões socioambientais” e os “potenciais avanços tecnológicos”. Em aparente

---

52 Consultar: Brasil. Ministério de Minas e Energia. Plano Nacional de Energia 2030 / Ministério de Minas e Energia ; colaboração Empresa de Pesquisa Energética . \_ Brasília : MME : EPE, 2007. 12 v. : il. De acordo com as informações apresentadas pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), em vinculação ao Ministério de Minas e Energia (MME), o Plano Nacional de Energia - PNE 2030 constitui-se no primeiro estudo de planejamento integrado dos recursos energéticos realizado no âmbito do Governo brasileiro.

consonância com tais objetivos o PNE-2030 propôs-se a contemplar “*todos os tipos de energia*”, “*do petróleo à nuclear, da eólica à termelétrica*”<sup>53</sup>, “*do gás natural à biomassa*”<sup>54</sup>, entre outras” (PNE-2030).

De modo insistente e repetitivo os discursos produzidos por aqueles que são considerados como planejadores das ações oficiais ressaltam, como argumento que justifica os altos investimentos na geração de energia eólica, seu caráter de “energia alternativa”. Isto é, trata-se sob esta ótica de fomentar investimentos em tipos de geração de energia que se colocam como uma “alternativa” aos combustíveis fósseis. Fundamentados em investimentos de pesquisa assegurados por *especialistas*, notadamente engenheiros e biólogos, em sua crescente e especialização, os discursos produzidos por estes planejadores parecem tornar de conhecimento amplo e difuso o potencial poluente dos combustíveis fósseis. A vulgarização do potencial poluente produzidos pelo carvão mineral e pelo petróleo, enquanto produtores de energia, legitimou o investimento na formação de um *corpo de especialistas* incorporados às estruturas de poder como “peritos”, tanto quanto assegurou a destinação de altas somas de recurso público ao financiamento de instituições de ensino e pesquisa necessários à articulação de um conjunto de conhecimentos científicos que “atestem” o drástico crescimento da emissão de gases prejudiciais ao “ar atmosférico”, condição *sine qua non* da vida humana na terra.

De outra parte, na visão dos planejadores a energia eólica é ainda considerada como alternativa para a crescente resistência à ampliação do “parque hidrelétrico” brasileiro. Apesar das usinas hidráulicas serem consideradas pelos planejadores do setor elétrico como oferecendo alta produtividade energética, a “fronteira hidrelétrica brasileira” está situada na

---

53 Energia termoeétrica é gerada a partir da queima de combustíveis fósseis (diesel, carvão mineral, gás natural, gasolina, etc) realizada nas usinas termoeétricas.

54 A biomassa é considerada um recurso natural renovável em distinção aos combustíveis fósseis - que requerem milhões de anos para se formarem. No Brasil cerca de 9% da energia elétrica produzida é gerada a partir da biomassa. Ela é tida como uma alternativa viável para a substituição dos combustíveis fósseis e poluentes como o petróleo e o carvão mineral

região da Amazônia. Região essa que para os planejadores está no presente comprimida por interesses ambientais que obstaculizam as ações de ampliação do parque hidrelétrico brasileiro<sup>55</sup>.

A vulgarização dos “danos” e “prejuízos” produzidos pela emissão de gás carbônico na atmosfera autoriza, institui e consagra uma mudança no discurso dos planejadores que deixa, em cerca de duas décadas, de fundamentar-se na ideia de que o desenvolvimento do Brasil estaria atrelado à primazia de um crescimento econômico somente obtido com a exploração intensiva dos recursos naturais. O propalado uso racional dos recursos ecológicos, tido como vetor do desenvolvimento econômico, exigiu investimentos públicos ao aprimoramento tecnológico direcionado à exploração da natureza e em grandes obras de infraestrutura, haja vista a implantação da maior hidrelétrica brasileira, a hidrelétrica de Tucuruí, resultado de um projeto iniciado por engenheiros em fins da década de 1950.

A chamada ideologia desenvolvimentista que orientou “atos”, “falas” e “modelos” de intervenção social nas décadas de 1950, 1960 e 1970 não dispensara as relações dos “homens” com a “natureza” consubstanciando-se em um conjunto de práticas e representações a respeito dessas relações: se para poetas e literatos a natureza em terras brasileiras se caracterizava por sua “exuberância”, “opulência” e “magnitude de suas riquezas naturais”, sob a ótica dos planejadores do desenvolvimento econômico, desse contexto, a natureza foi percebida como um obstáculo que exigia esforços do homem para ser vencida, dando lugar à produção de representações sobre as densas florestas da Amazônia, a aridez dos cerrados ou a penúria dos sertões. Sertão este que assolado pelo clima foi tornado problema público com a instituição do chamado problema das “secas do Nordeste” e motivara inclusive ações oficiais de deslocamento populacional e políticas de povoamento. Na fala dos planejadores referidos ao chamado desenvolvimentismo, portanto, a natureza brasileira precisaria ser “vencida” pelo homem para dar lugar a um patamar de desenvolvimento econômico ao Brasil e aos brasileiros. O desenvolvimentismo enquanto modelo de intervenção deu lugar à noção de “sustentabilidade” que tem norteado as políticas oficiais de intervenção pública face a uma natureza combalida, de solos esgotados, de florestas desmatadas, resultado da exploração exacerbada dos recursos naturais pelo “homem” \_

---

55 A noção de “parque” exige maior reflexão pois estando referida às chamadas ciências experimentais seu significado etimológico remete a “área cercada”, e no idioma francês área de “reserva fechada para guarda de animais destinados à caça”.

genérica ou individualmente considerado, a exploração da natureza pela “homem” elide o sujeito da ação. Enunciados que elidem o sujeito da ação constituem um tipo de enunciação recorrentemente atualizado em peças técnicas e estudos direcionados ao planejamento, formulados por aqueles responsáveis pela gestão pública, e se configuram em uma rede de relações, discursivas e não discursivas, que legitimam os atos de intervenção. Se os atos e enunciados dos planejadores referidos ao contexto de prevalência do discurso do desenvolvimentismo atribuíam o sentido de suas ações a intempéries climáticas e a representações de uma natureza difícil de ser domesticada, o discurso daqueles peritos referidos ao modelo de gestão sustentável parece estar enredado num problema: afinal quem é o sujeito da ação de degradação ambiental?<sup>56</sup>

Ao elidirem o sujeito da ação ambiental, os estudos realizados por peritos da EPE, que formulam as chamadas diretrizes da política energética, partem da premissa de que a produtividade brasileira é baixa e elencam um conjunto de problemas que exigem intervenção: investimento crescente em obras de infraestrutura, de modo que as grandes obras dão lugar aos megaempreendimentos; qualificação de mão de obra em sintonia ao incremento tecnológico; ênfase na tecnologia como vetor primordial à produtividade; reforma do sistema tributário para indução de uma maior eficiência dos investimentos empresariais<sup>57</sup>. Enquanto noção operacional<sup>58</sup> que fundamenta um novo modelo de gestão da coisa pública, a noção de “sustentabilidade” parece reforçar ações oficiais direcionadas ao incremento das chamadas “energias alternativas”, tidas como não “poluentes”.

Outro enunciado recorrente que se destaca no discurso daqueles que lhes se colocam como defensores da energia eólica é seu caráter de “energia renovável”. Energia alternativa aos combustíveis fósseis, energia renovável e energia limpa

---

56 A esse respeito consultar: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Biologismo, geografismo e dualismos: notas para uma leitura crítica de esquemas interpretativos da Amazônia que dominam a vida intelectual*. Manaus: UFAM, 2006; ALMEIDA e SPRANDEL. *O Congresso Nacional e o desmatamento na Amazônia*. Manaus, UEA Edições, 2014.

57 Ministério de Minas e Energia. *Empresa de Pesquisa Energética. Cenários Econômicos para o PNE 2050*. Dezembro de 2018.

58 Sobre a noção de sustentabilidade como noção operacional que prescinde de qualquer conceituação e definição de maior precisão, consultar: SCOTTO, Gabriela, Carvalho, Isabel Cristina De Moura, GUIMARÃES, Leandro Belinaso. *Desenvolvimento sustentável*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007. Acserald (2010) ressalta que a noção de sustentabilidade remete à lógica das práticas, articulando-se assim a efeitos sociais desejados, buscados de antemão.

constituem-se em argumentos dos defensores da energia eólica e corroboram com uma nova lógica de gestão fundada na noção de “sustentabilidade” e inscrita numa tomada de posição específica a respeito do significado de sustentabilidade. A noção de sustentabilidade é apresentada pelos gestores como princípio que asseguraria às intervenções oficiais o mínimo de “prejuízo” ou “dano” seja à natureza, seja à produtividade da economia brasileira e, por derivação, à própria ordem social. Sob tal premissa, a energia eólica é tida como “limpa” posto não degradar “a natureza” e não contribuir para a produção de “gases de efeito estufa” de modo a minimizar efeitos de “degradação ambiental”, assegurando, por extensão, ações ancoradas na noção de “sustentabilidade”. O uso das aspas tem em vista ressaltar a dispersão de categorias acionadas pelos planejadores explicitando um *modus operandi* que parece estar ancorado em noções como “sustentabilidade”, “participação”, “participação comunitária”, “gestão participativa”, “mercado solidário”, “desenvolvimento rural sustentável”, dentre outras, que não só legitimam atos e práticas da gestão pública, como delineiam um campo de disputas sobre o significado de desenvolvimento sustentável. Disputas estas que estão implicadas em modelos distintos de concepções de sociedade<sup>59</sup>. Enquanto enunciados proferidos pelos chamados “planejadores” ou “gestores” da coisa pública essas categorias são atualizadas

---

59 Ao se tomar os planos de governo apresentados por dois candidatos às eleições presidenciais de 2018 no Brasil é possível se proceder a distinções sobre a noção de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade enquanto noções operacionais acionadas para a gestão de dois modelos distintos de sociedade. Ao se observar as propostas relacionadas ao meio ambiente e ao chamado setor elétrico apreende-se as dissonâncias da noção de sustentabilidade. O candidato Jair Bolsonaro (PSL) propôs a junção dos ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura e extinção de órgãos de fiscalização ambiental, investimento em energia limpa no Nordeste e prazo menor para concessão de licenças ambientais. Com relação ao “setor energético”, o então candidato ressaltava que o Nordeste poderá ser uma das regiões mais beneficiadas por um “novo modelo de energia”: “Com o Sol, o vento e a força de trabalho, o Nordeste pode se tornar a base de uma nova matriz energética limpa, renovável e democrática” \_ em conformidade com as declarações registradas pela PV Magazine no sítio: <https://www.pv-magazine-latam.com/brasil-noticias/o-setor-energetico-que-bolsonaro-quer-para-o-brasil/>.

Em distinção a tais propostas e em referência ao meio ambiente, o candidato Fernando Haddad (PT) propôs taxa de desmatamento zero, demarcação de terras indígenas e redução de impostos para investimentos verdes. O plano de governo do candidato propunha investir em uma “economia de baixo carbono, investir na agroecologia e “garantir práticas e inovações verdes” para impulsionar o crescimento inclusivo, desenvolvimento nacional e bem-estar da população” \_ cf. matéria jornalística disponível no site <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-10/conheca-propostas-de-bolsonaro-e-haddad-para-o-meio-ambiente>.

Mais que cindidas a divisões partidárias, o dissenso no tocante ao significado da noção desenvolvimento sustentável e os estreitos vínculos estabelecidos com o problema da degradação dos recursos ambientais pode ser apreendido pela dispersão dos atos de Estado atualizados numa mesma gestão governamental, sendo intrínsecos aos Estado \_ cf Bourdieu (2014).

por políticas oficiais de intervenção, produzindo efeitos na vida social, notadamente nas situações sociais ora analisadas referidas aos autodesignados povos e comunidades tradicionais.

A formulação de uma nova política energética para o Brasil que contemple os preceitos de um “desenvolvimento sustentável” afinada aos imperativos ambientais, postos desde a propalada Conferência de Estocolmo<sup>60</sup>, tem como objetivo precípua fomentar a implementação de projetos energéticos adstritos à produção de energias “limpas”. A implantação do primeiro parque eólico do Maranhão tem assistido a um conjunto de intervenções que incluem a realização de estudos de medição dos ventos nos territórios das comunidades tradicionais, a criação de rodovias estaduais, a instalação das linhas de transmissão de energia e das Torres Anemométrica, que integram o Sistema de Geração Eólica e a efetivação do processo de regularização fundiária da Gleba “Santa Clara Comum”. Processo esse que permaneceu inconcluso por mais de uma década, tendo sido iniciado no contexto de elevação do preço da terra e aquecimento do mercado de terras face à expansão dos plantadores de soja e eucalipto na década de 1990. Ocorrida apenas em 2016, a titulação das terras em nome das Associações de Moradores teve como objetivo promover as bases para formalização de um contrato entre uma empresa privada, beneficiada com a concessão de uso do território de comunidades tradicionais, e as associações comunitárias.

---

60 A menção à “Conferência Mundial sobre Meio Ambiente Humano” realizada em 1972 na Suécia é referência obrigatória sempre que se trata de historiar o debate sobre o meio ambiente como problema da ordem do dia da gestão pública. Similarmente, o documento “Nosso Futuro Comum” que resulta da “Conferência Mundial para o Meio Ambiente”, ocorrida em 1992 no Rio de Janeiro, a Eco-92, é referência obrigatória tanto para tratar da história da “questão ambiental”, quanto para realizar uma história social do conceito de “desenvolvimento sustentável”. Em distinção a esse esquema explicativo, Lopes (2004) toma a conferência sobre meio ambiente, promovida pela ONU em Estocolmo em 1972, como marco histórico a partir do qual se delinea e se configura a “questão da preservação do meio ambiente” como questão pública; atrela-se nesse sentido a ocorrência de problemas ambientais causados por acidentes industriais que passam a ser percebidos como problemas que transcendem às nações. Apesar de estar referido a um debate internacional, Lopes ressalta as vicissitudes deste debate no Brasil e descreve o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 70 e o final do século XX. Tanto do ponto de vista histórico, quanto em termos discursivos, a questão do meio ambiente atrela-se ao tema do “desenvolvimento sustentável”

## De “trabalhadores rurais” a “parceiros” de empresas privadas: a desestruturação das relações políticas e econômicas inter e intra comunidades do PE Santa Clara Comum

As atividades de pesquisa campo realizadas em unidades sociais, que integram o PE Santa Clara Comum, cindiram-se a duas viagens de pesquisa, ocorridas em 2017 e 2018, feitas por pesquisadores vinculados ao Projeto Nova Cartografia Social, que são professores do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social da Amazônia, mestres e mestrandos deste Programa e alunos da graduação do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão<sup>61</sup>. Foram visitadas diferentes comunidades da Gleba Santa Clara Comum como Seriema, Santo Antônio, Itaperinha, Tutóia Velha, Fazenda Velha, Mangueira, Dendê, dentre outras localizadas fora desta Gleba; de modo a permitir reunir observações diretas referidas à implantação do parque eólico, assim como realizar um conjunto de entrevistas com moradores dessas comunidades e com membros do Sindicato dos Arrumadores de Tutóia e Araisos, criado em 1962. As atividades de pesquisa permitiram aos pesquisadores realizar um levantamento preliminar a respeito dos efeitos produzidos pelo conjunto das ações governamentais de implantação do parque eólico no âmbito das atividades de pesca e plantio que asseguram as condições de reprodução social do conjunto das famílias aí residentes e perceber os conflitos sociais provocados por tais ações.

A pesquisa realizada tomou como referência unidades sociais localizadas no PE Santa Clara Comum (com 924 hectares de terra) porquanto empresas privadas, que se colocam como especializadas na geração desse tipo de energia, já tenham dado início às negociações com o poder público para a obtenção das chamadas “concessões de uso” de um território tradicionalmente ocupado por

---

61 A viagem realizada em 2017 tinha como propósito subsidiar as pesquisas relativas a um trabalho de cartografia social conduzido por indígenas Tremembé residentes no município de Raposa. Viajei com quatro representantes desses indígenas, Durval Tremembé, Rosa Tremembé, Francisco Torres e Dedé Torres, um mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia, João Damasceno Figueiredo e um arqueólogo do Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, Deusdedit Carneiro Leite. A segunda viagem realizada em 2018 viajei com a professora Cynthia Carvalho Martins, Durval Tremembé, Rosa Tremembé e o graduando Pedro Cruz que desenvolve um trabalho monográfico com os Tremembé da Raposa.



*pescadores, quilombolas e descendentes de indígenas Tremembé*. Estipulado em 30 anos, o período da concessão de exploração pela empresa privada é visto como elemento de preocupação pelos agentes sociais entrevistados.

Politicamente organizados através da Colônia de Pescadores e de Associações de Moradores, os agentes sociais ressaltam um conjunto de medidas então tomadas por representantes de órgãos governamentais e da empresa concessionária de serviço público que nos autoriza a refletir criticamente sobre um *modus operandi* que orienta as intervenções públicas.

Com um processo de desapropriação de terras iniciado pelo ITERMA em 1994, através de Projeto de Assentamento Estadual, a regularização fundiária do PE Santa Clara Comum manteve-se inconclusa até o ano de 2016. A emissão de títulos de regularização das terras ocorreu no âmbito do processo de implantação do Parque Eólico estando inscrita, segundo os agentes sociais, como “ato de compensação” ao empreendimento. Dentre as 27 Associações de Moradores que integram o PE Santa Clara Comum, o ITERMA emitiu, em 2016, 23 títulos comunitários direcionados a associações de moradores. Os entrevistados ressaltam que nem todas as associações foram beneficiadas com a titulação de terras e que os *royalties* concedidos aos titulares das terras parecem aquecer o mercado de terras na região. A titulação das terras é ainda percebida pelos agentes sociais entrevistados como elemento de tensão em face da delimitação dos domínios territoriais de cada uma das Associações.

## **O direito à titulação de terras como instrumento de exclusão: desestruturação das regras consuetudinárias**

A delimitação rígida das fronteiras efetuada pelos agrimensores do instituto estadual de terras parece ter introduzido uma drástica mudança na relação com a “terra”: se, antes da titulação, os locais de plantio, designados *capoeira*, eram livres e não estavam restritos aos marcos que separavam o território de uma comunidade de outra, que lhe é contígua, o processo de titulação e a delimitação da área de cada uma das comunidades que integra o PE Santa Clara Comum instituiu uma cisão entre comunidades vizinhas que compartilhavam áreas de uso comum. Há famílias de trabalhadores rurais que perderam seus roçados e áreas de cultivo por incidirem fora da

área delimitada pelos agrimensores. Situação essa observada na comunidade quilombola de Itaperinha<sup>62</sup>. Famílias que residem em Itaperinha, mas plantavam na comunidade vizinha de Mangueira sem quaisquer restrições ao uso dos recursos ecológicos, perderam esse direito com o processo de regularização fundiária. A simples presença desses técnicos do ITERMA nas comunidades do PE Santa Clara Comum é entendida pelos agentes sociais como estratégia de controle e imposição de um outro modo de gerir o uso dos recursos ecológicos.

Para além das relações de conflito estabelecidas entre comunidades cujos domínios territoriais são contíguos, há conflitos internos gerados pela criação de Associações de Moradores. De acordo com os entrevistados, a titulação das terras do PE foi efetivada tendo a associação comunitária como figura jurídica. A titulação coletiva, em âmbito comunitário, impôs a instituição de uma figura jurídica: para ter acesso ao título de terra, cada comunidade teria que criar uma “associação de moradores” e, como corolário, cada morador deveria estar devidamente associado. Nem todas as comunidades tinham associação como figura jurídica de representação coletiva e nem todos os moradores quiseram ser “associados” posto que a expectativa de direito das famílias que lá residem há muitas gerações não está referida ao tipo de formalização institucional que o vínculo “associativo” representa. Essa distinção entre “associados” e “não associados” tem resultado numa diferenciação interna das famílias e se constituem em motivações de antagonismos. As famílias de moradores “não associados” têm sido constrangidas a mudar sua área de cultivo para fora do domínio territorial da comunidade onde residem, acirrando conflitos internos. Não é incomum encontrarmos moradores que se negaram a pagar as taxas cobradas pelos presidentes das associações e que são constrangidos a colocar seus roçados fora dos domínios territoriais das comunidades onde sua família reside e trabalha por diferentes gerações. Ademais, nem todas as comunidades do PE possuíam associações de moradores. A criação de muitas dessas associações colocou-se como imperativo para regularização das terras, sendo essa uma medida compensatória do projeto energético. A criação dessas associações figura, assim, como ato decorrente da tomada de decisão

---

62 Dentre todas as comunidades visitadas durante as atividades de pesquisa de campo realizadas a comunidade de Itaperinha é a única a possuir o certificado da Fundação Cultural Palmares como comunidade remanescente de quilombos nos termos do artigo 68 do ADCT da Constituição Brasileira.

de implantação do parque eólico. O caráter impositivo de que se revestiu a criação de muitas dessas associações se fez acompanhar da imposição da figura de um representante, o presidente da associação, que nem sempre é reconhecido como representante legítimo de sorte que a construção da autoridade do “presidente” como representante da comunidade pode ser lida como artificial, impositiva e não legítima ou efetivamente representativa. Não obstante a isso, o cargo de “presidente” é em muitas situações legitimado de fora, isto é por autoridades de reconhecido poder e legitimidade, vinculados a agências e autarquias de Estado. O ato da delegação política (BOURDIEU, 1990) através do qual uma pessoa dá poder a outra foi revestido por uma extrema tensão social em comunidades em que o “delegado”, aquele que representa o grupo, não possui legitimidade de representação por aqueles a quem deveria representar.

Há situações em que famílias de trabalhadores rurais se negam a pagar as taxas cobradas pelo presidente da associação da comunidade onde residem e passam a plantar fora da área delimitada pelos agrimensores, fazendo valer práticas legitimadas por direitos consuetudinários; há situações em que aqueles que plantavam de forma habitual em *matos* localizados fora dos domínios de sua comunidade passaram a ser impedidos pelo representante da comunidade vizinha perdendo a área de seus roçados; há ainda situações em que a titulação de terras não levou ao rompimento das relações de patronagem mantidas por décadas com um pretense proprietário das terras onde estão localizadas as residências e os locais de plantio dos moradores de comunidades tradicionais; há situações em que a titulação coletiva das terras destituiu o direito daqueles que adquiriram por compra pequenos domínios que eram usados como área de cultivo para diferentes unidades de trabalho familiar, sem que houvesse quaisquer cobranças de foro pelo uso da terra.

Muitas famílias têm sido levadas a acreditar que o ato de titulação das terras transmitiu o direito de propriedade para os presidentes das associações. Estes passam a ser considerados como “proprietários” das terras da comunidade a qual representam. Percebem a si próprios dessa maneira e são assim percebidos, passando a exercer um tipo de poder que se aproxima daquele exercido pelos “antigos patrões” e “brancos” da região, limitando as áreas de cultivo àqueles que se filiam à Associação de Moradores e aos que efetuam o pagamento de

tributo que lhes é cobrado. Para muitos presidentes de associação, aquele que não se filia perde o direito de cultivo sobre a terra e o acesso a recursos naturais que incidem sobre a área delimitada por agrimensores.

O efeito social provocado pelo trabalho dos agrimensores nas comunidades tradicionais do PE Santa Clara Comum em muito se aproxima da experiência vivida pela personagem Ti Noel do conto de Alejo Carpentier (2005) ao associar a presença destes a uma espécie de prenúncio da chegada do trabalho obrigatório e da mudança nas relações sociais que contradizem as expectativas de direito referidas ao livre acesso aos recursos naturais. Muitas famílias de trabalhadores rurais deixaram de plantar no contexto da regularização de terras do PE Santa Clara Comum. Pleito de tempos pretéritos, referido a compressão do estoque de terras face à expansão do agronegócio na região do Baixo Parnaíba, a titulação das terras foi, no entanto, oficialmente efetivada no contexto da implantação de um megaempreendimento do Estado brasileiro.

## **A burla das regras: a natureza compensatória atribuída aos pleitos e reivindicações políticas**

Dentre todas as medidas tomadas por agentes do Estado brasileiro para assegurar a implantação do parque eólico uma, em especial, chama atenção por burlar as expectativas de direitos territoriais daqueles classificados como “trabalhadores rurais” pelo órgão responsável pela regularização fundiária.

Segundo os entrevistados, o maior obstáculo colocado por funcionários do Instituto Estadual de Terras do Maranhão (ITERMA) à regularização do território reivindicado era de natureza pecuniária. Isto é, havia custos de regularização fundiária cujo montante alcançava 82 mil reais e, se pagos fossem, poderiam levar à conclusão do processo de regularização iniciado na década de 1990. A impossibilidade dos moradores do P.E. custearem esse valor levou-os a aderir à ideia levantada em Audiência Pública em 2015 de estabelecerem uma “parceria” com a empresa privada contemplada pelo poder público pela concessão de uso e exploração da energia eólica. Nesse sentido, a ampliação das matrizes energéticas consideradas “limpas”, em consonância com as formulações dos planejadores da política energética brasileira, estabeleceu uma divisão de responsabilidades para implantação do parque eólico no Maranhão: o governo

do estado é responsável pela criação da infraestrutura para instalação do parque eólico com a abertura de estradas, a implantação da linha de transmissão de energia é competência da agência Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A e a exploração efetiva dos ventos pelas turbinas eólicas, que constitui o “Sistema de Geração Eólica”, é atribuída a uma empresa privada que recebe a concessão de uso pelo poder público.

A empresa concessionária para exploração dos ventos no parque eólico do Maranhão firmou, em audiência pública, uma relação contratual com os trabalhadores rurais do P.E. Santa Clara Comum. Consoante os termos desse contrato, a empresa custearia as despesas da regularização fundiária do P.E. e em troca teria o aceite dos então “assentados” para uso de seu território durante o período da concessão de exploração, estipulado em 30 anos.

De fato, um ano após a audiência pública, em 2016, os trabalhadores rurais recebem a titulação das terras pelo ITERMA dando fim ao processo de regularização fundiária e à espera de 23 anos para obtenção de um título de terras, a que sempre tiveram direito, por lá residirem e morarem há muitas gerações. O relato apresentado pelos entrevistados sobre a audiência pública, ocorrida em 2015, no âmbito do processo de licenciamento ambiental e consulta prévia na sede de uma das mais atuantes associações sindicais da região do Baixo Parnaíba, o Sindicato dos Arrumadores de Tutóia e Araisoses, é constituído por inúmeras queixas a respeito da condução da audiência. Os entrevistados ressaltam que em lugar de uma “consulta prévia”, nos termos constitucionais e assegurados por instrumentos internacionais como a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, os representantes foram informados sobre a *tomada de decisão* por instâncias do poder público sobre a implantação do Sistema de Geração Eólica e sobre a concessão de uso outorgada a uma empresa privada por 30 anos. Constrangidos com a presença ostensiva de um conjunto de autoridades públicas representantes de agências e autarquias de Estado, os entrevistados ressaltam que foram surpreendidos com a apresentação de um contrato a ser firmado entre a empresa e as 23 Associações de Moradores; contrato esse já devidamente assinado pelos representantes legais da empresa e a ser assinado pelos presidentes das associações de moradores. Surpreendidos ainda ficaram ao tomar conhecimento a respeito do conjunto de benfeitorias a que teriam acesso, incluindo o pagamento referido às despesas do processo

de regularização das terras junto ao instituto de terras. O pagamento à vista efetuado pela empresa daria direito a um desconto de 80% reduzindo o montante para R\$ 14.700,00, caso o acordo contratual fosse devidamente firmado.

O conjunto dessas ações expressam atos de Estado que bem podem ser compreendidos pela noção de “situação colonial” (Balandier, 2014) porquanto prevaleça a expansão da exploração dos recursos naturais através da implantação de grandes empreendimentos direcionados ao desenvolvimento econômico, revestido agora da noção de sustentabilidade. A expansão, sempre crescente, da exploração de recursos naturais é atualizada à custa dos direitos territoriais de uma pluralidade de grupos sociais que questionam a arbitrariedade das ações governamentais de exploração dos recursos, pleiteiam o direito de acesso ao uso dos recursos naturais e o direito de preservação de seus territórios. Acionam para tanto um conjunto de dispositivos constitucionais e referidos a organizações internacionais que asseguram um amplo conjunto de direitos aos denominados povos e comunidades tradicionais que visam garantir modos de ser e viver próprios. Ancorados nesses dispositivos legais, reivindicam sobretudo o direito a autodefinição e a uma livre expressão de suas identidades.

## **Manifestações identitárias e a recusa das classificações oficiais**

Classificados como “posseiros” pelo instituto de terras, o ato de regularização de terras, concluído em 2016, definiu a categoria “assentados” como categoria de classificação oficial através da qual se estabelece a relação dos moradores das comunidades do P.E. Santa Clara Comum com o Estado Brasileiro. Além desta categoria outro instrumento de classificação é instituído com a criação do parque eólico que demarca as relações com instâncias do poder: a classificação como “parceiros” de uma empresa concessionária de exploração eólica. Para além dos impactos referidos às obras de infraestrutura já efetuadas por órgãos de governo, os efeitos de tal relação contratual cindissem até o presente ao domínio às relações de conflito vividas dentro das comunidades e nas relações entre comunidades vizinhas com o estabelecimento de novas regras ao uso comum dos recursos ecológicos,

que são impeditivas às atividades de cultivo tradicionalmente praticadas. Os lucros financeiros que o contrato firmado com a empresa concessionária estipula são de caráter potencial, sendo colocados como uma projeção futura.

Caberia, no entanto, nos perguntarmos quem são esses tratados no presente como “assentados” ou “parceiros” de uma empresa concessionária beneficiada pela concessão de exploração da energia eólica. No plano das ocupações os moradores das comunidades tradicionais do chamado P.E. Santa Clara colocam-se como trabalhadores rurais, pescadores e estivadores, sendo representados no campo dos direitos trabalhistas através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Colônia de Pesca e Sindicato dos Arrumadores de Tutóia e Araiões, respectivamente. Este último agrupa um grande número de aposentados referidos a gerações de estivadores que trabalham nas conhecidas salinas de Tutóia. Ao visitarmos as comunidades não raro entabulávamos uma conversa com aqueles aposentados como estivadores. Vivas são as lembranças do trabalho árduo realizado nas salinas e no carregamento dos navios que atracavam no porto de Tutóia para levarem toneladas de sacas de sal produzidos no litoral do município. As narrativas desses estivadores ressaltam os mecanismos de subordinação da força de trabalho, assegurados por décadas, ao trabalharem numa grande empresa salineira conhecida como Igoronhon. Índícios sobre o árduo trabalho e o sistema de subordinação da força de trabalho, ao qual se dispõem a falar, é quase invariavelmente materializado nos corpos debilitados dos mais velhos. Com idade avançada os estivadores aposentados da Igoronhon chamavam nossa atenção, durante as entrevistas, para as marcas que a estiva lhes deixara: \_ problemas reumáticos, partes do corpo mutiladas, dentre outros sinais demarcadores de uma vida inteira dedicada ao trabalho na estiva. As organizações sindicais não abrangem contudo o conjunto das ocupações que os entrevistados se reportam. Há comunidades que são reconhecidas pelas comunidades vizinhas como referência no trato de madeiras para construção de embarcações ou do ferro. A reputação de muitos dos que hoje são considerados como mais velhos, de uma dada coletividade, foi construída no exercício de ocupações como as de marceneiro e ferreiro. E para além das ocupações referidas ao exercício de uma profissão, um amplo domínio de saberes são constitutivos de uma plêiade de identidades como a de *tambozeiros* e integrantes da conhecida dança do caroço, cuja origem é atribuída aos Tremembé.

Os estivadores atuantes desde os anos de 1940/50 até a década de 1980 eram referidos a um conjunto bastante amplo de unidades sociais que tinham as atividades de roça e pesca como principais atividades produtivas. Se no âmbito da produção das salinas estavam referidos a sistemas de subordinação da força de trabalho, no domínio das organizações sociais, referidas às unidades sociais de pertencimento, prevalecia uma autonomia das atividades produtivas desde o contexto colonial. Muitos entrevistados das comunidades visitadas estabelecem relações de descendência com os indígenas Tremembé, referência obrigatória quando se trata da construção da história local. A historiografia oficial toma o aldeamento indígena dos jesuítas do período colonial como marco histórico da criação do município de sorte que os Tremembé são invariavelmente considerados como os primeiros moradores e o aldeamento considerado o núcleo das ações de povoamento da coroa portuguesa. Em seu *“Dicionário histórico e geográfico da província do Maranhão”*, o historiador Cesar Marques dedicou um verbete a “Tutóia”, procedendo às seguintes distinções: como “rio”, “vila”, “freguesia” e “município”. Ressalta, nesse sentido, que *“Os primeiros habitantes deste lugar foram os índios Tremembé”*, assim como menciona uma carta de Data e Sesmaria datada de 1727 que concedeu aos Tremembé terras na “ilha Pará-Mirim”. (MARQUES, 1970, p. 622-623)<sup>63</sup>. A expulsão dos jesuítas do Maranhão no contexto de Criação da Companhia de Comércio do Pará e Maranhão parece ter facultado o livre acesso ao território do antigo aldeamento aos Tremembé.

De outra parte, os entrevistados descrevem as relações de parentesco com famílias de ex-escravos e fazem referência a existência de engenhos montados no período colonial. Segundo os relatos, com o fim da Guerra do Paraguai e em retribuição a serviços prestados durante a guerra, muitos oficiais que serviram ao Exército foram beneficiados pelo Imperador com uma concessão de terras. Considerados no Império como heróis de guerra foram ainda premiados com a elevação de posto na hierarquia militar. Do alto dos seus noventa anos, o senhor Benedito da Conceição Almeida mencionara, repetidas vezes, durante a entrevista que com ele realizamos, em sua residência, que Tutóia era conhecida por ser terra de majores e coronéis: *“Quando terminou a Guerra do Paraguai, os que foram combater a guerra, o governo deu pra cada um pedaço de terra. E os que não sentavam praça para estudar e tendo condição compravam a patente”* (Entrevista, Benedito da Conceição Almeida, 06/09/2018). De sua fala se depreende que finda a Guerra do Paraguai inaugura-se um novo capítulo da história do município com a criação de engenhos ainda no contexto colonial.

---

63 Consultar: MARQUES, César. Dicionário histórico e geográfico da província do Maranhão. Maranhão: Typographia Frias, 1970.



A narrativa desse senhor longe de estar fundamentada na literatura histórica de Tutóia deve-se às relações que manteve com o engenho “Boa Esperança” de propriedade de um Major que conheceu pelo nome de Doroteu. Não conheceu o Major propriamente mas seu filho, Inácio Gomes de Almeida. O senhor Biné, como é conhecido na cidade de Tutóia, deve seu sobrenome a este senhor pois sua avó paterna, que era escrava do major Doroteu, confiou o batismo de seu filho a Inácio Gomes de Almeida, filho de seu *padrão*. Hermenegildo Conceição Almeida, pai do senhor Biné, fora registrado com o sobrenome de seu padrinho em 1888, ano em que nasceu. Seu pai Hermenegildo era filho de um cearense e contraíra matrimônio com Tomásia Conceição nascida na comunidade de Mangueira, situada hoje dentro do P.E. Santa Clara Comum. Hermenegildo não nasceu escravo, mas trabalhara durante toda sua vida na casa grande desse engenho. O senhor Biné, por sua vez, nasceu em 1928 no quilombo Santa Clara, localizado nas proximidades do antigo engenho. Inácio Gomes de Almeida não teve tanto êxito quanto o major Doroteu e pouco pode fazer pelo Engenho Boa Esperança pois em “seu tempo”, por assim dizer, assistiu-se à desagregação dos engenhos montados no último quartel do século XIX.

A menção às relações matrimoniais estabelecidas com cearenses, como a feita pelo senhor Biné, foram recorrentes no decorrer das entrevistas realizadas. Muitos entrevistados fizeram menção a antepassados vindos do Ceará ou a antepassados Tremembé. Reportando-se a seus bisavós ou tataravós os entrevistados ressaltavam que estes foram “pegos a cachorro no mato” em referência explícita aos Tremembé. Ressaltavam, assim, relações de ascendência com os Tremembé mas as relações genealógicas com os Tremembé do Ceará nem sempre são fáceis de serem deslindadas, embora muitos desses antepassados sejam reconhecidos como indígenas que vieram do Ceará.

De outra parte, no decorrer das atividades de pesquisa realizadas nas comunidades de Fazenda Velha, Dendê e Tutóia Velha, e ao sermos conduzidos a conversar com aqueles de idade mais avançada, tidos como habilitados a falar sobre tempos pretéritos, fomos surpreendidos com a presença de primos colaterais do senhor Biné, cuja mãe é natural da comunidade Mangueira. Indicam desse modo as relações com esse antigo engenho e a extensão dos domínios territoriais daqueles que controlam o uso dos recursos naturais, caracterizando as relações sociais mantidas em uma área de ocupação antiga.

As relações de parentesco entre os entrevistados e os vínculos de seus ascendentes ora com indígenas Tremembé, ora com famílias de ex-escravo nos permitira colocar em suspenso as categorias de classificação que os define no presente. Fomos levados a considerar que elementos identitários referidos a um conjunto de práticas e representações desdizem, por assim dizer, os critérios de definição externos atualizados pela categoria “posseiros” ou, mais recentemente, “assentados” na medida em que a referência constante a estes antepassados demarca a extensão de tempo em que lá estão colocados. O fim do aldeamento indígena no século XVIII e a desagregação dos engenhos em fins do século XIX bem podem ser interpretados como clivagens históricas que sinalizam para a extensão de tempo em que estes diferentes grupos sociais controlam de forma livre e autônoma o uso dos recursos naturais. Indicam ainda elementos da construção de uma percepção de direito que contradiz a classificação como “posseiros”.

Sob outro ângulo, a categoria de autodefinição que prevalece face à situação de conflito instituída com a implantação do parque eólico é a de “pescadores” porquanto estejam politicamente organizados na colônia de pesca e afinados com as ações da Comissão Pastoral da Pesca, em sua representação no âmbito da Diocese de Brejo, através da Cáritas diocesana do Baixo Parnaíba. Internamente, têm o apoio dos sindicatos do município, notadamente do Sindicato dos Arrumadores de Tutóia e Araioses, que exerce grande atuação em defesa dos direitos das comunidades tradicionais da região, a exemplo das iniciativas contra a degradação ambiental provocada com a instalação de uma mineradora de calcário marinho em Tutóia que vem poluindo os recursos hídricos do município e provocando drásticos prejuízos aos pescadores.

Assim, mobilizados politicamente pela identidade de pescadores as famílias de moradores do P.E. Santa Clara Comum manifestam uma plêiade de identidades mediante práticas e representações que fundamentam a recusa a formas de classificação oficiais que, visando determinar um sentido de ordem ao uso dos recursos sociais, contraditam a construção de percepções de direito dos autodefinidos pescadores, atingidos por megaempreendimentos. Como busquei descrever, instados a falar sobre os impactos produzidos pelo empreendimento, os agentes sociais são levados detalhar um conjunto amplo de ações oficiais que denotam arbitrariedade e são percebidos como violações de direito. A prerrogativa dos chamados planejadores em investir em novas

matrizes de energia que são consideradas “limpas” por não degradar a natureza e assegurar um desenvolvimento econômico sustentável desconsidera um amplo conjunto de dispositivos legais direcionados aos chamados direitos étnicos. As famílias de pescadores e trabalhadores rurais que residem no P.E Santa Clara Comum não se reconheciam como “posseiros” e percebem que as relações travadas com o poder público como “assentados” viola um conjunto de regras consuetudinárias de uso dos recursos ecológicos. De outra parte, instados a falar sobre tempos pretéritos reportam-se a uma área de ocupação antiga e são levados a acionar um conjunto de categorias identitárias que fundamentam a construção de uma percepção de direito que desdiz a noção de “posse” nos termos dos institutos oficiais de terra.

## Referências

- ACSELRAD, Henri. **Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental**. Revista Estudos Avançados. Instituto de Estudos Ambientais, nº 24, 2010.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Biologismo, geografismo e dualismos**: notas para uma leitura crítica de esquemas interpretativos da Amazônia que dominam a vida intelectual. Manaus: UFAM, 2006.
- \_\_\_\_\_ e Sprandel, Marcia Anita. **O Congresso Nacional e o desmatamento na Amazônia**. Manaus, UEA Edições, 2014.
- BALANDIER, Georges. **A noção de situação colonial**. Trad. Nicolás Nyimi Campanário. Caderno de Campo, Nº 3, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: Cursos no Còllege de France (1989-92). (trad) Rosa Freire d’Aguilar – Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. A delegação e o fetichismo político. In: **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense. 2004, p. 188-206.
- CARPENTIER, Alejo. **El Reino de Este Mundo**. Caracas, Fundación CELARG (Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos). 2005.

LOPES, José Sérgio Leite. “A ‘ambientalização’ dos conflitos sociais.” In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). **A ‘ambientalização’ dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

MARQUES, César. **Dicionário histórico e geográfico da província do Maranhão**. Maranhão: Typographia Frias, 1970.

SCOTTO, Gabriela, Carvalho, Isabel Cristina De Moura, GUIMARÃES, Leandro Belinaso. **Desenvolvimento sustentável**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

### **Documentos Consultados:**

Brasil. Ministério de Minas e Energia. Plano Nacional de Energia 2030 / Ministério de Minas e Energia ; colaboração Empresa de Pesquisa Energética . \_ Brasília : MME : EPE, 2007.

Brasil. Ministério de Minas e Energia. Nota Técnica: DEA 05/13. Termo de Referência (TDR). Rio de Janeiro 2013.

Brasil. Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. Cenários Econômicos para o PNE 2050. Dezembro de 2018.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 2ª edição.



# **OS GRANDES EMPREENDIMENTOS, SEUS EFEITOS E OS PROCESSOS SOCIAIS DE MOBILIZAÇÃO**

LOS GRANDES EMPRENDIMIENTOS, SUS EFECTOS  
Y LOS PROCESOS SOCIALES DE MOVILIZACIÓN



# Os Centros de Ciências e Saberes na Amazônia e as mobilizações de Povos e Comunidades Tradicionais.

Cynthia Carvalho Martins<sup>64</sup>

## Introdução

Esse artigo reflete sobre o trabalho de pesquisa desenvolvido no âmbito do projeto “Centro de Ciências e Saberes: experiências de criação de Museus Vivos”<sup>65</sup>, a partir do qual foram criados os designados de Centros de Ciências e Saberes. Tais Centros, referidos aos saberes e fazeres representativos dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia, concentram artefatos, livros, mapas e neles são realizadas distintas atividades de mobilização; essa experiência orientou uma reflexão sobre as práticas de pesquisa e à discussão de temas relativos aos Museus, às territorialidades, aos conflitos e às mobilizações. Incluí nesse artigo reflexões sobre a relevância da participação no II Seminário Internacional “Megaproyectos, Actos de Estado, Pueblos y

---

64 Antropóloga. Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Pesquisadora do PNCSA e do Projeto Centro de Ciências e Saberes.

65 O Projeto de pesquisa encaminhado ao CNPq a partir da Chamada MCTI/CNPq/SECIS n.º 85/2013 – Apoio à criação e ao desenvolvimento de Centros e Museus de Ciência e Tecnologia foi aprovado no ano de 2013 e resultou em um convênio entre as Universidades do Estado do Amazonas (UEA), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST).



comunidades Tradicionales”, ocorrido em Cali, Colômbia, em outubro do ano de 2018<sup>66</sup>; essa inclusão permitiu ampliar as condições de possibilidade de reflexão no âmbito do Projeto Centro de Saberes.

Os Centros de Ciências e Saberes da Amazônia reúnem artefatos selecionados por agentes sociais no processo de afirmação identitária e, que conseqüentemente tem relevância na defesa dos seus direitos. São experiências que já estavam em andamento antes mesmo da aprovação do projeto de pesquisa. A iniciativa de construção desses Centros, também chamados “Museus Vivos” partiu dos próprios agentes sociais, inclusive, contou com uso dos saberes práticos, relativos às técnicas de construção; serviços de carpintaria, marcenaria, coleta do material a ser exposto; sistematização do acervo e organização das informações para compor as denominadas *fichas* descritivas das situações sociais referidas aos artefatos.

A construção das situações de pesquisa partiu dos interesses dos próprios agentes sociais, ou seja, não estamos diante de situações nas quais os pesquisadores elaboram as hipóteses e a partir delas constroem seus objetos de pesquisa. Ao contrário, as elaborações partiram de situações sociais em andamento no próprio processo de discussão dos agentes sociais e se construíram a partir de relações de pesquisa prolongadas a partir de outras inserções e do acompanhamento, pelos pesquisadores e pelas pesquisadoras, de reuniões, seminários, eventos e produção de mapas situacionais.

A construção desses Centros de Ciências e Saberes insere-se em uma estratégia mobilização em face à implantação dos megaempreendimentos ou outras situações conflitivas. Durante o II Seminário Internacional de Megaempreendimentos estiveram presentes a senhora Nice Machado Aires e a senhora Dorinete Serejo, referidas, respectivamente ao Centro de Ciências de

---

66 O presente artigo é resultado de uma palestra proferida na mesa redonda intitulada “Os grandes empreendimentos, seus efeitos e os processos sociais de mobilização” da qual participei durante o II Seminário Internacional “Megaproyectos, Actos de Estado, Pueblos y comunidades Tradicionales” em Cali (CO), no mês de outubro de 2018. A Mesa Redonda foi coordenada por Elizabeth Gómez Etayo (UAO) e teve como palestrantes Cynthia Carvalho Martins (PPGCSPA/UEMA), Andrés Garcia Sánchez (Universidad Antioquia), Paulo Rogério Gonçalves (PNCSA-APA-TO) e Hernando Uribe Castro (UAO). Esse seminário, resultou de uma parceria entre a Universidad Autónoma de Occidente - Cali, Campus Valle Del Lili, o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) e o Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA/UEMA).

Saberes Apolônio Machado (Penalva-MA) e ao Centro de Saberes Mãe Anica (Alcântara- MA). E ainda Ednaldo Padilha, de Camaputiua, uma comunidade com pleito para a construção de um desses Centros. Na viagem à Colômbia, tais agentes sociais puderam conhecer as situações de conflito do Porto Buenaventura e assim, elaborar reflexões e comparações com as situações conflitivas de suas próprias localidades. Há similaridades entre os conflitos vivenciados por povos e comunidades tradicionais do Brasil e Colômbia. A presença de agentes sociais quilombolas e quebradeiras de coco com experiência de implantação de Centro de Ciências e Saberes e que também vivenciam conflitos com os megaempreendimentos auxiliou na percepção dos efeitos da implantação dessas “políticas desenvolvimentistas”.

## **A pesquisa construída no processo de criação dos Centros de Ciências e Saberes**

No âmbito da antropologia e da sociologia, durante um determinado período, discutiu-se, frequentemente sobre as metodologias de pesquisa e a construção de teorias relacionadas às situações concretas. Entretanto, pensar a pesquisa no âmbito das ciências sociais distancia-se de um debate meramente metodológico ou mesmo teórico, se considerarmos a inseparabilidade dessas duas dimensões (BOURDIEU: 1989). O trabalho de pesquisa implica na construção de um pensamento reflexivo no sentido de pôr em análises os próprios instrumentos de construção do “objeto” (BOURDIEU: 1989). Ou, a realizar o que Boltanski, tomando como referência os contos policiais e novelas de espionagem, e correlacionando com a construção do conhecimento sociológico, designa como uma “investigação sobre as investigações” (BOLTANSKI: 2016).

Nas situações tomadas para análise na pesquisa sobre os Centros de Ciências e Saberes, a construção ocorreu a partir de discussões que o próprio grupo social estava realizando. O motivo que levou os pesquisadores a elaborar um projeto de pesquisa e enviá-lo ao CNPq, no ano de 2013 ocorreu um contexto de observação prévia da iniciativa e de interesse dos próprios agentes sociais em dar um impulso às atividades que já estavam em andamento tais como o recolhimento de objetos referidos a seus modos de vida. As decisões foram tomadas no processo de pesquisa e a seleção de tais objetos, pelos agentes

sociais, esteve acompanhada da construção de narrativas referidas aos seus rituais, suas territorialidades e conflitos vivenciados, seja com os designados fazendeiros, ou com as empresas implantadas em seus territórios. Mas o que isso significa em termos de procedimentos de construção da pesquisa? Que partimos de uma experiência concreta, já em andamento pelos próprios agentes sociais e que a pesquisa não esteve limitada a uma construção externa, sem referência com as temáticas discutidas em âmbito local.

Do ponto de vista da pesquisa podemos iniciar com questionamentos tal como nos sugere Bachelard (1996): Como os pesquisadores construíram as suas situações de pesquisa? Quais as relações sociais preexistentes entre os pesquisadores e os agentes sociais? Como se deram os desdobramentos com a finalização do financiamento do projeto?

O projeto de pesquisa foi encaminhado no sentido de fomentar as experiências em execução, de criação de pequenos Museus, daí termos incluído um recurso para a construção e reformas dessas unidades sociais. Ou seja, a definição da problemática não se fez a partir de uma demanda do pesquisador e, portanto, a própria temporalidade da pesquisa esteve longe de obedecer ao tempo de financiamento por parte das agências de fomento. Penso, inclusive que essa é uma dificuldade que os pesquisadores enfrentam no registro de suas pesquisas nas plataformas institucionais. Em algumas situações, mesmo quando finda o financiamento, a pesquisa continua e as relações sociais se prolongam, entretanto, as agências institucionais se orientam, para cadastro de projetos exclusivamente pelo tempo de vigência do financiamento. Nos parece uma contradição pois essas mesmas agências e instituições colocam como critério para financiamento de um projeto a sustentabilidade e mesmo quando esse não é um critério, mostra-se como um item a ser considerado na avaliação dos resultados dos projetos de pesquisa. Na situação em análise o projeto continua, mesmo sem recursos, e está em um ritmo de construção de novos Centros, como iniciativas dos próprios agentes sociais.

O trabalho desenvolvido através da pesquisa nos Centros de Ciências e Saberes possui uma dimensão que poderíamos designar como “prática”, sem prescindir de um trabalho reflexivo. Essas atividades exigiram uma interlocução constante com os agentes sociais e se deram em meio ao acompanhamento de situações conflitivas vivenciadas pelas famílias tais

como ameaças de expulsão de suas terras, ameaças de morte e até mesmo assassinato de agentes sociais<sup>67</sup> com proximidade com os pesquisadores e que executavam atividades de pesquisa.

Ao trabalho de campo somou-se o acompanhamento da montagem das Exposições, na organização dos Centros de Saberes e construção das fichas museógrafas. Esse trabalho ocorreu em meio a diálogos, esforços na resolução de questões práticas: - Como transportar as peças? - Como fazer as fichas? - Como e onde será a construção? - Quem vai doar o terreno?

A primeira atividade do projeto consistiu na montagem da Exposição “Etnografia e Saberes” e de um seminário internacional com pesquisadores de distintas instituições e dos agentes sociais das comunidades tradicionais. Os quilombolas, quebradeiras de coco e indígenas presentes no seminário falaram sobre seus conflitos, suas reivindicações e sobre a montagem de uma Exposição que reunia os artefatos de cada uma dessas etnias. Essa exposição foi composta por 13 coleções dos seguintes povos: Povo Juruna; Povo Kokama; Povo Matis; Povos Sateré Mawé e Tikuna (AM); Povo Tenetehara (Terra Indígena Pindaré - MA), Povo Tremembé, (MA), Quilombolas de Alcântara (MA); Quilombolas do Rio Andirá (Barreirinha AM); Comunidade Remanescente de quilombo de Cachoeira Porteira (PA); Quilombolas de Camaputiuva (MA); Quilombolas de Enseada da Mata (MA); Pequenos Agricultores Assentados (Imperatriz -MA) e Ribeirinhos do Jauaperi. Posteriormente realizamos mais 5 exposições e inaugurações com discussões políticas sobre as territorialidades, marcadas por rituais dos denominados *curandeiros*, *doutores do mato*, *pajés* e *tereçozeiros*. Nessas situações tais agentes sociais apresentavam suas práticas e as executavam ritualmente, atendendo a todos os preceitos rituais, inclusive com práticas próprias dos rituais de incorporação nos quais os agentes sociais recebem em seus corpos os denominados *encantados* ou *caboclos*. Tais rituais, ao serem

---

67 O evento homenageou Martinho Machado Aires, o filho da senhora Nice Machado Aires, assassinado no ano 2016 por fazendeiros de Penalva. Acompanhei diretamente a identificação do corpo desse rapaz que conhecia desde os 12 anos de idade e os ritos funerários ocorridos em São Joaquim. Observei no velório a presença de outros líderes ameaçados de morte e a solidariedade entre as famílias. Esse velório marcou a minha vida pois observei as famílias quilombolas de distintos municípios abraçadas e chorando o assassinato do jovem Martinho. Esse jovem auxiliou diretamente na construção dos fascículos do Projeto Nova Cartografia Social em Penalva, pois possuía uma motocicleta, o que facilitava marcar os pontos com o GPS.

afirmados publicamente, em um momento de inauguração de um Centro de Ciências e Saberes representavam a possibilidade de afirmação identitária. R. Brow (1940) já enfatizava que curandeiro é a profissão mais antiga, e de fato, os rituais que presenciamos podem remontar a um tempo pretérito, mas podem ser criados mais recentemente. Mas é preciso enfatizar que no contexto de inauguração dos Centros de Ciências e Saberes essas práticas traziam a possibilidades de reivindicações de direitos do presente como o reconhecimento da diversidade religiosa e da própria territorialidade. Os agentes sociais com saberes próprios estavam apresentando suas práticas, conciliando-as com a dimensão política. A própria distinção dessas situações daquelas referidas aos museus oficiais se torna difícil de explicar para aqueles menos familiarizados com os procedimentos que implicam em uma construção dos próprios agentes sociais.

Não tivemos uma metodologia pré-estabelecida, cada pesquisador, já com relações com os grupos, esteve envolvido de uma maneira própria. Se pudéssemos nos referir a construção de um objeto de estudo diríamos que essa construção ocorre em um contexto de interação com os agentes sociais. Havia situações práticas e decisões a serem tomadas antes que pudéssemos pensar em metodologias ou teorias. Tal esforço exigiu um trabalho reflexivo de

construção,<sup>68</sup> irredutível a uma mera ação que estivesse vinculada unicamente a atividades práticas. Aliamos a produção de reflexões a ações concretas e as reflexões e debates referidos aos temas “museus”, “territorialidade”, “conflito” e “mobilizações”.

Os Centro de Saberes continuam em ampliação com a doação de novas peças e a realização de atividades práticas tais como visitas à Exposição, lançamento de livros e realização de campanhas para doação de novas peças, tal como tem ocorrido no Centro de Ciências e Saberes Apolônio Machado que incorporou ao acervo restos e peças de Engenhos do município de Viana<sup>69</sup>, precisamente do antigo Engenho Retiro, referidos atualmente aos quilombos Santa Helena, São Manuel e Santa Cruz. Os artefatos oriundos dos

---

68 Compilando autores referidos ao conhecimento antropológico em relação à construção do denominado objeto de estudo podemos dizer que os procedimentos e abordagens na construção de etnografias são distintos. Há situações nas quais os pesquisadores constroem uma problemática e, em seguida partem para o trabalho de campo no sentido de observar aspectos das situações selecionadas para análise. Nesse caso, primeiro elaboram o que deveria ser estudado para depois estudá-lo de fato, a partir de situações concretas. Como representantes dessa situação podemos fazer referência aos estudos de Ruth Benedict (2013) e a sua noção de “padrões culturais”, ou ainda aos trabalhos sobre gênero de Margareth Mead (1969). Essas autoras construíam uma problemática e, em seguida percebiam as especificidades de cada cultura de maneira a produzir um estudo sobre a diversidade dos povos. Em outras situações de construção do objeto de pesquisa os autores procederam à realização de trabalhos monográficos, que têm em vista dar conta de uma certa totalidade que incluía as distintas dimensões da vida de determinados grupos sociais. Nessa situação primeiramente realizam a pesquisa de campo para, em seguida, pensar nas possibilidades de construção de um trabalho que apresente os distintos aspectos dos grupos pesquisados. Há ainda a opção em uma construção e reconstrução contínua, realizadas a partir das observações e das relações sociais com os agentes, centradas na produção de um conhecimento que leve em conta a reflexividade. Nessa última situação não se trata de definir uma metodologia e sim de estar atento aos procedimentos e relações sociais. A pesquisa relacionada aos Centros de Saberes, centrada no que Almeida (2018) classifica como “nova descrição”, estaria mais relacionada a essa última abordagem. Como exemplo dessa situação podemos citar autores que produziram monografias denominadas clássicas nas quais o pesquisador tem como princípio “observar tudo”, “realizar uma monografia”. Dentre eles dois autores ingleses: Malinowski (1978) e R. Brown (1940). Apesar de procedimentos distintos, o primeiro refletindo sobre aspectos da pesquisa e sobre o modo de vida do grupo social de referência e com um trabalho de campo mais localizado, e o segundo, no caso R. Brown, delimitando seus estudos para a questão do parentesco, ambos possuíam a pretensão de observação dos distintos aspectos da vida social de um grupo. R. Brown defendia a noção segundo a qual, mesmo nos estudos que tomavam como referência o sistema de parentesco, esse sistema possuía uma relação com o “todo”.

69 A criação dos Centro de Ciência e Sabres Apolônio Machado em Penalva tem como desdobramento a interrelação de lideranças de Penalva com as de Viana em um diálogo constante entre os quilombolas que resultou em uma ampliação do acervo do referido Centro. Atualmente a filha da senhora Nice Machado, a mestre em Cartografia social Geovania Machado Aires, tem percorrido as comunidades referidas a outros Engenhos em Viana, tal como o Engenho Juçaral e o Engenho Contenda. Explicando o projeto, recolhendo novas peça.

denominados Engenhos e, atualmente, sob o domínio dos quilombolas, são organizados nos Centros de Saberes e remetem a uma expectativa de direitos em relação ao reconhecimento das territorialidades ameaçadas no presente.

Os Engenhos são comumente referidos na historiografia oficial aos plantios homogêneos de cana de açúcar com uso do trabalho escravo. Nas situações analisadas as narrativas sobre os Engenhos estão vivas e remetem para o presente, expressando uma expectativa de direitos em relação ao reconhecimento como quilombolas. Se considerarmos a historiografia oficial a noção de Engenho parece ser oposta à de quilombo, entretanto, nas narrativas elas aparecem juntas. Entretanto é preciso pensar a categoria quilombo em suas ressemantizações (ALMEIDA: 2008), a ela correspondem situações sociais distintas, como a permanência dos escravos nas terras a partir da saída dos senhores, em função da queda no preço dos produtos da monocultura; ou em situações de terras doadas; adquiridas por compra ou por serviços guerreiros (ALMEIDA: 2008). Não há uma correspondência em termos geográficos entre essas antigas unidades de produção e os atuais quilombos. As relações sociais foram recriadas e na representação dos quilombolas os Engenhos pertencem a eles e os restos de artefatos dessas unidades sociais são demonstrativos de seus direitos ao reconhecimento das terras.

A categoria Engenho possui significados distintos e a construção das territorialidades referidas a essa unidade social possuem especificidades. Desse modo, nem a categoria “Engenho”, nem a categoria “Quilombo” correspondem a situações sociais similares, apontam para uma multiplicidade de situações. As narrativas quilombolas têm nos permitido deslindar as diferentes situações referidas aos Engenhos e Quilombos e a relativizar as generalizações ou a fixidez da definição.

Há situações nas quais as famílias acionam a categoria herdeiros concomitantemente a de quilombolas. Nas situações de terras herdadas a categoria “herdeiro” é acionada como uma forma de afirmação do direito à terra. Essa categoria possui um sentido distinto daquele relacionado à propriedade privada. Nas situações de herança sem formal de partilha as famílias permaneceram nas terras praticando o sistema de uso comum. A categoria “herdeiro” não é dissonante da categoria quilombola. Aqueles que herdaram as terras não as apropriaram individualmente e continuaram

praticando o sistema de uso comum em modalidades distintas, assim como incorporando outros membros ao grupo a partir de relações de compadrio, afinidade ou casamento.

Os entrevistados podem classificar os Engenhos de formas distintas e, aparentemente, sem um critério orientador: Os Engenhos do tempo da escravidão, os que vieram depois da escravidão – e em algumas situações passaram para as mãos dos descendentes –; os a vapor; os movidos a roda, as engenhocas. Enfim, há uma multiplicidade de situações designadas pela categoria Engenho e as classificações, tal como as citadas por Borges (2005), um tanto burlesca, precisam ser compreendidas como legítimas.

As situações sociais referidas aos quilombos não podem ser compreendidas a partir da história oficial e as narrativas quilombolas trazem especificidades que põem em questionamento procedimentos formais tais como a construção de genealogias. Nessas situações a genealogia por si só não é um procedimento único e nem sempre o sobrenome corresponde a uma mesma família consanguínea. Há situações nas quais as famílias permaneceram nas terras com a saída dos “senhores” e herdaram o sobrenome da família tradicional, ou seja, da família daquele que se dizia proprietário do Engenho.<sup>70</sup> No Maranhão em algumas situações, a herança é do sobrenome<sup>71</sup> do dono de Engenho; os marcos formais relativos à libertação dos escravos não se aplicam a todas as situações. A situação de designação dos sobrenomes dos escravos aparece com frequência na literatura. No livro *Cimarron*, de autoria do Miguel Barnet (BARNET: 1967), o cimarron Esteban Montejo Mera explica que seu nome provem de um erro de cartório. O sobrenome Montejo teria

---

70 Nas situações de pesquisadas é recorrente a doação de terras para filhos de um senhor de Engenho com uma ex-escrava. Essas situações podem ser observadas em Sansapé (Penalva); Brasília (Serrano) e Santa Rosa dos Pretos (Itapecuru). Na situação de Camaputua a senhora Pruquera Viveiros foge do Engenho Kadóis e funda o quilombo Mangueira, localidade que até o presente é definida como encantada. Sua filha Maria José fundou o quilombo de Camaputua.

71 Atualmente percebe-se situações nas quais os quilombolas permaneceram com o nome dos antigos senhores e outras nas quais negaram esse sobrenome. Identificamos que a permanência do nome do senhor se deu na situação de Alcântara pois com a saída dos Senhores de Engenho os agentes sociais permaneceram nas terras e mantiveram os sobrenomes, a exemplo dos Moraes, Sá e Araújo (ALMEIDA: 2006). Em outras situações ocorreu a negação do sobrenome do antigo dono de Engenho, como no caso das famílias de Camaputua que se negaram, a partir da segunda geração, em utilizar o sobrenome Viveiros. Essa situação é observada também em Santa Rosa dos Pretos, que negou o sobrenome Belfort.



vindo de sua mãe, uma escrava de origem francesa. O segundo nome provem do senhor Pancho Mesa, que teria criado Esteban, mas que não seria seu pai consanguíneo. Para os escravos ter somente um sobrenome poderia remeter a ser um “hijo de manígua”, designação para o filho somente com o sobrenome materno, portanto, sem pai. Esteban preferiu manter o erro de incorporação de um segundo sobrenome, mesmo depois de adulto. O seu primeiro nome Estevan teria sido colocado por seus padrinhos em função do seu nascimento ter ocorrido em 26 de dezembro de 1860, dia de San Esteban (BARNET: 1967). Realizando uma analogia em relação à colocação dos nomes podemos dizer que no Maranhão as famílias costumam colocar o nome dos filhos de acordo com o calendário cristão. As crianças recebem o nome de acordo com o dia do santo. E ainda, no caso de Camaputiua o sobrenome Viveiros foi alterado para Santos em um parentesco simbólico com São Benedito, santo reverenciado no tambor de crioula.

No caso da experiência de pesquisa relatada os procedimentos se aproximam da noção de nova descrição, tal como afirmada por Almeida. Para esse autor:

“Essa descrição de pretensão plural compreende práticas de trabalho de campo e relações em planos sociais diversos, que envolvem múltiplos agentes, os quais contribuiriam à descrição com suas narrativas míticas, suas sequencias cerimoniais, suas modalidades próprias de uso dos recursos naturais e seus atos e modos intrínsecos de percepção de categorias (tempo, espaço, lugar) e objetos. Semelhante construção descritiva, que nada tem de uma interpretação dos atos como textos, ocorre na “confrontação contínua das experiências e das reflexões dos participantes”, desfazendo a ilusão empirista das “auto evidências” de campo e a ilusão culturalista que enfatiza a “textualização”. As confrontações acham-se dispersas na vida social e se estruturam a partir da perspectiva de diferentes posições e relações sociais e não apenas do prisma das instâncias de poder referida ao Estado ou do “ponto de vista dos nativos” (ALMEIDA: 2018, p. 58).

E os desdobramentos dessa pesquisa referem-se a uma multiplicidade de atividades que passaram a ocorrer nesses Centros de Ciências e Saberes, tais como visitas de escolas, lançamentos de livros, reuniões de formas organizativas, visitas de professores universitários de outros países e do Brasil.

## **Museus oficiais e Centro de Saberes: as territorialidades, conflitos e mobilizações**

A experiência dos Centros de Ciências e Saberes envolve a reunião dos artefatos, mas distingue-se da concepção de Museu tal como construída pelo Estado. Nas situações pesquisadas está em jogo não uma mera exposição dos artefatos, mas a problematizações de situações relativas à territorialidade e a visibilidade de situações de conflito social. São novas formas de mobilização nas quais os agentes sociais têm um domínio sobre as interpretações elaboradas sobre as suas situações sociais.

As experiências de montagem de exposições pelos próprios povos representados e dos próprios Centros de Ciências e Saberes diferem das exposições institucionais que criam uma noção de participação que reforça a visão oficial do museu como detentor da memória dos povos ou mesmo das experiências de patrimonialização relacionadas às mudanças nos mecanismos do capitalismo que produzem efeitos no plano político e social e estão vinculadas às ações do Estado relativas à apropriação de um bem coletivo. São os próprios agentes sociais que elegem o objeto a ser exposto e as classificações relativas à disposição, apresentação e temáticas que ele suscita.

Na construção dos Museus oficiais os conflitos eram elididos das classificações e o artefato por si só remetia a uma ilusão de conhecimento desses grupos sociais. Nas experiências de construção dos Centros de Ciências e Saberes a discussão relativa à territorialidade articula-se à seleção e descrição sobre o artefato.

A nomenclatura escolhida pelos agentes sociais para designar suas experiências varia de acordo com a situação. Há a classificação como "Museus Vivos", "Centro de Saberes e Centro de Ciências e Saberes". A própria designação dos Centros demonstra a afirmação identitária. Não há uma padronização na designação: alguns grupos sociais fazem a opção de utilizar o nome da etnia; outros de uma liderança antiga ou de um líder assassinado nos conflitos mais atuais.

Os Centros de Ciências e Saberes foram construídos em situações nas quais os agentes sociais vivenciam situações de conflito e a especificidade de tais conflitos pode ser observada nos processos de seleção dos artefatos. No caso do Centro de Saberes Casa Branca, em Imperatriz a referência são os conflitos pela desapropriação das terras, ocorridos na década de 80<sup>72</sup> (ARAUJO:2010) e que resultaram em mobilizações e mortes de agentes sociais. Posteriormente, nos anos 90, as famílias passaram a vivenciar conflitos de outra ordem em função da implantação da Suzano Papel e Celulose, empresa de produção de papel e celulose, que investe nos plantios homogêneos de eucalipto.<sup>73</sup> A implantação dessa empresa resultou em remanejamentos compulsórios, impedimento de colocação dos roçados<sup>74</sup> e aquecimento do mercado de terras.

O Museu Vivo de Imperatriz foi construído em Vila Conceição, denominada Vila Criminosa antes da desapropriação das terras. Esse Museu já existia antes do envio do projeto ao CNPq e a equipe de pesquisa deu um impulso no sentido de recolocar o debate relativo à sua importância, incentivar a aquisição de novas peças e contribuir com uma pequena reforma. Atualmente os conflitos continuam, principalmente em função da intrusão das áreas por agentes sociais vinculados às denominadas siderúrgicas localizadas em Açailândia.

---

72 ARAUJO, Helciane de Fátima. *Memória, Mediação e Campesinato. As representações de uma liderança sobre as lutas camponesas da Pré- Amazônia Maranhense*. UEA Edições, Manaus, 2010.

73 GOMES, Filipe da Cunha. *A noção de desenvolvimento e a implantação da Suzano Papel e Celulose em Imperatriz -MA*. Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais da UEMA.

74 A roça representa a autonomia dos agentes sociais. Em Imperatriz, antes mesmo da implantação da Suzano, as famílias já possuíam dificuldades para implantação dos roçados. As famílias que não possuíam terras e que trabalhavam como vaqueiros ou empregados para os fazendeiros criadores de gado colocavam suas roças estrategicamente em área que em futuro próximo seriam área de pastagem para o gado. Após a retirada dos produtos da roça a área era destinada ao plantio de capim. Essa prática foi observada também na região do Mearim e é denominada roço da solta. Posteriormente, com a chegada, primeiro da Celmar e depois da Suzano os fazendeiros e pequenos proprietários venderam suas terras e alguns se deslocaram para o Tocantins. A Celmar, primeira empresa de produção de eucalipto da região, destinava uma área de plantio para as famílias. Com a implantação da Suzano Papel e Celulose a situação da implantação dos roçados ficou prejudicada. A promessa de trabalhos temporários nas empresas e as restrições de áreas de plantio ocasionou, principalmente no ano de 2014 uma diminuição da atividade agrícola. Posteriormente, com a dispensa dos trabalhadores das empresas - foram contratados temporariamente no momento de construção em subempregos ligados à construção civil - ocorreu um retorno à atividade agrícola. Entretanto, em função da dificuldade em áreas para plantio as famílias estão implantando seus roçados nos denominados quintais.

O Centro de Saberes Apolônio Machado reúne artefatos de antigos Engenhos, indumentárias de líderes religiosos, instrumentos de trabalhos e outros. Apolônio Machado, pai da quebradeira de coco Nice Machado nasceu em Enseada da Mata. O bisavô do senhor Apolônio Machado, conhecido como Januário Machado teria sido vendido pelo proprietário do Engenho Nazaré, localizado em Matinha para o dono do Engenho Enseada da Mata. O dono do Engenho Enseada da Mata era um senhor conhecido como seu Inocência, referido localmente como patrão do Januário. Com a desagregação do Engenho Enseada da Mata a família de dona Nice permaneceu nas terras, até a chegada dos criadores de búfalo, nos anos 70, quando as famílias foram expulsas da terra e passaram a morar em Bairro Novo, próximo à cidade de Penalva.

Os artefatos do Centro de Saberes de Bairro Novo estão referidos aos Engenhos e ao momento atual, de conflito com os designados fazendeiros. Atualmente os restos do Engenho Enseada da Mata encontram-se em uma terra apropriada pelos fazendeiros e conhecida como *local de encantaria*. As famílias dos quilombolas continuam indo a esse Engenho e detém um profundo conhecimento sobre como funcionava no passado. Adentram a área às escondidas e sempre capinam o antigo Engenho para evitar que o “mato tome de conta”. Conheci esse “museu a céu aberto”, juntamente com outros pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, o senhor Joaquim e a senhora Nice. Atualmente o pretense proprietário da fazenda está contratando tratores para retirar as peças desse antigo Engenho e, assim, evitar qualquer reivindicação por parte dos quilombolas em relação à desapropriação das terras como quilombo.

O Centro de Ciências e Saberes Mãe Anica, em Canelatiua, terra da pobreza (NUNES: 2011) representa o território étnico de Alcântara, reivindicado como quilombo e com certificação da Fundação Cultural Palmares. Esse território étnico está ameaçado em função da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara que remanejou mais de trezentas famílias nos anos 80 e declarou as terras como de utilidade pública. Passados quase trinta anos as famílias continuam ameaçadas de deslocamento e com a ampliação do referido Centro de Lançamento em função de acordos com os Estados Unidos as comunidades de Brito, Baracatatiua, Manuna, Canelatiua, Santa Maria e Mato Grosso estão ameaçadas de remanejamento.

As situações sociais de implantação de Centro de Ciências e Saberes nos levou a uma reflexão sobre as categorias “museus”, “conflitos”, “território e mobilização”. Compreendemos essas experiências como inseridas em um contexto de mobilização e luta por acesso aos direitos étnicos. Trata-se de uma nova modalidade de organização coletiva que exige um refinamento de percepção para que se possa elaborar com mais rigor uma reflexão mais apurada. Em relação à categoria conflito sabemos da complexidade e da impossibilidade em pensá-la de maneira objetivada. Pretendemos desenvolver uma análise mais profícua em relação à noção de conflito social. A observação em relação aos conflitos internos vivenciados nas comunidades nos levou a refletir a possibilidade de acirramento dessas tensões com um deslocamento do lugar do opositor. O opositor passa a ser aquele de dentro e há uma dificuldade em identificar tais conflitos como referidos à ação governamental.

Ressaltamos a continuidade desse trabalho, independentemente das agências financiadoras ou das instituições oficiais. Caso considerássemos os termos das agências de fomento poderíamos dizer que o projeto é autossustentável. Sentimos dificuldade, inclusive, de justificar, perante às instituições oficiais a continuidade de nosso vínculo em um projeto já que formalmente e nos trâmites legais o projeto estava considerado encerrado.

## **O Seminário Megaempreendimentos e sua relevância para uma aproximação com as situações pesquisadas**

No âmbito do seminário “Megaproyectos, Actos de Estado, Pueblos y Comunidades tradicionales”, realizei, juntamente com a equipe de pesquisadores participantes do evento, quatro visitas às comunidades

tradicionais afetadas por megaempreendimentos: Isla de la Paz (Comuna 6),<sup>75</sup> Barrio Alberto Llera Camargo (Comuna 3) e Humanitário Nayero, situados no complexo portuário Buenaventura; e, no dia seguinte visitamos Jamundi, cidade localizada no departamento Valle del Cauca, fortemente afetada pelo agronegócio, com plantios homogêneos de arroz e cana-de-açúcar nos dois lados da estrada. É possível estabelecer similaridades entre as situações da Colômbia e Brasil em relação à lógica do agronegócio e sua articulação com as políticas internacionais com efeitos similares em distintos países “periféricos”. O resultado é a precarização das relações sociais, ameaças de remanejamento compulsório e a violência. Por outro lado, as formas organizativas de agentes sociais que afirmam a identidade étnica têm se articulado e estabelecido diálogos profícuos no sentido de colocar em questionamento essas políticas neoliberais.

O Porto Buenaventura, exporta, através do Oceano Pacífico, mais de 60% da produção da Colômbia, incluindo recursos minerais e produtos dos plantios homogêneos do agronegócio. Esse Porto é subdividido em distintas saídas, das quais os produtos são exportados com a medição de empresas estrangeiras.

A implantação do Porto resultou em mais de 7 mil mortes e no remanejamento compulsório de 28 mil famílias de povos e comunidades tradicionais (ACEVEDO ET AL, 2018). Com a implantação do Porto as famílias foram

---

75 Nas visitas realizadas em Buenaventura percorremos a Isla de la Paz, comunidade do líder homenageado no evento: Temístocles Machado (1959-2018), líder da Isla de la Paz, presidente da junta de ação comunal, assassinado em 2018 em função da luta em defesa dos territórios afro colombianos em face à expansão do Porto Buenaventura. Fomos acompanhados pelo seu filho, Rodrigo Machado, que nos relatou em detalhes sobre as perseguições sofridas e nos conduziu, através de ruas com tráfego intenso de caminhões e carretas ao seu antigo território, agora expropriado e onde as famílias residem atualmente. As famílias, parentes do senhor Temístocles Machados foram colocadas em uma terra de reduzida dimensão. Depois de ter conhecido sua história visitei o Museu da Tertúlia em Cali que possuía uma sala com exposições sobre a situação do referido Porto. Pude, nessa exposição saber um pouco mais sobre a história del Bairro Isla de la Paz (Comuna 6). De acordo com um dos banners da exposição “la historia de barrio Isla de la Paz”, de la Comuna Seis de Buaventura, se remonta a los años 50 del siglo XX, com la llegada de comunidades afrodescendientes que abrieron la selva del Pacífico colombiano. Em años recientes, com la construcción de la Vía Alterna Interna, este territorio há estado em la mira de los proyectos de expansión del puerto de Buenaventura, lo que ha impulsado acciones de reubicación, de despojo y del ejercicio de una violencia sistemática contra sus habitantes, por parte de distintos actores al margen de la ley. Em medio de estas tensiones, se han levantado procesos de resistencia comunitaria que aún continúan em pie (Exposição Porto Buenaventura. Oscar Moreno Escárraga. Radio Conversa/ La casa de la frontera, 2018).

expulsas, remanejadas ou premidas a terem suas terras reduzidas. Os massacres, assassinatos e desaparecimentos são uma constante nessas comunidades. Pudemos observar, quando cruzamos o portão do Espaço Humanitário Nayero, policiais armados em cada uma das esquinas e um controle na saída e chegada de pessoas. Observamos também a situação de precariedade das famílias convivendo com a violência e a insegurança de saírem de suas terras. Em uma das partes desse bairro cimarron as famílias viviam literalmente sobre um lixão e para conhecê-lo é preciso trafegar sobre pontes construídas com tábuas em uma situação de insegurança no próprio ato de caminhar. Pude partilhar com alguns agentes sociais observações referidas à similaridade da situação dos povos e comunidades tradicionais no Brasil e Colômbia. A senhora Francisca, coordenadora do MIQCB chegou a comentar que a situação daquelas famílias era pior que a das famílias do Piauí.

No Barrio Alberto Llera Camargo (Comuna 3) visitamos um projeto desenvolvido pela Fundación Espacios de Convivencia e Desarrollo Social, composto por um acervo relacionado aos conflitos vivenciados por afrocolombianos e indígenas no contexto de implantação do Porto Buenaventura. O acervo observado no Bairro Alberto Llera Camargo é composto por pinturas nas paredes denunciando a violência, uma biblioteca e uma exposição dos mortos e desaparecidos.<sup>76</sup> Não pude deixar de relacionar a experiência de construção desse Centro de Memórias colombiano com aquelas desenvolvidas nos Centros de Ciências e Saberes da Amazônia. Pude, principalmente a partir da visita à exposição sobre os conflitos do Porto Buenaventura, ampliar a minha percepção sobre as experiências de montagem pequenos museus por comunidades que vivenciam situações conflitivas. Entretanto, a experiência desses pequenos memoriais na Colômbia não era similar as dos Centros de Saberes da Amazônia. A estrutura dos pequenos memoriais parecia maior, tanto em termos da própria edificação como da quantidade de materiais recolhidos e sistematizados, e, outros mediadores estavam envolvidos nesse projeto, a exemplo da Igreja.

---

76 O primeiro andar, formado por pinturas feitas por artistas locais nas paredes retratava os massacres e assassinatos, incluindo nas pinturas gráficos ilustrativos das situações de violência. No segundo andar havia uma biblioteca e uma sala com um mural dos desaparecidos e assassinados pela ação dos paramilitares. Nem todos eram identificados com fotografias, alguns eram representados com uma cruz e o registro do próprio nome.

Durante a apresentação das situações referidas ao Centro de Ciências e Saberes da Amazônia no Seminário Internacional “Megaproyectos, Actos de Estado, Pueblos y Comunidades tradicionales”, estavam presentes a senhora Nice Machado Aires, Dorinete Serejo e Ednaldo Padilha. Pudemos partilhar de uma discussão profícua em relação a essas experiências e àquela referida a exposição dos mapas temáticos do PNCSA, ocorrida durante o Seminário. Os mapas situacionais apresentavam situações conflitivas em relação à implantação de megaempreendimentos.<sup>77</sup>

Conhecer o complexo portuário de Buenaventura e a experiência do Barrio Alberto Llera Camargo (Comuna 3), desenvolvida pela Fundación Espacios de Convivencia e Desarrollo Social juntamente com os agentes sociais ampliou, em certa medida, a reflexão sobre temas referidos aos conflitos, territorialidades e à iniciativa de agentes sociais em organizar acervos referidos às situações por eles vivenciadas. Essa visita fez com que inter-relacionasse mentalmente as situações ali retratada com os Centros de Saberes amazônicos. Apesar das distinções, nas duas situações os conflitos correlacionavam-se com as territorialidades através dos artefatos materiais, descrição minuciosa das situações sociais.

Para finalizar agradeço ao convite na certeza de que a organização do Seminário “Megaproyectos, Actos de Estado, Pueblos y Comunidades tradicionales” prossiga como uma estratégia de resistências face à implantação dos Mega empreendimentos.

---

77 Exposição de Mapas e Croquis de Povos e Comunidades Tradicionais, composta por 16 mapas e 11 croquis ocorreu entre os dias 22, 23 e 24 de outubro de 2018 no âmbito do Seminário Internacional “Megaproyectos, Actos de Estado, Pueblos y Comunidades tradicionales”. A curadoria da Exposição foi realizada pelos pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia: Murana Arenillas Oliveira, Mônica Cortêz Pinto, Rosiane Pereira Lima, Alfredo Wagner Berno de Almeida e contou com o apoio de Marcos Alan Costa Faria, Felipe Pereira Jucá e Tomás Paoliello Pacheco de Oliveira (site [www.novacartografiasocial](http://www.novacartografiasocial))



## Referências

- ALMEIDA. **Mapas e Museus:** uma Nova Cartografia Social. Ciência e Cultura. Temas e Tendências. Caatinga. 70 anos SBPC, 2018.
- ALMEIDA, A. W & OLIVEIRA, M. A. ET AL. **Museus Indígenas e Quilombolas:** Centro de Ciências e Saberes. Manaus: UEA Edições/PNCSA, 2017.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de Quilombos, Terras Indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: Edições UEA, 2008. pp. 25-131.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombolas e a base de foguetes de Alcântara.** Vol. I. Brasília: MMA, 2006.
- ANAIS DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL “**Megaempreendimentos, atos de estado e povos e comunidades tradicionais.** Manaus: UEA Edições/PNCSA, 2017.
- ANAIS II SEMINÁRIO INTERNACIONAL MEGAPROYETOS, ACTOS DE ESTADO, PUEBLOS Y COMUNIDADES TRADICIONALES. Universidad Autónoma de Occidente – Cali, 2018.
- ARAUJO, Helciane de Fátima. **Memória, Mediação e Campesinato.** As representações de uma liderança sobre as lutas camponesas da Pré-Amazônia Maranhense. UEA Edições, Manaus, 2010.
- BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico:** contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARNET, Miguel. Cimarrón. **Gente Nueva.** Instituto del Libro / La Habana, 1967.
- BENEDICT. Ruth. **Padrões de Cultura.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013 (Coleção Antropológica).
- BORGES, Jorge Luís. El idioma analítico de John Wilkins. In: **Otras Inquisiciones.** Buenos Aires. Emecê editores, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma Sociologia Reflexiva. In: **O poder simbólico.** Lisboa, DIFEL, 1989.

- BOLTANSKI, Luc. **Enigmas y Complots**: uma investigação sobre las Investigaciones. México: FCE, 2016.
- BROWN-RADCLIFFE. Prefácio. In: **Sistemas Políticos Africanos**. FORTES, M & PRITCHARD. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. Tradução do original African Political Systems. Publicado para o International African Institute. 1940.
- GOMES, Filipe da Cunha. **A noção de desenvolvimento e a implantação da Suzano Papel e Celulose em Imperatriz -MA**. Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais da UEMA.
- MARIN, Rosa Acevedo; SANTOS, Selma Solange Monteiro; SILVA, Elielson Pereira da. **Resistência Construídas pelos Afrocolombianos em Comunas y Barrios contra o Megaprojeto Complexo Portuário de Buenaventura, Colômbia**. www.novacartografiasocial.com.br. 2018.
- MARTINS, Cynthia Carvalho. Reflexão, preliminar sobre a categoria quilombo em Penalva, Maranhão. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Org.) e outros. In: **Caderno de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**; Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010.
- MALINOWSKI, B. 1978 (1922). **Argonautas do Pacífico Ocidental, Coleção “Os Pensadores”**. São Paulo: Abril Cultural. PG 9 -52, 1978.
- MEAD, Margaret (1935). **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1969.
- NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. **Quilombolas de Monte Alegre – Trilhando os caminhos que dona Vitalina nos ensinou, Médio Mearim (MA)**. Manaus: UEA Edições, 2012.
- NUNES, Patrícia P. **Canelatiua, Terra dos Pobres, Terra da Pobreza**: uma territorialidade ameaçada, entre a recusa de virar Terra da Base e a titulação como Terra de Quilombo. Tese de Doutorado. Programa Pós-Graduação em Antropologia – PPGA/UFF, 2011.
- PADILHA, Ednaldo. Resistência e Fé: narrativas de um Quilombola. Dorival dos Santos (org). Rio de Janeiro: Casa 8/PPGCSA/ UEMA, 2015.

# Os quilombolas do Tocantins e as pressões dos agronegócios

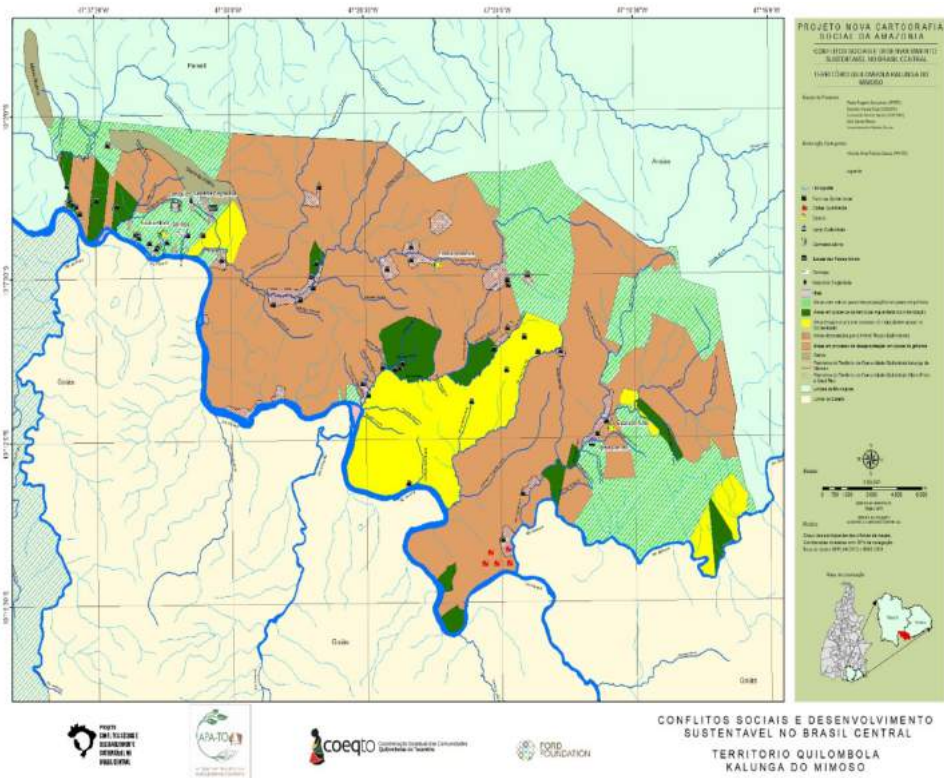
Paulo Rogerio Gonçalves<sup>78</sup>

O Estado do Tocantins possui uma população predominantemente Negra. Segundo o IBGE (2010) [1], a população preta e parda representa 72,25% do total. A região sudeste do estado do Tocantins começou a ser ocupada por populações não indígenas por volta de 1700, na extração do ouro. Muitas áreas de exploração de ouro são abertas nesse período, dando origem a diversas cidades. A extração de ouro durou pouco, por volta de 1800 a mineração na região entra em crise. Nessa época a força de trabalho utilizada nas minas era a população Africana escravizada.

Ao mesmo tempo que a mineração se expandia na região, os africanos escravizados se rebelavam e criavam quilombos. Existem documentos históricos da região do norte de Goiás que registram fugas e menções aos quilombos dessa região a partir do século XVIII. “Há uma documentação considerável sobre o fato de ter sido organizada uma “bandeira” pelo Governador Manoel Passos de Mello, no ano de 1760, com o intuito de destruir quilombos localizados às margens do Rio Paranã, tendo capturado cerca de 200 de seus membros” (OLIVEIRA, 2010, p. 47). Nesse contexto criam-se muitos quilombos na região, e muitos deles estão em processo de regularização fundiária (figuras 1, 2 e 3).

---

78 Pesquisador do Projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia/PNCSA e técnico da Associação Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins/APA-TO



| **Figura 1** - Território Quilombola Kalunga do Mimoso.

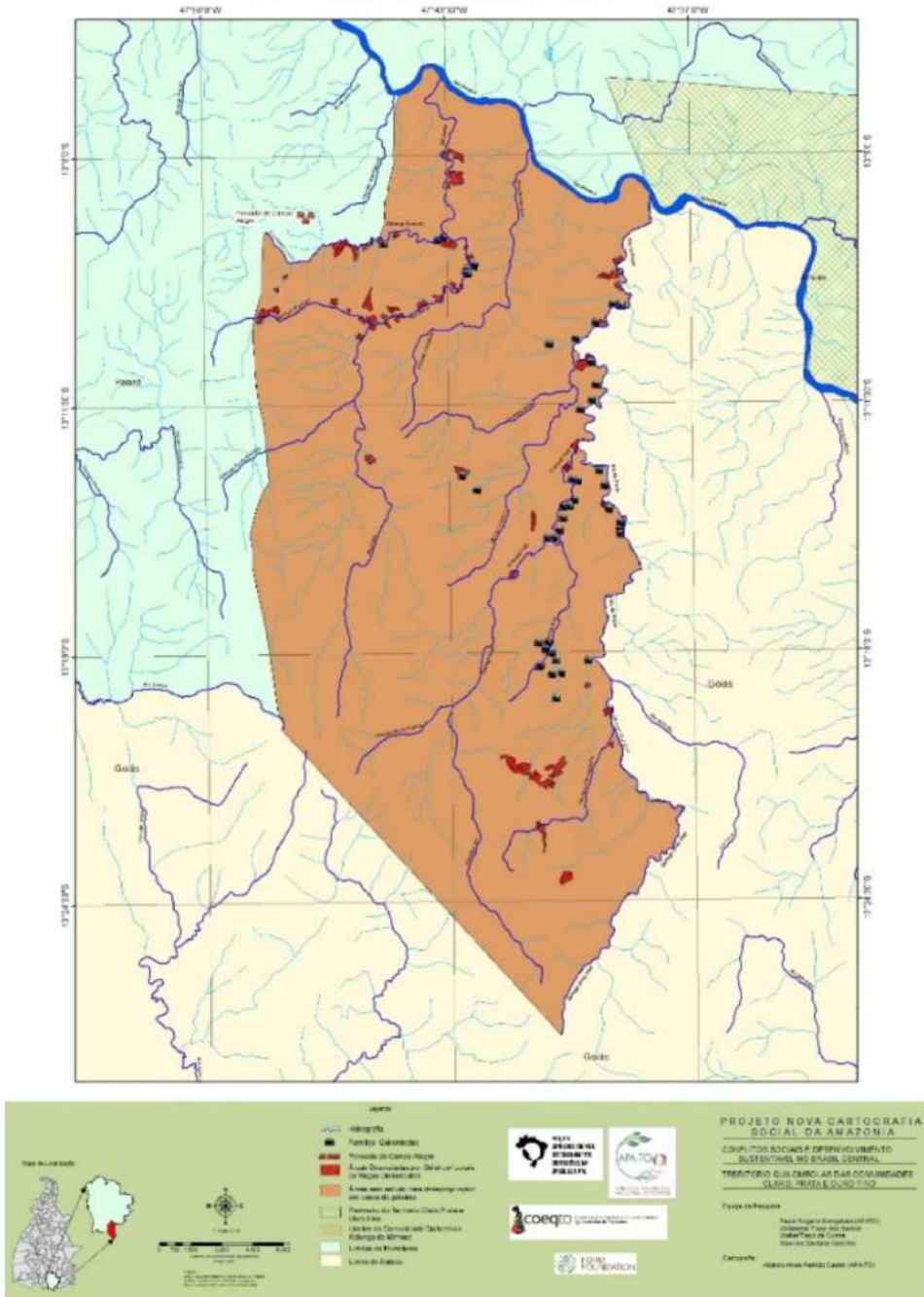


Figura 2 - Território Quilombola Claro, Prata e Ouro Fino.



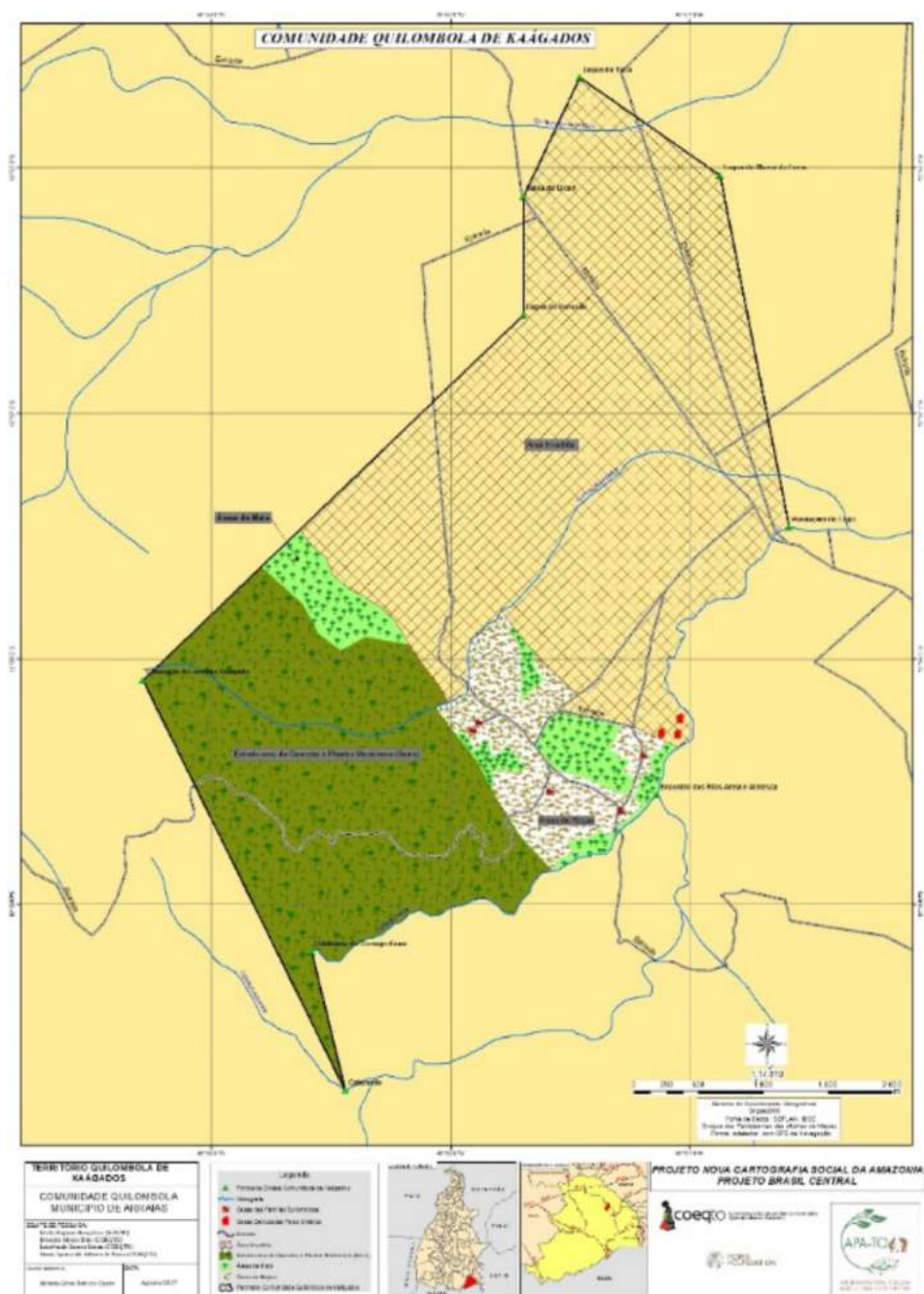
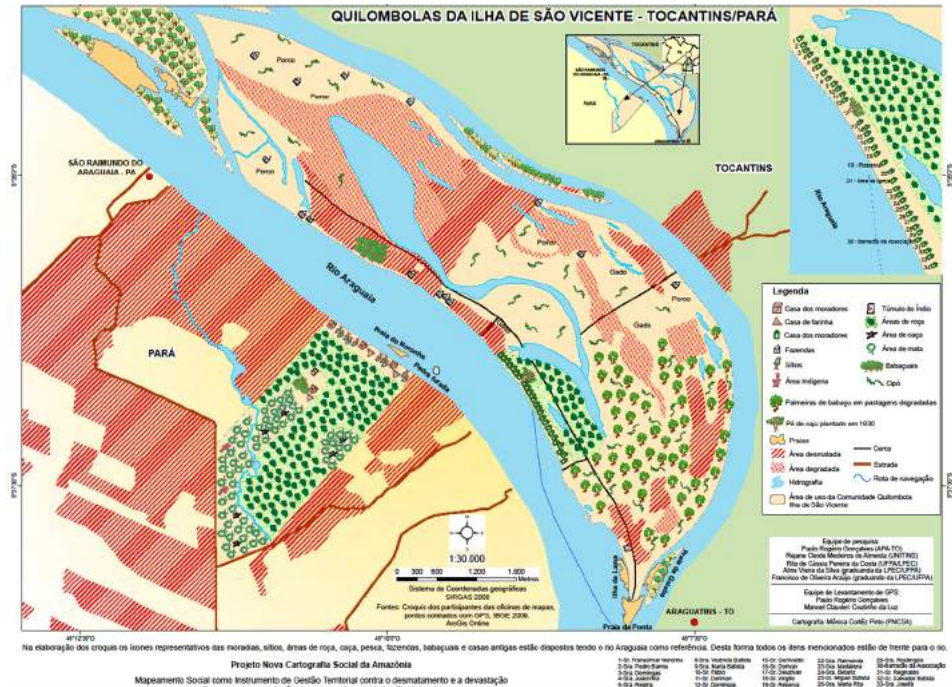


Figura 3 - Território Quilombola Kaágados.

Na região do extremo norte do estado ocorreu um intenso deslocamento de quilombolas vindo principalmente do Maranhão. “Ele morava aqui no Araguaia também! Só que eles são de Caxias do Maranhão. Os pais dele eram lá de Caxias, da região mesmo do Maranhão, onde foi escravizado muita gente, muita gente lá era escravo!” José Preto (PNCSA, 2014, p. 8). Nessa região o território da comunidade Ilha de São Vicente é o que se encontra com o processo mais avançado de regularização fundiária (figura 4).



**Figura 4** - Território Quilombola Ilha de São Vicente.

Outro importante deslocamento de quilombolas vindos do Piauí e Bahia ocupam a região leste, e criam diversos territórios na porção central do estado (figuras 5, 6, 7, 8 e 9). “Todo esse povo são descendentes de Piauiense e Baiano, toda essa procedência do todo Jalapão aqui veio da” Adão Ribeiro Cunha (PNCSA, 2016, p. 3).







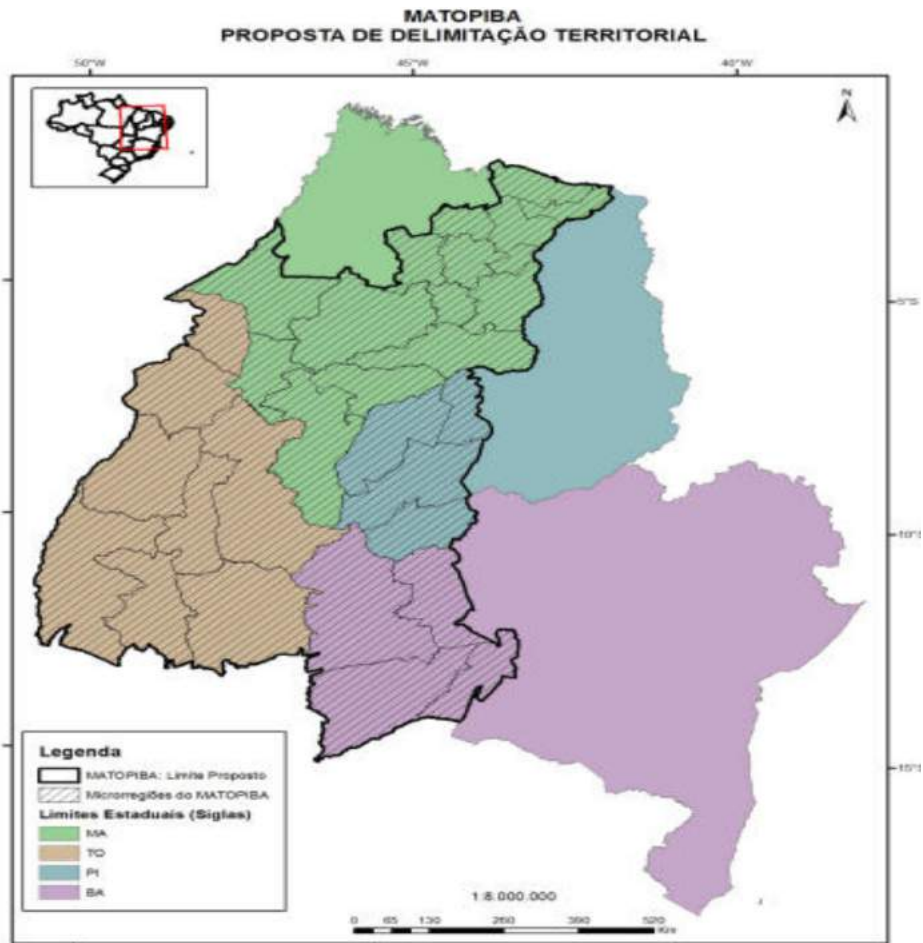


Velho (PNCSA, 2018, p. 9). Os territórios quilombolas vão sendo invadidos e as comunidades resistem, algumas individualmente e outras articulando-se com outras comunidades e outros grupos sociais. A partir do ano 2000 um conjunto de novas políticas do governo federal são utilizadas para que o estado amplie sua participação no mercado exportador: Avança Brasil, Política Nacional de Desenvolvimento Regional/Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) e o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), combinadas com políticas de incentivos fiscais estaduais, como os programas PROINDÚSTRIA, PROSPERAR, E-COMMERCE. Esse conjunto de políticas acarreta o aumento na busca de terras no Estado, e cresce a invasão e grilagem nos territórios quilombolas. Em resposta a intensificação do ataque aos territórios as comunidades quilombolas criam em janeiro de 2010 o “Fórum Permanente de Acompanhamento da Questão Quilombola no Estado do Tocantins”, que tem como missão monitorar os processos de regularização fundiária dos territórios quilombolas e intermediar a realização dos serviços públicos nos territórios quilombolas. O Fórum é composto pelo movimento quilombola, organizações de assessoria e instituições públicas. como o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública Estadual. Outra estratégia adotada foi a criação da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins, denominada COEQTO, em 2012, que tem como objetivo geral defender os direitos e interesses das associações e das comunidades remanescentes de quilombos do Estado do Tocantins.

No entanto outros planos governamentais são criados e aumenta a pressão sobre os quilombos. No dia seis de maio de 2015 o decreto n. 8447 cria o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA e seu comitê gestor. Segundo o decreto o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA - PDA-MATOPIBA, tem por finalidade “promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável fundado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população”. O PDA MATOPIBA abrangerá municípios dos estados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins e “orientará programas, projetos e ações federais relativos a atividades agrícolas e pecuárias a serem implementados na sua área de abrangência e promoverá a harmonização daqueles já existentes, observadas as seguintes diretrizes: I - desenvolvimento e aumento da eficiência da infraestrutura logística relativa às atividades agrícolas e pecuárias; II - apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico

voltados às atividades agrícolas e pecuárias; e III - ampliação e fortalecimento da classe média no setor rural, por meio da implementação de instrumentos de mobilidade social que promovam a melhoria da renda, do emprego e da qualificação profissional de produtores rurais.

Segundo nota técnica 01 da EMBRAPA “Proposta de Delimitação Territorial do MATOPIBA” [2] a delimitação territorial obtida e proposta para o MATOPIBA abrange 31 microrregiões geográficas do IBGE, reúne 337 municípios e uma área total de 73.173.485 ha. Ela engloba um universo com cerca de 324.326 mil estabelecimentos agrícolas (figura 10). A repartição aproximada do MATOPIBA entre os quatro Estados é a seguinte: 33% no Maranhão (15 microrregiões, 135 municípios, 23.982.346 ha); 38% no Tocantins (8 microrregiões, 139 municípios e 27.772.052 ha); 11% no Piauí (4 microrregiões, 13 municípios e 8.204.588 ha) e 18% na Bahia (4 microrregiões, 30 municípios e 13.214.499 ha).



**Figura 10** - Delimitação territorial do MATOPIBA.

**Fonte:** [3].

Esse território abrange três biomas, 90,9% *Cerrado*, 7,2% *Amazônia* e 1,64% *Caatinga*, a maior parte fica no Bioma *Cerrado*. Segundo o site do MMA “O *Cerrado* é o segundo maior bioma da América do Sul, ocupando uma área de 2.036.448 km<sup>2</sup>, cerca de 22% do território nacional. A sua área contínua incide sobre os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal, além dos enclaves no Amapá, Roraima e Amazonas. Neste espaço territorial encontram-se as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (*Amazônica/Tocantins*, *São Francisco* e *Prata*), o que resulta em um elevado potencial aquífero e favorece a sua biodiversidade [4].

Todavia segundo Porto-Gonçalves (2014) “A desconsideração da riquíssima diversidade cultural e biológica dos Cerrados por parte das elites econômicas, políticas e, até mesmo, acadêmicas, autorizou que nos últimos anos, suas áreas fossem ocupadas pela expansão de um modelo agrário/agrícola com base nas monoculturas dos latifúndios empresariais, cujo impacto socioambiental pode ser observado não só no acentuado êxodo rural, na extrema violência e elevado número de conflitos pela terra, na extrema concentração fundiária e de riqueza com suas sequelas de perda de diversidade cultural como, também, pela degradação das condições ecológicas – erosão genética (diminuição acentuada da fauna e da flora), perda de solos, desequilíbrio hídrico (rios perenes que se tornam intermitentes ou, simplesmente, deixam de existir; enchentes e secas mais acentuadas) e, ainda, pela contaminação de rios e lagoas pelo uso de agrotóxicos.

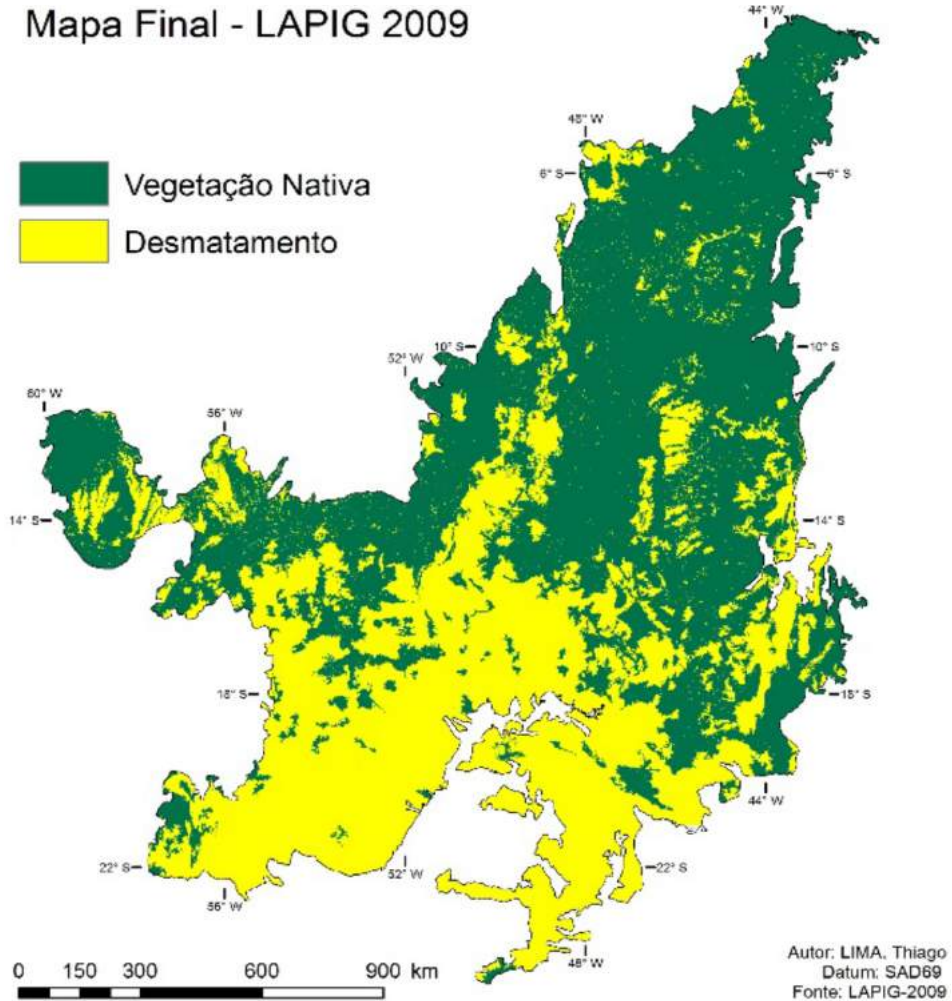
Conforme o relatório do Programa do Monitoramento do Bioma Cerrado do MMA, a área de vegetação natural remanescentes de vegetação do Cerrado no ano de 2010 era de 50,84%, o que significa que aproximadamente metade do bioma já foi desmatado [6].

O mapa do bioma demonstra que a área de vegetação natural remanescentes de vegetação do Cerrado mais contínua encontra-se no atual território do MATOPIBA. A figura 11 apresenta o desmatamento no bioma cerrado acumulado e as áreas remanescentes. Contraditoriamente ao mesmo tempo que o governo federal propõe medidas para monitorar e reduzir o desmatamento no Cerrado, ele incentivará através do PDA Matopiba a substituição dos remanescentes de vegetação natural por monoculturas do agronegócio. O que já vem acontecendo nos últimos anos através de incentivos governamentais.

O relatório do Programa do Monitoramento do Bioma Cerrado do MMA demonstra que entre os anos de 2009 - 2010 dos vinte municípios que tiveram os maiores índices de desmatamento no bioma cerrado 16 estão no território do MATOPIBA. Os números do IBGE confirmam essa realidade, de acordo com a Produção Agrícola Municipal, em 2014 a área plantada de algodão, milho e soja, nas mesoregiões que compõe a região do MATOPIBA, era de 543.292 ha em 1990, no ano 2000, a área plantada era 1.229.185 ha e, em 2010, aumentou para 2.718.807 ha. A região teve um crescimento intenso da área cultivada com monoculturas em 20 anos de 400% [7].



## Mapa Final - LAPIG 2009



**Figura 11** - Desmatamento no Bioma Cerrado.

**Fonte:** [5].

Importante observar que o decreto 8447 que cria o MATOPIBA e seu comitê gestor, não incluem como componente do comitê gestor o Ministério do Meio Ambiente, que é quem monitora e atua na redução do desmatamento do bioma Cerrado. Assim fica claro que a proposta é impedir a participação de quem é responsável pela gestão ambiental, no intuito de manter o desenvolvimento “destrutivista” que até agora vem sendo realizado pelo agronegócio brasileiro

Os conflitos que vem acontecendo na atual região do MATOPIBA extrapolam a questão ambiental, já que esta é uma região de ocupação bastante antiga, diversos grupos indígenas e inúmeras comunidades quilombolas vivem nessa região a séculos. No documento da EMBRAPA: "MATOPIBA delimitação, caracterização, desafios e oportunidades para o desenvolvimento" é dito que neste território estão localizados 865 assentamentos, 34 territórios quilombolas e 28 terras indígenas. Esses povos do Cerrado vivem um intenso conflito agrário, Porto-Gonçalves (2014) em estudo baseado em dados da CPT sobre conflitos no campo, analisou o índice de conflitos em regiões de Cerrado. Os números mostram que entre 2005 a 2014, do total de 11.338 localidades onde ocorreram conflitos no campo brasileiro, 39% aconteceram no Cerrado e em suas áreas de transição, onde o Cerrado se encontra com outros biomas

Outra questão importante é a ocorrência de trabalho escravo nas áreas de expansão do agronegócio. Nos últimos 10 anos os Estados do Tocantins, Maranhão e Bahia figuram entre os Estados que forneceram o maior contingente de trabalhadores libertos do trabalho escravo rural no Brasil. Segundo dados da CPT entre 2003 e 2014, do Maranhão foram 6.174 trabalhadores (maior fornecedor de trabalhadores escravizados no Brasil), na Bahia 2.752 (ocupando o terceiro lugar), no Tocantins 2.162 (ocupando o quinto lugar nacional), e no Piauí 1.349 (ocupando o nono lugar), conforme tabela 1. Quanto à incidência de trabalho escravo flagrada pela fiscalização os estados de Bahia, Tocantins e Maranhão estão entre os 8 piores do Brasil com respectivamente 3.192, 3.089 e 2.479 escravos libertos. O Piauí teve 729 libertos neste período (16º lugar) (CPT, 2014).



**Tabela 1:** Número de trabalhadores libertos do trabalho escravo em cada Estado e número de libertos por Estado de residência

Números por Estado (2003-2014)	Trabalhadores libertos no Estado	Trabalhadores libertos residindo no Estado
Maranhão	2.479	6.174
Pará	10.009	5.120
Bahia	3.192	2.752
Minas Gerais	4.067	2.513
Tocantins	3.089	2.162
Mato Grosso do Sul	2.544	2.000
Mato Grosso	4.243	1.676
Goiás	3.888	1.670
Piauí	724	1.349

| **Fonte:** CPT, 2014.

Um exemplo do que será o MATOPIBA é o município de Campos Lindos, localizado na região central do Estado do Tocantins. O município desde 2005 é o maior produtor de soja do Estado e ocupou o primeiro posto absoluto entre todos os municípios do país no Mapa de Pobreza e Desigualdade, divulgado em 2003. O mesmo IBGE, que mede a produção, também cruzou dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003 com o Censo 2000 e revelou que 84% da população de Campos Lindos vivem na pobreza. Mais grave: 62,4% dos moradores estão na extrema indigência, ou seja, não ingerem o mínimo de calorias diárias para sobreviver. O caso de Campos Lindos não é uma exceção, curiosamente, a terceira colocação da lista nacional também é ocupada pelo terceiro município tocantinense com maior produção de soja, município de Mateiros (TO), 26,8 mil hectares estão ocupados pelo grão e os pobres constituem 81,5% da população local. [8]

O desenvolvimento *destrutivista* realizado pelo agronegócio no Cerrado, e que foi potencializado pelo MATOPIBA, vem destruindo os recursos naturais, expulsando as populações locais de seus territórios, e gerando uma imensa pobreza e insegurança alimentar nessa grande região.

Importante observar que ao mesmo tempo que se estruturam as políticas e programas que invadem os territórios quilombolas, a política de regularização de territórios quilombolas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA permanece estagnada com um orçamento extremamente reduzido, e no Estado do Tocantins até dezembro de 2018 não se titulou nenhum território quilombola.

## Referências

- CPT. Conflitos no Campo – Brasil 2014 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Edmundo Rodrigues Costa[Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2014.
- OLIVEIRA, R. O Barulho da Terra: **Nem Kalunga Nem Camponês**, [Rio de Janeiro] 2007, PPGSA/IFCS/UFRJ, D. Sc, Antropologia e Sociologia, Tese – Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGSA/IFCS
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Dos Cerrados e suas riquezas**. In: Conflitos no Campo – Brasil 2014 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Edmundo Rodrigues Costa[Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2014. P. 88.
- PNCISA. **Caderno Nova Cartografia Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais**. – N. 8 (set. 2014) – Manaus: UEA Edições, 2014.
- PNCISA. Boletim Cartografia da Cartografia Social: uma síntese das experiências / **Comunidades Quilombolas do Jalapão: os territórios Quilombolas e os conflitos com as unidades de conservação**. – N. 5 (Dez. 2016) – Manaus: UEA Edições, 2016.
- PNCISA. Luta e resistência pelo território – **Comunidade quilombola Kaágados**, Tocantins / Conflitos sociais e desenvolvimento sustentável no Brasil central – N. 02 (Fev. 2018) / Coordenação da pesquisa: Paulo Rogério Gonçalves et al.-. – Manaus: UEA Edições, 2018.

[1] <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=1&uf=17>. Acesso em: 28 dez. 2018.

- [2] [https://www.embrapa.br/gite/publicacoes/NT1\\_DelimitacaoMatopiba.pdf](https://www.embrapa.br/gite/publicacoes/NT1_DelimitacaoMatopiba.pdf). Acesso em: 28 dez. 2018.
- [3]: <https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/index.html>. Acesso em: 28 dez. 2018.
- [4] <http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>. Acesso em: 28 dez. 2018.
- [5] <https://www.ufmg.br/online/ndc/noticias/pesquisa-realizada-no-igc-projeta-tendencias-de-desmatamento-e-regeneracao-do-cerrado-ate-2050/>. Acesso em: 28 dez 2018.
- [6] [http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf\\_chm\\_rbbio/\\_arquivos/relatorio\\_tecnico\\_monitoramento\\_desmate\\_bioma\\_cerrado\\_csr\\_rev\\_72\\_72.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/relatorio_tecnico_monitoramento_desmate_bioma_cerrado_csr_rev_72_72.pdf). Acesso em: 28 dez 2018.
- [7] [http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf\\_chm\\_rbbio/\\_arquivos/relatorio\\_tecnico\\_monitoramento\\_desmate\\_bioma\\_cerrado\\_csr\\_rev\\_72\\_72.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/relatorio_tecnico_monitoramento_desmate_bioma_cerrado_csr_rev_72_72.pdf)). Acesso em: 28 dez 2018.
- [8] (<http://reporterbrasil.org.br/2009/07/municipio-do-tocantins-lidera-ranking-de-soja-e-de-pobreza>).

# Construcción de un megaproyecto vial en el Valle del Cauca como ejemplo de un “Acto de Estado” y la respuesta comunitaria

Hernando Uribe Castro<sup>79</sup>

## Introducción

En este documento se propone dar una mirada a un caso particular, acontecido en el Departamento del Valle del Cauca en Colombia, a propósito de la construcción de la vía Mulaló y Loboguerro, como un ejemplo que permite evidenciar un “Acto de Estado” desde la perspectiva teórica de Pierre Bourdieu. El artículo plasma la forma como se produce el paso de la *Idea de Estado* (entendido como una construcción mental) al *Acto de Estado* (como un concreto real).

Comprender este proceso de transición exige hacer uso del concepto la *Acción de Estado*. Según Bourdieu, la función que cumple una *acción de Estado* es llevar al mundo real la presencia de esa idea abstracta, teórica y mental-cognitiva que es el Estado. Es importante recordar el llamado de atención que hace Bourdieu, algo así como una alerta, con respecto al hecho de pensar el Estado. Y es que no hay nada más complejo que pensar y analizar el Estado cuando esa idea de Estado que se piensa, fue incorporada por el mismo Estado mediante mecanismos del ejercicio de dominación física, simbólica y sutilmente cultural en las estructuras sociales, en las mentales y en las cognitivas de quienes piensan y reflexionan sobre el Estado (2014).

Para comprender este proceso, este escrito se estructuró en cuatro partes: en la primera, se realiza una presentación del concepto *Acción de Estado* desde la perspectiva del constructivismo estructuralista de Pierre Bourdieu;

---

79 Director del Instituto de Estudios para la Sostenibilidad de la Universidad Autónoma de Occidente. Doctor en Ciencias Ambientales y Magister en Sociología. huribe@uao.edu.co

en la segunda parte se plantea el caso de la construcción vial, ejemplo que se utilizará para comprender el efecto de la acción de Estado. En la tercera, se muestra una explicación del cómo unos intereses de índole particular -el que pertenece a un grupo empresarial privado-, logra transformarse en un interés “universalizante” –es decir que implica a todos- mediante un juego mágico, al modo de una especie de “alquimia”, como expresión de la acción de Estado que hace volver el Estado en algo real.

En este proceso de juego mágico y de alquimia, es necesario prestarle atención al papel que juega la figura de las Asociaciones Público-privadas APP, construidas por los agentes participantes que despliegan unos ritos institucionales con las que se legitiman y se hacen públicos y publicables estas sus acciones. En la cuarta parte, se señala quién queda por fuera de estas decisiones y acciones y cómo esta estrategia del proyecto vial termina legitimando el poder de un gremio que ejerce gran poder social, político y económico en la región del valle geográfico del río Cauca. Finalmente, se muestran aspectos de la respuesta comunitaria, teniendo muy en cuenta que el conflicto está en su punto candente, está abierto y aun no habido soluciones.

## 1 - La “Acción de Estado”

Es necesario precisar el concepto de Estado en Bourdieu:

El Estado es la culminación y el producto de un lento proceso de acumulación y concentración de diferentes tipos de capital: capital de fuerza física, policial o militar (que la definición weberiana evoca al hablar del “monopolio de la violencia -física- legítima”); capital económico, necesario entre otras cosas para asegurar el financiamiento de la fuerza física; capital cultural o informacional, acumulado en la forma, por ejemplo, de estadísticas, pero también de instrumentos de conocimiento dotados de validez universal en los límites de su incumbencia, como los pesos, las medidas, los mapas y los catastros; por último, capital simbólico. (2000, p. 25).

Se entenderá por *Acción de Estado*, inicialmente como lo define Pierre Bourdieu (2014), como aquellas “acciones políticas con pretensión de causar efecto en el mundo social (...) acciones autorizadas, dotadas de una autoridad que gradualmente, por medio de una serie de delegaciones en cadena, remite a un último lugar, como lo es el dios de Aristóteles, el Estado” (2014, p. 25).

Esas acciones de Estado son llevadas a cabo por agentes, de carne y hueso, que disponen de los medios y los mecanismos de autoridad y del ejercicio del poder y de la dominación física y simbólica- para realizarlas y hacerlas realizables, para delegarlas y hacerlas delegables, para comisionarlas y volverlas comisión, para imponerlas -al hablar en nombre de lo público-, por lo que son constructores continuos del espacio burocrático que a su vez los construye a ellos. Agentes que -proviendo de distintos sectores en la jerarquía social y afines a distintos movimientos o fracciones políticas enfrentados entre sí por el capital del poderío que se logra cuando se alcanzan los escenarios de decisión del Estado- aprenden el oficio burocrático al incorporar el *habitus* que se despliega en las luchas en el campo burocrático para poder movilizar y movilizarse por el espacio administrativo del Estado.

En este espacio administrativo fluyen políticas, planes, programas que requieren de toma de decisión de parte de los funcionarios, que funcionan como agentes burocráticos, para que puedan concretarse en proyectos realizables y realizados. Desde las proyecciones, pasando por las planeaciones, las decisiones hasta las ejecuciones, en todo ello, participan agentes que están investidos de la institución y de la institucionalidad. Funcionarios que -tal como lo muestra una atenta observación en las diferentes agencias que conforman el Estado-, se pueden mover (movilizar, desplazar) entre el espacio de la administración privada a la administración pública y viceversa. Estos funcionarios -muchas veces investidos de su papel de privado o de público-, actúan en nombre de la agencia a la que representan para producir actos de Estado. Son actos que provienen de agentes que, como funcionarios, participan tanto en la producción, promoción, ejecución o evaluación de los efectos de las decisiones tomadas desde ese espacio burocrático del Estado. Legitiman y son legitimados.

Por ejemplo, Presidentes de la República de Colombia -que han sido y siguen siendo empresarios, accionistas o dueños de empresas privadas o asociaciones de empresarios regionales o nacionales, grupos o emporios-, Senadores de la República, Congresistas, Asambleístas, Fiscales, Alcaldes, que no solo están investidos de Estado por ocupar un cargo, una curul y/o desempeñar unas funciones de Estado, sino también que están en las redes

económicas de los grupos empresariales, firmas o negocios familiares. Como se ha visto en muchos países, estos efectos están relacionados regularmente con actos de corrupción<sup>80</sup>.

De éste modo se comprende la *Acción de Estado* como el conjunto de las acciones realizadas y realizables por estos agentes autorizados y con autoridad, dispersos por las instituciones, interesados y con intereses que pueden llegar a capitalizar enormes ventajas para sí mismos, para un grupo, sector, movimiento o región geográfica en particular. Implica de igual modo, enormes ventajas para unos y para otros no tanto, reproduciéndose de este modo un efecto de jerarquización y desigualdad social que hace el Estado a medida que se construye como Estado. Por lo que la *acción de Estado* no posee carga de neutralidad, ingenuidad, sino de dinámicas, transformaciones, buscan el orden y el control, la reproducción física y simbólica del poder y la legitimación de sus productores animadores que le dan vida y lo concretan el mundo social como hechos concretos y realizados. Bourdieu identifica tres dimensiones importantes de la acción de Estado:

*Dimensión oficial:* en el sentido de que son acciones realizadas por agentes legitimados oficialmente por ser representantes, comisionados o encargados por ocupar un puesto público en la estructura burocrática y administrativa, actúan cobijados bajo legitimidad y en nombre del Estado.

*Dimensión pública:* en el sentido de que son acciones que, perteneciendo a lo que se conoce como sector público u oficial, son publicadas y dadas a conocer a toda la sociedad que la compone. Se hace público y se publica a través de la voz oficial de los agentes responsables de la acción de Estado.

---

80 El ejemplo que puede demostrar este tipo de fenómeno ha sido el reciente escándalo por el caso Odebretch, el cual ha sido, sin duda, uno de los más reconocidos actos de corrupción en toda América Latina. Los contratos logrados por esta transnacional, donde fue claro los casos en la construcción de vías e infraestructuras en varios países de la región, fueron logrados por el pago de sobornos a agentes de Estado que estaban directamente relacionados con la administración de estas obras. Incluso, dineros que, según la Fiscalía y Procuraduría, como lo fue en el caso de Colombia, ingresaron a campañas de los candidatos en las elecciones presidenciales del 2014.

*Dimensión universal:* en el sentido de ser oficial y público es de interés general a toda la sociedad. Se universaliza como una decisión que compete a todos. Una de las características del Estado es precisamente su capacidad de construir, legitimar y hacer posible lo universal.

## **2 - El estudio de caso: características del proyecto vial en el Valle del Cauca**

### *a. El origen del proyecto vial y sus agentes promotores*

El 20 de enero de 2015, el periódico El Tiempo en Colombia presentaba como titular la siguiente información: “*Por fin el Valle tendrá doble calzada entre Mulaló y Loboquerrero*”. Esta vía se corresponde al proyecto de inversión vial denominado Vías de Cuarta Generación (4G) lideradas por el gobierno nacional de Juan Manuel Santos y que consiste en: *la construcción de la nueva vía entre los municipios de Mulaló y Loboquerrero, con lo cual se busca agilizar el tránsito de carga pesada desde la zona industrial de Cali hasta el puerto de Buenaventura.* (El Tiempo, 20-01-2017). Según el Ministerio de Transporte, la autopista hacia la competitividad de la región y del país tendrá nueve túneles que suman 12 kilómetros de recorrido y 32 obras entre puentes, pontones y viaductos. Además, se rehabilitará el tramo Cali - Dagua - Loboquerrero, con una longitud de 52 kilómetros (Ministerio de Transporte de Colombia).

La Cuarta Generación (4G) de concesiones viales consiste en una apuesta del gobierno nacional por superar el rezago que en términos de infraestructura vial presenta el país: “Baja competitividad por deficiencia en la calidad de la infraestructura de transporte • \$6 bill invertidos en infraestructura de transporte en el 2011 (1% del PIB) • 50/50 entre obra pública y concesiones” (Andrade, 2012). Frente a este rezago, la estrategia del 4G se plantea como objetivo: “Alcanzar 3% del PIB en el 2014 (\$18 bill) • \$6 bill por obra pública (1% del PIB) • \$12 bill a través de concesiones (2% del PIB) • Primer paso 2012: \$8 bill (33% de incremento).” (Andrade, 2012). En términos generales, el gobierno nacional dentro de su Plan Nacional de Desarrollo “Prosperidad para todos”, pretendía intervenir 8.170 km de vías, que implicaba una inversión estimada de 43,9 (billones/dic-11).



Si bien, el anuncio se realizó en 2015, el proyecto como tal surgió por iniciativa del Sector Empresarial del Valle del Cauca en el año de 1983 como parte del sistema vial del departamento y luego, revivido en el 2004, dentro del Plan de Accesos Integrales al Pacífico. Pasaron algunos años hasta que se logró concretar en 2009 por esfuerzos del Comité Inter-gremial Empresarial del Valle y de la Asociación Nacional de Empresarios de Colombia (Andi). En este comité inter-gremial participaban diferentes empresas de distintos sectores económicos de la región. En 2015, en esta asociación hacían parte:

La Asociación Nacional de Empresarios de Colombia - ANDI, fundada en 1944; ACIEM Capítulo Valle es la Asociación Colombiana de Ingenieros en el Valle del Cauca, fundada en 1958; Asociación Colombiana de Ingeniería Sanitaria y Ambiental ACODAL, fundada en 1983; ACOPI seccional Valle del Cauca; ACRIP Valle; ADICOMEX; La Cámara de Comercio Colombo Americana (AmCham Colombia Seccional Sur Occidente) fundada en 1962<sup>81</sup>; La Asociación Colombiana de Agencias de Viajes y Turismo, ANATO; Asociación de cultivadores de caña de azúcar ASOCALA, integrada por 13 ingenios azucareros; La Cámara Colombiana de la Construcción CAMACOL, fundada en 1957; Cámara de Comercio de Cali fundada en 1966 y la Cámara de Comercio de Buenaventura, fundada en 1966; Cámara de Comercio de Palmira; La Cámara Colombiana de la Infraestructura; Cámara Colombiana de Seguridad Privada; Comfenalco, fundada en 1957; la Federación Nacional de Cafeteros de Colombia; La Asociación Hotelera y Turística de Colombia

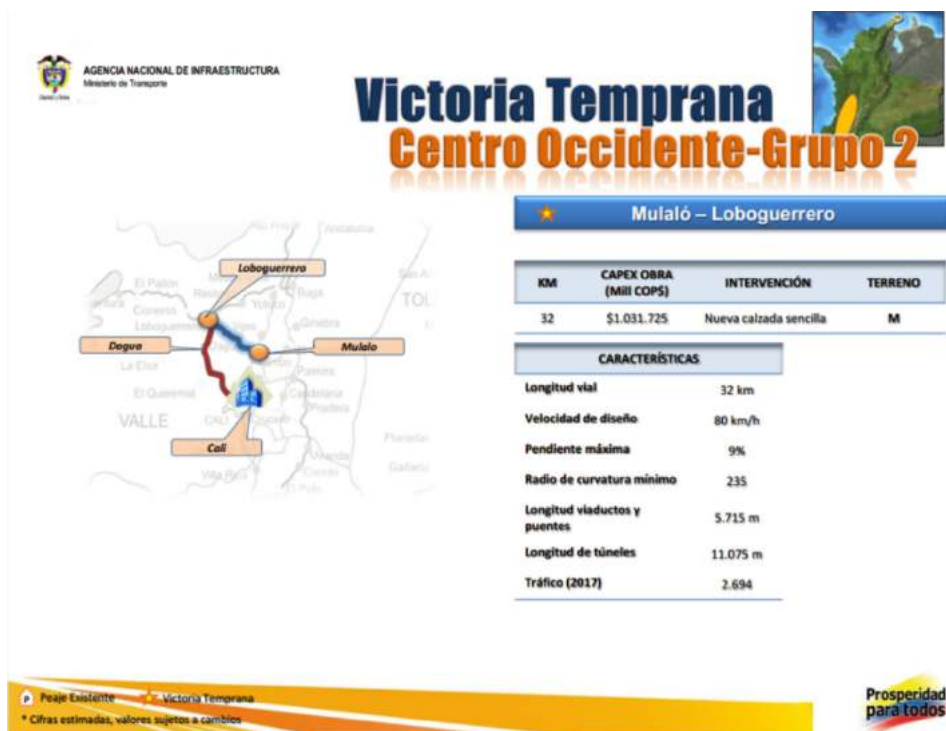
---

81 “Es una asociación sin ánimo de lucro fundada en 1962. AmCham Colombia agrupa el sector privado en Colombia y los Estados Unidos y lleva a cabo una agenda de trabajo activa destinada a fomentar el comercio y la inversión entre Estados Unidos, Colombia y con otros países de la región. Entre los miembros de AmCham se encuentran empresas americanas, colombianas, así como empresas de otros países. Hoy en día, AmCham tiene más de 900 miembros afiliados en todo el país, que en conjunto representan aproximadamente el 24% del PIB nacional. AmCham tiene oficinas seccionales en Barranquilla, Bogotá Cartagena y Medellín. AmCham Colombia Seccional Sur Occidente es miembro de la Asociación de Cámaras de Comercio Americanas en Latinoamérica (AACCLA), que está compuesta por Cámaras de Comercio Americanas en 21 países con más de 20.000 empresas asociadas que representan el 80% de la inversión de EE.UU. en la región. También es afiliado a la Cámara de Comercio de EE.UU. con sede en Washington DC, que representa a más de 3 millones de empresas en los Estados Unidos. AmCham Colombia trabaja con ambas organizaciones en temas como Tratado de Libre Comercio entre Colombia y Estados Unidos (TLC), facilitación del comercio, derecho de propiedad intelectual entre otros. Como parte de la red regional de AACCLA, AmCham Colombia es capaz de facilitar los contactos comerciales para sus miembros en otros mercados de Latinoamérica y el Caribe. La prioridad absoluta de AmCham son nuestros afiliados. La misión de AmCham Colombia es fomentar un mejor clima para el comercio y la inversión entre los dos países. AmCham sirve como puente natural entre el sector privado y el gobierno colombiano y es una herramienta eficaz para promover los intereses de la comunidad empresarial en Colombia.” ([http://www.ciev.co/?page\\_id=824](http://www.ciev.co/?page_id=824))

COTELCO; La Federación de Aseguradores Colombianos FASECOLDA; Fundación Empresarial para el Desarrollo de Yumbo, FEDY, fundada en 1982; FENAVI; Harinera del Valle S.A.; La Lonja de Propiedad Raíz de Cali y Valle del Cauca; Servientrega S.A.; Mayagüez; Procaña, SAG: Club Ejecutivos del Valle del Cauca; Zona Franca del Pacífico; el Banco WWB y FENALCO

Este comité adquirió recursos para avanzar en los estudios de la vía y logró que se incluyera dentro del paquete de proyectos en el programa 4G promovido por el gobierno nacional.

32 kilómetros de vía que constituirán una importante alternativa para conectar el puerto de Buenaventura con el resto del país, además de nueve túneles con una extensión total de 12,2 kilómetros, el mayor de ellos de 5,4 kilómetros, lo mismo que 31 puentes y viaductos que suman aproximadamente 2,5 kilómetros.” (El Tiempo).



Fuente: Andrade, 2012.

## *b. La alianza público-privada APP*

En las dinámicas de gobierno y gobernabilidad, se ha vuelto común que los agentes de Estado utilicen esquemas asociativos al modo de “alianzas” para promover el paquete de planes y proyectos cuyos valores alcanzan topes gigantescos pero que se estiman como necesarios y vitales para el progreso de las regiones. Estas asociaciones han sido denominadas Alianza Pública Privadas (APP), donde el objetivo principal es la co-partición financiera, precisamente, por las sumas astronómicas que se requieren para sacar adelante grandes proyectos de inversión. En el caso de la vía Mulaló - Loboguerrero se utilizó esta figura que se corresponde con una inversión de *12 billones de pesos*.

El gobierno como grupo de agentes que al participar en el campo burocrático y del Estado se envisten como funcionarios y se representan como Estado colombiano ante estas asociaciones tales como la asociación de empresarios, Corficolombia (recoge entidades financieras y bancarias), firmas extranjeras como Iridum (española) y logran establecer una red de intereses y de movilización de flujos monetarios y financieros en un campo de producción de inversiones de capital a una alta velocidad de retorno, ejecutadas sobre los territorios locales: *“Las obras estarán a cargo de la Concesionaria Vial del Pacífico está integrada por Estudios y Proyectos del Sol (Episol) de Corficolombiana y la española Iridium.”* (El Tiempo, 20-01-2015).

El proyecto de la vía planeta que: *“contribuirá al crecimiento económico general del país con un efecto positivo en el PIB de 0,21 por ciento.”* (El Tiempo, 20-01-2015). Esto significa que los inversores pondrán el dinero, al igual que el gobierno a través de sus ministerios y agencias, haciendo uso de préstamos internacionales y recaudación de impuestos, dinero de los impuestos que por supuesto provienen del bolsillo de los colombianos.

## *c. El lanzamiento público del proyecto.*

En el caso de la vía Mulaló-Loboguerrero, el proyecto tuvo un lanzamiento en uno de los centros de eventos más modernos y recientemente construidos en el país, el Centro de Eventos Valle del Pacífico ubicado en la zona industrial de Yumbo y al que asistieron funcionarios del gobierno, representantes de partidos políticos y empresarios de gran peso como el señor empresario Luis Carlos Sarmiento (el colombiano más adinerado dueño de bancos, ingenios, empresas, etc.) y los comités intergremiales y empresariales:

El evento se realizó en el Centro de Eventos Valle del Pacífico del municipio de Yumbo y fue encabezado por el vicepresidente de la República, Germán Vargas Lleras; la ministra de Transporte, Natalia Abello Vives; representantes de la Concesionaria Vial del Pacífico y el empresario Luis Carlos Sarmiento Gutiérrez. La Asociación nacional de Empresarios de Colombia (Andi). Comité Intergremial Empresarial del Valle. (El Tiempo, 20-01-2015).

#### *d. Los impactos de la obra según la Alianza.*

Algunos de los impactos más importantes señalados por la APP que se consideran, dejará esta obra para la sociedad colombiana:

- Ahorros de hora y media en tiempos de desplazamiento hacia el puerto de Buenaventura, (40 kilómetros);
- Representa ahorros en la operación vehicular cercanos a los 1,2 billones durante los próximos 20 años;
- Generará 4.700 empleos en etapa de construcción y más de 10.000 en el largo plazo;
- “Encadenamientos productivos para las empresas de bienes y servicios, dada la demanda nueva de insumos (tales como acero, cemento y geotextiles, entre otros) que se genera” (Andi).

### **3 - “Especie de alquimia”: agentes, Asociación Pública - Privada y ritos de Estado**

*Con respecto a la relación de lo público y privado como acciones de Estado.* Considero que una de nuestras ingenuidades es creer que el Estado es de lo público y que el Mercado es de lo privado. Creo que esta es otra de las tantas falsas y patéticas dicotomías que ponen brumas y que sirven como cortinas de humo para la gestión administrativa del Estado desde sus agentes que lo producen y se auto-reproducen para mantener su dominio y control en él y desde él.

Solo pienso en los gastos personales de los agentes del gobierno con dineros públicos; pienso en la capitalización de los bancos en quiebra con las arcas del Estado; pienso en la normatividad jurídica de pensiones y cesantías de colombianos administradas por agencias del Estado y agentes de seguros privados siempre funcionando en red. Nada más confuso y enredador que definir el espacio público y el espacio privado, tanto en términos espaciales, como políticos, sociales y económicos desde la espontaneidad: la administración pública y la administración privada. Lo que observo es que en las cuentas del Estado todas ellas están mezcladas, acumuladas e integradas. Solo basta observar el mercado lingüístico que se usa en las Escuelas de Administración en el País: competitividad, éxito, liderazgo, ahorro, *outsourcing*, eficiencia, calidad, etc. Solo basta con observar de dónde sale el índice del PIB. Nada más brumoso que las fronteras de lo público y privado en esa idea de Estado.

Pero lo que interesa en este caso del proyecto vial es comprender ¿cómo esta comisión de empresarios logra imponer una obra que trae beneficios particulares como algo que beneficia a toda la sociedad? ¿Cómo se logra generar una aceptación social generalizada de una obra que claramente tiene beneficios propios como proyecto de desarrollo de la nación?

Creo que la respuesta se puede ubicar en el papel que ocupa la comisión, que en este caso se corresponde con un grupo empresarial poderoso, tal vez uno de los más poderosos del país con incidencia política tanto en el gobierno como en las entidades encargadas de producir las leyes y la justicia, es decir, con la capacidad de incidir en el orden burocrático del Estado.

Esta comisión o comité, conformada por este pool de organizaciones con intereses e interesadas en sacar adelante su proyecto, no descansan hasta que logran imponerse al capitalizar tanto la disposición de los diferentes capitales como de las oportunidades políticas. Oportunidades políticas construidas por ellos mismos porque son también quienes detentan el poder regional y tienen la capacidad de colocar en los puestos de más alta jerarquía gubernamental local o regional sus importantes fichas políticas.

Bourdieu nos da importantes claves para comprender, lo que él denomina una “especie de alquimia” producida por los agentes. Este sociólogo señala lo siguiente:

“En el fondo, cada vez que una comisión se reúne, se produce la alquimia cuyo producto es el Estado, utilizando además los recursos del Estado: para ser un gran presidente de comisión, hay que contar con los recursos de Estado, hay que estar informados de lo que es una comisión, de los usos y conveniencias que se asocian, de las leyes de cooperación que no se expresan en parte alguna, de las leyes no escritas según las cuales se selecciona a los miembros que tienen un papel determinante en la elaboración de un discurso con autoridad que saldrá de los trabajos de la comisión, etc. Se utiliza todo un capital de recursos listos para funcionar como un alambique de alquimistas en manos de quien sabe manipularlo.” (2014, p. 54).

El resultado y éxito de esta comisión, entonces, no solo se limita a lograr la aprobación del programa de proyectos sino y, sobre todo, de lograr utilizar su poder simbólico de legitimación ante la sociedad y volverlo universal, es decir, de interés general para todos, hacerlo público y publicable, a través de la alquimia, sus planes privados.

*Con respecto a los eventos de ceremonias como ritos del Estado:* P. Bourdieu (2014), plantea una cuestión muy interesante relacionada con las formas de dominación simbólica y cultural de las instituciones, quienes a través de los ritos, ceremonias de gala, entrega de trofeos y reconocimientos y eventos de gran envergadura, no solo legitiman ante la sociedad sus decisiones, planes y proyectos sino que además de modo sutil incluyen los agentes participantes del proceso y del proyecto, excluyendo al resto de la sociedad.

Dice Bourdieu que uno de los mecanismos de legitimación de los actos de Estado es hacerlos públicos y publicables: “Hacer público es el acto de Estado por excelencia; al mismo tiempo entendemos que el Estado mete la mano en todo.” (2014:203). Hacer público, mediante rituales, ceremonias, lanzamientos, legitima las actuaciones del Estado porque comunica, ordena, consagra e instaaura.

Lúcidamente Bourdieu señala que “un determinado número de agentes que han hecho el Estado, y se han hecho a sí mismos como agentes del Estado al hacer Estado, tuvieron que hacer el Estado para hacerse poseedores del poder del Estado. Hay personas que están vinculadas con el Estado desde el origen” (Bourdieu, 2014, p. 60).

Considero por tanto que se ha construido un discurso sobre el Estado con un poder de sometimiento y sutileza cultural con la que se ha logrado construir una sociedad atrapada en él. Y han sido los ideólogos del poder en la economía-mundo capitalista, quienes han incidido en su proceso de construcción, transmutando y transformándolo a partir de sus propias necesidades, a través de agentes globales como el Banco Mundial, la Organización Mundial del Comercio y el Fondo Monetario Internacional como actor decisivo para el funcionamiento del sistema. Según lo explican las ciencias sociales, sin la estructuración de los Estados, la economía-mundo capitalista no hubiese sido posible.

En estas condiciones, los gobiernos nacionales, regionales y locales, administradores del Estado y por tanto, sus principales dinamizadores y legitimadores, en sus diferentes niveles territoriales no les queda más que convertirse en buenos gerentes y especialistas negociadores de lo que implica hacer del Estado y todos sus elementos, importantes atractivos para la explotación de recursos, la atracción de inversiones y, por consiguiente, para la reproducción de excedentes de capital de las fuerzas hegemónicas del mercado.

*Con respecto a los impactos de la obras.* Las comunidades de Mulaló (1.800 hab.), La Cumbre (11.582 hab.) se encuentran ubicadas sobre un colchón de agua que al ser intervenidas puede tener repercusiones indeterminadas e irreversibles en las condiciones naturales de este sector que se encuentran influenciada por las fallas Dagua - Calima y Roldanillo, tierras de formación con deposiciones de cenizas volcánicas. El peso del pavimento y el constante paso de vehículos de carga, derrames de gasolina y demás factores relacionados con el flujo de un parque automotor de gran tamaño y de carga, sin duda repercutirá en la dinámica ecosistémica.

En el discurso institucional se expresa claramente el beneficio para el *Puerto de Buenaventura* no para el *Municipio de Buenaventura*, por tanto esto no repercutirá en el mejoramiento de las condiciones de vida de los habitantes bonaverenses porque para nadie es un secreto que el Puerto de Buenaventura es como la Ciudad-Estado del Vaticano que se encuentra desligada de Roma (Italia).

No es extraño, entonces, escuchar que en muchos de los pueblos latinoamericanos se levanten protestas contra la privatización de la educación, la precariedad de las instituciones del estado y su responsabilidad con la sociedad, la presencia de multinacionales que extraen importantes recursos de la naturaleza, que construyen todo tipo de mega y macro proyectos como represas e hidroeléctricas, kilómetros de vías para los monopolios agrícolas y para la dinámica del flujo de movilización de los productos, para negociar con las energías y los recursos hídricos, ampliar la minería para la obtención de metales preciosos y la extensión de pueblos enteros para garantizar el libre uso de los territorios rurales.

Hablar de los efectos ambientales, sociales y culturales de grandes obras. Incluso, los económicos ¿Quién paga el costo total de la obra y sus impactos? esta obra, es sin duda la mayoría de los colombianos a través de sus impuestos como contribuyentes. La eficiencia simbólica del Estado colombiano es sorprendente!

#### **4 - La respuesta comunitaria**

La principal respuesta de parte de los grupos comunitarios provino de los habitantes del Corregimiento de Pavas. Ellos aseguran que:

1. La obra no le aporta al municipio en términos de un mejoramiento de las condiciones de vida de los habitantes.
2. La construcción de la vía afectaría el acuífero que suministra el agua a más de 15 mil habitantes del Corregimiento.
3. La comunidad expresa que no se tiene la licencia Ambiental, pues la obra fue proyectada desde mucho antes de que surgiera el marco ambiental en Colombia. Dice la comunidad además, que la licencia ambiental, en el marco constitucional de 1991, se ha negado dos veces, a pesar de eso ya se están iniciando las obras.



#### 4. La comunidad organizó:

- Veedurías ambientales de la comunidad.
- Interpusieron Acción Popular.
- Mesas técnicas de concertación.
- Denuncias públicas a través de radio, prensa y televisión.
- Dificultad para acceder a los estudios técnicos originales.

Una de las líderes y habitante del Corregimiento de Pavas en entrevista a uno de los medios locales de prensa, expresaba que:

“Pavas es un colchón de agua, entonces lo que es el peso de la vía, los vehículos, las tracto mulas, la contaminación, el riego de hidrocarburos todo el tiempo afectaría nuestro acuífero. Esa es la defensa que tenemos nosotros. Es por el acueducto” (Isabel, habitante de Pavas).

Entre los repertorios de acción colectiva utilizados por los habitantes de Pavas se tienen los siguientes:

- Protesta en la plazoleta de San Francisco frente a la Gobernación del Valle.
- Participación en eventos académicos en universidades de la región.
- Participación con denuncias públicas en medios locales de radio.
- Comunicados a la opinión pública explicando la situación del Corregimiento

Algunos de los lemas usados por la comunidad con el cual sintetizan el conflicto ambiental por la construcción de la vía son los siguientes:

- “Proyecto Mulaló - Loboguerrero... hay otros caminos. ¡Por Pavas No!”
- “Así quedara nuestro valle de Pavas. ¡Sin Pavas!”

Foto 1. Protesta de líderes de la comunidad de Pavas en la Plazoleta de San Francisco, Cali.



| Fuente: veeduría ciudadana.

En septiembre de 2018, la comunidad participó de la audiencia pública en la que participaron autoridades, ambientalistas, grupos económicos, agentes de control, entre otros. El foco de la audiencia fue el paso de la vía sobre el acuífero de Pavas (Anla, 2018). Dos meses después de la Audiencia Pública, la Gobernación del Valle a través de su portal titulaba que “Construcción de Vía Mulaló-Loboguerrero está prevista para que se inicie en abril de 2019”. Según se dice en esta nota de la gobernación:

“Es un proyecto muy importante también para la competitividad del Valle y país, sobre todo el sur del país. Está pendiente una licencia ambiental, y hay un tema en el que tiene que ver la Cvc, pero ya el director está presto para poder colaborar, pero tienen que radicar los documentos, si los radican el 21 de noviembre y ahí ya comenzará el estudio”, dijo la gobernadora Dilian Francisca Toro. (Gobernación del Valle, 2018).

## 5 - Discusión y comentarios finales

Es importante expresar una idea de Estado como un artefacto construido por grupos de poder para legitimarse en el poder mediante diferentes mecanismos físicos y sutiles de violencia y dominación legítima, de cohesión, coerción y unificación, así como de mecanismos invisibles de dominación simbólica. Un campo, un espacio de actuación en donde los agentes hacen y se hacen parte *del y para* el Estado. El Estado es una de esas invenciones más poderosas, de mentes inquietas e interesadas, que acumula diferentes tipos de capital tanto económicos como simbólicos y culturales para reproducir su propia existencia. (Bourdieu, 2014).

Es importante señalar, adicionalmente, algunos puntos: el primero es que se debe tener presente que esta obra, vía Mulaló-Loboguerrero, se presenta como un proyecto de gran envergadura para el Departamento del Valle del Cauca y para la nación. Pero en el fondo, la obra va dirigida a solo una parte de que es el sector industrial, agroindustrial y empresarial los beneficiados, y escasamente la población (así se presente como puestos de trabajo que a futuro generará esta obra). Esto fue expuesto con claridad por uno de los periódicos más influyentes en temas económicos en Colombia, Portafolio cuando tituló en enero de 2015 “Mulaló-Loboguerrero beneficiará azúcar y muebles.”

Segundo, se debe recordar que el Departamento del Valle del Cauca no es lo mismo que el valle geográfico del río Cauca. El primero es una unidad administrativa construida por la elite junto al gobierno nacional desde principios del siglo XX y el segundo se corresponde con una área geográfica mucho más extensa que incluye el norte del Departamento del Cauca y llega hasta el Departamento de Risaralda como una gran unidad regional que ha sido diseñada y explotada por el monopolio cañero.

Este valle experimenta de tiempo atrás un proceso de transformación, sobre todo en el último siglo, relacionado con la presencia de los agentes del capital agroindustrial y del Estado-nación moderno, que convirtieron este ecosistema aluvial en un sistema socio ecológico, diseñado para la expansión de la frontera agrícola de la caña de azúcar.

El discurso de la historia oficial presenta este despegue agroindustrial como un caso exitoso, tanto empresarial como de liderazgo político. La historia ambiental que emerge como otra manera alternativa de abordar la historia, ha puesto en evidencia algunos de los efectos socioambientales y la acumulación por desposesión de disímiles comunidades por parte de ese éxito empresarial.

Por tanto, es necesario proponer un nuevo esquema interpretativo del proceso de transformación territorial del valle geográfico del río Cauca, apoyada en la historia ambiental, la ecología política, los socioecosistemas y la teoría de la acción colectiva, en el sentido de que esté ha sido un *territorio diseñado por un grupo de agentes del capital agroindustrial y del Estado en Colombia*. Un grupo de la elite regional interesada, desde principios del siglo XX, en obtener la mayor renta de capital de unas tierras que ofrecen unas ventajas comparativas y competitivas.

El territorio diseñado por algunos agentes del capital agrícola y agroindustrial, con la participación de un grupo de agentes de Estado en diferentes momentos históricos es definido como aquella porción de superficie terrestre que como un ecosistema -resultado de la dinámica evolutiva del planeta y de los procesos físicos y bióticos que sobre él se configuraron y que le proporcionan unas características particulares como un sistema cerrado pero en conexión con los otros sistemas terrestres (al modo de un sistema autopoietico)-, es reorganizado por decisiones y acciones humanas de carácter político y económico, como lógica espacial del capitalismo global, mediante un conjunto de infraestructuras y de obras resultado tanto de los Planes de Desarrollo (local, regional o nacional) del Estado-nación como de las inversiones privadas del gremio agroindustrial que lo transforman en propiedad privada o en renta para explotarlo con un uso intensivo y extensivo de cultivos de caña de azúcar en la perspectiva de obtener beneficios por la acumulación de capital y excedentes económicos, pero con efectos, a veces irreversibles, sobre las condiciones naturales y sobre las comunidades (algunas en resistencia) que los habitan, transformando las condiciones propias de la dinámica del ecosistema aluvial del valle geográfico en un socioecosistema diseñado, cuyo paisaje está monopolizados por esta actividad agrícola (Uribe, 2015).

El asunto es comprender el modo como los agentes del capital privado agroindustrial y del Estado colombiano, se conjugaron para que un ecosistema natural se transformara en un sistema socioecológico diseñado y moldeado mediante la ejecución de un sinnúmero de infraestructuras y obras implementadas a través de la inversión privada, así como de los planes de desarrollo local y nacional propuestos desde el alto gobierno, para favorecer la agroindustria azucarera.

Hoy en día, una extensa parte del valle geográfico, se encuentra dedicado al monocultivo. Cuenta esta región con una de las mejores mallas viales construidas a lo largo del siglo XX, a la que se agregará la nueva vía Mulaló-Loboguerrero. Este es un claro ejemplo de cómo los agentes del capitalismo no solo han demostrado su capacidad re-organizativa espacial, sino también una capacidad para configurar sobre la superficie terrestre unas lógicas espaciales que al ver en los territorios locales importantes beneficios para la acumulación de capitales (económicos, simbólicos, culturales), producen y reproducen mecanismos físicos y sutiles de dominación simbólica y cultural, explotación, despojo y colonialismo interno. Por esta razón, al volverse realizables y realizados estos proyectos, de inmediato entran en conflicto con las territorialidades y cosmovisiones de las comunidades locales (algunas resisten a desaparecer).

Mientras las comunidades asumen el territorio desde un valor de uso distinto, como proveedor de abrigo, alimento y sostenimiento, las clases dominantes y del poder del capital asumen el territorio construido como recurso económico y como valor de cambio que debe ser ordenado bajo los lineamientos exigidos para la acumulación del capital.

De este modo, bajo la lógica de la organización del territorio para la explotación del capital y la dedicación extensa y monopólica del espacio y sus ecosistemas, los ciclos de la naturaleza en el ecosistema aluvial del valle geográfico del río Cauca se ven interrumpidos y exterminados, afectando la dinámica natural y la diversidad de la vida existentes aquí.

Los escenarios urbanos y rurales expresan de modo claro el modo como opera la lógica de los agentes del capitalismo en la búsqueda desesperada de excedentes de capital para la producción y acumulación de riqueza con

el apoyo y la aprobación de los gobiernos locales y nacionales quienes incentivan, bajo el discurso del “progreso” y el “desarrollo”, la privatización de estos espacios, la transformación de la tierra como mercancía que se pone al mejor postor y el alza en el costo de vida de las comunidades locales. Estos discursos son dispositivos simbólicos de dominación a través de los medios educativos y de comunicación.

Estos agentes han logrado influir en los espacios de decisión para reorganizar la sociedad a su antojo, a su modo y necesidad. Unos agentes que han sido creativos para reorganizar y controlar sus espacios y sus tiempos. En esa capacidad creativa para la reorganización del espacio, ha sido fundamental la transformación del valor de la tierra y de los elementos de la naturaleza convertidos ahora en mercancía.

Todo ello sucede de frente a una población inmóvil, que ignora, que es indiferente y que no desea enterarse o siquiera enfrentar esta situación, precisamente porque los dispositivos de dominación simbólica y cultural generan su efecto de modo impecable. La sociedad en su conjunto, no logra comprender estos complejos procesos de dominación, de explotación y de despojo de su dignidad, de su tiempo, de su sabiduría, de su conocimiento, de su imaginación, de sus energías, de su labor y de su creatividad.

Las estrategias de los agentes del capital se han incorporado de modo enraizado en las mentes de las personas a través de las instituciones sociales que forman, controlan y construyen los ciudadanos y se reconstruyen así mismas: sistema familiar, educativo, religioso, jurídico y estatal. Utilizan la publicidad, los medios de comunicación, el mundo virtual y las normas para hacer de cada ciudadano un ser acoplado, disciplinado y cooptado. Hacen actos y ritos de Estado mediante los cuales hacen público su poder y legitiman sus proyectos, así como ordenan y concretan en la estructura social, mental y cognitiva de las personas el sentido de lo que se debe entender por desarrollo.

## Referencias

- Andrade Moreno, Luis Fernando. (2012). Cuarta Generación de Concesiones en Colombia. Agencia Nacional de Infraestructuras. Colombia: República de Colombia.
- ANLA. (2018). Más de 550 asistentes a audiencia Mulaló-Loboguerrero. Documento revisado el 28 de noviembre de 2011. En línea: <http://www.anla.gov.co/Noticias-ANLA/mas-550-asistentes-audiencia-mulalo-loboguerrero>
- Bourdieu, Pierre. (2000). Las estructuras sociales de la economía. Buenos Aires: Manantial.
- Bourdieu, Pierre. (2014). Sobre el Estado. Cursos del collège de France (1989-1992). Barcelona: Editorial Anagrama.
- El Tiempo. (2015). “Por fin el Valle tendrá doble calzada entre Mulaló y Loboguerrero”. Enero 20 de 2015.
- Gobernación del Valle. (2018). “Construcción de Vía Mulaló-Loboguerrero está prevista para que se inicie en abril de 2019” Publicado el 17 de noviembre de 2018. En línea: <http://www.valledelcauca.gov.co/publicaciones/61450/construccion-de-via-mulalo-loboguerrero-esta-prevista-para-que-se-inicie-en-abril-de-2019/>
- Ministerio del Transporte. Proyecto Mulaló - Loboguerrero y Cali - Dagua - Loboguerrero Grupo 2: Centro - Occidente. Asociación Para el Progreso (APP). Agencia Nacional de Infraestructura.
- Portafolio. (2015). Mulaló-Loboguerrero beneficiará azúcar y muebles. Publicado el Martes, 20 de enero de 2015. Consultado el 15 de abril de 2017. En línea: <https://www.larepublica.co/economia/mulalo-loboguerrero-beneficiara-azucar-y-muebles-2210876>
- Uribe Castro, Hernando. (2015). De ecosistema a socioecosistema diseñado como territorio de los agentes del capital agroindustrial y del Estado-nación moderno en el Valle del Cauca. Revista Colombiana de Sociología. Universidad Nacional de Colombia.

# **Territórios em resistência: a cartografia social das ilhas do Baixo Tocantins na rota dos grandes empreendimentos<sup>82</sup>**

**Eliana Teles<sup>83</sup>**

**Nelson Ramos Bastos<sup>84</sup>**

## **1 - Introdução**

Na região do Baixo Tocantins, nordeste paraense, os grupos sociais, com suas práticas e formas de existências vem experimentando profundas modificações no que tange à questão ambiental e territorial. Em maior parte, são ocupantes de uma área ecológica, a várzea estuarina amazônica, sobre a qual se debruçam técnicos e diversos estudiosos para determinar sua dominialidade. Os povos da várzea, cujo modo de vida tem sido repassado, reorganizado e experienciado ao longo das gerações, detêm um conhecimento materializado na forma como concebem e utilizam os recursos disponíveis nesse ambiente, e por isso, essenciais para a sua sobrevivência. Contudo, grande parte da diversidade biológica e sociocultural desses territórios, nos últimos anos vem sendo dilapidada, devido a diversos tipos de pressões. Destacam-se aqui aquelas advindas dos grandes empreendimentos desenvolvimentistas, os quais expressam a nova forma do capitalismo conexcionista ou capitalismo rizomático como denominam Boltanski e Chiapello (2009, p. 371), promovendo assim, uma forte tensão entre o próximo e o distante, o local e o global.

---

82 Este trabalho é fruto de pesquisa empreendida por pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, na região do Baixo Tocantins, Pará, tendo como resultado: um Boletim Informativo, um Trabalho de Conclusão de curso e uma dissertação de Mestrado em andamento.

83 Docente do PPG Cidade, Território e Identidades da UFPA, Campus Abaetetuba, Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Endereço eletrônico: elianteles@gmail.com

84 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades-PPGCITI/UFPA. nelsonmarajo@yahoo.com.br.



Assim, as mudanças socioambientais onde se territorializam tais empreendimentos<sup>85</sup>, de natureza crítica e de consequências difusas (FGVCS, 2017, p. 25), tem sido objeto de diversos estudos no meio acadêmico e científico e têm relação com esses processos globalizatórios, por meio dos quais está alicerçada proposta de integração regional e continental, por um lado, e a reformulação dos espaços locais e regionais com a economia global, por outro.

Na área em estudo, a exploração desordenada dos recursos naturais, por meio desses empreendimentos - especialmente os do agronegócio e mineração - tem provocado pressões econômicas de poderosos grupos sociais nos territórios tradicionalmente ocupados, dentre as quais, a substituição da diversidade florestal por monocultivo de palmeiras, como dendê (*Elaeis guineenses*) e açaí (*Euterpe oleracea* Mart.).

Do ponto de vista socioambiental, tais situações apontam para anomalias locais que podem ter efeitos nas mudanças globais. E para representar as consequências e gravidade dos efeitos dessas práticas em seus territórios, a cartografia, que historicamente foi uma ferramenta de domínio e controle territorial, nas últimas décadas tem sido apropriada por grupos subalternos ou invisibilizados, os quais se utilizam dessa ferramenta como uma forma de resistência, para ilustrar e contextualizar as descrições de seus territórios, os recursos e outras imagens que compõem suas narrativas, e assim representam suas territorialidades específicas. Em outras palavras, tratam-se de narrativas etnográficas que exploram passados ambientais e presente da região, tendo como um dos recursos, o uso do Sistema de Informação Geográfica-SIG, suporte para o mapeamento social, análise ambiental e até mesmo o planejamento da ocupação territorial por meio de uma linguagem própria desses grupos.

O objetivo desse artigo é, portanto, refletir sobre essas situações dos territórios em disputas, através da representação cartográfica elaborada pelos agentes sociais. Trata-se de práticas emancipatórias que, no jogo das relações de poder econômico e político local, tornam-se ferramentas na mobilização desses agentes, por direitos étnicos e territoriais. A cartografia social assim

---

85 Ver mais informações em **Grandes obras na Amazônia: aprendizados e diretrizes** no documento formulado pela Fundação Getúlio Vargas e pela International Finance Corporation (IFC) do Banco Mundial Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18320>.

é abordada, através da reflexão sobre o processo de territorialização desses que conformam povos e comunidades tradicionais, por meio de estudos atualizados e interdisciplinar.

## **2 - Disputas territoriais e disputas cartográficas**

Há um conjunto de perspectivas teóricas, que abordam o conceito de território, as quais podem ser agrupadas nas vertentes política, cultural, econômica e natural (Haesbaert, 2004). Nossa abordagem passa pela perspectiva relacional, a qual engloba tais vertentes e enfatiza as relações sociohistóricas que permeiam a mobilidade e conexões dos atores envolvidos. Todavia, para além das concepções teóricas, é preciso dizer, conforme os escritos do geógrafo Milton Santos, que “é o uso do território e não o território em si, que faz dele objeto de análise social” (Santos, 1998, p. 15).

Fruto da dinâmica do capital, a atual fase do processo de globalização tem promovido cada vez mais a intensificação por recursos, tecnologia e apoio logístico, que permitam maior e melhor fluidez desses fluxos. Isso tem levado a uma reespecialização dos lugares e produzido efeitos diversos. Tais efeitos dizem respeito às contradições e conflitos que eles provocam, ao manifestarem os interesses e a disputa desigual entre os atores, por territórios e recursos.

Uma das disputas se reflete no campo das representações, e a imagem produzida do território é feita através do mapa. O mapa, em acordo com Acselrad e Coli (2008, p. 13) se traduz em um enunciado performático, “que diz algo sobre o real e sobre este produz efeitos. Desse modo, ao se mapear os territórios e suas potencialidades, coloca-se em evidência as distintas formas e interesses em representá-los, e assim se estabelece uma disputa cartográfica que se acirra à medida que se alteram as formas socioespaciais (Acselrad e Coli, 2008). Esse aspecto é percebido quando se analisa a territorialização de grandes empreendimentos e de instituições dominantes, dado seus modos de atuação, que geralmente denotam sobreposições arbitrárias às formações preexistentes. Na história do Pará e da Amazônia, isto se constitui exemplo relevante de

que, tais instituições dominantes consideram os espaços e seus recursos, como simples externalidade do cálculo econômico. O que vem ocorrendo na denominada região do Baixo Tocantins<sup>86</sup>, exemplifica essa afirmação.

Na região do Baixo Tocantins, assim como em toda Amazônia, o processo de “modernização” em curso conta com a participação do Estado, o ator por meio do qual, programas e projetos (sociais, rodovias, pecuária, madeireira, hidrovias, hidrelétricas, mineração, petróleo, gás) têm se instalado na região, sob os discursos de “progresso para todos” (Lima, 2015). Tal fato coloca no mesmo cenário, a sociodiversidade amazônica e grandes empreendimentos, causando, assim, profundas transformações em comunidades tradicionais e alterações nos códigos que regem a vida.

Na área em estudo, tal estratégia de desenvolvimento regional é possibilitada pela edição de um conjunto de leis conflitantes, mas com efeitos de legalidade, operando na seguinte sequência: Lei 11.952/ 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; Lei 12.651/2012, novo código florestal estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais; Lei 12.815/2013, que regula a exploração pela União, direta ou indiretamente, dos portos e instalações portuárias e as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, estabelece parâmetros para a modernização portuária no Brasil e por fim, a lei 13.465/2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, dispositivo que institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União -REURB.

Através de tais mecanismos, o Estado brasileiro consolida a Amazônia como área periférica de exploração do capital. A intenção do Estado em universalizar e desburocratizar o acesso a terra “ditas” da União, na realidade

---

86 Considera-se aqui a sub-região do nordeste paraense formada por municípios, cuja localização recebe influência direta ou indireta do baixo curso do rio Tocantins e da dinâmica que aí se estabelece. Fazem parte desse contexto, 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Barcarena, Baião, Igarapé Miri, Limoeiro do Ajuru, Cametá, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia.

abre as portas para a especulação imobiliária e a individualização das terras tradicionalmente ocupadas sob domínio público da União. Essa evidência está contida na lei 13.465/2017, trata da nova regularização fundiária urbana e rural-REURB, que individualiza a terra para inseri-la no valor de mercado, definitivamente globalizado e inserir parte da bacia hidrográfica do rio Tocantins, integrante do Corredor Logístico Multimodal do Arco Norte<sup>87</sup>.

O “Arco Norte” é um projeto estratégico do Estado brasileiro, que converge para interesses de grandes grupos empresariais supranacionais do agronegócio, buscando consolidar o corredor de exportação de grãos abrangendo os estados do Amazonas, Amapá, Maranhão, Pará e Rondônia. Não obstante, o governo do Pará através do plano de integração e desenvolvimento regional, denominado Pará 2030, ajudou o município de Abaetetuba a atualizar seu plano diretor em 2016 e constituiu o Plano Estadual de atração de Novos Negócios (PEANN), (Decreto Estadual nº 913/2013), a Política Estadual de Socioeconomia do Estado do Pará (Lei nº 8.602/2018). Com essa convergência de interesses assegurados pelo campo jurídico e o Estado, a empresa Cargill anunciou na edição do dia 20 de dezembro de 2017 da revista Valor Econômico, que investiria na construção de um porto Graneleiro em Abaetetuba, a quantia de R\$ 700.000.000,00(setecentos milhões de reais), com capacidade de movimentar seis milhões de toneladas de grãos por ano, estimando-se sua ampliação para 10 ou 12 milhões de toneladas<sup>88</sup>, com início das obras, previsto para o ano de 2018, de acordo com EIA/RIMA.

Consta no EIA/RIMA da Cargill uma área de 359 hectares, a qual é de propriedade da referida empresa. Sendo que o documento apresenta mapas que se sobrepõem a área de uso coletivo dos povos e comunidades tradicionais assentados no PAE Santo Afonso, titulado provisoriamente concedido através do Contrato de Concessão de Uso (CCU), do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA do INCRA. Portanto, reitera-se que a ilha Xingu localizada em área de várzea, banhada por águas de um rio federal é reconhecida

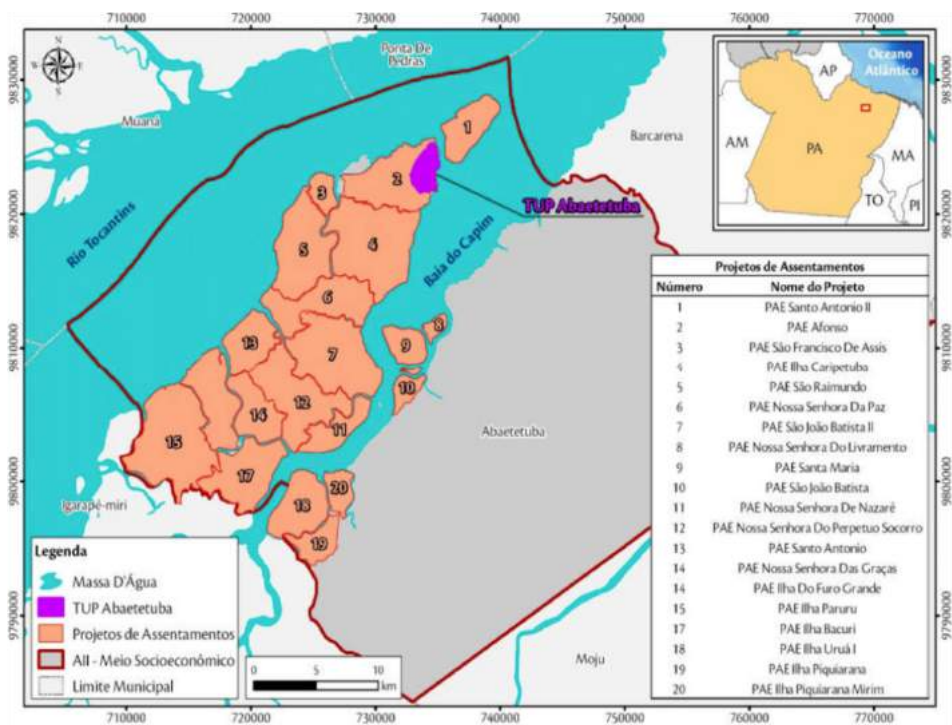
---

87 Sistema de transportes, em seus vários modos, responsável pelo escoamento de cargas e insumos com a utilização dos portos ao norte do Brasil, desde Porto Velho, em Rondônia, passando pelo Estados do Amazonas, Amapá e Pará, até o sistema portuário de São Luís, no Maranhão (Câmara dos Deputados, 2016, Brasília).

88 Disponível em: <https://www.valor.com.br/agro/5232803/cargill-investe-r-700-milhoes-em-novo-porto-fluvial-no-para>.

constitucionalmente como dominialidade da União, não podendo assim constar no mapa como propriedade privada da empresa norte americana Cargill Agrícola S.A.

No entanto, além de estabelecer o lugar da fala, através da publicação de notícias na imprensa, a empresa Cargill estabeleceu o conflito de informações dominiais, a partir de seu posicionamento. Anunciando o espaço territorial como parte integrante de sua propriedade, incidiu na sobreposição de terras, posto que a área anunciada como propriedade privada, foi anteriormente demarcada e titulada por órgãos federais, como área integrante do Programa Nacional de Reforma Agrária, de gestão coletiva, em nome da Associação PAE Santo Afonso Ilha Xingu. No mapa abaixo verifica-se a distribuição desses Projetos de Assentamentos no município de Abaetetuba.



**Figura 1** - Localização dos Projetos de Assentamentos no município de Abaetetuba. Fonte: Ambientare, 2016.

Todos esses fatos decorrentes tanto do ordenamento jurídico, quanto dos impactos socioambientais, estão transformando os modos de vida dos povos tradicionais que habitam na Ilha Xingu, desde a implantação do complexo industrial e portuário ALBRAS/ALUNORTE em Barcarena na década de 1980. Atualmente, porém, estão ocorrendo de forma cada vez mais intensa, com a possibilidade de construção do TUP-ABAETETUBA. Durante a pesquisa constatou-se o cercamento de toda área demarcada no mapa, vigilância por seguranças e drones, proibição do uso dos recursos naturais, desmatamento, expropriação de terras, violação de direitos territoriais, além da redução das áreas de pesca, caça e coleta para subsistência. Verifica-se assim, um sistema de monitoramento e controle, tal como no panótico de Jeremy Bentham, concebido por Michel Foucault (2012), como um mecanismo de vigilância e cerceamento dos moradores. Especialmente os que vivem no igarapé São José, na ilha Xingu, os quais do dia para noite viram a cerca limitar quintal e plantações dos açazais, os quais ficaram a maior parte em área reivindicada pela empresa.

É necessário esclarecer que no município de Abaetetuba, que corresponde a área em estudo, estima-se que 70% de sua extensão territorial são ilhas. Especificamente as Ilhas Capim, Xingu e Urubuéua, as quais compõem o município de Abaetetuba, localizam-se em posição estratégica e favorável a empreendimentos portuários de grande porte. Elas são ocupadas por povos e comunidades tradicionais que se autodenominam como ribeirinhos e quilombolas e cujos territórios encontram-se ameaçados pelo projeto de instalação de Terminal Portuário de Uso Privado-TUP da multinacional norte americana Cargill, para transbordo de commodities.

Antes, um empreendimento da empresa Odebrecht, que pretendia construir a TUP na Ilha do Capim, atualmente realiza planos para instalar-se em dois pontos próximos, Xingu e Urubuéua. A mobilização da comunidade do Capim teve como resultado a produção de um mapa publicado no Boletim de número 8 do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, no qual os pescadores demarcam os recursos a serem atingidos pelo empreendimento, dentre os quais, 31 pesqueiros, apenas no entorno da ilha Capim<sup>89</sup>. Dentre outras omissões, a publicação do Relatório de Impacto Ambiental-RIMA, produzido pela empresa Cargill, não identifica nenhum desses recursos, por isso foi contestado pelas comunidades atingidas, que alegam não terem sido ouvidas e/ou consultadas.

---

89 Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/08-ribeirinhos-da-ilha-do-capim-frente-aos-grandes-empreendimentos-no-baixo-tocantins/>.

Assim, tais políticas e códigos de ordenamento, deixam claro que essa porção da várzea, mais que um ecossistema, é um campo de luta e de resistências, manifestas pelos movimentos que contestam a forma de desenvolvimento empreendida por atos de Estado. Isso configura o que Acselrad denomina “geografia do dissenso” (Acselrad, 2005). E podemos ver a face dessa dinâmica no município de Abaetetuba, na área que corresponde o estudo em tela, - as ilhas Xingu, Assacu e Urubuéua - habitadas por grupos que se autodenominam ribeirinhos, pescadores e quilombolas, e cujo modo de vida destaca um uso coletivo dos recursos naturais, nessa porção da várzea do estuário, e fazem desse espaço, um território socialmente construído, distinto daquele onde os atores do ordenamento jurídico e econômico pretendem se territorializar.

A Constituição Federal-CF de 1988, no título III, que versa sobre a organização do Estado, em seu capítulo II, no artigo 20, estabelece como propriedade da União, os lagos, os rios, as ilhas fluviais e qualquer corrente de água em terrenos de seu domínio que banhem mais de um Estado da federação. Infere-se, que a posse territorial - as ilhas em disputas pelos grandes empreendimentos em Abaetetuba - constitui uma área de domínio Federal, posto que compõem a bacia do rio Tocantins, curso d’água que nasce no Estado de Goiás e constituem importantes bacias hidrográficas nos Estados do Tocantins e do Pará.

Com o discurso de minimizar as desigualdades sociais nesse ambiente, o Estado brasileiro passou a conceder títulos de domínio coletivo, com gestão territorial coletiva no uso comum dos recursos naturais, esse reconhecimento foi feito pelo Governo do Estado do Pará no ano de 2002, através do Instituto de Terras do Pará-ITERPA, com demarcação administrativa número 2001/274.554. Posteriormente, a portaria da Fundação Cultural Palmares, de número 98/2007, com Relatório Técnico de Identificação e Delimitação-RTID reconhece a comunidade quilombola do Bom Remédio, em nome da Associação das Comunidades Remanescente de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba - ARQUIA, com área total de 588 hectares na ilha Xingu.

Ainda na gestão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, realizou-se o ordenamento territorial e a legalização fundiária, com participação da Secretaria de Patrimônio da União-SPU em 24 ilhas de Abaetetuba. Através da portaria de nº 37 de novembro de 2005 expedida pelo Instituto Nacional

de Colonização e Reforma Agraria - INCRA cria especificamente um dos primeiros assentamentos em áreas de várzea do Brasil, chamado de Projeto Agroextrativista-PAE Santo Afonso ilha Xingu, com área de 3.000 hectares no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agraria-PNRA do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, com a concessão de Termos de Autorização de Uso Sustentável-TAUS. No entanto, o INCRA e a SPU, deixaram de fora do ordenamento territorial e legalização fundiária do PAE Santo Afonso, uma extensão de terra medindo aproximadamente 400 hectares, que é a área reivindicada pela Cargill para a construção do terminal Graneleiro TUP ABAETETUBA de acordo com o EIA/RIMA publicado pela SEMAS em 2017.

O Termo de Autorização de Uso Sustentável-TAUS, foi criado através da portaria 89 de 15 de abril de 2010 pela Secretaria de Patrimônio da União-SPU, sendo que em 2015, se intensificou a concessão de Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) na Região Norte em comunidades ribeirinhas. A intenção do Estado em universalizar e desburocratizar o acesso a terra “ditas” da União, na realidade abre as portas para a especulação imobiliária e a individualização das terras tradicionalmente ocupadas sob domínio público da União. Essa evidência está contida na lei 13.465/2017, que trata da nova regularização fundiária urbana e rural-REURB, que individualiza a terra para inseri-la no valor de mercado, definitivamente globalizado.

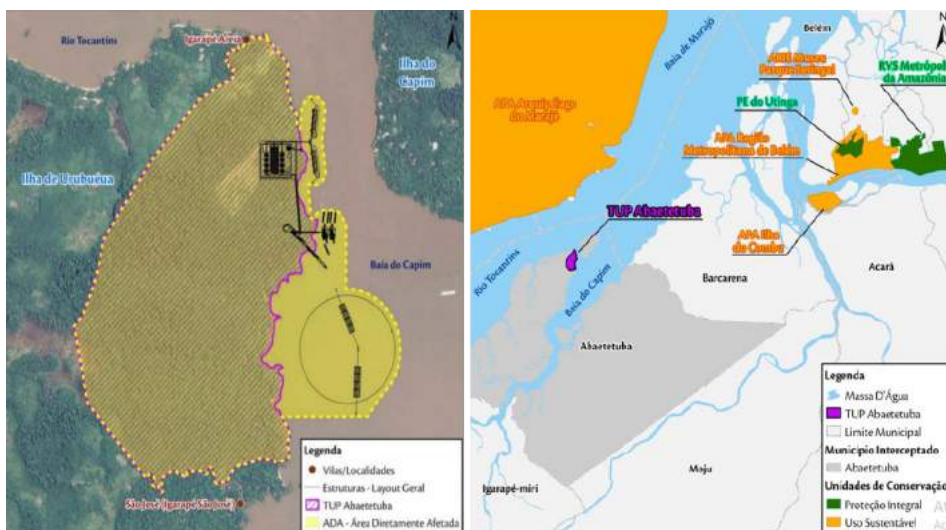
Neste sentido, as portarias expedidas tanto pelo governo do Pará através do ITERPA, para a comunidade quilombola Bom Remédio, assim como pelo governo Federal via INCRA e SPU, para o assentamento agroextrativista PAE Santo Afonso, os quais estabelecem que essas áreas tituladas sejam de uso coletivo dos recursos naturais para assentados, nas ilhas Xingu, Assacu e Urubuêua - portanto uma área de uso comum -, contrapõem-se a finalidade da REURB, cujo efeito dominial pertence ao Estado. Abre-se assim, um pretexto para o comércio de venda de terras da União nas ilhas mencionadas. Dessa maneira, a empresa norte americana Cargill tenta se apropriar de aproximadamente 400 hectares de terra da comunidade São José, na ilha Xingu, para construir o terminal logístico e portuário TUP-Abaetetuba.

Em que pese o sistema de vigilância no local, o início das obras previsto para o ano de 2018, de acordo com EIA/RIMA, ainda não se concretizou, pois a mobilização dos movimentos sociais em Abaetetuba tem contribuído



para travar tais intensões. Constatou-se no EIA/RIMA, muitas informações desencontradas e contraditórias, que não apresentavam a realidade local dentro da área de 359 hectares apresentadas pela Cargill. Sendo que o documento apresenta um mapa mostrando que a área é de uso coletivo dos povos e comunidades tradicionais assentados no PAE Santo Afonso, titulado provisoriamente através do Contrato de Concessão de Uso (CCU), do Programa Nacional de Reforma Agraria - PNRA, concedido pelo INCRA.

Entretanto reitera-se que a ilha Xingu é de domínio público da União, mas 400 hectares da ilha, constam no mapa como propriedade privada da empresa norte americana Cargill Agrícola S.A de acordo com EIA/RIMA 2017. Abaixo, dois mapas apresentados no documento exemplificam outras contradições.



**Figura 2** - Projeção da área diretamente afetada pelo TUP Abaetetuba na Ilha Xingu e Unidades de Conservação na área do empreendimento.

**Fonte:** Ambientare, outubro de 2017.

A figura acima serve para ilustrar a tradução do território feita pelo empreendimento da Cargill Agrícola S.A, no seu Relatório de Impacto Ambiental. Vê-se da esquerda para a direita, a identificação da área diretamente afetada pelo empreendimento, à direita, o mapa das Unidades

de Conservação presentes na área do empreendimento Uso Privado-TUP Abaetetuba. É importante destacar neste último, a localização das Unidades de Conservação, o que se destaca no excerto abaixo:

Não existem unidades de conservação nas áreas de influência do Terminal Portuário de Uso Privado-TUP Abaetetuba, sendo que a mais próxima é a Área de Preservação Ambiental (APA) Arquipélago do Marajó, que fica a 8 km de distância. (Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, 2017, p. 31).

Ao fazer tal afirmação, a equipe técnica, que elaborou o documento tensiona o campo da produção cartográfica, pois aí desconsidera-se intencionalmente ou por desconhecimento, a existência da reserva ambiental de cerca 400ha na ilha do Capim, área vizinha ao empreendimento e que se verifica no mapa que aqueles ribeirinhos elaboraram<sup>90</sup>.

### **3 - A autcartografia do território pelos ribeirinhos e quilombolas**

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Decreto n 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, art.3, inciso I, considera povos e comunidades “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, com formas próprias de organização social”. Esta mesma política considera os territórios desses grupos como sendo:

II (...) “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporário, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 e 232 da constituição de 1988 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações”.

Tais formulações buscam respeitar a diversidade sociocultural e étnica reivindicada pelos diferentes povos e comunidades. Daí a necessidade para fins de mapeamento, conhecer a situação social dos povos e comunidades tradicionais que ocupam essa microrregião, especificamente porções da

---

90 Ver Boletim Cartografia da Cartografia Social, N. 8, também disponível em <http://novacartografiasocial.com.br/download/08-ribeirinhos-da-ilha-do-capim-frente-aos-grandes-empreendimentos-no-baixo-tocantins/>.

várzea e terra firme, e a partir dos saberes locais, demonstrar as mudanças socioambientais e seus efeitos na vida desses grupos, que vivem nos ambientes da várzea do estuário nessa porção do Baixo Tocantins, no município de Abaetetuba.

Na terra firme realizam o plantio de roças, ou somente a atividade da pesca, mas também, para a dinâmica das duas atividades juntas. Vale ressaltar que o território do Xingu já vem sendo afetado pelos impactos ambientais ocasionados pelo avanço do comércio marítimo proveniente da instalação do porto marítimo na cidade de Barcarena interferindo no ambiente marinho por causa da contaminação da água e do ar devido a retirada de matéria prima trazida pelos navios para fazerem refino para a fabricação e produção de alumínio, cabos e lingotes no município, afetando assim, o equilíbrio do ecossistema.

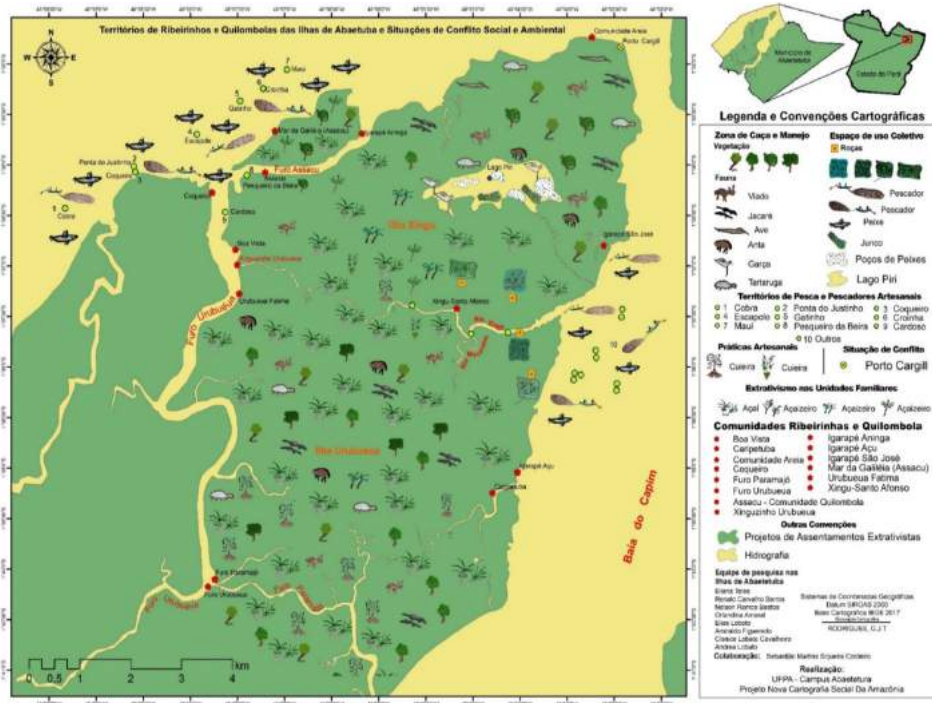
Em síntese, Xingu, Capim, Assacu e Urubuêua transformaram-se num espaço de lutas, em que os moradores tem se mobilizado para discutir as formas de resistências ao avanço do estabelecimento desses megaempreendimentos em seu espaço de vivência, e um instrumento a ser trabalhado com esses povos tradicionais é o mapa. É através dos mapas que procuram incorporar a historicidade do processo de ocupação e usufruto dos recursos, bem como a materialização da vida. Assim, o mapa torna-se

(...) um vasto tabuleiro de xadrez sobre o qual os sujeitos sociais evoluem, se deslocam, se orientam. A delimitação do espaço torna-se, assim, não mais um meio de representá-lo simplesmente pelos objetos geográficos que o compõem, mas pelos conhecimentos associados a seu uso e pela intenção política que preside a sua apropriação. (ACSERALD, p. 6).

O argumento de que esses espaços se tratam de “território de vida” é sustentado pelo modo de vida, através do uso comum dos recursos naturais por esses agentes sociais, em que o meio humano e natural se complementam e interagem convergindo para afirmação e reivindicação do presente, em que através de suas lutas e mobilizações, ressemantizam, o conceito de ribeirinho. Nesse contexto, já não se trata simplesmente uma forma homogênea e estigmatizante de ‘morador da beira dos rios’, mas agora, estabelece a compreensão de si e do território como agente consciente de si e protagonista da transformação social, como é narrado pela entrevistada na comunidade Santo Afonso ilha Caripetuba:

(...) Desde criança vivemos com a nossa família da roça, e de tudo que tem aqui no rio. Eu penso que o território aqui no Xingu é integral, pois contém tudo que precisamos para viver, temos a terra, a várzea, as águas, as festas, as igrejas, as escolas, os cultos, o território não é fragmento. O território não é só terra e água, para nós é vida, o território não é mercadoria, a gente tira o sustento das coisas que existe nele, eu vejo agora, empresas grandes como a Cargill, querendo comprar as terras aqui e se apossar de tudo que é nosso, até do Piri, que é onde nós e várias comunidades tiram seu alimento no verão. (...) Eu tento fazer a minha parte, falando, mas ninguém quer ouvir a gente, eu só quero defender aquilo que é nosso, que é a nossa vida, sem nosso território, não temos vida, fica mais difícil nossa sobrevivência, pois precisamos nos manter juntos para não perder o que é nosso aqui (O. A. comunidade Santo Afonso, novembro de 2018).

Essa compreensão do território de vida, expressa no sentimento de pertencimento, se manifesta, nas disputas pelo território e estão representadas no mapa, com base nas oficinas de cartografia social. Assim, o mapa deixa de ser apenas um código de linguagem ou iconologia (Harley, 2009), para se tornar um saber que fortalece o exercício de poder (Foucault, 2008) e institui uma outra visão do território, no qual os objetos e a forma, tomam outra configuração, como se vê abaixo.



**Figura 3** - Cartografia social dos ribeirinhos e quilombolas das Ilhas Assacu, Xingu e Urubuéua.

**Fonte:** Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2018.

A legenda em destaque tem a intenção de demonstrar pormenorizadamente a diversidade social e ambiental nesse trecho da várzea, que corresponde as ilhas Xingu, Assacu e Urubuéua, lócus da implantação do empreendimento portuário. É necessário dizer que o mapa ainda está em processo de finalização. A cada oficina os agentes sociais tem feito alterações com base nas informações, relatos e documentação organizada durante as oficinas realizadas ao longo do ano de 2018 e os dois primeiros meses de 2019<sup>91</sup>. Até o momento foram identificadas e mapeadas quatorze comunidades, sendo que duas delas quilombolas: a comunidade Bom Remédio na ilha Assacu já

91 A pesquisa realizada no âmbito das técnicas que adotamos no PNCSA, foi inicialmente realizada com oficinas de elaboração de croquis, em que os ribeirinhos tem desenhado legendas específicas para identificar os recursos e os impactos no seu território, além de rodas de conversas e visitas ao lago do Piri, onde foram tomados pontos de GPS. Nesse intervalo de tempo a equipe de pesquisadores realizou cinco oficinas de mapeamento, sendo três no decorrer do ano 2018 e duas em 2019, quando as pressões dos movimentos sociais e as negociações entre empresa e comunidades passaram a ser mais intensas.

titulada, e a comunidade quilombola do Vilar com protocolo de titulação junto ao INCRA, com o Relatório de Identificação e Delimitação junto a Fundação Cultural Palmares em andamento.

A identidade ribeirinha e quilombola reivindicada por esses coletivos, significa também, assegurar direitos territoriais junto aos órgãos reguladores da várzea tais como INCRA e SPU e através destes o acesso as políticas públicas do Programa Nacional de Reforma Agraria, acessar o seguro defeso da pesca artesanal e os benefícios da previdência social; “ribeirinho quilombola”, para ter acesso a regularização fundiária, acesso a terra e reconhecimento étnico, afim de acessarem os benefícios das políticas de cotas nas universidades públicas e as políticas diferenciadas de inclusão social. No âmbito de tais políticas, o termo ribeirinho é ressemantizado e surge no bojo das mobilizações das identidades coletivas.

Segundo Almeida (2008), a emergência de identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais, “provocam uma ruptura com o conceito de individuo, até então inabalável, diante das mudanças que tais mobilizações possibilitam”. O conceito de identidades coletivas proposto por Almeida (2008), difere do conceito de identidade estudada por Stuart Hall (2006), pois para este, a fragmentação da identidade é definida histórica e biologicamente, enquanto que para aquele autor, “o reconhecimento de pertencimento étnico é um ato de ruptura com estigmas coloniais que emergem novas identidades coletivas” (2008, p. 80) e permitem a esses agentes sociais a possibilidade serem protagonistas de seu destino.

Neste contexto, o território mais que um recurso econômico, traduz-se no mundo do vivido e revela a força do lugar, por meio da mobilização de grupos que afirmam suas territorialidades específicas. Essas territorialidades manifestam os conflitos que se acirram na luta que esses agentes empreendem por conquistas e permanência no lugar. Por isso não é incomum serem cercadas, de tal modo que os conflitos terminam por desestabilizar as conquistas alcançadas e com isso fortalecem as agroestratégias de grupos empresarias, que amparados pelos mecanismos legais do Estado, se apropriam do território e seus recursos, tal como o que vem ocorrendo na ilha Xingu e em outros espaços da Amazônia, a última fronteira do capital.

## Considerações finais

A percepção que agentes sociais tem empreendido sobre seus territórios e direitos territoriais vem possibilitando verificar diversas estratégias e ações que eles elaboram para reivindicar esses direitos. As representações cartográficas insurgem-se nesse contexto, como uma forma de traduzir a existência, destes e de grupos nominados e reconhecidos como povos e comunidades tradicionais, a qual, no mais das vezes, o mapa tem demonstrado se tratarem de áreas preservadas, e assim configuram-se como “reservas territoriais estratégicas” para outro modo de vida, posto que aí está a base de sua existência material, cultural e simbólica.

Tal forma de existir se contrapõe à lógica de agentes hegemônicos que buscam atuar direta ou indiretamente nesses espaços. Para esses, os territórios têm a única função de serem reserva de mercado. Foram essas formas de representação e ação, assim como o campo de luta que delas emergem, que propusemos apresentar no decorrer deste trabalho.

Buscamos demonstrar que o mapa elaborado pelas comunidades estudadas neste trabalho, dá outra dimensão da territorialidade desses agentes sociais, que reivindicam o direito ao território e o reconhecimento da identidade cultural e mesmo da sua existência coletiva. Ao elaborarem seu próprio mapa, se contrapõem àqueles “silenciosos” dos projetos desenvolvimentistas nos quais sua existência é suprimida. Desse modo, eles denunciam os impactos decorrentes da implantação dos grandes empreendimentos, sejam portuários ou outras formas empresariais, tendo no mapa o elemento dinamizador e representativo dessa disputa que não é meramente econômica: ela é política e também identitária.

Nesse contexto, eles configuram novos saberes e dão outro sentido a arte de mapear. Ao agirem assim, as disputas que até então se operam no campo da representação cartográfica e envolvem relações de poder, passam ao campo das disputas sociais e se traduzem em estratégias de resistência, frente às forças hegemônicas que atuam direta e indiretamente nos seus territórios.

## Referências

- ACSELRAD, H. (2017). O lugar e as possibilidades da política: sentidos da cartografia social. Gaioso, A. V; Martins, C. C; Novaes, J. S. De; Nunes, P. M. P. (Orgs.). Rio de Janeiro/São Luiz: Casa 8. (Coleção Aulas Inaugurais; 4).
- ACSELRAD, H. Coli, L. R. (2008). Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: Acselrad, H. (org.). Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro. IPPUR. UFRJ. pp. 13-43.
- ACSELRAD, H. Editorial. (2005). Revista Rio de Janeiro, n. 16-17, maio-dez, pp. 7-10. Editada pela UERJ/OUERJ/Fórum-Rio.
- ALMEIDA, A. W. B. (2008). Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas (Coleção “Tradição e ordenamento jurídico”). 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 192p.
- FGVCES – Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (2017). Grandes Obras na Amazônia: aprendizados e diretrizes. São Paulo. Disponível em: [http://mediadrawer.gvces.com.br/grandesobras/original/grandesobrasnaamazonia\\_documentocompleto\\_06.pdf](http://mediadrawer.gvces.com.br/grandesobras/original/grandesobrasnaamazonia_documentocompleto_06.pdf) Acesso em: 09/02/2019.
- BRASIL. (2016). Arco Norte: um desafio logístico. Brasília – Câmara dos Deputados.
- BOLETIM Cartografia da Cartografia Social: uma síntese das experiências – Ribeirinhos da Ilha do Capim: Frente aos grandes empreendimentos do Baixo Tocantins. (2017). N. 8. Manaus: UEA Edições. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/08-ribeirinhos-da-ilha-do-capim-frente-aos-grandes-empreendimentos-no-baixo-tocantins/>.
- BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, È. (2009). O novo espírito do capitalismo. São Paulo: Martins Fontes.
- FOUCAULT, M. [1975] (2012). Vigiar e punir: Nascimento da prisão. 40ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 291p.



- FOUCAULT, M. (2008). *Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. – 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- HAESBAERT, R. (2004). *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- HARLEY, B. (2009). Mapas, saber e poder, *Confins* [Online], 5 | 2009, posto online no dia 24 abril 2009, consultado o 04 agosto 2018. Disponível em: <http://confins.revues.org/5724> ; DOI : 10.4000/confins.5724.
- RELATÓRIO de Impacto Ambiental – RIMA. (2017). *Terminal Portuário de Uso Privado – Tup Abaetetuba, Cargill Agrícola*. Ambientare: Soluções em meio ambiente.
- SANTOS, M. O retorno do Território. (1998) In: Santos, M.; Souza, M. A. A. de; Silveira, M.. (Org.). *Território: Globalização e Fragmentação*. 4. ed. São Paulo: Hucitec: Anpur, p. 15-20.
- SUPERINTENDÊNCIA do Desenvolvimento da Amazônia. *Identificação dos Microeixos de transporte de cargas dos Estados do Amapá, Amazonas e Pará*. (2014). Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, Universidade Federal do Oeste do Pará, Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa, Macrologística Consultoria. – Belém: UFOPA.

# **MEGAPROJETOS E AGROINDÚSTRIAS**

MEGAPROYECTOS Y AGROINDUSTRIAS



# Conflitos socioambientais mediante a ação da empresa de papel e celulose em Imperatriz, Maranhão

Filipe da Cunha Gomes - PPGCSPA / UEMA<sup>92</sup>

## 1 - Introdução

A discussão levantada neste trabalho, consiste em um desdobramento da monografia intitulada “A noção de desenvolvimento e a implantação da Suzano Papel e Celulose em Imperatriz (MA)”<sup>93</sup>, a qual refletiu a dinâmica delineada pelo processo de implantação de uma fábrica de papel e celulose, relacionando tal situação, com a implantação de megaempreendimentos de monocultura de eucalipto implantados a partir da década de 90 em Imperatriz, os quais estiveram sendo justificados por uma lógica desenvolvimentista<sup>94</sup> implementada desde a década de 1970. Sob essa perspectiva, o presente trabalho parte do mencionado contexto para considerar analiticamente os conflitos socioambientais, que nos termos de Acselrad (2004), são ocasionados por “modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis” (Acselrad, 2004, p. 26).

---

92 Graduado em Ciências sociais com licenciatura em Sociologia e Bacharelado em Ciências Políticas pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). É integrante do Grupo de Estudos Socioeconômicos da Amazônia (GESEA). Atualmente é mestrando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA). (Filipecunha1996@bol.com.br)

93 Sob a orientação da Profa. Dra. Cynthia Carvalho Martins, foi apresentada ao curso de Ciências Sociais da UEMA no ano de 2016.

94 Considera-se lógica desenvolvimentista enquanto “política de industrialização favorável ao capital monopolista privado, um capitalismo orientado politicamente” (BECKER, EGLER, 2003, p. 82 apud RIBEIRO JÚNIOR, 2014, p. 121).

Nesse sentido, os conflitos socioambientais tomados para análise no presente trabalho, serão analisados a partir das interferências causadas aos modos de vidas referidos a povos e comunidades tradicionais, que se reconhecem enquanto afetados pela implantação de projetos de infraestrutura que vieram como “afluentes” do Programa Grande Carajás (PGC), sendo eles, Projeto Celulose do Maranhão (CELMAR), 1992, Ferro Gusa Carajás, 2003, e Suzano Papel e Celulose, 2011. Ressalto que tal análise tratará com mais ênfase dos efeitos e conflitos ocasionados pela implantação deste último megaempreendimento.

Os conflitos socioambientais são analisados a partir da compreensão de que as circunstâncias de implantação dos mencionados megaempreendimentos, são delineadas pelo contexto no qual a dinâmica econômica nacional e conseqüentemente regional (BARBOSA, 2006), passou a ser gestada por políticas neoliberais em meados dos anos 90, efetivando a execução de políticas defensoras da expansão e modernização da agricultura, por meio de incentivos ao agronegócio, que no Maranhão se torna fortemente representado pela monocultura de soja e eucalipto, as quais estão inseridas na dinâmica de exportação de *commodities* (MESQUITA, 2011).

Considerando tal contexto, a pesquisa pôde identificar intensos conflitos que se desdobraram em prejuízos às categorias sociais afetadas pela implantação de megaempreendimentos que estiveram associados ao plantio homogêneo de eucalipto, os quais passaram a impor uma lógica de apropriação do território que se distancia das formas como povos e comunidades tradicionais, referidos a territorialidades específicas, se relacionam com os seus territórios.

Levando em consideração o período de realização das pesquisas de campo em 2014, 2015 e 2016, contexto em que os efeitos ocasionados pela implantação e atuação da empresa Suzano Papel e Celulose passou a instigar intensas discussões nas comunidades afetadas, assinalo que darei ênfase ao mencionado contexto afim de analisar as representações de agentes sociais referidos às comunidades nas quais fui inserido pelo *trabalhador rural* Daniel Nascimento e pela *quebradeira de coco* Maria Querobina, com quem pude estabelecer relações de pesquisas a partir de eventos e encontros realizados no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). Isso porque a proposta de implantação destes megaempreendimentos aciona um

discurso “desenvolvimentista” que trazem para si, a responsabilidade de levar àquelas regiões os instrumentos necessários à dita “superação do atraso”, subjugando assim, específicas formas de apropriação do território a partir de uma ótica evolucionista (LOUREIRO, 2009).

Sob essa perspectiva, o trabalho parte da compreensão de que a dinâmica representada por um modelo de desenvolvimento defendido pelo agronegócio, vem acarretando relações de desigualdade mediante estratégias empresariais que se encontram vestidas por um ideal “modernizante”. Tais estratégias, têm ocasionado às comunidades localizadas nas proximidades da sede do município de Imperatriz, especificamente no *Projeto de Assentamento Vila Conceição I* e nas comunidades Esperantina I e II, Nova Bacaba e São José da Matança, as quais estão também localizadas nas proximidades da chamada Estrada do Arroz<sup>95</sup> (MA-123), situações de deslocamento compulsório e a desestruturação dos modos de vida e das condições até então dispostas para reprodução social das famílias, a qual se dá em face a imposição de uma lógica de apropriação do território que se difere das formas de apropriação tradicionalmente realizadas por *quebradeiras de coco babaçu, posseiros e trabalhadores e trabalhadoras rurais*.

Portanto, as discussões assinaladas nos tópicos posteriores, tratarão de analisar os diferentes conflitos socioambientais a partir dos pontos de vistas dos agentes sociais com os quais estive em interação durante as pesquisas de campo, considerando ainda, os diferentes momentos de implantação dos megaempreendimentos e os processos de mobilização posicionados em resistência aos efeitos ocasionados.

A realização das pesquisas de campo esteve apoiada nos instrumentos metodológicos inerentes às Ciências Sociais. A coleta de dados esteve sendo realizada a partir da observação direta, como também, por meio de entrevistas, as quais foram pautadas em questionários semiestruturados. Procurei problematizar a realização da pesquisa a partir de uma sociologia reflexiva

---

95 Tal denominação passa a ser consolidada mediante a intensa utilização desta rodovia por produtores de arroz referidos às unidades sociais territorializadas em estradas vicinais ou mesmo às margens da mencionada estrada. A sua utilização, intensificada sobretudo na década de 60, assumia a função de escoar o excedente que era vendido para comerciantes e usinas de arroz localizadas em Imperatriz (FRANKLIN, 2008).

(BOURDIEU, 1998), buscando relativizar o próprio ofício do pesquisador bem como a pesquisa durante o seu processo de construção. Além do mais, reitero o rompimento com os obstáculos epistemológicos (BACHELARD, 1996), enquanto um exercício permanente ao processo de construção da pesquisa, possibilitando assim, a problematização contínua de eventuais pré-noções relacionadas às específicas situações estudadas.

## **2 - Breves apontamentos sobre a implantação de megaempreendimentos de monocultura de Eucalipto em Imperatriz (Ma)**

A partir dos trabalhos de campo realizados em junho de 2014, agosto de 2015 e março de 2016, identifiquei a existência de específicas situações que passaram a ser delineadas a partir do contexto de implantação da fábrica de papel e celulose pertencente à empresa Suzano Papel e Celulose. Tais situações, referem-se às transformações impostas ao *Projeto de Assentamento Vila Conceição I*, o qual possui acesso pela BR-010 (Belém-Brasília) e às comunidades Esperantina I e II, Nova Bacaba e São José da Matança, que estão localizadas nas proximidades das antigas *fazendas*<sup>96</sup> que foram compradas para a construção da mencionada unidade industrial.

Ao realizar os trabalhos de campo, pude perceber que não poderia compreender as específicas situações que foram ocasionadas pelo processo de implantação da fábrica de papel e celulose, objetivo esse inicialmente estabelecido, analisando-as de maneira isolada ao contexto no qual intensas transformações passaram a ser ocasionadas, ou seja, sem considerar o processo histórico delineado pela atuação dos megaempreendimentos que já haviam introduzido a dinâmica da monocultura do eucalipto àquela região.

Com os descontínuos processos de implantação dos diferentes megaempreendimentos que estiveram associados a extensos plantios homogêneos de eucalipto, os conflitos até então causados por processos de grilagem (ASSELIN, 2009) e pela concentração fundiária motivada pela

---

96 Universo social no qual diversas atividades são desempenhadas. As representações em torno da fazenda, reportam a sua relação com o processo de concentração fundiária, o qual é engendrado mediante suas extensas dimensões.

pecuária, passam a ser intensificados pela proposital especulação do preço da terra e pela conseqüente concentração fundiária, a qual esteve sendo orientada pelos diferentes megaempreendimentos os quais passaram a investir na aquisição de pequenas e grandes propriedades para a implantação de extensos plantios homogêneos de eucalipto.

Nesse sentido, estarei nos seguintes tópicos, estabelecendo uma reflexão sobre os conflitos socioambientais referidos aos diferentes momentos nos quais específicos megaempreendimentos estiveram sendo implantados de maneira parcial, sendo eles: CELMAR e Ferro Gusa Carajás. Além do mais, problematizarei a situação de implantação da fábrica de papel e celulose pertencente à empresa Suzano Papel e Celulose, analisando ainda, específicos conflitos ocasionados pelo seu processo de implantação.

## 2.1 - A implantação do Projeto CELMAR

No início da década de 80, o plantio de eucalipto já estava sendo realizado experimentalmente em uma fazenda adquirida no município de Açailândia (MA) pela então Companhia Vale do Rio Doce, contudo, o projeto de monocultura do eucalipto veio tomar forma somente com a criação do projeto CELMAR, no ano de 1992, em Imperatriz. Segundo Matias (1995, p. 137), o referido projeto teve como sócios “os grupos Risipar S.A (55% do capital), Companhia Vale do Rio Doce (30% do capital), e a empresa japonesa Nissho Iwai Corporation (15% do capital)”.

Pesquisas realizadas na década de 90, apontam que o processo de implantação do projeto CELMAR, foi delineado a partir de argumentos que vislumbravam as vantagens regionais como sendo um “cenário propício” para o desenvolvimento de suas atividades, passando nesse sentido, a justificar a sua implantação na região de Imperatriz, como bem coloca Matias (1995):

A CELMAR encontra, portanto, na região tocantina o cenário ideal à sua definitiva implantação (...) existência de extensas áreas degradadas, adequadas à implantação do reflorestamento com eucalipto; pesquisas florestais com eucalipto na região, realizada pela CVRD, apresentam resultados excelentes para a produção de celulose; abundância de água (Rio Tocantins); de energia (hidrelétrica de Tucuruí, no Pará); disponibilidade de mão-de-obra barata; de serviços; transportes rodoviários e ferroviários. (ibid, 1995, p. 144).



Além do mais, aponto que o processo de implantação da CELMAR é compreendido como sendo composto por estratégias que buscavam consolidar a expansão de seu componente florestal<sup>97</sup>, uma vez que este movimento de expansão foi marcado pela compra de grandes e pequenas propriedades agrárias (MIRANDA, 2012). Narrativas obtidas na realização das pesquisas de campo confirmam tal situação, principalmente quando são relatadas algumas estratégias utilizadas pela CELMAR para a compra de pequenas e grandes propriedades. Além disso, em meio a especulação do preço da terra impulsionada pela implantação do projeto, critérios para a compra de terras eram estabelecidos pela própria CELMAR, como bem descreve o agente social Valdinar Barros:

Não interessava não, era quem tivesse documento, agora eles só compravam se tivesse documento legal, se tivesse conflito eles não compravam, eles tinham esse critério né, mas foram comprando, comprando, e ai aumentou a valorização do alqueire da terra aqui, antes as terras eram desvalorizadas, passou a ser valorizada, com essa especulação da CELMAR comprando terra, eles botaram corretor pra andar de fazenda em fazenda, fazendas que era plana que era boa pra fazer plantio, eles foram e pronto. Então, chegaram a comprar mais de um milhão de terras (Valdinar Barros, 57 anos, P.A Itacira I (Vila Conceição I), entrevista realizada em 04/08/15).

Considerando o depoimento do agente social, podemos identificar estratégias que oportunizaram a inserção da monocultura de eucalipto na região de Imperatriz. É preciso levar também em consideração, a própria dinâmica oferecida pelos altos preços das *commodities*, as quais passaram a gerenciar um movimento de “compra e venda de terras, atos de arrendamento de imóveis rurais, bem como (...) ações de apossamentos ilegítimos por grupos empresariais interessados em extensas áreas” (ALMEIDA, 2005, p. 34).

Durante as pesquisas de campo realizadas no P.A Vila Conceição I, pude compreender, a partir das narrativas de agentes sociais que estiveram inseridos em processos de resistências à implantação do projeto CELMAR, o fato de que no contexto de sua expansão, o mencionado projeto passou a

---

97 A CELMAR passou a dinamizar o plantio do eucalipto em diversas áreas que ficam no entorno da sede do município de Imperatriz, como também se estendeu a outros municípios tais como Cidelândia, Vila Nova dos Martírios, São Pedro da Água Branca, Senador La Rocque e João Lisboa (FRANKLIN, 2008).

enfrentar resistências que se articulavam a movimentos sociais, a exemplo da Cáritas, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Movimento dos Sem Terras (MST), Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU) e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Imperatriz (STTRI), os quais buscavam confrontar a danosa atuação aos recursos naturais, como também, barrar a pretensa construção de uma unidade industrial em Imperatriz, como bem aponta o depoimento do agente social Luíz Preto, o qual esteve vinculado ao MST:

Foi através de uma grande audiência para a aprovação disso aí [fábrica], tava convidado praticamente toda a sociedade (...) a gente conseguiu, através das organizações, que não foi só as forças de Imperatriz, mas a gente contou com gente do Pará, com gente de outros estados que veio bater junto, de sindicalistas do Maranhão todo, provar nessa audiência que a CELMAR era exatamente ao contrário do que eles estavam dizendo, a gente pode não ter convencido a sociedade, mas o pessoal que estavam lá, viram que existiu uma força né, que era contra a força da CELMAR. (Luís Preto, P.A Itacira I (Vila Conceição I), entrevista realizada em 05/08/15, grifos meus).

As mobilizações que estiveram sendo engendradas por movimentos sociais e sindicais, são compreendidas como sendo um dos fatores que estiveram ligados ao enfraquecimento do processo de implantação integral do projeto CELMAR. Intensos conflitos socioambientais já estavam sendo delineados pelo processo de expansão da monocultura do eucalipto concomitante a desmobilização das atividades agrícolas e extrativistas, situação que foi percebida por *quebradeiras de coco babaçu, agricultores familiares, trabalhadores rurais e posseiros*, como sendo reflexos das medidas tomadas pela CELMAR para a expansão de seu potencial florestal.

## 2.2 - A implantação do projeto Ferro Gusa Carajás

Mediante a inconclusa implantação do projeto CELMAR, cria-se em 2003, segundo Carneiro (2013), o projeto Ferro Gusa Carajás pela então privatizada Vale, a qual manteve a ampliação das plantações de eucalipto sob a proposta de produzir carvão vegetal para atender a demanda das siderúrgicas de ferro-gusa localizadas em Açailândia (MA).

A dinâmica gerada pela atuação da Ferro Gusa Carajás, passa a acirrar uma série de conflitos socioambientais motivados pelas desiguais formas de apropriação dos recursos naturais. Trabalhadores agroextrativistas, sobretudo *quebradeiras de coco babaçu*, passam a ter suas atividades ameaçadas em virtude do processo de devastação ocasionado pela expansão dos plantios de eucalipto, como também, em decorrência de uma prática que passou a ser patrocinada pelo mencionado projeto: a queima do coco babaçu inteiro para ser utilizado como fonte de energia nos fornos das siderúrgicas, ação que passou a ser investida mediante a insuficiência do carvão feito a partir da madeira do eucalipto e que passou a confrontar a lógica de beneficiamento integral do coco babaçu, a qual é tradicionalmente realizada por mulheres que estão diretamente ligadas à sua quebra.

Trabalhos realizados no âmbito do PNCSA, especificamente as pesquisas que estiveram fundamentando a construção do Fascículo 27 (2008), descrevem as situações sobre as quais as autodesignadas *quebradeiras de coco babaçu* passaram a enfrentar mediante a atuação das siderúrgicas de ferro gusa. Em tal Fascículo, está localizado o seguinte relato pertence à *quebradeira de coco* Maria Querobina, a qual descreve as situações vivenciadas pelas *quebradeiras de coco babaçu* em face às interferências causadas pela atuação do projeto Ferro Gusa Carajás:

De 75 a 80 por cento da renda dos pequenos vem do babaçu. E hoje se a gente fizer um levantamento a bico de lápis, isso não é mais. Porque a FERRO GUSA 'tá levando todo nosso babaçu (...) Olha é interessante essa coisa que a gente descobriu. Como eles chegam nas pessoas. É praticamente uma compra do agricultor. Eles tão comprando o agricultor. Chega ai eles diz: rapaz tu vai quebrar cinco quilo de coco tu passa o dia todo e ai tu não faz nada no correr do dia e correr do dia se tu ir faze carvão tu faz de 10 a 15 saco de carvão por dia que nos fica com esse carvão a 4,50. Tu ta perdendo teu tempo. No final do mês tu tem dinheiro que tu nunca viu. Então eles tão comprando os agricultores (...) As quebradeiras hoje tão ficando sem essa matéria prima (...) Tinha quebradeira que vendia por semana 60, 70 litro de óleo, hoje elas não tão mais fazendo isso. Porque hoje a matéria prima ta difícil tão cortando até os cachos das palmeiras antes de cair. Então 'tá ficando muito difícil pra nós quebradeira. Querobina, Imperatriz. (Fascículo 2 – A luta das quebradeiras de coco babaçu contra o carvão do coco inteiro, 2008, p. 3).

Dessa maneira, podemos compreender que os conflitos causados pela compra do carvão feito a partir da queima do coco babaçu inteiro, foram intensificados mediante a ação das siderúrgicas de ferro gusa nas áreas em que passou a atuar sob o ponto de vista da negociação do carvão, visto que a mencionada “cooptação”, passou a ser uma das principais estratégias para garantir a produção do carvão vegetal, gerando e acirrando, relações conflituosas dentro das próprias comunidades.

### 2.3 - Aspectos referidos ao processo de implantação da fábrica de papel e celulose pertencente à Suzano Papel e Celulose

Em face ao enfraquecimento representado pela crise no setor das indústrias guseiras, o projeto de monocultura de eucalipto no oeste do Estado do Maranhão, passa a ser reestruturado mediante a criação de um projeto para produção de celulose a partir do beneficiamento do eucalipto. O contexto a partir do qual se analisa a implantação de diferentes megaempreendimentos em Imperatriz, nos possibilita compreender as condições que foram utilizadas para fundamentar o processo de implantação da fábrica de papel e celulose pertencente à empresa Suzano Papel e Celulose, a exemplo da existência de uma base florestal produzida pelos antigos megaempreendimentos (CELMAR e Ferro Gusa Carajás), como também, a presença de uma malha ferroviária representada pela Estrada de Ferro Carajás (EFC) e Ferrovia Norte-sul, as quais atendem a sistemática de comercialização internacional da celulose.



**Foto 1** - Fábrica de papel e celulose em Imperatriz.

**Fonte:** Registros do autor, 2014.

O processo de implantação da fábrica de papel e celulose (foto 1), iniciado em abril de 2011, ocasionou o surgimento de específicas situações, dentre as quais, o intenso processo de concentração fundiária representado pela compra de terras mediante a consequente desestruturação dos meios utilizados para implantação de *roças*, o deslocamento das famílias da comunidade Bacaba e os transtornos ocasionados pelo transporte das chamadas *toras*<sup>98</sup> de eucalipto, as quais são escoadas em direção à fábrica, tanto pela Estrada do Arroz quanto pela BR-010.

### 2.3.1 - As implicações ocasionadas pelo processo de concentração de terras

O processo de concentração de terras motivado pela expansão da base fundiária da empresa Suzano Papel e Celulose, é compreendido como sendo estruturado a partir de estratégias as quais são assemelhadas àquelas utilizadas por megaempreendimentos que antecederam à implantação da fábrica de papel e celulose. Conforme aponta Daniel Nascimento, agente social referido à comunidade São José da Matança, o poder econômico com o qual a atuação da empresa é revestida, é percebida como sendo um dos principais elementos que avalizaram o processo de implantação da fábrica de papel e celulose:

Acarretou assim, porque aqui tinha mais fazendeiros, tinha mais emprego também, aí quando a CELMAR veio, que ela comprou as terras todas, comprou muita terra e plantou o eucalipto, então desempregou muita gente que trabalhavam nessas fazendas (...) quando eles chegaram aqui [o grupo Suzano], primeiro eles chegaram e compraram as terras da CELMAR, que tinha plantação de eucalipto, e compraram as outras que tinha restado dos outros fazendeiros que não tinha vendido pra CELMAR. (...) O valor da terra aqui girava em torno de quatro a cinco mil reais o alqueire, então o que acontecia, eles chegaram aqui colocando treze mil reais (...) Depois foi pra quinze, aí depois subiu pra vinte, aí foi subindo pra trinta, quarenta, isso para os mais ricos!, os fazendeiros ricos onde eles tinham mais interesse, que era onde ia instalar a fábrica, mas os pequenos produtores que tinha de dez alqueires, quinze, vinte, esses a gente sabe os valores que foram comprados, porque acharam muito dinheiro, que

---

98 A denominação tora é utilizada para nomear a madeira do eucalipto que é transportada, por caminhões da espécie bi-trem, das áreas de plantio até a fábrica de papel e celulose.

aqui tava valorizado em cinco mil reais, aí o cara chega botando vinte e cinco, trinta. (Daniel Nascimento, 32 anos, entrevista realizada na residência de seus pais, na comunidade São José da Matança, em 08/06/14).

Em seu depoimento, recupera a atuação do projeto CELMAR de forma a apontar a continuidade do processo de concentração de terras, que é compreendido a partir da força exercida pelo poder econômico representado pela então, Suzano Papel e Celulose, a qual realizou a compra de pequenas e grandes propriedades rurais a partir de uma proposital especulação do preço da terra. O agente social aponta ainda, a desmobilização das atividades que eram realizadas nas chamadas *fazendas*, nas quais eram desempenhadas algumas funções, a exemplo de *vaqueiro*<sup>99</sup>, *tratorista*<sup>100</sup> e *diarista*<sup>101</sup>, que se articulavam à conquista de espaços que eram cedidos, por meio do contrato verbal de *arrendamento*<sup>102</sup>, para a colocada de *roças*.

Nesse sentido, podemos compreender que o processo de concentração fundiária engendrado pela empresa Suzano Papel e Celulose, acarretou a desmobilização de atividades realizadas sobretudo por aqueles que não possuíam terras, os quais sujeitavam-se às atividades desempenhadas nas *fazendas* afim de conquistarem espaços para a colocada de *roça*. Tal situação é afirmada por Maria do Tibério, agente social referida à comunidade Esperantina I e que esteve diretamente inserida nesse processo:

Trabalhando nessas fazendas aí ó, cortando pé de mato mesmo, foi sofrido. (...) ali onde tá aquela sede dela ali assentada [se refere à fábrica], nós moremos naquela fazenda ali, que meu marido era vaqueiro, ali eu conhecia pé de pau por pé de pau, agora se soltar eu lá dentro, se não tiver quem tire, eu não saio mais, porque eu não sei nem o que foi que virou, bem ali onde tá aqueles

---

99 Na fazenda, o vaqueiro desempenha a função de fiscalizar os rebanhos de gado bovino, os quais são diariamente direcionados do curral, que é uma área cercada onde ficam em repouso, para as áreas de pasto, as quais são entendidas como sendo a base da produção dos rebanhos, dentre outras atividades que relacionam-se à manutenção do rebanho bovino.

100 O tratorista é o responsável por dirigir o trator, um veículo utilizado em atividades agrícolas.

101 O diarista pode desempenhar diversas funções na fazenda, seu pagamento é feito pelo dia trabalhado.

102 De acordo com entrevistas realizadas, o arrendamento é uma espécie de contrato que estabelece uma contrapartida pela utilização da terra. O pagamento pode ser feito por meio do plantio do capim após a colheita da roça ou por meio da divisão da colheita com o proprietário da terra na qual o plantio foi realizado.

negócio grande, era local da gente botar roça, aí eu não sei pra onde é que vai pro Alonso [fazendeiro] mais, não sei mais nada ali dentro, tá tudo infeliz do jeito que tá (Sra. Maria do Tibério, entrevista realizada em sua residência na comunidade Esperantina I em 10/06/14, grifos meus).

No *assentamento Vila Conceição I*, intensifica-se a chegada daquelas famílias que estiveram vendendo suas propriedades em face a especulação fundiária gerada pela implantação da empresa Suzano Papel e Celulose. De acordo com o agente social Luíz Vaz, nesse contexto, o *assentamento* passa a assumir uma identidade de “povoado dormitório”, uma vez que a falta dos chamados *lotes*<sup>103</sup>, falta sentida sobretudo por aquelas famílias que chegaram no *assentamento* após a sua constituição, passa a motivar a busca por empregos tanto em setores comerciais localizados na sede do município de Imperatriz, quanto nas *gatas*<sup>104</sup> da Suzano.

Além da desmobilização e desestruturação de atividades produtivas, a pesquisa identificou também, a situação das famílias pertencentes à comunidade nova<sup>105</sup> Bacaba, as quais sofreram um processo de deslocamento ocasionado pela implantação da fábrica de papel e celulose.

---

103 Os designados lotes consistem em um universo social onde são asseguradas atividades referidas à roça, criação de animais, coleta do coco babaçu, dentre outras atividades produtivas.

104 No P.A Vila Conceição, categoria gata é utilizada para se referir às empresas prestadoras de serviços terceirizados para a empresa Suzano Papel e Celulose.

105 A categoria nova é utilizada como forma de referenciar a localidade para onde as famílias foram deslocadas.



### 2.3.2 - O deslocamento das famílias da comunidade Bacaba



**Foto 2** – Antiga Bacaba.

**Fonte:** Registros do autor, 2014.

De acordo com as entrevistas realizadas, as famílias referidas à então *antiga*<sup>106</sup> Bacaba (foto 2), estiveram há mais de cinquenta anos localizadas às margens da Estrada do Arroz (MA 123). Conforme ilustra a imagem ao lado, e, aponta o depoimento do agente social Jozivan Silva: “a Bacaba era localizada na área da servidão da estrada, no coxão de alagação, ficava entre a cerca do fazendeiro e a estrada do governo” (09/06/2014).

O processo de territorialização referido à comunidade Bacaba, está associado à dinâmica relativa à busca por espaços para a colocada de *roças*, as quais estavam diretamente articuladas às atividades desempenhadas nas chamadas *fazendas*, nas quais pequenas áreas eram *arrendadas*. Além do mais, a prática da quebra do coco babaçu e a feitura de carvão vegetal a

---

<sup>106</sup> A categoria antiga, é utilizada em referência à área anteriormente habitada pelas famílias da comunidade.



partir da queima do coco, o qual era direcionado às siderúrgicas, também são referenciadas como práticas que asseguravam a permanência bem como a reprodução das famílias no território.

Após iniciado o processo de implantação da fábrica de papel e celulose, uma série de transformações foram intensificadas na comunidade, que de acordo com relatos obtidos no âmbito das pesquisas de campo, foram materializadas após a realização de diversas reuniões organizadas por agentes representativos da empresa Suzano, que utilizaram diversos argumentos para fundamentar a proposta de deslocamento, a qual, conforme aponta Francimar Moura, esteve diretamente associada aos efeitos que seriam ocasionados pela construção e funcionamento da fábrica:

Eles começaram a fazer reunião com a gente, a Suzano, começou a fazer reunião dizendo que nós ia sair né, eles falaram que era por causa dos impactos né, impacto ambiental, por causa da estrada que ia ser muito movimentada ia ter mil carros passando diariamente e nós corria riscos de ficar na beira da estrada, corria risco de se acidentar né, com os caminhão, e com a poluição da Suzano que ia ter. (Francimar Moura, 46 anos, entrevista realizada em seu comércio/bar na comunidade nova Bacaba em 09/06/14).



**Foto 3** – Comunidade nova Bacaba.

**Fonte:** Registros do autor, 2014.

Mediante as investidas realizadas pela empresa Suzano Papel e Celulose, o deslocamento passou a ser negociado de modo que o mesmo teve a sua concretização no dia 15 de julho de 2013, data em que as famílias receberam suas residências (foto 3) a partir de então, nova Bacaba, que ficou localizada nas proximidades da comunidade São José da Matança, especificamente em uma estrada vicinal à Estrada do Arroz e que carregou o mesmo nome a partir de reivindicações feitas pelas famílias.

O processo de deslocamento das famílias, não deve ser analisado a partir de um consenso estabelecido em relação à sua aceitação. Tal compreensão apoia-se no depoimento de Francimar Moura, ao descrever que durante as negociações que trataram do processo de deslocamento, esteve juntamente com outra agente social, se posicionando contra a proposta da empresa:

Eu mesmo falei, os outros não se importaram muito não, só quem falou que não queria sair era eu e a professora né, que era diretora da escolinha que nós tinha lá né, eu e ela, nós falava que não ia sair de lá, lá eu não queria sair, já tava acostumado, tinha meu ponto comercial lá né, tinha meus colega que vinha todo dia que passava lá na porta da gente, achava que se mudasse de lá, eles não ia visitar mais a gente né, pra comprar as coisinhas da gente. Aí eu falava que não ia sair não (...) resultou saindo, porque eles falavam que, eles chegaram a falar pra mim, se você não sair, vamos entregar pro governo do Estado. O governo do Estado vai vir, vai vim vai só lhe indenizar, bote tempo pra você receber a indenização. A indenização daquele tamanho, ele dizia [se refere a um agente da Suzano]. Aí foi a gente ficou com medo (Francimar Moura, 46 anos, entrevista realizada em seu comércio/bar na comunidade “Nova” Bacaba em 09/06/14, grifos meus).

O depoimento do agente social, possibilita analisar que o seu ponto de vista, parte de relações sociais estabelecidas para descrever a sua relação com o território, ultrapassando assim, os limites estabelecidos no discurso da empresa, a qual desconsiderou as relações sociais com o território, ao impor um processo de deslocamento, nos termos de Almeida (1996, p. 32), delineado mediante a imposição para “deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos”.

Além do mais, podemos analisar, ainda com base no depoimento de Francimar, que a empresa utilizou como estratégia, o discurso de que a condição em relação ao território, no caso a de *posseiros*, não garantia o atendimento de suas reivindicações a curto prazo. Tal estratégia pode ser compreendida como uma tentativa de imobilizar alguma ação que viesse a impedir o prosseguimento do processo de deslocamento, o qual foi percebido, de acordo com o depoimento a seguir, como uma ação que não impediu as famílias de serem expostas aos efeitos ocasionados pelo funcionamento da fábrica:

Não mudou nada não, ta incomodando, tem hora que a gente acorda de noite, uns quinze dias atrás eu acordei de noite com aquele cheiro mas ruim do mundo, um cheiro assim de esgoto né, mais tarde vinha um cheiro de foguete, foguete queimado, aí assim não achei que mudou não negócio de impacto não ambiental. (Francimar Moura, 46 anos, entrevista realizada em seu comércio/bar na comunidade “Nova” Bacaba em 09/06/14).

O odor percebido pelas famílias referidas à comunidade *nova* Bacaba, constitui-se um dos diversos transtornos vivenciados e que, inclusive, é apresentado como elemento que confronta o discurso de “imunização dos impactos” que fundamentou o processo de deslocamento das famílias. Além do odor, o qual é recorrentemente chamado de *cheiro*, outros transtornos, a exemplo das situações ocasionadas pelo transporte da madeira do eucalipto, são impostos não só às famílias de *nova* Bacaba, mas também, às famílias referidas às comunidades Esperantina I e II e São José da Matança.

### 2.3.3 - Os transtornos ocasionados pelo transporte das toras de eucalipto



**Foto 4** – Transporte das toras na *estrada do arroz*.

**Fonte:** Registros do autor, 2014.

Além das transformações ocasionadas pelo processo de concentração de terras e o deslocamento das famílias da comunidade Bacaba, a pesquisa identificou a situação vivenciada sobretudo por aquelas famílias que residem às margens da Estrada do Arroz, especificamente àquelas referidas à Esperantina I e II.

As frágeis condições da Estrada do Arroz, somada ao tráfego de automóveis pertencentes à empresa Suzano, o qual foi intensificado sobretudo após o funcionamento da fábrica de papel e celulose (dezembro de 2013), estiveram alterando a rotina das famílias que residem em suas margens. Tal situação

diz respeito aos riscos oferecidos pelo trânsito das chamadas *carretas* que transportam a madeira do eucalipto em direção à fábrica, como bem aponta a agente social Maria do Tibério:

Os carros que tem da linha aqui passam tudo de manhã cedo pra colá, aí só passam tudo de tarde, o correr do dia não tinha esse movimento de carro que tem agora, matando a gente não, agora que tá, depois que a Suzano entrou e depois que entrou esses caminhão grande foi que piorou (...) Cai direto [se refere às toras de eucalipto], bem aí detrás de casa tem um, olha o tanto ali, pra lá, quando a gente vai na estrada e que vê eles, a gente já cai é pra dentro do mato, com medo de uma tora dessas cair em cima de uma pessoa, vim de qualquer jeito, mata uma pessoa (Sra. Maria do Tibério, entrevista realizada em sua residência na comunidade Esperantina I em 10/06/14, grifos meus).

O depoimento destacado permite compreender em que medida o funcionamento da fábrica de papel e celulose passou a afetar o dia a dia das famílias, as quais passaram a vivenciar os riscos oferecidos pelo intenso trânsito dos automóveis de grande porte. Tal situação foi agravada com as péssimas condições da estrada, a qual ainda não tinha sido asfaltada, uma vez que as *toras* de eucalipto se desprendiam dos caminhões durante o percurso realizado das áreas de plantio à unidade industrial, acentuando assim, o perigo em trafegar pela Estrada do Arroz.

## 2.4 - Mobilizações em resistência à atuação da Suzano Papel e Celulose em Imperatriz

Mediante as situações vivenciadas pelas famílias afetadas pelo processo de implantação da empresa Suzano Papel e Celulose, encontra-se a presença de mobilizações impulsionadas pelas autodesignadas *quebradeiras de coco babaçu* (MIQCB) e por *trabalhadores e trabalhadoras rurais e moradores* das comunidades afetadas, os quais também compõe o Fórum de Defesa da Cidadania e do Desenvolvimento das Comunidades da Estrada do Arroz, o qual é também conhecido por “Fórum da Estrada do Arroz”. Tais mobilizações, engendram processos de resistência que podem ser compreendidos a partir de práticas cotidianas, audiências públicas, reuniões com representantes da empresa e governo local, buscando reivindicar direitos e confrontar a atuação da mencionada empresa.

Em face aos processos de resistência, específicas estratégias são idealizadas pela empresa Suzano, a exemplo da criação do “Conselho de Desenvolvimento Comunitário”, que reúne *quebradeiras de coco babaçu* em espaços físicos construídos em algumas comunidades, a exemplo de Coquelândia e Petrolina. Tal situação ocasiona específicos conflitos internos, pois os incentivos que regem a associação no “*conselho da Suzano*” são compreendidos como uma tentativa de desmobilizar outros movimentos já atuantes na região, os quais se negam a receber os ditos “benefícios” apresentados por meio de projetos que carregam a lógica de compensação social e ambiental.

De acordo com a *quebradeira de coco* Maria Querobina, integrante do MIQCB, a atuação da empresa Suzano, ocasiona um intenso conflito ao criar movimentos paralelos ao que atuam na região e que se negam a receber os ditos projetos de compensação:

“Está sendo muito pior do que o conflito na época que a gente se escondia com medo da espingarda, que esse conflito, esse grande conflito político, que aí entra o social, entra tudo, esse daí é que é o problema sério e ideológico, os companheiros deixaram de acender a vela pra o meio ambiente pra ascender a vela da grande empresa, é uma das coisas que deixa a gente muito revoltada, que eles estão tomando o espaço das organizações dos trabalhadores. Aqui na região, o espaço do movimento das quebradeiras, eles tomaram, criaram até um conselho das quebradeiras de coco aqui na estrada do arroz (...) estava tratando, de organizar grupo, implantando grupos de produção, e eles chegaram pegaram aqui da Bacaba Nova, que a (Bacaba) velha eles acabaram né, pegaram da Bacaba Nova até Petrolina, criaram um conselho das quebradeiras, e quem é o caro chefe desse Conselho? É o sujeito da Suzano, foram cadastrando e chamando, fazem festa hoje pras quebradeiras de coco, dá presente, faz premiação, o conselho das quebradeiras”. (Maria Querobina Silva Neta, entrevista realizada no Museu Casa Branca, hoje designado Centro de Ciências e Saberes Museu Casa Branca, localizado no P.A Vila Conceição I, 04/03/16).

Dessa maneira, podemos concluir a partir do depoimento destacado anteriormente, que mediante as transformações ocasionadas pelo processo de implantação da fábrica de papel e celulose, específicos processos mobilizatórios posicionam-se em resistência à atuação da empresa. Tais mobilizações, sejam elas realizadas pelo MIQCB ou pelo conhecido “Fórum da Estrada do Arroz”, permanecem atuando mesmo diante de estratégias utilizadas pela empresa como forma de desmobilizar ações que são desempenhadas por *quebradeiras de coco babaçu, trabalhadores e trabalhadoras rurais* e outros segmentos sociais que estão inseridos nesse processo.

### 3 - Considerações finais

Como analisado, o pacote de ações formulado pelo Programa Grande Carajás esteve diretamente ligado à implantação dos megaempreendimentos que introduziram a monocultura do eucalipto no Oeste do Estado do Maranhão, especificamente no município de Imperatriz, que foi palco de intensas intervenções ocasionadas pelos empreendimentos CELMAR, Ferro Gusa Carajás e, atualmente, pela fábrica de papel e celulose pertencente à empresa Suzano Papel e Celulose. Esse último empreendimento vem reproduzindo com mais robustez a lógica dos primeiros empreendimentos que não conseguiram se implantar integralmente.

A desestruturação dos modos sobre os quais as famílias encontravam espaços para a implantação das *roças*, a situação de deslocamento compulsório das famílias da comunidade Bacaba, os efeitos ocasionados pelo transporte das *toras* de eucalipto bem como os efeitos ocasionados pelo funcionamento da fábrica e as transformações percebidas pelos agentes sociais do *assentamento* Vila Conceição I, são elementos que possibilitam compreender que os interesses empresariais são estruturados a partir de aspectos que se colocam em contraposição às dinâmicas específicas dos chamados povos e comunidades tradicionais.

Como apontado, diferentes mobilizações estiveram sendo organizadas desde a implantação do projeto CELMAR. Trabalhadores rurais, quebradeiras de coco, movimentos sociais, lideranças sindicais e de organizações não governamentais, se posicionavam para o enfrentamento às situações impostas pela atuação dos empreendimentos. Entretanto, no contexto de implantação do empreendimento da empresa Suzano Papel e Celulose, tais mobilizações vivenciam recorrentemente estratégias de cooptação, ocasionando específicos conflitos internos mediante as consideradas tentativas de desmobilização de movimentos que estão empenhados naquela região.

## Referências

- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: **Conflitos ambientais no Brasil**. Org. Henri Acselrad. - Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004. p 13 - 36.
- ALMEIDA, Alfredo W. B. de. **Refugiados do desenvolvimento**: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. In: Travessia, 1996.
- ALMEIDA, Alfredo W. B. de.; SHIRAISHI NETO, Joaquim; MARTINS, Cynthia Carvalho. **Guerra ecológica nos babaçuais**: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de commodities e aquecimento do mercado de terras na Amazônia/ - São Luís, Lithograf, 2005.
- ASSELIN, Victor. **Grilagem**: corrupção e Violência em terras do Carajás. Editora Ética: Imperatriz, 2009.
- BACHELARD, G. **O primeiro obstáculo**: a experiência primeira. In: A formação do espírito científico. Tradução Esteia dos Santos Abreu. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 29-68.
- BARBOSA, Zulene Muniz. **Lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo**. São Luís: UEMA, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva In: **O Poder Simbólico**; tradução Fernando Tomaz- 2.ed. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil 1998, p. 17-58.
- CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Mineração, Siderurgia e Desenvolvimento na Amazônia Oriental**: um balanço da experiência do programa grande carajás. In: Terra, Trabalho e Poder: conflitos e lutas sociais no maranhão contemporâneo. São Paulo: Annablume, 2013, p. 41-61.
- FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2008.



- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no Século XXI: Novas Formas de Desenvolvimento.** São Paulo, Ed. Empório do Livro, 2009.
- MATIAS, Moisés. A implantação da indústria de celulose no Maranhão. In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da. **Carajás: Desenvolvimento ou Destruição?**. 1ª Ed. 1995.
- MESQUITA, Benjamin Alvino de. **O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar.** São Luís, EDUFMA, 2011. 110 p.
- MIRANDA, Syderlan Bezerra. **A monocultura do eucalipto alterando o espaço agrário no oeste maranhense.** Uberlândia, 2012. Disponível em: <[http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1213\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1213_1.pdf)>. Acesso em: 06/07/2014.
- NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. Fascículo 27: **As lutas das quebradeiras de coco contra o carvão do coco inteiro.** Coord. Alfredo Wagner; Autores. Cynthia Carvalho Martins... [et al.]. Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- RIBEIRO JUNIOR, José Arnaldo dos Santos. **O desenvolvimento geográfico desigual da Suzano papel e celulose no Maranhão.** Dissertação (mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, p. 221.

# A Cadeia de Alimentos na Amazônia: a quem serve a certificação?

Nirvia Ravena<sup>107</sup>

Pedro Pablo Cardozo<sup>108</sup>

Rosa Elizabeth Acevedo Marin<sup>109</sup>

Fernanda da Silva de Andrade Moreira<sup>110</sup>

## Introdução

A recente redefinição do papel do Estado nos processos regulatórios e o deslocamento da autoridade dos Estados para o controle dos fluxos globais de produção e consumo realizados por agentes privados gerou a Governança Transnacional como outra variedade de regulação (Cashore, 2002; Bartley, 2010). Este modelo funciona como um sistema de governança global cuja autoridade de decisão não está mais sob a égide do Estado, mas sob a autoridade de um conjunto de corpos reguladores cujo motor é o Mercado. A Governança Transnacional poderia ser caracterizada por se constituir de uma diversidade de atores individuais e coletivos que operam os processos regulatórios globais. Governos e agências públicas, corporações multinacionais, organizações não governamentais, sociedade civil, profissionais e organizações internacionais são organizados simultaneamente em corpos reguladores que competem dentro de um mesmo território com organizações nacionais de regulação setorial, de atividades, de controle de normas, monitoramento e fiscalização.

Esta variedade de arranjos que vão desde os esquemas de certificação industrial até esquemas híbridos que englobam o Estado, a sociedade civil e atores privados, mudou a hegemonia do Estado-nação, em relação aos processos de regulação (Bartley, 2010). O sistema derivado da organização de

---

107 NAEA/UFPA-Brasil

108 Leeds Beckett University-UK

109 NAEA/UFPA

110 NAEA/UFPA

atores não estatais em corpos reguladores que compartilham a autoridade para estabelecer padrões, criou o Sistema *Non State Market Driven* (NSMD) em que a autoridade está espalhada por todos os atores colocados estrategicamente nesses corpos. Através de estímulos materiais e demanda-resposta em curto prazo, os programas de governança NSMD ganham legitimidade de públicos externos que são guiados por uma interação complexa de motivações. O mercado fornece o contexto em que as motivações materiais e de curto prazo se cruzam com elementos morais e cognitivos, que em conjunto se determinam como sistemas de governança diferentes no interior do sistema NSMD e ganham autoridade para estabelecer regras (Cashore, 2002).

É importante notar que, neste contexto globalizado, a perda de autoridade por parte do Estado é relativa. Existe a inserção de agentes governamentais em redes de diversas categorias de desempenho e, portanto, o Estado usa sua capacidade governamental para mediar o estabelecimento de regras internacionais em contextos domésticos. Essas redes tornam-se complexas, pois, para sua constituição, elas devem envolver uma miríade de atores. Por outro lado, a existência nestes corpos reguladores do sistema NSMD de atores governamentais está integrada nas dinâmicas que garantem sua eficiência na obtenção de legitimidade nacional e internacional para as decisões tomadas nas *Multi Stakeholder Initiatives* (MSI) (Cheyns & Riisgaard, 2014; Bartley, 2010; Cashore, 2002).

Princípios de sustentabilidade adentraram os processos produtivos ora como estratégia empresarial, ora como demanda regulatória, e a auto-regulação através do estabelecimento de normas voluntárias é a materialização desses princípios como elementos reguladores centrais das atividades das Corporações. A adoção de regras e normas voluntárias ampliou o papel das Corporações na arena regulatória internacional fazendo com que as mesmas assumissem uma posição que era tradicionalmente ocupada por agências governamentais (Vogel, 2010; Coglianese & Laser, 2003; Coglianese & Nash, 2001).

Na década de 90 do século XX esse movimento se intensificou e ganhou proporções não triviais no interior dos arcabouços regulatórios dos Estados Nacionais e do Comércio Internacional. As medições voluntárias se tornaram mais um instrumento no rol das ferramentas de regulação das atividades das Corporações. Estas medições resultam de acordos entre agências de regulação

ambiental e empresas privadas e de acordos voluntários das empresas entre si, buscando estabelecer dentro de seus processos de produção, padrões de controle para fornecedores e compradores na direção da sustentabilidade. As indústrias, dessa forma, estabelecem padrões ambientais e sociais para cada produto que participa das cadeias de valor (Mutersbaugh, 2005; Coglianesi & Nash 2001; Tanner, 2000).

Há uma ampla literatura que trata dos *standards* iniciados nas ações voluntárias de auto-regulação das Corporações em direção à sustentabilidade, e nessa literatura a variedade dos formatos assumidos pela auto-regulação também resultam dos arcabouços institucionais criados por atores não estatais (Auld et al., 2015; Barry et al., 2012; Cashore, 2002). Essa forma de regulação resultou também das formas globais de lidar com questões que expressaram graus de complexidade elevados dada a interdependência que a globalização imprimiu a setores como segurança, regulação de mercados, e direitos humanos (incluindo o desenvolvimento, a proteção ao meio-ambiente, a saúde e segurança). No processo de governança, a sobreposição desses setores promoveu a construção de arranjos de governança global que surgiram como resposta à dimensão complexa dos processos decisórios. Arranjos formados por governos, por organizações internacionais e por diversos atores não estatais criaram numerosos organismos e programas regulatórios transnacionais entre eles as MSI's (Caffagi & Pistor, 2015; Stwert, 2014).

As formas assumidas por esses organismos e programas também ganharam escala a partir da globalização e da intensificação das atividades no mercado internacional, e deram origem a um modelo de regulação voluntária internacional que foi denominada *Transnational Private Regulation (TPR)* e atua como um regime internacional (Caffagi & Pistor, 2015; Ponte & Chaeyns, 2013; Caffagi, 2011) e como um conjunto institucional que estabelece normas, estatutos resultantes dos processos decisórios que envolvem todos os *stakeholders* (Caffagi, 2015; Stewart, 2014).

No estabelecimento voluntário de normas e sua revisão, a TPR necessita de padrões de classificação e categorização, princípios de exclusão e inclusão, definição de dispositivos de medição e intervalos, e uma escolha de que tipo de especialistas e de qual conhecimento especializado o ator deve possuir para ingressar nessa arena regulatória. No entanto, inserir conhecimento nessa

nova modalidade de regulação não é simplesmente incluir atores munidos de um capital científico. Significa também produzir conhecimento através da interação. Portanto, no interior da TPR, o gerenciamento do processo de criação e revisão das normas é, em si, um elemento essencial na governança de redes de sustentabilidade. Nesse cenário, os sistemas de certificação originados pelas normas voluntárias, envolvem graus de adaptação às circunstâncias locais e, necessitam da inclusão do conhecimento local que nem sempre é incluído nos processos e protocolos de certificação.

No decorrer do processo de auto-regulação das Corporações, a certificação emergiu como um mecanismo regulador importante e o caráter voluntário dos *standards* conduziu para o caminho da criação do que a literatura denomina de redes de sustentabilidade (Ponte & Cheyns, 2013; Bartley, 2010; Meidinger, 2006; Ponte & Gibbon, 2005). O surgimento da arena regulatória ambiental e seu espraiamento em termos globais associada à intensificação do comércio internacional promovido pela globalização, dirigiu a TPR para a adoção de *standards* que pudessem ser checados (Cafaggi, 2011; Coglianesi & Laser, 2003). Movimentos recentes como o *Third-party Certification (TPC)*, e o *Multi-Stakeholders Initiative (MSI's)* trazem para o centro da discussão regulatória a ampliação da gama de atores-chave, além daqueles encontrados em corporações, governos, ONGs e sociedade civil, no momento de incluir grupos de peritos e comunidades epistêmicas na elaboração de normas (Cheyns & Riisgaard, 2014; Bartley, 2010).

Essa perspectiva de inclusividade é mandatária nessa nova fase da auto-regulação voluntária de escala global e na TPR (Caffagi, 2015; Stewart, 2014; Cheyns, 2012; Silva-Castanheda, 2012). O disciplinamento das forças do mercado através de direitos e a instalação de uma certa ordem é uma das características dessa nova dinâmica global. Bartley (2007), apoiado na abordagem de Boltansky e Thévenot (2006), caracteriza estes novos arranjos como “*orders of Worth*” que não são apenas ditadas pelo mercado, mas fundamentados em expertise e moralidade como elementos presentes nos processos de certificação. A adoção das certificações contidas nas MSI's, e resultantes da adoção de medidas voluntárias de regulação, não tem contribuído para observância das empresas de direitos trabalhistas e ambientais. O conflito gerado por estas práticas incoerentes, no entanto, intencionais estão no cerne da contenda gerada no interior das relações entre Sociedade, Comunidades Locais e Estado.

O artigo aponta processos recentes de organização de cadeias de alimentos, processos de certificação e assimetrias de mercado em contextos regionais do Brasil, embora as descrições e ilações circunscrevem-se a região amazônica. Soja e dendê, (e sob outras condições o açaí) constam de observações registradas em pesquisas desenvolvidas nos últimos três anos. Identifica, na Amazônia brasileira, através da abordagem das Variedades do Capitalismo, o desempenho da certificação da RSPO para pequenos produtores de Palma de óleo, e o impacto sobre o mercado de terra da certificação da RTRS na produção da cadeia da soja. Dessa forma busca descrever os contextos dos povos tradicionais da Amazônia onde a certificação da RSPO e da RTRS opera verificando o impacto da certificação nessas áreas.

A perspectiva exploratória e documental foi utilizada associando pesquisa de campo com a realização de entrevistas não estruturadas aos *stakeholders* que operam nas cadeias de soja e palma de óleo na Amazônia. Foram também coletados e analisados documentos governamentais e dados secundários oriundos de documentação das certificadoras em seus sites. Foram analisadas as documentações originadas pela RSPO e pela RTRS no sentido de comparar as análises dos certificadores aos pressupostos de sustentabilidade declarados na MSI's.

As pesquisas de campo foram realizadas nas regiões onde a incidência e intensidade do cultivo da palma de óleo e da soja são maiores. Para a Palma de Óleo as visitas foram realizadas no nordeste paraense onde uma das maiores empresas certificadas da RSPO, a Agropalma, opera. Na cadeia da soja foram realizadas pesquisas de campo em Santarém, cidade onde se situa o porto da Cargill e de onde são transportados os grãos para Europa e China.

A estratégia de comparação entre o que a documentação relativa à certificação no tocante à sustentabilidade proporciona pelos standards e processos foi confrontada com as pesquisas de campo que forneceram outros elementos que desconstróem o discurso de sustentabilidade. A estratégia de retorno sistemático ao campo permite aferir essa confrontação.

## Cadeias de alimentos e sustentabilidade na Amazônia

A sustentabilidade enquanto elemento norteador da certificação das Cadeias de Alimentos, na narrativa corporativa, cresceu na agenda de governança global nos últimos anos. Com os picos dos preços dos alimentos de 2007-08, os tomadores de decisão em nível global voltaram sua atenção para a questão de como alimentar a população mundial que deverá chegar a 9 (nove) bilhões até 2050 com terras disponíveis para cultivo limitadas à mudança climática e deverá afetar a produtividade agrícola, particularmente em certas partes do mundo como a África subsaariana onde os níveis de fome permanecem elevados (Godfray, 2010).

Há uma consciência crescente do fato de que as cadeias de alimentos, como são atualmente organizadas, não são ambientalmente e socialmente sustentáveis. O setor agrícola é responsável por uma proporção de gases de efeito estufa e contribui para a perda de biodiversidade, depleção de água e desmatamento, entre outros impactos ambientais (Garnett et al., 2013; Foley et al., 2011). Por estas razões, as cadeias de alimentos devem transitar para sistemas alimentares mais sustentáveis na escala global, no sentido de melhorar a segurança alimentar no longo prazo.

O reconhecimento da importância da sustentabilidade nas cadeias globais de alimentos é enfatizado em uma série de iniciativas globais de governança que estabelecem regras e normas de comportamento para alimentação e agricultura. Estudos críticos revelam as ambiguidades e contradições da certificação nesse contexto, destacando experiências nocivas, efeitos sociais e ambientais das commodities agrícolas, objetos dos instrumentos de regulação. Soja, cana-de-açúcar, dendê são cultivos que experimentam triunfalismo. Contudo, empresas e governos empenham-se em ocultar sistematicamente os efeitos cumulativos e problemas sociais e ambientais, negligenciando-os no presente e no futuro. Trata-se de economias de plantation desenvolvidas no tripé monocultivo, imobilização da força de trabalho e mercado de exportação, que avançam provocando destruição e devastação de recursos florestais, fauna e recursos hídricos; nelas aprofunda-se a sobre-exploração do trabalho assalariado e de expropriação territorial de segmentos de pequenos produtores.

Particularmente na arena da sustentabilidade agrícola e enquanto uma das formas de certificação com característica de MSI's, as *Roundtables de Commodities* como óleo de palma, soja, biocombustíveis, cana-de-açúcar, algodão, flores, aquicultura e carne bovina têm levado as empresas ligadas ao agronegócio a participar intensamente na definição de *standards* originados na TPR. Essa participação tem como objetivo definir padrões globais de sustentabilidade. Esse comportamento das MNC's se constitui em uma resposta às crescentes críticas dirigidas às *food commodities* dado o reflexo negativo das atividades da agricultura em larga escala ao meio ambiente e aos impactos sociais expressos principalmente nos conflitos pelo uso da terra (Cheyns & Riisgaard, 2014; Khone, 2014; Goetz, 2013; Cashore et al., 2012; Silva-Castanheda, 2012).

Esses novos desenhos buscam apresentar em seus relatórios graus mais elevados de participação de atores nos processos decisórios, mas continuam, enquanto definidores dos *standards*, mantendo uma assimetria de poder no interior das rodadas de negociação para a definição de normas, estatutos, procedimentos e *accountability* (Stwert, 2014).

A Amazônia, como uma das últimas fronteiras para a expansão agrícola das cadeias de alimentos e ilha de sintropia (Altvater, 1993), apresenta um conflito latente entre essas modernas formas de regulação e de processos de certificação e o conjunto de práticas de sustentabilidade pertencentes a outros grupos sociais com outros modos de vida. Explica-se. O avanço da soja (Costa, 2015; Sauer & Pietrafesa, 2013) e da palma de óleo (Ferreira et al., 2016; Nahum, 2014) sobre áreas amazônicas, intensificado a partir dos anos 2000, tem apresentado uma desorganização do território e dos modos de vida dos povos tradicionais. A entrada das grandes companhias de grãos nos territórios onde práticas agroecológicas marcam a vida de diversos povos tradicionais inicia um choque entre as forma de acesso e uso da terra desses povos tradicionais com os processos de certificação que são padronizados e definidos, no interior das MSI's sem a participação destes. Mais que isso. Do ponto de vista da governança transnacional estas MSI's apresentam os processos de certificação como processos participativos com inserção dos pequenos produtores nos processos de definição dos standards. Esta narrativa não tem correspondência com a materialidade de como se processa a certificação e o controle da sustentabilidade na cadeia de alimentos (Clapp & Gyorgy, 2016).



Em 2003, o WWF, a Unilever e outras empresas lançaram a “Mesa Redonda sobre Óleo de Palma Sustentável (RSPO), uma típica MSI’s, com atores marcadamente pertencentes à esfera privada e que levou à criação de um terceiro certificado padrão de caráter voluntário em óleo de palma sustentável”. Essa primeira RSPO foi a primeira de uma série de mesas redondas que se desenrolou na década de 2000 em uma variedade de *commodities*. Sobre a RSPO, há uma recente literatura que busca compreender em que medida este tipo de MSI pode realmente influenciar o desempenho sustentável da cadeia de óleo de palma. A questão da inclusividade de atores (Barling & Duncan, 2015; Cheyns & Riigaard, 2014; Kothe, 2014; Silva-Castañeda, 2012; Cheyns, 2011) aparece nos estudos como ponto central e nevrálgico neste tipo de iniciativa.

Já a Mesa Redonda para a Produção de Soja Responsável (RTRS) foi criada em 2006 como uma MSI cujo objetivo seria a promoção da produção de soja responsável, regulando através da cadeia de custódia as etapas de sua transformação até o comércio. O propósito da RTRS, nas peças publicitárias de comunicação institucional, é apresentar garantias de que a produção é realizada de forma sustentável, com reduzidos impactos social e ambiental, mantendo ou melhorando as condições econômicas dos produtores. A RTRS apresenta sua missão como a de trabalhar para desenvolver um padrão de sustentabilidade para a produção, processamento, comercialização e utilização da soja. Tem publicado projetos de orientações sobre responsabilidade econômica, social e ambiental. Isso se aplica a todos os tipos de soja, incluindo a soja convencional e a geneticamente modificada (RTRS, 2010).

A questão da sustentabilidade na RTRS é delicada e em áreas amazônicas apresenta problemas sérios quanto à certificação dado que a dimensão dos impactos sociais é negligenciada ou mesmo ocultada nas narrativas e no âmbito da governança global das cadeias de alimentos (Clapp 2016, 2015; Costa, 2015; Sauer & Pietrafesa, 2013; Wilkinson, 2011; Steward, 2007). A vulnerabilidade de determinados *stakeholders*, como os pequenos produtores, por exemplo, marca a RSPO e a RTRS como corpos frágeis no tocante à equidade de recursos de poder dentre os demais *stakeholders* da cadeia de suprimentos de óleo de palma e da soja. Esse caráter frágil se expressa também nas formas que os processos de aceitação como membros da RSPO e da RTRS se apresentam. Enquanto corpo dotado de legitimidade para a certificação, a RSPO e a RSTS têm critérios que as tornam os *gatekeepers* e a certificação da RSPO e a RTRS

têm um custo de transação muito maior para os pequenos produtores e na soja estimula processos de *land grabbing* em áreas amazônicas (Costa, 2015; Sauer & Pietrafesa, 2013; Benatti, 2003). A assimetria na cadeia de alimentos promovida pela certificação se sobrepõe ao caráter específico que o capitalismo assume nas várias composições institucionais, como aponta a teoria acerca das variedades do capitalismo (Hall & Solskice, 2001).

Nessa perspectiva teórica as instituições contam. Tanto Estado como Mercado têm relevância na análise do desempenho que a cadeia de suprimentos tem quando se discute em que arranjos institucionais os pequenos produtores estão inseridos para atender os *standards* que são definidos pela RSPO e RTRS. O arcabouço institucional onde estas medidas voluntárias e certificações operam, imprime às relações entre os participantes da cadeia de alimentos, como os pequenos produtores, desigualdades em relação aos demais *stakeholders* que se apresentam também nos níveis regionais.

## **As cadeias de alimentos e a Variedade de Capitalismo**

Se as instituições contam, é importante compreender de que forma as certificações da RSPO e da RTRS são ou não abrangentes o suficiente para adentrar ambientes institucionais distintos característicos do que a teoria das variedades do capitalismo como a Amazônia, por exemplo.

A literatura de variedades do capitalismo (VOC) originou-se na análise das economias industrializadas buscando responder por que diferentes desenhos institucionais levavam patamares similares de eficiência sistêmica. Originada na obra de Hall e Soskice (2001), identifica domínios estratégicos para os problemas de coordenação que devem enfrentar os atores da política econômica, em especial as firmas. Em função das características desses domínios (governança corporativa, capacitação dos recursos humanos, relação com os empregados, relações inter-firmas), os autores estabelecem uma diferenciação entre economias de mercado coordenado (CME) e economias liberais de mercado (LME). E, segundo Schneider (2009), economias de mercado hierárquicas (EMH), comuns na América Latina, que estruturam o acesso dos negócios a insumos essenciais de capital, tecnologia e trabalho, sendo marcadas por grupos empresariais diversificados, corporações multinacionais, mão de obra pouco qualificada, relações de trabalho atomísticas e ações corroboradas pelo Estado.

Assim, as Variedades do Capitalismo constitui-se numa abordagem que tem apresentado graus significativos de complexidade na análise do processo de globalização. O debate que envolve esta literatura também se mostra abrangente no sentido de cada vez mais apresentar alternativas explicativas para fenômenos específicos assumidos pelo capitalismo e a variedade de respostas nacionais. O maior mérito é reconhecer que as respostas frente à globalização não são unívocas. Nesse sentido, esta teoria contesta a premissa neoliberal de uma única modalidade de eficiência econômica. A despeito da ênfase na firma, ponto central da Variedade do Capitalismo, a incorporação do papel do Estado na coordenação e regulação do mercado permite uma aproximação mais clara dos fenômenos da globalização em países situados às margens do núcleo dinâmico do capitalismo (Diniz, 2010; Doctor, 2010; Schneider, 2009; Boschi & Gaitán, 2008; Cervo, 2003, 2001).

Dessa forma, o mercado vai proporcionar para cada tipo de Estado, o que ele “precisa”. Há uma diversificação de modos de vida para os grupos sociais do território em questão sob a forma de políticas públicas e o que define essa diversificação é justamente o lucro.

As diferenciações dos processos de certificação e sua necessidade em economias de escala fazem da estandardização um elemento relevante na análise das variedades do capitalismo que permite compreender o desempenho das organizações relacionado às formas de coordenação da economia pelo Estado (Tate, 2001). Em última instância, a abordagem das Variedades do Capitalismo permite compreender diferentes respostas que os países ensaiaram para fazer frente aos desafios da globalização; respostas que estão influenciadas pela configuração institucional em cada país (Morgan, 2015).

Nesse sentido esta abordagem permite compreender a relação entre os processos de certificação elaborados numa perspectiva global e sua decantação nos níveis locais. A localização dos pequenos produtores da cadeia de suprimentos da palma de óleo em países em desenvolvimento bem como os que estão impactados pela produção da soja, e a operação do conjunto de certificações da RSPO e da RSTS nesses países se constitui em um cenário onde a teoria acerca das variedades do capitalismo (VOC) pode ser identificada como conjunto teórico explicativo para o desempenho diferenciado dessas certificações em países em desenvolvimento.

O cultivo de palma de óleo e de soja na Amazônia está sendo rapidamente inserido no campo das certificações e é elucidativo compreender as trajetórias no Brasil, em relação ao processo de inserção destes países na Cadeia Global de Alimentos. Nesse foco, as práticas globais e locais de certificação, *pari passu* aos debates de direitos sociais e ambientais permitem um olhar crítico sobre a certificação como critério de sustentabilidade. Parte-se da ideia de que não existe neutralidade técnica como sinônima de normas, ajustes e incorporação de técnicas, atos realizados e combinados entre empresas, certificadoras locais e globais.

Os processos e discursos da certificação pretendem mostrar a certificadora como entidade/sujeito neutro, dotado de um conjunto de regras que devem ser estritamente interpretadas e aplicadas no espaço e tempo, o que confere ao ente certificador autoridade e superioridade (Clapp, 2016, 2015; Garnett et al., 2013; Foley, et al., 2011). Todavia aumentam os argumentos críticos. As condutas transgressoras de empresas e certificadoras não são exceção e como algumas empresas bem como grandes e médios produtores adotam práticas alheias ao processo certificador e diante de ameaças de represálias, retiram-se da certificação depois de realizarem em áreas, como a Amazônia, processos de deslocamento de comunidades tradicionais, uso insustentável de recursos hídricos e outras práticas insustentáveis (Costa, 2015; Gómez & Ricketts, 2013; Sauer & Pietrafesa, 2013).

Este cenário sugere fortemente que as bases institucionais dos países em desenvolvimento onde grande parte dos pequenos produtores da cadeia produtiva do óleo de palma se encontra, permitem que processos de MSI's como a RSPO e a RTRS tenham trajetórias diferenciadas daquelas originalmente postadas nas rodadas de certificação. Assim, as perguntas que se busca responder podem ser assim colocadas: A RSPO e a RTRS usam processos de certificação para obnubilar a insustentabilidade de suas operações na Amazônia? As especificidades da cadeia da palma de óleo e os impactos sociais sobre o mercado de terras da cadeia da soja estão incluídas nas rodadas de negociação da RSPO e da RTRS na definição de *standards* de sustentabilidade? Como as diversas performances do Capitalismo apontadas pela Teoria das Variedades do Capitalismo interferem no comportamento da RSPO e da RTRS em território amazônico?

## A Amazônia Brasileira e as empresas das cadeias de alimento

As MSI's que dão suporte aos processos de certificação na Amazônia credenciam certificadores, mas fundamentalmente tem nas ONG's, enquanto atores políticos (Morgan et al., 2015), os principais parceiros para não apresentar compliance em relação a *standards* de sustentabilidade social e ambiental. Explica-se. Embora a literatura veja no processo de definição dos *standards* a presença positiva das NGO's (Cheyens & Riisgaard, 2014) a prática dessas organizações em áreas amazônicas é dúbia e na maioria das vezes acaba por advogar os interesses das companhias certificadas que financiam através dos processos de certificação a operação das mesmas NGO's que atuam na certificação. Tanto na RSPO quanto na RTRS o comportamento de empresas certificadoras e NGO's são de reforço à camuflagem da insustentabilidade da operação das grandes empresas em relação ao atendimento dos *standards* relativos à sustentabilidade social e ambiental.

### *Palma de óleo*

A expansão do dendê na Amazônia Oriental do Brasil gerou um debate acadêmico em que a certificação é uma parte argumentativa dos propósitos expansionistas da cadeia do dendê. Interpretações econômicas e ambientais produzidas por especialistas buscam legitimar argumentos e análises que mostram o cenário positivo de expansão do cultivo de dendê na América Latina. Nestes argumentos e análises a conservação de áreas florestais ou reservas legais, variando de 50 a 80% na legislação brasileira; por exemplo, com espécies nativas ou exóticas, contribui para estabelecer um amplo limite de expansão. Como os *Elaeis guineenses* são considerados exóticos, a área plantada pode ser uma monocultura de palmeira, significando área de floresta.

Outra estratégia argumentativa é baseada na noção de áreas antrópicas e, portanto, não relacionada à perda de floresta, biodiversidade (Homma, 2014; Becker, 2010). Novamente, a monocultura se estabelece como padrão de produção dentro da cadeia alimentar. Ao contrário dos cenários de expansão positiva e das narrativas a favor da expansão, os especialistas demonstram que as estratégias discursivas baseadas na noção de “áreas antropizadas” favorecem o cultivo e buscam sujeitar as populações tradicionais da Amazônia ao trabalho assalariado (Nahum, 2014; Backhouse, 2013).

No Brasil, o caráter planejado e racional da expansão das lavouras é apoiado por uma política governamental denominada zoneamento agroecológico. Nele foram identificadas áreas desmatadas, permitindo avaliar a área potencial de expansão em 76 milhões de hectares, incluindo áreas desmatadas ou vegetação secundária. Portanto, a ameaça de floresta densa é mínima de acordo com os estudos resultantes dessa política. No entanto, a falta de monitoramento e a imprecisão técnica da definição dessas áreas é um fato reconhecido pelo governo brasileiro e é uma questão de debate entre autoridades governamentais e ONGs ambientais (Narrativa da Interpretação do Crescimento, 2015; Instituto Observatório Social, 2013).

O cultivo do dendê nessas áreas, então, justifica-se pelos argumentos técnicos e agronômicos já mencionados. Adicionado ao discurso sobre a dimensão social, representado pela inclusão de pequenos produtores, o argumento torna-se uma positividade do cultivo do dendê como uma estratégia para reduzir a pobreza e criar empregos. O discurso sobre o dendê tem uma origem sustentável e é facilmente incluído o objetivo da certificação: cultivo sem risco de perda de biodiversidade, juntamente com uma proposta de reflorestamento. Dezenas de outros indicadores estão sujeitos a ajustes e recomendações, como a redução do uso de pesticidas e a emissão de dióxido de carbono.

Ademais em conformidade com a legislação trabalhista e o Consentimento Prévio Livre, o CPF da convenção 169 é um dos elementos centrais do processo de certificação e é adotado pela RSPO (RSPO, 2016). Para os padrões definidos em cada certificação elaborada pelas cadeias de valor, existe o fluxo de processos a serem implementados. Os modos de certificação representam estratégias multifacetadas das empresas, para se adequarem aos padrões de certificação.

Quando se indica que a Certificação é um mercado significa dizer que além da vontade, responsabilidade compartilhada por diversos atores existem discursos construídos articuladamente expondo um produto sobre o qual um conjunto de especialistas com antecedência, através da certificação, atesta a qualidade do mesmo. Portanto, a ameaça de floresta densa é mínima de acordo com os estudos resultantes dessa política. No entanto, a falta de monitoramento e a imprecisão técnica da definição dessas áreas é um fato reconhecido pelo governo brasileiro e é uma questão de debate entre autoridades governamentais e ONGs ambientais (Narrativa da Interpretação do Crescimento, 2015; Instituto Observatório Social, 2013).

A RSPO como uma Global Certifier<sup>111</sup> destaca seus membros, bem como aqueles diretamente responsáveis por papéis específicos na elaboração de padrões de certificação (RSPO, 2014). O desenho da rede de governança transnacional apresentado pela RSPO não é trivial. Empresas, bancos, instituições de pesquisa e ONGs apoiam essa certificadora global no nível local no Brasil, como uma forma privada de regulamentação das cadeias de fornecimento de alimentos. A noção de rede fornece elementos descritivos dos vários segmentos e inter-relações dinâmicas em escala global e local. A RSPO, ao autorizar uma entidade privada a realizar processos de certificação em níveis locais, realiza um tipo de delegação de certificação (Castaneda e Trussart, 2016).

A IBD Certificações organiza seus clientes em 20 países e “desenvolve atividades de inspeção e certificação para os mercados de agricultura, processamento e extrativos, orgânicos, biodinâmicos e de comércio justo”. Na América Latina, um organismo certificador localizado no Brasil pode ser credenciado pela RSPO para realizar a certificação em seu nome. No site da empresa, nem os nomes nem a qualificação do seu corpo especializado estão disponíveis para consulta.

Existe, na biblioteca virtual, um exemplo de contrato que regula a relação entre esse certificador RSPO e as empresas. Embora o RSPO em seus dispositivos reguladores e de certificação apresente transparência como um elemento central; no contrato do IBD com as empresas existe uma cláusula de confidencialidade. Neste, destaca-se a proibição de divulgar diversas informações sobre processos de certificação, incluindo relatórios feitos em empresas. No entanto, é a documentação do prêmio submetida à certificadora RSPO que deve informar as outras partes interessadas e os consumidores sobre os processos de certificação e seus resultados.

Assim, quando o processo de certificação é implementado fora dos centros de decisão, ele se transforma em um processo para a consolidação de relacionamentos de exploração em áreas remotas. Nestas circunstâncias, a natureza e a qualidade dos padrões de certificação são modificadas. A falta

---

111 Ver a este respeito a lista de empresas, organizações membros, por ano e por país, que dá uma ideia da autoridade sobre a ordem de produção e ordem do consumidor no planeta. [http://www.rspo.org/members/page/?keywords=&member\\_type=&member\\_category=&member\\_country=](http://www.rspo.org/members/page/?keywords=&member_type=&member_category=&member_country=)

de transparência nas informações é tal que as empresas produtoras de óleo de palma nos cenários locais do Brasil são certificadas, mesmo quando violam sistematicamente os padrões de trabalho (Narrativa da Interpretação do Crescimento, 2015; Instituto Observatório Social, 2013).

## *Soja*

A partir do final da década de 90 e início dos anos 2000, a região do Baixo Amazonas, mais precisamente os municípios de Santarém e Belterra, passou a experimentar um novo processo de ocupação do espaço baseado na agricultura mecanizada de grãos. A maioria do cultivo de soja na Amazônia ocorre na região desses municípios da bacia do rio Tapajós. Adentrar a Amazônia, na região da bacia do rio Tapajós, onde se localizam as empresas que são as compradoras da soja produzida ali, e também são membros da RTRS, é adentrar em um espaço Polanyliano. As transformações ocorridas desde a chegada das empresas no começo dos anos 2000 modificaram drasticamente tanto o ambiente urbano quanto o rural.

As transformações são intensas e com uma frequência sem precedentes, aumentando entre 2011 e 2013 a produção em 62% (Sauer & Pietrífesa, 2013). Esse aumento significou para as comunidades tradicionais que ocupam secularmente a área e para os agricultores familiares que baseavam sua produção em práticas sustentáveis um dano de difíceis prognósticos. Em 2017 houve um crescimento de cerca de 20,6% na produção de soja na região (IBGE, 2017). De julho de 2017 a janeiro de 2018, período das viagens de campo à região, a forma como agentes do agronegócio, empresas e ONG's se robusteceram em contraponto aos indivíduos chave na cadeia de suprimentos da soja na região foi impressionante.

A entrada do cultivo da soja no espaço amazônico resultou de um avanço da fronteira agrícola que teve no modelo de desenvolvimento dos anos 2000 no Brasil a possibilidade de instalar o agrobusiness na região amazônica (Sauer & Mezaros, 2017; Baletti, 2014; Hetch, 2005). A transferência de terras originada pela mudança de tecnologias de acesso e uso permitiu que o acesso a estas terras se realize com menor custo (Costa, 2017). As empresas também identificaram vantagens comparativas como a economia no uso de fertilizantes, considerando-se o teor de fósforo no solo da bacia do Tapajós



e as jazidas de calcário dolomítico, utilizado na correção da acidez do solo amazônico e a logística promovida pelas ações do governo como o porto de Santarém, a hidrovía Teles Pires-Tapajós, a pavimentação da rodovia BR-163 que liga a região produtora de soja no estado de Mato Grosso ao porto de Santarém. A região apresenta uma forte contenda pela posse da terra dada a existência anterior à expansão da fronteira agrícola de agricultores familiares que se caracterizavam pela produção familiar.

A chegada da soja potencializou o *land grabbing* moderno resultante do neoextrativismo que ocorre nessa região da Amazônia (Baletti, 2014) dado que estas famílias foram confrontadas com uma pressão para a venda de suas propriedades numa estratégia de desenvolvimento em que o Estado brasileiro optou por apoiar as companhias de produção e compra de soja como a Cargill, Bunge, Archer Daniels Midland, Louis Dreyfuss para que se estabelecessem na região amazônica. Este movimento foi dirigido por uma “coalizão” entre NGO’s, governo e Companhias Transnacionais que viram na dinâmica de mudança das políticas de desenvolvimento, uma janela para adentrar sem maiores controles regulatórios, em áreas que pertenciam a comunidades e povos tradicionais e eram protegidas pela legislação brasileira como Unidades de Conservação.

Como exemplo tem-se a rodovia que liga a região central do Brasil à Amazônia, que é um corredor marcado pelo desmatamento promovido pela soja, passando a se constituir em áreas onde a agricultura mecanizada substituiu as práticas de sustentabilidade dos povos tradicionais que ocupavam essas áreas. O resultado da ação da soja nessa região é o desmatamento, o *land grabbing*, a intensificação da degradação dos sistemas de vida pelo uso de pesticidas, a subtração dos direitos dos povos tradicionais (Mighty Earth, 2018; New York Times, 2017; Baletti 2013; Bickel & Dros, 2003).

A análise dos procedimentos de certificação das empresas membro da RTRS demonstra a falibilidade da imposição de *standards* que são desconectados da dinâmica territorial de áreas amazônicas. As empresas apresentam rigores de auditoria que não permitem identificar as incoerências e para o consumidor presta informação incompleta sobre a realidade dos espaços amazônicos. A imposição destes *standards* e dos processos eivados de incoerências, como por exemplo a camuflagem de processos de insustentabilidade na cadeia

(Moneva et al., 2006), fazem da certificação da soja nos espaços amazônicos um problema de difícil solução dada a maciça publicidade que as MSI's fazem acerca da sustentabilidade desses processos.

Assim, a RSPO e a RTRS são, juntamente com as empresas que utilizam sua certificação, as responsáveis por grande parte do desmatamento na região amazônica e responsáveis também pela instalação de uma dinâmica acelerada onde as janelas de oportunidade promovidas pela variedade de capitalismo instalada na região induzem aos efeitos sociais e ambientais perversos da produção de commodities sob a legitimação da MSI's.

## Referências

- ALTVATER, E. (1993): **Ilhas de sintropia e exportação de entropia:** custos globais do fordismo fossilístico. Cadernos do NAEA, nº 11, 3-54.
- AULD, G., RENCKENS, S., & CASHORE, B. (2015): **Transnational private governance between the logics of empowerment and control.** *Regulation & Governance*, v. 9. n.2, 108-124.
- BALETTI, B. (2014): **Saving the Amazon? Sustainable soy and the new extractivism.** *Environment and Planning A*, 46, 5-25.
- BARRY, M., CASHORE, B., CLAY, J., FERNANDEZ, M., Lebel, L., Lyon, T., Maleet, P., Matus, K., Melchett, P., Vandenberg, M., Vis, J. K., & Whelan, T. (2012): **Toward sustainability: the roles and limitations of certification, final report. Prepared by the Steering Committee of the State-of-Knowledge Assessments of Standards and Certification,** Washington.
- BARTLEY, T. (2010): **Certification as a mode of social regulation** **Jerusalem Papers in Regulation & Governance.** Jerusalem Forum on Regulation & Governance Working, Caderno 25.
- BENATTI, J. H. (2003): **A soja na Amazônia e o ordenamento territorial. In: Seminário: a geopolítica da soja na Amazônia.** Anais. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.

- BICKEL, U. & DROS, J. M. (2003): **The Impacts of Soybean Cultivation on Brazilian Ecosystems.** WWF Forest Conversion Initiative, 2-33.
- BOEREMA, A., PEETERS, A., Swolfs, S., Vandevenne, F., & Jacobs, S.; (2016): **Soybean Trade: Balancing Environmental and Socio-Economic Impacts of an Intercontinental Market.** PLOS ONE 11(5): e0155222.
- BOSCHI, R., & GAITAN, F. (2008): **Intervencionismo estatal e políticas de desenvolvimento na América Latina.** Cad. CRH, Salvador, v. 21, n. 53.
- CAFFAGI, F., & PISTOR, K. (2016): **Regulatory capabilities: a normative framework for assessing the distributional effects of regulation.** Regulation & Governance. v. 9, 95-107.
- CASHORE, B. (2002): **Governance systems gain rule-making authority.** Int J Policy Admin Inst. v. 15, n.4, 503-529.
- CERVO, A. L. (2001): **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas.** Brasília: IBRI. 220p.
- CHEYNS, E., & Riisgaard, I. (2014): **The exercise of power through multi-stakeholder initiatives for sustainable agriculture and its inclusion and exclusion outcomes.** *Agriculture and Human Values.* v. 31, n.3, 409-423.
- CHEYNS, E., & Riisgaard, I. (2012): **123 plantations in Indonesia.** *Agriculture and Human Values,* v. 29, n. 3, 361-370.
- CHEYNS, E. (2011): **Multi-stakeholder initiatives for sustainable agriculture:** limits of the inclusiveness paradigm. London: Palgrave.
- CLAPP, J. (2015): *Food Security and International Trade: Unpacking Disputed Narratives.* Rome: FAO. Background Paper for The State of Agricultural Commodity Markets. Rome, FAO.
- CLAPP, J., & Scrins, G. (2016): *Big Food, Nutritionism, and Corporate Power, Globalizations.*

- COGLIANESE, C., & Nash, J. (2001): Regulating from the Inside: can Environmental Management Systems Achieve Policy Goals? In: **The Theory of Economic Regulation**. Bell Journal of Economics. n. 2, 3-21.
- COSTA, F. A. (2017): Dinâmica fundiária na Amazônia: concorrência de trajetórias, incertezas e mercado de terras. In: Maluf, R. S.; Flexor, G. (orgs). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. 1ed. Rio de Janeiro: E-papers. V.1. 52-71.
- COSTA, S. M. G. (2015): **Sojicultura e mercado de terras na Amazônia**. R. Pol. Públ., São Luís, v. 19, n. 1, 173-185, jan./jun.
- DINIZ, E. R. (2010): **Estado, variedades de capitalismo e desenvolvimento em países emergentes**. Desenvolvimento em Debate.
- DOCTOR, M. (2010): Is Brazilian Capitalism at an Institutional Equilibrium?: **A varieties of capitalism approach**, Desenvolvimento em Debate.
- FERREIRA, V. A., SANTANA, A. C., & Oliveira, C. M. (2016): **Os fatores de repercussão da cadeia produtiva do dendê no desenvolvimento local do Baixo Tocantins**. Desenvolvimento e Meio Ambiente.
- FOLEY, J. A., RAMANKUTTY, N., BRAUMAN, K. A., Cassidy, E. S., Gerber, J. S., Johnston, M., & Mueller, N. D. (2011): **Solutions for a cultivated planet**. Nature, 478(7369): 337-342.
- GARNETT, T., APPLEBY, M. C., BALMFORD, A., Bateman, I. J., Benton, T. G., Bloomer, P., & Burlingame, B. (2013): **Sustainable intensification in agriculture: premises and policies**. Science, 341(6141): 33-34.
- GOETZ, A. (2013): **Private governance and land grabbing: the Equator principles and the roundtable on sustainable biofuels**. Globalizations, n. 1, 199-204.
- GÓMEZ, M. I., & RICKETTS, K. D. (2013): Food value chain transformations in **Developing countries: Selected hypotheses on nutritional implications**. Food Policy. V. 42. 139-150.

- HALL, P. A., & SOSKICE, D. (2001): **Varieties of capitalism: the institutionalist foundations of comparative advantage.** Oxford: Oxford University Press.
- HECHT, S. B. (2005). **Soybeans, development and conservation on the Amazon frontier.** *Development and Change*, 36(2), 375-404.
- KHOTE, M. (2014): **Multi-stakeholder initiative governance as assemblage:** Roundtable on Sustainable Palm Oil as a political resource in land conflicts related to oil palm plantations, *Agriculture and Human Values*, n. 31, 469-480.
- MAESTRE, M., POOLE, N., & HENSON, S. (2017): **Assessing food value chain pathways,** linkages and impacts for better nutrition of vulnerable groups. *Food Policy*, V. 68, 31-39.
- MONEVA, J. M., ARCHER, P., & CORREA, C. (2006): **GRI and the camouflaging of corporate unsustainability.** *Accounting Forum*, 30 (2), 121-137. Florida, EUA.
- MORGAN, G. (2015): **Elites, Varieties of Capitalism and the Crisis of Neo-Liberalism.** In: *Elites on Trial*. Published online: 55-80.
- MUTERSBAUGH, T. (2005): **Fighting standards with standards:** harmonization, rents, and social accountability in certified agrofood networks, *Environment and Planning*, v. 37, n. 11.
- NAHUM, J. S., & BASTOS, C. S. (2014): **Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense.** *CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária*, v. 9, n. 17, 469-485.
- PONTES, S., & CHEYNS, E. (2013): **Voluntary standards:** expert knowledge and the governance of sustainability networks. *Global Networks*.
- SAUER, S., & PIETRAFESA, J. P. (2013): **Novas fronteiras agrícolas na Amazônia:** expansão da soja como expressão das agroestratégias no Pará. *ACTA Geográfica*. vol. 7, 245-264.
- SCHNEIDER, B. R. (2009): **Comparing capitalisms:** liberal, coordinated, network and hierarchical varieties.

- SILVA-CASTAÑEDA, L. (2012): **A forest of evidence: third-party certification and multiple forms of proof: a case study of oil palm.**
- STEWART, C. (2007): From colonization to “environmental soy”: A case study of environmental and socio-economic valuation in the Amazon soy frontier. **Agriculture and Human Values.** 24: 107.
- TANNER, B. (2000): **Independent assessment by third-party certification bodies.** Food Control. n. 11, 415-417.
- TATE, J. (2001): National Varieties of Standardization, In: Peter, A.; Soskice, H. **Varieties of Capitalism: the Institutional Foundations of Comparative Advantage.** New York: Oxford University Press.
- VOGEL, D. (2010): The private regulation of global corporate conduct. *Business and Society*, v. 49, n. 1, 68-87.
- WILKINSON, J. (2011): **From Fair Trade to Responsible Soy: Social Movements and the Qualification of Agrofood Markets.** *Environment and Planning. A* 43: 2012-2026.

# Imaginarios de naturaleza y conservación en la transformación del paisaje vallecaucano (1950 -1970)

Carmen Cecilia Rivera<sup>112</sup>

Luis Germán Naranjo<sup>113</sup>

## Introducción

Puede afirmarse que la historia ambiental está en su infancia, comparada con otras disciplinas, a pesar de la gran cantidad de información que existe acerca de las grandes transformaciones que han sufrido distintas regiones. Esto es particularmente cierto para el norte de Suramérica, en donde la sucesión de procesos de ocupación de tierras, los encuentros interculturales, las dinámicas socio-ecológicas impulsadas por procesos que enlazan diferentes geografías y, desde luego, los impulsores macroeconómicos de escala global se suceden unos a otros sin que haya habido un esfuerzo suficiente para interpretarlos.

Un ejemplo evidente de esta carencia es el de la modificación antropogénica a gran escala del alto valle del río Cauca en Colombia. Esta planicie aluvial, que abarca aproximadamente 420.000 hectáreas por debajo de 1000 m de elevación, se extiende, de sur a norte, entre los municipios de Santander de Quilichao, en el Departamento del Cauca, hasta el municipio de la Virginia en el Departamento de Risaralda.

Después de permanecer marginado de los primeros intentos de articulación con los mercados globales posteriores a la guerra de independencia - en virtud de su relativo aislamiento geográfico, por estar separado de las vías de acceso al mar Caribe y al océano Pacífico (Palacio, 2006) - este valle sufrió una de las más rápidas transformaciones intencionales enmarcada en la saga del desarrollo modernista. Su fisonomía que estuvo dominada entre el siglo

---

112 Universidad Autónoma de Occidente, ccrivera@uao.edu.co

113 WWF Colombia, lgnaranjo@wwf.org.co

XVI y finales del siglo XIX por pasturas dedicadas a la ganadería extensiva, entremezcladas con remanentes de ecosistemas naturales (principalmente humedales y bosques inundables) y agroecosistemas diversos, fue modificada bruscamente entre 1950 y 1970, con la implementación en gran escala del modelo agroindustrial de desarrollo de la posguerra, en el cual el cultivo de la caña de azúcar fue protagonista (Márquez, 2001).

A pesar del enorme impacto ambiental, social y económico de esta transformación y de su importancia para el desarrollo reciente del país, hasta el momento en el cual iniciamos esta investigación no existía una visión de contexto que permitiera establecer las relaciones entre los acontecimientos que dieron lugar a esos procesos e identificar elementos de análisis para circunstancias posteriores.

En este trabajo buscamos llenar este vacío a través de la reconstrucción sociohistórica de las transformaciones del paisaje y la interpretación de los imaginarios subyacentes comprendidos dentro del proceso de significación y resignificación de la naturaleza y la conservación y de las relaciones de poder que hicieron posible dicho cambio.

## **Historia de unas preguntas**

Aunque no nacimos en la planicie vallecaucana, ambos crecimos en hogares situados en ciudades no muy distantes de ella. Los centros urbanos de la vertiente oriental de los Andes centrales, en el llamado eje cafetero de Colombia, miran hacia este valle feraz. Esta circunstancia de lugar, sumada a nuestro trasegar durante varias décadas por la región, nos hizo tener conciencia del reemplazo de un paisaje dominado por dehesas, mosaicos agrícolas de soya, millo, maíz, frijol y algodón, extensos humedales y manchas de bosque, a un interminable mar de caña de azúcar. De una larga secuencia de pueblos perezosos a través de los cuales se desplazaba una carretera somnolienta, a una autopista de varios carriles en donde el tráfico rápido es interrumpido a trechos por los trenes cañeros. Y de una sociedad pueblerina, rural y próspera, a una especie de ciudad-región en la que se hacen cada vez más evidentes las diferencias sociales.



La sedimentación de este cambio vertiginoso nos llevó a preguntarnos, no solamente cómo había tenido lugar ese proceso en tan breve lapso, sino también cuáles fueron sus impulsores. Sabíamos de antemano, que, por su relativo aislamiento geográfico, el alto valle del río Cauca estuvo marginado de los principales procesos de desarrollo del país durante siglos. Y tampoco era un secreto que, al igual que muchos otros paisajes productivos, este valle había sufrido la mayor transformación de su composición y estructura a partir de la época inmediatamente posterior a la segunda guerra mundial. Lo que no estaba claro eran los detalles de cómo este fenómeno había tenido lugar en este entorno ni por qué, en el transcurso de unas pocas décadas, la sociedad vallecaucana había aceptado, promovido e interiorizado un cambio tan drástico de las dinámicas socio-ecológicas de la región.

Para aproximarnos a la solución de estos interrogantes, un primer paso era intentar la reconstrucción de la secuencia temporal de transformaciones en los patrones de uso de la tierra en la región durante el período considerado. Para ello, consultamos múltiples fuentes documentales, incluyendo estadísticas agropecuarias y demográficas, otros recuentos históricos, informes oficiales, el archivo fotográfico del Valle del Cauca y archivos de prensa de la época. Como la mayor parte de los cambios en el medio ambiente a escala regional afectaron el paisaje rural, restringimos la búsqueda a éste, limitando las referencias a centros urbanos a aquellos fenómenos que canalizaron el cambio general de los ecosistemas.

A pesar de su riqueza, esta reconstrucción de la secuencia temporal de cambios en el paisaje no aportaba mayores elementos a la resolución de nuestras preguntas básicas. Por esta razón, al advertir esa limitación vislumbramos varios grandes conjuntos adicionales de interrogantes, cada uno de los cuales configuró una nueva ruta de indagación.

La primera de ellas surgió de preguntarnos hasta qué punto un cambio tan drástico en la relación de la sociedad con su entorno fue un proceso deliberado, promovido desde esferas de poder. Desde un comienzo teníamos evidencias que sugerían que los imaginarios dominantes que condujeron a modificaciones observables en el paisaje tenían intereses de índole económica con una visión homocéntrica. Sin embargo, sabíamos también de la existencia, en el período considerado, de discursos que cuestionaron

el uso indiscriminado de los recursos y se opusieron al manejo netamente economicista de la naturaleza, creando una tensión en cuyo centro se ubican los modelos dominantes de desarrollo.

Abordamos entonces nuestro análisis de estas tensiones a partir de la noción técnica de campo de Bourdieu (Bourdieu y Wacquant, 1995), delimitando el campo desde las relaciones entre procesos económicos, políticos y sociales subyacentes a la transformación del paisaje rural. Adicionalmente, identificamos los agentes e instituciones involucrados en estos procesos y para cada uno de ellos seguimos su trayectoria e identificamos elementos de naturaleza y conservación en sus discursos. Por último, precisamos la estructura del campo, a través de la identificación de las posiciones y las disposiciones de los agentes e instituciones en el establecimiento de relaciones de poder.

Esta indagación nos condujo entonces a la búsqueda de registros de dichos procesos en los medios. En el contexto social de la época, los medios fueron importantes promotores de un desarrollo entendido como un incremento del capital económico en el que el costo ambiental de la homogenización del paisaje y las luchas individuales de poder por el enriquecimiento que este escenario promisorio engendraba, eran justificadas bajo el altruista objetivo de promover el bienestar de la región.

Tomamos para ello una muestra estratificada al azar de 252 ediciones del diario “El País” de la ciudad de Cali (12 periódicos por año) para el período considerado, para rastrear las noticias sobre el medio ambiente rural vallecaucano publicadas entre 1950 y 1970. Un equipo de tres estudiantes de Comunicación Social, adscritas a nuestro proyecto a través del “Semillero de investigación” de la Universidad Autónoma de Occidente, revisó los periódicos transcribiendo cada una de las noticias que hicieran referencia a temas de medio ambiente rural, naturaleza y conservación, identificando las fuentes, las problemáticas planteadas, las inferencias presentes y otras variables.

Teniendo en cuenta el papel de la educación formal en el proceso civilizatorio, una tercera línea de indagación consistió en analizar documentos de instituciones educativas que fueron claves en la región en la época en cuestión y que de una manera u otra contribuyeron a la configuración del

paisaje moderno del Valle del Cauca. Además, hicimos un análisis de textos escolares en las áreas de ciencias naturales. Sospechábamos que la idea de orden inherente a la alianza entre conocimiento científico y crecimiento económico, propios de la época modernista, debieron haber estado presentes en el lenguaje pedagógico con el cual se educaron las generaciones que estaban creciendo mientras la transformación del paisaje vallecaucano tomaba forma. Por ser muy recurrente la alusión en estas fuentes a la educación moderna como pilar de esta transformación, invitamos al grupo a una investigadora de este tema<sup>114</sup>.

Por último, emprendimos una recopilación de historia oral temática a través de una serie de entrevistas semi-estructuradas a personajes nativos del sur y el centro de la región estudiada y cuya edad, al momento de la entrevista, era de 60 a 91 años. De esta forma, sus respuestas a la entrevista recogen experiencias de primera mano acerca del proceso de transformación del paisaje vallecaucano ocurrido entre 1950 y 1970, pues todos ellos ya eran adultos para la época del cambio. Sus interpretaciones de este y sus evocaciones de distintos espacios a partir de su historia de vida fueron elementos centrales de investigación, especialmente en lo que respecta a la reconstrucción de los imaginarios de naturaleza subyacentes a la transformación del paisaje.

Para entender cómo se entrelazaban fuentes tan diversas de información y cómo se podía interpretar esta historia, fue necesario emprender otras búsquedas, esta vez de índole teórico y metodológico. De esta manera se destacan los conceptos de territorio, de imaginarios, de naturaleza y conservación, cuya discusión enmarca la interpretación de este trabajo desde el punto de vista del lugar. En suma, el análisis socio - histórico de los imaginarios<sup>115</sup> nos dio las herramientas para hacer una lectura de poder relacional que explicara un cambio tan radical en tan poco tiempo. Los modelos de análisis crítico del discurso nos desvelaron las intenciones contenidas tanto en la información mediática como educativa y la etnografía testimonial nos ofreció la posibilidad de abordar un grupo de la población, testigo de ese cambio.

---

114 Ana María Duque, co-autora del libro en el cual se basa este artículo.

115 Establecido desde las categorías de Uso y evocación propuestas por Silva, que corresponden a las relevancias y opacidades en la clasificación de Juan Luis Pintos

Nuestra indagación, más que hacerse preguntas sobre las razones del cambio de paisaje en la planicie vallecaucana, lo que se propuso fue comprender la manera cómo las diferentes interacciones ocurridas en nuestro territorio lo promovieron y naturalizaron hasta el punto de no reparar, aún hoy en día, en sus efectos nocivos.

## Un sitio, diferentes lugares

Aunque la noción de territorio involucra un espacio físico e histórico y por lo tanto sujeto a las interacciones humanas que lo construyen y re-construyen material y simbólicamente (Godelier, 1989), “...ordenándolo, interpretándolo, y jerarquizándolo en función de sus necesidades y creencias” (García, en UAESPNN, 2001), lo que se destaca de este proceso en la región estudiada es la desmedida velocidad que no dio tregua y que arrasó con las formas orgánicas de explotación económica y organización social, como resultado de la aplicación de un diseño tecnológico productivo, creado en laboratorios foráneos<sup>116</sup>, a una realidad todavía pastoril.

¿Cómo sucedió esto en tan poco tiempo? La novela *María* de Jorge Isaacs, publicada en 1867, evoca un paisaje conformado por grandes haciendas dominadas por la ganadería extensiva, en las que solo una pequeña porción de la tierra estaba dedicada a la agricultura de pancoger (Holton, 1852, p. 446). El resto del paisaje contenía aún extensiones significativas de coberturas que databan al menos de la época de la conquista española. Isaacs lo relata diciendo: “...cruzaba planicies alfombradas de verdes gramales, regadas por riachuelos cuyo paso me obstruían hermosas vacadas que abandonaban sus sesteaderos para internarse en las lagunas o en sendas abovedadas por pisamos e higueros”.

---

116 La Revolución Verde fue el paradigma de la agricultura moderna, dentro de la estrategia de apoyo a los países del tercer mundo, basada en la transferencia tecnológica, con el fin de aumentar la participación en la oferta agrícola mundial. Consistió en la aplicación, a mediados del siglo XX, de un conjunto de tecnologías, el abastecimiento controlado de agua y la mejora del aprovechamiento de la humedad, los fertilizantes y plaguicidas y las técnicas de gestión en pro de la rentabilidad económica. La transferencia tecnológica se apoyó para su divulgación en los medios de comunicación, especialmente la radio y en estrategias educativas que promovieron un conocimiento planificado desde fuera de la realidad campesina (Buttel, 1995).

La intervención humana en el valle geográfico del Río Cauca, anterior a la novela de Isaacs, podía evidenciarse entonces por los cambios relacionados con el poblamiento indígena, hace 10.000 años más o menos<sup>117</sup> y por la apertura de pasturas por parte de los españoles en el siglo XVI. Aún al inicio de la década de 1950 que es la que nos ocupa, su aspecto conservaba las características descritas por Isaacs en su novela. Sin embargo, ya era conocida la deforestación ocasionada por la movilización, en su época, de los barcos de vapor y por la arquitectura colonial, lo que no perturbaba todavía la regulación natural del sistema fluvial de la región compuesto por extensos humedales y madrevejas que conformaban las zonas anegadizas del Río Cauca y sus tributarios.

Dice Castoriadis (1986, p. 69) que la sociedad es una construcción que crea su propio mundo y cuya identidad es el sistema de interpretación que lo regula. Ese orden simbólico se nutre de lo imaginario y de esta manera prefiguramos nuestra realidad atendiendo también a la manera como entendemos los objetos (Littlejohn, 1996). Vemos pues cómo en la transformación del paisaje del valle geográfico del Río Cauca se expresan las relaciones entre la sociedad y su espacio ecosistémico y en ellas, conviven la tensión y el equilibrio entre la presión social que busca legitimación sobre lo imaginario y la resistencia que motiva (Durand, 1971).

La transformación radical del valle se vislumbra así en el imaginario de la modernidad, caracterizado por la exagerada racionalización de la economía, por la eficacia y lo instrumental y sobre todo por la dominación de la naturaleza proveedora de todos los bienes. El progreso y el bienestar económico, aislados de sus consecuencias, empezaban a hacerse visibles. Uno de los antecedentes más importantes ocurrió en 1930, con la visita de la Misión Chardon, que preparó el camino para la tecnificación del agro en la región: dio pautas para el avance tecnológico de los ingenios, instruyó sobre otros cultivos y destacó la ganadería. Pero lo que marcó el auge de la expansión azucarera fue la sustitución de las dos variedades de caña tradicionales por cepas nuevas. Para la época, el conocimiento científico empezaba su predominio.

---

117 Esta cantidad de años está calculada con base en el hallazgo de una punta de proyectil de marfil asociada a restos óseos de un mastodonte del género *Stegomastodon* en el municipio de Toro hace 9.790 años (Rodríguez, C. 2002, pp 28-29)

Esta visita hizo parte de un nuevo enfoque en la economía regional alentado por la creación de la Secretaría de Industrias del Valle y de la estación agrícola del municipio de Palmira, que entre 1933 y 1954 desarrollaron algunas variedades de caña adaptadas a diferentes tipos de suelo y condiciones de siembra y fomentaron los cultivos de tabaco, café, algodón y arroz. Al mismo tiempo, hacia 1940, se inicia la mecanización de la producción azucarera con el uso frecuente de tractores y el reemplazo de la producción de panela y de panes de azúcar por azúcar centrifugada. Un modelo de producción con estas características requirió de cambios políticos y sociales que trajeron como consecuencia violencias de toda índole. El campo se fue despoblando de campesinos que migraban a las ciudades profundizando las inequidades.

Para mediados del siglo XX tales iniciativas constituyeron un modelo de ordenamiento del territorio basado en el uso intensivo del espacio y en la concentración de la propiedad privada a expensas del desplazamiento campesino. En estas condiciones la región recibió otra visita, esta vez en 1949. Una misión del Banco Interamericano de Reconstrucción y Fomento (BIRF, hoy Banco Mundial) cuyo líder fue Lauchlin Currie, acompañado de 14 expertos internacionales y un equipo colombiano, diseñaron un programa de desarrollo para el país que sentó las bases económicas y sociales para la implementación en el Valle de Cauca de un plan de adecuación de tierras sin precedentes.

Cinco años pasaron hasta la llegada de David Lilienthal a la región, en 1954. Él y su equipo se encargaron de realizar una prospección del suroccidente colombiano que fue la hoja de ruta de la Corporación Regional Autónoma del Valle del Cauca CVC, creada en ese mismo año. Lo que hicieron fue aplicar los principios de la Revolución Verde en Colombia, los cuales habían sido implementados con éxito por el mismo Lilienthal en el valle de Tennessee. Señalaron la necesidad de controlar las aguas para regar las tierras cultivables, controlar las inundaciones para asegurar mayor extensión de terrenos productivos, mejorar la electrificación rural e incrementar las pasturas para ganado en la zona de ladera y así dejar la planicie para la agricultura. En 20 años, el 78% de los humedales ribereños fueron desecados y el área cultivada en la planicie se triplicó (CVC, 2004).

La adopción del modelo de desarrollo de la posguerra por parte de las élites vallecaucanas con el propósito de reducir la pobreza, asimilada ésta a carencias (Escobar, 1995), impuso un imaginario de paisaje basado en la ciencia entendida como único conocimiento y en el rendimiento económico que arrasó creencias y conocimientos campesinos. En tan solo veinte años la ganadería extensiva, los ingenios paneleros y los sistemas agroforestales de subsistencia, fueron reemplazados por la agricultura tecnificada. Agroquímicos y máquinas produjeron cosechas comerciales de maíz y frijol primero, después de soya, sorgo y algodón para terminar en el monótono paisaje de la caña de azúcar. El radical distanciamiento entre el ser humano y la naturaleza se aferraba al imaginario utilitarista, que desde el advenimiento de la hegemonía del conocimiento científico, gravitó sobre ésta última.

## **Voluntades dispuestas**

El paisaje se transformó. Pero es evidente que el cambio fue intencional y que dada su rapidez requirió de ciertas decisiones conflictivas entre quienes se disputaban la tenencia de la tierra. En esta historia se entremezclan los intereses de los terratenientes, de la nueva burguesía industrial y de los campesinos que fueron los grandes derrotados. Como telón de fondo se crean organizaciones para promover y afianzar los nuevos rumbos, se tejen alianzas políticas y económicas que se mueven entre las buenas intenciones del bienestar colectivo y el individualismo del enriquecimiento personal. La aproximación a estos conflictos la hicimos desde el concepto de campo (Bourdieu y Wacquant, 1995) el cual nos permitió describir e interpretar la estructura de las relaciones de poder que nos conminaron a vivir en un nuevo orden: El de la naturaleza como un objeto autónomo, independiente de la sociedad y la cultura e invisibilizada como condición vital de nuestra permanencia en la tierra (Serje, 2002).

Primero fueron los enfrentamientos entre terratenientes y campesinos cuyo imaginario de naturaleza productiva, coincidía. El derecho a la tierra y su usufructo motivó reformas agrarias que poco consiguieron mejorar la condición de vida de los más pobres. Mientras tanto, se formaba académicamente en el país una generación que dinamizó las nuevas tecnologías agrícolas, provenientes del conocimiento científico y arraigadas en la concepción de la

realidad en términos de utilidad y cálculo en dónde el número aparentemente reemplaza al mito (Maffesoli, 1976). Dotados del capital económico y social necesario y con un capital cultural en proceso, estos jóvenes consiguieron tener el control del poder político para movilizar decisiones sobre inversión y para crear instituciones que legitimaran e implementaran las acciones de planificación para el desarrollo, ya descritas.

La orientación de los individuos más influyentes en esta transformación es diversa. Lo que es compartido por todos son los capitales que los hacen poderosos. Es decir, el poder económico, el reconocimiento social y la educación, fueron atributos comunes. La idea de un proceso modernizador centrado en el enriquecimiento fue el motor de algunos de ellos para dinamizar la industria y sembrar la semilla del capitalismo agrícola. Este emprendimiento tuvo muchas resistencias teniendo en cuenta que esta era una región principalmente ganadera. Los terratenientes más conservadores se opusieron pero finalmente cedieron al comprobar la rentabilidad del cambio. Estas estrategias innovadoras fortalecieron el advenimiento de una burguesía agrícola-industrial que fue la que en últimas consolidó la transformación del paisaje del valle geográfico del Río Cauca.

Por otro lado, se destaca el trabajo en equipo de un grupo poderoso de vallecaucanos que en la implementación de las estrategias para el desarrollo, priorizaron lo que hoy conocemos como seguridad alimentaria<sup>118</sup>. Esto se evidencia en la búsqueda planificada y estratégica que hicieron con el fin de diversificar los sistemas rurales de producción, mejorar las condiciones económicas de los campesinos y cuidar el ambiente. La posición asumida por estos personajes es paradójica. De un lado, es clara su afiliación capitalista y su interés por no poner límites al crecimiento económico. De otro lado es genuina su preocupación por los campesinos más pobres, carentes de capacidad de crecimiento.

En este abanico sobresalen también aquellos que desde su gestión política impulsaron la creación de instituciones que gestionaran e implementaran el desarrollo como es el caso de la creación de la Corporación Autónoma

---

118 Según la definición de la Food and Agriculture Organization (FAO): “Existe seguridad alimentaria cuando todas las personas tienen en todo momento acceso físico y económico a suficientes alimentos inocuos y nutritivos para satisfacer sus necesidades alimentarias”



Regional del Valle del Cauca CVC. Esta fue una organización que reflejó el imaginario de la nueva burguesía vallecaucana y gozó, gracias a su autonomía, del poder necesario para emprender una transformación de tal envergadura. La creación de la CVC es un ejemplo de los mecanismos implementados por tales agentes para legitimar las acciones diseñadas para el cambio.

Corporaciones, sociedades, asociaciones, institutos educativos, universidades locales, centros de desarrollo tecnológico extranjeros, centros de experimentación nacionales, todas estas fueron las formas que tomó la institucionalidad para negociar el cambio y defender los intereses en juego. También para controlar las resistencias más radicales provenientes de esos otros agentes huérfanos de capitales pero con el poder de la experiencia y del arraigo a la tierra como fueron los campesinos que, en el Valle del Cauca, se asocian con dos tendencias según su origen: la de montaña, resultado de la colonización motivada por la oferta de terrenos baldíos y la de la planicie, más antigua en su consolidación y vinculada con los terratenientes y los medianos propietarios (Valencia y Londoño, 1994).

Los campesinos fueron entonces los otros agentes implicados. Su posición es subordinada frente a los terratenientes y la burguesía. En esta agitación de mediados del siglo XX empezaron a ser vistos como una amenaza al capital económico de los dominantes, pero al mismo tiempo como la mano de obra necesaria para la explotación y producción de la tierra. Despojarlos y mantenerlos en condición de asalariados fue la solución viable para el desarrollo. A su alrededor también se gestionaron organizaciones, mayoritariamente religiosas, que buscaban apoyar sus reivindicaciones y algunas otras, que bajo este simulacro, buscaban neutralizar su poder. En últimas, fueron los grandes perdedores. Despojados de sus tierras y de sus conocimientos, perdieron su autoestima y su identidad en los grandes cinturones urbanos de miseria.

Mientras estas iniciativas tenían lugar a toda velocidad, el sistema educativo y el sistema de información de la región se tomaron su tiempo y prepararon, desde finales del siglo XIX, el contexto del cambio. La cobertura educativa se amplió e intensificó la presencia de las escuelas en las zonas rurales a través de las cuales estigmatizó el conocimiento vernáculo y de paso promovió el imaginario del campesino inculto y atrasado para movilizar en su lugar, un modelo educativo afín con el proyecto modernizador. La cultura

y los valores transmitidos fueron eminentemente urbanos. Formar personas con habilidades y conocimientos necesarios para el desarrollo económico del país, resultó en nuevas generaciones formadas para el trabajo y para la replicación de esta nueva concepción del mundo (Parra - Sandoval, 1996, p. 3).

En el análisis de los discursos educativos, contenidos en libros de textos escolares, que circularon entre 1950 y 1970, es evidente la legitimación del imaginario utilitarista de la naturaleza y de su posición subordinada, así como el posicionamiento del conocimiento científico como el único legítimo. Encontramos, por ejemplo, que el conocimiento sobre la naturaleza se construyó desde la perspectiva exclusiva de las ciencias naturales<sup>119</sup>, las ciencias exactas y la tecnología. Conocimientos éstos, provenientes de entornos culturales ajenos.

Sin embargo, algunos textos revisados, matizan la apología al instrumentalismo con expresiones nostálgicas de una relación más íntima con la naturaleza: *“...el mismo escritorio sobre el cual escribo fue un árbol... su ramaje era verde y frondoso...un día llegó el aserrador y lo echó a tierra... esta noche cuando me recoja a dormir me parece que voy a soñar con el riss... riss... de las cuchillas eléctricas”* (Marín y Cano, 1957, p. 41). Para finales de la década de 1960, se incrementan este tipo de referencias, anunciando así el imaginario de conservación. Ya eran evidentes los síntomas del deterioro y urgía solucionarlo, no tanto como respeto por el otro que era la naturaleza sino por las penurias que se avizoraban para la especie humana.

En este engranaje de fomentar determinadas visiones de mundo, los medios de comunicación constituyeron un importante sistema de apoyo, como lo demostró nuestra revisión de una muestra de la información que circuló en el periódico El País de Cali en los años concernientes a nuestra investigación. El resultado es tan contundente como que no se registra ni una sola información sobre naturaleza que no esté relacionada con la dimensión productiva del campo y con su explotación intensiva y extensiva. Las noticias agropecuarias estuvieron basadas en los rendimientos del sector y las pecuarias en las innovaciones tecnológicas del momento.

---

119 Inicialmente, desde la botánica, la zoología, la mineralogía y la geología. Posteriormente, a través del estudio de la ecología y la biología, como ciencias más integradoras (H. Daniel F.S:C., 1965).

Al mismo tiempo, obtenían un especial despliegue noticioso los hechos relacionados con avances científicos y tecnologías modernas cuyas características se enfocaban siempre en la reducción de mano de obra y la eficiencia del rendimiento. La validez de la información tenía respaldo en los conocimientos formales provenientes de la academia, sobre todo por su origen en países extranjeros. Era claro el fomento de un imaginario de la buena calidad de lo foráneo, en detrimento de las prácticas tradicionales que estaban siendo rápidamente reemplazadas. Las noticias de conservación aparecen relacionadas con hechos en los que la amenaza a la productividad del sector agropecuario se debía al inadecuado manejo de la tierra. En este sentido, concluimos que la conservación fue un imaginario igualmente utilitarista que no origina reflexiones alrededor de la interacción ser humano/naturaleza.

## **De testigo, la nostalgia**

El imaginario de paisaje de las nuevas generaciones del valle geográfico del Río Cauca se asocia al verde homogéneo de la caña de azúcar. Allí reside su apego a la tierra. Reconstruir, a través de historias e imágenes, el entorno rural de sus padres es invitar a la nostalgia. Los cañaduzales, las grandes dehesas, lo barroco de los huertos caseros y los parches de ecosistemas prístinos le otorgaban a la región los primeros lugares en productividad y diversidad del norte de Suramérica. La memoria viva de tales épocas todavía existe. Tal fue la velocidad del cambio.

Una de las imágenes más recurrentes de esta memoria fueron los potreros arbolados y el caudal del Río Cauca conectado a una extensa red de humedales de la planicie. El río se evoca como eje integrador de los vallecaucanos desde las épocas de la navegación a vapor hasta mediados del siglo XX. Así mismo, nombres de árboles y sus usos específicos, como también relatos de diferentes animales, algunos de ellos convertidos en mitos, hacen parte de estos recuerdos heterogéneos y diversos.

La alusión a los huertos familiares está particularmente presente en los testimonios recogidos. Es un ejemplo de la cercanía de los habitantes de la región con el campo. Práctica rural generalizada independientemente del origen o condición social de los pobladores en la que se destaca una gran

variedad de plantas y animales y sobre todo la seguridad alimentaria que les proporcionaba a las familias. Esta semblanza se reconcilia con el paso de los barcos a vapor y los trenes que recorrían la planicie fluvial.

El ritmo pausado de la existencia transcurre hasta principios de la década de 1950. Costumbres sencillas, gentes cordiales y generosas le daban sentido a la vida en comunidad: *“Nadie molestaba en los guayabales que uno se encontraba en los potreros, fuera de eso los mangos... uno preguntaba... ¿me regala un mango?... y le decían a uno, siga, bien pueda coma. Las frutas eran para que los muchachos comieran”* (S. Calero, com. pers.).

Aunque los cambios del paisaje rural en el valle del Río Cauca, entre 1950 y 1970, no ocurrieron de manera lineal, en los testimonios se relatan a través de grandes hitos entrelazados empezando por el paisaje ganadero y terminando en el monocultivo de la caña. La mecanización de la agricultura fue, en sus testimonios, un hecho histórico que irrumpe en la región para cambiar drásticamente las visiones de bienestar y desarrollo rural.

La valoración positiva del progreso es evidente en sus apreciaciones, sin embargo, advierten que cruzó la raya a partir del momento en que negó los estilos tradicionales de vida, en el que los ecosistemas se homogenizaron y en el que el control químico de plagas se generalizó: *“con la mecanización empezó la epidemia del bulldozer... arrasaron con todo, frutales y todo, volteaban todo, daba pesar, pero no había nada que hacer. En las lomas tumbaban gran cantidad de árboles llenos de orquídeas, una belleza de orquídeas”* (J. Cabrera, com. pers.).

Coinciden estos informantes en afirmar que el cultivo de la caña reemplazó, la mayor parte de los cultivos rurales desde mediados de la década de 1960. El impacto de este cambio en los patrones de uso de la tierra afectó no solamente la economía local sino también la propiedad de la tierra, y la estructura social de la planicie: *“los ingenios se adueñaron del agua, los ríos dejaron de pasar... los terratenientes se fueron a vivir a Buga, Palmira y Cali... la caña acabó con todo... con los cultivos, las fincas, la gente pobre a la que le fueron comprando sus propiedades...”* (T. Campo, com. pers.).

El papel de la clase dirigente en el Departamento fue señalado contundentemente por los entrevistados, lo mismo que la aparición de una nueva clase empresarial y el conflicto de sus representantes con los propietarios interesados en mantener los modelos de producción vigentes hasta entonces. La reacción de los terratenientes ganaderos ante las disposiciones tributarias diseñadas para crear la CVC y facilitar la ejecución de los primeros proyectos de adecuación de tierras, es recordada como una de las expresiones más notables de estos conflictos.

Por su parte, los imaginarios de naturaleza asociados con estos recuerdos ubican al ser humano como parte integrante de ésta. El bienestar social es indisoluble de la salud del entorno y el disfrute de la belleza del paisaje le confiere una dimensión estética arraigada en una vegetación colorida y exuberante como también en la gran variedad y cantidad de fauna asociada al campo. Podemos afirmar que la generación que presenció este cambio fue consciente y estuvo de acuerdo con el desarrollo y el progreso, pero así mismo, percibió el empobrecimiento y la simplificación subsecuentes. Por eso ahora afirman que se cruzó el límite y dicen con nostalgia que el pasado fue mejor.

## Referencias

- Bourdieu, P. & L. Wacquant, 1995. *Por una Antropología Reflexiva*. México: Editorial Grijalbo.
- Buttel, F. H. 1995. The global impacts of agricultural biotechnology: a post-green revolution perspective. pp. 345–360 In T. B. Mepham, G. A. Tucker & J. Wiseman (eds.), *Issues in Agricultural Bioethics*. Nottingham University Press.
- Castoriadis, C. 1989. *La institución imaginaria de la sociedad*. Tusquets, Barcelona.
- Corporación Autónoma Regional del Valle del Cauca, CVC. 2004. *Génesis y desarrollo de una visión de progreso: CVC Cincuenta años*. Cali: CVC.
- Daniel, H. 1965. *Sinopsis de Biología: Zoología y Botánica*. (Octava ed.). Medellín: Bedout.

- Durand, G. 1971. La imaginación simbólica. Buenos Aires: Amorrortu.
- Escobar, A. 1995. Encountering development. The making and unmaking of the third World. Princeton, N. J.: Princeton University Press.
- Food and Agriculture Organization (FAO). 2005. [http://www.tecnociencia.es/especiales/seguridad\\_alimentaria/1.htm](http://www.tecnociencia.es/especiales/seguridad_alimentaria/1.htm)
- Godelier, M. 1989. Lo ideal y lo material. Madrid: Taurus Humanidades.
- Holton, I. 1852. La Nueva Granada: veinte meses en los Andes. Bogotá: Banco de La República.
- Littlejohn, S. 1996. Theories of human communication. Belmont, CA: Wadsworth Publishing Company.
- Maffesoli, M. 1976. Lógica de la Dominación. Barcelona: Ed. Península.
- Marín, A. & A. Cano. 1957. Mi tercer libro de lectura. Medellín: Editorial Bedout.
- Márquez, G. 2001. De la abundancia a la escasez: la transformación de ecosistemas en Colombia. En: Palacios, G. (Ed.), 2001. La Naturaleza en disputa. Ensayos de historia ambiental de Colombia, 1850-1995. Universidad Nacional de Colombia. Bogotá: UNIBIBLOS.
- Palacio, G. 2006. Fiebre de tierra caliente, una historia ambiental de Colombia (1850-1930). ILSA, Bogotá, Colombia.
- Parra-Sandoval, R. 1975. Análisis de un Mito: La Educación como Canal de Movilidad Social en Colombia, Escuela y Modernidad en Colombia: Alumnos y Maestros (Vol. 1, pp. 9-70). Bogotá: Tercer Mundo Editores.
- Pintos, J.L. 2003. El metacódigo “relevancia/opacidad” en la construcción sistémica de las realidades. RIPS. Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas [en línea], 2 [Fecha de consulta: 17 de marzo de 2019] Disponible en: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38020202>> ISSN 1577-239X

- Rivera, C.C., L.G. Naranjo & A. M. Duque. 2007. De “María” a un mar de caña. Imaginarios de naturaleza en el Valle del Cauca entre 1950 y 1970. Cali: Universidad Autónoma de Occidente.
- Rodríguez, C. A. 2002. El Valle del Cauca Prehispánico. Cali: Universidad del Valle - Fundación Taraxacum.
- Serje, M. 2002. Ciencia, estética y cultura en la naturaleza moderna. Pp. 175-191 En: Palacio, G. & A. Ulloa (Eds.): Repensando la Naturaleza. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- Silva, A. 1992. Imaginarios urbanos. Tercer Mundo Editores. Bogotá.
- UAESPNN. 2001. Documento Conceptual sobre planes de manejo de las áreas del sistema de Parques Nacionales Naturales.
- Valencia, R. & J. E. Londoño. 1994. El movimiento campesino en el Valle del Cauca. Pp. 203-205 en: Historia del Gran Cauca. Cali: Universidad del Valle - Diario Occidente.

# **Cali en el valle geográfico del río Cauca: entre la “modernización”, la agroindustria cañera y el proceso urbanizador desde el siglo XX<sup>120</sup>**

**Hernando Uribe Castro<sup>121</sup>**

## **1 - Presentación**

El Departamento del Valle del Cauca -ubicado en el valle geográfico del mismo nombre- es una unidad administrativa que fue creada en 1910 y que se localiza en el suroccidente de Colombia. Con Santiago de Cali como capital, posee además de una riqueza hídrica y cultural, una diversidad de ecosistemas debido a que su territorio se encuentran conformado por diferentes unidades fisiográficas: un valle geográfico, vertientes cordilleranas (Occidental y Central) y una zona conocida como el andén del Pacífico (Vásquez, 2000) (Ver Mapa 1).

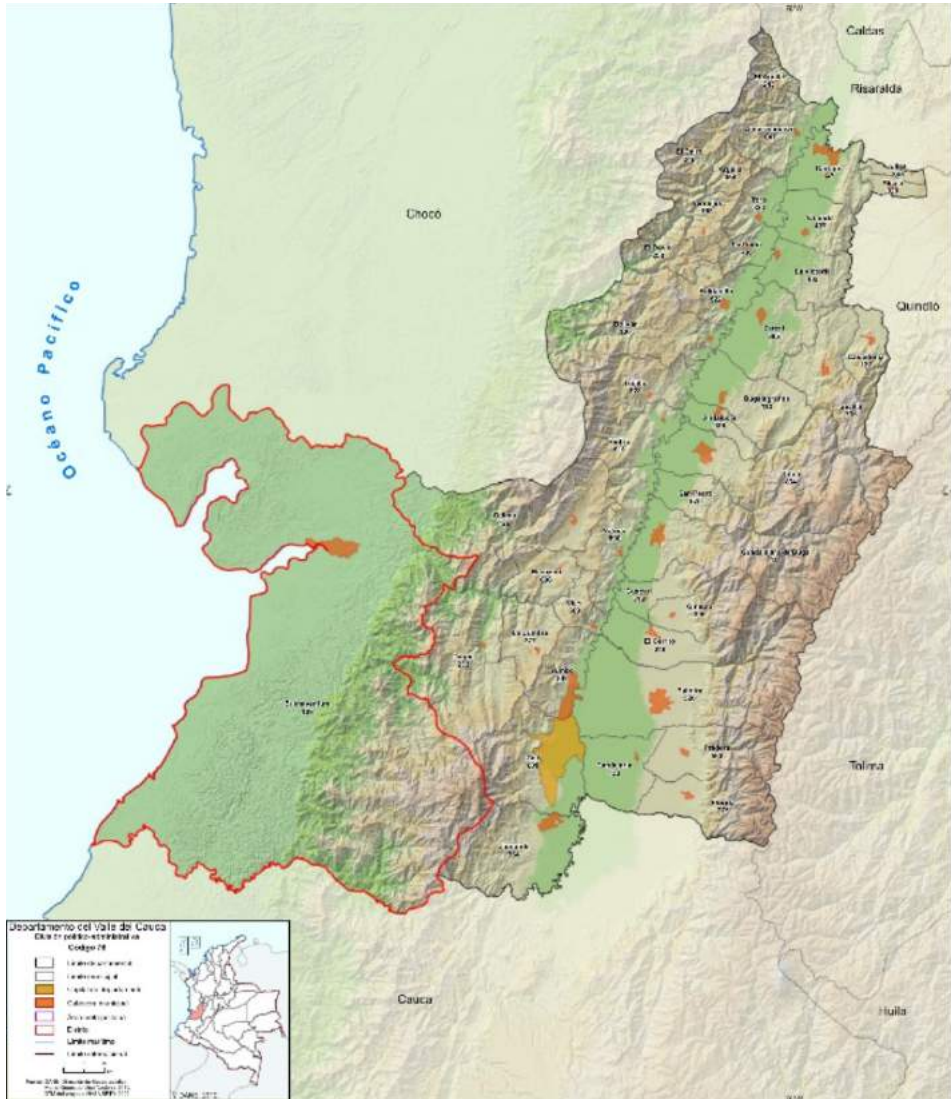
---

120 Este documento hace parte del Programa de investigación “Procesos modernizadores y modernizantes en Santiago de Cali”. Código 16INTER-25. También del proyecto de investigación “Implicaciones del proceso expansivo urbano y del modelo agroexportador de caña de azúcar para la sostenibilidad regional en el sur del Valle y Norte del Cauca, Colombia”, Código 19INTER-311.

121 Doctor en Ciencias Ambientales. Magister en Sociología. Director del Instituto de Estudios para la Sostenibilidad, Universidad Autónoma de Occidente, Cali - Colombia. huribe@uao.edu.co



Mapa 1. Valle del Cauca y sus zonas fisiográficas.



**Fuente:** Dane, 2012.

La naciente elite política y económica encargada de la administración de este departamento, a principios del siglo XX, con la idea de generar el progreso y el desarrollo, se propuso promover un conjunto políticas y programas de acción para promover el crecimiento económico y regional (Almario, 2013). Algunos de esos planes tenían el propósito de implementar

obras de infraestructuras para integrar esta región con las otras regiones del país, y de este modo, activar las condiciones territoriales para promover las bases económicas que sustentarían el futuro del nuevo Departamento. Sacar al Valle del Cauca de su estancamiento económico, mercantil y transformar la sociedad en cuya identidad pesaba más lo lugareño (se era “caleño”, “bugueño”, “palmirano”) y no vallecaucano (Almario, 2013, p. 58).

Su cercanía al Puerto de Buenaventura, y el tener muy próximo el canal de Panamá, posibilitó unas ventajas comparativas y competitivas a los propósitos económicos de las elites. A ello se agregó el momento importante que vivía Colombia con respecto al mercado del Café que impulsó la necesidad de la conexión regional a partir del mejoramiento de su red vial: “la caficultura conectó apartados intersticios de los Andes al Mar Caribe por el Río Magdalena y por ferrocarril al Océano Pacífico” (Palacios, 2009, p. 58).

Para ello, la dirigencia veía la necesidad de promover un proceso de intervención profunda sobre el espacio, y adaptarlo (acondicionarlo) a las exigencias necesarias para producir ese progreso. Algunas de las estrategias fueron: a) consolidar e incrementar las rentas departamentales, b) preparar el territorio físico para enfrentar las exigencias que implicaba llevar la región hacia el progreso, c) sacarle provecho a las condiciones geográficas para impulsar la producción agrícola, agroindustrial, industrial y comercial y d) favorecer el mercado de la tierra para la futura urbanización<sup>122</sup>.

Para lograr esto, requerían por lo menos de dos frentes de trabajo: por un lado, con un departamento recién nacido, las estrategias estaban dirigidas a fortalecer las rentas departamentales, encontrar los apoyos de la nación y acceder a recursos externos:

El panorama al respecto era realmente limitado. En 1910, el naciente Departamento del Valle del Cauca contaba a duras penas con unas rentas totales de \$545.000 (Mensaje del Gobernador García Córdoba, 1912: 39). Sin embargo, para 1938-1939 la situación había mejorado sustancialmente, ya que las rentas departamentales ascendían a #4.670.980, y se contabilizaba un total

---

122 Algunas de esas estrategias aparecen muy claras en documentos importantes como el Informe de la Misión Chardon en 1930 y luego en el “Plan Aguablanca” de 1951.

de 59,000 contribuyentes (Ordenanza No. 31 de 1938, 1939:97). No obstante, ni las rentas era suficientes ni el número de contribuyentes significativo, ya que la población total no alcanzaba entonces 613.230 habitantes (Contraloría General de la República 1944:12). En esas condiciones, y desde los inicios de la formación del departamento del Valle del Cauca, las miradas de sus grupos dirigentes y de poder se dirigieron hacia el capital internacional, y por consiguiente, el desarrollo seccional se empezó a concebir como necesariamente dependiente de esos recursos externos” (Almario, 2013, p. 169).

Por otro lado, pretendían llevar a cabo el mejoramiento en las condiciones físicas del territorio “atrapado” por la dinámica del valle de inundación: 1) regular las aguas de río Cauca que durante las temporadas de lluvia producía inundaciones sobre una proporción importante del territorio y 2) elaborar unos planes de desarrollo que permitieran una aprovechamiento eficaz de las tierras para cultivos y, si era posible, la urbanización (OLAP, 1951)<sup>123</sup>.

Este grupo de la elite política y económica -de la que figuran Ciro Molina, Hernando Caicedo, Carlos Durán Castro, los gobernadores de ese periodo, entre otros dirigentes- impulsó desde las primeras décadas del siglo XX, el proceso de intervención y modernización profunda. Visitaron otros países para conocer modelos agrícolas (Uribe, 2017, p. 50). Ciro Molina y Carlos Durán Castro marcharon a Estados Unidos y las Antillas en 1927, comisionados por la Gobernación del Valle para contactar expertos en agricultura y conocer de cerca las experiencias agrícolas implementadas en estos países (Ramos, 1990, p. 38). En éste propósito fue clave el aporte de los extranjeros en la región, sobre todo porque, fue aquí en el Valle del Cauca donde llegaron algunos inversionistas de empresas agroindustriales, comerciales e industriales, instaurándose no solo como elite económica sino también sociopolítico dentro de la capa social dominante (Rojas, 2012, p. 139).

---

123 “El río Cauca nace en el páramo de Sotará, en la región conocida como el macizo Colombiano, dentro del Departamento del Cauca. Recorre el país en dirección sur-norte para desembocar en el brazo de la Loba del Magdalena, en el municipio de Pinillos, cerca de Mompós, en el Departamento de Bolívar [...] su longitud es de 1.350 Km y la superficie de su cuenca mide 63.300 Km<sup>2</sup> aproximadamente” (Corporación Autónoma Regional del Valle del Cauca, 2005, p. 4).

A partir de ese momento, el proceso de transformación del Valle del Cauca, especialmente en su zona plana no se detuvo, pues a lo largo de todo el siglo XX, se llevaron a cabo las obras necesarias para hacer de esta región, un territorio especializado económicamente. Hoy en día se cuenta con un departamento con zonas especializadas en industria, un número importante de ciudades intermedias, una ciudad capital que se proyectó como ciudad-región y una especialización agrícola productiva. Se poseen 243.232 hectáreas sembradas con caña de azúcar de las 420.000 hectáreas que representa la extensión de todo este valle (Asocaña, 2018). Se produjeron 2.2 millones de toneladas de azúcar y 6 destilerías de BioEtanol en 2018 (Asocaña, 2018, p. 11).

Para lograr estos importantes resultados, el territorio tuvo que afectarse y acondicionarse a las necesidades económicas previstas por este grupo de la elite. El control de las inundaciones a partir del conjunto de obras, no solo benefició al sector agrícola y agroindustrial, sino también la localización industrial y el mercado de la tierra urbana. Con planes como el “Plan Aguablanca” se recuperaron en ciudades como Cali, 7.000 ha de área de inundación (OLAP, 1951, p. 1), la cual no solo está urbanizada en gran parte, sino que además se tiene prevista la ampliación futura urbana. Procesos como el del incremento cañero y el crecimiento urbano, incrementa su área ocupada, proporcionan acumulación de capital económico a las elites, grupos privados y afectaciones sociales y desigualdad a las comunidades, así como ecosistemas diezmados.

Frente a este proceso de modernización -algunos de ellos con efectos sociales y ambientales-, algunas comunidades resisten y defiende su territorio, tal como sucede con las comunidades al sur de Cali en el Valle del Lili o como acontece con las comunidades afronortecaucanas que llevan más de cien años en su lucha por la defensa de la tierra (Mina, 1975; Mejía, 1993; Uribe, 2017).

## **2 - La Intervención Política del Territorio: El diseño territorial**

El valle geográfico del río Cauca que se extiende desde Santander de Quilichao (Departamento del Cauca), pasando por la zona plana del Valle del Cauca hasta el municipio de La Virginia (Departamento de Risaralda), se pueden concebir como una región no solo porque históricamente en

ellas habitaron comunidades prehispánicas que construyeron y vivieron su territorialidad a lo largo de todo este corredor del valle geográfico del río Cauca (Rodríguez, 1992), sino también porque durante los diferentes periodos posteriores (Colonia, República, siglo XX y lo que va del XXI), ésta región experimentó un proceso muy particular de distribución urbana, ligada con un modo particular de tenencia y lucha por la tierra, así como por la implementación de actividades de explotación productiva como la agricultura comercial del monopolio cañero, sobre todo a partir del siglo XX (Uribe, 2017).

Durante el periodo colonial, el valle geográfico del río Cauca, presencié la instauración del sistema de hacienda que perduró desde, aproximadamente, el siglo XVI hasta mediados del XIX, momento en el que enfrentó una profunda crisis que condujo en este territorio un proceso de transición hacia el capitalismo agrario. La crisis tuvo varios motivos: por un lado, el surgimiento del capitalismo agrario que transformó la hacienda tradicional en empresa agrícola moderna y con ello una transformación en las relaciones laborales al interior de la hacienda y nuevas formas de la tenencia de la tierra (Mejía, 1993, p. 41), y por otro lado, la liberación de la mano de obra esclava, que condujo a la formación de pequeñas unidades aldeanas de esclavos libres en las zonas limítrofes de la gran hacienda y que luego, con el paso del tiempo, se convertirán en unidades campesinas y centros poblados (Mina, 1975; Romero, 2014).

En estas aldeas se instauraron minifundios, fincas familiares tradicionales y huertos caseros que beneficiaron la diversidad productiva campesina. Con la llegada del capitalismo agrario, la gran empresa capitalista y del monopolio, así como con el avance tecnológico para la explotación agrícola, se produjo el despojo de tierras a las comunidades campesinas y se produjo la transición económica del territorio hacia la especialización productiva. Las comunidades campesinas vieron, entonces, afectada la pequeña propiedad familiar. Algunos pobladores migraron hacia la ciudad de Cali a ocupar zonas marginales; otros grupos transitaron de ser pequeños propietarios a proletarios agrícolas en las plantaciones de la caña de azúcar (Rojas, 1985).

Los grupos campesinos caucanos, así como comunidades afrodescendientes e indígenas, fueron confinados a vivir en pequeños caseríos que con el tiempo, y su interconexión con la ciudad de Cali como eje articulador del sur del Valle y norte del Cauca, crecieron a pequeños pueblos y ciudades más cercanas a

Cali que a la capital del Departamento del Cauca, al que administrativamente pertenecen, Popayán. Estos procesos históricos dados en la región, fueron determinantes para que Cali se convirtiera en polo de desarrollo regional y zona sobre la que ha orbitado una red de ciudades menores, al modo de una gran área de influencia urbana. Tanto la configuración de ésta red urbana, como el modelo agrícola predominante cañero, produjeron un conjunto de transformaciones territoriales, y ambientales, con gran impacto en el recurso hídrico y el modelo de tenencia de la tierra.

Para el grupo de la elite política y económica de esta región era claro que Santiago de Cali y el valle geográfico del río Cauca no estaban preparados para afrontar las fuerzas que imponían la dinámica económica y comercial de las demandas modernizadoras del siglo XX. Su aislamiento del resto del país, así como la falta de obras viales que permitieran la articulación al interior del Departamento y con otras regiones del país y los problemas relacionados con grandes áreas inundadas, se convirtieron en constante preocupación y en prioridad para la dirigencia<sup>124</sup>.

Las primeras intervenciones de la Administración Municipal de Cali y del Departamento sobre el territorio del valle geográfico del río Cauca una vez erigidos como tales en 1910, fueron en 1912. Estas intervenciones que se ejecutaron para “mejorar” el territorio, a veces entraron en conflictos con los intereses de los dueños de las propiedades, puesto que se trataban de obras de desecación de tierras. El oriente de Cali se ha caracterizado por poseer abundantes ciénagas y lagos como área de inundación del río Cauca (Ver Mapa 2):

---

124 Hasta principios del siglo XX, el río Cauca era la principal vía de comunicación. Existieron empresas de navegación de hombres extranjeros. Almarío explica que: “la construcción de la carretera al Mar se inició en 1926 (se terminará en 1945); la carretera Bolívar-Istmina se encontraba apenas en explanación; la carretera Bugalagrande-Sevilla (Vía a Armenia) se inició en 1926 en reemplazo del trazado del ferrocarril, en 1932 llegó a Sevilla, y en 1938 a Caicedonia, construida en los dos sentidos para conectar Armenia con Calarcá; la carretera Central del Valle que unía las ciudades y poblaciones de la banda derecha del río Cauca desde Cali hasta Cartago, estaba por completo terminada; la carretera Occidental iba por la banda izquierda del río Cauca, uniendo a Cali y Riofrío por el norte (en 1944 avanzaba uniendo Roldanillo, La Unión, Toro), a Cali y Jamundí por el sur vía Popayán; la carretera Cartago-Novita contaba con 40 km explanados; y la carretera a Dagua, solo 4 km. Por su parte el ferrocarril del Pacífico había avanzado también en la construcción de vías y ramales: Buenaventura-Cali (1915); Cali-Palmira (1917); Cali-Popayán (1925); el tramo Palmira-Cartago estaba terminado, y se construían los ramales de Palmira-Pradera y Zarzal Armenia (Marulanda 1934: 44-46, 82-83)” (Almarío, 2013, p 141).





y fomento a la agricultura, y se ha hecho cargo de la irrigación de zonas que para recibir este beneficio han requerido la excavación de costosos canales y la construcción de valiosas obras de arte, que la progresiva extinción de las aguas amenaza con dejarlas inutilizadas” (Almario, 2013, p. 155).

Obras de desecación y drenaje de tierras inundadas se había realizado en las ciénagas de Cartago y Obando, donde 3.450 hectáreas fueron recuperadas para la agricultura y la ganadería, valorizando de paso otras 14.000 hectáreas húmedas adyacentes; en resumen se habilitaron un total de 17.450 hectáreas para la producción agrícola (Almario, 2013, p. 156).

A ello se sumaba la ausencia de instituciones que posibilitaran una mejor administración del territorio. Por tanto todas estas deficiencias, se veían como problemas que debían superarse para activar la actividad económica y el progreso social regional.

... por lo menos hasta la década de 1940, el discurso y las acciones de la modernización trataron de encontrar un equilibrio entre esas nuevas aspiraciones y los intereses de los grandes terratenientes, y que apenas se alcanzaron a vislumbrar las potencialidades del progreso regional. La propia consolidación del departamento como ente público necesitó de tres décadas (1910-1940) para alcanzar suficiente capacidad administrativa, fiscal y política, que le permitiera incidir con fuerza en la formación de la región. (Almario, 2013, p. 156).

Decidieron no solo contar con los apoyos de la nación y las deudas con acreedores nacionales e internacionales, sino también requerían contar con el conocimiento técnico y tecnológico. En consecuencia, empezaron a gestionar proyectos, promover estrategias de integración regional y recurrir a la opinión y las recomendaciones de expertos internacionales que ofrecieran alternativas y estudios con los cuales, se pudieran tomar las mejores decisiones. Según Almario García:

Como consecuencia esencial de estos desarrollos en vías de comunicación, Cali se convirtió en el centro de la telaraña vial que se tejía entonces y que con el transcurso del tiempo contaría con más hilos convergentes. De esta manera, los cambios regionales vinieron a afectar la estructura morfológica de Cali,



haciendo que su anterior ‘núcleo vial’ –como lo llama Edgar Vásquez-, que tenía forma de T, porque respondía a su condición de cruce de caminos (al norte hacia Roldanillo, Buga y Cartago; al sur, hacia Popayán; y al occidente, hacia Buenaventura o el Raposo) [...] cediera su lugar de núcleo vial que ahora reflejaba a una ciudad que empezaba a controlar su hinterland lejano (Almario, 2013, p. 141-142).

A este departamento llegaron diferentes misiones internacionales entre las que se destacan la Misión Inglesa, la Misión Chardón en la década de los años veinte y la asesoría dirigida por David Lilienthal en los años cincuenta y que dio por origen en 1954 a la Corporación Autónoma Regional del Cauca –CVC- (El País, 2011). Firmas de expertos nacionales (como OLAP) y extranjeras (como Gibbs & Hill, Inc. O Tippet-Abbott-McCarthy Stratton, entre otras) fueron contratadas para realizar diferentes estudios de los terrenos así como investigaciones sobre las posibilidades productivas de la región.

Toda la parte de Cali, desde la línea del ferrocarril (entre las calles 25 y 26) hacia el oriente debió ser una zona de amortiguamiento para la dinámica de inundación del río Cauca y no un área de expansión urbana. Esto había quedado muy claro en la formulación del “Plan de Winner y Sert” o “Plan Piloto” de los años 40. Plan que por supuesto no fue llevado a cabo en su totalidad porque primaron más los intereses por fomentar y ejecutar el Plan Lilienthal que diseñó el valle geográfico del río Cauca a partir del modelo del Valle del Tennesse en Estados Unidos con el que se pretendía beneficiar al sector agrícola y agroindustrial<sup>125</sup>.

En el marco de este Plan Lilienthal, se ejecutó también el “Plan Aguablanca” para la ciudad de Cali: “Proyecto de Aguablanca. Control de inundaciones, drenaje y riego” propuesto por la firma Olarte, Ospina, Arias & Payán Ltda., (conocida también como la firma OLAP) en 1951. Con el “Plan Aguablanca”, las áreas de inundación se incorporaron como tierras para la expansión agrícola y cuyo propósito era recuperar estas áreas desecando y evitar nuevas inundaciones. Es importante resaltar que conceptos como “recuperar”,

---

125 El modelo del Valle del Tennessee no solo fue implementado en el Valle del Cauca. Existen evidencias de que este modelo fue aplicado en varios países del mundo como sucedió en Brasil, en el río San Francisco.

“habilitar” eran los verbos con los que las autoridades argumentaban las intervenciones sobre los territorios con desecaciones y canalizaciones de los ríos y sus aguas para beneficiar, especialmente la actividad agrícola.

En concreto, el objetivo del denominado “Proyecto de Aguablanca” publicado en 1951 era el de elaborar un plan de desarrollo coordinado que permitiera un aprovechamiento eficaz de las tierras de Aguablanca que no se podían utilizar para cultivos por el riesgo de las inundaciones. Las características de estas tierras se veían en ese entonces, es decir en 1951, como tierras que eran promisorias como centro de abasto de víveres para la ciudad de Cali (OLAP, 1951, p. 1). A ello se sumaba el hecho de que también se veía en la parte norte de esta zona de Aguablanca como espacio para procesos de urbanización hacia donde se podía extender la ciudad (OLAP, 1951, p. 5).

En este documento organizado en seis (6) capítulos, existe un aparte -el capítulo quinto-, titulado “Esquema del proyecto”<sup>126</sup>. Este aparte se plantea las soluciones estudiadas para resolver el problema de inundación que se presentaba en el valle geográfico del río Cauca en el sector que correspondía al espacio entre el río Jamundí y la carretera Cali-Juanchito (actualmente conocida como la carretera 8ª). La tarea era impedir que las aguas del río Cauca ingresaran a esta zona calculada en ese momento con aproximadamente 7.000 has y que las inundaran haciendo de estos terrenos, espacios anegadizos (OLAP, 1951, p. 1).

Se inicia este acápite señalando que al tener definidas las obras que se requerían para el control de las inundaciones -las cuales eran a) control de avenidas del río Cauca y sus tributarios, b) drenaje y saneamiento de la zona plana, c) irrigación- era necesario ahora, definir las posibles alternativas:

El control de las crecientes del río Cauca se hará mediante jarillones con coronamiento más altos que las aguas máximas del río. El trazo más favorable de los jarillones va siguiente la línea de barranco del río porque éste generalmente es más alto que el terreno aledaño. Sólo en tres puntos, al sur y norte del Hormiguero y al sur de Juanchito se propone acortar algunas

---

126 Los capítulos del “Proyecto de Aguablanca” son: el primero denominado “Introducción”; el segundo “características físicas”; el tercero “características culturales”; el cuarto “El Problema”; el quinto “Esquema del proyecto”; el sexto “Costo y financiación”.

vueltas forzadas del río, por lo cual quedarán excluidas del área protegida pequeñas extensiones de terrenos ribereños. Los jarillones al sur del puente de Hormiguero sirven además para la protección del terraplén de la carretera que ha sufrido desperfectos por causa de las crecientes. Para el control de las avenidas en los tributarios y el sistema de drenaje se estudiaron tres esquemas que se describen a continuación... (OLAP, 1951, p. 39).

Había tanta agua en esta región, que los esfuerzos se concentraron en controlarla, atraparla, canalizarla y conducirla como fuera posible. No solo se pensó en la construcción de embalses, diques y desecaciones, sino también que se llegaron a realizar estudios en los que se proponía transportar porcentaje del agua del río Cauca, mediante túneles que atravesaban la cordillera occidental hacia el Pacífico, sobre el río Dagua, como claramente se planteó en el “Estudio Desvío del Río Cauca al Pacífico” (Corporación Autónoma Regional de Cauca, 1957).

La región fue construida sobre zonas de lagos, madre viejas y ciénagas (algunas de ellas denominadas hoy en día como humedales) que fueron intervenidas con obras llevadas a cabo por las instituciones en nombre del Estado para sacar una renta y beneficio económico a la tierra. No es raro entonces que nombres como Bernardo Garcés (de la tradicional familia Garcés), Henry Eder (descendiente del fundador del Ingenio Manuelita en 1864) y Óscar Mazuera, fueran los primeros directores ejecutivos de la CVC entre 1954 y 1991.

Cada uno ocupó un tiempo destacado al frente de esta Corporación: B. Garcés fue director por 10 años (1954-1964), H. Eder por 12 años (1964-1976) y O. Mazuera por 15 años (1976-1991). Durante estas tres gestiones se ejecutaron obras como: el proyecto de protección contra inundaciones y drenaje de Aguablanca, el Distrito de Riego y Drenaje Roldadillo-La Unión-Toro, la Central del Alto Anchicayá, la Central Eléctrica de Salvajina y la electrificación rural de todos los municipios del Valle del Cauca (El País, 2011).

Por ejemplo, durante todo este periodo, la línea del jarillón se construyó junto a la orilla del río canalizando de este modo el caudal del río Cauca e interviniendo la comunicación entre ésta y su zona de inundación. Se construyó el embalse multipropósito de “La Salvajina” como obra reguladora

del caudal del río Cauca con la que se produce energía para la venta, así como obra que controla las aguas del río Cauca en la zona del valle de inundación. El papel que cumplían los lagos y ciénagas era precisamente el de ser espacios de control del desbordamiento del afluente y de sus tributarios, y todo ello quedó afectado cuando se llevaron a cabo las obras de control de las aguas<sup>127</sup>.

El costo de las obras de Salvajina, a precios de Diciembre 31 de 1983 asciende a 285 millones de dólares, incluida escalación, imprevistos y gastos de financiamiento. Esta suma está dada en dólares equivalentes, pero tiene componentes en moneda local y moneda extranjera. La moneda local es financiada directamente por la CVC. La moneda extranjera de las obras civiles principales es financiada por el Banco Interamericano de Desarrollo -BID- y por el Overseas Economic Cooperation Fund (OECF) del Japón, el BID financia también parte del valor de la línea de transmisión, así como parte de los trabajos de protección de la cuenca del Alto Cauca y de la red hidrometeorológica. La moneda extranjera de los equipos eléctricos y mecánicos es financiada por el Export and Import Bank (Eximbank) del Japón y por el Banco Girozentrale de Austria (Corporación Autónoma Regional del Cauca, 1985, p. 12).

En el esquema seleccionado para la intervención profunda, el río Cañaveralejo llevó la peor parte pues fue convertido en canal de aguas residuales y unido a los otros dos ríos (Meléndez y Lili) mediante un canal de intercepción en el sur. No es raro que ahora estos afluentes puedan recobrar su memoria y producir los estragos sociales que se han venido construyendo por largos años debido a que sus áreas de inundación fueron urbanizadas.

El sistema de control de crecientes y de aguas superficiales de la zona se compone de los siguientes elementos: dos canales interceptores (A-2, A-3 y B-1) y un canal principal colector (A-1) que desemboca al Cauca dos kilómetros debajo de Navarro. Los canales interceptores conducen las aguas desde el río Cañaveralejo en el norte y cercal del río Jamundí en el sur hasta el cauce del río Lili. Tiene una longitud de 17 kilómetros. El canal principal (A-1) tiene una longitud de 3.8 kilómetros entre la confluencia de los canales interceptores y

---

127 Expertos como Víctor Patiño, desde 1957, ya había percibido los efectos del Plan Lilienthal sobre los ecosistemas. En carta al Gerente de la CVC de ese entonces, llama la atención sobre cómo la implementación de este plan podría traer consecuencias nocivas para los ecosistemas (Patiño, 1957).

la desembocadura en el Cauca. Atraviesa la planicie de Aguablanca siguiendo en parte el actual cauce artificial del río Lili. El sistema de drenaje es dividido por el canal A-1 en dos zonas que se desarrollarán por separado. La Zona “A” al SE de Cali tendrá tres canales principales que con sus laterales sub-laterales drenan todas las aguas del norte de los canales de control de avenidas, incluyendo el área urbana de Cali. Se aprovechan en gran parte los cauces existentes del Cauquita y Cañaveralejo que se deberán profundizar para aumentar su capacidad. Todas las aguas de la zona se unen en el actual cauce Cauquita al sur de Puerto Mallarino. Antes de la confluencia del Cauquita con Cauca se debe construir una obra de control con compuertas y una estación de bombeo para el drenaje alternativo pro gravedad o por bombeo conforme a los estados del Cauca (OLAP, 1951, pp. 39-40).

Al ser implementadas poco a poco estos proyectos por parte de las autoridades municipales y departamentales -con financiamiento y créditos nacionales e internacionales-, de inmediato los efectos se van a ver en el incremento de las licencias de construcción en Cali. Por ejemplo, Escobar y Collazos (2007), muestran algunos datos relacionados con el número de licencias otorgadas entre 1955 y 1965 a constructores y agencias urbanizadoras públicas y privadas (Uribe, Ayala y Holguín, 2017) (Ver Tabla 1).

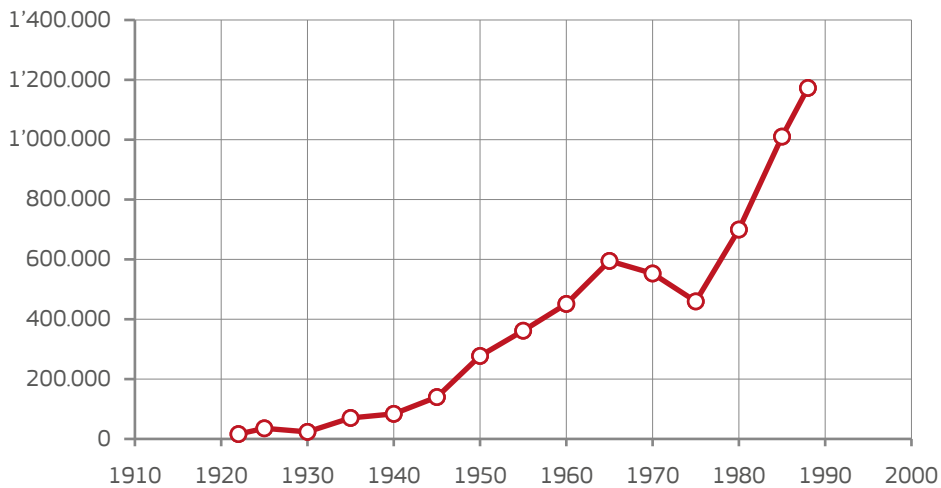
Tabla 1. Número de licencias de construcción otorgadas en Cali, entre 1955-1965

Año	Número de licencias	Área a construir
1955	1.219	n.d.
1956	1.272	n.d.
1957	1.314	n.d.
1958	1282	n.d.
1959	3.619	n.d.
1960	2.856	n.d.
1961	3.458	546.440
1962	5.123	639.156
1963	5.697	706.184
1964	4.085	572.912
1965	3.520	519.998

| **Fuente:** Escobar & Collazos, 2007, p. 54. Citados por Uribe, Ayala y Holguín, 2017, p. 58.

Obsérvese cómo entre 1958-1959, periodo en que inician las obras de construcción de los diques y canales, de un solo salto se pasó de 1.314 licencias en 1958 a 3.619, y en 1963 se habían aprobado 5.123 licencias. Es por ello, que con este álgido mercado de tierra y la realización de estas obras, hacia las últimas décadas del siglo XX, las autoridades no lograron controlar el proceso expansivo de asentamientos urbanos y barrios (Siloé, Los Chorros, Alto Nápoles, etc.), así como en el oriente, incluso en la línea del jarillón. Incluso, cuando se observa el incremento de las edificaciones en Cali en metros cuadrados es posible detallar la siguiente gráfica para el periodo 1922-1979, a partir de los datos que aportó Aprile (1992).

Gráfica 1. Edificaciones en Cali, 1922-1988 (En metros cuadrados)



| **Fuente:** Elaborada a partir de datos proporcionados por Aprile, 1992, p. 705.

Se puede observar una tendencia al incremento durante un primer momento entre los años 1940 (con 83.785m<sup>2</sup>) y 1965 (594.869m<sup>2</sup>), periodo caracterizado por los historiadores como el de la transición sociodemográfica de la ciudad por los oleajes migratorios relacionados con la modernización urbana, la industrialización y la urbanización; y una segunda ola de incremento en metros cuadrados con edificaciones entre 1975 (con 459.521m<sup>2</sup> a 1988 con 1.172.892 m<sup>2</sup>) caracterizada por el periodo en donde ya estaban muchas de las obras de control de inundaciones construidas o en proceso de finalización, así como un importante número de hectáreas libres de inundación. También en esta segunda ola, se verá reflejado la dinámica urbanizadora de conjuntos

privados y nuevas urbanizaciones realizadas no solo por las agencias del Estado, sino también por empresas inmobiliarias privadas sobre las áreas de expansión aprobadas por las autoridades municipales, especialmente, en sectores hacia el sur y occidente de la ciudad.

La tasa de urbanización de la ciudad de Cali pasó de 1964 de un 52% a 1985 de un 64% (Gouëset, 1997, p. 94). Esto se verá reflejado también en el porcentaje de la distribución de la población activa por sectores en un periodo más amplio entre 1938-1989, según lo expone Gouëset, en donde la tasa del sector primario decae bruscamente entre 1938 (20,6%) y 1951 (2,0%) sin recuperación para los años posteriores.

**Tabla 2. Distribución de la población activa por sectores para la ciudad de Cali 1938-1989.**

	1938	1951	1974	1980	1985	1989
Sector primario	20,6	2,0	1,1	1,6	1,1	1,3
Sector secundario	27,8	27,9	24,7	27,0	25,0	20,7
Sector terciario	51,5	70,1	74,1	71,4	73,8	78,0
Total	100	100	100	100	100	100

| **Fuente:** Datos procesados a partir de Gouëset, 1997, p. 135.

Con respecto al sector secundario se mantiene con leves cambios con tendencia a la baja entre 1938 (27,8%), 1974 con el (24,7%) y 1989 con el (20,7%). Por su parte en el sector terciario el proceso se dio al alza al pasar del 51,5 en 1938 a 74,1 en 1974 y alcanzar un tope del 78,0 en 1989.

### **3 - Algunos efectos resultado del proceso de transformación y diseño territorial**

Hoy en día (es decir al 2019) el paisaje de la región y el paisaje social de la ciudad cambió. La ciudad ha sido desbordada no solo por asentamientos informales sino también por el intenso proceso urbanístico realizado por las empresas inmobiliarias y constructoras. Una simple vista aérea que se haga

sobre la región, permite evidenciar que las zonas de ladera al occidente de Cali habitan innumerables familias (de estratos socioeconómicos altos, medios y bajos) que corren gran peligro ante posibles deslizamientos por las intensas lluvias producidas por los efectos del fenómeno de La Niña, así como por la pérdida del bosque, el aumento de la erosión y los incendios forestales. Se construyó así la posibilidad inminente de un riesgo social de gran envergadura ante un cambio climático cuyos efectos se van haciendo más fuertes con el pasar del tiempo. Lo que se ha visto de estos efectos en la ciudad de Cali todavía es poco para lo que en términos de variabilidad y cambio se prevé, viene para el futuro.

Los lugares de la ciudad y sus zonas adyacentes que desde tiempo atrás venían presentando problemas por inundaciones (en temporadas de fuertes lluvias) o de incendios (en temporadas de fuerte sequía) continúan presentando estos problemas a pesar de que se han detectado desde hace mucho tiempo. El caso de las inundaciones en Juanchito sobre el río Cauca se repite cada vez que aparecen las famosas “Olas invernales” (Uribe y Holguín, 2012). La población ha vivido inundaciones desde hace mucho tiempo, y se hacen más fuertes en el presente. Lo complejo de esta situación, según los informes oficiales y estudios de especialistas, es que estos lugares se verán cada día más afectados por la fuerza del cambio climático<sup>128</sup>.

Por ejemplo, lugares en donde no se vislumbraban problemas relacionados con estos impactos –porque se suponían y resueltos con todas las infraestructuras construidas-, hoy se están viendo afectados, tal como sucede con algunos sectores de la ciudad que se han visto fuertemente afectadas por las inundaciones en sectores como El Templete, El Panamericano y la Autopista Suroriental en temporadas de lluvias (Noticiero 90 Minutos, 2017).

Falta mucho para que Cali sea una ciudad adaptada al cambio climático. Falta mucho para que los políticos que toman decisiones se den cuenta de la prioridad que implica el cambio y la variabilidad climática en la agenda pública. Los políticos y tomadores de decisión todavía creen que los estragos que se presentan en las ciudades y en diferentes zonas del país son hechos

---

128 Ver el informe de Fedesarrollo “Ciudades y cambio climático para Colombia”. Fedesarrollo Fundación Ciudad Humana Instituto para la Investigación y Debate sobre la Gobernanza (IRG), Octubre 2013.



aislados, porque no ven (o no quieren ver) que todo esto hace parte de la dinámica del sistema natural. El crecimiento agigantado de Cali no respetó las condiciones de la Naturaleza y esta misma Naturaleza le está pasando cuenta de cobro ya a la ciudad (Martínez, 2018, p. 9-24).

#### **4 - Frontera cañera que se amplia en la región y una urbanización que crece en los centros urbanos**

Es interesante mostrar cómo el paisaje del valle geográfico del río Cauca presentaba unas características particulares en los primeros cincuenta años del siglo XX sin la implementación de las políticas y proyectos de modernización, y como ello se transformó en los años posteriores a la década de 1960 una vez puesta en marcha la construcción de todas las obras relacionadas con el control de inundaciones. Y esto se detalla comparando las descripciones hechas antes de 1960 frente a las que podríamos hacer hoy observando el paisaje. Por ejemplo, en el informe realizado por Eduardo Acevedo Latorre, jefe de la zonificación de Estadística del Departamento Administrativo Nacional de Estadística de Colombia, se señala que:

Al observar desde un avión el valle geográfico del Cauca, se ve cuan pequeña es la parte destinada a cultivos agrícolas, comparada con las extensiones de pastos, rastrojos y pantanos. En donde más intensamente se nota el desarrollo agrícola es en Palmira, Candelaria, Florida y en general la parte sur del valle luego vuelven a aparecer manchas de cultivos en Tuluá, Bugalagrande y Zarzal. En las vertientes aprovechables de las cordilleras se nota intenso aprovechamiento especialmente en la región del Quindío y hacia el norte de la Cordillera Occidental. Hacia el sur de las cordilleras se ven tierras erosionadas y estériles (Departamento Administrativo Nacional de Estadística, 1954, p. 27).

En este mismo informe aparecen los siguientes datos que caracterizan la economía agrícola del Valle del Cauca (Ver Tabla 3):

Tabla 3. Estadísticas agrícolas del Valle del Cauca, según informe del DANE, 1953

PRODUCTOS	Ministerio de agricultura 1950 - Plazas	Censo agropecuario 1951 - Plazas	Muestra agropecuaria 1953- Plazas	Porcentaje según muestra
Café	120.713	156.858	111.996	25.1
Maíz	46.800	87.390	57.230	12.8
Café y plátano		71.192	108.329	24.3
Caña	45.458	57.698	63.499	14.2
Arroz	10.140	27.776	13.986	3.1
Plátano	21.840	26.292	12.426	2.8
Fríjoles	7.800	9.670	12.744	2.9
Café, cacao y plátano		8.666	6.828	1.6
Tabaco	1.404	1.624	1.060	0.2
Yuca	4.212		7.356	1.7
Cacao			8.967	2.0
Otros cultivos			41.531	9.3
Totales			445.952	100

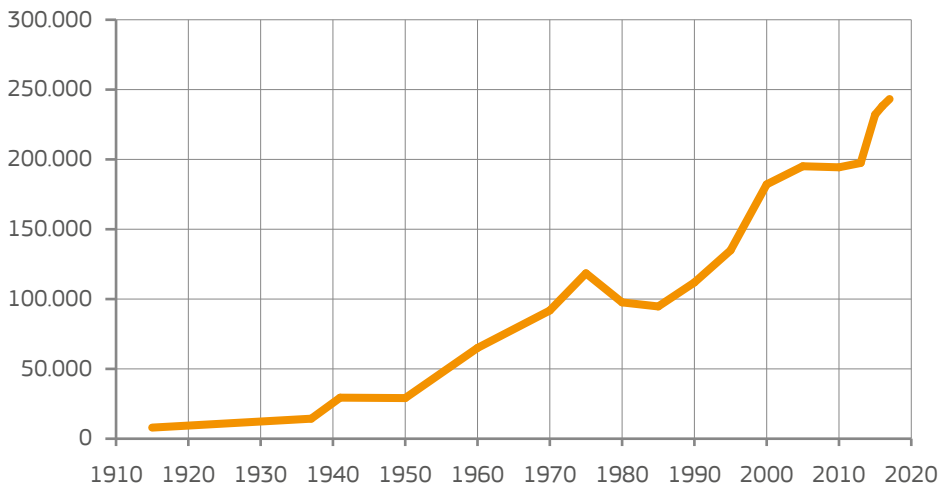
| **Fuente:** Departamento Administrativo Nacional de Estadística, 1954, p. 28.

Hasta 1953, era visible esta diversidad de productos agrícolas en el paisaje vallecaucano tal como lo muestran los anteriores datos, pero en los años posteriores se puede observar el tránsito que tiene el panorama agrícola, cuando se observan los datos posteriores a 1960 y en donde se puede percibir con claridad, una región cuya estructura económica impulsó el monopolio de la agroindustria cañera en detrimento de la productividad y diversidad

agrícola<sup>129</sup>. En el sector rural, la caña de azúcar en 1915, alcanzaba las 7.000 ha sembradas en el valle geográfico del río Cauca, y al día de hoy ocupa 243.232 ha sembradas (Asocaña, 2017, p. 12).

Por lo tanto, una región que económicamente impulsó el modelo de agricultura comercial cañera en detrimento de la finca tradicional y los huertos caseros campesinos (Romero, 2014). Se tiene, por lo tanto, un valle geográfico que privilegia el modelo agroexportador sin campesinos (Ver Gráfica 2).

Gráfica 2. Incremento del área sembrada de la caña de azúcar en el valle geográfico del río Cauca



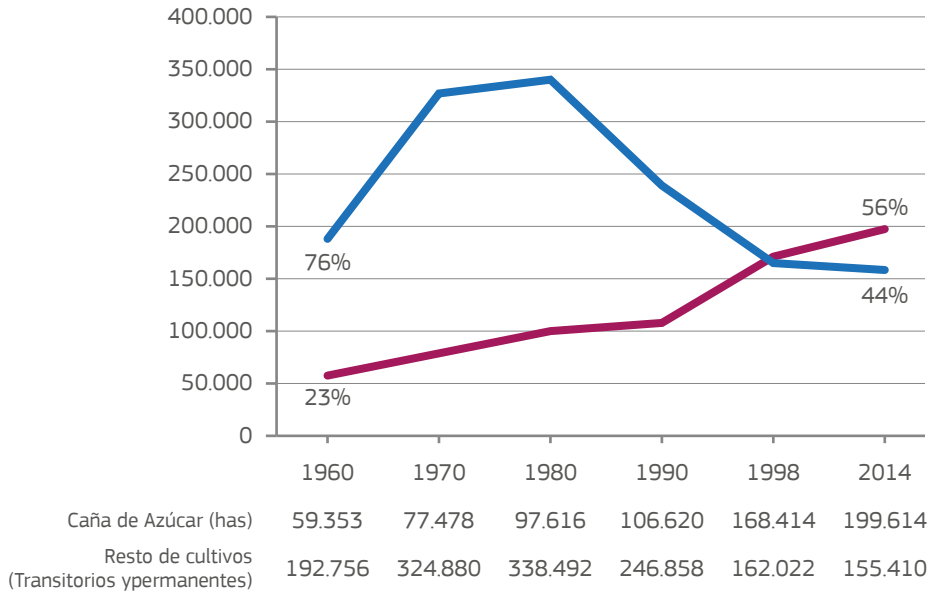
| **Fuente:** Elaboración propia a partir de: Santos y Sánchez (2010) y Asocaña (2017; 2018).

---

129 En nuestro documento no prestamos tanta atención a la dinámica cafetera en tanto el café hizo presencia en las zonas de ladera sobre las cordilleras y no sobre la zona plana que es la región geográfica que nos interesa. No obstante, es importante indicar que la álgida producción cafetera en las partes de las montañas produjeron efectos sobre el agua que llegaba por los ríos a la zona plana. Paradójicamente, el tema por el agua fue crucial en el panorama vallecaucano, a pesar de que los intentos de los planes modernizadores del Plan Lilienthal incluyera desecar ciénagas y lagunas y enviar aguas del río Cauca hacia el Pacífico. Almario muestra como en este territorio hubo conflictos por la apropiación del agua, sobre todo en las zonas donde hubo una mayor dinámica de la colonización antioqueña como lo fue en el centro y norte del departamento: “La situación se hizo más crítica aún porque a la apropiación del agua en el plan del valle, se sumó el hecho de que esta empezaba a escasear a consecuencia del sistemático avance de los colonos antioqueños por las vertientes, quienes practicaban la tala inmisericorde de los bosques, y utilizaban intensamente la madera como recurso múltiple y energético, lo que planteó una delicada problemática a los sectores dirigentes vallecaucanos” (Almario, 2013, p. 153).

Este incremento cañero en la zona plana va a desplazar y reducir la frontera agrícola de los cultivos semestrales y los otros cultivos permanentes, tal como lo demostró Uribe (2017) para el caso concreto del Departamento del Valle del Cauca (Ver Gráfica 3).

Gráfica 3. Comparación áreas sembrada para caña con resto de cultivos, valle del Cauca, 1960-2014.



| Fuente: Uribe, 2017, p. 63.

En 1960, en el Departamento del Valle del Cauca, la superficie sembrada en caña de azúcar con respecto a los otros cultivos permanentes y transitorios representaba el 23%, cifra que ascendió al 56% en 2014. Mientras que el resto de cultivos permanentes y transitorios de toda la región, en 1960 representaba el 76%, en 2014 había descendido al 44%. Esto significa que la tendencia en este lugar es a la especialización agroindustrial cañera en detrimento de la diversidad productiva, en un territorio cuyos suelos -como lo expresaba el informe OLAP de 1951-, eran de una riqueza tal, propicios para convertirse en una despensa de alimentos para la región y la nación. Se tiene en el Valle del Cauca en su zona plana -y en general en todo el valle geográfico del río Cauca- una agricultura comercial del monopolio cañero con una muy escasa presencia de campesinos (Ver Foto 1).

Foto 2. Caña de azúcar en el Valle del Cauca.



| **Foto** - Hernando Uribe Castro, 2015.

Mientras tanto, la región presenciaba una fuerte presión en términos demográficos por el incremento de la población, sobre todo en los centros urbanos. La configuración de la red urbana del valle geográfico del río Cauca con su centro Cali, se caracteriza por ser una región con alta presión demográfica y ciudades intermedias (Dane, 2012). Los datos muestran que la creciente urbanización de Cali, ha ido ampliando su perímetro urbano y extendiéndose hacia el sur. La ciudad pasó de 27.747 en 1912 a 636.929 en 1964 y en 2005 había alcanzado 2.119.908 habitantes. Al 2005, cerca del 50% de la población departamental se concentraba en Cali (Ver Tabla 4). Hoy, se puede considerar el eje Cali-Jamundí como un área que concentra altas tasas de urbanización (Dane, 2012).

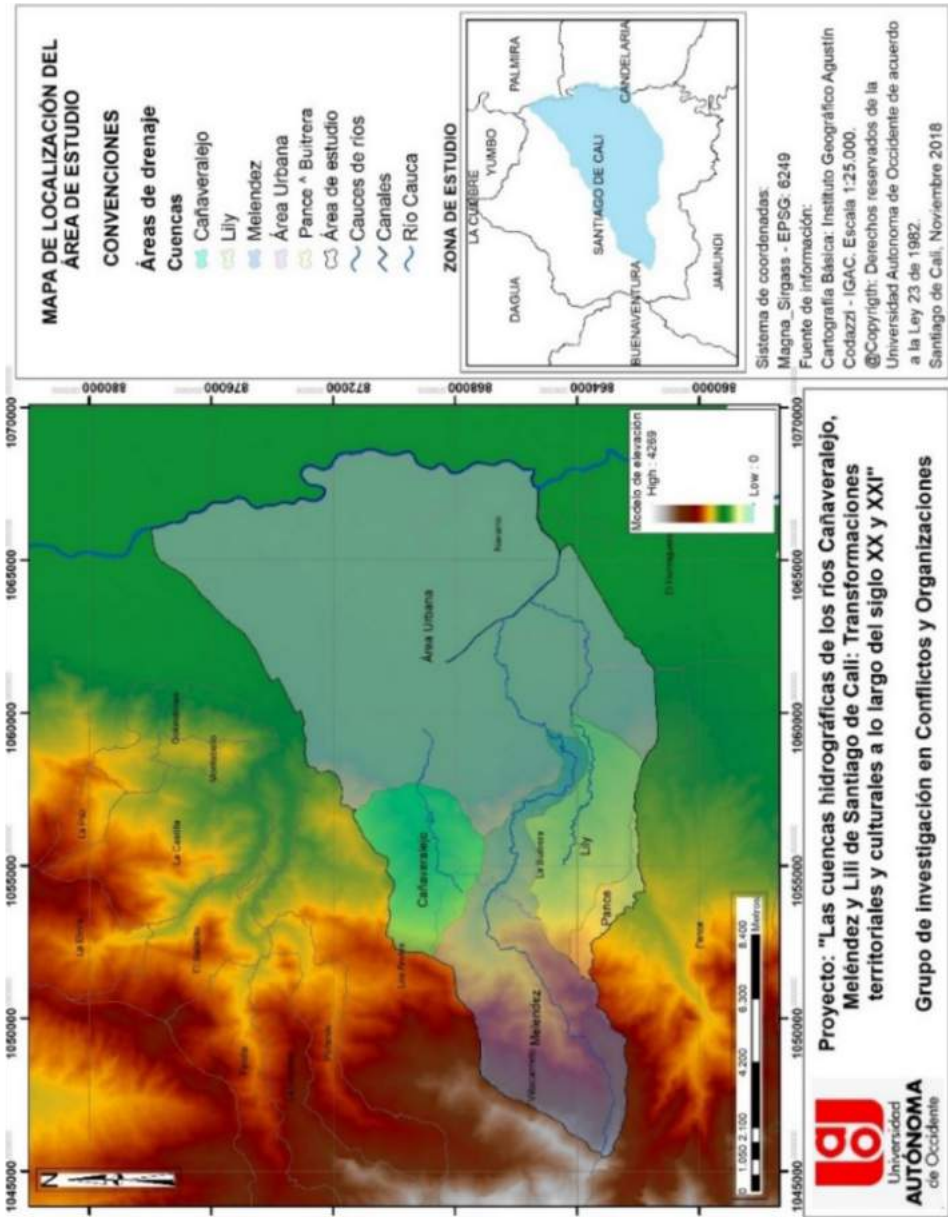
Tabla 4. Población total de Cali y Valle del Cauca, 1912 – 2005.

Censo	Cali	Valle	%
1912	27,747	217,159	12.8
1918	45,525	271,633	16.8
1938	101,883	613,230	16.6
1951	284,186	1,106,927	25.7
1964	637,929	1,733,053	36.8
1973	991,549	2,392,715	41.4
1985	1,429,026	3,027,247	47.2
1993	1,847,176	3,736,090	49.4
2005	2,119,908	4,161,425	50.9

| **Fuente:** DANE – Censos. Escobar & Collazos, 2009, p. 2.

El incremento poblacional de la ciudad de Cali generó una presión importante sobre las políticas de viviendas y sobre la necesidad de expansión urbana para incorporar tierras para las nuevas urbanizaciones. Las nuevas urbanizaciones van a surgir en aquellas zonas que fueron intervenidas con obras de infraestructuras para liberarlas de las inundaciones. Por ejemplo, sobre la zona sur de Cali, los principales ríos como el Cañaveralejo, el Meléndez y el Lili fueron canalizados y convertidos en una sola unidad hídrica (Ver Mapa 3).

Mapa 3. Los tres ríos de Cali canalizados



Este proceso de canalización abrió la posibilidad de antiguas áreas inundadas quedarán al servicio del mercado del suelo urbano y de la construcción. En términos de Jacques Aprile:



Cali se convirtió en metrópoli, pero sin dejar de ser una rudimentaria protópolis y un conglomerado amorfo. Con las falacias de la lonja y de Camacol llamando “progreso urbanístico” a toda expansión horizontal kilométrica, y confundiendo desarrollo con crecimiento, se armó un mosaico de parches desarticulados y diseminados en los potreros, a veces con tanto afán que las vacas se quedaron pastando, luego, entre las casas (Aprile, 1992, p. 701).

Este proceso de urbanización y ampliación del eje Cali-Jamundí, produjo una presión sobre la red hídrica, de humedales y de bosque seco. Sus efectos ecológicos son altos, pues se observa no solo la desaparición del bosque seco y humedales, sino también aparecen conflictos por la defensa de ecosistemas estratégicos como sucede con el Humedal El Cortijo en el sector del Valle Sagrado del Lili (Ver Foto 3).

Foto 3 Río Lili, principal abastecedor de agua al Humedal El Cortijo en Cali



| **Foto:** Hernando Uribe Castro, abril 26 de 2019.



El resultado de este proceso es lo que se podría denominar como una *insostenibilidad socioambiental de la región*, pues se mantiene en este valle geográfico el modelo del monopolio cañero que impone un único cultivo y elimina la diversidad ecosistémica asociada a las ciénagas, pantanos y bosques secos. También los efectos producidos por el modelo del monopolio urbanizador inmobiliario al ampliarse y extender sobre antiguas zonas rurales.

Como se pudo observar, los elementos de la naturaleza y las comunidades se han visto afectadas por el proceso expansivo de la caña de azúcar en el valle geográfico del río Cauca (Perafán, 2013; Pérez, 2014; Uribe, 2014). Aprile (1992) indicaba ejemplos como el caso de las comunidades en las tierras del Guengué y Tierradura:

Frente a Jamundí, pero del otro lado del río Cauca, es también una pudiente empresa extranjera la “Cauca Valley Agricultural Company” con sede en Estados Unidos, la que pretende expulsar de las tierras del río Guengué y Tierradura (3.000 plazas de suelos aluviales planos, clasificados en primera categoría agrológica), una numerosa colonia de parceleros negros. Iniciándose la “controversia” hacia 1915, durante más de treinta años se multiplican los incidentes. Se agudiza la situación en 1946, cuando la tropa, a solicitud de los latifundistas, llega a Cali al mando de un tal coronel Gustavo Rojas Pinilla e interviene “manu militari” para desalojar a los comuneros. Ocho años más tarde uno de los vencedores, Harold Eder, entre con cargo de ministro en el gobierno del general Gustavo Rojas Pinilla” (Aprile, 1992, p. 672-673).

El discurso para los empresarios y para los agentes del gobierno es que el valle es un ejemplo a seguir en términos del emprendimiento y del desarrollo alcanzado. Para las comunidades y defensores del medio ambiente, así como las comunidades sensibles a las problemáticas ligadas a la expansión de la caña de azúcar, el conglomerado del agroindustrial es uno de los principales motores de conflictos ambientales y de destrucción ambiental por las afectaciones en los sensibles ecosistemas del valle geográfico así como por el uso y abuso que se ha hecho de las fuentes de agua (Pérez, 2014). Los datos son claros cuando el CONPES del río Cauca muestra que en 2009, 75% del uso del agua en el alto Cauca se corresponde a actividades agrícolas (Ministerio de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial, 2009, p. 9-10). El Informe

Nacional de Aguas del 2014, señalaba con respecto al agua subterránea que “el uso más extendido en el sector agrícola se da en el Valle del Cauca, el cual representa el 83% del total agrícola nacional” (Ideam, 2014, p. 151).

La presión por el agua es de tal magnitud que Asocaña tuvo la iniciativa de constituir el "Fondo por el agua, la vida y la sostenibilidad", como estrategia que trataría de resolver y enfrentar los conflictos por el agua asociados a los usos intensivos y la afectación de las cuencas hidrográficas. Esta estrategia se presenta como un acto de responsabilidad, altruismo social y ambiental, de los cañeros con el recurso agua, pero es sabido también que a este sector le conviene mantener las fuentes de agua en óptimas condiciones y controladas, mediante las asociaciones de usuarios de agua, para su propio beneficio pues los cultivos de la caña de azúcar exigen gran cantidad de este recurso no solo superficial sino también subterránea (Ver Tabla 5).

**Tabla 5. Comparativo entre cobertura de los bosques y humedales entre 1957 y 1986, valle geográfico del río Cauca**

Cobertura	Extensión 1957	Extensión 1986	Diferencia en ha.	Porcentaje pérdida
HUMEDALES	10.049	2.795	7.254	72%
BOSQUES	25.320	8.668	16.652	66%
TOTAL	35.369	11.463	23.906	68%

| **Fuente:** CVC, 1998, p. 66.

Como se puede demostrar en la tabla anterior de la Corporación Autónoma del Valle del Cauca (CVC), se expresa que entre 1957 y 1986, periodo del mayor auge cañero, departamentos como el Valle del Cauca habían perdido el 72% de sus humedales y el 66% de sus bosques. Actualmente, tan solo quedan 8 relictos de bosque y humedal, y todos ellos con tendencia a desaparecer para siempre (CVC, 2015).

## 5 - Algunos conflictos por el diseño territorial en Cali y el Valle del Cauca (especialmente los asociados al agua)

Teniendo en cuenta los anteriores elementos, se presenta a continuación esta tabla en la que se sintetizan algunos problemas relacionados con los efectos del diseño territorial producido en el valle geográfico del río Cauca y en la ciudad de Cali, especialmente aquellos relacionados con los temas de agua (lagos, humedales y ríos) (Ver Tabla 6).

Tabla 6. Principales conflictos socioambientales -producidos por caña de azúcar y urbanización-, en Cali y el valle geográfico del río Cauca, asociados al agua.

Nombre del conflicto	Principal ecosistema amenazado (según categorías de Odum, 1997)	Actor(es) que hacen la denuncia y/o demandas	Actores generadores del conflicto	Principales grupos afectados	Procesos sancionatorios
1 Cultivo Intensivo caña de azúcar en humedal Laguna de Sonso. Buga, Valle	Ecosistema léntico	Pescadores y académicos	Ingenios Pichichí, Providencia y Manuelita, CVC, INVÍAS	Pescadores / Campesinos agrícolas	Proceso sancionatorio CVC contra propietarios privados que rentan a ingenios azucareros.
2 Adecuación de tierras para cultivos cañeros en humedal El Conchal. Buga, Valle	Ecosistema léntico	Pobladores	Terratenientes cañeros CVC Ministerio de Medio Ambiente	Pescadores / Campesinos agrícolas	Proceso sancionatorio a favor de la comunidad. Sentencia 027 de 2013. Juzgado Primero Administrativo de Descongestión del Circuito Judicial de Guadalajara de Buga
3 Afectación sistema de humedal Videles por presencia de caña. Guacarí, Valle	Ecosistema léntico	CVC	Ingenio Providencia	Pescadores / Campesinos agrícolas	No se evidencian procesos
4 Presencia de cultivos de caña y afectación humedal Laguna Timbique. Palmira, Valle	Ecosistema léntico	Pobladores, fundaciones y académicos	Ingenio Providencia	Pescadores / Campesinos agrícolas	No se evidencian procesos

	Nombre del conflicto	Principal ecosistema amenazado (según categorías de Odum, 1997)	Actor(es) que hacen la denuncia y/o demandas	Actores generadores del conflicto	Principales grupos afectados	Procesos sancionatorios
5	Afectación de humedales corregimiento El Hormiguero por caña de azúcar. Cali, Valle	Ecosistema léntico	Comunidad, Universidad del Valle	Terratenientes cañeros	Pescadores, campesinos agrícolas y pobladores	No se evidencian procesos a pesar de las acciones colectivas de las comunidades en defensa del territorio
6	Sistema humedales Yotoco afectados por cultivos de caña. Yotoco, Valle	Ecosistema léntico	CVC	Terratenientes cañeros	Pescadores / Campesinos agrícolas	No se evidencian procesos
7	Afectación sistema de humedales Cartago para caña de azúcar. Cartago, Valle.	Ecosistema léntico	Pobladores y académicos	Terratenientes cañeros	Pescadores / Campesinos agrícolas	No se evidencian procesos
8	Desecación por caña de azúcar sistema de humedales y del río Bugalagrande en Andalucía – Valle del Cauca.	Ecosistema léntico	Académicos y Alcaldías Municipales de Andalucía y Bugalagrande	Asociación Granos y Granos S.A., proveedores de caña de azúcar del Ingenio Riopaila SA	Pescadores, Campesinos agrícolas y pobladores de los municipios	No se evidencian procesos
9	Afectación expansión para caña en el río y el sistema de humedales Bugalagrande. Bugalagrande, Valle.	Ecosistema lóxico	Académicos y Alcaldías Municipales de Andalucía y Bugalagrande	NESTLÉ - Ingenio Río Paila	Pescadores / areneros artesanales Campesinos agrícolas	No se evidencian procesos
10	Desvío de aguas para riego de caña en el río Frayle. Cerrito, Valle	Ecosistema lóxico	Medio de comunicación y pobladores	ASOCAÑA - Ingenio Mayagüez y Manuelita	Campesinos agrícolas / Pobladores	No se evidencian procesos
11	Desvío de aguas para riego de caña en el río Amaime. Palmira, Valle	Ecosistema lóxico	Medio de comunicación y pobladores	Ingenio Mayagüez y Manuelita	Campesinos agrícolas / Pobladores	No se evidencian procesos
12	Afectación Río Bolo. Palmira, Valle	Ecosistema lóxico	Académicos	Río Paila y Mayagüez	Pescadores / Campesinos agrícolas / Pobladores	No se evidencian procesos

Nombre del conflicto	Principal ecosistema amenazado (según categorías de Odum, 1997)	Actor(es) que hacen la denuncia y/o demandas	Actores generadores del conflicto	Principales grupos afectados	Procesos sancionatorios	
13	Contaminación de aguas Río Palo, Ingenio La Cabaña. Puerto Tejada, Cauca	Ecosistema lótico	Pobladores	Ingenio la Cabaña	Pescadores/ Campesinos agrícolas/ Indígenas/ pobladores	Juzgado Segundo del Circuito de Puerto Tejada falla a favor de la comunidad. Sentencia del Tribunal Superior del Cauca y luego la Corte Constitucional deroga el fallo del Juzgado mediante sentencia T-254-93.
14	Contaminación de aguas en río Paila y sistema de humedales Ingenio Riopaila. Zarzal, Valle del Cauca	Ecosistema lótico	Pobladores y académicos	Ingenio Rio Paila	Pescadores / Campesinos agrícolas	No se evidencian procesos
15	Contaminación de aguas del río Nima, Hacienda San José (Ing. Manuelita). Palmira, Valle de Cauca	Ecosistema lótico	Acuaviva Universidad Nacional	Ingenio Manuelita	Campesinos agrícolas / Pobladores	No se evidencian procesos
16	Afectación fuentes de agua y deficiente cobertura agua potable. Corregimiento de Villagorgona, Candelaria, Valle.	Ecosistema lótico	Pobladores	Ingenios Mayagüez, Central Castilla, Incauca. Acuavalle, Alcaldías (Pradera, Florida y Candelaria)	Pobladores	No se evidencian procesos a pesar de las acciones colectivas de las comunidades en defensa del territorio
17	Conflicto ambiental en el humedal El Cortijo, sector del Valle Sagrado del Lili.	Humedal y relicto de bosque	Comunidad y vecinos del valle del Lili	Metrocali, gobierno municipal	Comunidad de Cali, comunidad Valle del Lili y especies que habitan en el ecosistema	La obra se encuentra detenida por acción jurídica interpuesta por la comunidad ante Consejo de Estado (a la fecha de mayo de 2019).
18	Conflicto ambiental en el Callejón de las Chuchas en Ciudad Jardín	Humedal y relicto de bosque	Comunidad de ciudad jardín y zonas aledañas	Alcaldía municipal.	Comunidad del sector comuna 17 y la ciudad en general	La comunidad logró detener el proyecto.

Nombre del conflicto	Principal ecosistema amenazado (según categorías de Odum, 1997)	Actor(es) que hacen la denuncia y/o demandas	Actores generadores del conflicto	Principales grupos afectados	Procesos sancionatorios	
19	Poblamiento en el Jarillón del río Cauca	Dique del río Cauca	Pobladores del jarillón	Alcaldía de Cali, Plan Jarillón, CVC	Comunidades asentadas sobre el dique del río Cauca	El plan Jarillón está desocupando la zona. El proceso avanza con lentitud
20	Conflicto ambiental en Charco Azul y Pondaje por construcción de viviendas y recuperación de la zona.	Humedales relictos y humedal artificial	Comunidades asentadas en el sector	Alcaldía de Cali, empresas constructoras, cajas de compensación y empresas inmobiliarias.	Comunidades que habitan en los entornos a las lagunas en el oriente de Cali	El proceso está avanzando lentamente. Se desalojó a un porción de la comunidad con la idea de recuperar la laguna, pero ahora se pretende construir en ese mismo lugar conjuntos de apartamentos "Urbanización recreativa Charco Azul – Pondaje"
21	Conflicto ambiental en Jamundí por afectación a sistemas de humedal: Guarinó y Guinéa	Humedal y relicto de bosque	Comunidades de campesinos y pescadores	Asocaña, propietarios privados y terretenientes.	Comunidades que habitan en los entornos a los humedales	No se evidencian procesos a pesar de las acciones colectivas de las comunidades en defensa del territorio

| Fuente: Elaboración propia a partir de bases de datos tesis doctoral, Uribe, 2017.

## 6 - Conclusiones

Aunque los grupos humanos han estado presentes en el Valle del Cauca desde muy temprana época produciendo efectos en el espacio -como por ejemplo sucedió primero con los grupos indígenas prehispánicos y luego con la imposición del modelo territorial de la conquista y la colonia española que se extendió por casi tres siglos-, sin duda ha sido el siglo XX el período en donde la acción humana ha producido mayores transformaciones en el paisaje y en la dinámica de los territorios y ecosistemas.

El siglo XX experimentó el crecimiento urbano, la industrialización de las ciudades, la movilización migratoria del campo a la ciudad, la profundización del modelo económico capitalista y la implementación de las políticas modernizadoras y modernizantes por parte del Estado y los agentes privados sobre los territorios en busca del progreso y el desarrollo.

Arenillas (2003) considera además que desde hace ya varias décadas, la evolución de las ciudades se presentan tanto técnica como políticamente de un modo “maquillado”; se asiste a un proceso imparable de urbanización, dando lugar a brutales megalópolis que son respaldadas por una parte de la opinión internacional especializada que gobierna el pensamiento único; esta opinión especializada denominada por los autores como “monstruos urbanos” desprecian al ciudadano, son incómodos, inaccesibles, inseguros e imposibles de mantener decorosamente; producen enfermedades, devoran recursos, derrochan energía, generan desordenes, aniquilan su medio ambiente; vomitan toneladas de residuos, depredan y corrompen el territorio circundante y rematan la faena globalizando el impacto de su huella ecológica (Arenillas, 2003, p. 10).

En este proceso aparecen las fuerzas especuladoras del sector inmobiliario y urbanizador, [...] las ciudades dan paso a aglomeraciones que consolidan la prisa el estrépito, el conflicto, la rapiña, el desencanto y la marginación. Ya no se trata de que el ciudadano viva mejor, sino de que la urbe brinde escenarios económicos, oportunidades de ganancia, facilidades para el enriquecimiento inmediato, el lucro (Arenillas, 2003, p. 10-11).

A lo largo de las últimas décadas en la ciudad de Cali -así como en muchos otros lugares de Colombia, América Latina y el mundo-, los gobiernos locales y nacionales, organizaciones internacionales y Corporaciones globales han puesto en el discurso del Desarrollo Sostenible una profunda confianza que -como fundamento de las agendas del desarrollo, como instrumento político y económico, como medidas, mecanismos y prácticas sociales-, conducirá hacia unos escenarios más ecológicos y responsables ambientalmente.

A pesar de ello, en lo concerniente a la sostenibilidad urbana, las evidencias muestran claramente que la expansión urbana y la dinámica de la ciudad no solo son insostenibles, sino que además caminan, vía a la profundización de

la insostenibilidad. No solo porque a lo largo de su historia, el denominado desarrollo urbano produjo efectos irreversibles sobre aquellos ecosistemas sobre los que se asentó la ciudad, sino también porque esta urbe que se construye hoy en día, evidencia escenarios poco ecológicos y ambientalmente más insustentables.

La expansión urbana sobre antiguas zonas de humedal (conflicto Humedal El Cortijo), la creciente urbanización sobre las zonas de ladera de los ríos (El caso de la urbanización en el sector de Pance), la transformación del paisaje boscoso por patrones de asentamiento de fincas de veraneo (En las zonas del río Cali y Aguacatal, así como el sector de La Buitrera), la canalización de los ríos (como el río Cañaveralejo) y el incontenible mercado del suelo hacia el sur de la ciudad en conexión con la urbanización en Jamundí, son muestras claras de todo este proceso. Bien lo ha señalado Jiménez (2005).

Hoy en día existen importantes sectores de la ciudad de Cali con agudos problemas sociales, entre ellos los riesgos a desastres. La continua ocupación, laderas arriba, de sectores de las comunas 1, 18 y 20 (Cordillera Occidental), el relleno de la Laguna del Pondaje mediante escombros y emplazamiento de viviendas y los asentamientos ubicados sobre el Jarillón del río Cauca (ambos sectores en el Oriente), son algunos de ellos. Las causas de su conformación se encuentran profundamente imbricadas en procesos histórico - sociales que bien vale la pena indagar para que desde otros ámbitos y junto con análisis complementarios puedan dar elementos hacia la reducción de las condiciones de riesgo y la prevención de desastres en las comunidades afectadas (Jiménez, 2005, p. 14).

Es evidente todavía que, ni las instituciones, ni sus agentes, tienen claridad sobre la importancia de los principios de responsabilidad ambiental. La sostenibilidad es usada por agentes e instituciones como un concepto más que adorna los proyectos planteados, como para cumplir con las demandas exigidas por las agencias globales ambientales, pero en la práctica, su sentido se desvanece. En últimas, la sostenibilidad es una dimensión mercantilizada, que suena y cae bien en las nuevas construcciones que se multiplican a lo largo y ancho de la ciudad. Sostenibilidad que se maquilla bajo la idea de contar con lugares ambientalmente sostenibles, pero que en la práctica no son más que eslabones de un discurso retórico que esconde las más graves



consecuencias que dichas construcciones generan al medio ambiente. Solo por reiterar un ejemplo no olvidar las construcciones sobre el sector del río Lili en el sur de la ciudad de Cali, y la construcción de la Terminal Sur del MIO y un patio taller para mantenimiento de buses articulados, que pese a las voces de la comunidad y de académicos expertos, han sido desoídos.

No basta con dejar unas cuantas zonas verdes, limpiar calles, sembrar algunos árboles. La responsabilidad ambiental es un proceso más profundo que tiene que ver con un cambio sincero y genuino de una estructura social, mental y cognitiva por un ambiente sano y seguro. Unas políticas genuinas que contemplen la importancia de los elementos de la naturaleza (el agua, la tierra, el aire, la diversidad de especies) para la sustentabilidad de la vida de humanos y de las demás especies. Políticas que no pueden estar de espaldas a la ciudadanía y gestadas desde los escritorios de funcionarios de la administración pública, que solo generan procesos de “participación” para informar las decisiones ya tomadas por encima de los intereses del conjunto de ciudadanos.

Antes de responder a la pregunta de cómo hacer de Cali una ciudad más sustentable, es necesario pensarse y analizar el hecho del por qué prevalecen las prácticas de “insostenibilidad” y/o “insustentabilidad”. Infortunadamente, la organización del sistema político, de la administración local, departamental y nacional del Estado está elaborada sobre bases de fragmentación y departamentalización que hacen de sus acciones limitadas cuando tienen que hacer frente a la resolución de problemas y conflictos. Resoluciones que también son respuestas fragmentadas, descontextualizadas y segregadas. A veces corroídas por la corrupción, el oportunismo y el clientelismo.

Y esta fragmentación no solo existe en la acción política institucional sino que se evidencia también en la mente de todos aquellos agentes que tienen el ejercicio del poder y de la toma de decisión. Hace falta pensar la integridad, la ciudad como un sistema que articula elementos ecológicos y sociales. La ciudad, lo urbano, no solo son cuestiones relacionadas con un sistema de objetos, sino que estos están en plena interacción con un sistema de acciones.

El ordenamiento del territorio no se debe dejar solo a los políticos y a las empresas inmobiliarias. Pensar un territorio es una tarea conjunta de todos los actores y agentes de la sociedad. No es para un club selecto que se dice profesional y sobre los que recae la vida de millones de personas y de toda la trama de la vida existente en los territorios.

¿Cómo frenar esta insustentabilidad? ¿Cómo comprometer a todos los agentes y actores sociales en el camino de la responsabilidad ambiental y con la vida? ¿Es posible un modelo urbano distinto y que ponga contrapeso a la injerencia de los especuladores, corruptos, clientelistas y depredadores de la naturaleza? ¿Cómo transitar de la sostenibilidad débil y de papel mojado a una sustentabilidad fuerte y profunda?, son algunas de las preguntas sobre las cuales se debe seguir reflexionando de cara a que el tema de lo ambiental en todas sus dimensiones trascienda como un neologismo de moda, no sólo en la administración pública, los agentes inmobiliarios, los medios de comunicación, la académica y los ciudadanos del común interesados en estos asuntos.

Luego de abordar el estudio y de conocer el estado actual en el que se encuentran las tres cuencas hidrográficas de los tres ríos -que fueron intervenidos y convertidos en un solo canal interceptor que deposita sus aguas al río Cauca, y con lo cual se dio espacio a la ampliación del perímetro urbano de la ciudad, a una expansión del proceso urbanizador que beneficia a las empresas inmobiliarias y del capital de la construcción-, es momento expresar que, claramente, todo este proceso marcó el camino de la “insustentabilidad” tanto de los ríos como del territorio y sus condiciones socioecológicas.

Como lo expresa Leff (2008), en nuestras sociedades occidentales el agua se mercantilizó, se trató de domar, controlar y de capitalizar a través del uso de la ciencia y la tecnología en nombre del progreso y como muestra de la capacidad de modernización del Estado.

El curso de las aguas ha sido interrumpido por la ciencia y la tecnología. Las grandes represas han apresado al agua en sus plantas hidroeléctricas. El agua de los lagos ha sido entubada para conducirla por largas distancias hacia los centros urbanos e industriales. Los ríos han sido asfaltados; sus corrientes han sido convertidas en avenidas donde circulan los autos (Leff, 2008, p. 102).

Crear que las intervenciones tecnológicas como expresiones de los procesos modernizadores y modernizantes de la ciudad y de alta ingeniería realizadas sobre la dinámica natural de estos ríos, representarían una ganancia para la ciudad y una solución a los problemas estructurales de ella, es una idea limitada y cargada de cierta ceguera. Sobre todo porque con la realización de estas obras, la ciudad creció sobre zonas que no eran propicias para procesos de urbanización.

No solo por las limitaciones del tipo de terreno y todo lo que se tuvo que invertir para acondicionar, sino también porque la expansión urbana (legal e informal) sobre las zonas de inundación de estos ríos implicó la eliminación de ciénagas, pantanos y lagos que son parte del paisaje de un valle de inundación. Y con ello toda su diversidad. Transitar de los espacios naturales a espacios con cemento, no solo repercute en la dinámica ecosistémica del territorio, sino también en la calidad ambiental de los lugares.

## Referencias

- Almarío García, Oscar. (2013). La configuración moderna del Valle del Cauca, 1850-1940. Popayán: Editorial Universidad del Cauca.
- Aprile-Gnisset, Jacques. (1992). La ciudad colombiana. Bogotá: Talleres Gráficos del Banco Popular.
- Archivo Histórico de Cali. (1858). Testamento Don Manuel Garcés, protocolizado al folio 434 del tomo N.2 del año 1858, Notaria 2 de Cali.
- Arenillas Parra, T. (2003). Ecología y ciudad: raíces de nuestros males y modos de tratarlos. Barcelona: Fundación de Investigaciones Marxistas.
- Asocaña. (2017). Informe Asocaña, 2016-2017. Cali: Sector Azucarero Colombiano.
- Asocaña. (2018). Informe Asocaña, 2017-2018. Cali: Sector Azucarero Colombiano.
- Asocaña. (2017). Informe de la Caña de Azúcar 2016-2017. Cali: Asociación de cultivadores de la caña de azúcar, 2017.

- Corporación Autónoma Regional de Cauca. (1957). Desviación Cauca-Pacífico. Informe sobre energía disponible, reconocimiento de sitios para presas y esbozo de investigaciones futuras. Olap, G&GH y TAMS.
- Corporación Autónoma Regional del Cauca (1985). Obra fundamental para el desarrollo regional. Regulación del río Cauca. Corporación Autónoma Regional del Cauca CVC.
- Corporación Autónoma Regional del Valle del Cauca. (1998). Cifras de tierra y vida. Cifras del Medio Ambiente en el Valle del Cauca 1995-1997. Santiago de Cali: Corporación Autónoma Regional del Valle del Cauca.
- Corporación Autónoma Regional del Valle del Cauca. (2005). Plan de manejo integral del río Cauca. Valle del Cauca. Santiago de Cali: Corporación Autónoma Regional del Valle del Cauca, Fundación Río Cauca y Gobernación del Valle del Cauca.
- Corporación Autónoma Regional del Valle del Cauca. (2015). Inventario de humedales lénticos del corredor del río Cauca. Departamento del Cauca y Valle del Cauca. Cali: ASOCAR y CVC.
- Departamento Administrativo Nacional de Estadística. (1954). Panorama geo-económico del departamento del Valle (Informe elaborado por: Eduardo Acevedo Latorre, Jefe Zonificación Estadística). En: *Economía y Estadística. Revista del Departamento Administrativo Nacional de Estadística*. IV Época-No 80. Bogotá, febrero 20 de 1955 Año X, Juho a Debre de 1954.
- DANE. (2012). Atlas Estadístico Colombia. Tomo I: Demográfico. Bogotá: Departamento Administrativo Nacional de Estadística.
- El País. (2011). "Lilienthal y la CVC". Publicado el 19 de enero de 2011.
- Escobar, Julio; Collazos, Jaime. (2007). Series históricas departamento del Valle del Cauca: un compendio de herramientas para la investigación regional. No. 47. Cali: Centro Regional de Estudios Económicos.
- Fedesarrollo. (2013). "Ciudades y cambio climático para Colombia". Fedesarrollo Fundación Ciudad Humana Instituto para la Investigación y Debate sobre la Gobernanza (IRG), Octubre 2013.

- Gouëset, Vincent. Bogotá: nacimiento de una metrópoli. La originalidad del proceso de concentración urbana en Colombia en el siglo XX. Bogotá: TM Editores.
- Ideam. (2014). Informe Nacional de Aguas 2014. Bogotá: Instituto de Hidrología, Meteorología y Estudios Ambientales.
- Jiménez, N. (2005). Elementos históricos y urbanos en la generación de desastres por inundaciones y deslizamientos en Cali, 1950 - 2000. Tesis Departamento de Historia. Cali: Universidad del Valle.
- Leff, Enrique (2008). Discursos sustentables. México: Siglo XXI.
- Martínez Toro, Pedro Martín. (2018). Mercado inmobiliario y la producción del archipiélago metropolitano. La metropolización de Cali. Bitácora Urbano Territorial, [S.l.], v. 28, n. 1, p. 9-24, ene. 2018. ISSN 2027-145X
- Mejía, Eduardo. (1993). Origen del campesino vallecaucano. Siglo XVIII-XIX. Cali: Editorial Facultad de Humanidades.
- Mina, M. (1975). Esclavitud y libertad en el valle del río Cauca. Bogotá: Editorial Fundación de la Rosca.
- MINISTERIO DE AMBIENTE, VIVIENDA Y DESARROLLO TERRITORIAL. (2009). Documento Conpes 3624. Programa para el Saneamiento, Manejo y Recuperación Ambiental de la Cuenca Alta del Río Cauca. Noviembre de 2009.
- Noticiero 90Minutos. (2017). “Aguacero de este viernes provocó fuertes inundaciones en el sur Cali”. Publicado el 17 de mayo de 2017.
- OLAP. (1951). Proyecto de Agua Blanca. Control de inundaciones, drenaje y riego. Departamento del Valle del Cauca.
- Palacios, Marco. (2009). El Café en Colombia 1850-1970. Una historia económica, social y política. México D. F.: El Colegio de México y el Centro de Estudios Históricos.

- Patiño, Víctor Manuel. (1957). Carta de Víctor Manuel Patiño al Gerente de la CVC (26 de enero de 1957). En: Proyecto de la Laguna de Sonso ó del Chircal. Zona Agropecuaria del Valle del Cauca. Secretaria de Agricultura del Valle del Cauca, Departamento de Biología de la Universidad del Valle, Museo Departamental de Historia Natural, Jardín Botánico y Corporación Autónoma Regional del Cauca, 15 de noviembre de 1967- CVC67-2. Cali: Corporación Autónoma Regional del Cauca.
- Perafán, Aceneth. (2013). Valle del Cauca: un estudio en torno a su sociedad y medio ambiente. Colombia: Centro Editorial de la Universidad de Valle.
- Pérez Rincón, Mario A. (2014). Conflictos ambientales en Colombia: inventario, caracterización y análisis. Estudio para 72 casos de injusticia ambiental. CINARA, Universidad del Valle.
- Ramos Gómez, Oscar. (1990). A la conquista del azúcar. Ingenio Riopaila S.A. y Central Castilla S.A. en homenaje a su fundador Hernando Caicedo. Cali: Impresora Feriva.
- Rodríguez, C. A. (1992). Tras las huellas del hombre prehispánico y su cultura en el Valle del Cauca. Santiago de Cali: Instituto Vallecaucano de Investigaciones Científicas -INCIVA-.
- Rojas Guerra, José María (1985). “Sobre el papel de los empresarios en la formación del sector azucarero”. En Boletín socioeconómico #14. Centro de investigaciones y documento socioeconómica CIDSE. Universidad del Valle, Facultad de Ciencias Sociales y Económicas, Santiago de Cali, 1985. P.P. 7-33.
- Rojas Guerra, José M. (2012). Campesinos e indígenas en el suroccidente colombiano. Cali: Programa Editorial de la Universidad del Valle.
- Romero, Diego M. (2014). Las culturas negras en las sociedades afrocolombianas del Norte del Cauca, Colombia. Cali: Programa Editorial de la Universidad del Valle.
- Santos Delgado, Adriana; Sánchez Mejía, Hugues. (2010). La irrupción del capitalismo agrario en el Valle del Cauca, 1900-1950. Cali: Programa Editorial de la Universidad del Valle, 128 p. ISBN 978-958-670-803-6.

- Uribe Castro, Hernando. (2014). De ecosistema a socioecosistema diseñado como territorio del capital agroindustrial y del Estado-nación moderno en el valle geográfico del río Cauca, Colombia. En: Colombia, Revista Colombiana de Sociología. Ed.: Universidad Nacional de Colombia Sede Bogotá v. 37, fasc.2, pp. 121-157.
- Uribe Castro, Hernando. (2017). Transformaciones ambientales y acción colectiva en el valle geográfico del río Cauca frente a la agroindustria cañera 1960-2015. Tres estudios de casos. Tesis Doctoral. Doctorado en Ciencias Ambientales. Universidad del Valle.
- Uribe Castro, Hernando; Holguín, Carmen Jimena. (2012). “A propósito de la oleada invernal, el papel del Estado frente al manejo del dique del río Cauca en Cali, Colombia”. Eleuthera, ISSN: 2011-4532. v. 6, fasc.6, p. 228 - 245.
- Uribe Castro, Hernando; Ayala, Germán; Holguín, Carmen. (2017). Ciudad desbordada. Asentamientos informales en Santiago de Cali, Colombia. Cali: Programa Editorial de la Universidad Autónoma de Occidente.
- Vásquez Sánchez, Jaime. (2000). Geografía rural y de la agricultura. Cali: Universidad del Valle.

**OS ATOS DE ESTADO, OS  
AGRONEGÓCIOS (PAPEL E CELULOSE,  
ÓLEOS VEGETAIS, DENDÊ, ACÁCIA  
MANGIUM), AS GRANDES PLANTAÇÕES,  
A PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E  
AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU**

LOS ACTOS DE ESTADO, LOS AGRONEGOCIOS  
(PAPEL Y CELULOSA, ACEITES VEGETALES,  
PALMA ACEITERA, ACACIA MANGIUM), LAS  
GRANDES PLANTACIONES, LA PEQUEÑA  
PRODUCCIÓN AGRÍCOLA Y LAS QUEBRADORAS  
DE COCO BABAÇU





# Entre a titulação e a grilagem: a construção de expectativas de direito como “*comunidade remanescente de quilombos*” em Tiquara

Cristina da Costa Bezerra<sup>130</sup>

No Maranhão um conjunto expressivo de comunidades tem buscado reconhecimento perante o Estado brasileiro como “remanescentes de quilombos”, na luta pela regularização do uso e da posse de seus territórios tradicionalmente ocupados. Por outro lado, grande parte desses territórios reivindicados encontram-se confrontados pelos *efeitos* de grandes projetos desenvolvimentistas apoiados ou implantados pelo Estado brasileiro, como o Centro de Lançamento de Alcântara - CLA.

Planejado em plena ditadura militar o CLA ou *Base*, como os agentes sociais costumam a ele referir-se, demandou do Estado brasileiro um conjunto de medidas governamentais<sup>131</sup>, culminando na desapropriação de 62.000 mil hectares do município de Alcântara e deslocamento de 312 famílias de 23 povoados para as chamadas *agrovilas*. Almeida (2006) diz que os efeitos de tais medidas abrangeram quase a metade da superfície do município, “intensificando as formas de intervenção governamental na área e acelerando as ações fundiárias, sem quaisquer estudos prévios relativos às particularidades da estrutura agrária ou à identificação étnica das famílias

---

130 Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, mestranda do Programa de Pós-graduação Cartografia Social e Política da Amazônia, pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia - PNCSA e participante do grupo de pesquisa Laboratório Nova Cartografia Social: Processos de Territorialização, Identidades Coletivas e Movimentos Sociais e Grupo de Estudos Socioeconômicos da Amazônia - GESEA. E-mail: cristina.f2009@hotmail.com

131 Refiro-me aos decretos: nº 7.320, que desapropriou para fins de utilidade pública o equivalente a 52.000 mil hectares do município de Alcântara; Decreto nº 72.571, da Presidência da República, de 18 de abril de 1986, que reduziu o módulo rural de Alcântara de 35 para 15 hectares na área relativa à base, permanecendo o restante do município com a mesma área e o decreto presidencial de Fernando Collor de Melo que estendeu a área 62.000 mil hectares, destinados ao Programa Espacial em Alcântara.

atingidas”. De outra parte, essas ações suscitaram, por parte dos agentes sociais, mobilizações de diferentes modos: barricadas, passeatas, seminários, audiências públicas, entre outros.

O pleito como “remanescentes de quilombos” pelas comunidades atingidas pela *Base de Alcântara* e o reconhecimento em 2004 através de certidão expedida pela Fundação Cultural Palmares (FCP) inaugura também uma nova forma de essas unidades sociais se relacionarem com o Estado brasileiro. Trata-se do acesso ao dispositivo constitucional no artigo 68 do Ato das disposições Constitucionais Transitórias -ADCT<sup>132</sup> que garantiria, na interpretação dos agentes sociais, a permanência no território por eles tradicionalmente ocupados. Por conseguinte, a situação ora elucidada, já foi objeto de estudo de um vasto conjunto de trabalhos acadêmicos como os de Almeida (2006) Cantanhede Filho (1997), Shiraiishi Neto (1998), Fernandes (1998), Linhares (1999), Martins (1998), Almeida (2006), Andrade (2006), Silva (2001), Portela Nunes (2008), Pereira Junior (2009), Souza Filho (2013) e Serejo Lopes (2015), orientados na sua maioria, pelo estudo da afirmação das identidades étnicas face ao cenário de conflito social.

Entrementes, a situação das comunidades quilombolas de Alcântara, foge, por assim dizer, do estereótipo de quilombo que segue os moldes da definição do Conselho Ultramarino de 1740, onde tem-se que toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões neles, definição esta dada para o quilombo (ALMEIDA, 2011). Doravante, trata-se de comunidades que historicamente foram constituídas a partir da desagregação de grandes engenhos de cana-de-açúcar e fazendas de algodão, estruturados no período colonial. Alguns estudos, a exemplo daqueles com enfoque antropológico, apontam que a falência dessas fazendas resultou de crises econômicas antes mesmo da abolição da escravidão, levando os chamados “brancos”, que as controlavam, a “fugirem” de Alcântara para a cidade de São Luís.

---

132 “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os títulos respectivos”

A discussão aqui esboçada em forma de artigo, resulta de investimentos em atividades sistemáticas de pesquisa de campo em comunidades quilombolas de Alcântara e na construção de relações sociais<sup>133</sup> com agentes sociais de diferentes posições<sup>134</sup>, que me permitiram nos meandros da pesquisa compreender as especificidades da situação de conflito que eu me propus analisar<sup>135</sup>. Nesse sentido, busquei entender e refletir sobre os processos de construção de expectativas de direito como “*comunidade remanescente de quilombos*”, a partir da escolha de uma situação empírica, a comunidade Tiquara, localizada no município de Alcântara, dentro da área dos 23.000 mil hectares, que juntamente com os 62.004 mil hectares, desapropriados pelo Estado brasileiro para implantação da Base, somam os 85.000 mil hectares certificados em 2004, pela FCP, a referida comunidade encontra-se numa confluência de territórios, limitando-se as terras de Santa Tereza de Ávila<sup>136</sup> reconhecidas pelo Estado como território quilombola de Itamatatua.

### **“Os brancos foram embora”: o contexto de acesso à terra, a interpretação dos consagrados e a construção de uma expectativa de direito como quilombolas**

A Constituição Federal promulgada em 1988, assegura o direito territorial aos “*remanescentes das comunidades de quilombos*”. O referido direito é fruto de pressões dos movimentos sociais, movimentos negros e outras organizações que se mobilizaram face ao processo de redemocratização vivido pelo país no contexto de discussão sobre a nova carta constitucional. Entretanto, a expressão “*remanescentes das comunidades de quilombos*” instituída no âmbito do campo jurídico, de acordo com Almeida (2011),

---

133 A esse respeito consultar: BOURDIEU, Pierre. “Introdução a uma Sociologia Reflexiva.” In: O poder Simbólico. Rio de 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

134 Na realização das atividades de pesquisa de campo foram estabelecidas relações com um conjunto de agentes sociais de diferentes posições e falas. Agentes referidos ao Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara ou ao Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Alcântara ou ainda agentes sociais que tem domínio sobre a história social do grupo.

135 O referido artigo resulta de parte do meu trabalho monográfico, defendido em 2017, sob orientação da professora Patrícia Maria Portela Nunes.

136 A esse respeito consultar: PEREIRA JUNIOR, Davi. Territorialidades e Identidades Coletivas: uma Etnografia de Terra de Santa na Baixada Maranhense. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2012.

deve ser problematizada, considerando que suscita várias interpretações sobre o conceito de quilombo, notadamente aquelas alusivas às definições do Conselho Ultramarino de 1740. De outra parte, para não partirmos da suposição de “remanescente”, “escravo fugido” entre outros, canonizado pelos juristas, Almeida (2011) sugere que, ao tratar de quilombo, partamos do que ele é no presente e não, o contrário. Nesse sentido implica deslocamentos e descontinuidades no que se refere a trabalhar com uma categoria histórica, acrítica e com definição fossilizada há quase três séculos.

Na situação específica de Alcântara, a falência desses empreendimentos resultantes de sucessivas crises econômicas retratadas pela produção literária e por autores consagrados em âmbito regional, bem pode ser interpretada através de inversão com a visão oficial de uma espécie de “fuga”<sup>137</sup> dos chamados *brancos*; estes teriam deixado seus empreendimentos e partido para a cidade de São Luís deixando as terras aos cuidados dos chamados *encarregados*.

A saída dos chamados *brancos* é narrada tanto nas comunidades quilombolas de Alcântara, notadamente naquelas localizadas próximas de alguma ruína ou referida a alguma fazenda, quanto em obras literárias como *Poema Sujo* e *Noites sobre Alcântara*, de Ferreira Gullar e Josué Montello, respectivamente. Entretanto, diferentemente das interpretações nostálgicas empregadas nessas obras, os agentes sociais, ao relatarem a saída dos denominados *brancos*, elucidam o contexto de acesso à terra pelos autodesignados *pretos*:

“Os brancos foram embora e doaram a terra para a minha bisavó Ingraça Persina Cerveira Araújo, ela era escrava deles [...] deixaram documentada no cartório” (Benedito Pereira Araújo; Entrevista: 15/05/2017). (grifos meus).

A fala do senhor Benedito Araújo, morador do povoado São Raimundo, comunidade vizinha de Tiquara, deslinda o contexto de acesso à terra, comum a outras comunidades como Itapuaua, Santo Inácio e Vai com Deus, Cajueiro, Tiquara, entre outras. “Tais narrativas, ao enfatizarem a condição de ex-escravos e de “libertos”, evidenciam um grau de percepção jurídica de sua posição, já que nenhuma lei garantia ao escravo o pecúlio ou a propriedade de bens móveis ou imóveis, ou mesmo a sucessão” (ALMEIDA, 2006).

---

137 O uso das aspas, aqui acionado, deve-se a utilização de fuga em referência à saída dos chamados “brancos” após a desagregação das fazendas.

Nota-se também na literatura citada o endossamento da propalada *decadência da lavoura* enquanto causadora da situação de “abandono” pelos chamados *brancos* da cidade de Alcântara:

*“Quando esta geração passar, e outra vier, e mais outra, talvez só haja ruínas onde hoje se alteiam os velhos sobrados de Alcântara, rodeados de silêncio e solidão. Vejo de perto, mais uma vez, a resignada cidade imperial, depois de tê-la olhado de longe com meus olhos de menino, e sinto-lhe, emocionado, a vagarosa agonia. Dói reconhecer, mas não posso calar; a Alcântara senhorial, que viu passar nas suas ruas retilíneas os orgulhosos palanquins doirados, está-se acabando. Morre devagar, dia por dia, hora por hora, silenciosa e esquecida”.* (MONTELLO, 1984, p. 11).

*“Os sobrados vazios, as igrejas com suas imagens sujas de excremento de morcego mostram, ainda assim, que ela conheceu o esplendor e que seus habitantes gozaram de relativo conforto provinciano. E está morta agora. [...] Mas Almintá viveu um dia. Por suas ruas, hoje destroçadas, passearam jovens brancas, trajando roupas finas, importadas de Paris. [...] Ainda hoje pode-se ver a ruína do palácio que estava sendo construído especialmente para hospedar o imperador: algumas paredes e portais de mármore mantêm-se ainda de pé em meio ao amontoado de pedras de cantaria, devidamente preparadas para compor os muros e arcos... Almintá foi abandonada pelos senhores de escravos e pelos escravos.”* (GULLAR, 1997, p. 13).

Portela Nunes (2011) em sua tese, aborda sobre o abandono da cidade, que é retratada pelos literatos e não caracteriza, todavia, os cerca de duzentos e cinquenta povoados do município que desenvolveram ao longo do tempo vínculos sociais referidos a relações de troca e auxílio mútuo que produziu certa interdependência entre estes. Pude através do trabalho de pesquisa da realização de atividades sistemáticas de pesquisa, observar que mesmo depois da desestruturação produtiva concernente à implantação da *Base*, as práticas de trocas de produtos, bens e serviços continuaram detidos por certos povoados de Alcântara. São Raimundo é tido pelos vizinhos como referência na produção de objetos tecidos com a guarimã, planta encontrada nas chamadas *baixas*; São João de Cortes é reconhecido como produtor de barcos; Santa Maria possui um grupo de mulheres que produzem e comercializam peças com a fibra do olho da palmeira do buriti, chamada *linho*; Itamatatua é reputada para além da vizinhança por produzir peças de cerâmica, chamado *barro*; em Brito um grupo de mulheres tecem e comercializam redes com fio de

algodão; em Canelatiua além do prestígio do sr. Domingos Ribeiro, conhecido pelos vizinhos como o *Doutor de ossos de Canelatiua*, nos deparamos também com um conjunto de saberes relacionadas à pesca, roça e a uma variedade de cofos tecidos com a palha do olho da palmeira do babaçu, chamada *pindova*.

De todo modo, valendo-me da leitura do livro *A Ideologia da Decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão* verifica-se como tal esquema interpretativo lançado mão por autores consagrados por agências de consagração regional, referidos a classe dirigente, se impôs enquanto modelo aos prógonos e epígonos:

Dispondo-a no centro de suas análises e reflexões os estudos produzidos nas primeiras décadas do século XIX por autores consagrados como Gaioso, Garcia de Abranches e Paula Ribeiro comumente classificados, nas histórias literárias e pelas agências de legitimação a nível regional, de *patronos* e *clássicos*, instituíram-na como elemento essencial para a compreensão da vida econômica e social da província. A referida *decadência da lavoura* se impôs como um acontecimento de menção obrigatória nas análises e estudos posteriores que versam sobre aspectos políticos e econômicos do Maranhão no século passado. A relevância, advinda desta condição de lugar comum, permitiu que o elenco de interpretações contemporâneas de sua própria ocorrência fosse acrescido de outras mais realizadas em décadas ulteriores por historiadores e outros pesquisadores em ciências sociais voltados para trabalhos que envolvam reconstituições históricas. (ALMEIDA, 2008).

A partir de tal premissa, pode-se conjecturar também que a produção intelectual desses consagrados, contribuiu em certa medida, para a implementação de práticas ideológicas e/ou políticas fundamentadas na constatação de um suposto “atraso” social, cultural e econômico a que estava fadada a referida cidade. Destarte, Serejo Lopes (2015) salienta que a *decadência* enquanto padrão explicativo vigente continua a alimentar os discursos dos planejadores do programa aeroespacial:

“...fala-se muito em políticas públicas, como educação, energia elétrica, água encanada e outros. **Chama-se atenção para fatos como: impacto econômico que o município sofrerá positivamente; elevação de empregos, etc.**” (SEREJO LOPES, 2015 apud SEREJO LOPES, 2007).

Todavia pode-se asseverar ainda que as interpretações da classe dirigente do período colonial e imperial, referidas à “fuga” dos chamados *brancos*, produz até nos dias atuais efeitos que são, por assim dizer, danosos àquelas comunidades que no presente se colocam perante o Estado brasileiro como “remanescentes de quilombo”. Parece-me que permanece ainda no imaginário da classe dirigente local um saudosismo jamais percebido nas comunidades por onde andei.

Ressalta-se também as iniciativas museais: o Museu Casa Histórica de Alcântara, conhecido localmente como *Museu Casa*, contempla em seus acervos, mobílias usadas por nobres no período colonial e imperial, retratando, por conseguinte, a memória de uma elite agrária, em tempos da chamada “*idade de ouro*”<sup>138</sup>. Entrementes, em visita a chamada *Casa de Cultura Aeroespacial* organizada pelo CLA, conhecida localmente como *Museu da Base*, notamos que a referida casa traz em seu acervo *bannes*, maquetes, e pinturas a óleo, que retratam, uma sucessão de feitos tidos como bem sucedidos por aqueles que organizaram esse acervo. Conforme observado por Portela<sup>139</sup>(2018), a referida exposição não contempla o direito concedido pelo Estado brasileiro em 2004, através da Fundação Cultural Palmares as autodesignadas “*comunidades remanescentes de quilombo*”, a referida observação afirma-se no modo de como a mencionada casa trata as mencionadas comunidades como “*populações locais*” diluindo por assim dizer, a diversidade das identidades étnicas, afirmadas por aqueles que se consideram atingidos pelo empreendimento de tecnologia aeroespacial. Nota-se também um silenciamento dos autodesignados quilombolas pelas iniciativas acima citadas.

Por outro lado, as situações de *terras de preto* no chamado território étnico de Alcântara, notadamente na parte certificada que não foi desapropriada, configuram no presente diferentes situações de conflitos. A pressão agrária gerada pela implantação da *base* e as sucessivas ameaças de deslocamentos,

---

138 A expressão “idade de ouro” foi cunhada por pelo Presidente da Província do Maranhão, Comendador Antônio Cândido da Cruz Machado em 1856, ao referir-se a uma prosperidade da lavoura no século XVIII. A esse respeito consultar ALMEIDA, 2008.

139 As observações foram proferidas tanto em debates no grupo de pesquisa e durante fala da referida professora durante o Seminário Internacional Centro de Ciências e Saberes: Trabalho Etnográfico e Cartografia Social



concorrem com o aquecimento do mercado de terras, a exemplo de alguns povoados visitados, como: Castelo, São Maurício e Tiquara; se teve notícias ainda de tais ocorrências em Cajiba. Tais situações corroboram também para a construção de uma expectativa de direito como quilombolas, fundamentos no art. 68 do ADCT da Constituição Federal.

Em Tiquara, dona Inácia, uma moradora da comunidade, concentra em suas narrativas tanto aquelas referidas ao conflito com o pretense comprador de terras quanto aquelas que ouvira seus familiares contar a respeito do chamado *tempo dos brancos*. Tais narrativas aludem ao contexto de chegada de sua família na fazenda São Maurício, vinda de um povoado no município de Bequimão, limite com o município de Alcântara. Nestas narrativas esta senhora esclarece que quando sua família mudou para a fazenda acima mencionada o período da escravidão já tinha cessado, no entanto ela que conta que um tio materno dizia que ainda encontraram vestígios de maltratos aos *pretos* pelos chamados *brancos*:

Ele contava que encontraram muita canela de *preto* acorrentada no mato, quando iam colocar roça achavam. Tinha o poço também que até pouco tempo dava para ver (antes da estrada de asfalto), diziam que os *brancos* jogavam os pretos nesse poço. (Entrevista, Dona Inácia, Inácia Rodrigues, 08/05/2015).

Fundada pelo senador Jerônimo José de Viveiros no início do período imperial, conforme ressalta Viveiros (1999), a fazenda São Maurício, foi o primeiro empreendimento agrícola de uma próspera família de comerciantes. Considerada uma das mais influentes famílias da chamada *idade ouro*, a linhagem dos Viveiros barganhara cargos políticos e títulos de nobreza no período imperial. De outra parte, a narrativa dos agentes pertencentes às famílias de ex-escravos dos engenhos Kadoz, Tramaúba e São Maurício descrevem esses denominados *brancos* como malvados, apontado para fugas e formação dos quilombos a exemplo do território quilombola de Camatutua no município de Cajari<sup>140</sup>.

---

140 A esse respeito consultar: PADILHA, Ednaldo. Resistência e Fé: narrativas de um Quilombola, São Luís, 2015.

## **“Na baixa pegamos o peixe, a juçara, o buriti para nossa alimentação...”: o conflito e as disputas pelo uso comum dos recursos naturais**

“Primeiro ele meteu as maquinas e fez três açudes e nós ficamos quietos, depois ele meteu as maquinas novamente para fazer onze açudes dentro da baixa onde todo mundo usa. Aí reunimos todo mundo para tirar as maquinas de lá... É uma *baixa* utilizada por São Mauricio e São Raimundo também. Lá tem uma cabeceira de manguezal, tiramos peixe, juçara, amarramos os bois. Aí ele ia terminar os açudes e cercar toda área. Ele prestou queixa na delegacia, fomos na delegacia e fizemos um acordo para que não houvesse cerca nenhuma e que não impedisse ninguém de usar a baixa. Depois disso ele faz uma cerca e nós novamente nos reunimos e derrubamos as cercas.” (Paulo Sergio Rodrigues, 08/08/2015).

A chegada de um pretense comprador de terras em Tiquara no final da década de 70, do século passado, alterou drasticamente o modo de vida daqueles que ali viviam desde o período colonial, principalmente no tocante as formas de uso dos recursos naturais. Segundo a família de umas das moradoras visitadas, este senhor expulsou de mais trinta famílias do povoado, destruiu e cercou as chamadas *baixas* com a instalação de açudes, implantou um projeto habitacional e uma casa de recuperação de dependentes químicos dentro do povoado, destruía e impedia a colocação de rocas, intimidava de modo violento as pessoas, que viviam escondidas no mato, dentre outras.

O cercamento das referidas *baixas* pelo pretense comprador de terras colide com a apropriação dos recursos naturais nas comunidades quilombolas de Alcântara, que embora haja variações em determinados povoados, não obedece, por assim dizer, aos preceitos de uma lógica dominante de apropriação privada dos recursos naturais. Conforme observado, à revelia da ordem estabelecida pelo Estado, essas comunidades constroem sistemas próprios com critérios e regras estabelecidos secularmente. Segundo Almeida (1985):

“A terra é vista por eles com um bem não sujeito a apropriação individual em caráter permanente e a sua ocupação obedece a um determinado conjunto de regras, consoante um patrimônio cultural determinado, que prevê formas peculiares de utilização que combinam a apropriação privada com o usufruto comum dos recursos naturais” (ALMEIDA, 1985 apud SILVA, 2001).

Os estudos realizados na Baixada Maranhense desde o final da década de 60, notadamente aqueles referidos aos pesquisadores do Museu Nacional, como Mourão (2008) e Prado (2008) apresentam dados etnográficos acerca de como essas comunidades constroem tais regras, nos possibilitando aferir sobre a construção das *territorialidades específicas*, sejam elas: *terras de preto*, *terras de santa*, *terras de santo*, *terras santíssimo*, *terras da pobreza* (ALMEIDA, 2006), enquanto modos peculiares de acesso à terra.

Estudos mais recentes como os de Linhares (1999), Martins (1998), Almeida (2006), Silva (2001), Portela Nunes (2008), Pereira Junior (2009) e Serejo Lopes (2015) incorporam nos seus trabalhos o uso comum dos recursos naturais e a relação com o território como elementos demarcadores da *fronteira étnica* (BARTH, 2000), em face do reconhecimento como *comunidades remanescentes de quilombos*. Pleito este, reivindicado a partir da mobilização política em confronto com a *Base Espacial*.

## **A luta pela permanência no território e as diferentes nuances do conflito: Do conflito agrário ao conflito étnico?**

Nas primeiras atividades de pesquisa de campo em comunidades quilombolas de Alcântara em 2014, tive a oportunidade de participar de uma reunião do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara - MABE. Nesta reunião, os agentes sociais discutiram sobre os conflitos com a *Base* e os problemas referidos à não titulação do território, como o aumento de conflitos na parte do território que fora certificado, porém, devido à morosidade no processo, essa fração do território ainda não foi desapropriada, permanecendo no mercado de terras. Na reunião, os agentes sociais utilizavam o mapa do território, para especificar aquelas áreas de maior conflito.

Ao realizar alguns *survey*, e seguir as indicações de agentes sociais referidos ao MABE, na procura por uma situação empírica que me permitisse observar o conflito das comunidades com a *Base*, deparou-me com um conflito de terras em Tiquara. Aparentemente tratava-se de um conflito agrário entre os moradores do povoado e das comunidades vizinhas, São Raimundo e São Maurício com um pretense comprador de terras, que havia expulsado na década de 80 mais de 30 famílias do povoado, destruído

*baixas* com implantação de açudes, implantado projeto habitacional e casa de recuperação de dependentes químicos dentro do povoado, entre outros. Na fala dos entrevistados não havia qualquer menção à *Base*, reportavam-se apenas à situação de conflito e aos direitos de permanência no território, enquanto quilombolas.

De outra parte, ao entrevistar as lideranças sindicais, convocadas pelos moradores para mediar o conflito de terras, ouço do presidente do STTR: “*Todos os conflitos que agente presencia aqui em Alcântara tem o dedinho da Base*”. A percepção dessa liderança acerca do conflito \_ pensado por mim inicialmente apenas como agrário \_ me possibilitou refletir e relativizar sobre as categorias e conceitos utilizados para entender a situação estudada.

O terror provocado por este pretensão proprietário de terras ocasionou ainda no deslocamento das famílias para outros povoados e para bairros da periferia de São Luís, como: Vila Embratel, Cidade Operária, Vila Palmeira, Liberdade e Camboa, essas duas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares - FCP, em 2018 como quilombos urbanos. Locais estes, onde residem a maior parte dos parentes e conhecidos de Dona Inácia. A imobilização da força de trabalho (Almeida, 2006) e o impedimento do acesso aos recursos naturais, como o acesso às *baixas* e a colocação de roças segundo dona Inácia, contribuíram para tais deslocamentos.

*Ele tomava os cofos de juçara das pessoas, destruía as roças. Tinha uma mulher chamada Teresa que era professora, nascida aqui, no dia que ele estava ai não tinha aula, ela morria de medo dele. Uma vez ela agarrou um pessoal e foram para Alcântara, mas a maior parte do povo na época não tinha documento e não tiveram como comprovar que moravam aqui. Aí eles não deram as leis (direitos), não tinham documentos. (Dona Inácia, 08/08/2015).*

A resistência da família de Dona Inácia em permanecer no território, perpassa por uma série de atos de violência, que já dura mais de 30 anos. Nas narrativas que coligi em Tiquara, São Maurício e São Raimundo sobre este senhor, os agentes sociais descrevem diversas estratégias utilizadas por ele para ter domínio da terra, como a grilagem<sup>141</sup>, alianças com os militares e com o poder público municipal.

“Esse homem veio de Pinheiro, se entrosou com Isidoro Sousa que tinha uma parte de herança e comprou o direito de Isidoro Sousa, que no cartório consta como mais ou menos 100 hectares. Depois que ele comprou, vinha de Pinheiro com o carro cheio de capangas e dizia que eram policiais. Enquanto eles estavam aí ficavam atirando, botando medo nas pessoas, tinha gente que passava o dia no mato com medo. Aí ele ficou ameaçando e ainda diz que nós somos invasores da terra dele. Isso dá um romance, *todo mundo foi embora, ficou somente nós aqui e o João Sousa do outro lado, a maior parte foi embora, alguns foram para São Raimundo.*” (Inácia Rodrigues, 08/05/2015).

A tentativa de descrever situações de conflitos que, na visão de um pesquisador desavisado poderia figurar apenas sob a égide do conflito agrário, facultou-se a proceder uma análise mais detida sobre os diferentes processos de afirmação identitária, tomando como foco aquelas situações de acesso à terra decorrente da saída dos chamados *brancos*. Todavia as narrativas sobre essas situações sociais denominadas *terras de preto*, ganharam força em face da mobilização política contra as ações da *Base* e pela permanência no território, garantida pelo Art. 68 do ADCT. Por outro lado, ao tratar da territorialidade específica acima citada, se tentará descrever as diferentes interpretações da saída dos chamados *brancos* pelos agentes sociais referidos no presente a comunidades próximas as ruínas de engenho ou *casa grande*, e pelos literatos consagrados.

---

141 Apropriação irregular de terras, a partir de fraude e falsificação de títulos de propriedade.

## Considerações finais

No presente, as ameaças de expansão da *Base* e de deslocamento compulsórios empreendido pelo governo federal acentuam o conflito étnico instaurado há mais de 30 anos. As ameaças jazem precipuamente àquelas comunidades situadas no litoral ou nas suas proximidades. Todavia, nos debates ocorridos em reuniões que tive a oportunidade de participar, e até mesmo na comunidade Tiquara, que fica distante da área pretendida pelos militares, testemunhei os agentes relatando, que tal ação, impactaria não somente aquelas comunidades intimidadas, mas todo o município, intensificando inclusive os conflitos na área que não foi desapropriada, acentuando os *efeitos* da recusa do Estado à titulação.

Tal entendimento é alicerçado, sobretudo, no tocante a restrição e usufruto dos recursos naturais, notadamente o acesso a *praias, rios e igarapés* de onde tiram o pescado que segundo eles, abastecem os demais povoados e as agrovilas. Outro ponto destacado, quando afirmam veemente a recusa de deslocamento, é a situação das *agrovilas* e o não cumprimento de promessas dos militares pra com as mesmas a época de sua implantação. Destarte, explanam que a *Base* até o presente não ofereceu nenhum retorno às comunidades e tampouco ao Estado brasileiro e ainda assim, planejam expandir e causar mais transtornos as comunidades, que se percebem como atingidas por este empreendimento.

De todo modo, as narrativas de acesso à terra ou a memória de lutas referidas a *Base* espacial, ou ainda o acionamento do Art. 68 do ADCT convergem de diferentes maneiras e contextos para a afirmação de uma identidade étnica. Nesse sentido, a construção de uma perspectiva de direito como “*remanescentes de quilombos*” na fala dos agentes, perpassa pela garantia (titulação) de permanência no território tradicionalmente ocupado e o acesso aos recursos naturais.

## Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de quilombo, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Os Quilombos e as Novas Etnias*. Manaus: UEA Edições, 2011.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Os quilombolas de Alcântara e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico*. vol. 1, Brasília: MMA, 2006.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *A Ideologia da Decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão*. Rio de Janeiro: Editora Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- ASSELIN, Victor. *Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás*. Ética Editora, 2009
- BARTH, Fredrik. *Os grupos étnicos e suas fronteiras*. In: *O guru, e o iniciador e outras variações*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000, p. 25-67.
- BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma Sociologia Reflexiva. In: *O poder simbólico*, Lisboa, DIFEL, 2002.
- MORAIS, S. PEREIRA, S. A. DINIZ, M. A. P. [et al] . *Lutas em Memória: A luta pela 'terra' reforçada pela luta em defesa dos 'territórios' quilombolas*. Orgs. Patrícia Portela, Cynthia Martins; [et al] 1. ed. Rio de Janeiro: Casa 8, 2016. v. 6. 167p.
- PADILHA, Ednaldo. *Resistencia e Fé: narrativas de um Quilombola*, São Luís, PPGCSPA/UEMA, 2015.
- PEREIRA JUNIOR, Davi. *Territorialidades e Identidades Coletivas: uma Etnografia de Terra de Santa na Baixada Maranhense*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2012.

- PORTELA NUNES, Patrícia Maria. *Canelatiua, Terra dos Pobres, Terra da Pobreza: uma territorialidade ameaçada, entre a recusa de virar Terra da Base e a titulação como Terra de Quilombo*. Tese de Doutorado. Programa Pós-Graduação em Antropologia - PPGA/UFF, 2011.
- PRADO, Regina de Paula Santos. *Todo ano tem: as festas na estruturassocial camponesa: São Luis*. EDUFMA. 2007.
- SÁ, Laís Mourão. *O pão da terra: propriedade comunal e Campesinato livre na Baixada Ocidental Maranhense*. São Luis: EDUFMA, 2007.
- SEREJO LOPES. Danilo da Conceição. *As territorialidades específicas como categoria de análise na construção do direito de propriedade das Comunidades Quilombolas de Alcântara*, Dissertação defendida no Programa de Pós Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia- PPGCSPA/UEMA, 2015.



# Regimén de veridicción, estados de dominación y gubernamentalidad bioeconómica de la palma de aceite en Brasil y Colombia

Elielson Pereira Da Silva<sup>142</sup>

Rosa Elizabeth Acevedo Marín<sup>143</sup>

## Introducción

En el transcurso de los años 1974 a 1979, Foucault dedicó gran parte de su mirada intelectual para reflexionar sobre el concepto de biopolítica, a través de entrevistas, conferencias, de los cursos proferidos en el Collège de France y del libro *Historia de la Sexualidad I: Voluntad de Saber* (VS).

El marco inicial de la biopolítica contenido en el libro *Historia de la Sexualidad I: Voluntad de Saber* y en la última sección del curso titulado *Em Defensa de la Sociedad* (DS), se remite a una tecnología de gestión constituida por dos elementos interdependientes: a) una *anatomo-política* del individuo, consonante el control, disciplinamiento y docilización de los cuerpos; b) una *biopolítica* de la población, del cuerpo biológico como especie sometido a procesos de regulación en tanto fenómeno colectivo, buscando maximizar la vida, rompiendo con las predicciones del viejo poder soberano.

Ahora bien, el propio Foucault es responsable por un desplazamiento teórico de su concepto inicial de biopolítica, reconfigurándolo en el contenido de los cursos *Seguridad, Territorio, Población* (STP) y *Nacimiento de la Biopolítica* (NB) desplegados en los años 1977-1978 y 1978-1979, respectivamente. En

---

142 Doctorando en Desarrollo Socioambiental, en el Núcleo de Altos Estudios Amazónicos, de la Universidad Federal de Pará. Pasante en el Instituto de Estudios Regionales de la Universidad de Antioquia. Correo electrónico: epsilva@ufpa.br

143 Doctora en Historia y Civilización, Profesora del Núcleo de Altos Estudios Amazónicos, de la Universidad Federal de Pará. Correo electrónico: rosaacevedomarin@gmail.com

efecto, la biopolítica ahora es vinculada a los mecanismos de subjetivación y de formación del Estado (Lemke, 2010), del gobierno de las conductas de uno mismo y de los otros, impulsado por el liberalismo luego sucedido por el neoliberalismo como tecnología gubernamental anclada en la economía política y en los dispositivos de seguridad. Esto es el marco fundamental de la gubernamentalidad foucaultiana.

Interpretar como los aportes teóricos de la gubernamentalidad biopolítica pueden ser aplicados a los estudios empíricos respecto a la economía política de la palma aceitera en Brasil y en Colombia es la primera cuestión por responder, basándose en el constructo hecho por Foucault principalmente en los cursos *Seguridad, Territorio, Población y Nacimiento de la Biopolítica* sobre el gobierno de las conductas de los otros y de uno mismo, bajo la regencia de los dispositivos engendrados por el neoliberalismo. Además, las reflexiones recientes de Dardot y Laval (2015; 2016) intentan ayudar a sustanciar el análisis.

La sección final plantea sobre los múltiples dispositivos de control de uso de la tierra empleados en el contexto de la siembra de palma aceitera impulsada por políticas institucionales en los dos países, conjugadas con estrategias corporativas de grandes conglomerados económicos nacionales y transnacionales. La idea es evidenciar la imbricación entre el acaparamiento de tierras y las prácticas sofisticadas de apropiación del suelo, a través de las “alianzas productivas estratégicas” y de los “contratos de integración” de largo plazo celebrados entre las empresas y los campesinos, desde los enfoques de la gubernamentalidad y los estados de dominación.

## **Gubernamentalidad biopolítica y su aplicabilidad en los estudios sobre el palmicultura**

Mientras en la primera parte de su construcción teórica Foucault se había dedicado a *arqueología* de las ciencias e de los sistemas de pensamiento, cuyo énfasis estaba centrado en las prácticas y formaciones discursivas que han constituido las positividades, en la segunda parte de ella la *genealogía* se ha destacado como el método de análisis empleado para examinar las múltiples relaciones de poder imbricadas en la estructura social. En efecto, la noción de

*gobierno* se ha vuelto un elemento central en esta inflexión. Como el propio Foucault señala en un post-scriptum contenido en el libro de Paul Rabinow y Hubert Dreyfus suscrito en el final de la década de 1970, la centralidad de su proyecto teórico general es la constitución del sujeto. Este es el punto de articulación entre los dos planteamientos mencionados.

En el *Nacimiento de la Biopolítica*, Foucault (2008b, p. 127) señala que la polisémica noción de gobierno es constituida por múltiples significados, que pueden atribuirse tanto a las dimensiones de la vida material cuanto al ámbito teológico-religioso. Incluye la subsistencia humana cuando las necesidades básicas de supervivencia son suplidas adecuadamente. En el sentido moral, consiste en la relación entre individuos, donde se observa la conducción de uno por el otro, en la imposición de un determinado régimen, en el ejercicio de prácticas de control y de mando. En la perspectiva mercantil está asociado a relaciones de intercambio. Cuanto a el punto de vista espiritual tiene a ver con el “gobierno de las almas”. En resumen, gobierno es “el arte de ejercer el poder en la forma y de acuerdo con el paradigma de la economía”.

En el pos-scriptum *El poder y el sujeto*, en lo cual las nociones de relaciones de poder son diseñadas con más claridad, Foucault plantea que “el ejercicio del poder consiste en guiar las posibilidades de conducta y disponerlas con el propósito de obtener posibles resultados. Básicamente, el poder es menos una confrontación entre dos adversarios, o el vínculo de uno respecto del otro, que una cuestión de gobierno”. (Foucault, 2001, p. 253). Dos factores hay que ser destacados: a) la libertad de acción es inherente a las relaciones de poder, como el elemento clave de los procesos sociales de resistencia y contraconductas. El propio autor señala que no hay que se hablar de poder cuando prevalecen la coerción y violencia, sino de relaciones de dominación; b) la preferencia teórica por el término “agonismo” en sustitución a “antagonismo”, basado en el sentido etimológico griego: lucha, combate.

El verdadero centro de las relaciones de poder es la reluctancia de la voluntad y la intransigencia de la libertad. Antes que hablar de una libertad esencial, sería mejor hablar de un «agonismo», de una relación que es al mismo tiempo recíproca incitación y lucha; menos una confrontación cara a cara que paraliza a ambos lados que una permanente provocación (ibid., p. 254).

Foucault ha delineado aún que “para hacer el análisis de las relaciones de poder es necesario considerar ciertos puntos: los sistemas de diferenciaciones, los tipos de objetivos, los medios por los cuales se crean relaciones de poder, las formas de institucionalización, los grados de racionalización”. (ibid., p. 256). Serían, por supuesto, elementos-clave para examinar el poder no de manera esencialista, pero a través de las relaciones que lo constituyen y lo moldean.

Si el concepto de *gobierno* se torna clave para evidenciar las relaciones de poder en el análisis foucaultiano, es necesario clarificar la noción de conducta, pues gobernar está imbricado con la conducción de las conductas. Exactamente en el pastorado cristiano la conducta fue el elemento fundamental introducido en la sociedad occidental. En *El poder y el sujeto*, la noción de “conducta” es, al mismo tiempo, conducir a otros (de acuerdo con mecanismos de coerción que son, en grados variables, estrictos) y una manera de comportarse dentro de un campo más o menos abiertos de posibilidades”. (Foucault, 2001, p. 253). Asimismo, en *Seguridad, Territorio, Población*, Foucault arguye que el término tiene

(...) dos significados, el primero se refiere a la conducción, actividad de conducción, conducir la conducción. En otro sentido consiste en la forma como se conduce a uno mismo, la manera como se deja conducir, el modo como es conducido, y, como, después de todo, ella se comporta bajo el efecto de una conducta que sería acto de conducta o de conducción (Foucault, 2008a, p. 255).

Si bien la conducta significa, por un lado, *gobernar a los otros*, y por otro, *gobernar a sí mismo*, la contraducta consiste en “la lucha contra los procedimientos puestos en práctica para conducir los otros, en el sentido activo del término” (Foucault, 2008a, p. 266). Aunque concuerdan con la importancia crítica de esta formulación en el contexto de la gubernamentalidad, Dardot y Laval (2015; 2016) la consideran limitada, pues es eminentemente reactiva y carente de una perspectiva emancipatoria frente a la orden normativa neoliberal.

Retomando la cuestión del gobierno, hemos recurrido a cuatro autores que delinean este concepto con más aproximación con el objetivo de este trabajo. Son ellos: Michel Foucault, Thomas Lemke, Pierre Dardot y Christian Laval.

En el contexto del análisis de las imbricaciones entre sujeto-poder-libertad-conducta-gobierno-contraconducta, Foucault (2001, p. 254) sostiene que “gobernar, en este sentido, es estructurar un campo posible de acción de los otros”. En efecto, es de este modo que el poder es ejercido en las relaciones sociales. El autor ha añadido que “las relaciones propias del poder, por eso mismo, no podrían ponerse en un sitio de violencia o de lucha, ni en uno de vínculos voluntarios sino más bien en el área del modo de acción singular, ni belicoso ni jurídico, que es el gobierno”. Con esto, Foucault alejase de los planteamientos basados en el consenso y la violencia.

Por otro lado, en aquellas relaciones donde prepondera la coacción y ausencia de libertad, impidiendo la consecución de una estrategia que cambie las prácticas de los sujetos involucrados, se puede notar la presencia de *estados de dominación*. Ellos se evidencian «cuando un individuo o grupo social llega a bloquear un campo de relaciones de poder, a hacerlas inmóviles y fijas, obstaculizando cualquier reversibilidad del movimiento – por instrumentos que tanto pueden ser económicos cuanto políticos o militares [...]». Para aclarar más, en tal contexto, «las prácticas de libertad no existen, o existen sólo de manera unilateral o son extremadamente restrictas y limitadas» (Foucault, 2006, p. 266). Así, hay que verificar se en determinados casos sería posible una combinación de relaciones de poder, a través de tácticas de gubernamentalidad, por un lado, y de estados de dominación, por intermedio de la violencia y privación de la libertad, por otro.

En la perspectiva de Dardot y Laval (2015, p. 288), consonante con los postulados de Foucault, la noción de gobierno visa delimitar “una relación de poder que envuelve un ‘modo de acción singular’, que no es ni belicoso ni jurídico y que de esa forma huye a la alternativa de la violencia y del contrato. Entendida de esa manera, la relación de poder envuelve sujetos libres susceptibles de elegir, en el interior de un campo dado, entre varias conductas posibles”. Nuevamente el *agonismo* contenido en la proposición foucautiana subyace en la imbricación entre *sujeto-conducta-gobierno-libertad*.

Otro autor que sigue las mismas pistas es el sociólogo alemán Thomas Lemke. Ello ha conceptualado el *gobierno* como un *continuum* entre gobierno político y tecnologías de sí mismo, es decir, de técnicas de dominación inherentes al aparato estatal y técnicas de control de individuos desde suyas

subjetividades [...] conducción de las conductas, a través de una anatomía política del cuerpo y una economía política de la vida (Lemke, 2017b, p. 207). Un de los ejemplos más nítidos es la tentativa de responsabilizar el individuo por sus éxitos y fracasos, a través del “cuidado de sí mismo”. En la racionalidad neoliberal se ha visto una congruencia entre el individuo responsable y moral y el individuo económico y racional, donde el significado de libertad es asociado a riesgo, miedo y seguridad (Lemke, 2010). Así, las causas sociales y estructurales son eclipsadas por la lógica de evaluación de uno mismo. Además, el autor subraya que el *gobierno* es el punto de convergencia de dos proyectos teóricos supuestamente diferentes de Foucault: la genealogía del Estado y la genealogía del sujeto, en otras palabras, de las tecnologías de dominación con las tecnologías de si mismo.

Estos aportes teóricos son fundamentales para comprender el arte de gobierno designada por Foucault como *gubernamentalidad*, es decir, la manera de conducir la conducta de los hombres, desencadenada desde mediados del siglo XVIII a través de la razón de Estado y cambiada profundamente con la emergencia del liberalismo. Un nuevo paradigma en lo cual la “economía de las almas” derivada del pastorado cristiano es remodelada y reemplazada por la “gestión económica de la población”, trascendiendo la esfera del *oikos* y reconfigurando las relaciones de poder. En *Seguridad, Territorio, Población* ella es designada de modo general como

el conjunto constituido por las instituciones, procedimientos, análisis y reflexiones, cálculos y táticas que han permitido ejercer esta forma muy bien específica de la complejidad del poder que tiene como mira la población, como forma más sustancial de saber la economía política, como instrumento técnico esencial, los dispositivos de seguridad. Asimismo, se refiere a la línea de fuerza que, en todo el Occidente, ha consumado la preeminencia del tipo de poder llamado “gobierno” sobre todos los otros – soberanía, disciplina – y que se ha traído, por otra parte, el desarrollo de todo un conjunto de saberes. Por fin, representa aún el proceso en lo cual el Estado de justicia, cambiado posteriormente en Estado administrativo se ha visto gradualmente “gubernamentalizado [...] el propio término ‘poder’ no hace más que designar un [campo] de relaciones que tiene que ser examinado por completo, y el que he sugerido llamar de gubernamentalidad, es decir, la manera como se conduce la conducta de los hombres no es más que una propuesta de tabla de análisis para estas relaciones de poder (ibid., p. 143-4; 258).

En su interpretación sobre el concepto de gubernamentalidad, Lemke (2017b, p. 202) ha apuntado la importancia de “comprobar no solamente se la racionalidad neoliberal es una representación apropiada de la sociedad, pero además como ella funciona como una ‘política de la verdad’, produciendo nuevas formas de conocimiento, inventando nociones y conceptos distintos que contribuyen para el ‘gobierno’ de nuevos dominios de regulación e intervención”.

Con respecto a gubernamentalidad neoliberal, el entendimiento de Dardot y Laval (2015, p. 284-5) es que se trata de una racionalidad, una lógica normativa en que las dos dimensiones distintivas son la norma de la competencia y en el modelo de la empresa, abarcando todas las esferas de la existencia humana. “No es una prescripción de política económica, como se podría suponer, pero es un modo de gobierno de los hombres que tiene un carácter general y que afecta el conjunto de las instituciones”.

Diferentemente de lo que se podría suponer, el neoliberalismo no se trata de limitar la razón gubernamental, pero sí expandirla. La supuesta tesis del “Estado mínimo”, tan alegada por los neoliberales y por los propios críticos de izquierda, es completamente refutada por Dardot y Laval en *La Nueva Razón del Mundo* (2015), basándose en las análisis de Foucault y Polanyi sobre el rol de las políticas estatales en la institucionalización de la orden normativa vigente. En otras palabras, la denominada retirada de escena del Estado es una extensión del gobierno (Lemke, 2017b, p. 206).

El Estado neoliberal es “gubernamentalizado”, en el sentido de que los nuevos dispositivos institucionales que lo distinguen intentan crear situaciones de competencia, introducir lógicas de elección, desarrollar métricas de desempeño, cuyo efecto es modificar la conducta de los individuos, cambiar su relación con las instituciones y, más precisamente convertirlos en consumidores y emprendedores. Las políticas educacionales y académicas son ejemplos perfectos de esta dinámica. (Dardot y Laval, 2015, p. 288).

Anclado en estos fundamentos teóricos foucaultianos, corroborados por otros autores que han estudiado la biopolítica, la referida sección cumple el objetivo de esbozar respecto de la gubernamentalidad bioeconómica y sus enlaces con la economía política de la palma aceitera, desde análisis empíricas realizadas en Brasil y en Colombia. La bioeconomía ha emergido en los últimos

años como el punto de encuentro entre los saberes de la economía política y las ciencias biológicas, en lo cual discursos como desarrollo sostenible, cambio climático, calentamiento global, economía verde, capital natural y biotecnología se han interseccionado en tanto prácticas de neoliberalización de la naturaleza, concibiendo una nueva gubernamentalidad, es decir, una novedosa política de la verdad orientada hacia la conducción de las conductas.

Mientras en *Las Palabras y las Cosas*, Foucault había identificado el simultáneo nacimiento de la biología e de la economía política en sustitución a la historia natural y el análisis de la riqueza, sobre el solo de una disposición epistemológica rigurosa y general responsable por nuevas formas de saber, ahora se evidencia el intento de naturaleza política, gubernamental y económica de promover la capitalización de la vida de manera intrínsecamente expansiva e ilimitada, bajo las predicciones de la razón neoliberal, a través de la unificación de los dos campos de saber (Cooper, 2008).

En los últimos años muchos estudios han sido desarrollados sobre la emergencia de la *bioeconomía*, desde múltiples enfoques analíticos como las vertientes marxista, neoclásica e foucaultiana, como por ejemplo los estudios de Rabinow y Rose (2006), Waldby y Mitchel (2006), Cooper (2008), Lander (2008), Rose (2012), Pavone (2012), Sacchi (2015) e Lemke (2017a). Sin embargo, en este ensayo no se objetiva profundizar las diferencias entre las variadas abordajes, pero solamente evidenciar algunos puntos relevantes de la genealogía bioeconómica.

Lemke (2017) ha apuntado que los orígenes de esta definición pueden estar relacionadas a varios conceptos, como el de *economía humana* formulado por Goldscheid; al de *política vital* concebido por Röpke y Rüstow, ordoliberales alemanes; y el de *capital humano*, propuesto por Schultz y Becker, neoliberales oriundos de la Escuela de Chicago. Ahora bien, en el comienzo de los años 1970 es que la noción de bioeconomía ha logrado emerger en el discurso académico desde los Estados Unidos, como lo reconocen Lander (2008), Cooper (2008), Pavone (2012) e Sacchi (2015).

La bioeconomía puede ser inscrita en los marcos de la racionalidad neoliberal en tanto política de la verdad, donde «se han producido nuevas formas de conocimiento, invirtiendo nociones y conceptos diferentes que



han contribuido para el *gobierno* de nuevos dominios de regulación y de intervención» (Lemke, 2017b, p. 202). El autor subraya la vinculación del discurso del desarrollo sostenible a este dominio, en lo cual «la naturaleza y a propia vida está siendo tragadas hacia el interior del sistema económico de gestión eficiente de recursos».

Por otro lado, bajo inspiración de los postulados de Edward Yoxen en los años 1920, Rose (2012) ha sostenido que los rasgos del surgimiento de la bioeconomía remontan a la revolución agrícola del Neolítico, a partir del momento en que el ser humano obtuvo las habilidades para emprender la domesticación de animales y plantas, posibilitando con eso la «capitalización tecnológica de la vida», a través de la generación de «biovalor». Sin embargo, el autor señala que algo ha cambiado y «la emergencia del término genera un nuevo ámbito para el pensamiento y la acción». Es decir, se ha delineado un nuevo espacio económico – la bioeconomía – y una nueva forma de capital – el biocapital (ibid., p. 31). Concomitantemente, Rose indica el surgimiento de una nueva ética somática, resultante del entrecruzamiento y entrelazamiento inextricable de la biopolítica y la bioeconomía. De acuerdo con ello,

Para que la bioeconomía se presente como un espacio que puede delinarse, administrarse y comprenderse, es necesario conceptualizarla como un conjunto de procesos y relaciones susceptibles de conocimiento, que puedan conocerse y teorizarse, que puedan convertirse en campo *u* objetivo de programas cuya finalidad sea evaluar e incrementar el poder de las naciones o las corporaciones actuando en el marco de esa economía y sobre ella. Y la bioeconomía, en efecto, ha emergido como un ámbito gobernable y gobernado.

La vertiente marxista representada por autores como Cooper (2008), Pavone (2012) e Sacchi (2015) ha defendido que hay una relación mutuamente constitutiva entre la orden normativa neoliberal y la bioeconomía, puesto que ambos no solamente se coadunan en términos temporales, pero también en los preceptos teóricos e ideológicos que los han orientado. Cooper (2008, p. 11) enfatiza que «el neoliberalismo y la industria de la biotecnología comparten juntos una ambición de superar los límites ecológicos y económicos al crecimiento asociados al fin de la producción industrial, por intermedio de una reinversión especulativa del futuro». En efecto, ella asigna la reproducción de la vida biológica de manera ilimitada como el fundamento donde está anclado el proceso de acumulación del capital, o sea, la promesa de crecimiento neoliberal ilimitado se encuentra basado en la “biología sin límites”.

Los tres autores comparten el mismo punto de vista cuanto al surgimiento de la bioeconomía, en tanto una estrategia diseñada por el gobierno norteamericano en mediados de los años de 1970 en el marco de la orden discursiva de la «economía del conocimiento», con el objetivo de contraponerse a dos movimientos simultáneos: la crisis del modelo fordista y de bienestar social instituidos en el posguerra; la amenaza representada por el crecimiento económico de las economías japonesa, europea y de otros países clasificados como «emergentes». El descubrimiento del ácido desoxirribonucleico (ADN) como elemento «fundante de la moderna biología genética» en 1956 (Lander, 2008) y los estudios que resultaran en la novedosa tecnología del ADN recombinante en 1973, son destacados como puntos fundamentales de la emergencia de la biotecnología en el contexto de una ciencia neoliberal. En la perspectiva de Pavone (2012, p. 10), «biotecnología e ideología neoliberal representan así las dos caras de una moneda, una moneda que se conoce como bioeconomía».

se han identificado y presentado las dinámicas y las etapas que permiten a la bioeconomía incorporarse en la sociedad: el encuadramiento tecnológico, la articulación de promesas y expectativas, la movilización de recursos económicos y políticos, la identificación de los obstáculos en la sociedad misma y, finalmente, la presión hacia las autoridades gubernativas para reformar los regímenes de regulación, apropiación y comercialización de la ciencia y la tecnología». (ibid., p. 12).

Para impulsar y conferir efectividad a estas cuestiones intentando generar plusvalía, los incentivos del mercado y los derechos de propiedad intelectual son mecanismos clave del sistema de apropiación y comercialización de la ciencia en la visión bioeconómica (ibid., p. 12). Los dos puntos referidos han sido la base de los acuerdos internacionales em materia de comercio establecidos entre los países, llevada a cabo a través de las presiones ejercidas por megacorporaciones transnacionales del mercado de la biotecnología frente a los gobiernos, con efectos directos en la agenda de la Organización Internacional del Comercio (OMC). Sin embargo, Pavone (2012) argumenta que, pese a las muchas novedades tecnológicas en términos de bioeconomía, solamente dos de ellas han logrado tener éxito en las economías de mercado, aunque de forma desigual entre los países: «la bioeconomía agrícola, basada en plantas y productos transgénicos, y la bioeconomía de la reproducción asistida». (ibid., p. 2).

En el punto de vista de Sacchi (2015, p. 42-3), la bioeconomía contemporánea conlleva una diferencia esencial con aquella concebida en el comienzo de los años 1970 cuando las descubiertas del ADN y su efecto recombinante cambiaran la ciencia y los procesos sociales.

a diferencia de la ingeniería genética que transfiere genes de un organismo y los ‘recombina’, la biología sintética trabaja en la síntesis de ADN a partir de cero, es decir en el diseño *ab initio* de sistemas biológicos artificiales. Son todas estas investigaciones las que están en corazón de las promesas de nuevos y mejores ‘extremófilos’ que manipulen químicos, degraden y remedien contaminantes o fabriquen materiales como plásticos, combustibles, alimentos, etc. «promesas de un capitalismo bueno y verde, pero sobre todo de un capitalismo cuyo crecimiento ya no puede tener límites, uno que se ha vuelto él mismo un habitante de los límites, un extremófilo.

El término «bioeconomía» fue utilizado pela primera vez en 1976 por el economista rumano Nicholas Georgescu-Roegen, considerado una de las principales referencias de la escuela teórica conocida como «economía ecológica», una de las vertientes de la economía neoclásica. Aunque en varios estudios recientes se haya defendido que el empleo de esta noción empezó en el libro *The Entropy Law and the Economic Process* publicado en 1971, el autor del prólogo de la edición española evidencia que

el término *bioeconomía* (que por desgracia circula con otras acepciones) aún no se verbaliza en *The Entropy of Law and the Economic Process*. Georgescu-Roegen no lo maneja hasta mediados de los años setenta. Aparece utilizado con un realce especial en su tercer gran libro, *Energy and Economic Myths: Institutional and Economic Essays* (Nueva York, Pergamon, 1976), que reproduce el título de un artículo suyo conocido y muy polémico. (Grinevald, 1996, p. 40).

En el libro *Energy and Economic Myths: Institutional and Economic Essays*, publicado por Georgescu-Roegen en 1975, el término *bioeconomía* está asociado a la eficiencia en utilizar adecuadamente las varias fuentes de energía y los recursos naturales terrestres sin generar el aumento de la entropía, lo que podría amenazar la propia existencia humana. Por lo tanto, esta forma de

uso, manejo y control energético es fundamental para garantizar el equilibrio termodinámico. Asimismo, en el artículo *titulado Inequality, limits and growth from a bioeconomic viewpoint*, de 1977, el autor señala que

La naturaleza que aguarda a nosotros en un futuro cercano exige un planteamiento enteramente diferente de aquello de la economía patrón, lo cual insiste en confiar exclusivamente en el mecanismo de precios y las transferencias financieras. La nueva orientación, como ha propuesto llamar, es la bioeconomía. El término tiene el objetivo de hacer con que tengamos en mente continuamente la origen biológica del proceso económico y, así, subrayar el problema de la existencia de la humanidad con un enfoque limitado de recursos accesibles, desigualmente ubicados y desigualmente apropiados (Georgescu-Roegen, 1977).

Tras los apuntamientos anteriores, es posible identificar la constitución de una gubernamentalidad bioeconómica, cuyos dispositivos y sus respectivos efectos conllevan en la conducción de las conductas, a través de nuevas formas de subjetivación suscitadas por la lógica concurrencial y la emprezarización de sí mismo, doble tecnología de poder constitutiva de la orden normativa neoliberal. Sin embargo, como en todos os procesos sociales imbricados por relaciones de poder, la existencia de contraconductas han cuestionado y resistido a esto modelo de conducción gubernamental.

Del punto de vista institucional, el primero documento donde consta el término *bioeconomía* es en una publicación del gobierno de los Estados Unidos, bajo el título *Fostering Bioeconomic Revolution in Biobased Products and Bioenergy*, de enero de 2001, en lo cual se hace un conjunto de lineamientos objetivando impulsar un nuevo modelo de producción y acumulación liderado por aquello país. Este planeamiento corrobora la constatación de Lander (2008) cuanto al rol desarrollado por los USA en materia de neoliberalización de la ciencia, tecnología e innovación para después diseminarlas por otros lugares del mundo, de manera mimetizada, mediante la aprobación de planos oficiales y ordenamientos jurídico-normativos sobre todos orientados hacia los derechos de propiedad intelectual y control de patentes.

Uno de los agentes más actuantes en la promoción y legitimación internacional de la bioeconomía es la Organización para la Cooperación y el Desarrollos Económicos (OCDE), hegemonizada por los USA y los países europeos. Empleada por la primera vez en sus documentos oficiales a través de un borrador suscrito en 2004, la bioeconomía fue conceptuada como «la

parte de las actividades económicas que captura el valor latente que encierran los procesos biológicos y los biorrecursos renovables en lo que respecta a producir mejoras para la salud y crecimiento y desarrollo sustentables» (Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos, 2004). Ahora bien, la noción posteriormente trazada en 2006 es la más referenciada en los estudios científicos, asimismo en los planos y programas delineados por países como Brasil y Colombia. En ella, la bioeconomía es caracterizada como «la totalidad de las operaciones económicas de una sociedad que utilizan el valor latente de productos y procesos biológicos para crear un nuevo crecimiento y bienestar para los ciudadanos y las naciones» (id., 2006).

Sin embargo, el principal plan formulado por la OCDE sobre el tema llamase *The Bioeconomy to 2030 Designing a Policy Agenda*, constituido por un paquete de proposiciones presuntamente lineadas con los Objetivos del Desarrollo del Milenio, de las Organizaciones de las Naciones Unidas (ONU). El documento señala que la bioeconomía

envuelve la aplicación de nuevos conocimientos para posibilitar la generación de nuevos productos sostenibles, ecológicamente amigables y competitivos. Es traducida como una actividad económica basada en el uso de recursos biológicos renovables (biomasa) del solo y del mar, como por ejemplo cultivos, bosques, pesca, animales y microorganismos, desperdicios y desechos, que pueden ser cambiados en alimentos, ración para alimentación animal, materiales, productos químicos, combustibles y energía para producir salud, desarrollo sostenible, crecimiento y bienestar para la sociedad (id., 2009).

Los documentos oriundos de la OCDE y los preceptos contenidos en su elaboración pueden ser considerados como la punta de lanza de una multiplicidad de planos, programas y proyectos adoptados por organismos multilaterales y países al redor del mundo. Podríamos mencionar varios de ellos: a) el plan designado como *Innovating for Sustainable Growth: a bioeconomy for Europe*<sup>144</sup>, lanzado en 2012 por la Comisión Europea; b) el plan del gobierno norteamericano, conocido como *The National Bioeconomy*

---

144 En este plan, señalase que la bioeconomía «envuelve la producción de recursos biológicos renovables y la conversión de estos recursos y desechos en productos con valor agregado, tales como alimentos, ración para alimentación animal, bioproductos y bioenergía. Estos sectores e industrias tienen gran potencial de innovación debido a amplia gama de ciencias, tecnologías habilitadoras e industriales, así como conocimientos tácitos y sitios empleados» (Comisión Europea, 2012, traducción nuestra).

*Blueprint*<sup>145</sup>, del mismo año que el europeo; el estudio producido por el Instituto Interamericano de Cooperación al Desarrollo (IICA) en 2013, bajo el título *Experiencias exitosas en bioeconomía*; la publicación *Bioeconomía en América Latina y el Caribe: contexto global y regional y perspectivas*, de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), en 2017. Asimismo, encuadranse los varios documentos producidos al nivel de Brasil y Colombia que hacen loas al paradigma bioeconómico, los cuales serán abordados adelante.

Particularmente cuanto al estudio del IICA, en el intervalo de las páginas 22 a 26 del documento se dedica un espacio para hacer referencia elogiosa al *biodiesel de palma de aceite* en Colombia, como un “ejemplo de proyecto lineado con la bioeconomía”. Aquí entra en juego uno de los sectores de la economía política del agronegocio más interesados en el nuevo ropaje discursivo de la bioeconomía, mirando ello como un dispositivo capaz de impulsar más allá los procesos de apropiación de la tierra y control de la fuerza de trabajo, mediante nuevos mecanismos de subjetivación y gobierno de las conductas.

Una iniciativa de gran relevancia para la diseminación de la bioeconomía en tanto agenda política en América Latina consistió en el Proyecto *Towards a Latin America and Caribbean Knowledge Based Bio-Economy in partnership with Europe*, financiado por la Unión Europea en 2010 y coordinado por el Centre de la Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (CIRAD), de Francia. El proyecto en KBBE (conocimiento basado en bioeconomía), cuyo valor alcanzó € 995.314,00 (novecientos noventa cinco mil, trescientos catorce euros), perduró hasta noviembre de 2013 y conforme el contenido en el sitio web tuve como objetivo

establecer una plataforma América Latina y Caribe-Unión Europea (LAC-UE) que reúna organizaciones regionales y continentales involucradas en el financiamiento e implementación de investigaciones, así como otras partes interesadas relevantes del sector público y privado y de la sociedad civil, en un esfuerzo para generar informaciones de interés para el sector; la concepción e implementación de planos y proyectos específicos, incluyendo la I & D necesaria y estableciendo la base para una política y un ambiente institucional

---

145 El objetivo del plan está centrado en el desarrollo, aplicación y promoción de técnicas de biotecnologías de frontera, como, por ejemplo: la ingeniería genética, la secuenciación del ADN, el uso de enzimas y microorganismos, así como la ingeniería metabólica y biología sintética (USA, 2012; traducción nuestra).

favorables, así como para el desarrollo y consolidación de la KBBE en ambas regiones. Para lograr este objetivo, las actividades del proyecto son orientadas hacia generar informaciones relevantes para las cuestiones relativas a la KBBE en la América Latina y Caribe, posibilitando reflexionar y emprender análisis estratégicas sobre las oportunidades y limitaciones de la KBBE en la región (Unión Europea, 2018).

El aludido proyecto de cooperación involucró las siguientes organizaciones: Unión Europea (financiadora), CIRAD-Fr (coordinador), Grupo Consultores en Economía y Organización S.A (Argentina), Universiteit Gent (Bélgica), Instituto de Biología Experimental y Tecnológica (Portugal), Centro de Investigación e Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional (México), Wageningen University and Research (Países Bajos), Centro Internacional de Agricultura Tropical (Colombia), Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva (Argentina), Embrapa (Brasil), Forschungszentrum Julich GMBH (Alemana), Pontificia Universidad Javeriana (Colombia) e IICA (Oficina Uruguay). Con respecto al destino de los recursos, el CIRAD fue contemplado con el mayor valor individual, equivalente a € 195.168,00 (19,6% del proyecto), mientras las organizaciones ubicadas en Brasil y en Colombia recibieran una cuantía inferior: el CIAT absorbió € 129.470,00 y la Pontificia Universidad Javeriana y el Embrapa obtuvieran € 47.080,00 cada una.

En el ámbito de Brasil, la problemática de la bioeconomía ha sido estimulada de manera creciente en los últimos años, sobre todo tras el 2014. Observase una serie de iniciativas desencadenadas de varias fuentes, pero el principal *think tank* responsable por la constitución y legitimación de este nuevo campo de saber es la Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuaria (Embrapa), sin perjuicio de los demás que han operado en la misma dirección. En la biblioteca online de Embrapa, el estudio más añejo donde se hace referencia a la bioeconomía es un artículo suscrito en 1992 por investigadores ubicados en el estado de Amapá, cuyo objetivo estaba asociado a análisis de una posible «viabilidad bioeconómica de formación de pastos de *Brachiaria humidicola* y *Andropogon gavanus* con el cultivo de arroz». Sin embargo, aunque los autores no hagan definido conceptualmente lo que se entiende por *bioeconomía*, se concluyó que «tanto desde el punto de vista agronómico como económico este método debe ser empleado en el primero año de abertura del cerrado» (Souza Filho et al, 1992, p. 13). En los años posteriores otras investigaciones fueran hechas con la misma metodología direccionada a las actividades agropecuarias.

Ahora bien, en el último decenio las cosas han cambiado profundamente en términos de intensificación de los discursos y prácticas hegemónicas de la bioeconomía. En el ámbito de la Embrapa, varios documentos institucionales han sido lanzados en los últimos cinco años, con el propósito de incorporar el tema en su planificación estratégica y al mismo tiempo en la plataforma del agronegocio brasileño. El 2014 fue publicado el estudio titulado *Visão 2014-2034: O futuro do desenvolvimento tecnológico da agricultura brasileira*, donde se hace alusión a una prometedora revolución tecno-científica empujada por la biotecnología moderna, cuyo efecto resulta en la constitución de una nueva bioeconomía, con posibilidades singulares para el apalancamiento de la agricultura en gran escala del país, a través de la apertura de potencialidades económicas y sostenibles, «sin competencia con la producción de alimentos» (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2014, p. 46). El año siguiente, el VI Plan Director de la corporación aprobó la bioeconomía como uno de los cinco grandes ejes de impacto que orientan sus acciones de investigación, desarrollo y innovación.

Asimismo, otras tres publicaciones se han destacado en el periodo: a) el primero llamase *Cenários exploratórios para o desenvolvimento tecnológico da agricultura brasileira*, lanzado en 2015; b) el segundo consiste en el documento *Desafios para a inserção da bioeconomia brasileira no contexto mundial: análise preliminar da consulta a stakeholders*, del 2018; y finalmente el documento conocido como *Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira*, del mismo año. En todos ellos, la bioeconomía se encuentra incorporada en la visión de futuro de Embrapa, donde se reitera que «la inserción estratégica competitiva de la bioeconomía brasileña en el contexto mundial es un sendero para construir un país más competitivo, desarrollado y sostenible» (Corporación Brasileña de Investigación Agropecuaria, 2018).

Además, otros agentes sociales (gremios empresariales, ministerios de ciencia, tecnología y innovación, *think tanks* gubernamentales y privados, agencias de fomento y planeación, etcétera) también han ejercido un rol importante en la difusión y legitimación de la bioeconomía en el territorio brasileño. La Confederación Nacional de la Industria (CNI) y la Confederación Nacional de la Agricultura (CNA) son considerados como «*stakeholders*» estratégicos en esta construcción social. Así, la publicación del libro «*Bioeconomia: uma agenda para o Brasil*», el 2013, por encomienda de la CNI al Harvard Business Review Brasil, como hemos visto, es calificada como una referencia de estudios que lo han sucedido, sin ninguna contestación de sus fundamentos o proposiciones, sino más bien denotando una evidente confluencia política.



Siguiendo en ese paso, el Estado brasileño aprobó el 2016 la institucionalización de la *Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2022*, en lo cual se dedica un espacio para la contextualización de la bioeconomía, así como se propone un conjunto de iniciativas para su desarrollo en el ámbito de las políticas gubernamentales llevadas a cabo por universidades, institutos de investigación y otras organizaciones del campo científico, con énfasis en la construcción de «alianzas público-privadas» entre Estado y corporaciones, mimetizando el modelo norteamericano desvelado por Lander (2008) y Cooper (2008). Asimismo, en Colombia no es muy diferente, como se verá adelante.

Otros *think tanks* brasileños más allá de Embrapa han cumplido el rol de difusores de la estrategia del paradigma de la bioeconomía: el Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) y el Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). El IPEA publicó el 2017 un estudio designado como *Brasil 2035 - cenários para o desenvolvimento*. En ello uno encontramos el extracto donde señalase que «por medio de la bioeconomía hay un fortalecimiento de la relación entre agricultura e industria, deviniéndose parte del proceso mismo y aportando mayor valor adicionado para el agricultura, con potencial para contribuir con el desarrollo económico del país» (IPEA, 2017, p. 219-20). A su vez, el CGEE hace un planteamiento general sobre el estado del arte del tema, concluyendo con la elaboración de una cartografía de competencias en áreas estratégicas de bioeconomía.

En mediados del 2018, el Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social (BNDES) lanzó un documento llamado «A Bioeconomia brasileira em números», donde se propone a cuantificar el valor de este sector de la economía nacional, basándose en las metodologías validadas por la OCDE. En efecto, se ha comprobado que el valor de la bioeconomía brasileña en 2016 ha alcanzado la cuantía de US\$ 326,1 mil millones de dólares, donde US\$ 285,9 mil millones representarían el mercado interno, mientras US\$ 40,2 mil millones el mercado externo. Estos números serían equivalentes a 13,8% del Producto Interno Bruto (PIB) del país. Hay que subrayar tres elementos contenidos en el aludido estudio: a) la énfasis en la biodiversidad y el agronegocio como pilares hacia el desarrollo de la bioeconomía; b) el rol central asignado a los dispositivos institucionales como por ejemplo aquellos presentes en la Ley 13.123/2015, conocida como «Ley da Biodiversidad», y el

Programa RenovaBio, vuelto a la promoción de los agrocombustibles, lanzado el 2016; c) El rol de la ciencia, tecnología e innovación en la consolidación de esta nueva gubernamentalidad.

En el ámbito de Colombia, el nacimiento de la bioeconomía remonta a los ochenta, simultáneo al surgimiento de instituciones y organizaciones públicas engendradas para fomentar el despliegue de la biotecnología. De acuerdo con Catari Yujra, Gúzman Moreno, Reyes Osorio, Sardiñas Gómez, Durán Zarobozo, Toruño (2014), la creación del Instituto de Biotecnología de la Universidad Nacional de Colombia en 1982, erigido bajo financiación del Departamento Administrativo de Ciencia, Tecnología e Innovación (Colciencias), constituyó un marco en este proceso. Las tres líneas de investigación del instituto empezadas en 1983 fueron: Biotecnología Agrícola, Medio Ambiente y Tecnología de Enzimas. Además, la reconfiguración del Instituto Colombiano Agropecuario (ICA) y la fundación de la Corporación Colombiana de Investigación Agropecuaria (Corpoica) en 1993, mediante la escisión<sup>146</sup> de competencias, es considerado otro factor determinante.

Sin embargo, más allá del anterior, la puesta en marcha de una política de bioeconomía en Colombia empezó a través del proyecto ALCUE-KBBE, financiado por la Unión Europea y ejecutado en el país por la Pontificia Universidad Javeriana y el Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT). La nombrada «Estrategia KKBE» apuntó 6 «senderos» de la bioeconomía para ser desplegados en los países involucrados en el convenio: biodiversidad, biorefinería, biotecnología, eco-intensificación, eco-servicios, y eficiencia de la cadena de valor. En efecto, de ahí adelante los ajustamientos de los rumbos de las políticas y marco regulatorios han priorizado estos sectores, lineados estratégicamente con los discursos y prácticas bioeconómicos. Es importante señalar que, en términos prospectivos, Brasil y Colombia son considerados *players* de alto interés mercadológico para las empresas respecto a los «senderos» escogidos.

---

146 La reconfiguración administrativa ha delimitado las funciones del ICA exclusivamente como autoridad nacional sanitaria y fitosanitaria, mientras las otras atribuciones de investigación agropecuaria han sido asumidas por la Corpoica.

La estructura discursiva contenida en las motivaciones que han sostenido la emergencia de cambios institucionales con miras a la bioeconomía en Colombia está anclada en argumentos como «cambio climático y calentamiento global»; «seguridad alimentaria y energética»; «pérdida de biodiversidad»; «inequidad social y pobreza persistente»; «pérdida de oportunidades económicas de aprovechamiento sostenible de los recursos naturales», etcétera. Los medios planteados para modificar esta realidad parten de una «creencia de que los problemas globales contemporáneos pueden ser solucionados con arreglos tecnológicos y la ciencia» (Catari Yujra, Gúzman Moreno, Reyes Osorio, Sardiñas Gómez, Durán Zarobozo, Toruño, 2014, p. 245). Así, la mercantilización de los recursos naturales, a través de prácticas asociadas a nociones operacionales como «capital natural», «economía verde», «servicios ecosistémicos», «Antropoceno», «descarbonización de la economía», «gestión de la biodiversidad», «propiedad intelectual» y «bioeconomía», es evocada como panacea para frenar los riesgos y amenazas ecológicas actuales, con el soporte de los preceptos de la competitividad, la innovación y la gobernanza de recursos genéticos, movilizándolo varias áreas del conocimiento como biología, economía, administración, tecnologías de la información y comunicación, derecho e ingenierías.

Catari Yujra, Gúzman Moreno, Reyes Osorio, Sardiñas Gómez, Durán Zarobozo, Toruño (2014) señalan que los efectos generados por la firma del Tratado de Libre Comercio (TLC) entre Colombia, Estados Unidos, Canadá y Unión Europea han influenciado la adopción de marcos regulatorios inherentes a la protección de los derechos de propiedad intelectual, favoreciendo los intereses comerciales de megacorporaciones del agronegocio estadounidense y europeo, detentoras de patentes biotecnológicas de semillas y otros productos. En este sentido, fue aprobada la Resolución 970/2010, del Instituto Colombiano Agropecuario, donde se estableció mecanismos coercitivos de prohibición de siembra de semillas criollas por los campesinos; y la Ley 1518/2012 creada para regular la propiedad intelectual de las semillas transgénicas.

Otros agentes gubernamentales claves en el despliegue de la bioeconomía en Colombia son el Consejo Nacional de Política Económica y Social (Conpes) y el Departamento Nacional de Planeación (DNP). Hasta la fecha varias publicaciones del Conpes, bajo asesoramiento del DNP, ilustran el

rol desarrollado por las dos organizaciones. Para ejemplificar, destacamos el Conpes 3527/2008, sobre la Política Nacional de Competitividad y Productividad; el Conpes 3582/2009, que ha instituido la Política Nacional de Ciencia, Tecnología e Innovación; el Conpes 3697/2011, que versa sobre la Política para el Desarrollo Comercial de la Biotecnología a partir del Uso Sostenible de la Biodiversidad; y el Conpes 3934/2018, del Crecimiento Verde.

Los estudios, en general, han evocado la necesidad de un acercamiento duradero entre el conocimiento científico y tecnológico, los intereses empresariales y los retos gubernamentales relativos a la competitividad del crecimiento económico, bajo la perspectiva neoliberal. Con respecto a la agricultura, el énfasis de los planos institucionales se ha dedicado al fomento de los agrocombustibles, los organismos genéticamente modificados (OGM) y las biorrefinerías, con miras a incrementar la productividad, reducir costos y maximizar las ganancias del sector. Si bien la narrativa oficial enuncie reiteradamente el despliegue de un modelo de desarrollo agrícola basado en «alianzas productivas estratégicas», basadas en la «emprezarización del campo», nada se ha dicho sobre los efectos dañosos de relaciones espurias mantenidas entre el paramilitarismo y empresarios del agronegocio las cuales han resultado en el control violento de los territorios tradicionales y campesinos del país. Estos hechos, por lo general, se han silenciados sistemáticamente en los documentos oficiales inherentes a la bioeconomía.

En cambio, la planificación gubernamental colombiana ha enfocado en la institucionalización de políticas y marcos legales orientados hacia el crecimiento económico, la competitividad y la *commoditización* de los recursos naturales, consonante se puede evidenciar en el objetivo central de la Política para el Desarrollo Comercial de la Biotecnología, contenido en el Conpes 3.567/2011, lo cual se propone a

crear las condiciones económicas, técnicas, institucionales y legales que permitan atraer recursos públicos y privados para el desarrollo de empresas y productos comerciales basados en el uso sostenible de la biodiversidad, específicamente de los recursos biológicos, genéticos y sus derivados. Estos recursos son la base de nuevos productos para diversas industrias como la cosmética, la farmacéutica, la agroalimentaria, y la de ingredientes naturales, entre otras (Colombia, 2011, p. 2).

Asimismo, la Política de Crecimiento Verde instituida en 2018 al final del gobierno de Juan Manuel Santos, cuyo horizonte es de trece años (2017-2030), tiene el propósito de «llevar al país a una transición hacia un modelo económico más sostenible, competitivo e inclusivo», estando estructurado en cinco ejes estratégicos: generación de nuevas oportunidades económicas, mejorar el uso de los recursos naturales en los sectores económicos, generación y fortalecimiento del capital humano, acciones estratégicas en materia de ciencia, tecnología e innovación y coordinación y articulación intersectorial.

Uno de los resultados más palpables de la puesta em marcha de políticas en favor de la gubernamentalidad bioeconómica en Colombia ha sido la creación de empresas biotecnológicas bajo el argumento de la necesidad de llenar los espacios vacíos generados por la falta de mayor integración entre los conocimientos científicos producidos en las universidades y los intereses mercadológicos de las empresas. Este punto se ha convertido en uno de los principales retos reiteradamente enunciados por los defensores de la bioeconomía, calificado como obstáculo al crecimiento sostenible, la innovación y la competitividad. De hecho, el formato de estas nuevas empresas se asemeja a una *joint venture* entre corporaciones privadas y universidades, evidenciando las conexiones políticas entre la producción de los conocimientos y saberes y las dinámicas del mercado. Una de ellas es el Biointropic, fundado en 2014, a través de una alianza<sup>147</sup> firmada por cinco universidades y tres empresas privadas de la rama de la biotecnología.

En consonancia con lo, el estudio más reciente sobre el estado del arte de la bioeconomía en Colombia fue coordinado en 2018 por el Biointropic, la Universidad EAFIT y la empresa española de consultoría SILO, bajo financiación del Banco Mundial, del Korea Green Growth Partnership y del gobierno nacional de Colombia. La referida publicación hace una preselección de subsectores, así como una selección de sectores con mayor potencial de aporte a la bioeconomía. En el sector ganadero fueron inicialmente identificadas 8 actividades y en el sector agrícola, 38. Al final resultó en una priorización de 5 actividades ganaderas, 10 agrícolas y 3 de actividades

---

147 El Biointropic es una persona jurídica del derecho privado constituida mediante una alianza estratégica entre cinco instituciones de enseñanza superior (Universidad Nacional de Colombia/Sede Medellín, Universidad de Medellín, Universidad EAFIT, Universidad EIA y Universidad CES); y las empresas Ecoflores Cares, Ecoflora Agro y SuperBac/Brasil.

potenciales. Entre ellos, la palma aceitera es mencionada como uno de los cultivos agrícolas con mayor potencial para el despliegue de la bioeconomía, sin ninguna reserva a los daños sociales, territoriales y ambientales que han sido generados por estos monocultivos.

La palma de aceite tiene todo el potencial para ingresar al concepto de biorrefinería e ingresar a nichos más sofisticados como el de los fitonutrientes. Tiene el gran reto para control de plagas y enfermedades y la gestión de cultivos sostenibles con respaldo de certificaciones para el ingreso a mercados más sofisticados [...] Tabla 22. Oportunidades de la biotecnología priorizadas en los sectores agrícola y pecuario. palma: nuevas variedades (resistentes a plagas y ambiente, características nutricionales), bioinsumos agrícolas, bioinformática, banco de germoplasma, biorremediación de suelos, fitonutrientes, extracción de principios activos a partir de desechos agrícolas, desarrollo de biorrefinerías y bioproductos, entre otros. (Biointropic; Universidad EAFIT; SILO, 2018, p. 94-9).

Más allá de la aceptación y posterior ingreso de Colombia en la OCDE, anunciado em mediados del 2018, como una potencial herramienta de internalización de los preceptos de la bioeconomía, uno de los señalamientos más sintomáticos de la convergencia político-empresarial de instituir esta nueva gubernamentalidad está en el título de la entrevista concedida por el señor Jens Mesa Dishington, presidente desde hace treinta años del gremio palmero Fedepalma, al sitio web *Portafolio* en 31 de julio de 2017: «Bioeconomía, lo nuevo de Fedepalma». Asimismo, los dirigentes de la Agrosavia (ex Corpoica) se han destacado también por declaraciones triunfalistas en defensa del paquete bioeconómico.

## **Dispositivos de control del uso de la tierra y del territorio**

La investigación empírica plantea la cuestión del despliegue de la palma de aceite en Brasil y en Colombia, dos países panamazónicos en lo cual este «agronegocio» ha sido fomentado vigorosamente en las últimas décadas, subrayando algunos elementos importantes que han enmarcado su proceso de implementación, desde los marcos teóricos de la gubernamentalidad foucaultiana.

Primeramente, se hace necesario señalar que el cotejamiento del amplio abanico de estudios inherentes a agroindustria de palma en estos países evidencia la existencia de una tecnología general moldeada por *relaciones de poder y estados de dominación*, constituida por variadas economías políticas que se entrecruzan: de la vida, de la violencia, de la naturaleza, del saber, del poder. Así pues, el umbral entre los modos de gobernar y dominar es tenue, sostenido por un proceso permanente de retroalimentación, interdependencia y funcionalidad.

Consonante el anterior, en el caso de la tenencia de la tierra, hay una convergencia de estrategias y táticas aparentemente contradictorias, pero que se articulan a través de múltiples mecanismos de despojos, acaparamientos, destierros, desarraigos, desplazamientos forzados y control territorial, puestos en marcha sea por métodos violentos como por sofisticados medios como aquellos contenidos en la llamada «agricultura por contrato» (Franco y Restrepo, 2011; Giraldo, 2015).

Autores como Franco y Restrepo (2011), Romero (2011) y García Reyes (2013), además de los informes producidos por vehículos de prensa como Verdad Abierta, La Silla Vacía y El Espectador, registran detalladamente las varias tramas practicadas por agentes empresariales en asociación con grupos paramilitares de las Autodefensas Unidas de Colombia (AUC) comandados por los hermanos Castaño, la fuerza pública y funcionarios del Estado para acaparar tierras y territorios colectivos de comunidades negras ubicados en las cuencas del Bajo Atrato, en la frontera de los departamentos de Chocó y Antioquia. Esta estrategia comprendió variados mecanismos como incursiones de contrainsurgencia, despojos, amenazas, hostigamientos, compra de tierras a precios viles bajo el famoso lema «o vende, o le compro a la viuda», criminalización de líderes y líderes sociales, estímulo al faccionalismo y cooptación de liderazgos. Consonante el análisis de García Reyes (2013), mientras el *régimen de extracción* de las guerrillas estaba basado en la extorsión, el de los paramilitares está centrado en el control territorial. En este sentido, los cultivos perenes y de tardío rendimiento como la palma de aceite han jugado en un rol central.

Los hechos abundantemente documentados conllevaron a medidas de protección concedidas por las cortes internacionales de derechos humanos y por instancias de la justicia colombiana en favor de los consejos comunitarios, culminando en la condena de 23 empresarios palmeros por concierto para delinquir, desplazamiento forzado y invasión en áreas de especial importancia ecológica. Sin embargo, hasta la fecha las medidas judiciales no se han efectivado en restitución material de los territorios usurpados a punta del plomo y la sangre, permaneciendo vigente el clima de miedo, violencia y privación de libertad, alrededor de cultivos empresariales a gran escala como la palma de aceite y la ganadería.

Al analizar los proyectos agroindustriales instalados en el Urabá antioqueño, Lombana Reyes (2012, p.68) subraya la financiación pública destinada a incentivar la siembra de palma aceitera, a través de fondos de cooperación internacional gerenciados por la Agencia de Presidencial para la Acción Social, ingresos del Plan Colombia aportados la Agencia para el Desarrollo Internacional de los Estados Unidos (USAID), la Corporación Ambiental de Urabá (Corpourabá), el Servicio Nacional de Aprendizaje (SENA), la Organización Internacional para las Migraciones (OIM/ONU), la Gobernación de Antioquia, las alcaldías de Necoclí y Turbo, la Universidad de Manizales, entre otras instituciones, bajo el discurso de sustitución de cultivos ilícitos, constitución de «alianzas productivas estratégicas» y generación de incremento de ingresos a los campesinos. Sin embargo, las evidencias empíricas señalan que esta coalición de intereses públicos-privados permanece vigente, con la adhesión o exclusión de uno u otro agente, ahora mismo evocando la necesidad de promover el «desarrollo rural integral» en el contexto del posconflicto. Giraldo (2015, p. 7) ya había advertido sobre el escenario del posconflicto «como medio de apertura de nuevas áreas para el proceso de acumulación por expulsión, de cercamiento y privatización del común».

De hecho, la llegada de los monocultivos agroindustriales en gran escala ha conllevado no solamente cambios profundos en el control de la tierra y del territorio, sino más bien en transformaciones en las formas de uso de la naturaleza, subsumiéndola a los referentes de la neoliberalización, como la lógica de la competencia y la producción de nuevas subjetividades basadas en las técnicas del gobierno de sí mismo. En el municipio de María la Baja, ubicado en el departamento de Bolívar, desde los noventa se ha evidenciado



el colapso de las formas de subsistencia campesina, bajo incentivo de políticas gubernamentales lineadas con estrategias empresariales, y al mismo tiempo el despliegue de una nueva economía política basada en la siembra de palma de aceite. Los suelos anteriormente utilizados para el cultivo de arroz y pancoger fueron reemplazados por la palmicultura, tras la apertura económica neoliberal que provocó el endeudamiento de los pequeños agricultores, coaccionados a “integrarse” con grandes productores o se someter al arresto de las tierras por la Caja Agraria o arrendarlas a los terratenientes. Sucesivamente, el otro eslabón de esta cadena se refiere a las incursiones paramilitares de las AUC, responsables por el desplazamiento forzado de millares de familias en los años noventa y dos mil. Además, otros hechos revestidos de la misma gravedad son la privatización del agua del Distrito de Riesgo de María la Baja, bajo control de los empresarios palmeros liderados por Carlos Murgas Guerrero, exjefe de la Caja Agraria del gobierno Cesar Gaviria y exministro de Agricultura del gobierno de Andrés Pastrana, y la contaminación de los recursos hídricos provocados por el uso intensivo de pesticidas (Aguirre, Caro, Quiroga y Valejo, 2016).

La implementación de grandes extensiones de cultivos de palma de aceite en el municipio de María la Baja transformó las relaciones de la gente con el Distrito. El mantenimiento de estos cultivos requiere la utilización de pesticidas de alta toxicidad y sus residuos están llegando a los cuerpos del agua artificiales y naturales de la región (id.).

En los llanos orientales ubicados en la Orinoquía colombiana, en las últimas dos décadas los monocultivos de palma de aceite han sido uno de los principales vectores del acaparamiento de tierras y del control territorial de áreas estratégicas, a través de una contrarreforma agraria conjugada con incursiones paramilitares, transacciones jurídicas revestidas de criminalidad, oleadas de despojos violentos, cambios normativos flexibilizantes y políticas de desarrollo rural con enfoque empresarial (Finzi, 2017; Arias, 2017). En este territorio está situada la región conocida como *altillanura*, constituida por sete millones de hectáreas, considerada «la última frontera agrícola de Colombia, sin embargo, traslapada en resguardos indígenas y comunidades campesinas que han resistido al despliegue de megaproyectos agroindustriales y infraestructurales.

Además de los efectos señalados en el anterior, los daños ambientales han provocado graves condiciones sociales de existencia de los pueblos tradicionales, a través de la tumba de los morichales y contaminación de los

cuerpos del agua por la utilización intensiva de pesticidas. Ahora bien, el discurso corporativo de empresas como la transnacional Poligrow, detentora de 42 mil hectáreas de palma en Mapiripán, departamento del Meta, enfatizan la generación de empleo, la responsabilidad social empresarial y las prácticas de sostenibilidad ambiental, como forma de justificar sus operaciones, envueltas en contradicciones. Del mismo modo, los convenios de transferencia de tecnología y intercambio de conocimientos entre las corporaciones agropecuarias Embrapa (Brasil) y Agrosavia (ex Corpoica, Colombia) han jugado un rol fundamental en estos cambios favorables al agronegocio en esta zona.

En cuanto a la palmicultura en la Amazonia brasileña, se verifica del mismo modo una convergencia de estrategias y tácticas dominantes y gubernamentales en sus procesos de «expansión» agrícola. De esta manera, la apropiación de la tierra y el control territorial son ejercidos por intermedio de la combinación de múltiples mecanismos como políticas oficiales de zonificación y fomento productivo, fraudes documentales, despojos, cercamientos, bloqueo del acceso a áreas de uso común, contaminación de caños y ríos, arrendamientos, adquisiciones y firma de contratos de «integración vertical» de largo plazo entre empresas y campesinos, acompañados de intensos planteamientos corporativos pro «desarrollo sostenible», actualmente bajo los eufemismos de la «economía verde», del «capital natural» y la «bioeconomía».

Tres ejemplos son emblemáticos para ilustrar el anterior. El primer consiste en el acaparamiento de tierras a través de la concentración de la tenencia y uso en incumplimiento a los dispositivos constitucionales establecidos en Brasil. Consonante un recorrido investigativo hecho por Silva (2015), entre el periodo de 1934 a 2015 fueron expedidas por el Congreso Nacional solamente nueve autorizaciones para personas físicas o jurídicas en el estado de Pará referentes a tierras superiores al límite constitucional. Pero, ninguna de ellas corresponde a las empresas de palma de aceite instaladas en el territorio, es decir, todas incumplen con las reglamentos legales. El segundo está relacionado con la firma de contratos de largo plazo entre empresas y campesinos para garantizar el suministro de cosecha de palma de aceite, bajo cláusulas draconianas de mercado, si bien contribuya para la producción de nuevas subjetividades lineadas al *gobierno de sí mismo* como «aparcerero», «integrado», «empreendedor rural». El tercero se refiere a los daños

ambientales engendrados por el uso continuo de pesticidas de alta toxicidad como el glifosato y el aterramiento de caños obstruidos por la apertura de vías de acceso a los palmerales, conllevando a contaminación de fuentes del agua y de áreas de uso común de los pueblos y comunidades tradicionales cercados por monocultivos a gran escala, como se pasa en los municipios de Acara, Tomé-Açu y Moju.

Hay caños por allá como el Arapiranga-Açu, el Ipitinga, sus nacientes. En un determinado día mi pareja estuvo por allá en su finca y percibió los efectos de los desechos lanzados al aire libre por la empresa Biopalma. Ellos no tienen un sitio apropiado para depositar estos materiales, entonces los dejan en el suelo y las lluvias los desvían para el río, de ahí que la gente no puede abrir la boca en las casas cercanas al río por causa de la presencia molesta de moscas (narración de campesino del municipio de Acara, Pará, marzo de 2017).

La confrontación entre el recorrido teórico y las evidencias empíricas posibilitan captar una correlación funcional entre el *gobierno de las conductas* y los *estados de dominación*, a través de la existencia de múltiples mecanismos para favorecer el despliegue de la palma aceitera en Brasil y Colombia, objetivados por intermedio de una *joint venture* entre estrategias empresariales y políticas institucionales, conjugadas con las prácticas de campesinos vinculados a esquemas contractuales de largo plazo para suministro de cosecha de palma. La nueva gubernamentalidad emergente en los días actuales, responsable por importantes cambios discursivos, políticos, normativos y académicos, es la apuesta en la *bioeconomía* como «motor del desarrollo», si bien las *contraconductas* de los pueblos tradicionales contrarresten las enunciaciones triunfalistas del *agrobusiness* colombiano y brasileño.

## Referencias

- AGUIRRE, A.; Caro, D.; QUIROGA, C.; VALEJO, D. (2016). **Historia del distrito de riesgo de María La Baja** – Bolívar. Pontificia Universidad Bolivariana; Javegraf Impresiones, Bogotá, Colombia.
- ARIAS, W. (2017). **Así se roban la tierra en Colombia**. Primera edición. Impresol ediciones, Bogotá, Colombia.
- BETANCUR, C. M. et al (2018). **Estudio sobre la Bioeconomía como fuente de nuevas industrias basadas en el capital natural de Colômbia** n° 1240667, Fase 1: priorización de los sectores estratégicos de bioeconomía para Colombia. Biointropic, Medellín, Colombia.
- BRASIL. (2016). Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2022. MCTIC, Brasília, Brasil.
- CATARI YURA, G.; GÚZMAN MORENO, M. A.; REYES OSORIO, M.; Sardiñas Gómez, O.; Durán Zarobozo, O.; Toruño, P. J. (2014). Estado del arte de las políticas sectoriales y normas regulatorias de la Bioeconomía y Cambio Climático en Latinoamérica. In: Red CYTED, **Red de Bioeconomía y Cambio Climático (REBICAMCLI)**. Estado del arte de la bioeconomía y el cambio climático. Senderos productivos de la Bioeconomía. Editorial Universitária, Nicaragua.
- CGEE. (2017). **Projeto: Mapeamento de Competências em Temas EstRatégicos em Bioeconomia**. Relatório Final – Panorama da Bioeconomia no Brasil e Identificação das Áreas Estratégicas. CGEE, Brasília, Brasil.
- CNI. (2014). **Bioeconomia: oportunidades, obstáculos e agenda** (pp. 1-84). Brasília: CNI.
- COLOMBIA. (2018). **Consejo Nacional de Política Económica y Social. Departamento Nacional de Planeación**. Conpes 3934. Política del Crecimiento Verde. Bogotá, Colombia.
- COOPER, M. (2008). **Life as Surplus**. Seattle: University of Washington Press.

- DARDOT, P.; LAVAL, C. (2015). **Uma alternativa ao neoliberalismo**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 27, n. 1, 275-316.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. (2016). **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. tradução: Mariana Echalar. 1ª ed. Boitempo, São Paulo, Brasil.
- EMBRAPA (2014). **Visão 2014-2034: O futuro do desenvolvimento tecnológico da agricultura brasileira**. Embrapa, Brasília, Brasil.
- EMBRAPA (2015). **Cenários exploratórios para o desenvolvimento tecnológico da agricultura brasileira**. Embrapa, Brasília, Brasil.
- EMBRAPA (2015). **VI Plano Diretor da Embrapa**. Embrapa, Brasília, Brasil.
- EMBRAPA. (2018). **Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira**. Embrapa, Brasília, Brasil.
- FINZI, G. (2017). **El caso de Poligrow en Mapiripán, Meta: entre acaparamiento (ilegal) de tierras y capitalismo verde**. Ciencia Política, 12 (24), 21-50.
- FOUCAULT, M. (1988). **A História da Sexualidade: Vontade de Saber**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Edições Graal, Rio de Janeiro.
- FOUCAULT, M. (2001). El sujeto y el poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel Foucault: **más allá del estructuralismo y la hermenéutica**. 1 - ed. - Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 214-259.
- FOUCAULT, M. (2006). A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: **Ditos e Escritos V - Ética, sexualidade, política**. Organização e seleção de textos: Manoel Burros da Mota; tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. 2.ed. Forense Universitária, Rio de Janeiro, Brasil, 264-287.
- FRANCO, V. L.; Restrepo, J. D. Empresarios palmeros, poderes de facto y despojo de tierras en el Bajo Atrato. In: Romero, M. (Ed.), **La economía de los paramilitares: redes de corrupción, negocios y política**. Corporación Nuevo Arco Iris - Random House Mondadori, Bogotá, Colombia, 269-410.

- GARCÍA REYES, P. (2014). **Tierra, palma africana y conflicto armado en el Bajo Atrato choacoano**, Colombia. Una lectura desde el cambio en los órdenes de extracción. *Estudios Socio-Jurídicos*, 16 (1), 209-244.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. (1975) **Energy and economic myths**. *Southern Economic Journal*, 41(3), 347-381.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. (2011) Inequality, limits and growth from a bioeconomic viewpoint. (original publicado en 1977) En: Bonaiuti, M. (Ed.) **From bioeconomics to degrowth: Georgescu-Roegen's "new economics"** in eight essays (p. 103-114). Oxon: Routledge.
- GIRALDO, Omar F (2015). **Concentração de terras na Colômbia. Biodiversidade, Sustento e Culturas**, n° 85, 4-7.
- GRINEVALD, J. (1996). Prólogo. In: Georgescu-Roegen, N. **La ley de la entropía y el proceso económico**. traducción Luis Gutiérrez Andrés. Fundación Argentaria - Visor Distribuciones, Buenos Aires, 15-40.
- HENRY, G.; Hodson, E.; Aramendis, R.; Trigo, E.; Rankin, S. (2017). **La bioeconomía: motor de desarrollo integral para Colombia**. CIRAD, CIAT, European Commission, Cali, Colombia.
- IICA. (2013). **Experiencias exitosas en bioeconomía**. Montevideo: IICA, 84 p.
- IPEA. (2017). **Brasil 2035: cenários para o desenvolvimento**. Ipea: Assecor. Brasília, Brasil.
- JESUS, K.; PEREIRA, V.; TORRES, D.; Fronzaglia, T.; Pazianotto, R.; Lopes, D. (2018). **Desafios para a inserção da bioeconomia brasileira no contexto mundial: análise preliminar da consulta a stakeholders**. Documentos. Embrapa, Brasília, Brasil.
- LANDER, E. (2008). **La ciencia neoliberal**. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, n° 9, 247-283.
- LEMKE, T. (2010). Los riesgos de la seguridad: liberalismo, biopolítica y miedo. In: LEMM, V. (ed). **Michel Foucault: neoliberalismo y biopolítica**. Primera edición. Ediciones Universidad Diego Portales, Santiago, Chile, 247-274.

- LEMKE, T. (2017). **Foucault, gubernamentalidade e crítica**. Plural, Revista do Programa de PósGraduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.24.1, 194-213
- LEMKE, T. (2017). **Introducción a la biopolítica**. traducción Lidia Tirado Zedillo. Fondo de Cultura Económica, Ciudad de México.
- MBEMBE, A. (2012). Necropolítica, una revisión crítica. In: MAC GREGOR, Helena Chávez. **Estética y violencia: necropolítica, militarización y vidas lloradas**. Universidad Antónoma de México, Ciudad de México, 130-140.
- OECD. (2007). **International Futures Project on “The Bioeconomy to 2030: Designing a Policy Agenda”**: An Overview of Regulatory Tools and Frameworks for Modern Biotechnology: A Focus on Agro-Food. OECD International Futures Programme. Paris.
- OECD. (2009). **The Bioeconomy to 2030: Designing a Policy Agenda**. Disponible en [www.oecd.org/publishing/corrigenda](http://www.oecd.org/publishing/corrigenda), accesado el 12 de diciembre del 2018.
- OLIVEIRA E SILVA, M.; PEREIRA, F. MARTINS, J.V. (2018). **Bioeconomia**. BNDES Setorial, 47, 277-332.
- PAVONE, V. (2012). **Ciencia, neoliberalismo y bioeconomía**. Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad - CTS, vol. 7, núm. 20, abril, 2012, 1-15.
- ROSE, N. (2012). **Políticas de la vida. Biomedicina, poder y subjetividad en el siglo XXI**. traducción Elena Luján Odriozola. La Plata: UNIPE: Editorial Universitaria.
- SACCHI, E. (2015). Biopolíticas postorgánicas: Biotecnología, plusvalía maquina y biocapital. In: GAONA, S; ZARETTI, A. (coord.). **Errancias: corporalidad, información, experiencia / Soledad Gaona ... [et. al.]; coordinado por Soledad Gaona y Ayelén Zaretti**. - 1a ed. - Neuquén: Centro de Estudios en Filosofía de la Cultura, 38-56.
- SIERRA GIRALDO, V. (2018). **Agroindustria de palma de aceite: fenómeno en la estructura agraria del Urabá antioqueño (tesis de pregrado)**. Universidad de Antioquia, Medellín, Colombia.

SOUZA FILHO, L. et al (1992). **Sistema de formação de pastagem em associação com a cultura do arroz em área de cerrado do Amapá.** Embrapa Amapá, Brasil.

USDA. (2001). **Fostering Bioeconomic Revolution in Biobased Products and Bioenergy.** Plan The Biomass Research and Development Act of 2000.

WALDBY, C. Y; MITCHELL, R. (2006): **Tissue economies:** Blood, organs, and cell lines in late capitalism, Duke University Press Books.





# **MEGAPROJETOS DE MINERAÇÃO E INFRAESTRUTURA: OS EFEITOS SOCIAIS SOBRE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**

MEGAPROYECTOS DE MINERÍA E  
INFRAESTRUTURA: LOS EFECTOS SOCIALES  
SOBRE PUEBLOS Y COMUNIDADES TRADICIONALES



# Entre ser e estar: Nova cartografia social no São Francisco mineiro

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula - Unimontes

Felisa Anaya Caçado - Unimontes

Adinei Almeida Crisóstomo - Unimontes

Lilian Maria Santos - Unimontes

Sérgio Leandro Sousa Neves - Unimontes / IFNMG

## Introdução

Com cerca de 1.373 km de extensão, entre Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), a bacia média do rio São Francisco se insere no semiárido brasileiro e é entrecortado por distintos biomas e formações florestais como Mata Atlântica (Matas Secas), Cerrado e Caatinga. Apesar do Estado de Minas Gerais não ser área de abrangência direta do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA, alguns efeitos indiretos desta política podem ser observados às margens do rio São Francisco, em sua porção média, com a intensificação da produção de grãos e soja, localizados na divisa do norte do estado de MG (município de Manga) com o estado da Bahia. Esta região têm sido historicamente destinada às políticas de desenvolvimento econômico voltadas para o agronegócio desde a década de 1960/70<sup>148</sup>, assumindo maior relevância como espaço social para a produção de *commodities* a partir dos anos 1990 e 2000<sup>149</sup>.

A intervenção estatal na região introduziu políticas desenvolvimentistas, de base capitalista, promovendo a modernização do campo e a industrialização em alguns municípios. Transformação que redefine um quadro econômico que se produz através de quatro eixos principais: a) reflorestamento de eucalipto e *pinus* em diversos municípios, b) implantação de grandes

---

148 A exemplo do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Noroeste (PLANOROESTE); II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND); PROALCOOL (Programa Nacional do Alcool, etc. Todos como forma de incentivo à construção do projeto Jaíba, maior canal de fruticultura irrigada em área contínua da América Latina.

149 PLANVASF, entre outros.

projetos agropecuários, c) instalação de indústrias em alguns municípios e d) implantação de perímetros de agricultura irrigada, de forma concentrada (Oliveira et al:2000, p. 107).

Nesse contexto, a intervenção estatal se fez através de instituições como a Superintendência de desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Companhia para o Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco (CODEVASF)<sup>150</sup>, entre outras, trazendo mudanças substanciais na estrutura produtiva regional. Fundamentadas por uma lógica mercantil, essas políticas promoveram a vinculação da região ao mercado externo, através de incentivo fiscais, alterando as dinâmicas sociais e a lógica produtiva vigente. O resultado foi a expropriação dos agricultores de seu território; a degradação dos recursos naturais; aumento da produção de alimentos para demanda externa; dependência de insumos e equipamentos provenientes dos países desenvolvidos; degradação e contaminação dos solos por meio de técnicas impactantes; uso abusivo de agroquímicos; concentração fundiária; e, principalmente, a exclusão no processo produtivo e marginalização dos povos e comunidades tradicionais, sobretudo na privatização de suas terras e recursos.

Nesse sentido, este trabalho tem o objetivo de discutir os efeitos da política governamental de compensação ambiental que veem colocando em choque distintas territorialidades e acirrando as disputas territoriais e fundiárias nesta região, assim como discorrer sobre a Nova Cartografia Social como estratégia de luta pelos direitos territoriais. Para compreender os impactos desse modelo desenvolvimentista, optamos pelo Alto Médio São Francisco como recorte geográfico, por coexistirem diversos empreendimentos rurais, unidades de conservação - UC, e povos e comunidades tradicionais diversos<sup>151</sup>, dentre eles se encontram o vazanteiros<sup>152</sup> de Pau de Léguas. Daremos destaque

---

150 De acordo com Oliveira Et Al (2000), enquanto a SUDENE se encarregou do desenvolvimento da região Nordeste do Brasil (aí incluindo o “Polígono das Secas”), a CODEVASF, articulada com a SUDENE, ocupava-se do desenvolvimento econômico da bacia hidrográfica do rio São Francisco.

151 COSTA, João Batista. Cerrados Norte Mineiros: populações tradicionais e suas identidades territoriais. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. (org). **Tantos Cerrados – Múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidade cultural**. Goiânia: Ed. Vieira, 2005.

152 Vazanteiro é uma categoria para definir as comunidades tradicionais que vivem à beira do rio São Francisco, onde possuem uma relação afetiva, de trabalho e de vida com o rio e suas vazantes e lá produzem e reproduzem suas territorialidades.

a esta comunidade e discutiremos sobre como tem sido realizado a nova cartografia social com o objetivo de contemplar, de forma mais ampla, as dinâmicas de apropriação e uso da terra na bacia média do rio São Francisco.

## **Os projetos desenvolvimentistas e as áreas de preservação ambiental**

A partir de 1965, a região Norte do Estado de Minas Gerais, foi inserida na área de abrangência das políticas públicas da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Isso possibilitou o financiamento de linhas de crédito, através do Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR e do Fundo de Investimentos Setoriais - FASET, que por meio de agências bancárias liberaram empréstimos e subsídios para implantação de projetos industriais e agropecuários, inaugurando, portanto, o processo de modernização do campo nessa região. Essa política agrícola desenvolvimentista no Norte de Minas Gerais foi orientada em quatro eixos: Agropecuário; irrigação; monocultura de eucalipto e “*pinus*”; e industrial. Esses eixos contribuíram para a ampliação e concentração de latifúndios e no crescimento e fortalecimento de empresas rurais, modificando, paulatinamente, a estrutura fundiária da região e/ou promovendo impactos socioambientais diversos (BARBOSA; FEITOSA, 2005).

Os projetos desenvolvimentistas, outrora aplicados na região, não consideraram os povos e comunidades tradicionais, subjugando seus saberes, suas estruturas socioespaciais e *modus operandi* intrínsecas ao meio ambiente local, deixando o ônus dos impactos sociais e ambientais, a ser pago por essas comunidades que foram se tornando minoritárias com o tempo, com pouca representatividade política ou voz, mas empenhadas em movimentos de resistências diversos.

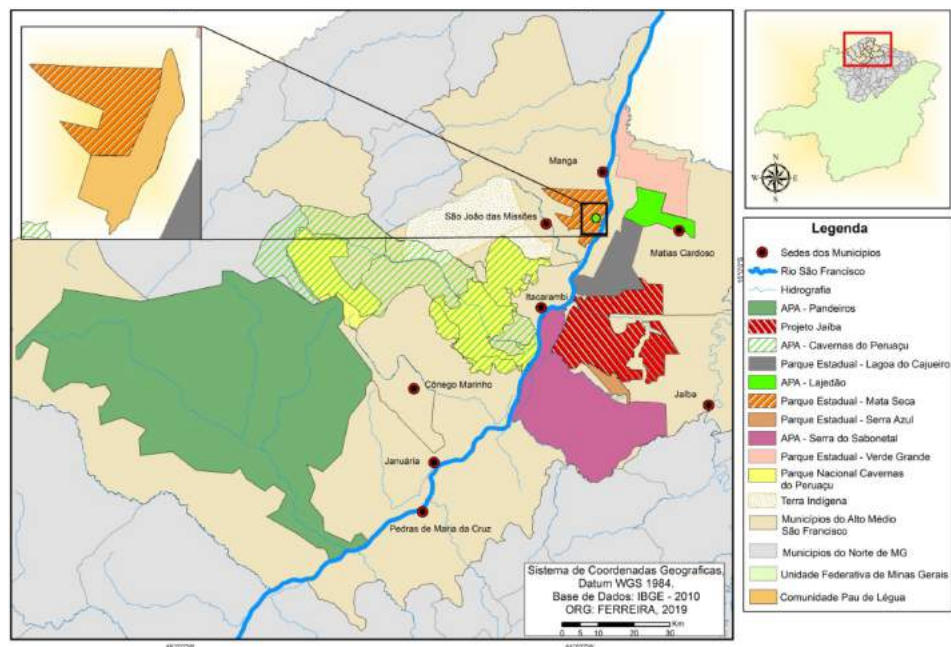
As chapadas do alto médio São Francisco foram privatizadas por empresas de pecuária, reflorestadoras e carvoejamento. As áreas de maior umidade - várzeas e ou veredas - foram sistematicamente drenadas, irrigadas e plantadas; as áreas de mata seca - possuidoras seus solos férteis - se transformaram em áreas de pastagens para a criação extensiva de gado. A maior parte dessas áreas já era ocupada por povos e comunidades de agricultores tradicionais, que tinham um manejo próprio, sazonal e comunal desenvolvido nessas

terras. Entretanto, as empresas cercavam esses espaços e ampliavam suas glebas de terras, por meio da grilagem, tornando-se uma prática frequente e, por vezes violenta. Este aspecto culminou na expropriação dos direitos de povos e comunidades tradicionais e na reorganização da estrutura fundiária (RIBEIRO, et. al. 2007).

Estes povos, em maior ou menor intensidade, disputam territórios com distintos atores hegemônicos, empreendimentos do agronegócio e com o Estado. Entre os atores e empreendimentos, destacam-se o perímetro de irrigação do Projeto Jaíba; um mosaico de unidades de conservação compostos por diferentes categorias de áreas de preservação ambiental – APA's; refúgios de vida silvestre – REVIS; fazendeiros e pecuaristas que em conjunto, exercem pressão sobre as comunidades e tem intensificado os conflitos territoriais e ambientais.

Na figura 01, a seguir, podemos visualizar a ordenação territorial de diferentes empreendimentos que são resultados de ações governamentais, de iniciativas privadas e de comunidades num processo ininterrupto de construção territorial. A partir do recorte geográfico apresentado, observa-se a proximidade entre a localização da comunidade Vazanteira de Pau de Légua, o Projeto de irrigação Jaíba e o Parque Estadual da Mata Seca, fruto de uma compensação ambiental desse projeto.

Figura 01: Ordenamento territorial de recorte geográfico do Médio São Francisco



| **Fonte:** Elaborado por FERREIRA<sup>153</sup>, 2019.

Na perspectiva desenvolvimentista os megaprojetos são implantados como uma proposta para o fortalecimento do Estado Nação e para o desenvolvimento econômico e social, porém os seus impactos são geradores de degradação ambiental, conflitos e expulsão de comunidades tradicionais de seus territórios. Esta realidade, endossada pelo Estado, demanda políticas públicas que intentam compensar os danos causados, sendo que estas preveem a participação dos grupos atingidos em licenciamentos e controle ambiental, através de audiências públicas e levantamentos socioeconômicos.

Por conta disso, diversos sujeitos (povos indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, dentre outros) e instituições são envolvidos no licenciamento ambiental de megaempreendimentos em razão da geografia, capilaridade, abrangência e magnitude dos impactos ambientais e sociais provocados ou

153 Mapa elaborado por Matheus Vinícius Ferreira, Bolsista do Projeto Nova Cartografia Social, Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central - Núcleo Minas Gerais.



eminentes, com certo grau ou não de mobilização social e representatividade, mas que sua atuação não é focada na decisão quanto à análise locacional para implantação dos megaprojetos, mesmo que sejam realizadas consultas públicas, mas sim no campo político, restrito, manipulável e negociável das “Compensações Ambientais”, nas quais não há imparcialidade e nem neutralidade (REIS; FARIAS; FRAXE, 2017, p. 139).

Os autores destacam que esta análise conjunta e participativa entre Estado e grupos sociais não desembocam em um resultado objetivo, pois é perpassado por interesses múltiplos onde, na maior parte das vezes, prepondera o interesse do grande capital em detrimento dos interesses comunitários quanto à ocupação, preservação e uso de recursos naturais.

Nesse contexto os parques foram “criados como medidas compensatórias ao projeto de fruticultura irrigada Jaíba, tais parques, serviram funcionalmente para a expansão da etapa 2 deste projeto, consolidando, assim, o agronegócio na região” (ANAYA, 2014, p. 4042). É nesse cenário que se encontra o território da Comunidade Vazanteira de Pau de Léguas, que está localizado às margens do Rio São Francisco nos municípios de Manga e Matias Cardoso, região Norte de Minas Gerais. Constatou-se no ano de 2018 que 56 famílias vivem e trabalham na ilha, onde desenvolvem atividades de cultivo dos lameiros<sup>154</sup> nas vazantes e nas terras da ilha, do extrativismo, da agricultura, da criação e da pesca nas lagoas e no rio São Francisco.

A comunidade de Pau de Léguas enfrenta vários conflitos com grandes fazendas, bem como com o Parque Estadual da Mata Seca, criado em 2005. Durante a realização do Projeto *Nova Cartografia Social no Brasil Central* no ano de 2018, ocorreram entrevistas, onde os agentes sociais informaram que nos processos de grilagem pelos fazendeiros as casas foram derrubadas, as estradas e plantações destruídas com o intuito de inviabilizar a presença dos moradores no território. Com a implantação do Parque foram impostas restrições que impedem os agentes sociais de exercer suas práticas tradicionais cotidianas que envolvem moradia, trabalho e lazer. Os moradores ainda relatam que a conjuntura do parque age como se eles não estivessem presentes, pois são impedidos de pescar, plantar, utilizar o Rio São Francisco para o labor e

---

154 Lameiros, são regiões ribeirinhas ou de lagoas com solo de característica mais pantanoso onde é possível a cultura de plantios variados.

ainda não têm acesso a energia elétrica e estradas. “Deu-se início a uma série de proibições e penalizações sobre as práticas extrativistas, de caça, plantio e pesca que fazem parte da cultura vazanteira” (ANAYA, 2014, p. 4044). Mesmo diante desta realidade as 56 famílias resistem, construindo casas e barracas, atravessando o Rio São Francisco cotidianamente de Matias Cardoso para o território para produzir e reproduzir seus modos de vida tradicionais.

## A conservação ambiental e os parques

Discutir a situação dos Parques no Brasil e compreender os conflitos de comunidades tradicionais, como Pau de Léguas, com parques requer entender a construção de um ideário de preservação da natureza no Brasil. De acordo com Diegues (2001), o movimento conservacionista<sup>155</sup> foi alicerce para o avanço dos discursos sobre sustentabilidade e ecodesenvolvimento, projetados na segunda metade do séc. XX e que ganharam força a partir de 1970. Essa perspectiva sustentou, inclusive, segundo as considerações de Little (2002), o movimento sócio ambientalista no Brasil na década de 1980, através dos movimentos sociais e da articulação política destes com organizações não governamentais em prol da defesa dos territórios das comunidades tradicionais.

No Brasil a preocupação com a preservação da natureza tem característica ímpar se comparada com a realidade europeia e estadunidense, pois enquanto pensavam na Europa e nos Estados Unidos em uma preservação para a afirmação da nacionalidade, o bem estar e o desenvolvimento dessas nações, no Brasil a condição de colônia-exploração impôs um processo tardio. Primeiramente usurparam os recursos naturais brasileiros e, através de uma economia colonial de exportação agrícola, devastaram as florestas. Somente na corrida desenvolvimentista, com a expansão das fronteiras agrícolas, que as pressões dos organismos mundiais, nas décadas 1970/80, impulsionaram o Estado para ações e legislações preservacionistas (DIEGUES, 2001). Segundo

---

155 A natureza é freqüentemente lenta e os processos de manejo podem torná-la eficiente; acreditava que a conservação deveria basear-se em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos. (...) que se deve procurar o maior bem para o benefício da maioria, incluindo as gerações futuras, mediante a redução dos dejetos e da ineficiência na exploração e consumo dos recursos naturais não-renováveis, assegurando a produção máxima sustentável (DIEGUES, 2001, p. 29).

Barreto Filho (2004), no Brasil “A defesa do meio natural não se justifica por motivos éticos ou estéticos universais” (p. 54) e sim por motivos que envolvam a construção nacional e a necessidade de ter os recursos naturais para o desenvolvimento nacional, tanto no que tange a sobrevivência da sociedade brasileira como “trunfo” para alcançar esse objetivo.

Interessante é que toda a legislação e orientação das políticas de conservação ambiental partem do princípio da relação do homem com a natureza, na qual o primeiro pode residir e/ou usufruir dos recursos do segundo desde que cumpram regras e critérios estabelecidos pelo Estado. Temos aqui uma contradição importante ao pensarmos sobre a tolerância das territorialidades, considerando que estas estão submetidas ao controle do Estado, uma vez que limita o uso do território, bem como os modos de vida tradicionais. A tolerância é literalmente demarcada por decretos, cercamentos e encurralamentos endossados pelo Estado. Como destaca Little (2002), a razão instrumental do Estado opõe-se à razão histórica dos povos tradicionais. Há uma perspectiva evidente nos processos territoriais controlados pelo poder público. O mesmo Estado que autoriza a expansão do agro e hidronegócio, legisla para a preservação e conservação da natureza. Conforme Barreto Filho (2004), essa posição estatal é herança das medidas da transição do liberalismo para a modernização capitalista, em que o referido Estado passa a exercer o controle da nação.

As legislações, na maior parte das vezes, tenderam para os ideais preservacionistas<sup>156</sup> e, somente mediante a pressão dos movimentos sociais e de ONG's nas décadas de 1970 - 1980 caminharam rasteiramente para as tendências conservacionistas (LITTLE, 2002). Porém, vale ressaltar, que as unidades de conservação que permitem aos residentes a utilização ou a extração, assentam-se na dubiedade jurídica da autorização e limitação de uso, marcando a presença forte do Estado como agente de controle das territorialidades.

A questão da conservação para as comunidades tradicionais é interna a elas, faz parte de um modo de vida específico, enquanto que a legislação ambiental, mesmo no conservacionismo, configura um aprisionamento e interfere nos processos que são próprios dessas comunidades. Então, sobre a

---

156 Trata da defesa de uma natureza selvagem, inabitada e inviabilizada para a intervenção humana (DIEGUES, 2001).

tolerância das territorialidades, até que ponto se tolera? Até aonde a discussão estiver estritamente fechada no campo da conservação ambiental e quando não tenciona com os interesses do capital. Barreto Filho (2004), ao falar da fraqueza política da conservação da natureza no Brasil, realça a participação do Estado no favorecimento do capital privado nacional e internacional, mas também assinala que esta fragilidade se dá pelos fatores nocivos desta política. Neste contexto o autor destaca “as contradições inerentes às formas centralizada e autoritária de implementação do projeto geopolítico como um todo” (p. 61). Tanto Barreto Filho (2004) como Little (2002) salientam a importância dos movimentos sociais e dos grupos com identidade territorial em geral, bem como a articulação destes grupos com ONG’s e outras ações de enfrentamento do projeto geopolítico de conservação.

## **A Nova Cartografia Social na Comunidade Vazanteira de Pau de Léguas**

Desde 2008 a Comunidade Vazanteira de Pau de Léguas articula com ONGs, Universidades e outras comunidades, também vazanteiras, construindo uma rede de resistência e luta pelo território. Neste caminho, a partir das demandas apresentadas para a Unimontes – Universidade Estadual de Montes Claros, via pesquisadores envolvidos com os trabalhos na comunidade, foi desenvolvido em 2018 o projeto da Nova Cartografia Social, *Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central – Núcleo Minas Gerais*, em uma parceria estabelecida pela Unimontes e a Universidade Estadual do Maranhão.

As atividades do projeto foram desenvolvidas por pesquisadores (docentes), doutorandos e mestrandos da universidade, com o objetivo de treinar e capacitar os comunitários e mobilizá-los para o acionamento da memória para a construção do mapa e ao final a produção de um fascículo. Esse processo se deu através de oficinas onde foram trabalhados temas como *cultura, tradição, memória e lugar* e realizados treinamento para o uso do GPS - considerando que é a própria comunidade que faz a marcação dos pontos georeferenciados - e ainda várias entrevistas com os moradores. Concernente ao propósito da Nova Cartografia Social, os comunitários refletiram sobre os temas citados acima, rememoraram a história da comunidade, seus marcos, mitos, festejos, ritos, relação com a terra e com o rio, conflitos e anseios e construíram o seu mapa.

Durante todo o processo das oficinas houve uma grande participação dos mais velhos, onde relatavam as práticas que antecederam a expropriação do território tradicionalmente ocupado, sendo estas a caça, a pesca, a criação de animais a solta, as plantações, o extrativismo, a relação com lugares sagrados e com o Rio São Francisco. As narrativas apontam que a liberdade de ser vazanteiro e de pertencer àquele território foi restringida, porém continuou viva em sua essência, mobilizando a comunidade para ações e estratégias que possam instrumentalizá-la nos mecanismos de resistência.

Os entrevistados deixaram claro em sua narrativa e também no desenho do mapa a violência do estado através das normas e fiscalizações restritivas do Parque Estadual da Mata Seca, e como este tenta impedir as práticas tradicionais na ilha e inviabilizar a permanência dos vazanteiros no lugar. Para a comunidade existem dois agentes expropriadores: os fazendeiros que grilaram as suas terras e, posteriormente, o parque que permanece com ações que desconsideram a interação da comunidade com a natureza e a possibilidade de uma inter-relação que preserve os recursos naturais, mas também os modos de vida tradicionais.

Diante da situação de conflito que a comunidade vem enfrentando, o processo de construção do mapa, a partir da Nova Cartografia Social, oportunizou um espaço de reflexão, construção e reconstrução de sua história e sua luta, mobilizando os comunitários e criando efeitos políticos na participação e defesa do território. Os vazanteiros de Pau de Léguas fizeram o levantamento de sua história como comunidade tradicional, mas também de sua história de resistência para a manutenção do território, onde puderam rever suas estratégias, avaliar os avanços e refletir sobre os desafios ainda existentes tanto no que diz respeito ao conflito com o parque e também com fazendeiros. De acordo com Almeida (2013), o importante na Nova Cartografia Social é a ação autônoma dos sujeitos na construção do mapa e o que isto pode produzir na comunidade como processo político o movimento e instrumentalização da resistência.

## Considerações finais

Podemos considerar que os projetos desenvolvimentistas na bacia média do São Francisco – Norte de Minas Gerais trouxeram grandes impactos ambientais e que as ações compensatórias do Estado acabaram por afetar os modos de vida das comunidades tradicionais e acirrar ainda mais as situações de conflito.

No que tange as narrativas da conservação ambiental, a discussão merece aprofundamento, considerando que o Estado materializa seu controle através de legislações restritivas, nas quais à comunidade tradicional resta a imposição de limites para uso do território e reprodução dos modos de vida. Sua originalidade fica oprimida pelo esforço para o cumprimento de regras que, muitas vezes, confrontam a reprodução das tradições. Faz-se necessário ampliar as discussões sobre os vários agentes envolvidos nas geopolíticas da conservação e entender as estratégias possíveis de enfrentamento para garantia das territorialidades das comunidades tradicionais.

## Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida (ORG.). **Povos e Comunidades Tradicionais**: nova cartografia social. Manaus, UEA Edições, 2013. Disponível em <<http://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2015/07/Catalogo-Povos-Comunidades-Tradicionais-1.pdf>> acesso em abril de 2018.

ANAYA, Felisa Cançado. “Vazanteiros em movimento”: o processo de ambientalização de suas lutas territoriais no contexto das políticas de modernização ecológica. **Ciência & Saúde Coletiva**, 19 (10):4041-4050, 2014.

BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. In: RICARDO, Fany (org.) **Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. Isa/ano 10, novembro, 2004. Disponível em <[https://www.socioambiental.org/banco\\_imagens/pdfs/10144.pdf](https://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/10144.pdf)> Acesso em 04 dez. de 2016.

- COSTA, João Batista. **Cerrados Norte Mineiros: populações tradicionais e suas identidades territoriais**. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. (org.). *Tantos Cerrados – Múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidade cultural*. Goiânia: Ed. Vieira, 2005.
- BARBOSA, R. S.; FEITOSA, A M.. **A dinâmica de luta pela terra no norte de Minas Gerais**. em J. Cleps Júnior, J. A. Zuba, A. M. Feitosa (Orgs.). (2005). **“Debaixo da Lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil”**. Goiânia-GO. Editora da UCG.
- DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O Mito da Natureza Intocada**. 3ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia, Departamento de Antropologia Instituto de Ciências Sociais Universidade de Brasília, 2002.
- OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene (org.). **Formação Social e Econômica do Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Unimontes, 2000.
- REIS, João Rodrigo Leitão dos. FARIA, Ivani Ferreira de. FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Compensação ambiental de megaempreendimentos no estado do Amazonas: relação entre conservação da biodiversidade e desenvolvimento**. *Soc. & Nat.*, Uberlândia, 29 (1): 137-154, mai/ago/2017.
- RIBEIRO, Eduardo M.; e GALIZONI, Flávia M.. **Quatro Histórias de Terras Perdidas: Modernização Agrária e Privatização de Campos Comuns em Minas Gerais**. *R. B. Estudos Urbanos e Regionais* V. 9, N.2 / Novembro, 2007.

# Bifurcações na Volta Grande do Xingu: povos e comunidades tradicionais e megaprojetos

Rosa Elizabeth Acevedo Marin - UFPA / NAEA / PNCSA<sup>157</sup>

Elielson Pereira da Silva - UFPA / NAEA / PNCSA

## Apresentação

Na presente década, a Volta Grande do Xingu situa-se em regime de coetaneidade com a construção da UHE Belo Monte (2011-2015) e com as decisões sobre a implantação do Projeto Volta Grande de Mineração (PVG), anunciado e com operações diversas em execução: estudos, compra de terras, articulações políticas, campanha midiática, isto desde início desta década. Os povos e comunidades tradicionais que nessa região produzem sua existência material e social revelam apreensões cotidianas face ao aumento das tensões sociais, dos danos e dos riscos ambientais gerados pelos empreendimentos – o instalado da UHE Belo Monte e o anunciado do Projeto Volta Grande de Mineração.

Nesse artigo tenta-se “captar o poder”, em suas “ramificações” e “extremidades”<sup>158</sup>, na forma institucional que organizam os dois megaprojetos, em articulação com instancias governamentais e políticas no Brasil. O Projeto Volta Grande, para além dos anúncios do seu *steps/stop*, impõe técnicas disciplinares por ignorar direitos territoriais e de consulta aos povos indígenas, aos povos e comunidades tradicionais da Volta Grande do Rio Xingu, por armar processos de criminalização de garimpeiros, a expropriação de assentados dos seus lotes por meio dos Contratos de Cessão; por buscar anular os que se empenham em continuar a vida no lugar na Vila da Ressaca

---

157 Dimitria Leão e Luana Beatriz Peixoto realizaram a leitura atenciosa deste artigo pelo que manifestamos agradecimento.

158 Essa perspectiva tem apoio em Foucault que escreve: *Trata-se (...) de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações (...) captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam (...) Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício.* (FOUCAULT, 1979, p. 182)



e Ilha da Fazenda. É por esse motivo que os moradores da Ressaca constroem o lugar simbólico de uma praça como novo lugar de memória; parte dele na Ilha da Fazenda; o objetivo é unir forças.

Dessa forma, são os deslocamentos de indivíduos/grupos nesse espaço que se constituem uma das ações mais céleres. Nesse trecho, o aumento de restrições para acesso ao rio Xingu alarga-se com a redução da vazão, decidida a partir da manipulação do chamado “Hidrograma do consenso” o que amplia a capacidade que tem o barramento de produzir transformações ambientais irreversíveis, aprofundando os prejuízos na vida dos povos e do rio. Esta questão converge para a ação de mensurabilidade e de controle da vazão do rio, e necessariamente, para o exame da possibilidade de continuidade da vida e sob que condições de existência.

O megaprojeto/megaempreendimento, visto como instituição, ordem e discurso expõe as formas de poder econômico, financeiro, mas, sobretudo, constitui mecanismo de poder para reproduzir relações disciplinares exercidas mediante os deslocamentos de povos e comunidades tradicionais, as expropriações de recursos naturais, as restrições à produção da existência, o controle dos incluídos/excluídos e a escalada de conflitos sociais e ambientais. É possível identificar duas vertentes na leitura do tema. A vertente recente que utiliza a noção de neoextrativismo sinaliza que estes assentam-se sobre “capital intensivo, antes que trabajo intensivos” com deslocamentos de populações, de formas de produção e a apropriação territorial em grande escala (Svampa, 2018, p. 22, 23) e em linha próxima encontra-se a leitura do capitalismo extrativo (Gudynas, 2009). Outra vertente, sublinha e descreve as transformações social e ambiental como produto dessas estratégias globalizadas de privatização dos recursos naturais, com efeitos cumulativos e irreversíveis, pois representam a restrição e depredação dos meios de vida, o que está no cerne da privatização. Por incorporar e refletir o ponto de vista dos agentes, as ações coletivas e mobilizações sociais para proteção dos territórios e formas de uso comum (Almeida, 2012) a favor da preservação (Acserald, 2018), incorporam ângulos e conexões com realidades específicas.

Na ótica de técnicos da Norte Energia S.A, empresa que produz a privatização da água do rio Xingu, os “impactos ambientais” da vazão reduzida passam a ser minimizados em consonância com a visão de se constituírem sistemas determinados. O fator tempo arrola-se como critério na observação e medição dos impactos no rio Xingu e seus afluentes como

o monitoramento pelo menos durante 25 anos, consoante com uma visão dominante segundo a qual estados sucessivos (das águas do rio barrado) seguem uma lei invariável. A leitura e a série histórica dos fluxogramas tanto da pluviosidade quanto da fluviometria não são confiáveis por serem descontínuos e fora dos parâmetros da ciência normal. Para o Povo Yudjá o monitoramento inicia antes do funcionamento da UHE Belo Monte e suas observações compreendem registros diversos sobre formas e mecanismos de um sistema complexo, é dizer a vida da natureza estreitamente vinculada a sua própria vida, organização social e cosmologia.

Com a iminência de instalação do projeto da exploração de ouro a céu aberto pela mineradora canadense Belo Sun Mining Ltda é elevado o risco ambiental na Volta Grande do rio Xingu. As observações sobre o *efeito de lugar* de instalação do Projeto Volta Grande - distante menos de 20 Km da barragem principal da UHE Belo Monte, a menos de 9,5 Km da Terra Indígena Paquiçamba (povo Yudjá); praticamente incrustado na área do PA Ressaca e da própria lavra garimpeira (garimpos) da Ressaca, Galo, Serrinha e faz sentido pensar efeitos sociais e ambientais potencializados.

O projeto da empresa Belo Sun Mineração Ltda cria obstáculos redobrados para o acesso aos recursos minerais, provoca o desmonte da Vila da Ressaca, limita a continuidade de existência do núcleo da Ilha da Fazenda, dependente da primeira vila. Os assentados do PA Ressaca assistem à compra de lotes para instalação do acampamento da mineradora, enquanto outros estão em estado de alerta pelas obras futuras, como o depósito de rejeitos. São diversas as restrições, somadas à redução da água dos igarapés e do próprio rio Xingu, o desaparecimento dos peixes nos rios, as dificuldades para os agricultores vender seus produtos na Vila da Ressaca.

As pressões exercidas sobre indígenas, pescadores, agricultores, ribeirinhos, garimpeiros e moradores das cidades da região de Xingu apontam os constrangimentos estruturais impostos por esses projetos e os atos de Estado, desde os deslocamentos dos territórios, a privatização dos recursos - água, florestas, minérios passando pela coação mediante instrumentos jurídicos (indeferimento de licença da lavra garimpeira, instrumentos de controle, cadastros. Com isto sucede a inviabilização de projetos coletivos, isto é, de formação e continuidade de unidades sociais autônomas com modos de existência e de fazer diferenciado.

No artigo, as situações sociais registradas de povos indígenas – Xipaia, Yudjá, Araras – comunidade de garimpeiros da Vila da Ressaca e da Ilha da Fazenda e de assentados (PA Ressaca) são observadas e descritas face às ações e relações de poder que os executores, articuladores da instalação dos megaempreendimentos desenvolvem na região da Volta Grande do Xingu.

Em 2017, a equipe de pesquisa do Projeto Cartografia Social dos Povos Tradicionais da Volta Grande do Xingu<sup>159</sup> estudou os efeitos da UHE de Belo Monte e do novo projeto de exploração de ouro. Em julho desse ano, foi elaborado o Dossiê: Belo Sun Mineração Ltda com a finalidade de inventariar notícias, artigos e outros trabalhos acadêmicos, Estudos de Impacto Ambiental, processos jurídicos, entre outros. No mês seguinte fizemos trabalho de campo na Vila da Ressaca, Ilha da Fazenda e Travessões do Projeto de Assentamento Ressaca. Nessa última, a informação é de que muitas pessoas saíram por desespero, desalento e terror. Desse regime de opressão constam os Cadastros, as marcações das casas com uma letra X as ofertas de indenizações miseráveis pelas casas, pelos plantios de cacau, cupuaçu, goiaba, abacaxi, em total desrespeito à dignidade das pessoas, famílias e suas comunidades.

O trabalho de campo foi orientado para oficinas de auto-cartografia realizadas com garimpeiros e moradores na *Vila da Ressaca*; com pescadores, garimpeiros e moradores da *ilha da Fazenda* e as oficinas com indígenas e assentados nos travessões *João Bispo*, *Itatá* e *Miro*. As entrevistas gravadas e transcritas, foram realizadas nas cinco unidades mencionadas e os itens abordados incluem trajetórias de unidades familiares e comunidades; modos de vida e trabalho no território; relação com o megaprojeto de energia e mineração; conflitos sociais com projetos de mineração e hidrelétricos; tensões e resistências ante os deslocamentos, os jogos de indenização, as vendas de terras e benfeitorias.

---

159 O Projeto teve apoio da equipe do Movimento Xingu Vivo para Sempre e foi formada por Dimitria Leão, Luana Lima Peixoto, Jeremias Kayapo, José Alberto Braz de Lima. Este é executado em consonância com delineamentos de pesquisa do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia e somava-se a atividades realizadas na Universidade Federal do Pará, Campus de Altamira e, em especial, da Faculdade de Etnodiversidades. Esses trabalhos como outros escritos nessas duas últimas destacam a visão e posicionamento da (das) Ciência(s) face aos efeitos depredadores da maioria dos projetos governamentais e empresariais instalados na região amazônica nos últimos 60 anos. Tomamos posição de que a informação, divulgação e debate destes atos de Estado e das empresas é fundamental aos direitos de existência dos povos tradicionais.

O planejamento da pesquisa incluiu realizar, além das oficinas na Volta Grande do Xingu, vários seminários com vistas a informar os grupos locais em Altamira, Vila Ressaca e ao mesmo tempo, em Belém (novembro de 2017 Campus da UFPA), para pressionar o governo do Estado e órgãos - Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Departamento Nacional de Produção Mineral, Secretaria do Patrimônio da União sobre questões graves do Projeto Volta Grande da Belo Sun Mineração. O segundo Seminário “Povos e Comunidades Tradicionais da Volta Grande do Xingu” (julho de 2018) no campus da UFPA em Altamira, teve mais de 90 participantes expondo situações sociais em Grupos de Trabalhos e Mesas, a transmissão por rádio, exposição de mapas e fotografias. Em ambos Seminários se conferiu a presença de agentes do Estado (caso explicito no Seminário de Belém) em consonância aos interesses das empresas.

O *Boletim 12: Povos Tradicionais da Volta Grande do Xingu - Garimpeiros, Agricultores, Assentados, Indígenas, Pescadores e Moradores* resulta das pesquisas e do mapeamento social, este foi objeto de leituras coletivas durante os atos de lançamento e no Seminário antes mencionado que estão incorporadas como exercício de elaboração da etnografia das formas e relações de poder que se intenciona situar na região da Volta Grande do Xingu.

## **O rio na Volta Grande do Xingu – bifurcação entre vida e morte**

Palavras e ideias expostas em um contexto de indagação coletiva situam as linhas mais descritivas deste artigo. Durante o Seminário “Povos e Comunidades Tradicionais da Volta Grande do Xingu” (7/2028) as pessoas que intervirem narraram eventos que convergem para as mudanças abruptas observadas em pouco tempo (menos de seis anos) no rio Xingu e seus afluentes, na ictiofauna, nas suas margens e nas suas vidas.

O rio foi bifurcado e também as vidas o foram. A apreensão do sentido de bifurcação<sup>160</sup> é radical, tanto na sua temporalidade quanto no caráter de irreversibilidade. Uma frase sintetizava o trágico; foi dita pelo senhor Idalino

---

160 No Seminário, Dimitria Leão iniciou sua intervenção aludindo ao conto de Jorge Luís Borges e com perspicácia e citou uma expressão da incerteza: “Deixo aos vários futuros (não a todos) meu jardim de caminhos que se bifurcam”.

Nunes de Assis, “mudou tudo e não sabemos se vai mudar mais... São os mistérios”. No conto do escritor argentino Jorge Luís Borges “O Jardim dos caminhos que se bifurcam” está a pista de um processo de deciframento: “Essa trama de tempos que se aproximam, se bifurcam, se cortam ou que secularmente se ignoram, abrange todas as possibilidades” (Borges, 1998, p. 47).

O barramento do rio Xingu<sup>161</sup>, como barreira intransponível, limitou, alterou, ritmou a navegação do rio Xingu e estabeleceu o dispositivo de controle das embarcações, tamanho, tempo e condições de trafegabilidade. A Norte Energia apresenta o Sistema de Transposição de Embarcações (STE) e afirma que este “operou satisfatoriamente ao longo de 2014”, logo descreve o funcionamento: “O STE retira as embarcações da água e as transporta de montante para jusante e vice-versa”. Indica a excepcionalidade de “pequenas embarcações, que possuem menos de seis toneladas, essa movimentação é feita por carretas menores rebocadas por tratores”. Finaliza, com a mensurabilidade da operação: “Ao longo de 2014, o STE realizou 1.006 transposições – 90,56% de embarcações miúdas, 7,75% de pequeno porte e 0,10% de médio porte – e atendeu 3.394 usuários”<sup>162</sup>. Em uma das intervenções do Seminário foi afirmação e pergunta: “E o rio Xingu é público e fica difícil entender essa lei para navegar. O Xingu é nossa vida”.

---

161 Ver. IBAMA/Ministério do Meio Ambiente. PARECER nº 52/2011 Ref: Análise da solicitação de Licença de Instalação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, processo nº 02001.001848/2006-75. “A Usina Hidrelétrica – UHE Belo Monte, localizada no rio Xingu, no Estado do Pará, possuirá capacidade instalada de 11.233,1 MW e energia firme de 4.662,3 MW. O empreendimento compreende um barramento principal no rio Xingu (no Sítio Pimental), a cerca de 40 km a jusante da cidade de Altamira, de onde as vazões são derivadas por um canal para que a geração de energia possa ser realizada na Casa de Força Principal, no Sítio Belo Monte, a cerca de 9,5 km a jusante da vila de Belo Monte, situada no município de Vitória do Xingu, favorecendo-se, desse modo, de uma queda com cerca de 90 m de altitude. Resultante dessa configuração serão formados dois reservatórios (Xingu e Intermediário) e um trecho de cerca de 100 km de extensão no rio Xingu a ser submetido a uma vazão residual, que será aproveitada para geração de energia em uma Casa de Força Complementar, localizada junto à barragem principal. Ocupará terras dos municípios de Altamira, Brasil Novo e Vitória do Xingu.

[https://congressoemfoco.uol.com.br/upload/congresso/arquivo/parecer\\_tecnico%20ibama.pdf](https://congressoemfoco.uol.com.br/upload/congresso/arquivo/parecer_tecnico%20ibama.pdf). Acesso em 09/03/2019.

162 Norte Energia Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Mensagem da Presidência 2014. [https://www.valor.com.br/sites/default/files/upload\\_element/13-03-2015-norteenergia-balanco.pdf](https://www.valor.com.br/sites/default/files/upload_element/13-03-2015-norteenergia-balanco.pdf)

A vida de indígenas, pescadores, agricultores, extrativistas, coletores depende da pesca e da navegação ao longo do rio Xingu e seus afluentes; essas águas mudaram em volume, qualidade e movimento; mudaram as formas, a oferta, as condições da pesca. Em tempo célere, os peixes morreram massiva e visivelmente, desapareceram ou se desnortearam em relação aos lugares de desova, com as alterações no curso do rio pela formação de paliteiros, erosão das margens, diminuição ou aumento drástico no curso de águas, alterações na temperatura e no final, se observa as espécies que ficaram reduzidas e das que desaparecem (acarís e curimatás, notadamente). Generaliza-se a constatação de que o rio Xingu deixa de ter peixes. Face às pressões a instituição empresarial procede a elaborar critérios de organização e controle mediante o cadastramento dos pescadores.

O planejamento da região do rio Xingu concretiza as ações e atos de Estado para madeireiros, mineradoras, construtoras, pecuaristas, fazendeiros e agentes do agronegócio e não para os povos e comunidades tradicionais que estão experimentando a perda de acesso aos recursos e seus direitos territoriais. O senhor Idalino Nunes de Assis do *Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais* perguntava “Que lugar temos os povos tradicionais dentro do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS) O planejamento, negação e condenação da existência desses povos e suas ações de contestação contra esse instrumento são veementes.

Entre as intervenções do seminário o pescador sr. Leonardo, membro do Conselho Ribeirinho do Xingu, frisou: “É fácil as empresas planejar a vida das pessoas. Vou agora plantar mandioca. A empresa planeja a vida dos pescadores lá e traz aqui. Eles acabaram com nossas vidas. Eu faço poesia onde eu falo que guardarei para sempre nosso rio. A nossa maior riqueza Belo Monte acabou!”. Indígenas, ribeirinhos, pescadores, moradores das ilhas e cidades ribeirinhas formulam um discurso uníssono sobre o rio Xingu: “nós éramos dono do rio. Agora não somos”. “As dificuldades cresceram com Belo Monte e é somente nos juntar para encontrar uma brecha”. O cerne da política de concessões

está no deslocamento/transferência do recurso comum (água) condição de “propriedade pública” (regulamentada por leis) que é colocada integralmente à disposição de uso pela empresa para produzir a mercadoria energia<sup>163</sup>.

De acordo com Cardeal (s.d) o hidrograma ecológico do consenso<sup>164</sup> constitui um dispositivo jurídico fundamentado no instituto da outorga de Direito de Recursos Hídricos que consta da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei N° 9.433) e a outorga corresponde a ato administrativo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. A Resolução N° 16/2001 - artigo 1° reza que a outorga de direitos de uso de recursos hídricos é: *Ato administrativo mediante o qual a autoridade outorgante faculta ao outorgado previamente ou mediante o direito de uso de recurso hídrico, por prazo determinado, nos termos e nas condições expressas no respectivo ato, consideradas as legislações específicas vigentes.* No seguimento de dispositivos jurídicos, Cardeal analisa a Lei N° 9.984 que “cria a Agência Nacional de Águas, responsável por implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos e coordenar o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Essa Agência editou a Resolução N° 883/2011 ditando as “condições gerais para os atos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos”.

---

163 A questão concerne a um debate teórico e político apresentado por Dardot e Laval (2017).

164 Do ponto de vista técnico o hidrograma é entendido como a vazão (m<sup>3</sup>/s) de determinado sistema hídrico por período de tempo, que a depender da época do ano e dos fluxos de estiagem e cheia, oscilará entre uma quantidade máxima e mínima para determinado fim. Este determina a quantidade de água que será vertida pelas comportas. Nos cálculos apresentados, o Xingu poderá ter, à jusante da barragem, uma vazão mínima de 680 metros cúbicos por segundo (m<sup>3</sup>/s) nos períodos de seca e máxima de 8000 m<sup>3</sup>/s nos momentos de cheia. A vazão média da Volta Grande ao longo do ano é de 7500 m<sup>3</sup>/s podendo chegar a 12000 m<sup>3</sup>/s nas cheias mais severas. <http://portalamazonia.com/noticias/belo-monte-vai-mudar-o-pulso-das-aguas-do-rio-xingu>. Acesso em 09/03/2019. Do ponto de vista jurídico-político, o que se está denominando “hidrograma ecológico de consenso” sumariza os debates e pressões para alterar estimativas anteriores questionadas pelo Ministério Público. Diogo Cardeal pontua: Dos estudos para realização do projeto de engenharia de 2002 levados a cabo pela Eletronorte em conjunto com a ANEEL, foi estabelecido um hidrograma ecológico para o TRV. Após o Ministério Público mover uma ação contra a agência reguladora, foi apresentado ao IBAMA o EIA/RIMA da UHE Belo Monte, alterando os parâmetros do hidrograma anterior a fim de que fossem mitigados os impactos ambientais negativos. O novo hidrograma foi chamado, então, de Hidrograma Ecológico de Consenso. Cardeal, Diogo. Hidrograma do Consenso. <https://diogocardeal.jusbrasil.com.br/artigos/513537837/hidrograma-ecologico-de-consenso>; Acesso em 09/03/2019.

A Volta Grande do rio Xingu para efeitos das operações e funcionamento da Usina Hidrelétricas do Xingu apresenta-se como solução do problema na perspectiva técnica e econômica da empresa e de órgãos do Estado. Dentro desses parâmetros foi definido o “Trecho de Vazão Reduzida que “compreende a área de cerca de 100 km do leito do Rio Xingu que ficou privado da vazão regular em função do barramento e derivação do processo produtivo da UHE Belo Monte, iniciando-se na barragem principal e percorrendo até a Casa de Força Principal da usina”. Cardeal insere uma lista dos “impactos” provocados pela redução de “vazão na Área Diretamente Afetada”

Interrupção da Navegação no Rio nos Períodos de Seca; Perda de ambientes para reprodução, alimentação e abrigo de peixes e outros animais; Formação de poças, mudanças na qualidade das águas e criação de ambientes para mosquitos que transmitem doenças; Prejuízos para a pesca e para outras fontes de renda e de sustento e Aumento da atividade garimpeira e dos conflitos com as populações indígenas.

Cardeal tem o intuito de analisar “a legalidade” das outorgas conferidas pelo poder público com base no “Hidrograma Ecológico de Consenso” sobre o qual argumenta: 1. Compete a próprias ANA fixar os índices mínimos de água a percorrerem trechos de vazão reduzida em rios função da captação e derivação para fins de aproveitamento hidroelétrico. O autor sublinha que o processo de requisição de outorga o hidrograma não teve parecer técnico do órgão licenciador e sim do próprio requerente que o propõe no EIA e serviu para embasar o processo de licenciamento ambiental e sentença “Este procedimento nos parece anacrônico e eivado de ilegalidade”, posto que a análise de risco ambiental acabou sendo terceirizada pelo IBAMA em procedimento de licenciamento ambiental. 2. O hidrograma apresentado no EIA RIMA teria seus resultados “avaliados se apresentam ou não compatibilidade entre desenvolvimento econômico e proteção ao meio ambiente, bem como medidas de mitigação dos impactos ambientais negativos”. Nesse item, o autor entende o ato de outorga como precário e ressalta que a licença ambiental do empreendimento foi cassada e deveria ter sido revogado o instrumento de outorga. 3. O Poder Público não podia conferir outorga com base em hidrograma proposto pelo próprio requerente, sem submeter o hidrograma a análise técnica meritória. O parecer técnico



do IBAMA alertou sobre as insuficiências do hidrograma. Em conclusão escreve: A outorga, porém, por esses mesmos motivos, nunca deveria ter sido concedida pela ANA ao outorgado.

O estudo sobre o Hidrograma de Consenso não apresenta informações que concluam acerca da manutenção da biodiversidade, a navegabilidade e as condições de vida das populações do TVR. A incerteza sobre o nível de estresse causado pela alternância de vazões não permite inferir a manutenção das espécies, principalmente as de importância socioeconômica, a médio e longo prazos. Para a vazão de cheia de 4.000 m<sup>3</sup>/s a reprodução de alguns grupos apresentada estudo como inviável [...] há um grau de incerteza elevado acerca do prognóstico da qualidade da água, principalmente no reservatório dos canais.

Na legislação sobre outorga de uso de recursos hídricos não está inserido o “princípio da participação” e opina Cardeal que tal decisão administrativa de importância para a comunidade não ficasse nas “mãos de servidores públicos eventuais e de carreira”. A convocação da sociedade civil para opinar e ajudar nesse processo decisório hídrico e fases posteriores esse autor refuta como fundamental.

Nos registros áudio e fonográficos do Seminário Povos e Comunidades da Volta Grande do Xingu foram feitas denúncias de mortandade de peixes à beira do Xingu que não receberam ouvidos por parte da Norte Energia S.A. Em reunião de Grupo de Trabalho durante o Seminário mencionado, um indígena Yudjá afirmou: “Nossa pesca era diferente, agora nem tem”. Essa diferença abrange a adoção de instrumentos de pesca (malhadeiras e tarrafas) e redução do uso do caniço. Todavia o uso da malhadeira chega a ser a única alternativa para realizar a pesca. No discurso defensivo da Norte Energia afirma que enquadra sua ação em princípios de respeito da sustentabilidade dos ecossistemas e da biodiversidade.

A Norte Energia S.A (2014) na Mensagem já citada enfatiza as linhas de trabalho: o estudo das espécies de peixes do rio Xingu e a montagem de um banco de dados no qual as espécies são classificadas em “migratórias, para consumo e ornamentais”; a elaboração de um Projeto de Incentivo à Pesca sustentável; o monitoramento das espécies migratórias. Esse rastreamento permitiria “aperfeiçoar e executar o Sistema de Transposição de Peixes (STP), construído

junto à barragem de Pimental. O STP é um canal composto por uma escada, na qual cada degrau é um tanque que permite aos peixes avançarem a montante, subindo e passando pela barragem para migração e desova”. Tal modalidade de engenharia ambiental e animal provocaria novos comportamentos aos peixes, mas está fadada ao fracasso com a opção pela vazão reduzida do rio Xingu, isto é, ocorrência de seca no trecho da Volta Grande do Xingu. Em Igarapés, segundo as observações de pescadores e ribeirinhos participantes do Seminário constata-se o desaparecimento de espécies, indispensáveis para alimentação das populações da Volta Grande do Xingu, que se dirigiam durante as enchentes, aos pedrais, sarobais e igapós para se alimentar, mas que devido à secagem do rio, morreram ou estão subnutridas.

A bifurcação vida ou morte do rio, desaparecimento da Volta Grande do Xingu situa-se em uma escala de tempo: antes do barramento, período de implantação e construção do complexo de barragens, fechamento das comportas e interrupção do fluxo do rio, o barramento, a imposição do hidrograma do consenso. O sublinhado é o controle da vazão do rio - uma técnica, como expressão do biopoder.

No Seminário de Altamira a participação na mesa de Cristiane Costa Carneiro (MPF) trouxe apontamentos que convergem para as técnicas de controle do empreendedor que considera a vazão de 20% viável para produzir energia e manter viva a fauna aquática e os modos de vida das populações”. O hidrograma objetiva reproduzir artificialmente o curso sazonal da enchente e vazante com a vazão de água que será liberada mensalmente na Volta Grande, com a alternância dos hidrogramas (A e B). Na racionalidade/crença na alternância dos biólogos e engenheiros contratados pela Norte Energia S. A., que projetam ano “soltando 8.000/m<sup>3</sup> de vazão para o trecho, e no ano seguinte os animais e a floresta poderão resistir a uma seca severa, compensada novamente”. O discurso técnico e os dispositivos jurídicos elaborados e aplicados ignoram e desqualificam as experiências e os riscos que indígenas, ribeirinhos, agricultores, extrativistas da Volta Grande do Xingu têm sistematicamente observado e vivido nesses tempos de catástrofe, com efeitos na qualidade da água, ictiofauna, vegetação aluvial, quelônios, pesca, navegação e nos seus modos de vida.

## O Projeto Volta Grande - Belo Sun Mineração

Cardoso (2017) sistematiza informações sobre a empresa no Dossiê Belo Sun Mineração<sup>165</sup>. O projeto é de interesse da empresa Belo Sun Mining Corporation pertencente ao Grupo Forbes & Manhattan Inc. O jornal Valor Econômico em 2012 apresentava a unidade dos dois projetos - produção de energia/exploração de minério associado explicitamente nas manifestações da mineradora:

A Belo Sun, que tem capital aberto na bolsa de Toronto, pretende investir US\$ 1,076 bilhão na extração e beneficiamento de ouro no Xingu. A produção média prevista pela empresa é de 4.684 quilos de ouro por ano. Para se aproximar do consórcio Norte Energia, a empresa quer oferecer a possibilidade de parceria com os donos de Belo Monte, pela qual dividiriam os custos de construção da linha de transmissão de energia. (CARDOSO, 2017, p. 249).

A temporalidade e espacialidade da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e do projeto de exploração mineral situam-se como ameaça e tragédia no presente e futuro das vidas de povos indígenas, garimpeiros, agricultores, extrativistas e moradores da vila da Ressaca e da Ilha da Fazenda. No contexto ambiental e social da Volta Grande do Xingu, como ler-se a bifurcação vida e morte com o megaempreendimento do Projeto Volta Grande de Mineração nesta região? Como estudar os conflitos entre os garimpeiros e a (s) empresa (s).

Gonçalves et al., (2016) situam, em um plano histórico, os conflitos envolvendo os trabalhadores do garimpo e as empresas mineradoras com projetos de extração em escala industrial. Grupos de garimpeiros exploraram essas jazidas desde os anos quarenta e três décadas depois os direitos de pesquisa e mineração foram concedidos para empresas. A empresa Oca

---

165 O dossiê com os respectivos anexos, contribui para o estudo da intervenção da Belo Sun Mineradora Ltda. A leitura, identificação e classificação de informações disponíveis na internet foi o mais sistematicamente possível em sites, blogs, notícias de jornais, incluindo artigos com autoria e abrange uma lista relativamente ampla de referências locais e nacionais Garimpo ilegal domina área de Belo Monte. Por: André Borges Fonte: Valor Econômico. <http://amazonia.org.br/2012/09/garimpo-ilegal-domina-%C3%A1rea-de-belo-monte/>. In CARDOSO, 2017. P. 239-240.

Mineração Ltda foi a primeira proprietária do projeto, adquirindo as licenças nº 812.559/76, 805.659/76, 805.657/1978, 805.658/76. Nos anos noventa ocorrem novas transações:

De 1996 a 1988 foi criada uma parceria entre a OCA e o Grupo EBX - TVX Participações S/A e Battle Mountain Gold Mineração (BMG), uma joint venture com Companhia Nacional de Mineração (CNM) - a Volta Grande Mineração Ltda. (VGML) adquiriu participações no projeto. Em 1998, a TVX e a BMG rescindiram seu contrato, encerrando a joint-venture com a CNM que transferiu seus interesses à OCA. Em 2004, fundiu-se com TVX Kinross Gold Corporation e a Newmont Mining Corporation adquiriu a BMG. Em 2004, a Verena Minerals Corporation adquiriu 100% das participações do projeto em um acordo com a Oca. A Verena foi renomeada Belo Sun Corp em fevereiro de 2010. Desde 2004, a Verena e a canadense Belo Sun realizam explorações sistemáticas no projeto. (Gonçalves et al. 2016, p. 242).

Os enfrentamentos entre os garimpeiros, de um lado e a OCA Mineração, do outro, são narrados pelos garimpeiros e os indígenas. A atos violentos de repressão apoiada pela polícia do Pará ocorreram em 1982 e foram narrados pelos garimpeiros e indígenas. (Boletim. 2017, p. 33). Entretanto, o garimpo resistia as investidas e forjou estratégias para sua legitimidade a partir da autorização da lavra garimpeira.

Acevedo et al (2018) apontam que a Vila da Ressaca é a mais densamente povoada, ocupando a segunda posição depois da Sede do município de Senador José Porfírio. São trezentas famílias e a vila já teve mais de 6.000 habitantes com as atividades do garimpo artesanal na região, década de oitenta e noventa. A economia de ouro nos garimpos da Volta Grande do Xingu estava fortemente articulada com o comércio de Altamira, local de compra e venda de mercadorias industrializadas e de negociação do ouro.

Até oito anos atrás, em torno da Vila da Ressaca ainda estava organizada uma economia agrícola significativa para a região e a cidade de Altamira; nela aumentou expressivamente a produção mandioca, frutas e pequenas áreas de pastos, ademais das plantações de cacau. A conexão dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária; deles o PA Ressaca como um dos maiores reflete a vitalidade da economia local. Vários garimpeiros se movimentavam entre a roça e o garimpo, o mesmo entre a pesca e a extração de ouro.

A Vila da Ressaca está localizada a 13 km da barragem. Em 2011, no início da construção da UHE Belo Monte houve acirrada pressão de movimentos sociais sobre a Norte Energia S.A. com objetivo de ampliação do número da população reconhecida como atingida pela construção, inserindo as mais de 900 famílias que viviam na Vila da Ressaca, Itatá, Garimpo do Galo, Ouro verde e Ilha da Fazenda. Em resposta a essa pressão o Projeto Básico Ambiental (PBA)<sup>166</sup> definiu programas de compensação ambiental e de instalação de equipamentos básicos - poços artesianos, posto de saúde na Ilha da Fazenda e construção de escolas. As observações em campo informavam da precariedade dessa infraestrutura.

A COOMGRIF - Cooperativa dos Garimpeiros do Galo, Ressaca, Ouro Verde, Itatá e Ilha da Fazenda teve com muito empenho e esforço para receber a autorização, licença, incluindo a outorga e permissão de Lavra Garimpeira pelo DNPM e outros documentos entre 2007 e 2009<sup>167</sup>, a empresa procedia a interromper esse procedimento quando interpõe o seu projeto. Em sintonia com a empresa, o DNPM não renovou a licença face aos interesses da Mineração Belo Sun. Com marca de idêntica violência é o fato de a empresa ter adotado a posição de incriminação em relação ao garimpo artesanal e aos garimpeiros, como eles comentaram na oficina de Cartografia social, movendo processos de Denúncia de Crime contra esses e os tornando alvos de constrangimentos e perseguições. Em documento de 11 de agosto de 2017 assinado pelo Gerente Jurídico da Belo Sun Mineração Mauro Pinheiro A Barros sublinha como outros projetos de ser alvo de “oposições ideológicas contra qualquer investimento”. Proceda a enumerar e reiterar que a empresa tinha feito diversas denúncias de “crimes de lavra clandestina” de acordo com a Lei 7.805/1989; de “usurpação” de acordo com a Lei 8.176/1991; “crime contra

---

166 O PBA é integrado por 14 planos, 54 programas e 86 projetos que atendem à condicionante da Licença de Instalação, concedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

167 Tivemos acessos aos seguintes documentos legais da COOGRIF: 1. Licença de Operação LO 4043. PGL Área de 927ha. Assinatura de Aníbal Pessoa Picanço. 2. DNPM Outorga pelo prazo de 5 anos. Área de 926,38ha. O3/12/2009. Extração de Minerais Metálicos - Ouro. 3. Registro no Cartório Ismar Silva, Município Senador Porfírio da Cooperativa dos Garimpeiros da Região da Ressaca e Ilha da Fazenda Livro B. N. 01 sob o N° 0109-v/0110. N. 265 de 27 de maio 2006.

o meio ambiente” contido na Lei N° 9.605/1998; infração administrativa com base no Decreto N° 6.541 – art. 63. Ainda destacava as notícias de trabalho infantil, prostituição, uso indiscriminado de álcool e substâncias ilícitas.

Em apoio as denúncias explicam que ocorreram operações policiais para evitar as práticas e a própria Belo Sun Mineração financiou em 2011 a construção e aquisição de equipamento do posto policial na Vila da Ressaca, a pedida do Prefeito do município de Senador José Porfírio. Identifica ter trazido benefícios - cestas básicas, cursos, centro de informática, empregos para a Vila da Ressaca carente e abandonada pelo Estado, que não fornecia os serviços básicos e afere a realidade incontestável de falta de serviços de saúde, educação, segurança pública, energia, comunicação, acesso e saneamento e o esforço hercúleo de trazer o investimento face ao contexto econômico pouco favorável para as *commodities* minerais. (Belo Sun Mineração. Denúncia<sup>168</sup> Crime. Agosto 2014).

O garimpeiro Francisco Pereira da Silva narra o cariz dos enfrentamentos diretos e o lugar negado a categoria dos garimpeiros no confronto com a justiça e a empresa, ambas falando uma mesma linguagem.

Um dia a Vara Agrária fazia uma visita na Grota Seca, com o pessoal da Belo Sun, o diretor e eu acompanhávamos o juiz da Vara Agrária, não vou citar o nome, pois não adianta. Quando o diretor da Belo Sun, era um senhor Caldeira, falou assim: “Olha, isso aqui já era para ter parado, esse povo já era para ter ido embora daqui, porque não tem mais solução para eles”; dessa forma ele falou pro juiz. Eu estava bem encostadinho e falei: “Você está mentindo, não faz isso!”. É por isso que a empresa não obtém o que ela quer, porque ela não fala a verdade, só mente; mente pro governo, mente pra todo mundo e quer se dar bem e é mentira! E o juiz falou para mim: “Eu não vim aqui para ouvir insatisfação sua, nem do fulano” e eu falei: “Doutor me permita falar a verdade, mas ele tá mentindo, porque semana passada teve uma reunião no COEMA lá em Belém, e ele falou para o pessoal da reunião, que 30% do povo daqui trabalhava na empresa e 70% tinha sido indenizado. É mentira! (Boletim, 2017, p. 5).

---

168 A Denúncia-Crime foi encaminhada pela empresa à Procuradoria do Ministério Público Federal, Procuradoria do Ministério Público Estadual, Delegacia da Polícia Federal, Departamento Nacional da Produção Mineral, Secretaria do Meio Ambiente.

A Belo Sun Mineração despreza os números sobre a população que vive nessas comunidades de garimpo e agricultura, mas estimativas locais apontam que pelo menos 2 mil pessoas vivem da extração de ouro e de agricultura familiar na região. Os garimpeiros são atingidos duplamente, pois além da atividade do garimpo, que está paralisado, muitos deles praticam e valorizam a agricultura chegando a ter pequenas plantações no projeto de assentamento que está na fronteira do garimpo.

Em nenhum momento a Belo Sun Mineração, mesmo com a decisão judicial de suspensão da licença de instalação, deixou de produzir articulações para: a) ampliar a compra e venda de casas na Vila da Ressaca; b) estimular a saída dos garimpeiros e suas famílias, numa política de terra arrasada e para isso incentiva o faccionalismo dentro e fora da Vila da Ressaca, como se observou na Ilha da Fazenda. b) forjar a venda de lotes no PA Ressaca; c) articular com interesses políticos locais (Prefeitos, representantes de instituições locais, inclusive Sindicatos) para somar as filas a favor da instalação; d) atuação nas esferas estaduais e federais para acelerar a aprovação da Licença de instalação; e) mover campanha de marketing a favor do empreendimento; f) desenvolver estratégias de perseguição e ameaça aos garimpeiros da COOMGRIF que manifestam qualquer gesto de resistência.

De conformidade com a suspensão da licença a empresa não deveria praticar qualquer atividade enquanto não houvesse a regulamentação da retirada das famílias moradoras da área de incidência do projeto mineiro. Entretanto, é de conhecimento a coerção, perseguição e repressão dirigida aos garimpeiros e assentados que se recusaram a vender as terras e manifestam posições de dúvida ou contrária à instalação do empreendimento. Tivemos informação no trabalho de campo das pessoas que haviam saído da Vila da Ressaca e dos Travessões do PA Ressaca por desespero, desalento e terror. Desse regime de opressão constam os Cadastros, as marcações das casas com uma letra X, as ofertas de indenizações pelas casas, pelos plantios de cacau, em total desrespeito à dignidade das pessoas, famílias, comunidades.

O entrevistado Antoniel Paulo da Silva Sousa descreveu os atos de desmobilizar, fechar garimpos e o discurso das indenizações.

Aqui, o que aconteceu aqui? Aconteceu, assim que Belo Sun terminou os estudos, ela começou a pagar a área, ela começou a pagar o quê? Ela começou a pagar o Galo, ela achou que fechando o Galo, a Ressaca morria por completo. O que aconteceu? fechou o Galo, Ressaca morreu, fechou Ouro Verde, terminou de matar o resto, viu? Aí o que eles pensam é o seguinte: quem não aguentava toca fora, foi o que aconteceu, meio mundo de gente abandonou casa, caçou pra fora, pra buscar melhora, entendeu? Aí, com essa vez que dizia que seria indenizado, um bocado do pessoal voltou pra casa pra esperar receber o que tinha posto na casa lá, gastado com tábuas, com prego, com telha, receber ao menos isso. Aí fizeram meio mundo de cadastro, fizeram até o documento das casas um tempo. Outra empresa fez. E no dia de receber eu estava lá. No dia de receber o documento, Belo Sun chegou e embargou, falando que não era pra dar o documento pra ninguém, então quer dizer que até aí, o que eu pude perceber, é que até aí, nós não manda nem onde a gente mora, porque se eu sou dono de uma casa eu tenho que receber o documento da minha casa, entendeu? Pra empresa chegar, embargar, dizer que não é pra dá o documento que nem o cara me falou: “A empresa embargou, não é pra dar documento pra ninguém, vai voltar tudo pra trás”. Então, até onde o cara tá vivendo é agregado da Belo Sun, a gente tá agregado da Belo Sun, a gente tem que viver o que ela quer, não o que a gente pode viver, entendeu? Aí é ruim por causa disso. (Boletim, 2017, p. 21).

No Projeto de Assentamento Ressaca as unidades familiares entram em um redemoinho com incertezas sobre a situação administrativa legal do assentamento, os processos de transferência e compra de lotes. Taiane Ribeiro da Silva tem o seu lote no Travessão João Bispo e narrou fatos não surpreendentes da negociação dos lotes:

Aí estava pensando, a Belo Sun tá aí, o pessoal tudo do INCRA, estão tudo junto da Belo Sun, entendeu? Porque eles tão comprados pela Belo Sun, o INCRA fala: “Ah, você já possui um lote, você não pode possuir dois, três lotes no seu nome”. Por que não? Um dia desses nós fomos buscar o espelho do nosso lote, nós vimos 15 lotes da Belo Sun, 15 no nome da Belo Sun, e nós agricultor não pode ter nenhum, nem muitos pode ter, entendeu? Aí o que eles tão fazendo? Eles vão fazer esses títulos definitivos, vão realmente, esse provisório, mas só que é o definitivo, eles disseram que com 90 dias eles entregam o definitivo, não, eles falaram ali pra Valda, que eles entregam o



provisório, com 90 dias se realmente a pessoa continuar na terra até 90 dias eles voltam e entrega o definitivo, aí eles vão entregar o título definitivo, porque no dia que a Belo Sun chegar e comprar não tem mais nenhum risco de ficar com burocracia sobre a documentação. (Boletim, 2017, p. 21).

Silva (2017) estudou as implicações de exploração mineral sobre as terras da reforma agrária do PA Ressaca e os interesses que estão em jogo na relação entre as estratégias empresariais e os dispositivos institucionais que operam para viabilizar a implementação do Projeto Volta Grande. Silva (Boletim 2017, Silva, 2018) por meio da descrição pormenorizada da documentação do PA, conferidos os dados junto ao SICAR - Sistema de Cadastramento Ambiental Rural - PA, constatou que

**PA Ressaca** está localizado no **Município**: Senador José Porfírio. Foi criado em 03/09/1999 e abrange uma **área**: 30.265,63 hectares com capacidade para 500 famílias. As famílias **efetivamente assentadas correspondem** a 478. O PA Ressaca foi obtido como terra pública arrecadada e matriculada em nome da União em 28/07/1982 (Gleba Ituna). O assentamento está registrado no CAR com área de 26.133,29 hectares, denotando-se uma discrepância com o tamanho do território constante na portaria de criação do PA. São 4.132,34 hectares a menos. Possui 29,0% de área consolidada por atividades produtivas, 70,4% de remanescente de vegetação nativa e 2,7% de área de preservação permanente. Um número considerável de assentados já realizou o registro no CAR, porém, existem dois imóveis rurais, um de 521,07 hectares e outro de 1.454,23 hectares, acima de 4 módulos fiscais (o módulo fiscal no município é de 70 hectares) que estão se sobrepondo às terras do assentamento. Há indícios de apossamento ilegal e grilagem. **Acesso a programas sociais**: em agosto de 2015, 238 famílias deste assentamento estavam inscritas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal - CADÚnico, 190 delas possuíam renda familiar *per capita* até R\$ 70,00 e 152 famílias recebiam o Bolsa Família. **Enquadramento na Lei nº 13.465/2017 (MP 759/2016)**: Em consonância com o disposto no art. 21 da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, o projeto de assentamento Ressaca deverá ser consolidado, titulado e emancipado nos próximos três anos (até 2020), o que poderá implicar na reconcentração de terras causada pelos mecanismos de apropriação inerentes ao mercado fundiário. (Boletim, 2017, 17).

De acordo com Silva (2017) a Belo Sun Mineração admite que 2.050,55 estão “sobrepostas” ao empreendimento Projeto Volta Grande. Face a esse interesse a empresa está negociando junto ao INCRA a aquisição de novas áreas para

compensar pela desafetação parcial do PA. A elaboração de um “Protocolo de Intenções” e de um Memorando de Entendimentos entre o INCRA e a empresa insere “os compromissos e obrigações recíprocas relacionadas à Implantação do Projeto Volta Grande e a desafetação do PA Ressaca”. Nessas negociações se estabelecem procedimentos que não são assegurados com transparência e ainda o contexto político no Brasil faz dessas negociações um dispositivo que se contrapõe aos interesses dos assentados, que são alvo de pressões pela sua mercantilização.

O imbróglgio da Belo Sun Mineração Ltda a propósito das terras sob as quais tem domínio apresenta elementos novos a partir das articulações, primeiro entre o INCRA e empresa e segundo os assentados e a empresa e dos povos indígenas e a legislação descumprida pela mineradora quanto ao direito de Consulta. Em 2013, o Ministério Público Federal (MPF) entrou com pedido de suspensão da licença de instalação, mediante ação civil pública exigiu a realização da consulta prévia para as comunidades indígenas afetadas por Belo Sun.

Os assentados da Reforma Agrária constituem a categoria social diretamente envolvida na trama de poderes empresariais e institucionais e revela as formas de expropriações construídas a partir das transações imobiliárias conduzidas pela empresa. No Sistema Eletrônico de Informação - SEI/INCRA identificam-se os “Contratos de Cessão” e laudos de avaliação que constam do processo de desafetação que tramita no INCRA, sob o número 54101.000660/2013-12.<sup>169</sup> Constam 15 documentos de assentados destes 14 tiveram seus lotes avaliados e 10 assinaram contratos de cessão, instrumento através do qual se opera a transmissão de direitos sobre determinado bem. Os assentados repassam à Belo Sun Mineração os direitos sobre a “área”. Os contratos representam 1.004, 22 hectares de “interesse da Belo Sun Mineração Ltda. Nos laudos de avaliação têm-se a descrição de uma agricultura diversa no qual o cacau destaca-se com quase 19.000 pés e diversas frutas (banana, acerola, açaí, buriti, caju, coco, goiaba, cupuaçu). A formação de

---

169 O acesso a esses documentos é público e está alojado no endereço:

[https://sei.incra.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_processo\\_pesquisar.php?acao\\_externa=protocolo\\_pesquisar&acao\\_origem\\_externa=protocolo\\_pesquisar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.incra.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0)

pastagens abrange 275 hectares. Os laudos de avaliação procedem a produzir sistematicamente um ritual de depreciação dos resultados do trabalho das unidades familiares<sup>170</sup>. Quanto aos valores da cessão (em reais) baseados nessa avaliação foram definidos pela empresa (clausula 6) e os cedentes tiveram prazo de 30 dias para desocupar o imóvel. (Clausula 2.7).

Quadro de imóveis objeto de Contratos de Cessão de direitos possessórios de assentados do PA Ressaca em favor da Belo Sun Mineração Ltda., março de 2019, SEI/INCRA

Nome do Cedente	Localização	Área do lote/ Área afetada Hectares (há)	Data de vistoria/ Data assinatura do contrato	Produção agrícola e florestal	Valor da cessão Em R\$
Cleison Sousa da Silva/ Maria F. Sousa da Silva	Travessão do Pirara Gleba Assurini - Município Senador José Porfírio	4,84 1.68	16/03/2016 29/07/2016	500 unidades de cacau (7 anos) 168 bananeiras	53.000 (*) 50.800 (**)
Edelson de Souza Campos	Lote 57 – PA Ressaca	56,97	02/07/2015 25/11/2015	Abacateiro (4), açazeiro (600), bananeira (1900), cítricos (7), coqueiro (22), goiabeira (100), jambeiro (8), jaqueira (2), mamoeiro (100), mangueira (2), pastagens (24,1 ha), mandioca (0,3 ha), cacau 5 anos (6.367), cacau 3 anos (2000)	1.100.000 (*) 787.350 (**)

170 No Boletim 12 Povos Tradicionais da Volta Grande do Xingu constam as falas insatisfeitas e questionadoras dos aposentados sobre os rituais de avaliação.

Nome do Cedente	Localização	Área do lote/ Área afetada Hectares (há)	Data de vistoria/ Data assinatura do contrato	Produção agrícola e florestal	Valor da cessão Em R\$
Edinalva Viana Lemos	Lote 67 – PA Ressaca	76,35	06/07/2016 20/08/2016	Abacateiro (6), abacaxizeiro (40), aceroleira (2), ameixeira (4), buritizeiro (3), cafezeiro (10), cajazeiro (4), cajueiro (10), castanheira adulta (9), castanheira média (7), cítricos (20), coqueiro (17), cupuaçuzeiro (9), goiabeira (69), gravioleira (1), ipê (3), jambeiro (2), jaqueira (10), mamoeiro (10), mangueira (14), mogno (15), muruci (1), noni (2), urucuzeiro (10), pastagem (19,87 ha), pastagem suja (9,44 ha), mandioca (0,27 ha), cacau 7 anos (783), cacau 19 anos (1.181)	450.000 (*) 436.900 (**)
Eurides Sampaio Furtado	Lote 66 – PA Ressaca	50,2	04/09/2015	Não consta laudo de avaliação na pasta de arquivos constante no processo de desafetação que tramita no INCRA, porém o preço do imóvel está inserido na cláusula 6 do contrato de cessão de direitos possessórios	500.000
Gilberto Assunção Silva	Sítio Barra do Garça, Lote 100 – PA Ressaca	97,84	14/07/2015	idem	641.000
Jakson de Aviz Alencar	Sítio Grupo J III, Lote 63A – PA Ressaca	63,92	02/07/2015 23/11/2015	Abacateiro (5), bananeira (10), cajueiro (3), cítricos (5), goiabeira (30), gravioleira (4), ingazeira (2), mangueira (6), urucuzeiro (80), pastagens (32 ha), mandioca (0,59 ha)	500.000 (*) 194.075 (**)

Nome do Cedente	Localização	Área do lote/ Área afetada Hectares (há)	Data de vistoria/ Data assinatura do contrato	Produção agrícola e florestal	Valor da cessão Em R\$
Jayres Ferreira Alencar	Sítio Grupo J II, Lote 63 – PA Ressaca	51,7	23/11/2015	Algodoeiro (1), bananeira (5), cajazeiro (3), cajueiro (8), cítricos (9), goiabeira (300), ingazeira (3), ipê (527), mamoeira (1), mangueira (5), teca (3), seringueira (2), urucuzeiro (300) pastagens (29,2)	500.000 (*) 241.400 (**)
Jô Amaury Pedrosa de Oliveira	Lote 12 – PA Ressaca	48,6	26/11/2015	Não consta laudo de avaliação na pasta de arquivos constante no processo de desafetação que tramita no INCRA, porém o preço do imóvel está inserido na cláusula 6 do contrato de cessão de direitos possessórios	300.000
José Paulo Dias da Silva	Sítio São José, PA Ressaca	104,4	26/11/2015	Abacateiro (6), aceroleira (3), bananeira (30), cafezeiro (4), cajueiro (3), cítricos (20), coqueiro (6), cupuaçuzeiro (15), goiabeira (15), nim (25), pupunha (3), jambeiro (3), jaqueira (4), mamoeiro (4), mangueira (8), mogno (4), urucuzeiro (2), pastagens (33,3 ha), mandioca (0,3 ha)	300.000 (*) 336.000 (**)
José Rodrigues de Alencar	Sítio São José, Lote 211, PA Ressaca	74,09	26/09/2016	Mamoeiro (1), mangueira (21), maracujazeiro (10), mogno (3), piquazeiro (7), pupunha (4), plantas ornamentais (17), pastagens (60,5 ha), cacaueiro 6 anos (200), mudas de cacau (10000)	747.700 (*) 571.534,80 (**)

Nome do Cedente	Localização	Área do lote/ Área afetada Hectares (há)	Data de vistoria/ Data assinatura do contrato	Produção agrícola e florestal	Valor da cessão Em R\$
Manoel Benedito da Silva	Lote 144, Travessão do Pirarara, PA Ressaca	15,57	10/07/2016	Abacateiro (11), abacaxizeiro (100), açazeiro nativo (200), andiropa (100), bananeira (1.330), cacauzeiro 7 nos (3.000), cacauzeiro 1 ano (1.000), cafeeiro 7 anos (3.000), cajazeiro (46), cedro (1), cítricos (13), coqueiro (4), cupuaçuzeiro (5), goiaba (50), ipê (10), ingazeiro (5), mangueira (11), plantas ornamentais (10), pupunha (2), pimenta-do- reino (70), mandioca (0,3 ha), cacauzeiro 10 anos (1.200), cacauzeiro 2 anos (1.000), cacauzeiro 1 ano (1.000), pimenta (40)	647.000 (*) 622.650 (***) 585.523,72 (**)
Albino Almeida Souza	Sítio Barra do Garça, Gleba II,	92,5	25/07/2015	Cítricos (60), coqueiro (3), pastagem (58 ha), cacau (2.000)	456.000 (*) 245.023,69 (**)
Eli dos Santos Furtado	Sítio Boa Esperança	63,9	24/08/2015	Abacateiro (1), abacaxizeiro (6), açazeiro (7), algodoeiro (2), ameixeira (4), bananeira (30), cacau 4 anos (1.752), cafeeiro (3.756), cajazeiro (2), cajueiro (10), cítricos (8), coqueiro (17), goiabeira (20), ingazeira (2), jambeiro (4), mangueira (13), muricizeiro (4), urucuzeiro (1), mandioca (1,51 ha), pastagens (52,2 ha)	534.700 (*) 388.933,92 (**)

Nome do Cedente	Localização	Área do lote/ Área afetada Hectares (há)	Data de vistoria/ Data assinatura do contrato	Produção agrícola e florestal	Valor da cessão Em R\$
Cristina da Penha Gomes Pereira	Lote Flor da Barra	103,5	25/06/2015	Abacateiro (4), aceroleira (18), ateira (6), bananeira (25), buritizeiro (5), cafeeiro (45), cajazeiro (5), cajueiro (10), cítricos (12), coqueiro (6), cupuaçuzeiro (10), goiabeira (16), gravioleira (5), ipê (100), jameiro (2), jaqueira (8), pupunha (1), mangueira (21), mogno (120), pitangueira (10), seringueira (1), urucuzeiro (7), pastagens (87,12 ha), cacau 7 anos (457)	494.850 (*) 258.992,48 (**)
José Alberto Pedrosa de Oliveira	Não consta		29/08/2012	Aceroleira (4), ameixeira (3), goiabeira (8), gravioleira (3), jaqueira (6), mangueira (5), seringueira (1), pastagens (29 ha)	161.800 (*) 47.200 (**)

**Fonte:** Sistema Eletrônico de Informação - SEI/INCRA.

**Obs:** (\*) Conforme o valor fixado na cláusula 6ª do contrato elaborado pela Belo Sun Mineração Ltda. (\*\*) Valor definido na Avaliação do imóvel. (\*\*\*) Valor total indenizado.

As informações referentes aos senhores Albino Almeida Souza, Eli dos Santos Furtado, Cristina da Penha Gomes Pereira e José Alberto Pedrosa de Oliveira foram extraídas de laudos de avaliação elaboradas pela empresa Vaz de Mello, não constando contratos de cessão de direitos possessórios na pasta de documentos anexada ao processo de desafetação que tramita **no** INCRA.

Tal tipo de operação imobiliária, embora prevista no Código Civil, necessita de anuência do órgão fundiário responsável por gerir aquele determinado território do ponto de vista legal, no caso o INCRA. A despeito de não serem contemplados com titulação definitiva, os assentados de reforma agrária constam na Relação de Beneficiários do Projetos de Assentamento e, portanto, não podem ficar suscetíveis à interesses de terceiros em relação à terra onde produzem suas formas de existência. A grande disputa jurídica está situada entre

dois tipos de interesse público consignados na Constituição Federal: a reforma agrária e a mineração. Todavia, são os interesses econômicos associados ao primeiro que têm prevalecido sobre o segundo, sem que se tenha construído normativa e juridicamente um meio de balanceá-los adequadamente.

As informações sobre terras compradas pela empresa no município de Anapu, de pretensa propriedade do sr. Carlos Roberto Fleck, estão implicadas com a ocorrência de grilagem de terras, pistolagem e conflitos agrários, consoante denúncias da Comissão Pastoral da Terra e registros do Ministério Público Federal. O próprio INCRA, que inicialmente havia autorizado a compra das terras, recuou da decisão em junho de 2018, após ser alertado pela Secretaria de Regularização Fundiária da Amazônia Legal quanto à origem duvidosa do suposto imóvel rural.

O travessão João Bispo faz fronteira com aldeia São Francisco do Povo Juruna, a distância em linha reta da Aldeia São Francisco até o alojamento da Belo Sun é de apenas 8,4 Km. Durante o campo, as atividades de entrevista e mapeamento foram realizadas com famílias do povo Xipayá. Os lotes fazem fronteira com o Acampamento da Mineração Belo Sun e foram adquiridos por meio de um histórico de conflitos e ameaças causadas pela Verena Mineração, empresa que vendeu suas estruturas e CNPJ para o grupo Forbes & Manhantan.

Nas suas falas, os moradores observaram que a estrada que usam para seu deslocamento dentro do PA, se trata da mesma estrada identificada como “estrada da Belo Sun” ou “travessão da firma”, aberto para uso da empresa e que o mantém sob sua vigilância. Qualquer interdição de transitar por ela os impede de acessar os alguns dos igarapés e demais áreas no interior do PA, como a estrada principal que leva até a sede de Altamira.

A água fica bem aí. Essa parte alaga tudinho. Por isso, se nós ir, eles (*a Belo Sun*) impedir nós de andar naquela estrada nós estamos fritos, nós tamo ilhados aqui, porque aqui pra andar no inverno é difícil pra nós, porque se



eles continuarem do jeito que eles tão indo, daqui um dia eles vão colocar um portão e vão dizer pra nós que não pode mais passar aqui, não vai poder entrar mais. Aí nós vamos fazer o que? Maria dos Santos Leite (Boletim, 2017, 44).

Mas só que essa roça é aqui, porque ele fez pequeno perto da estrada, mas isso aqui é da firma, a minha roça vai ficar aqui ó, bem na divisa mesmo, ela ficou no lote da firma, porque aqui ó... porque na realidade se aqui é a pedra, aqui, essa parte aqui que é da Belo Sun fica pra cá que é do João, que é nossa parte, aí quando chega aqui na lagoa começa cortar assim, apontando pra lá, porque não vai reto. Agora bem assim vai ser a roça, que vai ser bem na divisa mesmo, entre a Belo Sun e o nosso lote, porque já ficou já aqui, porque aqui que é a frente do lote, minha roça vai ficar lá, já quase no fim do lote, mas lá ainda não chega no fim do lote, mas já ficou bem na divisa. Hilda Ribeiro de Castro. (Boletim, 2017, 44).

Essas situações guardam especificidade em relação àquela das aldeias indígenas do povo Yudjá e Araras que têm suas aldeias a margem do rio Xingu, a escassa distância de 9,5 km do local onde estão previstas as operações de extração e beneficiamento do minério, o que indica os danos sociais e ambientais que advirão com a exploração de ouro. De sete anos atrás data a organização das lideranças das aldeias organizam-se com o propósito de realizar o monitoramento dos impactos que provocou a UHE Belo Monte nos seus territórios e modos de vida na Volta Grande do Xingu e táticas de rejeição do Projeto Volta Grande.

A incompletude e imprecisões do Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Volta Grande da Mineração obrigaram a que a licença de Instalação outorga pelo COEMA - que em 02/02/2013 atestando “a viabilidade ambiental” e emitiu a Licença Prévia nº 1312 de 2014. A suspensão da Licença de instalação em 6/12/2017 em votação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) é mantida até o cumprimento da legislação indigenista que obriga a elaboração de estudos de impacto ambiental e a realização do processo de Consulta Prévia, Livre e Informada aos povos indígenas Juruna, Arara e Isolados.

Entrementes, registram-se atos coetâneos, o primeiro partiu do governo estadual e o segundo da empresa. A decisão da Belo Sun Mineração de criar o Conselho Consultivo para Assuntos Indígenas, Comunitários e Ambientais, guarda relação com a decisão do Estado do Pará relacionada a Consulta Prévia inserida no texto da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho.

A junção e articulação da Belo Sun Mineração Ltda com o governo federal está na contratação do general retirado Franklinberg Ribeiro de Freitas ex-presidente da FUNAI como presidente do Conselho Consultivo para assuntos indígenas na Mineradora Belo Sun Ltda. O general Ribeiro de Freitas presidiu a FUNAI entre maio de 2017 a abril de 2018 quando assumiu o cargo nos quadros funcional da mineradora canadense três meses depois de ser demitido da presidência do órgão responsável pelas questões indígenas<sup>171</sup>. A contratação moveu o processo para apurar a conduta do general da reserva junto à Comissão de Ética Pública da Presidência da República, quem não teria cumprindo a quarentena de seis meses para assumir esse cargo. Essa figura pública está sob processo de apuração ética. Essa contratação ocorre no momento em que a mineradora tenta reverter a decisão da Justiça que barrou a instalação do Projeto Volta Grande. A Belo Sun sustenta que o Conselho para o qual o general foi contratado tem natureza “estritamente consultiva, opinativa e multidisciplinar”.

Em 24 de janeiro de 2018 foi assinado o Decreto N° 1.969, de 24 de janeiro de 2018<sup>172</sup> que institui Grupo de Estudos incumbido de sugerir normas procedimentais voltadas à realização de Consultas Prévias, Livres e Informadas aos povos e populações tradicionais. Este instrumento foi fortemente criticado e revogado por violar o direito de consulta.

Ambas estratégias convergem no sentido de quebrar o obstáculo à instalação do Projeto representado pela consulta previa e informada dos povos Yudjá e Arara da Volta Grande do Xingu.

No Brasil assiste-se ao desmonte da legislação ambiental e uma lista de atos de Estado convergem para o propósito de liberação da terra e outros recursos naturais (solo, florestas, água) para o agronegócio e a mineração. As mudanças produzem uma cronologia que inicia com aprovação do Novo Código Florestal (2012). Mediante esse instrumento o proprietário privado deveria lidar com seu passivo ambiental e com a proteção ambiental. Esse era ponto central para a pauta do agronegócio no Congresso Nacional fortalecida

---

171 Consulta do site. <http://www.jesocarneiro.com.br/povos-indigenas/suspeito-de-conflito-de-interesses-general-e-nomeado-numero-1-da-funai.html>.

172 Diário Oficial do Estado do Pará. <http://www.ioepa.com.br/pages/2018/2018.01.25.DOE.pdf>

politicamente com a articulação da Frente Parlamentar da Agropecuária. Esse grupo como posição antiambientalista busca viabilizar a instalação dos projetos hidrelétricos, obstaculizar e impedir a demarcação das terras indígenas e territórios quilombolas, em posição de organização e resistência. O fim das demarcações e a vigência de dispositivos como o chamado marco temporal asseguraram esse propósito anticonstitucional. No governo anterior foi aprovada a Medida Provisória 759<sup>173</sup>, convertida na Lei 13.465 que atribuiu prazo para que o INCRA proceda a emancipação dos assentamentos. Medidas que fundamentam a ampliação do estoque de terras para o mercado e associa-se com o programa Terra Legal. Constituem as campanhas de desterritorialização produzidas pelas agroestratégias (Almeida, 2013). Diversas decisões estão associadas como a redução da Floresta Nacional de Jamanxin, a decretação da extinção da Renca<sup>174</sup>. Em suma, trata-se de um conjunto de medidas que têm como efeitos o retorno da grilagem de terras, o desmatamento e a retomada do trabalho em condições análogas à escravidão.

Nesse movimento, estão inseridos a flexibilização dos processos de licenciamentos para megaprojetos, liberação da licença ambiental e o desmonte das instituições (Ministério de Desenvolvimento Agrário, órgãos a exemplo do INCRA e FUNAI). Esse contexto político situa novas questões sobre o Projeto Volta Grande da Mineração que insiste em instalar-se na Volta Grande do Xingu.

## Considerações finais

No final, pode pensar-se que as formas e o componente autoritário dos megaempreendimentos abordados não carecem de maior destaque. Mas, seria prescindir de aspecto fundamental das relações de poder que os concebe, organiza e recria sua não excepcionalidade.

---

173 Essa Medida Provisória 759 regulariza a ocupação das terras públicas e dispõe sobre a regularização fundiária e urbana na Amazônia Legal.

174 Trata-se da Reserva Nacional de Cobre e Associados - RENCA que foi extinta em 2017 e, por força das pressões o governo declinou da decisão. Esta constitui uma área de proteção criada em 1964, com extensão de 47.000 km e localizada entre os Estados do Amapá e Pará.

Práticas autoritárias e de exercício de poder, vigilância e controle são frequentes, exercidos não apenas pela Norte Energia S.A e Belo Sun Mineração Ltda, mas por órgãos do governo federal. No dia 17/07/2018, 13 dias após a realização do Seminário “Povos e Comunidades Tradicionais da Volta Grande do Xingu face aos projetos desenvolvimentistas”, um ato administrativo do INCRA, assinado eletronicamente pela Sra. Ivana Silva Sobral, Coordenadora Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais, determinou a criação de um APARTADO SILIGOSO ao processo de desafetação registrado sob o número 54101.000660/2013-12<sup>175</sup>. Durante o Seminário foram apresentadas novas informações relativas ao trâmite processual até o mês de junho de 2018, obtidas mediante consulta ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI), do INCRA. Esta medida apresenta indícios de que o evento estava sendo monitorado pela empresa e pelo governo.

O mesmo espírito dilacerador está no impedimento de reuniões, eventos, seminários, as denominadas audiências quando vozes de dissenso são sumariamente silenciadas para que o Projeto se institucionalize e legitime, de acordo com a ordem empresarial e da burocracia estatal. Nos Contratos de Cessão de direitos possessórios repetem-se as cláusulas de vedação, pois a comandante dita como regra a expressa anuência e considera anulada a liberdade do comodatário, completamente obliterada pelo controle empresarial.

A Belo Sun Mineração situa em todos os contratos “e de interesse da empresa” e elabora os rituais da depreciação nas vistorias para calcular o valor da negociação. Para isto vale-se da autoridade da empresa especializada em Avaliação de Imóveis, apoiada em manuais e dados das agências de pesquisa (Embrapa, por exemplo), financeiras (Banco do Brasil), dados de “mercado de imóveis”, marcando o que seria o viés de objetividade na transação. Essas constituem técnicas especializadas para destruição do “assentado”, do morador da Vila que está na lista da remoção, com as indenizações. O garimpeiro está fora desse grupo, apenas incluído quando morador da Vila da Ressaca. Antoniel Paulo da Silva Sousa assim comentou esse futuro: “Aí o cara não vai ser ofendido aqui, com bomba estourando aí, a família morrendo, aí na fumaça, ai tem que sair ou dar por nada, é isso que eu falei pro Toninho”.

---

175 TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO Processo nº 54101.000660/2013-12 Interessado: Belo Sun Mineração Ltda. documento pode ser conferida no site [https://sei.incra.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 1267931 e o código CRC 9CFAEAF4.

(Boletim, 2017, 19). Esse discurso de guerra é o caminho que se bifurca para os povos indígenas, povos e comunidades tradicionais da Volta Grande do Xingu com a atuação da Norte Energia S. A e a Belo Sun Mineração, conjuntamente com a atuação dos órgãos governamentais DNPM, INCRA, SEMAS que continuam infringindo danos ambientais e ameaçando sua existência na Volta Grande do Xingu.

## Referências

- ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth et al. (2018). Volta Grande do Xingu: agentes sociais em territorialidades ameaçadas pelos projetos UHE Belo Monte e Belo Sun. In: Couto, Rosa Carmina de Sena e Acevedo Marin, Rosa Elizabeth. **Hidrelétrica de Belo Monte: impactos na saúde**. Belém, Editora Amazônica Bookshelf, 2018. (p. 189-228).
- BOLETIM Cartografia da Cartografia Social. Uma síntese das experiências. 2017. **Povos Tradicionais da Volta Grande do Xingu: Garimpeiros, Agricultores Assentados, Indígenas, Pescadores e Moradores**. Nº 12 (dez. 2017) Manaus, UEA Edições. Coordenação da pesquisa Rosa Elizabeth Acevedo Marin et al.
- ACSERALD, Henri. (2018). **Descaminhos tropicais do ambientalismo**. Folha de São PAULO, SÃO PAULO, 02 DEZ.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. 2012. **Entre a “Proteção” e o “Protecionismo”**. Le Monde Diplomatique. Brasil. Edição 58. Maio.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner e Acevedo Marin, Rosa Elizabeth. 2010. Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terra. In: Willi Bolle, Edna Castro e Marcel Vejmelka. (Org.).2010 **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. 01ed.São Paulo: Globo, 2010, p. 141-160.
- BELO SUN Mineração. 2014. Denúncia-Crime. Belo Horizonte.. 37p.
- BORGES, André. 2012 **Garimpo ilegal domina área de Belo Monte**. Valor Econômico. <http://amazonia.org.br/2012/09/garimpo-ilegal-domina-%C3%A1rea-de-belo-monte/>. In Cardoso, 2017. P. 217-238,

- BORGES, Jorge Luís. 2014 **O Jardim dos Caminhos que se bifurcam**.  
<http://contosquevalemmapena.blogspot.com/2014/08/04-o-jardim-dos-caminhos-que-se.html>
- CARDEAL, Diogo. 2017. **Hidrograma Ecológico de Consenso**: Análise de legalidade da outorga de direito uso de recursos hídricos conferido pela Agência Nacional de Águas no estudo de caso da Usina Hidroelétrica de Belo Monte à luz de Hidrograma Ecológico de Consenso.  
<https://diogocardeal.jusbrasil.com.br/artigos/513537837/hidrograma-ecologico-de-consenso>. Acesso em 09/03/2019.
- CARDOSO, Socorro da Conceição. 2017. **DOSSIÊ: Belo Sun Mineração Ltda**. Belém, Universidade Federal do Pará/Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. (s.e). 254 páginas.
- DARDOT, Pierre; Laval, Christian. 2017. **Comum - Ensaio Sobre a Revolução no Século XXI**. São Paulo: Boitempo.
- FOUCAULT, Michel. 1979. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- GONÇALVES, Amanda Cristina Oliveira. 2016. Médio Xingu. In: Alves, Fábio. (Org.) **A função socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia**. Brasília. Ipea. P. 199-275.
- GUDYNAS, Eduardo. 2009. “Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual”. In: Jürgen Schuldt et al., **Extractivismo, política y sociedad**. Quito: Centro Andino de Acción Popular e Centro Latino Americano de Ecología Social.
- NORTE Energia Usina Hidrelétrica de Belo Monte. 2014. Mensagem da Presidência 2014. Disponível em: <[https://www.valor.com.br/sites/default/files/upload\\_element/13-03-2015-norteenergia-balanco.pdf](https://www.valor.com.br/sites/default/files/upload_element/13-03-2015-norteenergia-balanco.pdf)>
- SILVA, Elielson Pereira da. 2018. **Dossiê Fundiário sobre a Mineração da Belo Sun no PA Ressaca**. Belém. Universidade Federal do Pará/Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA. Janeiro, 2018.
- SVAMPA, Maristella. 2018. **Las fronteras del Neoextractivismo en América Latina**.

**Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias.** Buenos Aires, Calas/Universidad de Guadalajara, Editorial UCR, Flacso, Unsam, editores.

PEZZUTI, Juarez, Carneiro, Cristiane, Mantovanelli, Thais, Garzon, Bibiany Rojas. 2018. **Xingu, o rio que pulsa em nós:** movimento independente para registros de impactos da UHE. Instituto Socioambiental. Altamira.

# **Aspectos socioambientales de la transformación del territorio indígena por la construcción de infraestructura vial en Mocoa, Putumayo**

**María Ernestina Garreta Chindoy<sup>176</sup>**

**James León Parra Monsalve<sup>177</sup>**

## **Introducción**

El departamento del Putumayo está localizado al suroccidente de Colombia, comprendiendo áreas de ecosistemas andinos y amazónicos. Por el norte su límite natural es el río Caquetá y por el sur el río Putumayo, el cual le da nombre a esta unidad política administrativa. Limita también con los departamentos colombianos de Nariño, Cauca, Caquetá y Amazonas, y con Ecuador y Perú (Fig. 1). La mayor parte de su territorio pertenece a la llanura amazónica y su parte occidental andina tiene unas formaciones importantes como los cerros de Juanoy y Patascoy. Según Corpoamazonia (2014) aproximadamente el 9% de su territorio pertenece a la unidad de paisaje Cordillera de los Andes, ubicada por encima de los 900 metros sobre el nivel del mar; el 6% pertenece a la unidad de paisaje piedemonte, ubicada entre los 300 y los 900 metros sobre el nivel del mar; y el 85% pertenece a la unidad llanura Amazónica, ubicada por debajo de los 300 metros sobre el nivel del mar. Desde los tiempos precolombinos existen en Putumayo pueblos indígenas como los Inga, Kamentzá, Huitoto, Coreguaje, Siona, Paez, Cofán, Pasto, Embera Chami, Kichwa, Quillasingas, Murui (OZIP, 2010). Estas poblaciones se encuentran en territorios ancestrales, ocupados y legalmente constituidos bajo la figura de resguardos indígenas.

---

176 Sc.D. Desarrollo Socioambiental, Mg. en Gestión Ambiental y Abogada. Representante Legal de la Fundación Ridcharí Indígena y Autoridad Tradicional del Resguardo Inga de Condagua en Mocoa, Putumayo, Colombia.

177 Sc.D. Planeación del Desarrollo, Mg. en Historia y Comunicador Social - Periodista. Docente de Comunicación en la Corporación Universitaria Minuto de Dios.





producción para exportación ha contribuido a la economía del departamento a través de las regalías, aunque en los últimos años se redujo en un porcentaje considerable por la caída de los precios del crudo en el ámbito internacional.

Con respecto a la infraestructura, los pequeños poblados se encuentran a las orillas de los ríos que son utilizados como medios de comunicación. El departamento cuenta con una carretera que une a Mocoa con Neiva y Bogotá, siendo este el eje vial más importante. Además, existen carreteras en los tramos Mocoa - Puerto Asís, la Tagua - Puerto Leguizamo y Mocoa - Pasto. Esta última es una carretera en muy malas condiciones, siendo conocida por los habitantes como “Trampolín de la Muerte”. Esta carretera hace parte del corredor intermodal que uniría al Brasil con el Océano Pacífico, iniciando desde Belém de Pará, pasando por Puerto Asís y llegando al puerto de Tumaco. Existe otro tramo de carretera que une Puerto Asís con Orito, Valle del Guamuez y San Miguel, llegando hasta el Puente Internacional en la frontera con Ecuador. También están las vías fluviales por los grandes ríos como el Putumayo y el Caquetá, además de las quebradas y caudales menores.

## **El proyecto de carretera Mocoa - San Francisco y la reserva forestal**

Los kilómetros de la vía Mocoa - Pasto que atraviesan el piedemonte amazónico son estrechos y llenos de precipicios, en un trazado que fue diseñado para transportar a los soldados durante la guerra entre Colombia y Perú. Lo cierto es que la región necesitaba una vía alterna y por esto el Instituto Nacional de Vías (Invías) inició la construcción de una nueva carretera para reemplazar el “Trampolín de la Muerte”, con el proyecto de la “Variante San Francisco - Mocoa”.

En el Proyecto “Construcción de la Variante San Francisco Mocoa” se planea una vía de una sola calzada, con dos carriles bidireccionales, en una distancia aproximada de 45,6 km, incluyendo 49 puentes con una longitud de 2.775 metros (Consorcio Ambiental San Francisco Mocoa, 2013). El proyecto cuenta con la financiación del Banco Interamericano de Desarrollo, BID, y es parte de uno de los emprendimientos de la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana, IIRSA, denominado “Corredor multimodal Tumaco - Belém do Pará”.

El trazado de la Variante Mocoa San Francisco atraviesa el 60% de la Reserva Forestal Protectora de la Cuenca Alta Río Mocoa, en donde se alberga una amplia variedad de ecosistemas y que protege bosques naturales o artificiales y sus recursos naturales (Resolución No. 224 de 1984 del Ministerio de Agricultura). Una reserva creada con expresa prohibición de asentamiento humano y actividad agropecuaria dentro de sus límites. Su área es de 36.400 ha. y concentra una de las áreas boscosas mas ricas en especies forestales del departamento.

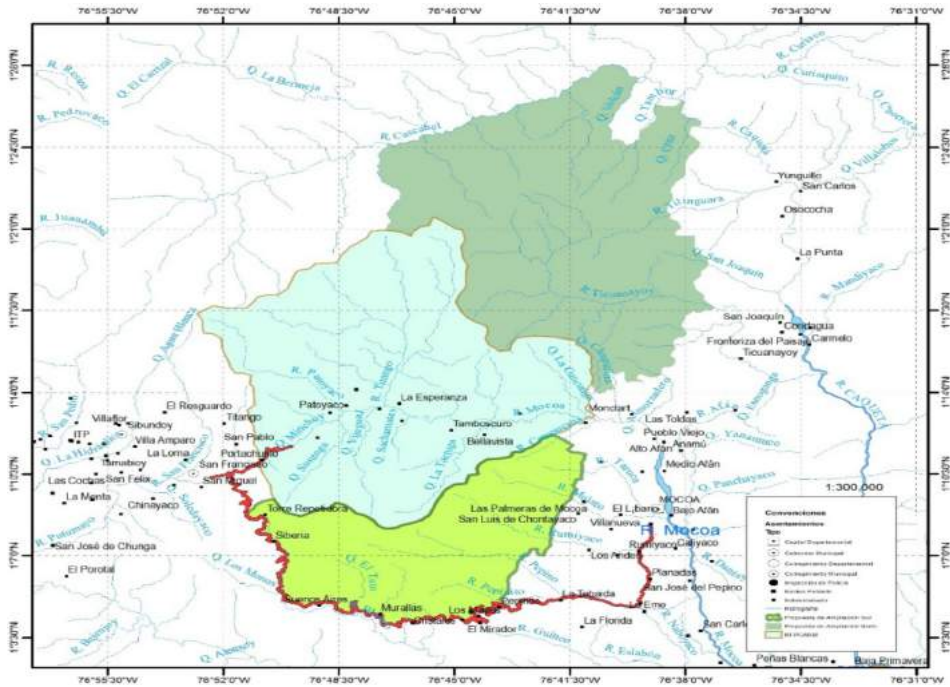
El municipio de San Francisco tiene un área aproximada de 488 Km<sup>2</sup>, de los cuales 82,5 km<sup>2</sup> pertenecen a los resguardos indígenas San Silvestre y Kamentzá, Inga de San Francisco y de las etnias Inga y Kamentzá. En este municipio también existe una Reserva Forestal Central con cerca de 110 km<sup>2</sup> establecida mediante la Ley 2 de 1959. Limita por el norte y el oriente con el municipio de Mocoa, por el occidente con el municipio de Sibundoy y el departamento de Nariño y por el sur con el municipio de Santiago (Corpoamazonia, 2014). La población de San Francisco en 2012 registraba aproximadamente 7 mil personas (Plan de Desarrollo del Departamento del Putumayo, 2012-2015), integrada en un 74,4 por ciento por mestizos y blancos, y 25,3% por indígenas de las etnias Inga y Kamentzá.

Por su parte, el municipio de Mocoa tiene un área de 1.223 km<sup>2</sup>, cuenta con 53 veredas, 5 inspecciones de policía y 9 resguardos indígenas que suman 137,6 km<sup>2</sup> de área territorial. A 2010 se proyectaba una población de 38.564 personas, de los cuales el 18,3% se auto reconoce como indígena (DANE, 2005).

El proyecto de infraestructura está siendo construido en zonas de alta biodiversidad y riqueza cultural. El corredor del proyecto tiene una longitud de 45.6 km de los cuales 29,9 km se encuentran dentro de la zona de la Reserva Forestal Protectora de la Cuenca Alta del Río Mocoa. Para su licenciamiento ambiental se realizaron estudios de impacto ambiental sin la participación de los campesinos y pueblos indígenas vecinos de la reserva forestal de la cuenca alta del río Mocoa. De igual modo, se construyeron el Plan Básico de Manejo Ambiental y Social de la Reserva y la Evaluación Ambiental Regional, EAR, en donde se determina que el ámbito de estudio correspondió al eje Pasto - Mocoa - Puerto Asís - San Miguel y sus áreas de influencia (Corpoamazonia, 2014). Además, se estableció una estrategia de ordenación ambiental del territorio donde tampoco hubo participación de la sociedad civil residente en el área de influencia de la construcción de la carretera.

La participación de la sociedad civil del área de influencia es muy importante pues la implementación del plan de manejo ambiental se iba a realizar sobre la Reserva Forestal Protectora de la Cuenca Alta del Río Mocoa. Además, ya había necesidad de un proyecto de ampliación de la reserva y se requería contar con estudios detallados de la tenencia de la tierra en las áreas de influencia de la ampliación que ofreciera información completa con el fin de conocer la situación jurídica de los predios y sus habitantes.

Figura 2. Mapa Reserva Forestal Protectora de la Cuenca Alta del Río Mocoa



**Fuente:** Corpoamazonía (2014).

La Reserva Forestal Protectora de la Cuenca Alta del Río Mocoa se localiza en jurisdicción de los municipios de Mocoa y San Francisco, conforme a la estructura política y administrativa actual, y fue creada mediante Acuerdo 014 de 1984 del Instituto de Desarrollo de los Recursos Naturales Renovables, Inderena. Este acuerdo fue ratificado posteriormente mediante la Resolución No 224 de 1984 del Ministerio de Agricultura, totalizando un área protegida de 36.400 ha. Dentro de la reserva se desarrollan actividades productivas de menor escala; los predios tienen potreros para ganadería de levante y

engorde; además, se extrae madera como el cedro y el amarillo por parte de las comunidades allí asentadas, a pesar de que estas actividades no son permitidas dentro de la reserva, por cuanto no se puede otorgar permisos o autorizaciones de aprovechamiento forestal, por su condición de reserva forestal protectora.

Esta reserva es un área especial para garantizar la conservación de los bosques, los ecosistemas, la fauna y la flora. Sin embargo, el Decreto Ley 2811 de 1974 y el Decreto 1791 de 1996 determinan el manejo forestal sostenible de la reserva forestal, viabilizando a la autoridad ambiental dar permisos y autorizaciones para el aprovechamiento<sup>178</sup> de madera según la normatividad, de manera selectiva, y aprovechamiento forestal en forma técnica, supuestamente para garantizar el aprovechamiento forestal sostenible<sup>179</sup>.

En Mocoa se localiza aproximadamente el 40% la reserva y los proyectos de ampliación se ubican en los sectores Nor Oriental y Sur Oriental de este municipio (Corporamazonia, 2014). En el caso de San Francisco el proyecto de ampliación abarca áreas entre los 800 y 3.600 metros sobre el nivel del mar, con un área de 5.770 ha. Tales lugares de estos dos municipios acogen gran diversidad de hábitats y comunidades bióticas, así como el nacimiento del río Mocoa.

No obstante, estas áreas pueden verse perjudicadas por diversas estrategias diseñadas para el aprovechamiento forestal que constituyen, además, una amenaza a los derechos colectivos, toda vez que la finalidad de la declaratoria de la Reserva Forestal Protectora de la Cuenca Alta del Río Mocoa es la conservación permanente de una porción de tierra con bosques y los ecosistemas allí existentes. Esta vulneración de los derechos colectivos genera más perjuicios a la Reserva Forestal que beneficios y pone en peligro la utilidad pública e interés social, de un área con bienes y servicios ambientales esenciales para la sostenibilidad y desarrollo humano sostenible. Entonces el acto administrativo de licenciamiento ambiental constituye una real

---

178 Aprovechamiento: es el uso, por parte del hombre de los recursos maderables y no maderables provenientes de la flora silvestre y de las plantaciones forestales, al tenor del Decreto 1791 de 1996, del Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible.

179 Aprovechamiento forestal sostenible: es el uso de los recursos maderables y no maderables del bosque que se efectúa manteniendo el rendimiento normal del bosque mediante la aplicación de técnicas silvícolas que permiten la renovación y persistencia del recurso.

amenaza a los derechos colectivos, a la existencia del equilibrio ecológico y el manejo y aprovechamiento racional de los recursos naturales para garantizar su desarrollo sostenible, su conservación, restauración o sustitución, la conservación de especies animales y vegetales, la protección de áreas de importancia ecológica, de los ecosistemas situados en las zonas fronterizas, y los intereses de la comunidad relacionados con la conservación, preservación y restauración de los ecosistemas.

En tal sentido es necesario observar las diversas opiniones de los pueblos indígenas sobre las licencias ambientales en las construcciones de infraestructura, minería, agricultura extensiva, ganadería, hidroeléctricas, represas:

Mientras el gobierno considera el desarrollo sostenible con los megaproyectos mencionados, los indígenas consideran que deben proteger y defender el suelo en que habitan con mingas comunitarias y protestas pacíficas, porque se sienten amenazados con megaproyectos que programan las empresas privadas y entidades públicas en los territorios indígenas. Esto es preocupante porque podrían generar desequilibrio sin control hacia el futuro en los territorios ocupados por ellos.

Los pueblos indígenas en sus diversas manifestaciones reclaman herramientas jurídicas como el reconocimiento de autoridad ambiental en sus territorios que garantice su protección y seguridad territorial.

Los pueblos indígenas sufren la represión, mientras los acuerdos suscritos entre las empresas privadas, instituciones públicas e indígenas no se cumplen por la inacción de las instituciones. Lo que genera vulneración y afectación al ejercicio de su autonomía y la administración territorial de los pueblos indígenas. Puede decirse, entonces, que los conflictos territoriales surgen por el desarrollo de proyectos que no son de interés de la población indígena y además porque se encuentran ocupados por personas no indígenas.

También afecta el territorio ancestral de la población indígena la presencia de grupos armados legales e ilegales y el turismo. El desarrollo sostenible va en contravía de la visión del ordenamiento territorial ancestral. La visión del gobierno es que va dirigido hacia la política administrativa como las reservas forestales, parques nacionales naturales, enfocados hacia la conservación forestal, aunque realmente está dirigido a objetivos diferentes. Mientras que para los indígenas el territorio es único, es vida.

Por eso, los indígenas que se encuentran en áreas de influencia de la reserva forestal han realizado caminatas, mingas y diversas peticiones en mesas de concertación, solicitando generar acuerdos y pactos sociales ambientales, con el propósito de evitar la tala de árboles en gran dimensión, porque para los indígenas cortar una sola hoja de un árbol significa mucho ya que representa producción de oxígeno. La biodiversidad amazónica tomó decenas de millones de años para formar su capacidad funcional, así como los procesos de vida que operan en el bosque, articulando la regulación ambiental (Nobre, 2014).

Una regulación que se ha visto afectada por la deforestación. Entre 2000 y 2012 se perdieron más de 230 millones de hectáreas de árboles en el mundo. Y en Colombia, uno de los países megadiversos del mundo, presenta la mayor deforestación como podemos apreciar en el siguiente cuadro:

**Cuadro1. Hectáreas deforestadas en Colombia en las últimas décadas**

Años	Hectáreas deforestadas
1990-2000	Identificaron 2.654.460 ha deforestadas con un promedio agregado de deforestación de 265.446 ha/año
2000-2005	Identificaron 1.578.012 ha deforestadas, representa un promedio agregado de 315.602 ha/año
2005-2010	Identificaron 1.409.868 ha deforestadas, representa un promedio agregado de 281.947 ha/año
2015-2016	Región amazónica tiene la mayor superficie deforestada, concentra el 39% del área (70.074 ha) en 2016, mientras que en 2015 hubo una reducción en la concentración deforestada (56.962 ha) cuando acumuló el 46% de la deforestación nacional.

| **Fuente:** Elaboración propia con información de IDEAM (2016).

Entre las causas del fenómeno de la deforestación en la Amazonia se cuentan el incremento de la producción agrícola y pecuaria, la siembra de cultivos ilícitos, la colonización, la explotación minera, la extracción ilegal de madera para venta o auto consumo, los incendios forestales, la construcción de embalses y puertos, carreteras, hidroeléctricas. Causas que tienen en peligro a más de 500 mil especies como la orquídea y las bromelias, especies que muchas veces no pueden ser trasladadas porque no sobreviven fuera de su hábitat natural.

De esa forma, colonización, deforestación y construcción de infraestructura afectan el ambiente y, por eso, antes de abrir una carretera, se requiere pensar primero en realizar actividades científicas y cimentar prácticas de conservación.

## **Consulta previa ex post**

Ante la negativa a la participación en el proceso de ordenamiento ambiental, el plan de manejo ambiental realizado por Corpoamazonia, Invias y Consorcio Ambiental en el proyecto “Construcción Variante Mocoa - San Francisco, la comunidad Inga de Condagua hizo reclamaciones respetuosas a través de derechos de petición ante el Ministerio del Interior. Con estas peticiones dirigidas a la Dirección de Consulta Previa de ese ministerio se reclamó el derecho a la consulta previa, conforme establece el Convenio 169 de la OIT (1989) sobre pueblos indígenas y tribales, ratificado en Colombia a través de la Ley 21 de 1991. La Comunidad Inga de Condagua tenía preocupación por cuanto el gobierno toma el control territorial y los indígenas pierden autonomía en el manejo y uso adecuado del territorio del resguardo.

Esta consulta fue realizada en el año 2014 y se establecieron acuerdos y compromisos entre la Comunidad y el gobierno nacional que, como compensación, les ampliaría el territorio en favor de la población Inga, apoyaría en proyectos de fortalecimiento cultural, entre otras medidas de mitigación. Sin embargo, no cumplieron con ninguno de los compromisos establecidos en la protocolización de la consulta previa.

Actualmente la obra de la construcción de la Variante Mocoa San Francisco se encuentra parada en dos tramos que avanzan por la Reserva Forestal de la Cuenca Alta del Río Mocoa, por cuanto el BID ordenó la realización de un nuevo estudio de impacto ambiental y solicitó construir 60 puentes y 11 túneles para minimizar el deterioro ambiental.



## Conclusiones

En Colombia las reservas forestales o áreas protegidas son manejadas por entidades territoriales oficiales, dejando de lado la administración de la autoridad indígena y de las comunidades locales. Sin embargo, en materia de gobernanza ambiental dichas entidades son insuficientes y han conducido a una incesante degradación del medio ambiente. Lo que buscan es preservar y conservar los beneficios socioeconómicos derivados de los servicios ambientales, sin considerar a las propias comunidades en una gestión integral del territorio.

Es necesario el conocimiento científico para la toma de decisiones en materia del entorno natural y la articulación de los conocimientos ancestrales de los pueblos indígenas para la incorporación en la política y normatividad ambiental. Perspectiva fundamentada en un enfoque participativo, orientado hacia resultados, y que contribuya a hacer frente a los desafíos ambientales.

Es importante también la disponibilidad de información actualizada a la hora de tomar decisiones. Donde los cabildos indígenas, el municipio y el departamento articulen su papel dentro del plan de ordenamiento territorial en temas de conservación, preservación y protección de la Reserva Forestal de la Cuenca Alta del Río Mocoa. Un esfuerzo mancomunado y necesario que busca asegurar unas condiciones mínimas para la vida de las generaciones futuras de Mocoa y Putumayo.

## Referencias

- BANCO INTERAMERICANO, CORPOAMAZONIA, INSTITUTO NACIONAL DE VÍAS, 2014.
- INSTITUTO DE DESARROLLO DE LOS RECURSOS NATURALES RENOVABLES - INDERENA. Reserva Forestal Protectora de la Cuenca Alta del Rio Mocoa. RESOLUCION No. 224 DE 1984
- INSTITUTO DE HIDROLOGÍA, METEOROLOGÍA Y ESTUDIOS AMBIENTALES, IDEAM. Estrategia integral de control a la deforestación: actualización de cifras de monitoreo de bosques, 2016.
- CONSORCIO AMBIENTAL SAN FRANCISCO MOCOA. Construcción de la Variante San Francisco Mocoa, 2013.
- MINISTERIO DE AMBIENTE Y DESARROLLO SOSTENIBLE. Decreto 1791 de 1996 “Por medio de la cual se establece el régimen de aprovechamiento forestal”
- NOBRE, Antonio. El Futuro Climático del Amazonas: informe de Evaluación para la Articulación Regional Amazonica, 2014 Accesado en: file:///C:/Users/Maria/Downloads/El\_Futuro\_Climatico\_de\_la\_Amazonia.pdf, el 18 de octubre de 2018.
- ORGANIZACIÓN ZONAL INDIGENA DEL PUTUMAYO. Población pueblos indígenas del Putumayo, 2010.

# **Violência institucional e Estado empresarial: a criminalização dos garimpeiros e oficinas *participativas* do licenciamento ambiental do Projeto Volta Grande Xingu**

Selma Solange Monteiro Santos<sup>180</sup>

Rosa Elizabeth Acevedo Marín<sup>181</sup>

## **Introdução**

O artigo analisa manifestações de violência institucional associadas ao licenciamento ambiental do Projeto Volta Grande do Xingu da empresa Belo Sun Mineração Ltda, cujo objeto é a extração de ouro as margens do rio Xingu no município de Senador José Porfírio, nas áreas de práticas agrícolas, camponesas, pesca artesanal e garimpeiras da vila da Ressaca e dos povoados da Ilha da Fazenda, Galo, Itatá, Grota Seca e Ouro Verde, históricas zona de exploração de ouro e outros minerais em pequena escala.

As demonstrações de violência institucional são articuladas aos conceitos de seletividade estrutural, posicionamento socioambiental e Estado empresarial a partir de situações empíricas relacionadas às denúncias da empresa para criminalização dos garimpeiros e à realização das chamadas ‘oficinas participativas’ em período anterior a emissão da Licença de Instalação (LI) nº2712/2017, atualmente suspensa por decisão mantida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em 06/12/2017.

---

180     Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará). Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), selmaambiental@yahoo.com.br.

181     Profesora Doutora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), rosaacevedomarin@gmail.com

Do ponto de vista metodológico, foram analisados documentos juntados aos processos de licenciamento ambiental nº2012/05028 e nº 2015/05340, discursos governamentais e privados alinhados à implantação do megaempreendimento durante as oficinas participativas realizadas em 12 e 13/01/2017. Considerou-se ainda as vozes dissonantes que produzem formas de resistência a efetivação do projeto, notadamente dos garimpeiros, ribeirinhos e moradores da vila da Ressaca durante a realização da segunda audiência pública ocorrida em 10/01/13, além de dados secundários e discursos, obtidos de trabalhos desenvolvidos na região. As reflexões são delineadas com o intuito de discutir as questões: como a violência institucional é desenvolvida a partir da atuação legal do Estado empresarial? quais argumentos e efeitos são engendrados na tessitura criminalizar e participar?

As discussões apresentadas no escopo do artigo estão agrupadas em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira contextualiza a inserção do Projeto Volta Grande na região do Xingu, além de apontar as similitudes entre a produção de energia e exploração mineral, enfatizando as convergências da mineradora Belo Sun com a hidrelétrica Belo Monte. A criminalização dos garimpeiros enquanto estratégia da transnacional articulada a seletividade e normatividade estatal para deslegitimar agentes ativos que atuam na resistência ao megaempreendimento de extração mineral é apresentada na segunda seção

Diante das negociações e discursos confluentes aos rituais participativos do licenciamento ambiental são evidenciadas as manifestações de violência institucional do Estado empresarial na terceira seção na perspectiva de evidenciar como o Estado atua alinhado aos interesses da empresa transnacional, representando-a em seus discursos homogeneizantes fundados na modernização e no desenvolvimento. Apesar da drástica interferência nos modos de vida imposta pela violenta ofensiva de Belo Monte e Belo Sun, a quarta seção do artigo é dedicada a existência e formas de resistência dos povos e comunidades tradicionais da Volta Grande do Xingu.

As questões analisadas, permitem inferir que a violência institucional praticada pelo Estado empresarial diante das estratégias para criminalização dos garimpeiros, pela ordem discursiva e pelas tecnologias vinculada a imposição do posicionamento socioambiental nos rituais participativos,

visam produzir subjetividades alinhadas as feições da razão neoliberal, a qual subverte a ideia do comum e do tradicional, intrínsecas aos povos da Volta Grande. Portanto, visam ressignificar formas de vida, a partir de uma lógica privatizante pautada na mercadorização da natureza, individualização da relações e desestruturação das condições sociais de existência permitindo a ocupação do território pelo capital transnacional.

## **Convergências da Mineradora Belo Sun com a hidrelétrica Belo Monte na Volta Grande do Xingu**

O denominado Projeto Volta Grande é um megaempreendimento econômico conduzido pela empresa Belo Sun Mineração Ltda, subsidiária da canadense Belo Sun Mining Corporation, pertencente ao Grupo Forbes & Manhattan Inc, um grande grupo financeiro com projetos minerais em várias partes do mundo. Está situado na Volta Grande do Xingu, município de Senador José Porfírio, fronteira com o município de Altamira, no Sudoeste Paraense. Abrange as vilas Ressaca, povoados da Ilha da Fazenda, Galo, Itatá, Grotta Seca e Ouro Verde, histórica zona de exploração de ouro e outros minerais em pequena escala, assim como de práticas agrícolas camponesas, extrativismo e pesca artesanal.

Segundo o estudo de impacto ambiental (BRANDT, 2012), o megaempreendimento mineral prevê a extração intensiva de ouro em grande escala por um período de 12 (doze anos), através da abertura de uma lavra à céu aberto, mediante uso de explosivos e posteriormente de cianeto, com investimentos anunciados de 1,22 bilhão de reais, sob uma ordem discursiva que evoca a utilização de moderna tecnologia de ponta em consonância com as exigências ambientais, geração de empregos diretos e indiretos, fortalecimento das receitas públicas estadual e municipais, dinamização da economia regional e bem-estar comunitário.

De acordo com relatos da Cooperativa Mista dos Garimpeiros da Ressaca, Itatá, Galo, Ouro Verde e Ilha da Fazenda (COOMGRIF), a mineração em pequena escala neste território remonta à década de 1940, quando pequenos

garimpeiros teriam começado a extração de maneira artesanal<sup>182</sup>. A própria entidade teria sido fundada por remanescentes dos primeiros trabalhadores que deram início à esta atividade no período destacado. Em 1976, a empresa Oca Mineração Ltda, fundada em 24 de abril daquele ano e controlada pela transnacional Tenaris Tenfab, com sede em Luxemburgo, tentou pela primeira vez se instalar na Volta Grande do Xingu. A propósito, os processos na fase de requerimento de lavra que tramitam na Agência Nacional de Mineração (ANM), sucessora do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), sob os números 805657, 805658, 805659 e 812559, foram protocolizados em 1976 pela empresa Oca Mineração Ltda, e, atualmente os direitos minerários estão sob controle da Belo Sun Mineração Ltda (Cardoso, 2017; Silva, 2018).

Registros jornalísticos, pronunciamentos oficiais de parlamentares na década de 1980 e relatos atuais de moradores da Volta Grande do Xingu evidenciam que as atividades da Oca Mineração Ltda foram marcadas por graves conflitos sociais, suscitados por uma série de práticas repressivas e de pistolagem em face de pequenos garimpeiros (Cardoso, 2017), envolvendo violências físicas, simbólicas e psicológicas desencadeadas através de uma combinação entre terrorismo empresarial e terrorismo de Estado.

Em 1986, foi fundada a empresa Verena Mineração Ltda, com capitais de origem canadense associados aos irmãos Jad e Elmer Salomão, responsável na década seguinte pelo prosseguimento dos estudos prospectivos da Oca Mineração Ltda, após a aquisição dos direitos minerários que lhes eram correspondentes. Ressalte-se que o senhor Elmer Salomão foi Diretor-Geral do DNPM no intervalo de 1990 a 1995, órgão então responsável pela política mineral no país, denotando a ocorrência do fenômeno da “porta giratória”, em que interesses públicos e privados se imbricam de maneira íntima.

---

182 De acordo com o Dossiê organizado por Cardoso (2017, p. 163), “inicialmente os povos indígenas foram expulsos e os garimpeiros estão na região, oficialmente, desde o dia 12 de maio de 1941. Naquela ocasião, a Coletoria de Rendas Federal de Altamira deu licença a uma série de garimpeiros para ali efetuarem a exploração”.

Em 2010 o Grupo Forbes & Manhattan assumiu o controle acionário da empresa Verena Minerals Corporation e a renomeou, designando-a sob o nome de Belo Sun Mineração Ltda. De acordo com reportagem da Liga Operária mencionado por Cardoso (2017, p. 154) no Dossiê Belo Sun:

apesar do esforço para aparentar ser uma empresa nova, a Belo Sun, é apenas a nova denominação adotada pela antiga Verena Minerals Corporation, empresa com capitais canadenses em coligação com os irmãos Jad e Elmer Salomão, fundadores da Verena em 1986. A Belo Sun inclusive tem na Receita Federal o mesmo número no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da Mineração Verena (CNPJ: 02.052.454/0001-31). Elmer Salomão, de 1990 a 1995, foi diretor geral do DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral, órgão federal encarregado da administração de concessões minerais e da implementação da política de mineração. Em 2010, o banco de investimentos Forbes & Manhattan, dirigido por Stan Bharti, assume o controle da Verena Minerals e troca o nome de Verena para Belo Sun, nomeando os seus principais diretores. Com as mudanças ocorridas no Conselho de Administração e Gestão da empresa, os irmãos Salomão pedem demissão de seus cargos de diretores.

O megaprojeto minerário da empresa canadense está interseccionado e articulado a outro megaempreendimento econômico instalado na Volta Grande do Xingu, responsável por profundas implicações nas formas de produção de existência e nos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais: a Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Se por um lado, a sinergia entre produção de energia e mineração constitui o principal fundamento norteador das políticas governamentais planejadas desde a década de 1970 para este território, por outro, os estudos técnicos contidos no processo de licenciamento ambiental ignoram completamente a cumulatividade dos danos causados por atividades de alta potencialidade na mesma zona.

As drásticas transformações provocadas pelo barramento do Rio Xingu, provenientes da vazão reduzida de seu curso d'água à jusante (Palmquist, 2018, 2019) vem modificando implacavelmente as múltiplas formas de vida locais e os referenciais garantidores da reprodução social, mas, ao mesmo tempo cumpre uma funcionalidade às economias de escala do negócio, ao prover a diminuição dos custos de extração dos depósitos minerais prospectados no leito do rio.

Em maio de 2018 a maior investidora do megaempreendimento minerário, Agnico Eagle Miners, anunciou a venda de sua fatia de 19,14% de ações da empresa Belo Sun Mineração Ltda. A operação realizada no mercado de capitais implicou na compra das ações pela própria Belo Sun, que decidiu emprestar 10 milhões de dólares a quatro de seus diretores, com o objetivo de evitar maior desvalorização (Glass, 2018). Movimentos sociais, como o Xingu Vivo para Sempre, consideraram o fato como um indício de perda de credibilidade do negócio a nível internacional, em função dos processos contestatórios de denúncia, resistência e enfrentamento.

## **Práticas de violência institucional conexas à criminalização dos garimpeiros da Volta Grande do Xingu**

Em período anterior a 2010, ainda constituída como Verena Mineração Ltda, inicia mapeamentos, oficinas, estudos e tratativas com o Estado almejando o licenciamento ambiental do Projeto Volta Grande. Do ponto de vista documental em 15/10/2010 realiza consulta prévia ao órgão ambiental estadual (documento n° 2010/28995), à época denominado Secretaria de Estado de Meio Ambiente- SEMA, apresentando a proposta empresarial para elaboração do estudo de impacto ambiental. A SEMA, por meio da notificação n° 20881/2010 emitida em 24/11/2010 requer o estudo de impacto ambiental e seu respectivo relatório enviando termo de referência básico para esta finalidade.

O estudo ambiental finalizado em 2012, foi formalizado à SEMA em 27/02/2012, iniciando o processo n° 2012/5228 com objetivo o licenciamento prévio do projeto mineral. A licença prévia (LP n° 1312/2014) foi concedida pela empresa em 20/12/2014 embora inserida em um campo de denúncias e questionamentos do procedimento e de violações de direitos realizadas por agentes ligados a pesquisa acadêmica, povos prejudicados, ambientalistas, movimentos por justiça ambiental, defesa de direitos humanos e órgãos com autonomia administrativa (Ministério Público Estadual, Federal e a Defensoria Pública). A licença de instalação (LI n°2712/2017), atualmente suspensa por decisão judicial em 2017, foi concedida em 02/02/2017 mediante o processo n°2015/5340 iniciado em 27/02/2015.



No ínterim apontando, concomitante as análises e ritos atinentes ao licenciamento, destaca-se o papel ativo da empresa e do Estado para delinear um processo de criminalização de povos do lugar, notadamente os garimpeiros. Esta criminalização, objeto de análise, é agregada a um conjunto de outras práticas como faccionalismo, assédio, ameaças e cooptação das lideranças que influenciam na organização social da região constituindo “práticas de poder do sujeito dominante” (Vasconcelos e Souto, 2014, p. 5), ou seja, tratam-se de estratégias articuladas da transnacional para deslegitimar os agentes ativos que atuam na resistência ao megaempreendimento de extração mineral e garantir a apropriação do território em favor dos proponentes do projeto.

Segundo Escrivão Filho e Frigo (2010, p. 121) a criminalização abrange um “processo estruturado de violência física e simbólica, que adquire ares de violência institucional (pública e privada) na medida em que seus agentes se utilizam de suas prerrogativas e funções para atribuir uma natureza essencialmente criminosa às manifestações sociais organizadas”, onde criminalizar não se trata somente de imputar um crime, mas de utilizar discursos e ações estrategicamente encadeadas para produzir novas subjetividades.

A produção de novas subjetividades para criminalizar os garimpeiros no contexto do licenciamento ambiental apoia-se na segregação desses agentes, apartando-os de seu papel político na formação e organização de processos sociais na vila da Ressaca, da Ilha da Fazenda, garimpos do Galo, Itatá e Ouro Verde.

Nesse contexto, os garimpeiros, outrora agentes sociais ativos do lugar, em conjunto com agricultores, ribeirinhos, povos indígenas, pescadores e moradores, são transmutados pelo discurso empresarial na tentativa de forjar uma representação de que são agentes apolíticos e desprovidos de importância a quem também se imputa os estigmas de culpabilização.

A esse respeito, com o processo de licenciamento em curso, a Belo Sun formalizou uma série de denúncias contra os garimpeiros que atuam nas áreas de garimpo conhecidas como Ouro Verde, Grota Seca e Galo, das

quais: em 04/08/2011<sup>183</sup> emitiu correspondência ao Procurador da República em exercício, no município de Altamira, noticiando a “situação de lavra clandestina”; em 13/09/2012 durante a realização da primeira audiência pública manifestou que as áreas de garimpo e atividades eram irregulares; em outubro de 2012 convidou a Procuradoria da República e a Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE) para “testemunharem as atividades dos garimpos ilegais”; em 20/11/2012 protocolizou Nota Técnica junto ao Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e PF, MPE e DPE, reiterando “atuação criminosa dos garimpeiros” (Belo Sun Mineração Ltda, 2014, p. 6). Além destas apresentou diversos ofícios à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, protocolizando denúncias para fiscalização (processos 2013/34829, 2014/24694 e 2016/23263).

A insistência da empresa em utilizar o instrumento denúncia busca estabelecer no imaginário social, a ideia de que os garimpeiros são agentes atrasados, inferiores que deliberadamente escolhem praticar condutas lesivas ao meio ambiente, ao trabalho e a economia local. Desta forma, os proponentes do megaempreendimento e seus apoiadores, sejam entes públicos ou privados, discursivamente iniciam um processo de atribuir quase que exclusivamente ao modo de vida dos garimpeiros a fonte causadora dos problemas ambientais e sociais.

A criminalização, enquanto estratégia da manifestação do jogo de dominação da empresa, passa a ser consentida graças ao papel daqueles que representam o Estado, uma vez que “os agentes públicos atribuem a uma prática social uma natureza ilegal” (Escrivão Filho e Frigo, 2010, p. 121).

A atuação do Estado no atendimento das denúncias da transnacional é essencial para reforçar que se tratam de agentes com conduta passível de investigação. Dessa maneira, as insistentes denúncias realizadas pela Belo Sun ensejaram em junho de 2013 uma operação conjunta formada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Polícia Civil, Batalhão de Polícia Ambiental, Centro de Perícias Científicas Renato Chaves e Departamento Nacional de Produção Mineral, resultando no embargo e conseqüentemente paralisação

---

183 Em atendimento ao requerimento da Promotoria de Altamira no inquérito n. 1.23.003.000182/2011-08

das atividades dos garimpos Ouro Verde, Grota Seca e Galo, convocação dos garimpeiros para prestarem esclarecimentos, abertura de inquéritos na Polícia Civil (Ascom SEMA, 2013; Belo Sun Mineração Ltda, 2014).

Da situação apresentada, é possível esquadrihar a ligação entre denunciar, investigar, criminalizar sob a égide de manutenção da ordem, da segurança e dos regulamentos de proteção ambiental. A violência simbólica e institucional se cristaliza na medida em que não se trata de o Estado atuar de forma ilegal, afinal a operação de fiscalização é justificada pelo dever do Poder Público preservar e defender o meio ambiente (Art. 225, CF. 1988), assim como coibir condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Lei 9.605/1998).

Justamente nessa via da legalidade, onde o Estado atua através de suas regras, normas de funcionamento e relações burocráticas e políticas, manifesta-se a violência e reproduz-se injustiças ambientais, ao passo que a Empresa também é alvo de diversas denúncias que envolvem ameaças, intimidações e violações dos direitos humanos e nenhum órgão da esfera executiva do Estado dispensou a burocracia, instrumento e aparatos para sequer investigá-la, diferentemente da forma de agir com os garimpeiros.

Em alguma medida, é esta seletividade da atuação estatal que amplifica os contornos da violência institucional. A escolha de quando agir, como e sobre quem é uma das principais feições da forma de atuação e composição do Estado, o que Poulantzas (1980) examina como *seletividade estrutural*, ou seja, a maneira como as distintas organizações estatais operam de maneira contraditória e conflitiva em termos de decisão e de não-decisão, de prioridades e de não-prioridades, consoante as relações de força estabelecidas.

Tais manifestações de violência, podem ser percebidas a partir das vozes daqueles que desenvolvem seus modos de vida, anteriormente com a tranquilidade e simplicidade característicos da região amazônica, e com a ameaça de um megaempreendimento econômico passam a ser violentados pela unicidade Empresa/Estado:

O desrespeito que a empresa fez para nós não existe [...]. A empresa foi na Polícia Federal e fez uma denúncia que na Ressaca só tem velho, beberrão de cachaça, drogado, prostituidor, tudo que não presta. Tudo que a empresa colocou em cima, nós não qué [...]é uma vergonha para nós. A empresa deveria

se expressar de outra maneira e não dessa. Então eu espero que as autoridades máximas, SEMAS, DNPM, IBAMA, INCRA, verifique a situação como tem que ser verificada considerando aqui as nossas reivindicação [...] isso nos deixa muito triste. (Sr. Francisco Pereira, Presidente da Associação de Moradores na 2ª audiência pública do licenciamento, ocorrida em 10/01/2013 na vila da Ressaca).

A seletividade das formas de agir do Estado também são denunciadas pelo Sr. Luis Fernando Gomes Pereira, na 2ª audiência pública do licenciamento, ocorrida em 10/01/2013 na vila da Ressaca:

Gostaria de colocar aqui meu ponto de vista sobre a Belo Sun que há muito tempo a gente está sendo totalmente massacrado, impedido de trabalhar e retratado como bandido, como tá aí no auto da Polícia Federal [...] No momento aqui o que se quer que aconteça é que a gente consiga ter a nossa vida de volta, o nosso trabalho. Não sejamos tratados feito bandidos que a Polícia Federal chegou aqui e somos colocados e fichados como bandidos [...], nós não somos [...] eu quero continuar as minhas atividades, São mais de quarenta anos que sou garimpeiro e não tenho vergonha. Eu tenho vergonha é de viver num lugar onde a gente é tratado feito bicho e não aparece uma atividade que nos dê apoio [...] a gente tem que ser tratado como trabalhador [...] Se a empresa pode se legalizar porque nós que está aqui há mais de quarenta anos que esse garimpo está aqui e porque que a gente não pode documentar? Porque que a gente não pode não ter uma janela? chegar lá e a SEMAS dar autoridade pra nós? Na época que a gente começou a trabalhar aqui não existia nem IBAMA, nem órgãos fiscalizadores. Então a empresa hoje está tomando posse dizendo que é dona, mas quem trabalhou a vida inteira aqui foi esse povo que nasceu e se criou aqui, tem filhos e netos aqui.

A partir dessas vozes da Volta Grande do Xingu, reitera-se a análise de que o tratamento diferenciado imposto a partir da seletividade das instituições do Estado, com suas técnicas dentro da legalidade, direcionam os processos de expropriação, espoliação, desterritorialização e violação de direitos de moradores, povos e comunidades tradicionais, quer seja por meio do licenciamento ambiental de megaempreendimentos como Belo Monte e Belo Sun, quer pela não proteção dos territórios e áreas especialmente protegidas (assentamentos e terras indígenas) ou ainda pela não efetivação de políticas públicas inclusivas. Desta forma, o Estado com sua violência legal, processada nas instituições, atua na perpetuação de desigualdades, flexibilizações e injustiças.

Retomando a tessitura entre violência institucional e legalidade, aborda-se a relação dos enquadramentos nas regras jurídicas como justificativa para a ação estatal. A fim de reforçar as estratégias para criminalização dos garimpeiros, a empresa formalizou o documento “Denúncia Crime” datado de 11 de agosto de 2014 a diversas organizações públicas, das quais: Procuradoria do Ministério Público Federal de Altamira, Promotoria do Ministério Público Estadual, Delegacia da Polícia Federal, Departamento Nacional de Produção Mineral, Secretaria de Estado de Meio Ambiente, mencionando:

“Atividades criminosas de garimpo na região da Volta Grande do Xingu, próximas à Vila Ressaca, Galo e Itatá. Lavra clandestina: Lei 7.805/1989: Art. 21.; Usurpação: Lei 8176/1991: Art. 2º; Crime contra o meio ambiente: Lei 9.605/1998: Art. 55.; Infração Administrativa: Decreto n. 6.514: Art. 63. Responsabilização criminal dos envolvidos” (Belo Sun Mineração Ltda, 2014, p. 2).

O documento realiza o enquadramento das práticas dos garimpeiros nos ordenamentos jurídicos acima, tipificando os modos de ação nas tipologias que as normas jurídicas classificam como crime. A empresa, para sustentar sua argumentação, apresenta uma extensa exposição de motivos com mapeamento de nomes, lugares, documentos da organização associativa, apontando que garimpeiros não apresentam permissão de lavra garimpeira e que estão com o licenciamento irregular, ademais o documento ressalta que “sempre atuaram e até hoje atuam, na mais completa ilegalidade”, além de reforçar que praticam “atividades criminosas na área” (ibid., p. 5-6).

A denúncia apresentada além de enquadrar nos tipos criminais do ordenamento jurídico, aponta as possíveis penalidades aplicáveis aos garimpeiros pelos crimes denunciados: lavra clandestina (reclusão e multa), infração administrativa (multa) e nos casos de usurpação e crime contra o meio ambiente (detenção e multa). A empresa ainda solicita providências do Estado quanto ao caso apresentado nos seguintes termos (ibid., p. 13).

A Belo Sun vem perante V.Sa., requerer que tome todas as providências cabíveis em relação à denúncia objeto desta correspondência, notadamente no que tange aos crimes federais apontados, no prazo de 30 (trinta) dias, na forma do inciso III do parágrafo único do art. 2713 da Lei n.8.625/1993

No bojo da violência institucional é o regramento jurídico-normativo quem legaliza e autoriza a manifestação do Estado e suas técnicas. A criminalização enquanto estratégia precisa se associar ao campo normativo para individualizar, segregar, legitimar e consentir a atuação do Estado, para que este exerça sua função de controle e colabore com a estratégia de dominação da empresa.

Sobre o sistema de normas jurídicas, Bourdieu (2000) permite refletir que o campo do direito para produzir legalidades está inserido em um processo ideológico de racionalização que faz aparentar que as regras daquilo que é legal são independentes das relações de força que o próprio direito ratifica, portanto o sistema normativo, com suas leis e regras exercem o poder e eficácia simbólica “na medida em que permanece desconhecida a parte maior ou menor de arbitrário que está na origem do seu funcionamento” (BOURDIEU, 2000, p. 217)..

Na análise deste processo de criminalização dos garimpeiros com o quadro teórico apresentado, é possível relacionar que se por um lado a ordem jurídica é essencial para o estabelecimento de consensos sociais sobre os garimpeiros, à medida que indica o limite do que é legal ou aceitável (BOURDIEU, 2014), por outro a seletividade estrutural na atuação é um dos componentes que contraditam a normatividade, caracterizando-a como manifestação de violência simbólica e institucional.

A denúncia-crime da empresa visa universalizar modos de organização e reprodução social diferenciados intrínsecos as diferentes formas de organização local da Volta Grande do Xingu, a partir de um referencial dominante que os transforma em modelo de periculosidade, praticantes de condutas inadequadas aos valores e regras instituídos para segurança, patrimônio, propriedade, meio ambiente, economia local, conforme pode ser percebido a partir do desabafo do Sr. José Pereira da Cunha na 2ª audiência pública do licenciamento, ocorrida em 10/01/2013 na vila da Ressaca:

A empresa está desacatando todos os garimpeiros, todos os trabalhadores da região, toda a população. Nós garimpeiros não temos valor de nada [...] eles querem ver nós derrotados [...] hoje nós estamos brigando aqui pela nossa lavra. Nós que a nossa lavra. Não vamos sair do nosso lugar porque nós não temos para onde ir. O garimpeiro, ele vive do garimpo, outro local não tem para nós trabalhar.

Hoje nós vive oprimido, ameaçado dizendo que a SEMAS vem, o DNPM vem, a polícia. No dia 14 tinha uma quantidade de polícia lá dentro do alojamento da Belo Sun como que ia para a guerra. Como nós ia lá era o maior marginal, como está no processo. Nós aqui estamos fichados, só velho, só desacatador. Então nós não temos valor para a empresa. Sinceramente eu fiquei indignado com isso [...]. Somos nós que estamos aqui trabalhando no dia a dia para poder viver porque nós somos extrativistas. Nós não queremos sair daqui

A partir do relato, pode-se inferir que a denúncia-crime visa produzir o ideário que os garimpeiros são infratores da lei, criminosos, subversores da ordem, a quem o Estado deve coibir as condutas, e embargar as áreas de garimpo, privando-os das formas de trabalho, enquanto reprodução social, para que estes garimpeiros, rotulados como “obstáculos” ao processo de instalação do megaprojeto econômico empresarial, possam ser eliminados.

## **Estado empresarial e violência institucional: negociações e discursos confluentes aos rituais participativos do licenciamento ambiental**

Na medida em que o procedimento do licenciamento avança, paralelamente a estratégia da criminalização para deslegitimar os que resistem ao projeto econômico, intensificam-se as promessas em torno das melhorias para o local e região, das quais muitas são declaradas por agentes públicos sejam eles do município de Senador José Porfírio ou do governo estadual. Estes agem alinhados aos interesses da empresa transnacional, representando-a em seus discursos, como pode ser compreendido a partir a partir das transcrições abaixo em ordem cronológica.

É necessário que essa população [...] tenha inclusive a verificação e a comprovação da importância desse projeto pra área e dos possíveis impactos, inclusive negativos que vai exigir da comunidade local a necessidade de estar preparada para monitorar, fiscalizar e acompanhar o comprometimento da empresa com o desenvolvimento do município [...] ele é um projeto que vem e se a gente não tiver o cuidado pouco internaliza de benefício local. Mas, nós também não podemos deixar o ouro embaixo da terra, uma riqueza que pode contribuir (Sr. José Alberto da Silva Colares, Secretário de Estado de Meio Ambiente na Audiência Pública de 13/09/12).

A fala do representante estadual sugere que a instalação do empreendimento aparenta ser algo inexorável, sem possibilidade de contestação, onde só se pode fiscalizar e cobrar o prometido. Em consonância, o poder público municipal reproduz de forma semelhante a narrativa, conforme se depreende da fala dos prefeitos:

É um empreendimento que vai ter vários fatores, vários segmentos, vários acontecimentos e nós precisamos estar atentos, precisamos acompanhar o desenvolvimento, o desenrolar deste empreendimento, para que, como nós já ouvimos aqui, nós tenhamos um empreendimento de grande e mais completa sustentabilidade para nosso município (Sr. Cleto José Alves da Silva, à época Prefeito de Senador José Porfírio na Audiência Pública de 13/09/12).

Nós estamos aqui como gestor. Somos os mais interessados nessa questão da Belo Sun. A todo o momento vivendo as questões de Belo Sun. Nunca faltamos às reuniões, sempre estamos vindo. É interesse nosso fazer com que ela cumpra com tudo que está previsto (...) com tudo o que foi prometido (Sr. Dirceu Biancard, Prefeito atual de Senador José Porfírio na Audiência Pública de 10/01/13).

A promessa desenvolvimentista é retomada pelo Estado em tom triunfalista, meses após a emissão da licença. Destacam-se as enunciações em notícias dos órgãos estaduais, SEMAS e SEDEME:

O cenário municipal apresenta baixa renda populacional, abaixo da linha da indigência, além da grande vulnerabilidade social e informalidade no mercado de trabalho, elevando a dependência em relação a programas sociais dos diferentes níveis do governo, necessitando aumento de renda e diminuição da dependência para melhor autonomia financeira. O projeto apresenta a previsão de 2.100 empregos diretos em fase de implantação e 526 na fase de operação, contando com programas de comunicação social, educação ambiental, programa de realocação, negociação e inclusão social, além da capacitação de mão de obra, com qualificação profissional de integração e inclusão de jovens e adultos, saúde e segurança, apoio à gestão pública local, monitoramento de indicadores socioeconômicos, fomento ao desenvolvimento, estudos arqueológicos e educação patrimonial. (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, notícia em 02/02/17).

Grandes empresas como a Louis Dreyfus, de grãos, e a mineradora Belo Sun já assumiram o compromisso de verticalizar parte da matéria-prima extraída ou transportada em território paraense, gerando emprego e renda no Estado, conforme condicionante exigida pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente



(Coema) por proposição da Secretaria Estadual de Desenvolvimento, Mineração e Energia (Sedeme), para o licenciamento de empreendimentos de grande impacto socioeconômico, sejam de mineração ou de logística. É o processo do Estado gerando bons empregos e renda (Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Mineração e Energia, setembro 2017, p. 03).

Os discursos expostos, aparentemente forjados no interesse público, exprimem a atuação do poder público em interesse do agente econômico, mobilizando o debate e influenciando as decisões em favor dos anseios da empresa, uma vez que no Estado interesses privados ganham espaço na agenda pública com o intuito de serem legitimados e incorporados pela sociedade como ganhos positivos pela instalação de megaempreendimentos.

No decorrer do processo de licenciamento, o Estado também apoia interesses empresariais a fim de garantir a competitividade, segurança jurídica, redução de encargos, renúncias e incentivos fiscais, creditícios e monetários para o setor, ao estilo do que Stengers e Pignarre (2010) designam como *chantagem locacional* dos investimentos, envolto no contexto das chamadas “alternativas infernais”. A divulgada verticalização da matéria prima, anunciada pela SEDEME, teve suas tratativas iniciadas em período muito anterior a emissão da licença de instalação, ocorrida em 02 de fevereiro de 2017.

Conforme, o Relatório de Auditoria de Gestão SEDEME nº 009/2016 – AGE, em 08/04/2015 a SEDEME realiza reunião com a Belo Sun para acompanhamento dos relatórios de Responsabilidade Social Corporativa da empresa. Novamente, em 07/05/2015, a SEDEME se reúne com a Belo Sun para elaboração de proposta de ação conjunta para construção de um fundo de desenvolvimento de Senador José Porfírio, por meio da condicionante do Projeto Volta Grande. Por fim, a discussão da implantação da refinaria é tratada em 10/08/2015, quando ocorre “reunião com os técnicos da SEDEME e a empresa Belo Sun para apresentação da proposta de viabilidade de implantação de uma refinaria de ouro no Pará” (AGE, 2016, p. 4).

Articulando-se o contexto com conceito de seletividade estrutural, diferente do tratamento fornecido à empresa, as ações contidas no Relatório de Auditoria de Gestão SEDEME nº 009/2016, no ano de 2015, evidenciam que a SEDEME não realizou nenhuma reunião, para apoio a dinamização da economia local, com comerciantes, garimpeiros, assentados, povos tradicionais e moradores das Vilas da Ressaca, Ilha da Fazenda e povoados do Galo, Itatá e Grota Seca.

O Governo do Estado do Pará, por meio da SEDEME, não convidou a Cooperativa dos Garimpeiros da Ressaca e Ilha da Fazenda (COOMGRIF), porém garantiu que a empresa Belo Sun participasse do Seminário em prol do Desenvolvimento Socioeconômico do Xingu nos dias 16 e 17 de junho de 2015, o qual objetivou, dentre outros: “estabelecer um espaço de interação interinstitucional para a criação de novas oportunidades e parcerias com o objetivo de reunir os principais atores interessados no setor produtivo da Região de Integração do Xingu e elaborar uma agenda de ações e estratégias. (SEDEME, 2015, p. 2). A SEDEME, em 2016, continuou as tratativas em apoio a empresa, a exemplo de realizar viagem em janeiro de 2016, no qual um dos objetivos foi de “reunir com o Ministério Público com o intuito de tratar sobre o planejamento referente a Belo Sun” (IOEPA, 2016, p. 42).

Os registros analisados podem ser associados as reflexões de Antonelli (2009) ao tratar da aliança hegemônica entre o Estado e as Grandes Empresas Transnacionais da Mineração, onde se evidencia a existência de um dispositivo que interliga as relações do capital transnacional, em redes de operadores e mediadores, com o Estado. Antonelli (2011, p. 8) aborda da coalizão de interesses o resultado do “lobby público-privado” abrange tanto a reconfiguração do território, como a disponibilidade para setor corporativo de todos os recursos envolvidos na exploração, que em sua lógica o dispensável, é o humano.

Nessa conjuntura, a violência simbólica e institucional no licenciamento também se processa nos gabinetes fechados do Estado, o que segundo Bronz (2016) constitui-se de um lugar privilegiado em que ocorrem as negociações sob o signo da legalidade e do consentimento, tal como retratado por Lisboa (2009, p. 234): “fechados para a opinião pública, e especialmente para os que serão atingidos pelos seus *dictats*, mas, excepcionalmente porosos para os *lobbies* regionais das grandes empresas interessadas em grandes empreendimentos”.

Para Antonelli (2009, p. 53) “se articula una retórica temporal dominante, la del “desarrollo sostenible”, que produce intervenciones en la cultura, intervenciones en expansión y disseminación aceleradas que colonizan las representaciones sociales y sus legitimidades, produce verosimilitudes, suscita e incita deseos”, tornado eficaz através de um dispositivo global objetivado por um discurso homogeneizante fundado na modernização e no desenvolvimento.

Outras formas de manifestações do Estado empresarial, no licenciamento da Belo Sun, podem ser observadas na realização de reuniões públicas durante a etapa da licença de instalação. Ainda que nessa fase, já tivessem sido realizadas as audiências públicas obrigatórias a fase de licença prévia, ainda se fazia necessário arrefecer as vozes dissonantes e ampliar estratégias de convencimento social

Nesse sentido, em 12 e 13 de janeiro de 2017 na vila da Ressaca, área de instalação do projeto, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade promoveu “oficinas participativas” em conjunto com a empresa Belo Sun. Participaram representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Pará (SEDEME), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), Federação das Indústrias do Pará (FIEPA), Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Sindicato das Indústrias Minerárias do Estado do Pará (SIMINERAL).

Nesse espaço estrategicamente controlado, onde as escolhas dos temas e metodologias, os discursos alinhados aos interesses empresariais foram desenvolvidos por meio de atividades como: feira de oportunidades para comerciantes e artesãos locais, distribuição de panfletos e informativos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Senador José Porfírio, sorteio de espécies de mudas, como açaí e castanha-do-pará pela unidade regional do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará - IDEFLOR-Bio (PARÁ, 2017).

Nestas tecnologias, as quais Bronz (2016, p. 65) se reporta, as metodologias são cuidadosamente escolhidas em torno do chamado “posicionamento socioambiental”, uma pedagogia moral e estratégica que tem a “função de estabelecer o roteiro da performance de consultores e empreendedores em contextos específicos, adequando-os aos pressupostos morais da ética empresarial, da responsabilidade social e da sustentabilidade”.

Desta forma nos dois dias de oficinas participativas foram meticulosamente escolhidos os seis grupos de trabalho, conforme temas descritos por PARÁ (2017, p. 1):

“Projeto Volta Grande”, que apresentou dados gerais da empresa e do projeto; “desenvolvimento local”, que tratou sobre oportunidades para Senador José Porfírio e Altamira; “capacitação e trabalho”, que esclareceu sobre postos de trabalho durante a implantação e operação do empreendimento; “territórios e comunidades”, sobre realocações das comunidades, migração e segurança fundiária; “comunidades indígenas”, que debateu sobre os possíveis programas e projetos em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai); e “meio ambiente e sustentabilidade”, que tratou do histórico de licenciamento ambiental do projeto e os impactos sinérgicos e cumulativos. temáticos

O chamado objetivo de “proporcionar um ambiente colaborativo e de diálogo e construção com as comunidades que estão na área de influência direta e indireta do projeto Volta Grande, como as comunidades Vila da Ressaca, Garimpo do Galo, Itatá e Ilha da Fazenda” (PARÁ, 2017, p. 1), denota uma prática de controle e vigilância.

A escolha dos temas dos grupos de trabalho, conjugada com a tecnificação e a farta representação do Estado mediando com a Empresa como se fossem um único agente, evidencia a estruturação de um laboratório biopolítico no qual a ocultação dos efeitos do projeto, a violação do direito de informações públicas sobre danos, afetações e riscos às formas de uso comum, a utilização de tecnologias de manipulação e mediação para produção de subjetividades contribuem para a desterritorialização, negação de direitos étnicos e culturais. Produz-se uma nova economia de sentidos com traços etnocêntricos, desconsiderando aspectos tangíveis e intangíveis dos povos da Volta Grande do Xingu, colocando em risco suas condições sociais de existência, enfim, em última instância se trata da remoção daqueles considerados “obstáculos” à implantação do projeto econômico de mineração de ouro.

Alinhado ao posicionamento socioambiental, pode ser retomado o conceito de seletividade estrutural diante do obscurantismo das técnicas e decisões que selecionam quem vai ser convidado para as tais “oficinas participativas”. Ainda que PARÁ (2017, p. 1) enuncie que nos dois dias “participaram cerca de 1.200 pessoas”, o diálogo não foi aberto a outros povos da Volta Grande do Xingu, como os povos indígenas Araras da Volta Grande, excluídos da discussão, mediante o que aponta o Sr. Nego, indígena Arara da Volta Grande

em relato dado a Fundação Rosa Luxemburgo em 2017 “A Belo Sun nunca chegou aqui nessa comunidade pra falar com nenhuma pessoa daqui com convite para reunião [...] dizem que hoje está tendo uma reunião aí, mas pra cá ninguém sabia”.

Retomando a análises dos discursos do *Estado empresarial* podem ser identificadas as posições dos agentes alinhados ao regime hegemônico que estrategicamente tentam realocar as resistências.

O Estado está buscando a colaboração e contribuição da população, daqueles sujeitos de direitos nesse processo e que conhecem a realidade local, para subsidiar o processo de licenciamento ambiental do empreendimento. É um momento voltado para a comunidade e que demonstra a responsabilidade do Estado com a questão social que envolve o projeto (Thales Belo, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, PARÁ, 2017, p. 2).

A estratégia discursiva funda-se em transformar o momento como uma oportunidade em prol da comunidade, trazê-los a categoria de “colaboradores” do processo e a partir de então conseguir um consenso que Estado e empresa estão falando em nome de interesses sociais, representando-os. O sequestro de vozes encontra nas informações dos agentes sociais a estratégia mais eficaz de múltipla deslegitimação de pessoas e grupos que disputam (Antonelli, 2011).

O alinhamento ao discurso desenvolvimentista enquanto estratégia de reforçar as promessas de benefícios e sequestro de vozes também pode ser identificado nos discursos abaixo:

a proposta foi fazer mais um evento no qual a comunidade possa participar, e com uma participação coletiva e democrática se possa construir junto com a empresa e a Semas uma forma de fortalecer cada vez mais o território e promover o desenvolvimento da região (Mauro Barros, diretor geral da Belo Sun Mineração, PARÁ, 2017, p. 2).

Desde que a empresa honre com os compromissos, achamos que isso pode gerar esperanças para o município sair da crise financeira. Essas oficinas participativas foram ótimas para isso. A população pode entender de fato a proposta da empresa e de que forma podemos usar os benefícios que o empreendimento vai proporcionar para conseguirmos andar com as próprias pernas (Dirceu Biancardi, Prefeito de Senador José Porfírio, PARÁ, 2017, p. 2).

O discurso hegemônico empresa-Estado busca inibir a verificação de experiências dos agricultores, garimpeiros, pescadores e moradores das vilas da Ressaca, Galo, Itatá e Ilha da Fazenda, projetando-as para outras subjetividades impregnadas pelas promessas do desenvolvimento. Antonelli (2011), baseada em Foucault (1996), argumenta que processos inibidores da construção social da verdade também prejudicam a promoção social da justiça, impedindo a verificação social do registro do dano como uma afetação, ao passo que lança o sujeito à privatização do sofrimento psíquico em face da violência, e produz corte das histórias coletivas onde ancoram as biografias e seu regime de verdade, em última instância: negar a verificação social consolida mecanismos perversos, particularmente do Estado, uma vez que investe exatamente o seu papel de proteção social para violador (Antonelli, 2011).

A atuação estado-empresa na Volta Grande do Xingu representa aquilo que Dardot e Laval (2016, p. 272) definem como *Estado empresarial*, estribado na lógica normativa neoliberal, a qual opera na “transformação da ação pública, tornando-a uma esfera que também é regida por regras de concorrência e submetida às exigências de eficácia semelhantes aquelas a que se sujeitam as empresas privadas”.

Com efeito, evidencia-se, a *mercadorização da ação pública*, coagida a agir em conformidade com a racionalidade da empresa, mediante a adoção não apenas de uma estrutura léxica alinhada com a *competitividade*, o *management*, o *accountability* e a *governança*, mas de práticas gerenciais inerentes à esfera privada, erigindo uma nova arte de governar que subverte os fundamentos da democracia, suprime direitos sociais e políticos fundamentais e produz mudanças substantivas no âmbito da sociedade e das subjetividades (Dardot e Laval, 2016), onde o Estado é o principal agente responsável pela construção política da institucionalização da ordem neoliberal, através de uma tecnologia de poder fundada na concorrência e no empreendedor de si mesmo.

Os discursos analisados no contexto do licenciamento e as promessas do projeto pouco se relacionam com a defesa de direitos políticos, étnicos e territoriais dos moradores, agricultores, ribeirinhos, pescadores e outros povos e comunidades tradicionais da Volta Grande do Xingu, constituem um sofisma intencionalmente evocado para despistar os reais interesses da

transnacional em implantar o projeto, situados na esfera econômica e de nenhuma forma no âmbito social, onde os agentes do lugar são vistos como meras “externalidades”.

A ordem do discurso do Estado empresarial baseia-se ainda numa ideologia mistificadora da harmonia social, porém, sem a participação dos povos, no qual o setor empresarial, órgão licenciador e demais entes públicos envolvidos devem trabalhar pelo desenvolvimento local e regional com sustentabilidade. Notadamente, nos termos em que enunciara Foucault (1999, p. 9), trata-se de uma “produção do discurso, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída, por certos números de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”.

Neste contexto, é perceptível que os interesses privados empresariais se impõem na arena da regulação ambiental por meio de relações políticas que inserem o *comum* no paradigma da adequação ambiental. Zhouri (2008, p. 100) explicita que este paradigma é essencial para “assegurar a dominação do espaço de tomada de decisões por uma visão hegemônica do que sejam as possibilidades de “uso” dos recursos naturais a partir da lógica de mercado”, onde se observa que a técnica oculta os modos de viver, conforme percebe o Sr. Nailson, assentado do PA Ressaca, ao questionar os constrangimentos praticados pela Belo Sun

Você não pode trabalhar porque você tá dentro da nossa área. Área dela como? Se quando ela chegou encontrou nós aqui. entendeu? O mapa da Belo Sun tá como se não existisse ninguém aqui, área verde. Tá como se não existisse ninguém. Não existe agricultor. Não existe os índios. E quando ela vier derrubando tudo, desmatando, devastando. Nós vamos para onde? (relato prestado a Fundação Rosa Luxemburgo, 2017).

A violência com que os povos da Volta Grande do Xingu são tratados em documentos da empresa faz parte desse processo de adequação social e ambiental às pretensões privadas, observadas nos textos, documentos e enunciados analisados dos pareceres e justificações. Tentam encobrir a real discussão das causas e nexos entre exploração mineral, geração de desastres ambientais e danos sociais, veiculando um ideário que a regularização ambiental por meio do licenciamento ambiental será capaz de redirecionar

os megaempreendimentos ao ecologicamente correto e ao desenvolvimento sustentável, colidindo com as diferenciadas formas de viver tradicional e classificando-as como atrasadas.

Os nossos governantes, eles veem pelo lado que não é o nosso lado. Nós queremos preservar nossas gerações. Nós queremos preservar nossa natureza. Mas, eles querem certas coisas que trazem muitos estragos, muitas destruições (Sra. Francineide, membro do Conselho de Ribeirinhos em relato dado a Fundação Rosa Luxemburgo, 2017).

Desse modo, as práticas empresariais e do Estado, realizadas na trajetória do licenciamento ambiental do Projeto Volta Grande dão suporte a políticas ecocidas e genocidas aos povos tradicionais, contemplam os interesses dos grupos econômicos e financeiros de apropriar do *comum* e de nele reproduzir suas condutas mercadorizantes com o mínimo de restrições.

## **“Nós não queremos sair daqui”: Povos da Volta Grande do Xingu, existências constrangidas pela violência**

Na Volta Grande do Xingu há uma multiplicidade de agentes sociais. Povos e comunidades tradicionais, abrangendo garimpeiros, agricultores, assentados, indígenas, pescadores e moradores, os quais produzem formas de existência social, cultural e econômica consoante os vínculos construídos com o lugar, com o rio, a com a terra e o território, alicerçados em laços de sociabilidade e de intersubjetividade, conforme se constata no Boletim nº 12, publicado em 2018 pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA, 2018).

Longe de representar algo estático, aprisionado no tempo como um resíduo ainda não tragado pelos processos de “modernização inexorável”, a noção de tradicional aqui empregada está ancorada nas reflexões de Almeida (2014, p. 14) que a percebe como uma reivindicação contemporânea, ligado a formas de autodefinição coletiva, a partir de uma construção social e política, moldada por mobilizações e conflitos. Desta forma, os povos tradicionais da Volta Grande do Xingu constroem seus modos de vida com base em relações sociais e ecológicas pautados por fundamentos e racionalidades conflitantes com a mercadorização associada à ordem normativa hegemônica.



A colisão entre distintas concepções de tempo e espaço é agravada por uma relação de alteridade baseada na inferiorização, estigmatização e desqualificação do Outro (Pacheco de Oliveira, 2016), estereotipados como “obstáculos ao progresso e ao desenvolvimento”. A ofensiva desencadeada pelos megaempreendimentos e pelo Estado empresarial, visa não apenas arrefecer as formas de contestação e resistência locais à sua implantação, mas eliminar os grupos sociais considerados “descartáveis”, “indesejáveis” e “improdutivos” por não serem rentáveis aos padrões de acumulação de capital. O desabafo do Sr. José Pereira da Cunha na 2ª audiência pública do licenciamento, ocorrida em 10/01/2013 na vila da Ressaca, sintetiza tais processos e a luta em resistir as diferentes formas de violência:

A empresa está desacatando todos os garimpeiros, todos os trabalhadores da região, toda a população. Nós garimpeiros não temos valor de nada [...] eles querem ver nós derrotados [...] hoje nós estamos brigando aqui pela nossa lavra. Nós qué a nossa lavra. Não vamos sair do nosso lugar porque nós não temos para onde ir. O garimpeiro, ele vive do garimpo, outro local não tem para nós trabalhar. Hoje nós vive oprimido, ameaçado dizendo que a SEMAS vem, o DNPM vem, a polícia. No dia 14 tinha uma quantidade de polícia lá dentro do alojamento da Belo Sun como que ia para a guerra. Como nós ia lá era o maior marginal, como está no processo. Nós aqui estamos fichados, só velho, só desacatador. Então nós não temos valor para a empresa. Sinceramente eu fiquei indignado com isso [...]. Somos nós que estamos aqui trabalhando no dia a dia para poder viver porque nós somos extrativistas. Nós não queremos sair daqui

As várias frentes cumulativas de expropriação e desterritorialização conduzidas pela UHE Belo Monte S.A e pela Belo Sun Mineração Ltda identificadas por Maia, Guerra e Calvi (2017) operam nesse sentido, “espremendo” os povos tradicionais através de diversas violências físicas, simbólicas e psicológicas, afetando suas memórias sociais, sua autonomia e seus meios de vida, consoante pode se depreender da percepção da Sra. Francineide, membro do Conselho de Ribeirinhos de Altamira:

Como é que não vai ter impacto? Quem disse que não vai ter impacto? Se não vai ter impacto porque eles querem comprar outras áreas? Porque é que eles querem realocar outras pessoas? Porque que umas pessoas vão ser impactadas e outras não? A Norte Energia falou que o povo de Altamira não ia ser impactado. Nossa natureza foi impactada. Nossa cidade foi impactada. Nossas famílias foram destruídas. Nossa cidade está vivendo uma extrema situação de emergência, de

miséria, de luta e de coisas terríveis. Tudo isso foi impacto. E a Belo Sun não é diferente, muito pelo contrário, ela traz um impacto até pior que a belo monstro. Belo Monte trouxe o quê? Um lugar que fez para tirar energia. E Belo Sun tá trazendo para tirar minério. O que mais tem que trazer? Que tipo de violência mais tem que vir? (relato concedido a Fundação Rosa Luxemburgo, 2017).

Em consonância destaca-se a expressão do Sr. Luís Fernando Gomes Pereira, na 2ª audiência pública do licenciamento, ocorrida em 10/01/2013 na vila da Ressaca:

Então, a empresa hoje está tomando posse dizendo que é dona, mas quem trabalhou a vida inteira aqui foi esse povo que nasceu e se criou aqui, tem filhos e netos aqui[...] porque é que tem que ser arrancado com todas as suas raízes, seus sonhos e seus ideais e seus trabalhos? Vai ser jogado fora? Por dinheiro? Só dinheiro? Tem é que arranjar um modo de trabalho. E que as autoridades olhem com carinho pra gente. Tem muita gente que está aqui a favor que Belo Sun fique. Eu sou a favor que o povo continue. Nós temos colégio [...] temos energia que era o sonho de todos nós. Temos estrada. A malária foi erradicada aqui já e o que que a gente quer hoje? O direito de trabalhar

Na medida em que os megaprojetos econômicos do Xingu ameaçam os modos de vida dos diferentes povos da Volta Grande, estes além de suas mobilizações internas, articulam-se a redes de movimentos e organizações que atuam por justiça ambiental e na proteção de direitos, dos quais podem ser mencionados: manifestação nas duas audiências públicas do licenciamento ambiental, denúncia e atuação conjunta com a Defensoria Pública Estadual, impetrando ações judiciais para proteção de direitos territoriais dos assentados, agricultores e moradores da Vila da Ressaca; realização de petição e “Campanha Belo Sun Não” junto a rede mobilização social global através da internet (AVAAZ); registro mediante a auto-cartografia dos povos em âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, como instrumento para o fortalecimento das manifestações de identidades coletivas da Volta Grande; composição das mesas, organização e debates nos Seminários “As veias abertas da Volta Grande do Xingu” e “Povos e comunidades tradicionais da Volta Grande do Xingu face aos projetos desenvolvimentistas”, entre outras formas de articulação, mobilização e enfrentamento.

Portanto, as expressões de luta exibem que os povos da Volta Grande do Xingu resistem e estão em permanente confrontação com os violentos processos de dominação impostos, na defesa de suas territorialidades alicerçadas em laços de autonomia, sociabilidade e de intersubjetividade intrínsecas aos conhecimentos tradicionais advindos da relação com a terra, a floresta e o rio Xingu.

## Considerações

A violência institucional é esboçada a partir da atuação legal do *Estado empresarial*, quer seja pela *seletividade estrutural* a qual escolhe as diferentes formas de utilizar os aparatos técnicos e burocráticos para exercício de controle e produção de novas subjetividades, ancoradas na normatividade jurídico-ambiental para criminalizar os garimpeiros segregando-os e tentando anular seu papel político na formação e organização de processos sociais na Vila da Ressaca, da Ilha da Fazenda, garimpos do Galo, Itatá e Ouro Verde.

Desse modo, os agentes sociais ativos da Volta Grande do Xingu, garimpeiros, agricultores, ribeirinhos, povos indígenas, pescadores e moradores, são transmutados pelo discurso empresarial e público na tentativa de forjar uma representação de que são agentes desprovidos de importância, assim como se lhes imputa os estigmas do “atraso” ao dito “desenvolvimento” e a responsabilidade dos problemas ambientais e sociais.

No jogo de dominação da empresa, consentido graças ao papel daqueles que representam o Estado, são desenvolvidas narrativas de que a instalação do empreendimento aparenta ser algo inexorável, sem possibilidade de contestação, onde só se pode fiscalizar e cobrar o que é prometido nos rituais denominados participativos.

Nesses espaços meticulosamente escolhidos são arquitetadas as estratégias ligadas ao posicionamento socioambiental, uma pedagogia da encenação e teatralização protagonizada pela tecnocracia do Estado e pelos agentes empresariais representados por seus escritórios de advocacia e pelas empresas de produção de EIA/RIMA, de comunicação e de mediação social. Atuam e narram os pressupostos morais da ética empresarial, da

responsabilidade social e da sustentabilidade, na tentativa incessante de aniquilar qualquer atendimento de reivindicações em favor do direito às condições de existência humana e ecológica do lugar.

A violência simbólica e institucional no licenciamento, além de criminalizar, silenciar, reposicionar também se processa nos gabinetes fechados do Estado, onde ocorrem negociações fechadas ao público e para aqueles que precisam ser eliminados para a consecução do projeto econômico.

O *Estado empresarial* e suas formas de violência engendradas pela *seletividade estrutural* e estratégias de posicionamento no contexto do licenciamento visam adequar questões sociais e ambientais à lógica estritamente econômica, a partir de medidas mitigadoras e compensatórias para amenizar a destruição que o megaempreendimento pode causar. Desta forma direitos ambientais, territoriais, políticos, sociais dos povos tradicionais são desconsiderados, sendo secundarizados à “externalidades” que não podem inviabilizar a ordem neoliberal.

Portanto, a violência institucional, porém legalizada, produz subjetividades para invisibilização dos povos indígenas, assentados, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e de imposição de silenciamento às suas liberdades expressivas, as quais são tecidas com outras estratégias de exclusão política dos povos e comunidades tradicionais, regressão de seus direitos territoriais e étnicos, destruição dos recursos ambientais, aniquilação das formas de viver em territórios coletivos, para que os territórios tradicionalmente ocupados possam ser apropriados por interesses mercadológicos da produção de energia e da mineração.

## Referências

- AGE, Auditoria Geral do Estado (2016). **Relatório de Auditoria de Gestão** SEDEME nº 009/2016 – AGE. Disponível em: <<http://177.74.2.34/age/images/stories/Diretas2015/SEDEME/CDAnexos PAPEISDETRABALHO.pdf> >
- ALMEIDA, A. W. B. (2014). Prefácio. In: VIEGAS, D.; BURIOL, F. **Resistência das comunidades através da tradição**. Manaus, AM: UEA Edições; PNCSA, 2014, Brasil
- ANTONELLI, M. (2009). Minería transnacional y dispositivos de intervención em la cultura: la gestión del paradigma hegemónico de la “minería responsable y desarrollo sustentable”. In: SVAMPA, M.; ANTONELLI, M. **Minería Transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales**. Biblos, Buenos Aires, Argentina
- ANTONELLI, M. (2011). **‘Megaminería, desterritorialización del Estados y biopolítica’**. Astrolabio Nueva Epoca. N°7. Universidad Nacional de Córdoba
- ASCOM, Assessoria de Comunicação Secretaria de estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Ação contra garimpo ilegal gera embargo e autuação em Senador José Porfírio**. Belém. Disponível: <https://www.sema.pa.gov.br/2013/07/01/acao-contragarimpo-ilegal-gera-embargo-e-autuacao-em-senador-jose-porfirio/>
- BELO Sun Ltda (2014). **Denúncia-crime**. Belo Horizonte, Minas Gerais, 11/08/2014. Brasil.
- BOURDIEU, P. (2000). O Poder Simbólico. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil
- BOURDIEU, P. (2014). Sobre o Estado. São Paulo: Companhia das Letras. Brasil
- BRANDT Meio Ambiente Ltda. (2012). **Estudo de Impacto Ambiental Projeto Volta Grande**, PO2 - Item 2, descrição do empreendimento. Nova Lima: BRANDT, volume1, Brasil
- BRONZ, D (2016). **Nos bastidores do licenciamento ambiental**: uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos. Rio de Janeiro: Contra Capa.

- DARDOT, P.; LAVAL, C. (2016). **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo. Brasil
- ESCRIVÃO FILHO, A. S.; FRIGO, D (2010). A luta por direitos e a criminalização dos movimentos sociais: a qual Estado de Direito serve o sistema de justiça? In: CANUTO, A. et al. (Orgs.). **Conflitos no Campo Brasil** 2009/CPT. São Paulo: Expressão Popular,
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- Fundação Rosa Luxemburgo São Paulo Buenos Aires. **Belo Sun**: o que fazer quando o ladrão chegar. São Paulo. Publicado em 31 de out de 2017. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=GqqjIIMfAco>
- GLASS, V. (25 de abril de 2018). **Belo Sun deixa de ser bom negócio até para o grande capital**. Brasil. Fonte: <https://rosaluxspba.org/belo-sun-deixa-de-ser-bom-negocio-ate-para-o-grande-capital/>
- IOEPA. Imprensa Oficial do Estado do Pará. Portaria de diária nº 004/2016-DIRAF/SEDEME. Diário Oficial nº 33056 de 26 de janeiro de 2016 p. 42, Pará, Brasil
- LISBOA, M. (2009). **Violência Institucional e Globalização Econômica**: O caso brasileiro, Projeto História, São Paulo, n.38, Brasil
- MAIA, R. E., GUERRA, A. D., & CALVI, M. F. (2017). **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu**, Pará, Brasil. Revista NERA, 195-215.
- PACHECO DE OLIVEIRA, J. (2016). **O nascimento do Brasil e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- PALMQUIST, H (2018). **Questões sobre genocídio e etnocídio indígena**: a persistência da destruição. Belém: Universidade Federal do Pará. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Antropologia, da Universidade Federal do Pará.
- PALMQUIST, H (2019). **Volta Grande do Xingu (PA)**: vistoria revela abandono de comunidades que sofrem os danos mais graves da barragem de Belo Monte. Belém: Ministério Público Federal, Brasil. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/depois-da-barragem-vistoria-na-volta-grande-do-xingu-revela-abandono-e-penuria-das-comunidades-que-sofrem-os-danos-mais-graves-de-belo-monte> >

- PARÁ. Agência Pará de Notícias (2017). Oficinas discutem projeto de mineração na região de Volta Grande do Xingu. Fonte: <http://agenciapara.com.br/Noticia/142550/oficinas-discutem-projeto-de-mineracao-na-regiao-de-volta-grande-do-xingu>
- POULANTZAS, N. (1980). **O Estado, o poder, o socialismo**. tradução Rita Lima. Edições Graal, Rio de Janeiro, Brasil.
- PROJETO Nova Cartografia Social da Amazônia. Boletim Cartografia da Cartografia Social. Uma síntese das experiencias. 2017. Povos Tradicionais da Volta Grande do Xingu: Garimpeiros, Agricultores Assentados, Indígenas, Pescadores e Moradores. Nº 12 (dez. 2017) Manaus, UEA Edições. Coordenação da pesquisa Rosa Elizabeth Acevedo Marin et al.
- SEDEME, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Pará (2015). Relatório do Seminário em prol do Desenvolvimento Socioeconômico do Xingu nos dias 16 e 17 de junho de 2015. Fonte: <http://sedeme.pa.gov.br/download/pdrs/RELATORIO-seminario-desenvolvimento-socioeconomico-do-xingu.pdf>
- SILVA, Elielson Pereira da. **Dossiê Fundiário sobre a Mineração da Belo Sun no PA Ressaca**. Belém. Universidade Federal do Pará/Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA. Janeiro, 2018.
- STENGERS, I., & PIGNARRE, P. (2005). **La Sorcellerie capitaliste: Pratiques de désenvoûtement. La Découverte**.
- VASCONCELOS, L. M.; SOUTO, E (2014). **Notas para um debate entre Michel Foucault e Michel de Certeau**. 1º Encontro Internacional de Estudos Foucaultianos: Governamentalidade e Segurança, João Pessoa/PB, Brasil
- ZHOURI, A (2008). **Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental**. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 23, n. 68, p. 97-107, Oct. Brasil

# **OS MEGAEMPREENDIMENTOS E OS RECURSOS HÍDRICOS. AS USINAS HIDRELÉTRICAS, OS GRANDES CANAIS E SEUS EFEITOS**

LOS MEGAPROYECTOS Y LOS RECURSOS HÍDRICOS. LAS CENTRALES HIDROELÉCTRICAS, LOS GRANDES CANALES Y SUS EFECTOS





# Impactos ambientais e sociais nos corredores Carajás, Brasil e Lapsset, Quênia

Sheilla Borges Dourado<sup>184</sup>

## 1 - Introdução

Neste texto são apresentados, de forma resumida, os resultados da pesquisa intitulada *Brasil e Quênia: uma análise comparativa - Nova Cartografia Social dos Efeitos de Megaprojetos e Políticas Governamentais de Infraestrutura e Investimentos na Amazônia brasileira e no Quênia*, desenvolvida junto ao programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)<sup>185</sup>. Trata-se da identificação de impactos ambientais e sociais decorrentes da implantação de grandes projetos - também denominados grandes programas, projetos de infraestrutura, megaprojetos e megaempreendimentos, e aqui, especialmente, *corredores logísticos* - sobre grupos sociais minoritários e marginalizados no Brasil e no Quênia.

As justificativas alegadas para a implantação de grandes programas governamentais e de projetos de infraestrutura costumam apontar o *desenvolvimento*. Porém, o significado de *desenvolvimento* para as representações governamentais não costuma coincidir com a concepção de *desenvolvimento* defendida por grupos sociais afetados pelos mesmos

---

184 Professora Visitante no Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia - Universidade Estadual do Maranhão

185 Entre abril e outubro de 2017, a pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com bolsa de estágio pós-doutoral na categoria PDJ. Contudo, a interação com as questões fundiárias e as relações de pesquisa com os parceiros no Quênia já vinham se consolidavam desde 2015, quando iniciado o projeto *Social Cartography and Technical Training of Researchers and Social Movements in Kenya and Brazil*, executado pela Rede Nova Cartografia Social e coordenado pelo Prof. Alfredo Wagner Berno de Almeida, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com apoio financeiro da Fundação Ford. Por meio deste último projeto, que será concluído em 2019, foi possível realizar duas visitas ao Quênia.

projetos, que sofrem seus impactos negativos e diretos. Argumentando em favor da busca incessante pelo desenvolvimento e do “princípio da supremacia do interesse público”, os governos manifestam uma opção política ao conceberem e executarem grandes programas, na medida em que concentram esforços financeiros e administrativos em uma determinada direção, em detrimento de outras carências da sociedade (IBASE, p. 11)<sup>186</sup>.

A noção de “corredor”, para os planejadores, corresponde às relações sociais entre produtor e consumidores, abrangendo as vias por onde escoam produtos, bens e serviços. Há, portanto, “corredores de transporte” e “corredores logísticos”, promovendo interligações entre “polos”. A atual fase de ampliação da produção de commodities agrícolas (dendê, soja) e minérios (ouro, ferro, cobre, bauxita, caulim) no Brasil impõe uma ampliação da infraestrutura, o que constitui parte dos componentes da logística empresa-Estado e o planejamento do funcionamento dos corredores de circulação e transporte. O aumento da exploração mineral e de outros recursos naturais, da circulação de mercadorias e serviços, inclusive turísticos, encontram-se igualmente na motivação do Quênia em implantar o LAPSSET.

Os efeitos das políticas estatais de desenvolvimento e das formas de apropriação econômica dos recursos naturais na região amazônica brasileira envolvem relações de poder refletidas nos conflitos socioambientais. Eles emergem em decorrência do desmatamento, da devastação das florestas, do intrusamento de territórios de grupos sociais minoritários e marginalizados. Assim como os megaprojetos na Amazônia brasileira, a exemplo do Corredor Carajás, o corredor LAPSSET representa inúmeras ameaças aos territórios tradicionalmente ocupados no Quênia. Os empreendimentos dos corredores logísticos estão voltados para atender interesses econômicos que não são necessariamente compartilhados pelos povos e comunidades locais. Essa concepção de desenvolvimento desconsidera tais grupos, tomando-os como inexistentes, e as áreas de expansão dos projetos são tidas como vazios demográficos (SANT’ANA et al, 2018, p. 10).

---

186 O IBASE, no estudo publicado em 1983, considerou, inicialmente, o critério do financiamento para definir quais seriam os grandes projetos. Determinou à época, que analisaria como tais aqueles projetos patrocinados ou financiados pelo governo federal cujo total de investimentos fosse igual ou maior a um bilhão de dólares estadunidenses (IBASE, 1983, p. 13).

No que tange à autoidentificação desses grupos sociais, e à sua categorização jurídica, enquanto no Brasil são denominados *povos e comunidades tradicionais*, no Quênia é mais utilizada a expressão *grupos marginalizados*. Cabe ressaltar que, a partir da pesquisa de campo, foram observadas diferenças na compreensão do significado de *tradicional*, e de *tradição*, nos dois países.

No Brasil, desde a ratificação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais em 2002, e a sua adoção como diretriz para normas jurídicas internas e políticas públicas, a expressão *povos e comunidades tradicionais* vem se consolidando na designação de grupos sociais culturalmente diferenciados que se reconhecem e são reconhecidos como distintos de outros grupos, que vivem sob regimentos próprios, podendo ter formas particulares normas de organização social e de uso de recursos naturais<sup>187</sup>. Sob essa categoria jurídica, se acomodam diversas categorias sociais, incluindo os povos indígenas, os quilombolas, os faxinalenses, as comunidades de fundo de pasto, as quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, entre tantas outras.

É também na Convenção 169 da OIT que tais grupos se consolidam como sujeitos de direitos coletivos, em especial referidos à identidade, ao território tradicionalmente ocupado e à participação – previstos no único documento internacional de vigência obrigatória - um tratado de direitos humanos -, voltado para o reconhecimento das especificidades culturais daqueles grupos. O direito à consulta prévia e de boa fé está expresso no seu artigo 6º. A Convenção foi promulgada através do Decreto presidencial n. 5.051, de 19.04.2004.

O referido sentido de *tradicional* não remete, portanto, exclusivamente ao tempo passado, mas é também contemporâneo. O sentido de *tradição* não é o da tradição estática, que exprime uma “linearidade histórica” (PORRO et al., 2009, p. 3), mas de uma tradição que se renova e que compõe o tempo presente. Movimentos sociais brasileiros defendem a manutenção e a reinvenção da *tradição*, que se torna um elemento essencial nos variados processos de emergência étnica e de afirmação identitária no Brasil e que se fundamentam legalmente na Convenção 169 da OIT.

---

187 O Decreto n. 6.040/2007, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável Povos e Comunidades Tradicionais, define esta categoria no artigo 3º, I - *Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.*

O mesmo não ocorre no Quênia, onde o sentido de *tradição* está comumente associado, em primeiro lugar, a um tempo passado, ao primitivismo e a um tribalismo que deve ser superado, pois atentaria contra a unidade da nação. O *tradicional*, assim como o *tribal*, é visto como negativo, fragmentário e suscetível à corrupção<sup>188</sup>. A Constituição do Quênia, de 2010, trata de “minorias e grupos marginalizados”, no artigo 56; e, ao dispor sobre as terras comunitárias (*community lands*), menciona as “comunidades identificadas com base na etnicidade ou na cultura” (art. 63)<sup>189</sup>. Com a compreensão da Corte Africana de Direitos Humanos e dos Povos, tem sido recentemente utilizado, com mais frequência, também o termo *povos indígenas*<sup>190</sup>.

---

188 O político queniano, William Rutto, vice-presidente do País desde 2013, reclamou, em artigo no jornal, apoio de lideranças e de universitários para acabar com o “demônio do tribalismo”. “Ours is a country where leaders are on daily basis domesticating evil in form of insatiable greed, corruption and ethnicity. (...) The region has in the past suffered the pains of ethnicity and time has come for the region to be allowed to heal.” MASAMBU, Nathan. **Folly of varsities built on quick sands of tribe**. Jornal The Standard Seção Opinion p. 13, em 5 de agosto de 2015.

189 Artigo 63. Terras Comunitárias (1) As terras comunitárias serão investidas e mantidas por comunidades identificadas com base em etnia, cultura ou comunidade similar de interesse. (2) A terra da comunidade consiste em: (a) terra legalmente registrada em nome de representantes do grupo sob as provisões de qualquer lei; (b) terra legalmente transferida para uma comunidade específica por qualquer processo legal; (c) qualquer outra terra declarada como terra comunitária por uma Lei do Parlamento; e (d) terras que são: (i) legalmente mantidas, gerenciadas ou usadas por comunidades específicas como florestas comunitárias, áreas de pastagem ou santuários; (ii) terras ancestrais e terras tradicionalmente ocupadas por comunidades de caçadores de aves; ou (iii) legalmente mantida como terra fiduciária pelos governos do condado, mas não incluindo qualquer terra pública mantida em custódia pelo governo do condado sob o Artigo 62 (2). (3) Qualquer terra comunitária não registrada deve ser mantida em confiança pelos governos dos condados em nome das comunidades para as quais ela é mantida. (4) As terras comunitárias não serão alienadas ou utilizadas de outra forma, exceto em termos de legislação que especifique a natureza e extensão dos direitos dos membros de cada comunidade, individual ou coletivamente. (5) O Parlamento aprovará legislação para aplicar o presente artigo (tradução livre).

190 Nas palavras de Gabrielle Lynch (2011, p. 26) “The indigenous people’s movement began in Africa in the late 1980s and early 1990s, as communities such as the Maasai of Tanzania became involved in international networks and forums. This engagement, together with a common argument that ‘all Africans are indigenous to Africa’ and simultaneous participation of communities from South East Asia, led to a redefinition of what is to ‘be indigenous’, as attention shifted away from an emphasis on ‘original residence’ to ‘certain forms of inequalities and suppression. Thus, according to the ACHR, the term ‘indigenous’ does not simply refer to ‘first people’ but to ‘a global movement fighting for rights and justice for those particular groups who have been left on the margins of development and who are perceived negatively by dominating mainstream development paradigms, whose cultures and ways of life are subject to discrimination and contempt and whose very existence is under threat of extinction.”

O estudo ora apresentado foi realizado em fontes documentais, normativas e bibliográficas, além de pesquisa de campo. No Brasil, em agosto de 2017, realizou-se *survey*, além de entrevistas e visitas ao sudeste do Pará, a partir de São Luís (MA) até Canaã dos Carajás. Em novembro foi realizada oficina de mapas para a elaboração de cartografia social com os trabalhadores rurais da agricultura familiar acampados em Canaã dos Carajás (PA)<sup>191</sup>. No Quênia, por questões logísticas, não foi possível visitar o condado de Turkana, em maio de 2018, tendo os dados aqui apresentados sido obtidos em fontes secundárias, especialmente os relatos presenciais dos agentes da organização *Kenya Land Alliance* (KLA), os quais tem realizado o mapeamento social de povos indígenas (Turkana e Elmolo) nesta região.

## 2 - Brasil: o Corredor Carajás e seus impactos

Na segunda metade do século XX, o debate sobre o *desenvolvimento* marcou a consolidação da produção acadêmica das ciências econômicas e das ciências sociais no Brasil, destacando-se o papel da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - na difusão dessa noção no meio acadêmico. Ao mesmo tempo, o desenvolvimentismo afirmava-se como principal orientação para a formulação de políticas pelos governos brasileiros. O governo de Juscelino Kubitschek refletiu significativamente essa orientação, mas foi no período da ditadura civil empresarial militar que ela foi assumida efetivamente. Variados foram os projetos de desenvolvimento para a Amazônia durante a ditadura (SANT’ANA et al, 2018, p. 7-8).

Localizada no município paraense de Parauapebas, a Província Mineral de Carajás foi considerada a maior jazida mineral do mundo em 1967<sup>192</sup>. O Programa Grande Carajás (PGC) foi empreendido pela então empresa estatal Companhia Vale do Rio Doce, que hoje é privatizada e se denomina Vale S.A. O PGC foi institucionalizado pelo Presidente da República, João Figueiredo, em 1980, compreendendo empreendimentos caracterizados por serviços de infraestrutura e outros projetos considerados de relevância econômica.

---

191 Especificamente dos trabalhadores rurais dos acampamentos União do Axixá, Planalto Serra Dourada, Eduardo Galeano, Alto da Serra, Grotão do Mutum e Rio Sossego.

192 Cf. informações dispostas no site <http://mundo.intranetvale.com.br/PT/Unidade/Content/Brasil/PA>, consultado dia 19 de abril de 2017.

O PGC visava, principalmente, garantir condições infraestruturais e viabilidade econômica para a exploração e transporte das gigantescas jazidas de minério de ferro do sudeste do Pará. Desde a sua concepção, no entanto, o PGC ia muito além da exploração mineral. Estava centrado na mineração e siderurgia, mas atuaria como catalisador do “desenvolvimento regional”. Seu raio de atuação compreenderia praticamente toda a Amazônia oriental, envolvendo territórios do Pará (sudeste), Tocantins (norte) e Maranhão (sudoeste), numa ampla rede de infraestrutura: a) a Estrada de Ferro Carajás, inaugurada em 28 de fevereiro de 1985; b) o complexo portuário de São Luís, constituindo um sistema mina-ferrovia-porto ligando as minas na região de Marabá e Parauapebas, no sudeste do Pará, ao complexo portuário de São Luís, no Maranhão (em especial o Porto da Madeira, de propriedade da Vale); e c) uma extensa malha de rodovias, aeroportos, grandes hidrelétricas, especialmente a Hidrelétrica de Tucuruí (SANT'ANA JUNIOR, 2013).

A Estrada de Ferro Carajás (EFC) foi inaugurada em 1985 para transporte de carga, e em 1986 para transporte de passageiros. Pelos trilhos da EFC são transportados 120 milhões de toneladas de carga e 350 mil passageiros por ano<sup>193</sup>. Ela ainda está interligada com outras duas ferrovias: a Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN) e a Ferrovia Norte-Sul. A primeira atravessa, principalmente, sete estados da região Nordeste e a segunda corta os estados de Goiás, Tocantins e Maranhão, facilitando a exportação de grãos produzidos no norte do estado do Tocantins pelo Porto de Ponta da Madeira, no Maranhão.

O Programa Grande Carajás foi oficialmente extinto em 1991, mas foi um “dinamizador” da economia regional (SANT'ANA JUNIOR, 2013). Consiste no desdobramento contemporâneo do PGC o Projeto Ferro Carajás S11D Eliezer Batista, conhecido simplesmente como Projeto S11D, além da instalação de um grande conjunto de empreendimentos agropecuários, industriais, madeireiros, de transporte, de exploração marítima que têm provocado profundos impactos socioambientais e culturais, através de reordenamento social, econômico e espacial de áreas destinadas à sua implantação. Contam com recursos públicos, participação ativa de grandes grupos privados e o financiamento de agências multilaterais de desenvolvimento.

---

193 Conforme informações contidas na página da Vale na internet, disponível em [www.vale.com.br](http://www.vale.com.br).

Segundo a Vale, o projeto S11D Eliezer Batista consiste no maior projeto de mineração do mundo, com formas inéditas de produção e transporte, envolvendo alta tecnologia, tendo recebido recursos de todo o mundo para sua execução<sup>194</sup>.

Em dezembro de 2016<sup>195</sup>, o Complexo S11D foi inaugurado com a instalação de nova mina e usina na Serra Sul de Carajás, no município paraense de Canaã de Carajás. Foram investidos cerca de US\$ 19 bilhões, o que ocasionara o aumento da produção de 109 milhões para 230 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Com este projeto, a Vale pretende expandir a logística de escoamento da produção mineral, prevendo a expansão da Estrada de Ferro Carajás (EFC) que conta atualmente com 892 quilômetros, interligando Parauapebas, no Pará, ao Porto da Madeira e Porto de Itaquí, em São Luís do Maranhão.

Atualmente, ao longo do Corredor Carajás, há conflitos sociais concentrados em Canaã dos Carajás. A luta pela terra nesse município tornou-se mais acirrada quando a empresa mineradora passou a comprar grande quantidade de terrenos no município (ela alega possuir mais de 50% da área do município) e a ensejar medidas de deslocamento compulsório de ribeirinhos, extrativistas e trabalhadores rurais.

Muitos desses contratos de compra e venda são considerados ilegais porque os lotes, sendo fruto de reforma agrária, ainda não estavam, à época, disponíveis para negociação no mercado, conforme dispõe a legislação pertinente. Segundo os acampados e seus assessores, a Vale nunca pôde registrar essas aquisições em cartório, uma vez que configuram atos ilegais; e que ela possui unicamente os documentos particulares de compra e venda, ou seja, os contratos assinados com os colonos e assentados<sup>196</sup>.

---

194 Conforme informações encontradas na página da Vale na internet, disponível em [www.vale.com.br](http://www.vale.com.br)

195 Cf. informações dispostas no site <http://www.vale.com/brasil/PT/initiatives/innovation/s11d/Paginas/default.aspx>, consultado dia 19 de abril de 2017.

196 “Esta era uma área de projetos de assentamento que não tinham os lotes ainda titulados e quitados, portanto quem vendeu não poderia vender e nem a Vale poderia comprar”, nas palavras do sociólogo e educador popular Raimundo Gomes da Cruz Neto (CEPASP). Cf. “Vale no centro do conflito de terra em Canaã dos Carajás”. Disponível em [www.inesc.org.br/vale-no-centro-do-conflito-de-terra-em-canaa-dos-carajas/](http://www.inesc.org.br/vale-no-centro-do-conflito-de-terra-em-canaa-dos-carajas/). Acesso em 14 de dezembro de 2017.



Os impactos ambientais e sociais das atividades da mineração desenvolvidas no sul e no sudeste do Pará têm assim, como principal causadora a empresa Vale, uma vez que esta, praticamente, monopoliza os projetos de extração mineral instalados na região. São diretamente afetados pela mineração os seguintes municípios: Marabá, Parauapebas, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Ourilândia do Norte e Floresta do Araguaia, os quais percorremos em *survey*.

Entre os impactos ambientais, o desmatamento é o primeiro verificado, inevitável na área da jazida onde o minério será explorado. Nas áreas em que se instalam os alojamentos, estradas, linhas de transmissão de energia, pátios de depósito e outros, também é feita a derrubada de floresta. Nas áreas de extração passam a existir enormes crateras, que se tornam danos ambientais irreversíveis.

A poluição se dá tanto na água quanto no solo, além da poluição do ar provocada pela explosão de dinamites, que também provoca poluição sonora. Há ainda geração de poluição sonora nos ruídos de máquinas, equipamento e veículos, com destaque para o barulho causado pelos trens que trafegam pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), atualmente em fase de ampliação.

As substâncias tóxicas usadas na extração e na transformação mineral poluem a água e o solo. Há o risco real de contaminação por rejeitos em razão de vazamentos ou rompimentos das barragens de rejeitos<sup>197</sup>. O rio Itacaiúnas, que banha as unidades de conservação mantidas pela Vale, quase secou no ano passado. Havia sido reportado ainda o risco de perda genética dos animais daquele ecossistema em decorrência da existência de “ilhas” de florestas, que limita as possibilidades de parceiros para reprodução. Constatou-se a existência desse risco sobre o gavião real.

---

197 Nos últimos quatro anos, dois rompimentos gravíssimos desse tipo ocorreram em barragens da Vale em Minas Gerais: em Mariana (2015) e em Brumadinho (2019). No Pará, em 2018, houve vazamento de rejeitos da exploração de bauxita feita pela empresa Hydro Alunorte em Barcarena.

Além disso, os dados coligidos em campo ratificam que nem os impactos ambientais estão ‘controlados’, a exemplo da barragem de rejeitos da mina de Carajás, que já apresentou vazamentos, a contaminação do Rio Parauapebas e a consequente mortandade de peixes, a destruição de nascentes dinamitadas ou destruídas pela linha férrea.

A desestruturação socioeconômica do campo e da cidade é apontada como o primeiro impacto social da mineração em Carajás. Analisa o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Canaã dos Carajás (STTRCC) que o grande fluxo migratório para a região, especialmente para os centros urbanos, motivado pela expectativa criada pela geração de muitas oportunidades de emprego e renda, provoca o esvaziamento do campo. Nas cidades “inchadas” e o número de empregos limitado, uma grande quantidade de desempregados torna-se exército de reserva como mão de obra barata para as empresas.

O município de Canaã dos Carajás<sup>198</sup> cresceu 7 vezes em 10 anos. Apresentava população de 10 mil habitantes no ano 2000 e hoje em dia possui 70 mil habitantes. Nos primeiros anos, a cidade passou a ser importadora de produtos alimentícios. Os moradores atuais reclamam enormemente do aumento da violência, do alto custo de vida no município e da precarização dos serviços públicos, diante da demanda exacerbada em curto espaço de tempo. Ouvimos o mesmo tipo de relato a respeito das realidades de Marabá e Parauapebas, onde a mineração é, igualmente, a atividade econômica mais expressiva. O aumento da prostituição infantil e do trabalho escravo foi também apontado como impacto social da mineração.

Através dos projetos minerários, o avanço do capital provoca a desterritorialização de comunidades de trabalhadores rurais e de povos e comunidades tradicionais. Moradores são expulsos das suas terras ou são obrigados a dar lugar a rodovias, ferrovias, linhas de transmissão de energia, barragens e depósitos de rejeitos.

---

198 A existência de Canaã dos Carajás como município está intimamente ligada ao Projeto Grande Carajás (PGC). Origina-se de uma área desmembrada do município de Parauapebas, no ano de 1994, por meio da lei estadual n. 5.860. Em 01 de janeiro de 1997 Canaã dos Carajás passa a funcionar formalmente de maneira autônoma.

O cerceamento de direitos básicos é parte do cotidiano dos acampados. Nos anos 2000, quando a Vale passou a comprar terra, começou a proibir que os moradores das redondezas atravessassem ou pescassem nas áreas por ela adquiridas. A disponibilidade de água e de outros recursos naturais, que já havia diminuído em função dos altos níveis de contaminação, de poluição e de destruição de recursos hídricos, ficou ainda mais limitada com essas proibições.

Os problemas de saúde são recorrentes ali. Os acampados se queixam dos problemas respiratórios e tosse provocados pela poeira do minério e das explosões na Vila Bom Jesus, que também produzem poluição sonora e danificam casas.

Para além desses efeitos ambientais e sociais, os acampados de Canaã dos Carajás relataram uma enorme violência, tanto física quanto simbólica, praticada pela Vale, direta ou indiretamente, através de empresas terceirizadas e sob suas diretrizes, ou sob sua influência, como no caso da ingerência política da empresa sobre agentes públicos de todas as esferas administrativas.

Um caso recorrente é o da abordagem truculenta dos “seguranças” da Vale (segurança privada), especialmente nos limites das propriedades ocupadas pela empresa. De alta gravidade é ainda o monitoramento, pela empresa, da vida privada dos acampados por meio da filmagem com *drones*<sup>199</sup> e em helicópteros, que sobrevoam baixo as roças e as casas dos acampados, como nos foi relatado no Grotão do Mutum e no Rio Sossego. Nessas manobras, fica demonstrado o intuito da empresa de amedrontar, ameaçar e tentar intimidar os acampados.

### **3 - Quênia: impactos do corredor LAPSSET**

Assim como no Brasil, a terra é fundamental para a maioria das comunidades africanas como um meio de subsistência e um recurso que incorpora significado econômico e social. No Quênia, a dependência da terra é evidente na alta porcentagem de pessoas engajadas na agricultura e no

---

199 Os acampados de Grotão do Mutum e Rio Sossego relataram que os *drones* antes apareciam apenas durante a noite, mas passaram também a aparecer de dia. Disseram ainda que os *drones*, fazendo voos rasos sobre suas casas e roças, perturbaram em grande medida as pessoas idosas que não conheciam esse tipo de tecnologia.

pastoreio. A Constituição desse país estabelece que a terra da comunidade deve ser investida e mantida por comunidades identificadas com base em etnia, cultura ou comunidade de interesse (Kameri-Mbote et al, 2013, p. 15).

Segundo juristas quenianos (Kameri-Mbote et al 2013, p. 15-18), a legislação agrária no Quênia subjugou sistematicamente os direitos comunitários à terra, enfatizando o papel do indivíduo como *locus* para concessão de propriedade. Isso afetou negativamente o reconhecimento e a proteção dos direitos consuetudinários. No entanto, a resiliência da lei consuetudinária da terra é a prova de que as suposições relativas à sua modernização ou extinção através do direito formal não se baseavam em teorias científicas sólidas. De fato, os sistemas consuetudinários - ou comunitários- de posse da terra na África resistiram à subjugação, à supressão e à negação do seu conteúdo jurídico na linguagem oficial.

Investimentos em infraestrutura tem sido realizados no Quênia desde a independência política do país, em 1963. Na atualidade, o programa do Corredor LAPSSET<sup>200</sup> é o maior e mais ambicioso projeto de infraestrutura do leste africano, abrangendo territórios do Quênia, Etiópia e Sudão do Sul. Este “megaprojeto” consiste em sete projetos-chave de infraestrutura<sup>201</sup> que correspondem à construção de ancoradouros, rodovias, ferrovias, oleodutos, aeroportos, cidades-*resort* e uma usina hidrelétrica multiuso.

Especificamente, o LAPSSET consiste em trinta e dois ancoradouros no porto de Lamu (Quênia); quatro rodovias interregionais conectando: Lamu a Isiolo (Quênia), Isiolo a Juba (Sudão do Sul), Isiolo a Addis Adaba (Etiópia) e Lamu a Garsen (Quênia); oleodutos para óleo bruto de Lamu a Isiolo e de Isiolo a Juba e oleodutos para óleo beneficiado de Lamu a Isiolo e de Isiolo a Addis Abada; linhas de ferrovia interregionais de Lamu a Isiolo, de Isiolo a Juba, de Isiolo a Addis Abada e de Nairobi a Isiolo; três aeroportos internacionais em Lamu, Isiolo e Lago Turkana, três cidades-*resort* em Lamu, Isiolo e Lago Turkana e uma usina hidrelétrica de múltiplos usos no Rio Tana.

---

200 A sigla LAPSSET significa *Lamu Port - South Sudan - Ethiopia Transport Corridor*.

201 Conforme consta da página oficial do programa: [www.lapsset.go.ke](http://www.lapsset.go.ke).

O programa faz parte da estratégia *Kenya Vision 2030*, uma política de desenvolvimento de longo prazo que tem o objetivo de transformar o país em uma economia industrializada. Esta “visão”, segundo seus idealizadores, se sustenta em três pilares: econômico, social e político. O pilar econômico visa alcançar uma média de crescimento econômico na taxa de 10 por cento ao ano até 2030.

Segundo estudos publicados em 2014, todos os projetos de infraestrutura do LAPSSET atingem ou atingirão comunidades de pastores que utilizam terras áridas e semi-áridas do Quênia. Tais terras são avaliadas como aráveis, passíveis de serem incorporadas ao mercado de terras e propícias a grandes plantações com mecanização e implementos tecnologicamente avançados. Estimava-se então que o LAPSSET impactaria a vida de mais de 100 milhões de pessoas nos países de sua implantação<sup>202</sup>. Os impactos negativos potenciais sobre os povos indígenas incluem a perda de terras, territórios e recursos, o aumento dos conflitos, a alteração dos sistemas tradicionais de subsistência e o colapso de culturas e tradições, entre outros.

Os povos indígenas que vivem ao longo do LAPSSET são os caçadores Awer e Sanye, os Orma, Wardei, Samburi, Borana e Turkana que se dedicam ao pastoreio, e comunidades pastoris e pescadoras, que incluem os Elmolo. Segundo o Fórum Permanente sobre Povos Indígenas nas Nações Unidas, estas comunidades são algumas das mais excluídas social, econômica e politicamente do Quênia e são as menos preparadas para responder à nova gama de desafios que esse corredor logístico apresenta.

A descoberta recente de petróleo no Turkana afetará o plano inicial de implementação do LAPSSET. Isso porque o foco inicial do Quênia era prover a infraestrutura necessária para transportar o petróleo do Sudão do Sul ao Oceano Índico. A partir de agora, o novo foco do Quênia torna-se a extração e o escoamento do seu próprio petróleo.

---

202 Conforme Relatório da Missão de Expertise por um Membro do Fórum Permanente sobre Povos Indígenas nas Nações Unidas IWGIA, 2014.

O condado de Turkana está localizado a noroeste do Quênia. Tem uma população de 855,399 habitantes e é predominantemente ocupado por comunidades dos povos indígenas Turkana e Elmolo. Em Turkana, segundo informações da KLA<sup>203</sup>, 99% das terras pertence às comunidades indígenas. Nesse condado, onde prevalecem o analfabetismo e a pobreza, a exploração petrolífera ocorre desde 2012, controlada por três empresas. Os povoados são distantes, servidos por estradas precárias e não têm telefone. Consiste numa região conflituosa, com os problemas típicos de fronteira, incluindo altos índices de violência. O “desenvolvimento” se dá em razão da exploração mineral.

Trata-se de região com terras árias e semi-áridas (*arid and semi-arid lands*, sob a sigla ASAL, na literatura), sendo o pastoreio<sup>204</sup> bastante praticado. Apesar de essas comunidades terem no pastoreio a atividade predominante, elas também praticam a pesca no lago Turkana. Essas comunidades já se autoidentificaram como indígenas em numerosos fóruns nacionais e internacionais e são como tais identificadas por outras comunidades uma vez que apresentam um modo de vida tradicional (IWGIA, 2014).

As terras dos povos Elmolo e Turkana são comunitárias, conforme a definição constitucional, e ainda carecem de regularização fundiária como tais. Os povos indígenas ali enfrentam variadas ameaças que incluem perdas de terras, de recursos e de territórios pela exploração de petróleo, os projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo (CDM) e os empreendimentos para infraestrutura como aeroportos, cidade *resort* e oleoduto, malhas rodoviária e

---

203 Essas informações nos foram transmitidas presencialmente por Sellah Wanjekeche, agente de Monitoramento e Avaliação da Kenya Land Alliance, em reunião ocorrida em 15/05/2018 na sede da KLA em Nakuru. A KLA se preparava para realizar o mapeamento social na região, executando projeto financiado pela Fundação Ford no Quênia.

204 A atividade pastoril é assim descrita por grupo governamental citado no relatório IWGIA: pastoralism is the extensive production of livestock in rangeland environments (that) adapt(s) to extremes, in terms of climatic seasonality, risk and uncertainty, and it provides an efficient way of managing the sparse vegetation and relatively low fertility of dryland soils. (It is) among the most sustainable production systems in the drylands and one of the few production systems that is genuinely compatible with ‘formal’ nature conservation policies have frequently failed pastoralists by guiding governments to invest public resources disproportionately in nonpastoralist areas, or to otherwise favour non-pastoralist land practices in the rangelands over pastoralism. Where land degradation is seen in pastoral lands, it is frequently associated with constraints to pastoral mobility, and these constraints have often been imposed through unsupportive policies. Then it is reasonable to suppose that supportive policies that enable pastoralism will lead to environmental improvements, or at least will arrest degradation (IWGIA, 2014 apud GEF et al., 2007).

ferroviária, previstos no LAPSSET<sup>205</sup>. Esses povos têm sofrido o impacto da exploração petrolífera na disponibilidade e uso de recursos naturais, assim como a destruição de morros sagrados, onde realizam seus rituais.

Segundo a KLA, não há consciência dos grupos marginalizados acerca dos seus direitos constitucionais e a exploração de petróleo se dá frequentemente sem o consentimento das comunidades indígenas. Entende essa organização que a exploração petrolífera em Turkana, diferentemente do que ocorre em outras regiões do Quênia, poderia ser submetida a maior controle de danos, caso o governo tivesse interessado em dispender mais recursos para os mecanismos de participação e de proteção socioambiental.

A falta de participação, de consulta e de consentimento dos povos indígenas no processo de implementação do LAPSSET parece ser recorrente ao longo desse corredor. O aspecto mais notável do LAPSSET é que o trabalho ainda está sob a pendência da conclusão de estudos de impactos ambientais e sociais (EIA e SAI, em inglês) (NYANJOM, 2014, p. 54).

O LAPSSET foi objeto de ação judicial junto à Corte Suprema do Quênia, que questionou seus impactos ambientais e sociais. Em 2012, a Petição 22, emendada em 2015, foi apresentada à Corte por ambientalistas e entidades voltadas para o turismo, questionando a implementação do LAPSSET em Lamu, na região sudeste do país, onde se localiza o grande porto desse corredor logístico.

Os peticionários afirmaram que o projeto LAPSSET foi projetado e implementado em violação à Constituição e à lei estatutária. Reclamaram que o projeto terá consequências de longo alcance no ecossistema marinho da região de Lamu em termos de destruição dos manguezais, lançamento de efluentes industriais no meio ambiente e efeitos das espécies de peixes e da vida marinha. Alegaram, portanto, que o projeto LAPSSET terá efeitos ambientais adversos de longo alcance, os quais não foram adequadamente levados em

---

205 Conforme o relatório *Lamu Port - South Sudan - Ethiopia Transport Corridor (LAPSSET) and Indigenous Peoples in Kenya: Report on Expert Mission by a Member of the UN Permanent Forum on Indigenous Issues* publicado em 2014 pela organização internacional IWGIA, que levanta os potenciais impactos do LAPSSET sobre povos indígenas no Quênia sob a visão de um membro do Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Povos Indígenas. Nem todos impactos apontados nesse documento foram ainda efetivamente observados pelos autores.

consideração na elaboração e implementação do projeto. Finalmente, os peticionários afirmaram que, se o projeto for assim implementado, afetará sua herança cultural e modo de vida, bem como seus meios de subsistência. Ressaltaram que a maneira pela qual o Projeto LAPSSSET está sendo implementada viola princípios e valores estatutários e constitucionais, entre eles o desenvolvimento sustentável, a transparência, a participação pública, a prestação de contas e viola, especificamente, seus direitos constitucionais de subsistência, de usufruir de ambiente saudável, de direitos culturais e do direito à informação.

No resultado desse julgamento, em decisão de 3 de março de 2018, a Corte Suprema ordenou:

- I. Que como parte de seu programa renovado de participação pública, os proponentes do projeto incluam um programa específico para consulta com os peticionários e outros moradores da Ilha de Lamu sobre o impacto que o projeto LAPSSSET provavelmente terá em sua cultura, como uma comunidade indígena distinta, e como mitigar quaisquer efeitos adversos sobre a cultura;
- II. Que dentro de um ano, os proponentes do projeto projetem um plano específico, mensurável e acionável, em consulta com os moradores da ilha de Lamu, sobre como proteger a identidade cultural da região durante e após a construção do Porto de Lamu e da megacidade;
- III. Que, em sua reconsideração da Licença EIA, a agência governamental se certifica de que esses dois componentes relacionados ao direito à cultura foram levados em consideração;
- IV. Que os proponentes do projeto sejam direcionados para apresentar um relatório por escrito a este Tribunal sobre os progressos realizados a este respeito no prazo de seis (6) meses;
- V. Que o governo seja orientado a elaborar um Plano de Manejo para preservar a Ilha de Lamu como Patrimônio Mundial da UNESCO, conforme solicitado por várias declarações da UNESCO dentro de um ano.



Assim, a partir das fontes consultadas, pode-se afirmar com segurança que é recorrente a falta participação dos grupos sociais afetados pelo LAPSET no processo de discussão e de implantação das obras e intervenções promovidas no corredor e que, por outro lado, existe a demanda dos representantes desses grupos, bem como de agências governamentais locais, por mais transparência e participação, no intuito de minimizar os impactos sociais e ambientais negativos desse megaprojeto.

#### 4 - Considerações finais

Observamos neste artigo dois grandes empreendimentos, no Brasil e no Quênia, denominados corredores logísticos, impulsionados por recursos públicos e privados, que visam prover de infraestrutura atividades econômicas consideradas prioritárias pelos governos. Tais atividades correspondem, em ambos países, à produção primária de *commodities* agrícolas e minerais. Neste estudo enfocamos aquelas correspondentes à exploração mineral.

Os grandes empreendimentos logísticos são justificados pela busca incessante do *desenvolvimento*. Contudo, identificados os efeitos sociais e ambientais sobre grupos marginalizados da sua implementação nos dois países, questiona-se: - de que desenvolvimento estamos falando? E esse desenvolvimento serve a quem?

A realidade dos grupos sociais afetados pelos corredores logísticos nos dois países se assemelha em muitos aspectos. É certo que existem diferenças nas categorias jurídicas, bem como são distintas as estratégias políticas e a organização desses grupos no Quênia e no Brasil. Além disso, no país africano os movimentos sociais não se configuram como no Brasil, e não estabelecem relações com o governo da mesma maneira.

Os sentidos de *tradição* e de *tribalismo* variam num país e no outro, mas se observa que a interpretação das cortes internacionais, tanto a Corte Africana quanto a Corte Interamericana, tem convergido no sentido de afirmar direitos humanos coletivos dos grupos marginalizados, como o direito à identidade étnica ou cultural, o direito aos territórios tradicionalmente ocupados e o direito à participação. No Brasil, a Convenção 169 da Organização Internacional do

Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais consiste num documento polêmico, em razão de sua abrangência, e de apropriação política crescente entre os movimentos sociais representantes de povos e comunidades tradicionais.

A situação de marginalidade resultante dos processos de colonização, a natureza dos impactos a que os grupos sociais estão submetidos - sejam sociais ou ambientais - assim como a ausência de participação e de consulta na implementação dos corredores logísticos aproximam as realidades brasileira e queniana e oferecem inúmeras possibilidades de estudos comparativos.

## 5 - Referências

BRASIL. **Decreto n. 5.051, de 19 de abril de 2004.** Promulga a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho no Brasil. DOU 20.04.2004.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 08.02.2007.

HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IBASE. **Carajás:** o Brasil hipoteca seu futuro. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

IWGIA. **Lamu Port – South Sudan – Ethiopia Transport Corridor (LAPSSET) and Indigenous Peoples in Kenya.** Report on Expert Mission by a Member of the UN Permanent Forum on Indigenous Issues. 2014.

KAMERI-MBOTE, Patricia, ODOE, Collins, MUSEMBI, Celestine, KAMANDE, Murigi. **Ours by right:** law, politics and realities of community property in Kenya. Nairobi: Strathmore University, 2013.

LYNCH, Gabrielle. Becoming indigenous in the pursuit of justice: the African Commission on Human and People´s Rights and the Endorois. **African Affairs**, 111/442, 24-45. Oxford University Press, 2011.

- MASAMBU, Nathan. **Folly of varsities built on quick sands of tribe.**  
Jornal The Standard Seção Opinion p. 13, em 5 de agosto de 2015.
- PORRO, Noemi M. SHIRAISHI NETO, Joaquim. VEIGA, Iran. **Mais uma luta no campo jurídico:** pelo conhecimento tradicional no modo de vida as quebradeiras de coco babaçu. Editada pelos autores: São Luís, 2012.
- NYANJOM, Othieno. **Remarginalising Kenyan Pastoralists:** the hidden curse of national growth and development. African Study Monographs. Supplementary Issue (2014), 50:43-72.
- SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. **O Programa Grande Carajás e conflitos territoriais no Maranhão.** Anais do XXIX Congresso ALAS, 2013.
- SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; BRUSTOLIN, Cíndia (orgs). **Desenvolvimento em questão:** projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais. São Luís: EDUFMA, 2018.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade:** fundamentos da Sociologia Compreensiva. Vol. 1, 3ª Ed. Brasília: UNB, 1994, pp. 25-26.

# **Ação política dos povos e comunidades tradicionais afetados por megaempreendimentos na Amazônia maranhense (Brasil): discursos, tragédias e enfrentamentos do cotidiano.**

Helciane de Fátima Abreu Araujo<sup>206</sup>

Arydimar Vasconcelos Gaioso<sup>207</sup>

Mariana Leal Conceição Nóbrega<sup>208</sup>

Jurandir Santos de Novaes<sup>209</sup>

## **1 - Introdução**

A nova cartografia social em construção, no âmbito do **Projeto “Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central”**, analisa duas situações emblemáticas de intervenção de megaempreendimentos sobre os modos de vida de povos e comunidades tradicionais no estado do Maranhão. Situadas em uma zona considerada por órgãos oficiais como meio-norte do Brasil, as situações analisadas revelam peculiaridades de estratégias

---

206 Socióloga, Doutora em Sociologia, Professora Adjunta III do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, na Universidade Estadual do Maranhão - UEMA; Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

207 Antropóloga, Doutora em Antropologia, Professora Adjunta I do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, na Universidade Estadual do Maranhão - UEMA; Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

208 Agrônoma e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) - Instituto de Geociências (IG) - UNICAMP; Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

209 Economista, Doutora em Geografia Humana, Professora na Universidade Federal do Pará - UFPA e no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, na Universidade Estadual do Maranhão - UEMA; Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

empresariais e dos confrontos que se apresentam no cotidiano de grupos que se autodenominam *trabalhadores e trabalhadoras rurais, mulheres quebradeiras de coco babaçu, agricultores familiares e assentados*.

A expansão de agroindústrias, a exemplo da Maity Bioenergia S/A, responsável pela produção de açúcar no município de Campestre do Maranhão e da empresa Suzano S/A, responsável pela produção de celulose no município de Imperatriz, reproduz estratégias utilizadas, no passado, com a expansão da pecuária na região, e se consolida com a construção da ideia de “desenvolvimento”, muito associada a outros termos, como “evolução”, “progresso”, “crescimento econômico”, “riqueza”, que, juntos, formam um pensamento que se contrapõe ao modo de viver e de pensar de povos e comunidades tradicionais, atualmente lançadas pelos discursos desenvolvimentistas ao plano do “atraso”, “miséria”, “indigentes” e interpretadas pelo senso comum e pelo senso comum douto como formas de organização social, econômica e política a serem superadas.

Não é diferente a expansão da agroindústria na região mais ao leste do Maranhão, o que estamos denominado de região de Caxias, que corresponde aos municípios de Caxias, Coelho Neto e adjacentes, com o constante processo de expansão do agronegócio voltado para a produção de cana de açúcar e celulose que, sob a ótica do “desenvolvimento econômico”, vem negando o modo de vida de famílias que tradicionalmente detinham o controle e uso dos recursos naturais.

A Nova Cartografia Social se faz conjuntamente com comunidades e povos tradicionais, objetivando realizar mapeamentos sociais privilegiando a diversidade de expressões, combinadas com distintas identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais. Adotam-se procedimentos de pesquisa, como *oficinas de cartografia* nas próprias comunidades, envolvendo ainda, encontros ampliados, reuniões preparatórias e georeferenciamento de áreas e/ou situações consideradas relevantes pelos agentes sociais. O processo de construção dos dados que irão compor os produtos finais é constante. Podem ser realizadas oficinas no decorrer do trabalho, e em momentos de checagem e definição final das informações que devem ser registradas nas publicações, notadamente nos Fascículos, Boletins Informativos, Cadernos e mapas.

No processo de pesquisa inscrevem-se ainda, cursos introdutórios à linguagem cartográfica formal, e de orientação e localização geográfica, fazendo uso de equipamento técnico como o GPS e noções de cartografia social. Considerando-se assim estes procedimentos, como trabalho de formação de membros da própria comunidade, que farão a seleção das informações, delimitam perímetros e são os agentes das narrativas que consubstanciam a produção final no processo de mapeamento social como informações obtidas em observações diretas, relatos, descrição e etnografia com precisão. Estas informações são complementadas com documentos e outras fontes. Contudo privilegia-se a informação direta e primária que conferem um sentido de cartografia construída pelos próprios agentes, ou o que tem sido denominado de autocartografia e, sobretudo, representa o que Almeida (2013) nos aponta como a perspectiva de suplantar traçados e pontos, ou seja, afirma uma prática de cartografia que busca o conhecimento de realidades localizadas.

Este artigo apresenta reflexões extraídas de resultados de uma cartografia social<sup>210</sup>, em construção, dos efeitos das ações de megaempreendimentos, vinculados aos ramos da produção de celulose e monoculturas de eucalipto no oeste do Maranhão sobre os processos organizativos de trabalhadores(as) rurais e quebradeiras de coco babaçu que residem na denominada microrregião de Imperatriz - MA<sup>211</sup> e de situações da expansão do agronegócio na região de Caxias que vem se consolidando desde a década de 1970.

Consideramos megaempreendimentos projetos agroindustriais e de infraestrutura que causam grandes impactos socioeconômicos, ambientais e culturais nos modos de existência e relações de povos e comunidades

---

210 No âmbito do Programa de Pós - Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia no período de 2012 a 2014 foi realizado o **MAPEAMENTO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO TERRITORIAL CONTRA O DESMATAMENTO E A DEVASTAÇÃO**: Processos de Capacitação de Povos e Comunidades Tradicionais, financiado pelo Fundo Amazônia, e, atualmente, estão em curso dois projetos financiados pela Fundação Ford: o Projeto Brasil Central e o Projeto **CARTOGRAFIA SOCIAL DOS BABAÇUAIS**: mapeamento social da região ecológica do babaçu.

211 Para efeito dessa exposição nos apropriamos da classificação da divisão regional do IBGE (2010) a mesorregião oeste do Maranhão é constituída por três microrregiões: Imperatriz, Gurupi e Pindaré. A microrregião de Imperatriz é constituída pelos municípios de Açailândia, Amarante do Maranhão, Arame, Buritirana, Campestre do Maranhão, Carolina, Cidelândia, Davinópolis, Estreito, Grajaú, Gov. Edison Lobão, Imperatriz, Itinga do Maranhão, João Lisboa, Lageado Novo, Montes Altos, Porto Franco, Ribamar Fiquene, Senador La Roque, São Francisco do Brejão, São João do Paraíso, Sítio Novo, São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios.

tradicionais afetados, gerando transformações na organização e mobilização desses povos ocasionando conflitos em sua maioria violentos em diversos níveis. Entendemos que esses megaempreendimentos são fruto de um processo de globalização que implicou um modelo de dominação, político e cultural: a globalização do modo capitalista de produção que é fundamentalmente excludente e tem instituído condições para um retrocesso brutal do ponto de vista dos direitos da maioria da população do mundo todo (Gadotti, 2000).

A cartografia social em construção identifica os trabalhadores rurais e as quebradeiras de coco babaçu como os mais afetados com medidas que imobilizam suas formas organizativas. Por isso, esse trabalho aborda outro aspecto característico dessas intervenções empresariais. Trata-se do investimento na construção do imaginário popular em torno da ideia de “desenvolvimento” e a resistência a essas intervenções, por vezes dissimuladas como “negociação” estudadas por Acselrad (2014).

De modo que o artigo encontra-se estruturado em três tópicos. Além desta introdução e das considerações finais, abordaremos, no item 2, sobre modelos de concepções de desenvolvimento que estão em disputa no território brasileiro; no item 3, sobre as estratégias empresariais para a obtenção de certificações ambientais; e no item 4, as resistências que são erigidas por povos e comunidades tradicionais através de processos de emancipação social, concebendo este como fundamental componente de transversalidade da totalidade das experiências, por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem e reconstróem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências o que demonstra que há uma “variedade de trajetórias alternativas de desenvolvimentos possíveis e nas suas múltiplas escalas espaciais passíveis de construção e observação” (BRANDÃO, 2009, p. 179).

## 2 - Concepção de “desenvolvimento” em disputa: danos enunciados há três décadas

Sem a pretensão de alcançarmos a gênese social de termos canonizados em discursos acadêmicos e não acadêmicos como “desenvolvimento”, “sustentabilidade”<sup>212</sup>, mas com a expectativa de contribuir com a construção da memória das lutas sociais pela relativização desses termos e pela existência de outras formas de vida para além das projetadas pelas sociedades industriais ocidentais, pontuamos alguns momentos importantes em que os movimentos sociais em conjunto com a pesquisa acadêmica pautaram modelos de desenvolvimento propostos para o Maranhão.

Desde o início dos anos 1990, os danos de grandes projetos econômicos privados e de infraestrutura vêm sendo enunciados por agentes sociais, por meio de suas identidades coletivas e movimentos sociais e estudos realizados no âmbito da produção acadêmica. Um dos pontos referenciais dessa memória é o **Seminário Consulta Carajás: Desenvolvimento ou Destruição?**, coordenado por um grupo de entidades vinculadas a famílias de trabalhadores (as) rurais, quebradeiras de coco babaçu, pescadores, entre elas: a Comissão Pastoral da Terra - CPT, a Associação em Áreas de Assentamento - ASSEMA, o Centro de Ensino e Cultura do Trabalhador Rural - CENTRU, a Associação Agroecológica Tijupá, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, sindicatos dos trabalhadores rurais de Anapurus, Açailândia e outros<sup>213</sup>.

Outro momento inspirador foi o ano de 1998, com a publicação do **Cadernos Tempos Novos. O Maranhão em Rota de Colisão: Experiências Camponesas versus Políticas Governamentais**, organizado pelo antropólogo Alfredo Wagner e pelo sociólogo Miguel Henrique Pereira Silva, reunindo artigos de pesquisadores e agentes sociais sobre os conflitos fundiários e socioambientais particularmente nas áreas dos babaçuais no Maranhão.

---

212 Outros autores têm se dedicado neste esforço, como Favareto (2007). Para compreender a reflexão feita no âmbito do PNCSA ler Almeida (2008)

213 Ver Almeida (1993)



A publicação **Economia do Babaçu: levantamento preliminar de dados**, também coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner, com a participação de pesquisadores atualmente vinculados ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, trouxe elementos importantes para contrapor políticas oficiais que, na década de 1970, decretaram o fim da economia do babaçu, como justificativa para a implementação de projetos agropecuários e industriais, o que vem a ocorrer a partir do início dos anos de 1980.

Outros trabalhos poderiam ser destacados como importantes por suas colaborações nos debates. Destacamos esses por serem os inspiradores de uma nova estratégia de pesquisa que se consolida a partir de 2005, com a realização da cartografia social dos conflitos socioambientais da região ecológica dos babaçuais (ALMEIDA et alii, 2005).

Todos esses eventos e publicações têm a particularidade de imprimir novas formas de se fazer a pesquisa científica, proposta que se consolida com o desenho da nova cartografia social, cujo princípio básico é construir conjuntamente as condições de fala dos próprios agentes sociais que vivenciam as situações e que têm a autonomia de participar da pesquisa desde a sua concepção até a definição dos produtos e dos seus usos.

Atualmente vivencia-se um momento muito particular, em que os agentes sociais ultrapassam a condição de “pesquisados” ou de “informantes” e assumem a condição de pesquisador, trazendo um ponto de vista diferenciado para o âmbito dos estudos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado. No caso específico do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, temos trabalhos construídos como resultado dessas cartografias, a exemplo das dissertações de Pereira (2015) e Nóbrega (2015). Nos restringimos a esses, para não alongar a exposição com a citação de outros trabalhos de cunho acadêmico e jornalístico já publicados.

O destaque dado a esses esforços intelectuais consiste em uma tentativa de fazer um exercício com a memória social das lutas e resistências que circunscrevem não apenas as ações coletivas dos movimentos sociais, mas conjugam a produção acadêmica em torno dos efeitos e danos causados a povos e comunidades tradicionais pelos megaempreendimentos e, no caso específico aqui recortado, de produção de celulose.

Desde 1995, com a publicação dos relatórios de pesquisa “**Carajás: Desenvolvimento ou Destruição?**” (1995), esses danos vêm sendo enunciados, anunciados e agravados. No caso do oeste do Maranhão, as duas experiências com megaempreendimentos no setor de produção de celulose, que nós temos acompanhado desde o início dos anos 1990 são: a CELMAR S.A., criada em 24 de março de 1992, na cidade de Imperatriz-MA, cujo projeto de construção da fábrica de celulose não se concretizou, apesar da vasta área de florestas transformadas em monocultura do eucalipto; e a Suzano Papel Celulose (2000), inaugurada em março de 2014. Essa última localizada na Estrada do Arroz, ocupando uma área de 1,5 milhões de m<sup>2</sup>, sendo 96 mil de área construída. A fábrica da Suzano encontra-se à 630 Km da capital São Luís/Ma, tendo como grande parceira na logística de escoamento da produção a empresa mineradora Vale, com assinatura de contratos entre os anos de 2014 a 2043, para a utilização das ferrovias Norte-Sul e Carajás. Os estudos de Pereira (2015) e Nóbrega (2015) analisam o processo de instalação dessa indústria na cidade de Imperatriz. Sobre tais situações, alguns aspectos devem ser observados:

O primeiro aspecto é o caráter impositivo dos megaempreendimentos que implica a imposição de um modo de pensar e de perceber o mundo sobre os modos de ser, estar, pensar, perceber e viver dessas comunidades tradicionais. Não são elas que planejam esses empreendimentos. Elas nem participam da concepção. Quando entram em cena é porque boa parte da negociação (poder estatal + grupos empresariais) já foi concluída. A partir dessas negociações entre grupos econômicos e setores específicos da máquina estatal, as famílias passam a ser contactadas, na perspectiva de terem que sair do caminho para a estrada, a linha de transmissão ou a estrada de ferro. As famílias ou grupos de moradores passam a ser vistos como um obstáculo a um futuro desenhado como **promissor**. Isto porque, com esses empreendimentos, vem o paradigma de **desenvolvimento**, construído no século das Luzes, que classifica tudo o que não se enquadra ao mundo organizado pela lógica e pela racionalidade da indústria como elementos do atraso, que precisa ser superado. De modo que o primeiro dano é o **dos estigmas acionados** nessa relação de forças. Esse modo de ser, de estar, de ver e compreender o mundo passa a ser classificado como **tradicional**, mas não no sentido da presencialidade compreendida pelos agentes sociais, mas associado a ideia de **atraso**, que precisa ser superado. É a mesma lógica dos processos de **colonização** do século XIX. O **moderno** que chega e o **atrasado** que precisa sair do caminho. Então, estamos diante do dano de ver

o território tomado por essas forças e o dano dos **estigmas** atribuídos a sua identidade. Essas comunidades passam a ser vistas como obstáculos também pelo poder público, cujo planejamento foi incapaz de perceber antecipadamente essas formas de existência ou, se percebeu, não priorizou. Trata-se da tomada de decisão política associada à dimensão econômica.

O segundo aspecto é a sensação de incerteza. A insegurança sobre o controle e domínio do território que passa a ser disputado por uma força, aparentemente muito maior, visto que são empreendimentos globalizados. As forças, digamos assim, anteriores, representadas pelas figuras do “fazendeiro”, do “comerciante”, do “capataz”, agentes sociais que por uma razão ou outra está mais vinculado ao “poder local” do que a seu grupo familiar, parentesco ou vizinhança, são substituídas. O antagonista agora tem esse caráter de uma grande organização empresarial, que chega com todo o aparato tecnológico e equipes de técnicos especializados e que coloca essas comunidades tradicionais no debate econômico de dimensão internacional, que conta com os atos de Estado<sup>214</sup> e com o discurso midiático. Então, **a primeira dificuldade** é compreender o que está se passando; é compreender toda a engenharia que envolve uma empresa de exploração de minério, de gás ou uma empresa de produção de celulose, de álcool e a violência simbólica que tais empreendimentos implicam.

O terceiro aspecto é o dano vinculado às tentativas de desmonte de toda a estrutura social pré-existente, **o sistema de produção** e, conseqüentemente, as relações de produção. Se antes aquela família que conseguia fazer sua roça na terra do fazendeiro, agora já não consegue, pois o fazendeiro já vendeu as terras para empresa, cujo dono é desconhecido; ou a quebradeira que antes coletava livremente o coco no babaçual, agora é obrigada a submeter-se às condições de um contrato firmado com a empresa que a responsabiliza por todo o dano que ocorrer nessa dita reserva. A empresa passa a determinar, pelo que denomina de “parcerias”, que implicam treinamentos, doações, o que, como, quando e onde plantar. A área de produção se reduz e quem não está dentro dessa “parceria”, tem sua força de trabalho imobilizada.

---

214 Segundo Bourdieu (2014): “para escapar à teologia, para poder fazer a crítica radical dessa adesão ao ser do Estado, que está inscrita em nossas estruturas mentais, é possível substituir o Estado pelos atos que podemos chamar de atos de ‘Estado’ – pondo estado entre aspas- isto é, atos políticos com pretensões a ter efeitos no mundo social. Esses atos políticos legítimos devem sua eficácia à sua legitimidade e à crença na existência do princípio que os fundamenta.

O quarto aspecto é a alteração nos laços de confiança e de **representação política**. As estratégias empresariais implicam o estabelecimento de relações de confiança entre a empresa e membros da comunidade ou profissionais próximos a ela, alterando toda a cadeia de relações e de distribuição de poder pré existente, disseminando, por vezes, situações de conflitos internos entre **quem se comunica** e entre **quem não se comunica** com a empresa, entre quem concorda e entre aqueles que discordam com as “alternativas” apresentadas pelos empreendimentos. No caso da situação da CELMAR Papel Celulose S.A. e da SUZANO na Estrada do Arroz é emblemática a criação do Fórum de Defesa da Cidadania e do Desenvolvimento das Comunidades da Estrada do Arroz e do Conselho de Desenvolvimento Comunitário, sob a influência da estratégia da empresa Suzano. Nessa região chamada tocantina, além da atuação do CENTRU, do STTR e do MST, assistimos nos anos de 1990 e 2000 a organização de associações de mulheres quebradeiras de coco babaçu, inclusive em Petrolina, e de pequenos produtores assentados assim como sedia a regional do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. Portanto, há uma história política desses grupos e povos de longo tempo e que começa a ter outro formato com a criação desses fóruns e conselhos vinculados às estratégias empresariais.

O quinto aspecto apontaríamos o dano ambiental. Esse mais difícil de dimensionar. Só estudos de longo prazo podem nos falar das implicações do uso irracional de agrotóxicos nas monoculturas de eucalipto para fins de produção de celulose ou nos plantios de cana de açúcar na produção de álcool. O que os estudos recentes têm demonstrado, por meio de narrativas dos agentes sociais são doenças estranhas aos seus conhecimentos, já inclusive denunciadas pela imprensa, por meio de reportagens: doenças respiratórias, doenças de pele, casos de câncer. Tendo em vista que o veneno aplicado atinge não só as plantações e os córregos como também o ar.

Enfim, poderíamos elencar outros conjuntos de danos, que afetam o psicológico das famílias e de suas lideranças que, nesse jogo de forças, não vêem os direitos garantidos pelo Estado. Então, há um conjunto de danos econômicos, políticos, ambientais, psicológicos e simbólicos, porque essas comunidades são cotidianamente arrancadas de seus territórios e lançadas nas beiras das estradas ou empurradas para os bairros das cidades, por vezes, sem condições de organização política para a defesa dos seus direitos.

### 3 - Território Corporativo: o verde que só se enxerga na Europa tem cheiro

A década de 1960 é marcante na história mundial, principalmente no tocante a questão ambiental. O livro de Rachel Carson (2011[1962]) intitulado “Primavera Silenciosa” é um importante estudo sobre os efeitos dos agroquímicos no meio ambiente, que questiona, sobretudo, a relação ser humano e natureza. A obra é uma minuciosa pesquisa sobre os efeitos do dicloro-difenil-tricloroetano (o inseticida DDT) no ambiente.

O agronegócio também representado pelo setor industrial é considerado o setor que mais causa danos aos elementos naturais de diversos ecossistemas envolvidos, seja por meio dos seus processos produtivos seja através da fabricação de produtos poluentes (LUSTOSA, 2003).

Como resposta à pressão social, são formulados processos de certificações “ambientais” das empresas. “A certificação ambiental tem sido adotada em vários mercados de *commodities*, incluindo café, açúcar e soja, assim como em produtos florestais madeireiros e não madeireiros” (MAY, 2003, p. 209). As empresas que atuam no setor industrial ao perceberem o aumento de ganhos financeiros exponenciais efetivados pela falsa responsabilidade ambiental passam a realizar investimentos em processos de certificação ambiental com a finalidade de comercializar seus produtos em mercados internacionais.

Vale dizer que esses processos de certificações ambientais, que se apresentam como “dispositivos de julgamento social” (KARPIK, 2007), cumprem uma função diversa da sua proposta inicial, que seria a nosso ver de avaliar o produto a ser comercializado, mas o que ocorre curiosamente é a transformação de certificações ambientais também em mercadorias, indicando claramente a preterição da dimensão ambiental.

Para Castillo (2008), sob a superfície dessa composição se constitui um sistema de relações que articula, de um lado, latifundiários, madeireiros e pecuaristas, responsáveis diretos pela degradação ambiental, trabalho escravo, expulsão de pequenos produtores familiares e, de outro, as grandes empresas do agronegócio (Grupo Amaggi, Bunge, ADM, Coinbra, Cargill, Caramuru, entre outras), as mesmas que brandem a bandeira da sustentabilidade (social, ambiental e econômico-financeira) – todos fundados nos circuitos espaciais produtivos, sobretudo, na política e no mercado.

A disseminada “responsabilidade socioambiental” está atrelada tão somente ao desempenho econômico das empresas, primeira e fundamental preocupação (DRUCKER, 1997, p. 70-71). Outro importante pilar relacionado à responsabilidade ambiental das empresas é a sua regularização legal, principalmente suas ações que tem implicações econômicas e ambientais.

A principal estratégia utilizada pelas empresas ainda são os projetos institucionais, programas desenvolvidos pelas empresas que lhes confere a imagem de “ética e responsabilidade socioambiental”. A incorporação dessas supostas iniciativas socioambientais nas ações da empresa relacionadas aos consumidores remete a este público a concepção de respeito e transparência no desenvolvimento das atividades industriais.

Um aspecto curioso é que as extensas monoculturas, base para o agronegócio competitivo, são consideradas uma atividade sustentável, já que seqüestram mais carbono do que emitem no processo produtivo. Já existem grandes produtores de cana-de-açúcar e empresas de reflorestamento com eucalipto e pinus (como a Suzano), em várias regiões brasileiras, que lucram com certificados de emissão no mercado de carbono. (CASTILLO, 2008, p. 6).

Um caso emblemático que situa bem essa questão é o do grupo empresarial Suzano, que ao contrário do ideário disseminado, sua principal estratégia de negócio em nada tem haver com princípios de sustentabilidade, orientada unicamente por objetivos financeiros e mercadológicos. A silvicultura aparece na atualização semestral de julho de 2014 do Cadastro de Empregadores do Ministério do Trabalho como segunda atividade econômica com maior percentual de trabalhadores submetidos à condição análoga às de escravos<sup>215</sup>.

---

215 O Cadastro possui atualmente 609 (seiscentos e nove) nomes de empregadores flagrados na prática de submeter trabalhadores a condições análogas às de escravo. Desse total, o estado do Pará apresenta o maior número de empregadores inscritos na lista, totalizando cerca de 27%, sendo seguido por Minas Gerais, com 11%; Mato Grosso, com 9%; e Goiás, com 8%. A pecuária constitui a atividade econômica desenvolvida pela maioria dos empregadores (40%), seguida da produção florestal (25%), agricultura (16%) e indústria da construção (7%). Conforme informa o sítio eletrônico do Ministério do Trabalho o referido cadastro foi retirado, em 31/12/2014, por força da liminar proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.209 Distrito Federal da lavra do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski, proposta pela Associação Brasileira de Incorporadas Imobiliárias - ABRAINC. Disponível em [http://portal.mte.gov.br/trab\\_escravo/portaria-do-mte-cria-cadastro-de-empresas-e-pessoas-autuadas-por-exploracao-do-trabalho-escravo.htm](http://portal.mte.gov.br/trab_escravo/portaria-do-mte-cria-cadastro-de-empresas-e-pessoas-autuadas-por-exploracao-do-trabalho-escravo.htm). Acesso em 04/06/2015.

Enquanto isso, a empresa acumula selos de certificação ambiental, inclusive internacionais, a exemplo das certificações Ecolabel e Nordic Swan<sup>216</sup> recentemente adquiridas, atestando uma pretensa sustentabilidade ambiental para os exigentes consumidores europeus durante o processo produtivo.

As citadas certificações que avalizam a adoção de “práticas sustentáveis” ao exigente mercado europeu, que é um dos principais destinos da celulose da unidade fabril de Imperatriz (MA), se concentram nas emissões de gases, consumo de energia e uso de matéria-prima certificada, no entanto não garantem a sustentabilidade econômica, ambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais atingidos diretamente pelo empreendimento em questão.

[...] é a lógica da mitigação e da compensação. Mas, essa lógica, não consegue prevenir ou evitar a alteração da qualidade do ar pela emissão de gases e material particulado, os processos erosivos, a redução da biodiversidade vegetal e virtude da monocultura do eucalipto afugentamento, atropelamento de animais silvestres, conflitos de terra, conflitos sociais, especulação imobiliária, assoreamento de nascentes, poluição dos corpos de água, contaminação do lençol freático, etc. Projetos “florestais” como o da Suzano acabam recebendo, pelo seu caráter classista, total apoio governamental, seja no âmbito da União ou do Estado, apesar do risco potencial de perda da qualidade da água, a vulnerabilidade à processos de lixiviação de insumos agrícolas, atropelamentos da fauna, supressão da biodiversidade, mudança na forma tradicional de utilização da terra com a conseqüente alteração do conteúdo(mudanças de plantio de subsistência para o plantio de eucalipto) (RIBEIRO JÚNIOR, 2014, p. 180 e 181).

Recentes relatos de moradores da cidade de Imperatriz (MA) dão conta que a cidade está impregnada de maus odores que são oriundos da fábrica de papel e celulose da empresa Suzano, inclusive a câmara de vereadores

---

216 O selo Ecolabel foi criado em 2011 e auxilia na identificação de produtos e serviços que têm impacto ambiental reduzido durante seu ciclo de vida, desde a extração de matéria-prima até o descarte. Já o Nordic Swan é um selo verde institucionalizado pelo Conselho de Ministros dos países nórdicos, administrado pelas agências de Meio Ambiente da Suécia, Finlândia, Islândia e Noruega, desde 1989. Disponível em <http://www.segs.com.br/demais/41736-suzano-conquista-selos-europeus-de-sustentabilidade-para-unidade-imperatriz.html>. Acesso em 15/06/2015.

da cidade aprovou uma audiência pública<sup>217</sup> com a empresa para que esta forneça informações técnicas sobre os impactos ambientais que estão sendo gerados com a instalação da fábrica, como explicações técnicas sobre o impacto ambiental da fábrica de processamento de eucalipto, a política ambiental da empresa, investimentos na área social, emissão de gases, e retorno das isenções fiscais.

No leste maranhense, desde a década de 1970 a região vem sendo ocupada pelo agronegócio. No município de Coelho Neto o processo de devastação é visível. Dentre eles, o assoreamento dos rios se riachos e lagos. A queimada, o sistema de irrigação e o agrotóxico completam a situação de desrespeito ambiental. Com a *limpeza* das áreas para plantios de cana de açúcar e bambu e as queimadas, grande parte das matas ciliares foram perdidas e com elas áreas extensas de cocais, dificultando a manutenção da extração do coco babaçu pelas mulheres quebradeiras de coco da região, alterando as relações econômicas e o modo de vida das famílias que ali vivem.

Durante os meses de junho a outubro, as constantes queimadas no município de Coelho Neto são vistas com mais frequência, pois nesse período acontece o que os trabalhadores denominam como o “período da moagem” (maior produção da safra) realizada pelo o grupo João Santos onde a queima da cana-de-açúcar e do bambu passa a ser maior devido à grande produção do álcool obtida nesse período. Nesses meses a cidade de Coelho Neto fica impregnada de odores sentidos principalmente pela a manhã e no final da tarde, o odor é resultado da vinhaça<sup>218</sup> produto utilizado pelo grupo nesse período (SILVA e GAIOSO, 2018).

O processo de devastação também traz no seu bojo o deslocamento compulsório de famílias e o desaparecimento de localidades para oportunizar áreas para novos plantios. Para a instalação da Suzano, a empresa deslocou

---

217 Informação obtida no sítio eletrônico: [http://www.correiopopularitz.com.br/materia/6978/camara\\_quer\\_explicacoes\\_da\\_suzano\\_sobre\\_impacto\\_ambiental\\_da\\_fabrica\\_em\\_imperatriz\\_](http://www.correiopopularitz.com.br/materia/6978/camara_quer_explicacoes_da_suzano_sobre_impacto_ambiental_da_fabrica_em_imperatriz_), acesso em 17 de junho de 2017.

218 Vinhaça também conhecido como vinhoto. Ele representa um resíduo pastoso e malcheiroso que sobra após a destilação fracionada do caldo da cana-de-açúcar (garapa) fermento utilizado para a obtenção do etanol. Informação obtida pelo no site eletrônico: <http://blogcarlosmachado.blogspot.com/2015/08/que-fedor-e-este-em-coelho-neto.html?m=1>. Acessado em 25 de julho de 2018.



dezenas de famílias de seus locais de moradia, inclusive moradores que fundaram o povoado, como é o caso do Povoado Bacaba, que hoje como lembrança do local tem-se apenas o cemitério onde se fazia o enterro dos moradores do povoado e povoados vizinhos.

No município de Coelho Neto localidades inteiras foram dando espaço a novas áreas de plantios de cana de açúcar e bambu. Segundo o vice-presidente do Sindicados dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Coelho Neto Antônio Pires, os Povoados Salgado, Paú e Olho d'água Pequeno, local de moradia de dezenas de famílias foram sucumbidos dando continuidade ao projeto do agronegócio na região. O resultado é o deslocamento de famílias para outras localidades, cada vez mais distante da sede municipal, e com pouca infraestrutura, como é o caso de famílias que hoje estão morando na localidade denominada Curupati, que foram obrigadas a deixarem seus territórios e ocuparem as encostas dos morros onde não têm condições de criarem animais e nem plantarem seus alimentos.

Várias são as estratégias utilizadas pelas empresas para que as famílias deixem seus territórios: o impedimento de criar animais soltos, de grandes portes, como gado; a obrigatoriedade de “pagar renda” para o uso de terras para cultivo de suas roças ou mesmo proibição de cultivarem roças. Essas estratégias são comuns e estão presentes em todos os depoimentos colhidos na pesquisa nos povoados Curupati, Ermo, Piranhas e Centro do Açude, o que nos faz perceber que o grupo João Santos tem utilizado estratégias que dificultam a permanência de famílias nas comunidades. (SILVA e GAIOSO, 2018).

Outra questão relativa ao impacto ambiental provocado pela Suzano é a poluição dos rios, o Rio Tocantins que passa na cidade de Imperatriz corre sérios riscos assim como o Rio Mucuri no estado da Bahia. Em 2013, quando a planta de fábrica não estava pronta na cidade de Imperatriz ocorreu uma reunião<sup>219</sup> promovida pela Agencia Nacional das Aguas - ANA na sub prefeitura de Mucuri em Itabatan, para tratar de assuntos pertinentes a outorga de água da Suzano Papel e Celulose relativa ao Rio Mucuri. Os superintendentes de fiscalização ANA esclareceram na reunião que a Suzano

---

219 Informação obtida no sítio eletrônico [http://bahiaextremosul.com/artigo/suzano\\_papel\\_e\\_celulose\\_obtem\\_licenca\\_para\\_matar\\_o\\_rio\\_mucuri](http://bahiaextremosul.com/artigo/suzano_papel_e_celulose_obtem_licenca_para_matar_o_rio_mucuri), acesso em 17 de junho de 2017.

vinha operando de forma ilegal desde o ano de 2010, produzindo uma Concentração de DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio) acima do que a sua outorga de água (licença de uso da água) consentia e sem nenhuma perspectiva de readequação as normativas da outorga, a Suzano teria requerido uma reavaliação da sua licença, para que não necessitasse ampliar o grau de eficiência na despoluição dos seus efluentes e conseqüentemente aumentar os custos de sua produção. A presença de um alto teor de matéria orgânica pode levar ao total esgotamento do oxigênio na água, causando sabores e odores desagradáveis além de gerar o desaparecimento de peixes e outras formas de vida aquática.

Conforme denunciado através de mídias eletrônicas, no tocante ao abastecimento de água para suprir as necessidades da fábrica de Imperatriz, a principal fonte seria o Riacho Cinzeiro conforme aponta o EIA-RIMA no ponto que falava da captação da água<sup>220</sup>. No entanto o que se observa é a inviabilidade deste riacho suprir a demanda por água e suspeita-se que há interesse do uso hídrico do rio Tocantins, tampouco o EIA-RIMA contempla os estudos dos impactos diretos ao rio Tocantins, pois todo ele foi direcionado aos seus afluentes.

#### **4 - O imaginário de “desenvolvimento” em construção e a resistência a essas intervenções**

As pesquisas realizadas sobre os processos organizativos de trabalhadores (as) rurais e quebradeiras de coco babaçu que residem na denominada microrregião de Imperatriz - MA demonstram que formas de organizações coletivas presentes na região, a partir de suas experiências e vivências se contrapõem a esse discurso de sustentabilidade presentes nos megaempreendimentos. O que se pode perceber é que esses saberes entram em choque com o imaginário construído pelo discurso ambiental que acompanha o ideário de desenvolvimento e que isso se reflete em debates internos às próprias comunidades. De um lado tem-se o discurso de desenvolvimento que fundamenta as estratégias de dominação social e

---

220 Informação obtida no sitio eletrônico <http://www.empresapeloclima.com.br/maranhao-fabrica-da-suzano-recebe-outorga-de-agua-da-ana-sem-estudo-de-impacto-ambiental-adequado?locale=pt-br>, acesso em 17 de junho de 2017.

cultural, que resulta na produção de práticas de pensar e de agir por meio das quais o Terceiro Mundo é pensado e construído (ESCOBAR, 2012). De outro lado estão as comunidades e organizações coletivas que estão cada vez mais sendo pensadas a partir dessa ótica desenvolvimentista e sendo forçadas a se reorganizarem em torno das imposições dos megaempreendimentos na região.

O embate pode ser analisado a partir de dois planos. Primeiro, a relação do imaginário desenvolvimentista e ambiental se confrontando com o saber local e as formas organizativas de povos e comunidades tradicionais que percebem o território como um bem coletivo e utilizado de forma comum pelas comunidades presentes na região. Essa forma específica de uso dos recursos naturais faz com que os grupos sociais vislumbrem formas diferentes de desenvolvimento construídas através das gerações a partir de suas práticas concretas e saberes na vivência com e no território, no processo de territorialização. Esses grupos resistem a essa forma de dominação, criando estratégias de resistência, politizando sua realidade social. Com o objetivo de reverter o estigma de atrasado, resistem cotidianamente (SCOTT, 2000). Segundo, que esse discurso produzido pelos megaempreendimentos gera expectativas de vida e de trabalho dentro de um imaginário de desenvolvimento, que leva a conflito no âmbito do próprio grupo.

No que se refere a esses planos de debate, temos que observar alguns aspectos de como os grupos sociais estão se organizando para construir e operacionalizar suas formas de enfrentamento e as formas de mobilização. Compreender isso é essencial para termos a dimensão de situações sociais, relações políticas, conflitos, disputas e resistência que envolvam os grupos e os empreendimentos na região.

A fala de uma liderança das quebradeiras de coco demonstra parte da situação vivenciada pelos agentes sociais na região de Imperatriz no que se refere as mudanças e impactos sofridos pelas comunidades com a presença desses empreendimentos.

Hoje tudo já são outras cidades, outros municípios. E não tem ameaça só contra o babaçu, a gente sente hoje que a agricultura familiar, a roça no toco é muito ameaçada. Ta acabando a roça no toco, com os discursos do governo, com os discursos do agronegócio, com toda coisa que ta acontecendo de mundo afora.

Eu digo assim, nós não estávamos preparados pra grande mudança que ta acontecendo no mundo. Na verdade ninguém tava preparado pra isso. Porque é uma mudança muito absurda. Hoje o povo come tudo comprado (...) Então há uma diferença muito grande. É muita pouca família que produz pra comer. Os próprios assentamentos hoje, tá muito difícil porque não quer mais produzir pra comer porque diz que fazendo uma roça de arroz gasta muito mais do que comprar. São essas coisas que deixa a gente meia tonta (Maria Querobina da Silva Neta<sup>221</sup>, 2016).

O que se pode perceber a partir da fala da D. Querobina é o descompasso da concorrência da pequena produção e os grandes empreendimentos. A produção da lavoura de arroz parece não ser mais rentável. Parte disso é resultado de políticas de desenvolvimento que se voltam para investimentos do agronegócio, apoiado pelo governo, em detrimento da produção familiar. A presença do “dragão”, como D. Querobina afirma abaixo, significa dizer que se contrapor a essa forma de imposição está cada vez mais difícil, pois há diferentes estratégias para desmobilizar e conquistar os trabalhadores como “parceiros” para o desenvolvimento da região. É difícil se contrapor a esse imaginário de desenvolvimento presente nos discursos e nas práticas desses empreendimentos, apoiados e financiados pelo poder estatal. O inimigo é quem se posiciona contrário. Uma das formas de imobilização é através de investimentos por parte das empresas.

Ali naquela região de Imperatriz, como é o centro do grande dragão que é o Papel Celulose, o investimento é muito grande minha gente. Vocês não imaginam que professor, as universidades, os colégios, tudo tem investimento das empresas. Para professor, uma escola técnica que em Imperatriz até mudou o nome não é, porque é investimento da empresa. Na universidade a gente vai fazer uma discussão com os professores, depois a gente vê todo mundo assim com uma timidez tão grande de falar com a gente, que você não imagina, parece até que a gente que é o inimigo. Eles tem medo da gente. Eu não posso mais acompanhar o MIQCB e nem o Nova Cartografia Social pra buscar uma informação porque na hora que o povo me vê: ó...olí veio atrás de informação aqui. Então é muito sério isso. Como é que a gente vai fazer o trabalho agora? Os movimentos sociais que deviam ser oposição a esse sistema, os sindicatos, por exemplo, que é uma ferramenta muito grande e organiza um público muito grande de gente (idem).

---

221 Liderança das quebradeiras de coco babaçu da região de Imperatriz, oeste do Maranhão-Brasil

Outra forma de imobilização ocorre com a contratação de pessoal das próprias comunidades para trabalhos temporários, como forma de “investimento”

Naquela região o desgaste foi tão grande que a gente deu pra trás 10 anos. E por que? Os investimentos que já falei, nas comunidades as quebradeiras de coco são produtoras de muda de eucalipto. E ganha dinheiro sabe companheiras. São contratadas. Estão contratando porque o eucalipto “broiou” e cortaram ele. E as mulheres como tem um jeitinho melhor pra trabalhar com essa coisa de muda, hortas e etc, são quase todas contratadas ali na Estrada do Arroz pra fazer muda de eucalipto. Quem é que vai quebrar coco? E lá acho que é um salário, tem uma ajuda lá não sei familiar, se ela tem um filho ou dois filhos, aí já tem a bolsa família, ela vai quebrar coco? Me diz? Vai fazer roça? É difícil, a nossa situação ta difícil. Eu não to aqui querendo botar balde de água fria não, que eu to é doidinha pensando aqui no que que a gente vai fazer.

O “bicho está em todo lugar”, como afirma abaixo D. Querobina, significa dizer que tanto os discursos quanto as práticas de cunho desenvolvimentista e ambientalista criam estratégias para construção de um ideário e imaginário de desenvolvimento. Acabam por criar elementos que desmobilizam e reorganizam as relações sociais, políticas e econômicas das comunidades. “o bicho está em todo lugar”, inclusive em espaços de representação e mobilização, como os conselhos, cada vez mais fechando o cerco.

Os companheiros, os movimentos sociais ali daquela região, quem trabalhava no movimento social hoje tá tudo socado na empresa. A gente produziu, viu Luciene, a gente formou pessoas pra trabalhar contra nós por isso que a gente teve uns anos atrás. (...) Em todo lugar o bicho tá. Não existe um lugar pra ele não tá em grande escala. E aí o que nós vamos fazer? Dá pra nós brigar? Tem uma parte da música que eu não concordo, “ é virar é virar é virar e botar pra brigar”...sozinho? Não dá pra brigar sozinho, só dá pra brigar hoje se nós tivéssemos nesse mundo um partido político que não tivesse vergonha de lutar junto com a gente. Se nós tivéssemos um movimento sindical que lutasse junto com a gente. Se a gente tivesse esses aparatos, a gente ia brigar. Mas só as quebradeiras sozinhas? Briga dela é com o homem dentro de casa, a gente se larga porque o homem ta empregado na Suzano e eu to quebrando coco e eu vou dizer que a coisa lá não presta e ele vai dizer (...) É tudo concentrado nas mãos dessas grandes empresas. Pra concluir, a Suzano criou um conselho de quebradeira de coco. Qual é o interesse da empresa? Ela coordenando esse conselho de quebradeiras de coco? Bota uns babaca lá no cafundó dos Judas pra fazer parte do conselho. (...) Nós estamos acoados. Porque nós vamos fazer um projeto desse, um investimento desse e um investimento que não é só de

dinheiro não, o investimento é de vontade política dos companheiros que estão fazendo esse trabalho. A gente vai ter esse prejuízo pra dá em nada? Não vamos. Vamos ter que fazer alguma coisa. Vamos fazer igual essas universidades que fica todo mundo calado. Tem um gato pingado que diz alguma coisa. Um tanto de gente que tem no mundo, nas universidades, é dois ou três que diz alguma coisa e com medo de dizer. Então em todo lugar o bicho tá. E a gente tem que dá um jeito nessa história.

A cobrança de D. Querobina combina bem com o pensamento do sociólogo francês Bourdieu (1998), quando afirma que esses danos não são contabilizados nos dispositivos jurídicos desses projetos e nem pelo Estado, em seus planejamentos, ainda que seja ao Estado imputada a cobrança pelos custos econômicos, sociais e políticos de tais investimentos. Ao Estado são cobradas soluções para as doenças incomuns que exigem maiores estudos e pesquisas; a solução para a transferência não espontânea de famílias para as áreas urbanas; políticas para a juventude sem ocupação; uma política de saúde alimentar; a recuperação de rios, lagos e córregos contaminados, assim como as plantações e os animais.

Aos economistas fica o desafio de reinventar o cálculo econômico ao cotejar os danos com as expectativas e perspectivas anunciadas nos cálculos racionais dos projetos desses megaempreendimentos. E fica uma questão crucial: a quem se deve responsabilizar por tais danos? Teremos que rever a racionalidade implícita nas ideias tão caras ao mundo dito moderno, tais como *progresso*, *desenvolvimento* e, outro termo canônico da atualidade *sustentabilidade*. Em tempos de mudanças paradigmáticas, em que a política está em julgamento, qualquer plataforma de Governo que se coloque na condição de inovador ou que se proponha a promover mudanças estruturais deve enfrentar esses conceitos canonizados, e se disponibilizar a reverter essa lógica racional que só calcula dados objetivos e não consideram elementos subjetivos também importantes.

E para finalizar, destacamos o que propõe P. Bourdieu (2014): que se inclua na análise sobre o Estado, o pensamento sobre o Estado. Segundo ele, no nosso pensamento, as estruturas da consciência, através da qual nós construímos o mundo social e esse mundo particular, o Estado, tem boas chances de ser o produto do Estado. Portanto, há de se repensar os atos de Estado, Atos políticos que têm a pretensão de ter efeitos no mundo social, os atos autorizados, dotados da autoridade que remete a uma série de delegações em cadeia, remete a um lugar último (o Estado como um Deus).

Os estudos elencados neste trabalho sinalizam para um pensamento em construção, um pensamento que se constrói não somente por intelectuais que acreditam estar acima das contradições sociais ou intelectuais orgânicos, mas um pensamento que se constrói em conjunto com os agentes sociais que vivenciam todos esses processos sociais, numa troca constante de vivências e saberes, em busca de novos imaginários capazes de garantir a existência de povos e comunidades tradicionais dentro de qualquer proposta desenvolvimentista.

## Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A Guerra dos Mapas**. Belém: Falangola, 1994.

\_\_\_\_\_. **Amazônia: a dimensão política dos conhecimentos tradicionais como fator essencial de transição econômica** – pontos resumidos para uma discussão. Somanlu, ano 4, n. 1, jan./jun. 2004.

\_\_\_\_\_. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

\_\_\_\_\_. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, A. W. B. de, NETO, Joaquim Shiraishi e MARTINS, Cynthia Carvalho. **Guerra ecológica nos babaçuais**: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço das commodities e aquecimento no mercado de terras na Amazônia. São Luís: Balaios Lithograf, 2005.

BECKER, Bertha K. **A crise do Estado e a região**. A estratégia da descentralização em questão. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 48 (1), pp. 43-62, jan/mar, 1986.

BECKER, Bertha K. Logística e a Nova Configuração do Território Brasileiro: Que Geopolítica será Possível? In: **Políticas de Desenvolvimento Regional**: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil. DINIZ, Clélio Campolina (organizador). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

---

\_\_\_\_\_. **Sobre o Estado**: cursos no College de France (1989-92) Edição estabelecida por Patrick Champagne (et al) trad. Rosa Freire d'Aguiar. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRANDÃO, Carlos. Desenvolvimento, Territórios E Escalas Espaciais: Levar na Devida Conta as Contribuições da Economia Política e da Geografia Crítica para Construir a Abordagem Interdisciplinar. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco Ribeiro, MILANI, Carlos Roberto Sanchez (organizadores). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea**: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2009.

Caderno Nova Cartografia Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais. Nº 4 (julho, 2014) – Manaus: UEA Edições, 2014 Fascículo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Série: Movimentos Sociais, identidade coletiva e conflitos. **Fascículo 5. Quebradeiras de coco babaçu do Pará**. São Luís, 2005

**Carajás: Desenvolvimento ou Destruição?** Relatórios de Pesquisa. Comissão Pastoral da Terra. 1ª Edição, 1995.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. Ed. Gaia, 2011.

CASTILLO, Ricardo. Sustentabilidade, desenvolvimento e globalização. In: OLIVEIRA, M. P.; COELHO, M. C. N.; CORRÊA, A. M. (org.). **O Brasil, a América Latina e o Mundo**: espacialidades contemporâneas (I). Rio de Janeiro: Lamparina: Anpege: Faperj, 2008.

DRUCKER, Peter. **The Shame of Marketing, in Kelley, W.T., New Consumerism**: Selected Readings. Grid, inc., 1973.

ESCOBAR, Arturo. **Encontering Development: The Making and Unmaking of The Third World**. Princeton: Princeton University Press, 2012.

FAVARETO, A. Paradigmas do desenvolvimento rural em questão. São Paulo: Iglu, Fapesp, 2007.



- KARPIK, Lucien. **L'économie des singularités**. Paris: Gallimard, 2007.
- LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. Industrialização, Meio Ambiente, Inovação e Competitividade. In: MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da. (org). **Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Elsevier 2003.
- MAY, Peter H. Comércio Agrícola e Meio Ambiente na América Latina. In: MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da. (org). **Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Elsevier 2003.
- Povos e Comunidades Tradicionais. **Nova Cartografia Social**. (org) Alfredo Wagner Berno de Almeida e Emmanuel de Almeida Farias Júnior, Manaus, 2013.
- PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos. Fascículo 6. **Quebradeiras de coco babaçu de Imperatriz**. São Luís, 2005b.
- PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos. Fascículo 3. **Quebradeiras de coco babaçu de Imperatriz**. São Luís, 2005 a.
- SCOTT, J. **Los dominados y el arte de la resistência**. México: Ediciones Era, 2000.
- SILVA, Emmanuele Vale; GAIOSO, Arydimar V. **Megaempreendimentos e saber local: estratégias e resistência de povos e comunidades tradicionais em confronto com a expansão do agronegócio na região de Caxias e Coelho Neto**. Relatório de pesquisa. PIBIC-UEMA. São Luís, 2018.

# **CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E ETNIAS AMEAÇADAS PELOS MEGAPROJETOS. LEGISLAÇÃO E CONFLITO**

CONOCIMIENTOS TRADICIONALES Y ETNIAS  
AMENAZADAS POR LOS MEGAPROYECTOS.  
LEGISLACIÓN Y CONFLICTO



# **Bolivia y las negociaciones en materia de derechos de propiedad Intelectual**

**Horacio Usquiano**

En la actualidad las negociaciones internacionales en el ámbito de las relaciones económicas, consideran básicamente tres ámbitos de negociación que son los temas relacionados al comercio de bienes, es decir: eliminación progresiva de las restricciones arancelarias y para-arancelarias, los temas relacionados al comercio de servicios y los aspectos relacionados a los derechos de propiedad intelectual. En esencia los tres grandes grupos que maneja el organismo multilateral más importante en el planeta en materia de comercio internacional, como es la Organización Mundial del Comercio (OMC/WTO).

Bolivia, en el marco de las negociaciones internacionales tiene el propósito de participar activamente de la discusión y el proceso de negociación en materia de propiedad intelectual, pero sin que ello implique asumir mayores compromisos en la materia que vayan más allá de los comprometidos en el Acuerdo de Comercio relacionados a Propiedad Intelectual ADPIC-1994. Concretamente no ser parte de diversos acuerdos, tratados y convenios multilaterales que puedan generar efectos negativos para la economía, la salud, la educación, la alimentación y el medio ambiente en su conjunto.

Existen muchos factores de tipo económico que determinan que un Estado asuma o no compromisos con otros países u organismos multilaterales en materia de propiedad intelectual. Para el caso particular de Bolivia, el análisis acerca de ser o no parte de compromisos en esta materia, parte del grado de participación que tiene el país en el sistema de propiedad intelectual como tal, es decir, cuál es el aporte del aparato productivo nacional al citado sistema. De esta manera, se podrá considerar favorable el asumir determinados compromisos, de otro modo lo que se generaría es una distorsión en la economía por la aplicación de medidas que no son posibles de cumplir o en su defecto estaremos en presencia de un escenario de incumplimiento de acuerdos y/o instrumentos internacionales en materia de propiedad intelectual.

## Aspectos conceptuales

La Organización Mundial de la Propiedad Intelectual (OMPI) afirma que la propiedad intelectual se refiere a las creaciones de la mente: invenciones, obras literarias y artísticas, así como símbolos, nombres e imágenes utilizadas en el comercio. La propiedad intelectual se divide en dos categorías:<sup>222</sup>

- La propiedad industrial, que incluye las patentes de invenciones, las marcas, los diseños industriales y las indicaciones geográficas.
- El derecho de autor, que incluye obras literarias, tales como novelas, poemas y obras de teatro, películas, obras musicales, obras artísticas, tales como dibujos, pinturas, fotografías y esculturas, y diseños arquitectónicos. Los derechos conexos al derecho de autor incluyen los derechos de los artistas intérpretes o ejecutantes sobre sus interpretaciones o ejecuciones, los de los productores de fonogramas y los de los organismos de radiodifusión respecto de sus programas de radio y televisión

## Análisis de los principales sectores relacionados con la propiedad intelectual

**Propiedad intelectual y el acceso a medicamentos.-** La industria farmacéutica dentro su proceso de operaciones se desenvuelve de manera similar al de otros sectores de la economía, con la diferencia en la etapa de investigación y desarrollo. De manera específica y a manera de ejemplificar lo señalado, la siguiente figura muestra una cadena de operaciones de una industria que eventualmente puede ser farmacéutica.

Cadena de operaciones de una industria farmacéutica



**Fuente:** Elaboración propia, con base en datos proporcionados por el Estudio Cadena de Valor de la Industria Farmacéutica en Uruguay (Salud Humana) FLACSO, Argentina, 2013.

---

222 Revista publicación de la OMPI N° 450(S), Ginebra, Suiza <http://www.wipo.int/about-es/>. Visita realizada el 26 de noviembre de 2014.

La diferencia o particularidad entre la cadena de operaciones de la industria farmacéutica y las demás industrias, radica en que la industria farmacéutica, en la fase de investigación y desarrollo (I+D) posee complejidades determinadas por el riesgo, en primera instancia en la fase de investigación, en la cual se analiza diversas moléculas para determinar cuál es la que tiene actividad terapéutica o farmacológica. Mientras que el riesgo en la fase de desarrollo radica en las pruebas clínicas y preclínicas que se deben realizar para lograr el registro correspondiente otorgado por la Autoridad Sanitaria Competente.

Lo antes mencionado es la argumentación de las firmas o corporaciones dedicadas a la fabricación de medicamentos para imponer los altos precios de los fármacos. Pero en la realidad, los altos precios de los medicamentos no van a cubrir en su totalidad el resarcimiento de los gastos efectuados en las fases de Investigación y Desarrollo (I&D), sino que es una excelente estrategia y excusa para imponer precios ventajosos en el mercado.

El impacto económico que genera la industria farmacéutica es determinante no sólo en el mercado en el que se desenvuelven, sino que su influencia llega a manipular gobiernos en pro de obtener mayores beneficios en cuanto a las normas de propiedad industrial que se adopten. Su influencia es producto de los abismales niveles de rentabilidad que obtienen años tras año por el negocio de los medicamentos, pues si bien el argumento que manejan está basado en los altos niveles de inversión que erogan, los niveles de utilidad son mucho mayores que lo invertido, recuperando la inversión en el menor tiempo posible, aún este tiempo no esté dentro de los 20 años de vigencia de una patente.

En síntesis, la constitución del precio de los fármacos en el mercado está compuesta por el costo total de fabricación y comercialización, el cual es un porcentaje muy reducido. Siendo la diferencia entre el precio final al consumidor y el costo mencionado, el que corresponde a la utilidad que obtienen los laboratorios, dicha utilidad es variable y creciente debido a que el mercado monopólico de los medicamentos lo permite. Dicho porcentaje es conocido también como los derechos de propiedad industrial que el titular de la patente farmacéuticas cobra al que compra su producto.

El acceso a medicamentos debe ser considerado primordial a la hora de las negociaciones comerciales que los Estados llevan adelante, ya sea en el ámbito bilateral o multilateral, en razón a que el precio de los medicamentos y el gasto familiar destinado a la compra de estos fármacos generan una relación inversamente proporcional. Es decir, el precio de los medicamentos, el cual estará en función de los intereses económicos de los titulares de las patentes tendrá una tendencia al incremento, mientras que el gasto familiar destinado a la adquisición de estos productos farmacéuticos se mantendrá constante o en su caso se verá reducido.

## **Propiedad intelectual y los alimentos (semillas).**

Para la Organización Mundial de la Salud (OMS), los organismos genéticamente modificados u OGM (también se incluyen aquellos alimentos que tienen modificaciones genéticas): Son organismos que puede definirse como organismos en los cuales el material genético (ADN) ha sido alterado de un modo artificial. La tecnología generalmente se denomina “biotecnología moderna” o “tecnología genética”, en ocasiones también “tecnología de ADN recombinante” o “ingeniería genética”. Ésta permite transferir genes seleccionados individuales de un organismo a otro, también entre especies no relacionadas.<sup>223</sup>

A través de la ingeniería genética se ha logrado la obtención de semillas genéticamente modificadas o también denominadas semillas transgénicas, resistentes a virus y a ciertas condiciones climatológicas totalmente distintas de las semillas tradicionales, las semillas transgénicas han sido protegidas a través de la Unión Internacional para la Protección de las Obtenciones Vegetales (UPOV), este tipo derecho de propiedad intelectual sui generis, ha otorgado a sus titulares la explotación exclusiva de las semillas.

Las semillas transgénicas versus las semillas tradicionales, ha provocado una serie de cuestionamientos, toda vez que las semillas tradicionales han sido desarrolladas por pueblos indígenas, comunidades locales y agricultores a través

---

223 Mariela Borge, 2012, La producción de alimentos genéticamente modificados: ¿Cuáles controversias rodean a este tipo de producción?, CEGESTI Éxito Empresarial, N°202. [http://www.cegesti.org/exitoempresarial/publicaciones/publicacion\\_202\\_160712\\_es.pdf](http://www.cegesti.org/exitoempresarial/publicaciones/publicacion_202_160712_es.pdf). Visita realizada el 1 de diciembre 2014.

de la selección tradicional de plantas, procesos fermentativos para la obtención de alimentos como el queso, vino, chicha, medicamentos tradicionales, entre otros. En cambio, el proceso moderno denominado ingeniería genética no se sabe qué consecuencias traerá para la humanidad, pues estamos hablando de diferentes especies que se unen para originar una nueva.

Los centros de biodiversidad de cultivos, por otro lado, son un elemento biológico, social y cultural fundamental en la dinámica productiva y socio-económica de Bolivia, por lo que la introducción de transgénicos en el país, además de la soya que ya fue regulada, conlleva serios riesgos en el bienestar social, en la garantía de la seguridad y soberanía alimentaria y en la estabilidad biológica. Se debe tener en cuenta, por ejemplo, que la diversidad de variedades de maíces que aún poseemos se convertirá en el instrumento que ayudará a paliar los efectos del cambio climático sobre la seguridad de contar con alimentos.

Además en Bolivia, la diversidad de especies y de actividades agrícolas aún contribuye a mitigar los riesgos derivados de las perturbaciones meteorológicas extremas, así como de la invasión de nuevas plagas, malezas y enfermedades como consecuencia del calentamiento global.

## **Propiedad intelectual y los conocimientos tradicionales de los pueblos indígenas relacionados a recursos genéticos.**

La importancia para la protección de los Conocimientos Tradicionales relacionados con la Biodiversidad, como se conoce ha adquirido significativa relevancia en los últimos años precisamente porque ellos permanecen vivos dentro de los pueblos indígenas y comunidades locales. Su importancia no es tanto porque existen como tales, sino porque los bioprospectores han “descubierto” que su aporte es vital para la identificación de componentes activos de los recursos biológicos y genéticos útiles para la industria farmacéutica. Según estimaciones de varios investigadores concluyen que con el aporte de los conocimientos tradicionales se ahorran hasta un 400% tanto en dinero como en tiempo en las investigaciones de bioprospección.<sup>224</sup>

---

224 Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Amazonía (COICA), Antonio Jacanamijoy, *Diálogo sobre Comercio, Propiedad Intelectual y Recursos Biológicos y Genéticos en América Latina*, Cuzco, Perú, 22 al 24 de febrero 2001.



Este interés descontrolado de los bioprospectores ha creado la biopiratería, principal instrumento a través del cual los “investigadores” acceden a las comunidades y pueblos indígenas utilizando diferentes estrategias y se *apropian indebidamente* de los conocimientos tradicionales y sus recursos genéticos asociados. Éstos son llevados a laboratorios, reduciendo los años de investigación, y posteriormente son patentados desconociéndose su origen y no existe un beneficio directo para las comunidades o pueblos indígenas de donde fue sustraído el recurso genético y conocimiento tradicional, denominado en el Convenio de la Diversidad Biológica (CDB) como componente intangible. Esto ha originado malestar en los pueblos indígenas y comunidades locales, quienes se han movilizado en diferentes foros multilaterales y regionales como la Conferencia de las Partes del Convenio de la Diversidad Biológica (CDB), Organización Mundial de la Propiedad Intelectual (OMPI) y la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica (OTCA), entre otros.

En este contexto, es de mucha importancia trasladar también la discusión al seno del Consejo de los ADPIC/TRIPS, en donde es necesario abrir el debate respecto al “Patentamiento de la Vida” a la luz del análisis del artículo 27.3b, mismo que de su interpretación es posible patentar microorganismos, siendo la tendencia avanzar hacia un régimen que permita el patentamiento de seres vivos como lo propone Estados Unidos de América en su Tratado de Libre Comercio con el Perú (Art. 16.9 Patentes numeral 2). Aspecto que de ninguna manera es posible aceptar por razones de tipo ético, moral, religioso entre otros, ya que llevaría a monopolizar la vida en todo su contexto.

Los pueblos indígenas y las comunidades locales no están proclamando no usar sus conocimientos tradicionales, por el contrario ha sido una costumbre trasladarlos de una generación a otra, sin embargo el dilema surge cuando se lo han dado libremente a científicos y compañías, sin ningún interés económico de por medio, y estos se han apropiado de forma indebida de este tipo de conocimientos, lo que ha originado la amenaza de que estos conocimientos no puedan ser usados libremente por las futuras generaciones, este conjunto de factores ha originado la atención y preocupación por parte de los países ricos en conocimientos tradicionales y biodiversidad, entre ellos Bolivia, quienes reclaman los derechos de los pueblos a utilizar libremente sus conocimientos y sus recursos genéticos y a que se reconozca su valor cultural y económico.

## Aspectos a considerar en materia de propiedad intelectual

El dinamismo del comercio internacional producto de la globalización económica, ha determinado que los países desarrollados en sus negociaciones comerciales, prioricen y condicionen la regulación de los derechos de propiedad intelectual, en términos que van más allá del marco multilateral (OMC/ADPIC).

El incremento progresivo de los beneficios económicos que obtienen los países desarrollados, a través de la aplicación de los derechos de propiedad intelectual (patentes, marcas, indicaciones geográficas, entre otros), es producto del desarrollo de sus economías en este ámbito, toda vez que los derechos de propiedad intelectual otorgan a su titular el “uso exclusivo” del producto o proceso protegido, por un tiempo determinado.

La capacidad de los países en desarrollo de poder cumplir las exigencias normativas en materia de propiedad intelectual, requeridas en los Acuerdos Comerciales por los países desarrollados, que van más allá de los ADPIC e incluyen ámbitos sensibles como los temas relacionados a la biodiversidad y los conocimientos tradicionales, entre otros.

Los derechos de propiedad intelectual en el actual contexto económico mundial, responden a necesidades de consolidación de estos derechos, que son por su naturaleza monopólicos, generan derechos de exclusividad toda vez que el titular del derecho es el “único” que pueda explotar económicamente su producto o proceso protegido, a través de licencias rigurosamente otorgadas, esto en el caso de patentes. Siendo sus titulares empresas de tipo transnacional que se encuentran en su mayoría en los países desarrollados, como Estados Unidos, Japón y la Unión Europea.

Bolivia, catalogado como “país de menor desarrollo relativo” dentro la región, expresado en un aparato productivo en proceso de desarrollo, principalmente en el área de la investigación y desarrollo, no participa de manera activa en el sistema de propiedad intelectual predominante en el mundo. Por lo tanto, los derechos de propiedad intelectual en el contexto actual, revisten sensibilidad para Bolivia, por el mismo hecho de ser un país importador de propiedad intelectual, casi en todos los campos.

Los derechos de propiedad intelectual, hoy en día se han convertido en un factor importante y fundamental en las negociaciones bilaterales y multilaterales desde la perspectiva de los países desarrollados, en razón a sus necesidades que su desarrollo les exige. Pero, para el caso de Bolivia, más que un factor de desarrollo, los derechos de propiedad intelectual, se convierten en conceptos de obligatoriedad, en virtud a la suscripción de acuerdos que van muchas veces en desmedro de la población en temas de salud y alimentación, en razón al carácter monopólico que estos derechos otorgan.

## **Comité Intergubernamental sobre Propiedad Intelectual y Recursos Genéticos, Conocimientos Tradicionales y Folclore (IGC) de la OMPI**

El Comité Intergubernamental sobre Propiedad Intelectual y Recursos Genéticos, Conocimientos Tradicionales y Folclore (IGC), tuvo su origen el 30 de abril de 2001 en el marco de la Organización Mundial de Propiedad Intelectual (OMPI).

Su objetivo es alcanzar un acuerdo o varios acuerdos que aseguren la protección eficaz y equilibrada de los recursos genéticos (RR.GG.), los conocimientos tradicionales (CC.TT.) y las expresiones culturales tradicionales (ECT).

En su Sexta Sesión celebrada en marzo de 2004, el (IGC), pidió que se elaboren las disposiciones en los siguientes temas:

- Recursos Genéticos
- Conocimientos tradicionales
- Expresiones culturales tradicionales y conocimientos tradicionales

El año 2014 se llevó a cabo la negociación de los 3 textos individualmente, dejando como resultado textos consolidados, pero no consensuados, en cada área.

La gestión 2015 se discontinuó las negociaciones y en lugar de ello se realizó el examen de las cuestiones transversales relativas a los RR.GG, CC.TT y ECT, balance de los progresos realizados y formulación de una recomendación a la asamblea general, la cual renovó el mandato para el 2016 y 2017.

Las negociaciones no llegaron a su término, por lo que el 2017 nuevamente se renovó el mandato para continuar con las negociaciones las gestiones 2018 y 2019 con el objetivo de concentrarse en cuestiones no resueltas y transversales.

En el proceso de negociación, se manifestó que el patentamiento de los Recursos Genéticos y los Conocimientos Tradicionales Asociados, se efectúa a través de prácticas desleales y una progresiva apropiación indebida de los recursos y los conocimientos que luego son un aporte fundamental al sistema de patentes mundial, ya que dejan de lado el consentimiento fundamentado previo, las condiciones mutuamente convenidas y una participación justa y equitativa en los beneficios, según se establece en el CDB y su Protocolo de Nagoya.

En consecuencia, los puntos en conflicto del proceso de negociación del IGC de la OMPI son:

La divulgación de Origen

- El consentimiento fundamentado previo
- La compensación justa y equitativa.

La divulgación del origen (Disclosure) de los recursos genéticos y los conocimientos tradicionales es el punto de inflexión y distanciamiento entre los países desarrollados que no aceptan el mismo y los países en desarrollo y megadiversos que exigen que se cumpla el requisito de divulgación.

Al respecto, la postura sobre la defensa de nuestros recursos genéticos y conocimientos tradicionales, versa en los siguientes aspectos:

- La no patentabilidad de formas de vida en forma de recursos genéticos y sus derivados, como se encuentran en la naturaleza o por el simple hecho de ser aislados.
- Los recursos genéticos y sus derivados tal como se encuentran en la naturaleza o aislados de ella no deben considerarse invenciones y, por lo tanto, no deben concederse derechos de propiedad intelectual sobre ellos.
- Los conocimientos tradicionales son de naturaleza inalienable, indivisible e imprescriptible de los derechos morales asociados a los conocimientos tradicionales.
- Establecer que los conocimientos tradicionales son de naturaleza colectiva por lo tanto no se los puede catalogar como derechos de propiedad intelectual.

## Referencias

Revista publicación de la OMPI N° 450(S), Ginebra, Suiza <http://www.wipo.int/about-ip/es/>. Visita realizada el 26 de noviembre de 2014.

MINTZBERG, Henry “Patentes Absurdas: Las Pruebas señalan que la Industria está fuera del Control Social”, Canadian Medical Association Journal 15 de agosto de 2006.

BORGE, Mariela. 2012, La producción de alimentos genéticamente modificados: ¿Cuáles controversias rodean a este tipo de producción?, CEGESTI Éxito Empresarial, N°202. [http://www.cegesti.org/exitoempresarial/publicaciones/publicacion\\_202\\_160712\\_es.pdf](http://www.cegesti.org/exitoempresarial/publicaciones/publicacion_202_160712_es.pdf). Visita realizada el 1 de diciembre 2014.

Flasco Argentina 2013” Estudio cadena de valor de la Industria Farmacéutica en Uruguay (Salud Humana)”

Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Amazonía (COICA), Antonio Jacanamijoy, Diálogo sobre Comercio, Propiedad Intelectual y Recursos Biológicos y Genéticos en América Latina, Cuzco, Perú, 22 al 24 de febrero 2001.

Constitución Política del Estado, Gaceta Oficial de Bolivia

Convenio de Paris

Convenio de Berna

Acuerdos de Propiedad Intelectual relacionados al Comercio ADPIC

Decisión 486 Régimen Común sobre Propiedad Industrial

Decisión 351 Régimen Común sobre Derechos de Autor y Conexos

Decisión 345 Régimen Común sobre Variedades Vegetales

Decisión 391 Régimen Común sobre Acceso a Recursos Genéticos

Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas.

Biotecnología y Propiedad Intelectual: Un enfoque integrado desde el Derecho Internacional; Mario Melgar Fernández, 2005, México.

# **Tejiendo el vivir bien del pueblo Wounaan del Pacífico Colombiano. Proyecto educativo comunitario: aportes desde la cartografía social y la investigación participativa revalorizadora para la descolonización.**

Diego Armando Burgos Salamanca<sup>225</sup>

## **1. Introducción**

El devenir de los pueblos originarios del mundo, hoy se debate entre la supervivencia cultural (intraculturalidad) y la adaptación al metabolismo social global en el marco de la mundialización (interculturalidad). En ese proceso de aculturación, son diversos los pueblos que están rumbo a la extinción. Por otro lado la sociedad urbana, deambula en el tiempo-espacio, montada en una propuesta de desarrollo que va rumbo al desastre. Buena parte de esa relación asimétrica tanto la sociedad urbano-industrial como en buena parte los pueblos originarios están mediados por el desarrollo y tienen en común, su dependencia de la base natural para vivir. (Aunque existen diferentes posturas y significancias de lo que se entiende por vida, territorio y ambiente entre lo occidental y lo indígena) Lo anterior implica entender que las dinámicas del territorio, se abordan desde una perspectiva tras-compleja, basado en la multiescalaridad y la multidimensionalidad que en él se teje.

Así pues, es de entender que el territorio es producto de la interacción humana, donde se transforma el ecosistema natural en ecosistema artificial. El Primero no requiere de la mano del hombre para mantenerse, por el contrario el segundo, requiere de la base natural y la intervención humana

---

225      Correo electrónico: daburgos@uao.edu.co. Institución: Docente-investigador Facultad de Ciencias Básicas y Ambientales. Grupo de estudios ambientales para el desarrollo sostenible- GEADES. Universidad Autónoma de Occidente.

para su subsistencia, lo cual denota una relación asimétrica e insostenible en la relación sociedad-naturaleza, puesto que la base natural en esa relación de poder, no tiene el margen para su resiliencia ecosistémica. Este fenómeno no es ajeno en la reconfiguración de los territorios rurales. Propiamente en los territorios indígenas-originarios donde el desarrollo, la aculturación, la colonización y occidentalización mental-territorial-espiritual deambula con sofisticados y humanistas discursos antropocéntricos y eurocéntricos. Procesos instaurados en los distintos esquemas de organización social, uno de ellos es la educación sin contexto. Así pues el presente texto es un pretexto para compartir una experiencia de contexto indígena, en las selvas del pacífico colombiano. Proceso de educación propia emancipadora inter-intra cultural.

La educación occidental forma y uniforma al educando para ser útil al proceso económico, la educación bancaria carece de humanidad e identidad, tiene un tinte particular y es que se ha producido bajo los esquemas ideológicos dominantes y enajenantes y para suplir las necesidades del colonizador o para servir al modelo de desarrollo, este esquema es aún más complejo y de menor interés para los distintos actores que tienen injerencia en el bien-estar de los pueblos originarios, (aún se tiene la idea desde el pensamiento occidental que al indígena hay que salvarlo por medio de la religión, educarlo con la ideología inmovilizadora y civilizarlo con los valores antropocéntricos e individualistas).

El presente esbozo no es más ni menos que el producto de las reflexiones al interior de pueblo Wounaan del Bajo San Juan, quienes habitan el andén Pacífico colombiano en los departamentos de Chocó y Valle del Cauca, Colombia, en una de las selvas más biodiversas, mágicas y lluviosas del mundo. Las comunidades Wounaan preocupadas por el presente, pasado, ante-pasado y futuro del pueblo y del territorio del cual forman parte, se han visto en la obligación y necesidad de reunirse en comunidad para escuchar la palabra de la sabiduría antigua y desde los consejos de los mayores y en el dialogo de saberes, analizar la situación política del país y de la región. Revisar el estado en el cual se encuentran como pueblo indígena-originario, el peligro que enfrentan los pueblos originarios del Chocó, debido al modelo de desarrollo hegemónico, deshumanizado y desnaturalizado, este desarrollo lacerante se ve reflejado en el territorio a partir de megaproyectos de infraestructura, marítima, petrolera, minería, privatización del agua etc.



De este modo es visible como la colonización y la occidentalización de las mentes, corazones y de los territorios indígenas, ponen en jaque las culturas ancestrales y con ello, la manera de habitar y convivir fraternal y sustentablemente en la casa mayor-planeta Tierra.

El problema concreto que se aborda, y se presenta, está relacionado por la pérdida de la identidad cultural Wounaan, asentada en el Bajo río San Juan, y con ello todo el esquema de colonización y recolonización social-territorial del pueblo. Es por ello que a continuación se pretende Mostar como desde la investigación acción participativa se ha tejido un proyecto educativo comunitario descolonizador, con las comunidades Wounaan, en el andén pacífico Colombiano, como aporte al buen-vivir, vivir bien, en el marco de las epistemologías del sur.

El propósito del presente esbozo es compartir una experiencia de educación propia, enmarcada en las epistemologías del sur y el buen vivir, como praxis alternativa al desarrollo, desde una perspectiva intercultural. Este proceso se concretiza en una apuesta educativa innovadora y descolonizadora denominada Jooin Gayam o pensamiento de los mayores. Proceso de descolonización y desoccidentalización de la educación y los sistemas de vida local como aporte al buen vivir Wounaan.

¿Porque es pertinente construir un proceso de educación propia en un lugar lejano, olvidado y ensangrentado de la geografía Colombiana? Esta respuesta tiene diferentes matices, y ello depende del observador y desde que frente epistemológico o ideológico se mire. Para ello, el proceso que se ha creado o criado desde el seno del pueblo ancestral Wounaan, responde a un sentí-pensar propio y profundo de la sabiduría del pueblo Wounaan, implica poner en el aquí-ahora la sabiduría de los mayores del territorio, recuperar el pasado y antepasado de la maraña del tiempo y disponerlo para el cuidado de la casa común, del territorio material e inmaterial.

Este proceso tiene lugar en un territorio, caracterizado por su mega diversidad biológica, además de una abundante riqueza hídrica donde la configuran distintos pueblos Afro e indígenas originarios, este lugar es un punto caliente de biodiversidad, por su alta biodiversidad, pero también por la alta presión antrópica, así pues, el proceso de Jooin Gayam no solo es un

proceso para construir educación, este proceso nace desde el interior de pueblo como una estrategia de supervivencia cultural del pueblo, donde se permite construir desde una visión no antropocéntrica una relación fraterna y complementaria comunidad-natura, desde el pensamiento Wounaan donde el indígena es parte de la tierra-territorio-cosmos.

Por tanto, este proceso de descolonización es una apuesta de educación de contexto indígena, y está amparado en el marco normativo nacional e internacional que apoya los procesos para diseñar estrategias para salvaguardar el bien estar de los pueblos originarios. Este proceso educativo comunitario esta articulado desde el plan de vida o mandato mayor del pueblo Wounaan, y desde ahí se pretende aportar al buen-vivir vivir-bien de las presentes y futuras generaciones de este pueblo guardián de la selva y el rio de este rincón del choco Biogeográfico.

## **2. Acercamiento teórico al territorio y la cultura Wounaan**

La educación y más aún el método científico de occidente que tiene bases Kantianas y de Descartes, con ello todo el basamento histórico - filosófico Eurocéntrico, separa al hombre de la naturaleza y por más esfuerzos o adornos que se usa en la tecnocracia de la educación, aún se está lejos de hacer una educación necesaria. La educación aliena al ser humano integral, lo deshumaniza. De este modo es oportuno abordar algunos elementos teóricos para abrir el espectro que caracteriza el proyecto educativo comunitario Jooin Gayam. (BURGOS SALAMANCA, 2019).

Las transformaciones en el espacio acontecen por las relaciones sociales en el proceso de producción del espacio. Los objetos naturales o los elementos naturales también transforman al espacio, más son las relaciones sociales las que impactan en el espacio con mayor intensidad. La formación de territorios es siempre una fragmentación del espacio. De acuerdo con Mancano (tomado de Gottmann). “Los seres humanos necesitan construir sus espacios y territorios que garanticen su existencia” (GOTTMANN, 1973). Espacio y Territorio son categorías geográficas y son diferentes.

Por otro lado en investigación social, cuando se habla de métodos participativos se parte de tres elementos básicos clave, que son el territorio, la cultura y el saber local. Todo esto dispuesto en un escenario de dialogo, orientado por un proceso riguroso en su estructura, da las bases para la producción social de conocimiento, la reflexión crítica de la realidad y con ello una transformación las maneras culturales de habitar. Haciendo esta aclaración, se desglosa a continuación someramente el territorio desde la praxis Wounaan.

## 2.1. Territorio desde la noción indígena Wounaan

Se dice que el mismo Wounaan hace parte del territorio. El origen de los animales y del agua está ligado a su cosmovisión, donde sus líderes espirituales tienen dominio y ayudan a controlar la fauna de caza y los espíritus de la selva. El territorio es el espacio físico, pero a la vez existen otros mundos que, como lo dice (CAMAWA, 2005), “el mundo de nuestro Padre Mayor (primer mundo); el mundo de Dios hijo (segundo mundo); el mundo o tierra de los Wounaan (tercer mundo) y; el mundo donde habitan los seres llamados aharmie, seres que viven debajo de la tierra”.

Por lo tanto el territorio, lo colectivo y lo individual también esta expresado en otros contextos como en el pensar andino el ser humano no está separado, del territorio, de este modo, por ejemplo bajo el concepto de crianza, en términos de reciprocidad en los sistemas educativos indígenas andinos dice (RENGIFO, 2003):

La índole de lo humano en los Andes es la de estar “en relación”, es constitutivo, suyo la conversación, el diálogo, la participación, la vida comunitaria y no cada ser en sí. La comunidad, lo colectivo no es algo externo a lo humano, sino que es su propia condición. Al vincularse con los otros, es toda su comunidad la vinculante. De modo que lo que importa aquí es la armoniosidad colectiva, que se logra en la vida en comunidad y no cada una de las “formas en sí”; menos aún, una sola de sus capacidades como puede ser lo mental. Lo mental, en la vivencia andina, no está sola, sino estrechamente relacionada, eslabonada con los sentidos y toda la comunidad viviente que anida en cada ser.

El indigena Wounaan en este entendido no se piensa-siente territorio sin su comunidad humana y comunidad no humana con la que habita y configura el territorio en su total dimensión. El Wounaan no es Wounaan, si no tiene su gran río. La cultura del pueblo Wounaan pasa de lo simbólico a lo concreto, real o material acentuado en la vida cotidiana. De este modo la cultura Wounaan se caracteriza y materializa en la convivencia con el agua y la selva. Por ello el mito fundante de los Wounaan está asociado de alguna manera con el agua, la selva y ciertos animales y el rito implica dar vida en la práctica al mito.

## 2.2. Cultura desde el ser Wounaan

Concepto que proviene del latín *cultus* y deriva de la voz *colere*, del cual se ramifican diferentes acepciones como habitar, cultivar, proteger, honrar con adoración y el cuidado de las labores del campo. Por ende, esta palabra parece haberse trastocado y hecho una interpretación algo sesgada, puesto que la cultura radica en el campo, no en la ciudad, sin embargo en una relación simbiótica y complementaria el tejido campo-ciudad implicaría interpretar de una manera más articulada el concepto.

La cultura Wounaan, está fuertemente marcada por su historicidad y su mito fundante, donde el entendimiento del cosmos, el manejo y el entendimiento de la naturaleza, de los ciclos de las mareas, los ciclos lunares les permite vivir y convivir bien en armonía en el territorio. Parte de la identidad cultural Wounaan debe entenderse como una cultura antropofobia. Son gente de agua que habita la selva. Hoy la cultura Wounaan está en una tensión entre lo propio y la de afuera, es decir los procesos que construyen al interior del pueblo, se debaten entre la intra e interculturalidad. Por ello la cultura puesta en el diálogo de saberes es un pilar clave en la investigación social. Ya que es la cultura y los saberes propios los que se han ido perdiendo en el proceso de aculturación o como efectos del desarrollo, colonización, occidentalización o la globalización.

### 3. Educación, Colonialidad y Buen vivir

El andamiaje social, económico, político, productivo y en ello la educación, y la tecnología, están alineados para nutrir la propuesta del desarrollo a partir de desnutralizar la base natural y los saberes de las periferias o los no científicos. Ello se ha ido configurando en la modernidad las nuevas propuestas de la colonialidad del poder.

#### 3.1. Algunos apuntes sobre la colonialidad del poder

Cabe resaltar que la noción de colonialidad del poder fue el término dispuesto por el intelectual Aníbal Quijano, “para caracterizar un patrón de dominación global propio del sistema-mundo moderno/capitalista originado con el colonialismo europeo a principios del siglo XVI”. (QUINTERO, 2010).

La colonialidad, es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial / étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder y opera en cada uno de los planos, ámbitos, de la existencia cotidiana y a escala social. El colonialismo se refiere estrictamente a una estructura de dominación y explotación, donde el control de la autoridad política, de los recursos de producción y del trabajo de una población determinada lo detenta otra de diferente identidad y cuyas sedes centrales están, además, en otra jurisdicción territorial. Pero no siempre, ni necesariamente, implica relaciones racistas de poder. El colonialismo es, obviamente, más antiguo, en tanto que la colonialidad ha probado ser, en los últimos quinientos años, más profunda y duradera que el colonialismo (QUIJANO, 2014).

Este proceso de Colonialismo no se desvincula de la occidentalización, ambos caminan juntos, el colonialismo de hace sombra a la occidentalización, así pues, se debe entender la occidentalización como un segundo momento en el proceso colonizador, el cual también tiene unas etapas en la relación de poder mediada entre la imposición del colonizador, la rebeldía del colonizado y el resultado de la confrontación, que resulta en la resignación de los oprimidos o los aculturizados.

Por otro lado debe resaltar que el proceso de occidentalización a partir de finales del siglo XV, legó a la historia cultural de lo que se conoce hoy como América Latina una preocupación particular: hasta donde Latinoamérica es

parte de Occidente; es el extremo occidente o un espacio donde lo occidental es lo extraño frente a los legados de las culturas Amerindias y africanas. (MIGNOLO, 1995). Hoy por hoy parece que buena parte de esta América, o África, sirve de alacena al norte.

Así mismo es oportuno destacar un componente básico del grupo modernidad/colonialidad, y es la crítica de las formas eurocéntricas de conocimiento. Según Quijano y Dussel, el eurocentrismo es una actitud colonial, frente al conocimiento, que se articula de forma simultánea con el proceso de las relaciones centro-periferia y las jerarquías étnico/raciales. La superioridad asignada al conocimiento europeo en muchas áreas de la vida fue un aspecto importante de la colonialidad del poder en el sistema-mundo. Los conocimientos subalternos fueron excluidos, omitidos, silenciados e ignorados. Estos procesos dominantes están enquistados en la estructura social, tanto de la sociedad urbano industrial como en comunidades rurales e indígenas, en el caso del proceso de Jooin Gayam, es un ejemplo de re-pensar el proceso educativo desde lo local, y ello implica una metodología y una pedagogía crítica emancipadora, es decir una propuesta de descolonización y desoccidentalización.

Por otro lado (BONFIL BATALLA, 1989) afirma que,

El orden Colonial es por naturaleza excluyente, descansa en la incompatibilidad del colonizado y del colonizador, los propósitos de la colonización se cumplen solo en la medida en que cambie su forma de vida para ajustar a los intereses y necesidades de la empresa colonial.

La colonialidad del poder, también se ve reflejada en los saberes excluidos del discurso dominante, los saberes periféricos no son válidos para la ciencia, sin embargo en una propuesta emancipadora de educación, esos saberes que se nutren del seno del pueblo son igual de válidos, y son los que requieren ser identificados, valorados por métodos de investigación social, Por ello también el método de investigación social requiere ser descolonizado, mirar otros criterios, visibilizar otras voces y sentires. Hoy por hoy se requiere en método de investigación social emancipador, que deleve nuevos derroteros para nutrir desde el dialogo de saberes, otras epistemologías, ancladas en el sur geográfico y ontológico.

### 3.2. Educación y colonización y recolonización

La educación en el caso indígena ha sido un proceso atroz de aculturización, desde el sometimiento hasta la muerte, el texto aportado (ASOCIACIÓN DE CABILDOS INDÍGENAS NASA KWESX PIYAWAJXAS NUYINA CXHACXHA, 2011) dice:

La educación formal en territorios ancestrales se inicia con el proceso de colonización, orientado a evangelizar, castellanizar e hispanizar a los indígenas en aras de civilizarlos e integrarlos a las dinámicas de expansión del imperio español. Esto es a lo que los colonizadores llamaron “civilizar a los salvajes” y se llevó a cabo bajo el consentimiento y supervisión de la iglesia católica, labor que se legitima en 1887 con la firma del concordato entre el estado colombiano y la santa sede. Quiere esto decir, que después de los españoles, fueron los criollos y mestizos quienes siguieron considerándonos “salvajes” y por ende, asumiendo la educación como un medio para “sacarnos de nuestro estado salvaje”.

Por ello la educación en contextos indígenas son arma de doble filo. La educación colonizada puede ser otro instrumento de domesticación social, o por el contrario, se puede construir una educación de contexto. Es decir, se requiere hacer una discusión y reflexión de la educación y los modos de desarrollo para poderlos transformar. (FREIRE, 2012) Comenta, “el discurso de la imposibilidad de cambiar el mundo es el discurso de quien por diferentes razones acepto el acomodamiento, incluso se lucra de él. Por ende la lectura crítica del mundo es un quehacer pedagógico-político inseparable del quehacer político-pedagógico”.

Por tanto para hacer una lectura crítica del mundo, se requiere fortalecer capacidades en las comunidades locales y en la academia, a lo cual (DELGADO B Y MARISCAL, 2006), dice que, “asumir una educación intra e inter cultural supone un proceso interno de reflexión, análisis y una apertura a considerar las tendencias de los cambios globales para fortalecer e incorporar lo local.”

Cuando se habla de una educación de contexto, en una región como Colombia, indudablemente debe estar intrínseco la dimensión cultura y naturaleza, puesto que Colombia se configura como uno de los países más ricos en biodiversidad del mundo, por tanto la educación debe estar orientada,

para conocer, cuidar, defender la diversidad bio-cultural. Sin embargo el concepto de naturaleza que maneja occidente es un concepto cosificado de la vida, por ejemplo (GALEANO, 2001). Comenta:

La naturaleza esta fuera de nosotros, en sus diez mandamientos, Dios olvido mencionar a la naturaleza. Entre las ordenes que nos envió desde el monte Sinaí, el señor hubiera podido agregar, pongamos por eso, Honraras a la naturaleza de la que formas parte” pero no se le ocurrió.

O por otro lado cabe resaltar el aporte de Fausto Reinaga, al pensamiento de Abya Yala, algunos de sus postulados son radicales, como los planteados en (REINAGA, 1978), “el indígena es cosmos que camina”.

Lo anterior implica una visión no antropocéntrica de la vida y va más allá, ve el mundo articulado al cosmos.

### 3.3. Educación en la ancestralidad

La “educación” de las abuelas y abuelos en lo ancestral, presentaba una estructura de temas diametralmente diferentes a la educación occidental-cristiana, de tales temas podemos señalar algunos: La relación de la “Pacha” como el proceso “educativo”; o el cómo se “ relaciona” lo que nuestras abuelas y abuelos sintieron, vivieron, hicieron y comprendieron, haciendo la “sabiduría” y la “ practica” de la inseparabilidad del espacio-tiempo, con la Pacha; considerando a la Pacha, como la base real que define el “ hecho educativo” “originario” o ancestral en su modalidad de desenvolverse o de Estar siendo. Y, la unidad del mismo hecho educativo; las teorías del cosmo-conocimiento y del “Saber” o “sabiduría”, que fundamenta en lo “teórico” al proceso “educativo”, de nuestros ancestros o abuelas-abuelos-madres-padres-hijas-hijos ancestrales. Una propuesta educativa inspirada en la “educación ancestral” tiene que orientarse hacia la autodeterminación de toda la “nación total de un país” en su conjunto y de sus “naciones originarias” incluidas en su “interior” (ILLESCAS POMPILIA Y GONZÁLES GARCIA, 2002).



En este punto cabe resaltar a (TORRES CARRILLO, 2011) El cual comenta que,

Para Freire la educación nunca es neutra. Toda práctica educativa es política, así como la práctica política es educativa. Las prácticas educativas siempre son políticas porque involucran valores, proyectos, utopías que bien reproducen y legitiman, o bien cuestionan y transforman. La educación nunca es neutral, está a favor de la dominación o de la emancipación.

De este modo la educación propia, es un medio para criar conciencia colectiva en el escenario de aprendizaje, pensando en la escuela-territorio-comunidad como una unidad inseparable. El proceso de enseñanza-aprendizaje no es ajeno a la realidad cultural y a los sistemas de vida local.

### **3.4. Alternativas al desarrollo. Un aporte para las epistemologías del sur**

Las alternativas del desarrollo son todo aquello que se imprime y materializa con el sello del desarrollo, sin importar prefijos o sufijos. Todo se hace a nombre del desarrollo. Los prefijos y sufijos en la palabra desarrollo, no son más que mascararas que adornan el monstruo que es el desarrollo.

Por el contrario todo lo que se expresa desde las alternativas al desarrollo, es todo aquello distinto al desarrollo. Por ejemplo el buen-vivir vivir-bien de los pueblos originarios. De este modo podemos decir que el vivir bien o buen vivir es un alternativa al desarrollo y el vivir mejor hace parte del desarrollo, sin importar sus prefijos u sufijos.

Refiriéndose al desarrollo (DE SOUSA SANTOS, 2006) comenta, la industrialización no es el motor del progreso ni tampoco la partera del desarrollo. De una parte, la industrialización presupone una concepción retrógrada de la naturaleza, ya que desconoce la relación entre la degradación de la naturaleza y la degradación de la sociedad, protegida por dicha naturaleza.

Sobre las nociones emergentes al desarrollo, (GUDYNAS, 2011). Manifiesta que, “el Buen Vivir implica un cuestionamiento a las ideas contemporáneas de desarrollo, y a su apego al crecimiento económico y su incapacidad para

resolver los problemas de la pobreza, sin olvidar que sus prácticas desembocan en impactos sociales y ambientales”. Cabe decir que las alternativas al desarrollo son anteriores a los marcos teóricos y filosóficos del desarrollo, solo que fueron obligados al olvido y prohibidos en los escenarios de la vida cotidiana de las sociedades culturas donde se recreaban. Hoy apenas emergen en estos tiempos de cambio.

### 3.4.1. Buen-vivir, vivir-bien.

El vivir bien es un concepto contrapuesto al vivir mejor, incluso en Bolivia se ha teorizado e introducido en la Constitución Política (2008) en la cual se denota las virtudes del concepto, respeto, igualdad, solidaridad, armonía, reciprocidad, equidad, etc. todo con la firme intención de buscar el vivir bien.

### 3.4.2. Una aproximación a la traducción del concepto del buen vivir o suma qamaña.

En aymara se dice “suma qamañatakija, sumanqañaw”, que significa “para vivir bien o vivir en plenitud, primero hay que estar bien”, Saber vivir implica estar en armonía con uno mismo; “estar bien” o “sumanqaña” y luego, saber relacionarse o convivir con todas las formas de existencia.

El término aymara “suma qamaña” se traduce como “vivir bien” o “vivir en plenitud” que en términos generales significa “vivir en armonía y equilibrio; en armonía con los ciclos de la Madre Tierra, del cosmos, de la vida y de la historia, y en equilibrio con toda forma de existencia”. (HUANACUNI, 2010).

En concordancia (ALBÓ, 2009) plantea que:

El termino vivir bien, o en Aymara Suma Qamaña, está planteado como uno de los grandes principios ético-morales de la sociedad plural [también denota], como el concepto está enmarcado en lo económico (Art. 306, 313) en lo educativo (Art. 80) e incluso en otras lenguas como el Guaraní y Quechua (Art. 8).

### 3.5. Sobre el sistema educativo indígena propio

Los sistemas educativos indígenas propios, deben partir más que de la buena fe, requieren una reflexión crítica profunda, esa reflexión debe estar orientada en doble vía, a nivel endógeno y exógeno, eso va a permitir orientar los esfuerzos desde la directrices del plan de vida de vida o mandato mayor y hacer una educación intra e inter cultural, según corresponda a cada contexto. Teniendo en cuenta una noción crítica de la educación (MCLAREN, 2005). Comenta, “La pedagogía crítica evita todo enfoque de la pedagogía que la redujera a la enseñanza de habilidades de miras estrechas y aisladas de los debates y contextos de discusión en los que se las utiliza”.

#### 3.5.1. Componentes del SEIP.

El SEIP es un proceso integral conformado por tres componentes que se mencionan a continuación y cuyos desarrollos están en el documento “Perfil del SEIP” los cuales se describen a continuación.

- **Político-organizativo.** Se refiere a los fundamentos: históricos, territoriales, culturales, político organizativos, ley de origen/derecho mayor, articulaciones externas y sus efectos.
- **Pedagógico.** Relaciona las pedagogías indígenas propias, sus procesos pedagógicos, principios pedagógicos, el Plan Educativo Indígena, Cultural, Comunitario y Territorial, el Proyecto Educativo Comunitario, Semillas de vida y educación universitaria.
- **Administración y gestión.** Contiene los principios de administración propia, el rol de las autoridades indígenas, la estructura del SEIP, órganos de participación, espacios de diálogo de saberes, la administración del SEIP, el relacionamiento de los dinamizadores. (COMISIÓN NACIONAL DE TRABAJO Y CONCERTACIÓN DE LA EDUCACIÓN PARA LOS PUEBLOS INDÍGENAS - CONTCEPI, 2013).

#### **4. Proyecto educativo comunitario Jooin Gayam. Un aporte al buen vivir Wounaan y a las epistemologías del sur**

Las comunidades Wounaan ancestralmente han materializado su existencia al margen del desarrollo (sin negar el proceso intercultural y su actual agrado, dependencia y destello por las ventajas, comodidades y satisfactores que genera este en los sistemas de vida). Es decir la praxis Wounaan está marcada por otras epistemologías, ontologías y gnoseologías, praxis que han heredado del pasado y antepasado del territorio.

Estos factores se constituyen como aspectos y saberes alternos al desarrollo, estarn por fuera del discurso eurocéntrico y el método científico, esos saberes excluidos son los que hoy están brotando y nutriendo una mirada en el marco de las epistemologías del sur. Y entran en diálogo intercultural con la modernidad.

Por otro lado está el saber-hacer-sentir íntimo y profundo del pueblo, el cual se constituye en el buen vivir, vivir bien desde la perspectiva Wounaan, ese saber-hacer-sentir se materializa en la intraculturalidad Wounaan, ello denota el estar-siendo desde lo más profundo del pensar Wounaan.

Esos factores inter-intra culturales son los que se exponen en una apuesta de educación propia, en el marco de un proyecto educativo comunitario descolonizador. El proyecto educativo comunitario PEC, da cuenta del sentir propio del pueblo en miras de construir su educación, cuál es su fin y sus metas, sin olvidar el cómo lo van a lograr.

El PEC, Es la estrategia que contribuye al desarrollo del Plan de vida y dinamiza la construcción de política educativa de cada pueblo, centrado en su territorialidad, organización, cultura y jurisdicción propia. Recoge y propone alternativas a las problemáticas productivas, eco-ambientales, sociales, culturales, armoniza y fortalece los procesos educativos, potencia el aprender a ser, sentir, pensar y pertenecer a su propia cultura, al igual que a compartir y aprender de otras culturas, entre otros. En el marco de los proyectos educativos comunitarios está amparado y estructura el proceso de Jooin Gayam. (COMISIÓN NACIONAL DE TRABAJO Y CONCERTACIÓN DE LA EDUCACIÓN PARA LOS PUEBLOS INDÍGENAS - CONTCEPI, 2013).

Lo que se espera con el proyecto educativo comunitario planteado desde Jooin Gyam, es aportar a la permanencia cultural del pueblo y de poder cuidar y convivir bien con las otras formas de vida del territorio y en sintonía con otros modos de pensar el mundo, pero así mismo se espera, que surjan nuevas ideas en otras comarcas para caminar la palabra, la desobediencia epistémica, la rebeldía educativa, la desescolarización de la educación y evitar la educación bancaria

Jooin Gayam es la luz que alumbra el camino del devenir del pueblo ancestral Wounaan como estrategia de supervivencia cultural y gobernanza social del territorio.

#### **4.1. Ubicación geográfica donde se cría la propuesta de Jooin Gayam**

El Bajo San Juan está ubicado en el sur occidente del departamento del Chocó, al occidente del Pacífico colombiano, en una de las zonas de mayor biodiversidad en el mundo. Gran parte de los territorios Wounaan se encuentran en el Municipio de Litoral del San Juan el cual fue creado en 1993, en el departamento del Chocó) y parte del municipio de Buenaventura en el departamento del Valle del Cauca. La cuenca del San Juan de recibe un promedio anual de lluvia 7277 mm. Las temperaturas medias en el área son del orden de los 27°C. Y se encuentra entre los 0 y los 100 msnm, y una humedad relativa del 100%. El delta del río San Juan tiene aproximadamente 800 km<sup>2</sup> de extensión y una línea costera estuarinas aproximadamente de 44 Km. de longitud, incluyendo la superficie de agua del río, sus brazos, esteros y bahías. Los ecosistemas del Chocó han sido extensamente afectados y se encuentran entre los más amenazados del mundo (KATTAN, 2003).

#### **4.2. Comunidad Wounaan**

Los Wounaan de antaño vivían a orillas del río San Juan separados unos de otros, no existían resguardos y se reunían para hacer mingas con fines solidarios o para hacer sus fiestas tradicionales. Las comunidades con las cuales se trabaja la presente investigación social son las siguientes. Burujón con 267 habitantes, Guarataco, con 147 habitantes y las Palmas con 89

habitantes. El Idioma es el Wou-meu, pertenece a la familia lingüística choco. La lengua Wounaan es bastante homogénea y no posee variedades dialécticas como la lengua Embera.

#### 4.2.1. Los mundos del desde el pensamiento Wounaan.

La cosmovisión de los Wounaan contempla cuatro mundos o niveles en su universo, los cuales están ordenados desde los mundos superiores donde permanecen sus dioses y llegan las almas de algunas personas, hasta los mundos inferiores donde viven los Wounaan, los animales del monte y del agua, los árboles, las palmas y otras plantas silvestres, los cultivos, otras gentes y seres entre los que están diferentes espíritus. Mundos en el orden que les asigna la cultura Wounaan. /Maach Ai Pomaam jeb/, el mundo de nuestro padre mayor o nuestro Dios padre (primer mundo), /Ewandam jeb/, el mundo de Dios hijo (segundo mundo) /Wounaan jeb/, el mundo o la tierra de los Wounaan (tercer mundo), /Aharmia jeb/, el mundo de los /Aharmia/ (cuarto mundo). (CAMAWA, 2005).

#### 4.3. Narrando como se tejió el proceso Jooin Gaym

El método las herramientas y lo que se ha contado en el devenir de los pueblos, ha servido para contar la historia desde los opresores, otros serían los decires si el pueblo, la estructura de la base social, o los oprimidos contarán o cantarán sus historia.

Por tanto el método para dar vida al sueño colectivo del pueblo Wounaan del Bajo San Juan, parte de la construcción colectiva de saberes, se enmarca en el diálogo el respeto, el saber escuchar y el saber decir. Por ende es de vital importancia el saber de la memoria de los mayores y mayores. A ellos se acude para nutrir la praxis de hoy. Desde ahí, desde lo endógeno y con algunos esquemas de la sociología latinoamericana, se teje un proceso de emancipación educativa para la supervivencia de un pueblo indígena y la convivencia con las otras formas de vida.

Este trabajo se pensó como una utopía, en la selva del Choco, en dialogo con las comunidades Wounaan en el año 2012, (con algunos antecedentes y reflexiones anteriores y disipadas desde el año 2008) hasta la fecha han transcurrido siete años.

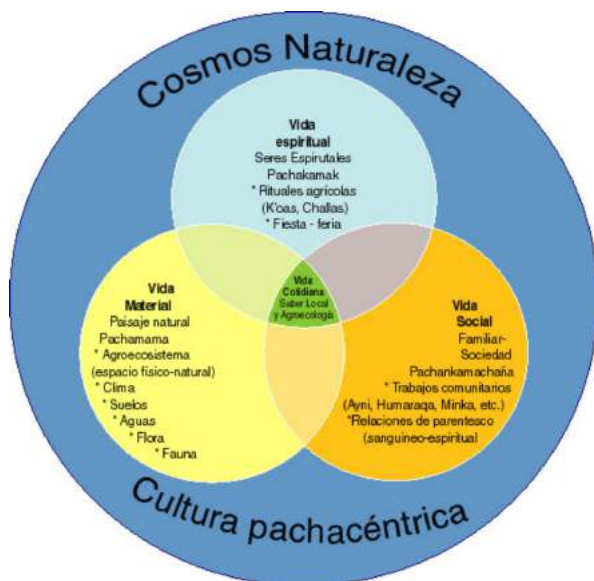
Este trabajo se nutre de los aportes del enfoque metodológico propuesto por AGRUCO, denominado Enfoque Histórico Cultural Lógico y el método Investigación Participativa Revalorizadora -IPR-, que son trascendentales para el dialogo y confrontación de saberes.

#### 4.4. El Enfoque Histórico Cultural Lógico

El enfoque metodológico utilizado en nuestro proceso está sustentado, básicamente, para el trabajo comunitario, desde una perspectiva revalorizadora de la vida cotidiana en comunidades indígenas originarias, Este enfoque busca comprender la vida de la comunidad en su quehacer cotidiano, estudiando las alternativas y el porqué de sus actividades para asegurar la reproducción y producción de vida. Este enfoque interpreta cada hecho de la vida cotidiana de las familias indígenas y campesinas a partir de tres ámbitos de vida: la vida material, la vida social y la vida espiritual, teniendo en cuenta el tiempo-espacio (Pasado, presente y futuro), continuo -discontinuo.

Con referencia a este enfoque, DELGADO Y ESCOBAR (2006) manifiestan que:

Lo novedoso de este enfoque es que, además de considerar la vida social y la vida material relacionadas a las ciencias sociales y naturales, respectivamente, considera la vida espiritual como parte de la vida cotidiana y se traduce en la esencia del enfoque histórico cultural lógico con una perspectiva transdisciplinar, intra e intercultural.



**Figura 1** - Vida material, espiritual y social. Enfoque histórico cultural lógico (Delgado y Escobar, 2006).

La Investigación Participativa Revalorizadora -IPR- es un método de trabajo socio-comunitario, que le proporciona sentido a la construcción de esta investigación social. Se aborda desde el dialogo de saberes en el presente y viajamos en el tiempo, a través de la memoria de los mayores, irrumpimos en el olvido inducido por la occidentalización o por la maraña del tiempo, traemos al presente la memoria histórica y la compartimos entre todos y todas, como soplo que aviva el fuego y el calor, como rizoma que brota para germinar la vida.

#### 4.5. Cartografía socio-comunitaria

La cartografía social es más que la elaboración de mapas participativos, es la excusa para el encuentro de un grupo social determinado y que se constituye en un territorio determinado para conversar, reflexionar sobre asuntos determinados de pasado-presente-futuro de la comunidad en el territorio. Por tanto el propósito de la cartografía social no es solo hacer un diagnóstico participativo, cartografía social en el marco de la Investigación acción participativa o la investigación participativa revalorizadora implica a parte de hacer un diagnóstico social participativo, también debe propender



de generar empoderamiento social, fortalecer la intraculturalidad y reducir las brechas intergeneracionales al interior de una comunidad, y desde ahí, aportar a que la comunidad este en guardia frente a agentes externos, y con esa preparación este en capacidad de conversar con criterio sobre lo relacionado al territorio-cultura.

La cartografía socio-comunitaria la denomina así, puesto que más que población o sociedad, se pretende hacer o tejer comunidad y juntos caminar y forjar la propuesta-acción de educación propia. La cartografía es la excusa para reunirnos todos y todas en un mismo espacio-tiempo, compartir la palabra, expresarnos mediante Dibujos, mapas sociales, relatos, cuentos, mitos, leyendas, recorridos por el territorio. La cartografía implica plasmar en mapas nacidos desde y en la comunidad, lo que es el territorio actualmente y navegar en los ríos de la memoria hacia el pasado, reconstruirlo y desde ahí, identificar porqué actualmente se está como se esta.

En esa reflexión crítica de la realidad, se hace un esbozo de lo que se quiere en un futuro para el territorio y la vida cotidiana, ese futuro soñado se logra a partir de la reflexión crítica de las prácticas cotidianas, a partir de la investigación acción comunitaria, donde a partir de la gobernabilidad social del territorio se empieza a gestar el proceso de cambio para transformar aquello que no es del agrado o que lacera el medio natural-cósmico.

La cartografía social invita a la minga de ideas, a encontrarse en el dialogo de saberes y tejer la palabra para llevar a la realidad en la práctica social. Según (ANDRADE Y SANTAMARÍA, s.f) “cartografía es el instrumento, lo social el método y las metas fundamentales: generar procesos de producción de conocimiento para convivencia y fortalecer la participación”. La cartografía es el elemento que ayuda a abstraer de la memoria, todos aquellos momentos, sentimientos importantes para la comunidad. De igual forma ayuda a ubicarse espacial, temporal y cronológicamente a los participantes. Siendo esta una construcción colectiva sobre la historia de la comunidad-territorio a partir de fermentar las ideas y compartirla mediante el dialogo, mapas, dibujos, esquemas del territorio, etc. Para (BURGOS Y BURGOA, 2009), la cartografía es, “un mecanismo para apoyar el proceso de empoderamiento de la comunidad en cuanto a su cultura-territorio”.

La cartografía se ha trabajado en tres tiempos, pasado, presente y futuro, teniendo en cuenta las diferentes relaciones de poder que se tejen en el territorio entre los diferentes actores y factores de presión, las relaciones que se tejen y entretejen son sociedad-sociedad, sociedad-naturaleza, sociedad-estado, sociedad-economía. Esta cartografía es un aporte para el empoderamiento social y fortalecer la gobernabilidad social de la comunidad en el territorio. A continuación se describen algunas preguntas que se abordan en los conversatorios, mapas y dibujos para la cartografía social. Así pues la cartografía es la excusa para el encuentro, para hacer un conversar de conversares entorno a la realidad local, regional, nacional o internacional. La cartografía social implica formar sujetos políticos en el marco de las relaciones de poder que se configuran en el marco de las avanzadas del desarrollo y los megaproyectos.

Tabla 1. Preguntas para la cartografía.

	Pasado	Presente	Futuro
Alimentar	¿Cómo nos alimentábamos?	¿Cómo nos alimentamos?	¿Cómo nos queremos alimentar?
Sanar	¿Cómo nos sanábamos?	¿Cómo nos sanamos?	¿Cómo nos queremos sanar?
Saber	¿Cómo sabíamos?	¿Cómo sabemos?	¿Cómo queremos saber?
Educar	¿Cómo nos educábamos?	¿Cómo nos educamos?	¿Cómo queremos educarnos?
Vivir	¿Cómo vivíamos?	¿Cómo vivimos?	¿Cómo queremos vivir?
Pescar	¿Cómo era pesca?	¿Cómo es la pesca?	¿Cómo queremos que sea la pesca?
Cazar	¿Cómo era la caza?	¿Cómo es la caza?	¿Cómo queremos que sea la caza?
Economía	¿Cómo era la economía?	¿Cómo es la economía?	¿Cómo queremos que sea la economía?

Propuesta de preguntas base para trabajar cartografía social en tres tiempos (pasado-presente-futuro).

Con el método y herramientas con las cuales se teje Jooin Gayam Se resignifica la vida cotidiana Wounaan, aportar a la conservación del territorio y la cultura como aporte al buen vivir de todos, Si el territorio y toda su biodiversidad que lo configura están bien, por sinergia el pueblo estará bien, porque los Wounaan son una extensión del territorio. Jooin Gayam, nace del pensamiento del sur y desde el estar-pensar-sentir la madre-territorio.

## 5. Resultados

Las comunidades del bajo San Juan, que han tejido este proceso, son el territorio mismo, y por ello buscan vivir en complementariedad con todas las formas de vida que habitan el territorio. Por ello abogan por el cuidado y bien estar de los seres con los que conviven, pues a partir de ellos pueden vivir, con el alimento que proporcionan, las maderas para realizar las canoas, viviendas y demás herramientas que elaboran, pero que también complementan al hacer uso de recursos externos al territorio, los cuales deben obtener con dinero.

### 5.1. Algunas evidencias desde el dialogo de saberes y la cartografía social

A pesar del paso del tiempo y del aumento de asentamientos, al representar el territorio en la cartografía social se puede reconocer que el territorio se mantiene, sin embargo algunos procesos van en contravía, que lo presionan al límite de tener especies animales y vegetales al límite de la extinción. Existen en la actualidad más parcelas familiares y el aprovechamiento de madera se hace más recurrente, lo que da explicación a la escasez y pérdida de seres naturales o biodiversidad. Así como al territorio y sus seres, en nosotros los Wounaan las enfermedades han aumentado y, por lo anterior se dice que el Territorio está enfermo. En respuesta a estas situaciones, se ha destinado espacios o zonas de reserva, y también definido tiempos de caza y pesca, siempre en concordancia con la cosmovisión, y las maneras propias de entender las manifestaciones de la naturaleza, según la luna, los tiempos de verano e invierno y el consejo de nuestros mayores, autoridades, Benkhuum.

Por otro lado los suelos, en el territorio no se han caracterizado por ser fértiles, pero es oportuno destacar que desde la construcción de la carretera a Bahía Málaga a la fecha, se siguen viendo los impactos sobre el agua del río y en la biodiversidad, además por la presencia constante de motores y de basura que se arroja al río. Desde afuera han planificado mal el desarrollo y eso ha generado mal estar a las comunidades. Algunos proyectos no han consultado con los cabildos y han pasado por encima de la palabra y la decisión de las autoridades locales.

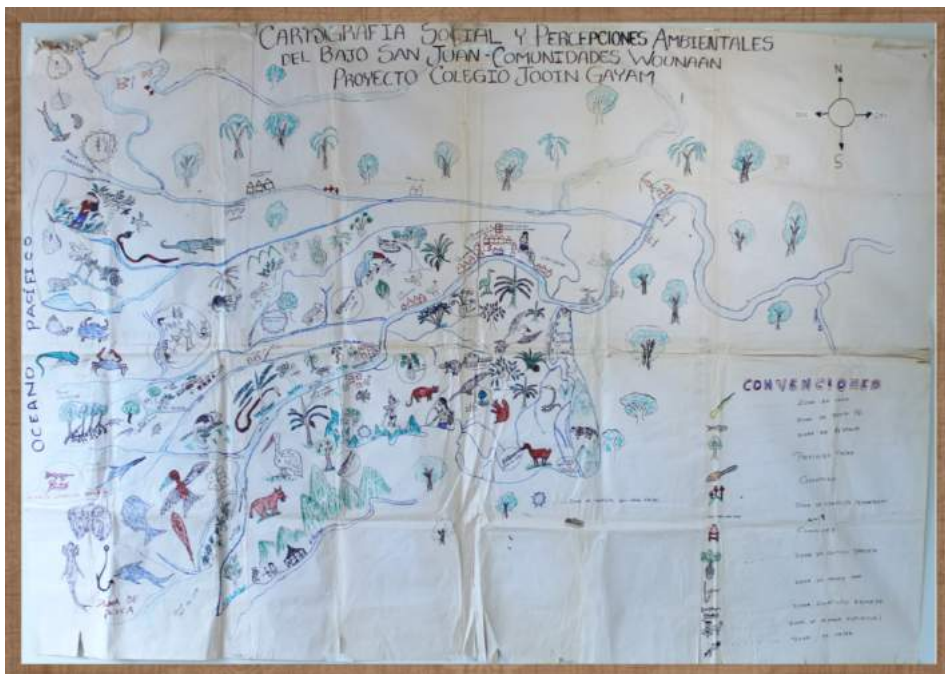
En el territorio, se sienten seguros, sin embargo no se desconoce la presencia de conflicto armado en la periferia y en ocasiones logran impactar a las comunidades y a comunidades afrodescendientes. Cazar y pescar, como actividades cotidianas para la sobrevivencia las desarrollan haciendo uso,

para el caso de la caza, de la escopeta artesanal (se ha hecho más común), lampareando y con el acompañamiento del perro y para el caso de la pesca, el montar tola, uso de atarraya, con anzuelo y lampareando, son actividades que se mantienen. Sin embargo, en ambos casos, lo que se obtiene del monte y del río o quebradas, ya no es como antes. Factores como la contaminación, la minería aguas arriba, la tala indiscriminada y técnicas inapropiadas -externas y locales- como el uso de trasmallo de ojo pequeño, de dinamita y barbasco en tiempos pasados, han ocasionado que la pesca no sea tan satisfactoria como antaño. Igual sucede al salir de caza.

Las condiciones actuales, tanto naturales como inducidas por los seres humanos, desde las comunidades asentadas, han generado afectaciones al río y al monte, lo que hace que sea cada vez más difícil, conseguir buen pescado incluso en las quebradas y carne de monte, por ello se debe comprar el pescado que es vendido por los afro, cuando bajan en sus canoas de comunidad en comunidad, sobre el río San Juan.

En el mapa de cartografía social elaborado por las comunidades se evidencia la abundancia de la diversidad del territorio, lo anterior representado en fauna y flora. El territorio se caracteriza por una exuberante riqueza de peces, aves y mamíferos. De los cuales las comunidades se sirven para garantizar la soberanía alimentaria, ya que los Wounaan son cazadores, recolectores, pescadores y agricultores a menor escala.

Otro factor para destacar en el mapa de cartografía social es la riqueza hídrica, lo cual supone que los Wounaan son una cultura anfibia, pues, los sistemas de vida trascurren en o sobre el agua. La viviendas o comunidades están asentadas a la orilla del gran río San Juan como se evidencia en el mapa y las quebradas son las arterias por donde se introduce a la profundo de la selva.



**Figura 2** - Mapa cartografía social y percepciones ambientales comunidades Wounaan del bajo río San Juan Chocó-Colombia.

### 5.1.1. Descripción mapa cartografía socio-comunitaria del presente de Burujón.

Esta comunidad está asentada de manera lineal al río, es una de las comunidades más grandes de la zona y está al lado de la comunidad de San Bernardo, las cuales están divididas solo por un pequeño desagüe de una quebrada, además de que pertenecen a distintas organizaciones, sin embargo las relaciones socio-comunitarias son estables.

La comunidad tiene una población de 267 habitantes 43 casas, divididas en 49 familias. En esta comunidad se encuentra la escuela Nuestra Señora de la Sabiduría que atiende primaria con 114 estudiantes, además es en esta comunidad que funciona el colegio Jooin Gayam. La comunidad está ubicada estratégicamente, pudiendo dar cobertura y fácil acceso a comunidades tanto deltaicas como también las de zonas más alejadas al mar. Además, cuenta con dos canchas de fútbol y buenos salones para el funcionamiento de primaria como secundaria.

También cuenta con un espacio para primera infancia donado por Instituto Colombiano de Bienestar Familiar ICBF, el cual cuenta con panel solar, nevera, baños, manejo de agua lluvia y tanque de almacenamiento. La comunidad está rodeada por una quebrada, así mismo, la comunidad a partir del Colegio tiene una parcela demostrativa la cual consta de una hectárea, donde se tiene sembrado, plátano, banano, papa-china, Lulo y yuca. La comunidad está asentada al lado del departamento del Chocó, parte de sus parcelas, zonas de cacería y aprovechamiento forestal están al lado del departamento del Valle del Cauca. En la actualidad existen tres tiendas de orden comunitario.(Figura 3).



| **Figura 3** - Mapa cartografía social. Comunidad indígena-originaria de Burujón.

### 5.1.2. Sobre la propuesta del tejido de saberes de Joojin Gayam.

A partir del diagnóstico socio-ambiental y educativo de las comunidades, se construyó de manera participativa y desde el dialogo de saberes el tejido de saberes del proceso educativo comunitario.

El proyecto educativo comunitario de Joojin Gayam, institución educativa Wounaan, es una de educación propia, que cumple con los estándares en cuanto a tiempo y forma del sistema educativo oficial de Colombia,

sin embargo no se orienta para formar educandos para un sistema laboral occidental, por tanto no se orienta por competencias. La propuesta de Jooin Gayam se orienta para generar educandos para el territorio Wounaan. No es una educación que busca formar bachilleres que migren del territorio buscando afuera, sistemas de vida ajenos y enajenantes. Es una educación de convivencia y para la supervivencia cultural del pueblo indígena Wounaan.

El tejido de saberes de Jooin Gayam da cuenta a nivel interno lo que para sistema educativo oficial es la malla curricular. Sin embargo, el saber de los pueblos Wounaan esta articulado al sistema de vida cotidiana, entonces, en la propuesta educativa Wounaan se hablara de tejido de saberes. Y este a su vez de divide en otros factores que se describen más adelante.

El tejido de saberes es el “QUÉ” y el “CÓMO” se desenrolla el potencial del saber-hacer-sentir desde la praxis Wounaan. El tejido de saberes del PEC es el resultado de los saberes desde al año cero hasta el grado once. El tejido de saberes es la estructura académica que da cuenta el PEC de Jooin Gayam. Desde el año cero hasta el grado once.

### 5.1.3. El proceso de vida.

En Jooin Gayam es lo que implica para la educación oficial occidental el año lectivo y toda su carga académica en lo que se refiere a asignaturas. Por tanto la suma de procesos de vida del año cero hasta el grado once sumaria todo el tejido de saberes de Jooin Gayam. Es decir configuran el saber ser-estar de los Wounaan.

### 5.1.4. El ciclo de vida.

Es el saber que se va construyendo año tras año, el cual va dando sustento y forma al cosmo-pacha-visión Wounaan. Por lo tanto, el ciclo de vida es el modo específico en lo que occidente considera asignatura. Entonces, la suma de los ciclos de vida, conforman un año lectivo. Cada ciclo de vida a su vez está constituido por tópicos que fundamentan y articulan la información-conocimiento y saber de Jooin Gayam a nivel micro o específico y trans-complejo.





| **Figura 4** - Gráfica de espiral para el tejido de saberes Jooin Gayam.

## 6. Conclusiones

El proyecto educativo comunitario Jooin Gayam, es una apuesta desde la educación propia, para aportar a la permanencia cultural y digna del pueblo y el territorio toda vez que El Choco Biogeográfico por su riqueza hídrica, forestal, minera, y su baja densidad poblacional es un espacio oportuno, atractivo y de interés para el desarrollo de megaproyectos extractivistas, productivos, ya que la inversión social y el acompañamiento institucional público en esta región es precario. Por tanto los megaproyectos en esta región y en la periferia están a la orden del día, es así como en las últimas décadas las comunidades que habitan en Choco han quedado en jaque frente al extractivismo y otros procesos económicos y fenómenos de conflicto armado entre los distintos grupos armados, (guerrillas, paramilitares, bandas criminales, ejército) Por tanto procesos de empoderamiento social a partir de procesos educativos críticos, metodologías participativas y construcción de sueños colectivos en términos sociales y ambientales, productivos en-para el territorio permite tener estrategias para afrontar la devastación social y ambiental que se está generando y el que se avecina.



Esta propuesta-acción de educación que emana del sentir Wounaan es un proceso que tiene su rizoma como alternativa al desarrollo, no para el desarrollo, se trata de aportar al buen-vivir, vivir-bien colectivo y del territorio. Esta propuesta de amor por la tierra y la cultura nace del pensamiento del sur y desde el sentí-pensar la madre-territorio. Pensando el legado que se le heredara a las futuras generaciones Wounaan y un aporte a la sociedad urbana, esto en razón a lo que implica habitar la selva más biodiversa del Mundo.

El Proyecto Educativo Comunitario de Jooín Gayam es un instrumento que permite generar y dinamizar una educación de contexto, descolonizada y revalorizadora de la cultura ancestral Wounaan. Debido a que responde a las maneras culturales de estar-hacer-sentir-pensar. Por lo tanto el PEC como instrumento aporta a la unión y fortalecimiento de los pueblos Wounaan y un relacionamiento armónico-complementario con otras miradas indígena-origenarias, campesinas, afros, la sociedad urbano-industrial

## 7. Referencias

- Albó, X. (2009). *Suma Qamaña: El buen convivir*. La Paz, Bolivia: Centro de Investigación y Promoción para el Campesinado -CIPCA-.
- Andrade, H., & Santamaría, G. (s.f.). *Cartografía social: el mapa como instrumento y metodología de la planeación participativa*. Obtenido de <http://fundaaldeas.org>: <http://fundaaldeas.org/web/index.php/articulos/49-cartografia-social-el-mapa-como-instrumento-y-metodologia-de-la-planeacion-participativa>
- Asociación de cabildos indígenas Nasa Kwesx piyawejxas nuyina Cxhacxha. (2011). *Elementos de reflexión para caminar la educación propia*. Colombia: Unidad de artes gráficas.
- Bonfil Batalla, G. (1989). *México profundo. Una civilización negada*. México: Grijalbo.

- Burgos, D. A., & Burgoa, P. (2009). *Taller apoyando innovaciones locales -AIL-. Propuesta identificación y uso de plantas medicinales en la comunidad originaria Aymara de Tallija*. Cochabamba, Bolivia: AGRUCO.
- Burgos Salamanca, D. A. (2019). *Proyecto educativo comunitario desde la sabiduría de los mayores o desoccidentalización de la educación indígena-originaria para el vivir bien y las epistemologías del sur. Aportes desde el pueblo Wounaan del bajo San Juan-Chocó-Colombia*. Mexico : Instituto McLaren de Pedagogía Crítica.
- CAMAWA. (2005). *Maach Thumaankhun Durr. El territorio de todos nosotros. Plan de vida del Pueblo Wounaan y Siepien del Bajo San Juan*. Bajo San Juan: BID-Plan Pacifico.
- CAMAWA. (2005). *Maach Wounaan/Siepien Khiir. Jug. Cosmovisión Wounaan y Siepien, interpretando desde el Sentimiento*. Dicordó, Chocó: Instituto de Investigaciones Ambientales del Pacífico - IIAP.
- Comisión Nacional de Trabajo y Concertación de la Educación para los Pueblos Indígenas - CONTCEPI. (2013). *Perfil del Sistema Educativo Indígena Propio - SEIP*. Bogotá: CONTCEPI.
- de Sousa Santos, B. (2006). *Conocer desde el Sur, para una cultura emancipatoria*. Lima, Perú: Fondo editorial de la Facultad de Ciencias Sociales - UNMSM.
- Delgado B, F., & Mariscal, J. (2006). *Educación intra e intercultural. Alternativas a la reforma educativa neocolonizadora*. Bolivia: Plural editores.
- Freire, P. (2012). *Pedagogía de la indignación. Cartas pedagógicas en un mundo revuelto*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Galeano, E. (2001). *Úselo y tírelo. El mundo del fin del milenio, visto desde una ecología Latinoamericana*. Buenos Aires: Planeta.
- Gottmann, J. (1973). *The significance, of territory*. Charlottesville: The University Press of Virginia.

- Gudynas, E. (2011). *Buen vivir: germinando alternativas al desarrollo*. Quito, Ecuador: ALAI.
- Huanacuni, F. (2010). *Vivir bien/Buen vivir. Filosofía, políticas, estrategias y experiencias religiosas*. La Paz, Bolivia: Instituto Internacional de Integración (III-CAB).
- Illescas Pompilia, J. M., & Gonzáles Garcia, J. (2002). *Acerca de la educación en el mundo originario Preinca. En el territorio donde se formaría el Tahuantinsuyo y el Qollasuyo Qochapampa-gollasuyo*. Cochabamba, Bolivia: Ediciones Tukuy Riqch'arina.
- Kattan, G. (2003). *Bosques andinos y subandinos del departamento del Valle del Cauca*. Cali: CVC.
- McLaren, P. (2005). *La vida en las escuelas. Cuarta edición*. México: Siglo XXI.
- Mignolo, W. D. (1995). *OCCIDENTALIZACION, IMPERIALISMO, GLOBALIZACION*. Revista iberoamericana.
- Quijano, A. (2014). *Cuestiones y horizontes De la Dependencia Histórico-Estructural a la Colonialidad/Descolonialidad del Poder*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Aníbal Quijano; selección a cargo.
- Quintero, P. (2010). *NOTAS SOBRE LA TEORÍA DE LA COLONIALIDAD DEL PODER Y LA*. Centro de Estudios Interdisciplinarios en Etnolingüística y Antropología Socio-Cultural.
- Reinaga, F. (1978). *El pensamiento amautico*. Bolivia: Imprentas Unidas.
- Rengifo, G. (2003). *La enseñanza es estar contento, educación y afirmación cultura andina*. Lima: PRATEC - Proyecto Andino de Tecnologías Campesinas.
- Torres Carrillo, A. (2011). *La educación popular. Trayectoria y actualidad*. Caracas, Venezuela: Universidad Bolivariana de Venezuela.

# Estado e pilhagem no Alto Rio Negro

Felipe Pereira Jucá<sup>226</sup>

Muitas atividades mineradoras foram freadas pelas demarcações de terras indígenas a partir do início dos anos 1990, instadas por reivindicações desde o advento da Constituição vigente, que viabilizou as mobilizações de associações indígenas em busca de reconhecimento territorial. Conheci São Gabriel da Cachoeira em 2011, não por motivações acadêmicas, mas puramente profissionais e à época não tinha nenhuma relação com a Universidade e a pesquisa. O ofício de advogado estava me proporcionando tal experiência. E, ali vivendo, com o passar do tempo notei que um assunto vinha à tona recorrentemente sem que fosse diretamente provocado: a mineração.

É comum que moradores desse município, que fica no extremo noroeste da Amazônia brasileira, onde vivem vinte e três etnias indígenas, guardem lembranças com o passado não tão distante que movimentou para lá muitas pessoas e algumas empresas. Entre eles, há ex-garimpeiros que deixaram a atividade e continuaram morando na pequena cidade. Há outros que tentariam a aventura e desistiram, acabando por tornarem-se motoristas de táxi, se envolvendo com alguma atividade comercial, fizeram família e por fim se radicaram.

No entanto, a exploração de minérios ali não ficou no passado. Nota-se lojas de joias, bem como ourives laborando na cidade, embora sejam poucos e não-indígenas. Alguns comerciantes circulam carregando no pescoço cordões de ouro com pepitas do metal nobre dependuradas como pingentes, sem qualquer constrangimento ou temor de roubo. Outros ainda se utilizam do ouro para adornar os dentes, como é o caso do de um homem conhecido na cidade chamado jocosamente de “boca rica”, em alusão à referida prática. Não é difícil ver pessoalmente pequenas quantidades de ouro na posse de

---

226 Advogado, Mestre em Antropologia Social – PPGAS/ UFAM, Assessor da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Estado do Amazonas e pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia-PNCSA.

pessoas comuns, que haviam trocado ou comprado com vistas à valorização e venda posterior, senão para simplesmente deixar com um ourives habilidoso que produza joias. Certa vez presenciei um homem oferecendo a seu credor, como pagamento de uma dívida que ficava em torno de um salário mínimo, cerca de 8 gramas de ouro. Segundo ele, era “ouro do Pico, o mais puro que tem na região”, referindo-se ao Parque Nacional Pico da Neblina, que fica na Terra Indígena Yanomami.

Os fatos observados indicam que, embora não haja empresas mineradoras explorando esta atividade em terras indígenas, as demarcações não impedem, na prática, o entrusamento de não-índios para realizar garimpagem ilegal, visando principalmente o ouro que ali pode ser encontrado em diversas partes do território.

E, como as lutas sociais nunca cessam, nem tudo está garantido em relação à territorialidade conquistada. É que a região em tela também possui enorme potencial em outros minérios para além do ouro, pelo que se cogita ser a maior jazida de nióbio do planeta. O atual candidato à presidência da República de extrema-direita, militar da reserva, com um discurso fortemente armamentista e entusiasta da política neoliberal, profere discursos que contrariam as disposições constitucionais a respeito da demarcação de terras indígenas, além de declarar-se favorável à anulação de algumas demarcações – prometeu, em campanha, “nenhum centímetro a mais” de terras para os índios. Alinha-se, outrossim, ao discurso de fazendeiros e latifundiários, prometendo porte de armas para se defenderem das ações de “invasores”, como denomina o movimento popular que reivindica reforma agrária. Antes mesmo de vestir a faixa presidencial, já sugeria que movimentos populares são inimigos do poder e devem ser confrontados. Fato digno de nota é que, mesmo antes do início da campanha, já sondava o município de São Gabriel da Cachoeira, recebido com entusiasmo pelos colegas militares que lhe prestam apoio.

Assim, reúnem-se indicativos de que os interesses norteadores das ações dos Poderes da República, dos atos de Estado, estão diretamente vinculados aos movimentos do mercado e não à reparação de direitos historicamente cassados e subtraídos. Neste diapasão é que se vê a fragilidade do Estado Democrático ao se considerar, teoricamente, o instrumento de apropriação de direitos e de resistência dos povos e comunidades tradicionais, mas que ao

mesmo tempo não possui representatividade nas Casas Legislativas de modo a obter a força política necessária para assegurar os direitos conquistados e seguir caminhando rumo à autonomia plena. Pelo contrário, a força política que há no Congresso Nacional é contrária aos interesses dos povos indígenas, procurando facilitar e agilizar processos de licenciamento e modificar a legislação que rege o direito de minerar em terras indígenas.

Como reação às vedações à exploração de minérios nesses territórios, tramita no Congresso Nacional Projeto de Lei 1.610/1996 que “dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em Terras Indígenas”, visando regulamentar os artigos da Constituição Federal que tratam do tema. Com a recente ruptura democrática em 2016, movimentos contrários ao reconhecimento e estabelecimento de tais proteções ganharam força em meio às políticas públicas que prometem acelerar a economia e retomam a discussão sobre a viabilidade de pesquisas em prospecção de minérios do subsolo onde vivem inúmeras comunidades de diversas etnias indígenas. No contexto atual, importa lembrar que “a natureza etnocêntrica de numerosos discursos jurídicos justificam a pilhagem a ponto de o Direito tornar-se, paradoxalmente, ilegal” (NADER, 2013, p. 4).

Cabe destacar que, antes da promulgação da atual Constituição Federal, os requerimentos de pesquisas eram endereçados diretamente ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. A partir daí, como consta no texto normativo, o Congresso Nacional é quem deve autorizar, tirando do âmbito administrativo o poder de decidir sobre tais requerimentos, deslocando-o para o Parlamento. *In verbis*:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

O neoliberalismo toma novo fôlego, com vistas a seduzir os integrantes de povos e comunidades tradicionais a se aliarem a tais movimentos. O atual gestor municipal - que é indígena - manifesta-se favoravelmente à abertura de terras indígenas para a exploração de recursos minerais. As declarações dos moradores da cidade é de que o seu discurso para chegar à vitória nas urnas se fundamentou, principalmente, na promessa de que viabilizaria a atividade nas comunidades. O contexto de capitalismo já conhecido no município fomenta o economicismo ao mesmo tempo que produz muitos questionamentos quanto aos direitos que podem ser subtraídos.

Em audiência pública na Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN, no ano de 2017, o procurador do município negou tal interesse do Executivo Municipal reiterando a proibição e, portanto, a inviabilidade para as atividades mineradoras. Na mesma oportunidade, o procurador, que é indígena, lembrou também que a atividade de mineração não se limita apenas à extração de ouro e que há outras riquezas que podem ser aproveitadas do subsolo. Com a presença de muitas lideranças de comunidades indígenas, foi possível notar que algumas estavam interessadas na regulamentação da mineração pelos próprios índios, como alternativa de renda diante de um cenário econômico desfavorável e as dependências criadas pelo mercado na sede do município.

No afã de conferir legitimidade aos atos do Estado, o Direito vem sendo usado como uma tecnologia que favorece e permite a pilhagem, “um mecanismo que podia ser providenciado por agências de desenvolvimento internacional ou por empresas privadas. (...) O poder neoliberal poderia então impor, em extraordinária continuidade com a ordem colonial, uma versão do Estado de Direito que, em vez de restringir ou controlar, fortalece o gigantesco modelo empresarial de atividade econômica” (NADER, 2013, p. 52).

A pretensa repetição da pilhagem dos recursos naturais por grandes empresas mineradoras, aparentemente blindada pelas demarcações de terras indígenas onde vivem vinte e três povos indígenas, tem produzido certa mobilização por parte das associações que seguem divididas e preocupadas com uma possível ameaça à territorialidade, tragédias ambientais ou ainda pelas consequências econômicas negativas.

A tão sonhada prosperidade material que se imagina repentina, com efeito possui todos os indicativos de ser passageira, altamente favorável às mineradoras e pouco rentável para os povos indígenas. Como exemplo, no aludido Projeto de Lei consta que a participação nos resultados da lavra em favor das comunidades afetadas poderá ser a partir de dois por cento do faturamento bruto.

Art. 6º As condições financeiras referidas no artigo anterior incluem o pagamento às comunidades indígenas afetadas de:

I - renda pela ocupação do solo; e

II - participação nos resultados da lavra

(...)

§2º A participação da comunidade indígena nos resultados da lavra não poderá ser inferior a dois por cento do faturamento bruto resultante da comercialização do produto mineral, obtido após a última etapa do processo de beneficiamento adotado e antes de sua transformação industrial.

No ano de 2012, várias organizações indígenas e indigenistas se manifestaram contra o relatório aprovado durante a tramitação do Projeto de Lei 1.610, dentre elas a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, através de Nota Pública da Rede de Cooperação Alternativa - RCA, como se vê abaixo. Os principais reclames versam sobre a falta de consulta aos povos que poderão ser afetados, bem como da demora em aprovar o Estatuto dos Povos Indígenas, como legislação específica em harmonia com a Constituição atual.

1. A Comissão não ter realizado consultas aos povos indígenas por meio de suas organizações representativas e mediante procedimentos adequados, conforme determina a Convenção 169 da OIT, para o caso de elaboração de medidas legislativas que os afetem diretamente. Consultas pela internet, audiências públicas com a participação de algumas lideranças indígenas e seminários informativos não são processos de consulta.

2. O relatório da Comissão não respeitar o que está disposto na Constituição Federal, nos artigos 176 e 231, especificamente no que se refere à manifestação do interesse nacional e à oitiva aos povos indígenas na exploração mineral em Terra Indígena, permitindo a mineração em qualquer situação e;



3. A Comissão ter ignorado as discussões sobre o tema ocorridas em vários seminários regionais e nacionais, que resultaram no Título VI, Capítulo I, da Proposta para o Estatuto dos Povos Indígenas, discutida e aprovada no âmbito da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) em 2010.

**E, portanto, reivindicam:**

**4. Que o Congresso Nacional avance na aprovação do Projeto de Lei do Estatuto dos Povos Indígenas (PL 2057/91), que regulamenta o tema, em tramitação há mais de 20 anos.**

**5. Que o Congresso Nacional desenvolva mecanismos adequados para o cumprimento da obrigação de consultar os povos indígenas sobre medidas legislativas que os afetem diretamente, conforme o estabelecido na Convenção 169 da OIT.** (grifamos).

Como indica Nader, a pilhagem revela continuidade colonial e consiste no “mais significativo dos fatores que produzem e sustentam a pobreza no mundo” (NADER, 2013, p. 38). Ademais, o trabalho de racionalização confere eficácia simbólica às decisões judiciais, ignorando o que há de arbitrário nos processos e reconhecendo as determinações do campo jurídico como legítimas (BOURDIEU, 2016, p. 234). Assim, o Estado de Direito surge na modernidade também como o meio pelo qual se dá o verniz de legalidade que garante a validade de atos políticos comprometedores em face de povos e comunidades tradicionais.

Faz-se necessário atentar para o fato de que, desde a democratização há 30 anos, as demarcações de terras indígenas se mostram frágeis e possivelmente podem ser descaracterizadas em detrimento de interesses capitalistas. E esta ameaça pode ser legitimada pelo próprio Estado de Direito, caso a tramitação de um projeto de lei com este teor avance em direção à aprovação por deputados e senadores.

Circunstâncias como essa podem ser capazes de provocar novas reflexões a respeito de potenciais ilegalidades franqueadas pelo Estado de Direito, assim como do relevante papel dos agentes sociais comprometidos em resistir às investidas do poder e à fabricação de leis que afetam os ideais democráticos e emancipatórios dos povos e comunidades tradicionais. Como previsto legalmente pelo mesmo Estado que relativiza suas conquistas e seus

avanços, os povos indígenas desejam ser ouvidos e participar ativamente da política nacional, tendo respeitados os dispositivos normativos nacionais e internacionais voltados para sua proteção, de maneira que as leis não sejam reformuladas para legitimar novos prejuízos coloniais.

É de bom alvitre ressaltar que a categoria “desenvolvimento” é linear, evolucionista e, portanto, coloca os povos indígenas em situação de “atraso”, como praticantes de uma economia pré-industrial e necessitada da produção de riquezas, sem considerar a assimetria. Harvey (2011) nos mostra como investimentos empresariais pesados podem causar prejuízos ambientais irreparáveis. Mas não apenas isso: consolidando uma classe de produtores que exploram o meio ambiente e concentram a renda gerada, inevitavelmente restará às classes subalternizadas o status de camponeses sem terra.

O “milagre econômico” levado a cabo no Brasil em meados do século XX, na visão de Davis (1978), é determinante para que compreendamos a atual situação dos índios no Brasil, principalmente da região amazônica. As estratégias de desenvolvimento foram devastadoras para diversas populações autóctones que viviam nas regiões ainda inexploradas pelo mercado. Em suas palavras, “considerações econômicas e não mais humanitárias passaram a formar a base da política indigenista no Brasil” (DAVIS, 1978, p. 32).

O que outrora foi feito sob um regime autoritário, agora é sorrateiramente autorizado por um estado de direito dito democrático, onde o campo de luta é a produção de leis que autorizem novas maneiras de explorar recursos naturais em terras indígenas. No caso do Alto Rio Negro, os indígenas lograram demarcar suas terras a fim de garantir a gestão de seus territórios e impedir a reiteração dos atos coloniais que levam os povos tradicionais à atual condição de vulnerabilidade e constante ameaça das investidas neoliberais. As soluções para conter a pilhagem não serão alcançadas no protagonismo da ciência antropológica, nem dos juristas, nem dos políticos encarregados de fazer funcionar a máquina estatal, mas sim na dialogia, relação e efetiva oitiva dos interesses das comunidades afetadas.

## Referências

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Edições 70. Lisboa/Portugal. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 1998.

DAVIS, Shelton. **Vítimas do milagre**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1978.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Pechanski. São Paulo. Boitempo editorial, 2011.

MATTEI, Ugo e NADER, Laura. **Pilhagem**: quando o Estado de Direito é ilegal. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo. Editora Martins Fontes, 2013.

# Da violência aos dramas sociais: a instituição de Unidades de Conservação em territórios quilombolas no Rio Trombetas/PA

Juliane Pereira dos Santos<sup>227</sup>

## 1 - Introdução

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre os dramas sociais, resultantes dos efeitos dos “atos de Estados” por via das políticas ambientais, vivenciados pelos quilombolas do rio Trombetas, município de Oriximiná, Estado do Pará, a partir de 1979, quando da criação Reserva Biológica do Rio Trombetas (REBIO). Trata-se de unidade da política ambiental, de uso indireto<sup>228</sup>, estimada em 385.000ha, criada no mesmo ano da consolidação da exploração da bauxita (matéria-prima do alumínio) pela Mineração Rio do Norte (MRN), instituída em um território ocupado por unidades sociais que, contemporaneamente, se autoidentificam enquanto *comunidades remanescentes de quilombos*.

Por *dramas sociais*, resultantes de conflitos que incidem sobre as condições de existência material dos indivíduos, trabalharei segundo a concepção adotada por Turner (2008). Para este autor, os *dramas sociais* são “unidades de processo anarmônico ou desarmônicos que surgem em situação de conflito”, que podem culminar em rupturas e crises.

---

227 Bacharel em Ciências Sociais (UFAM/2017), mestranda no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política na Amazônia (PPGCSPA/UEMA/2017-2019), bolsista Capes/FAPEMA.

228 Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as unidades de conservação são divididas em dois grupos, que são as unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. A reserva biológica está inserida no grupo de proteção integral, assim como a estação ecológica, os parques nacionais, os monumentos naturais e as áreas de refúgio de vida silvestre. Nessas categorias, são permitidos o uso indireto dos recursos naturais, visitação turística e pesquisas científicas devidamente autorizadas.

Para Bourdieu (2014), o Estado não deve ser pensado a partir de suas funções, mas sim de seus efeitos no mundo social, é através de suas entranhas que podemos identificar como a violência simbólica se afirma.

Sou cientista social e quilombola, nascida na comunidade Palhal, a quarta daquele rio, onde morei efetivamente até os 11 (onze) anos. Depois mudamos para Cachoeira Porteira, a última das 33 (trinta e três) comunidades do rio Trombetas, onde meus pais residem atualmente. Somos descendente dos antigos mocambos do Trombetas e, desde o início ações de conservação da natureza gerenciados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e posteriormente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) na “região”, ficamos imersos nesse drama.

Dado esse prisma, a reflexão proposta terá como pano de fundo os fatos que vi, ouvi e observo no âmbito das relações sociais que mantenho com meus parentes e interlocutores no alto rio Trombetas. “Ainda que a relação de pesquisa se distinga da maioria das trocas de existência comum, já que tem por fim o mero conhecimento, ela continua, apesar de tudo, uma *relação social* que exerce efeitos sobre os resultados obtidos” (Bourdieu, 2008, p. 693).

A caráter introdutório, é interessante lembrar que no Brasil a instituição de Unidades de conservação (Ucs), está dividida em dois momentos: antes e depois de 2002, ano em que o Brasil ratifica a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), adotada em Genebra em 1989. “*Trata-se do respeito aos direitos da minoria étnica, especialmente no que respeita ao direito de pleno uso e ocupação de seus territórios* (Lopes, 2013, p. 63).

Embora haja uma falha na aplicabilidade do direito a consulta prévia e informada, esse é um mecanismo constitucional que pode ser acionado pelas comunidades, o que na década de 1970 não estava previsto na legislação brasileira.

As políticas autoritárias da Reserva Biológica do Trombetas, além de usurparem as terras historicamente ocupadas por quilombolas, compreendidas como *terras de uso comum*, restringiram o acesso coletivo aos recursos naturais, interferindo na vida das famílias quilombolas que organizam seus modos de existência física e social através da pesca, da caça, da coleta da

castanha, da farinha oriunda das roças, da extração de óleos vegetais como a copaíba e andiroba, entre outros. O impedimento de seu acesso aos recursos naturais “corresponde a negação de sua existência enquanto grupo fortemente identificado com seu território de uso” (ACEVEDO E CASTRO, 1998, p. 208).

Contudo, ao mesmo tempo que se proíbe determinadas práticas sociais dos quilombolas, os navios cargueiros de vários países como Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra, Japão transitam livremente abaixo da base, levando a bauxita, alguns animais silvestres que são vendidos internacionalmente a preços exorbitantes e deixando para trás a devastação, a poluição da água, do ar e do solo, mascarado pela ideia uma empresa “sustentável”.

Parto da hipótese de que essas relações conflitantes entre quilombolas e as políticas ambientais, é resultante do modo como o Estado e a iniciativa privada se articulam estrategicamente para explorar a natureza de forma degradante, colocando os povos tradicionais como ameaça tanto ao meio ambiente quanto aquilo que classificam como o “progresso” do país, do estado e do município. Ramachandra Guha (2000), enfatiza que a *“conservação da vida selvagem não é somente extensiva: é também um grande negócio.”*

A instituição de uma unidade de conservação face ao território quilombola, resignifica a forma de uso da terra, ao passo que esse pacto firmado pelos agentes sociais, entra em conflito com as regras impostas pelo órgão que administra os limites da “área protegida”. Isto certamente, configura-se em atos de violência contra aqueles que descumprem o conjunto de regras “preservacionistas”, afetando, inclusive, o direito constitucional de ir e vir nos rios, lagos, furos, cabeceiras, igarapés e as matas que sempre tiveram acesso livremente. Analisando as situações sociais dos quilombos no rio Andirá/AM, Ranciaro (2016, p. 48) argumenta que tanto o espaço quanto os agentes sociais são politicamente ressignificados em razão dos conflitos configurados nas unidades sociais.

A esse respeito Leite (2010, p. 19), associa a violação dos direitos humanos à própria invisibilidade, ancoradas em tecnologias de controle e manipulação circunscrita ao mundo letrado, cuja atuação está relacionada “ao uso abusivo da máquina estatal”. Para Bourdieu (2014, p. 34), o Estado representa o monopólio da violência simbólica, ao passo que, segundo ele, a violência simbólica é a condição da posse do exercício do monopólio da própria violência física.

## 2 - A instituição da política ambiental no Trombetas: tramas e os dramas

Nos últimos cinquenta anos, mais precisamente após a década de 1970, período em que a problemática das questões ambientais repercutiram a nível mundial, face a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, onde vários países assumiram o compromisso de “preservar e melhorar o ambiente humano”, os discursos de proteção ambiental vem ganhando um público amplo e difuso no Brasil. Termos como desenvolvimento sustentável e sustentabilidade vem se tornando jargões que transcede os ambientalistas, perpassando por entidades estatais, indústrias, comércios, fábricas, mineradoras, ONGs, cooperativas e associações.

Em se tratando das unidades de conservação na Amazônia, Barreto Filho (1997, p. 4) ressalta que “foi no âmbito mesmo das políticas de desenvolvimento e integração nacionais dirigidas para a região que se geraram e implementaram as primeiras e mais importantes uc’s da Amazônia”. Eu diria que a adoção de políticas ambientais nas áreas de interesse dos denominados “megaprojetos”, como o projeto Trombetas, surgem como uma espécie de eufemismo, na medida em que a ideia de um empreendimento sustentável impregnado de conotação positiva, ganha a legitimidade da sociedade, invisibilizando os efeitos ambientais e sociais. Para Bourdieu (2014), quando uma política não é questionada no sentido de fazer de outra maneira, ela é reconhecida como legítima, cuja eficácia está fundamentada na crença de seus princípios.

Diante desse cenário de batalha simbólica e inversão de papéis, os quilombolas foram tidos como os verdadeiros vilões, tanto no que diz respeito a conservação do meio ambiente, quanto ao que é acatado publicamente através do “discurso” do poder como “progresso” ou “crescimento daquele município.

Sob esse prisma, antropólogos e historiadores tem chamado a atenção para os ilegalismos que foram gerados no entorno das práticas sociais dos quilombolas, que vivem na calha do Trombetas desde o século XVIII, quando houve a fuga de escravos das fazenda de cacau e gado de municípios do Oeste do Pará (Acevedo e Castro, 1998; Farias Junior 2016; O’Dwyer, 1995, Funes);

A partir de uma concepção antropológica, O'Dwyer (1995, p. 256), assevera que essa lógica de globalização envolvendo “a implantação de um grande projeto de extração mineral em seu território e as ações de vigilância e controle sobre os grupos negros do Trombetas, define as práticas culturais desses grupos como transgressão a legislação.”

Analisando o caso dos quilombolas do lago do Moura, situado entre a Mineradora e a base e do IBAMA Erepecu, Farias Junior (2010, p. 120) ressalta que “a busca da sobrevivência passou a ser ilegal, com punição prevista em lei e ainda perdas financeiras e patrimoniais, como a apreensão de motores rabeta, malhadeiras, canoas, etc”.

Considerando os casos de preservacionismo na África e Índia, Guha (2000), evidencia que a criminalização dos grupos residentes nas áreas de interesse de implantação de Unidades de Conservação (Ucs), é uma estratégia global que tem por objetivo o esvaziamento desses espaços para atender demandas não apenas de ambientalistas, mas de diversos grupos com interesses específicos.

## 2.1 - “As bases de apoio” e a lógica da segurança e insegurança

Para a materialização da vigilância na calha do Trombetas, mais precisamente da posição do núcleo urbano da mineradora, denominado Porto Trombetas e designado popularmente pelos quilombolas como “companhia”, “Feira”, até Cachoeira Porteira, a última comunidade do rio, foram fixadas três “base de apoio” em pontos estratégicos do rio, tanto do ponto de vista de visibilidade, quanto de uso dos recursos naturais.

É interessante lembrar que “base de apoio” é uma classificação das agências ambientais, que remete para o fato de que há uma situação de perigo, que para ter determinado controle há a necessidade de um reforço. Se para os agentes da REBIO, as bases representam a ordem e a segurança do rio; para os quilombolas o posto de fiscalização ou o flutuante como alguns se referem, com equipamentos sofisticados, simboliza a perda da liberdade que conquistaram há mais de duzentos anos. Sendo assim, ao invés de usar o termo “base de apoio”, utilizarei o termo *posto de vigilância* no sentido foucaultiano, na medida que a intenção é de se criar um espaço fechado, recortado, vigiado e controlado, o que para Foucault (1987), representam características do “modelo compacto disciplinar”.



Para além das lanchas do IBAMA que circulam no rio, foram fixados três postos de vigilância no entorno da REBIO, para quem o sobe, o primeiro está situado na entrada de um dos maiores lago do Trombetas, o Erepecu; inclusive o segundo foi construído na parte interna do lago, na localidade conhecida como Santa Rosa; por último tem-se o posto do lago Jacaré, localizado entre Tapagem e Abuí.

O Lago do Erepecú representa para os quilombolas um território auxiliar de recursos naturais e morada dos mortos<sup>229</sup>. Os agentes sociais da vizinhança, como Boa Vista, Moura, Pireira, Palhal e Juquiri e Jamari frequentavam o referido lago de janeiro a maio, período de safra da castanha do Pará ou do Brasil (*Bertholletia excelsa*) como é reconhecida atualmente. Após a safra, os grupos familiares retornavam para as suas “comunidades”. Retornando algumas vezes em busca de materiais para a construção de suas moradias, como palha, madeira e cipó ou ainda para a fabricação de canoas, o principal meio de transporte no Trombetas até os anos 2000.

Farias Junior (2010), chama atenção para os efeitos que a proibição de acesso ao Erepecú representou para os quilombolas do Moura.

Para se obter recursos como caça e pesca, madeira, até mesmo a palhade ubim, no lago do Erepecú (REBIO), só mesmo entrando clandestinamente, a implantação dessa UCs criou uma situação de desobediência civil, frente às pressões do órgão gestor em coibir o uso dos recursos na área. (Farias Junior, 2010, p. 119).

Isso reflete estruturas arquitetônicas das habitações dos quilombolas. Antes as casas eram construídas totalmente com materiais orgânicos, como a palha, seja de ubim ou caranã, esteios de acari, presos com cipó; atualmente quem passa pelo rio Trombetas no trecho entre Porto Trombetas e Cachoeira Porteira, se depara com a maioria das moradias cobertas com brasilit, com paredes e assoalhos de tábuas e, inclusive, casas de concreto oriundas das políticas de habitação para comunidades quilombolas do governo federal.

---

229 É no Erepecú que está situado o maior cemitério do Rio Trombetas, é lá que estão descansando os corpos dos antigos mocambeiros e grande parte dos quilombolas que vão a óbito no Trombetas, muito embora hoje algumas comunidades já possuam cemitérios próprios. Isso também como reflexo da restrições geradas no entorno da UC, que vem proibindo a expansão do cemitério do Erepecú.

Para além dos custos mais altos, são moradias mais quentes. Bourdieu (2014), classifica os atos de “Estado” como atos políticos autorizados, dotados de uma autoridade, cuja pretensão consiste em ter efeitos no mundo social.

O segundo posto está situado na parte interna do Erepecú, na localidade conhecida como Santa Rosa, essa é mais uma estratégia para controlar o fluxo de pessoas que deixam de entrar pela “boca do lago” que é como os agentes sociais se referem à entrada principal, e utilizam os furos<sup>230</sup> por eles conhecidos. Em razão de sua localização e pela dificuldade de acesso ao lago, esse posto é menos conhecido por quem visita o Trombetas.

O lago do Jacaré, onde está ancorado o terceiro posto de vigilância, assim como o Erepecu, é um lago vazio demograficamente, sendo também um território auxiliar de recursos naturais. Contudo, o objetivo do IBAMA nessa trecho do rio está relacionado à “proteção das praias”, enquanto locais de desova das quelônias, em especial a tartaruga da Amazônia.

As as regras de acesso são tão restritivas, que os quilombolas que residem acima dessas praias, entre setembro e dezembro, período de desova dos quelônios, limites de horário tanto para subir quanto para descer o rio, sendo permitida a passagem apenas no horário das 06:00 às 18:00 horas, ferindo mais um direito constitucional, que é o de ir e vir.

## 2.2 - “Aqui já foi muito farto, hoje a gente passa fome”: efeitos sociais da criminalização dos modos de vida dos quilombolas

A vigilância dos órgãos ambientais sob as estratégias de sobrevivência das unidades familiares no Trombetas, a priori, transcedeu o binômio proibido/ permitido. Consistiu em uma tentativa de neutralizar as formas sociais e romper com a autonomia que tínhamos, tanto no que se refere ao uso e manejo dos recursos naturais quanto aos saberes tradicionais; que são duas dimensões simbólicas essenciais para a reprodução social das famílias.

---

230 Os furos são passagens secretas, no meio das matas e igarapés que apenas os quilombolas conhecem.

Eu poderia citar inúmeras restrições que foram impostas quanto ao uso dos recursos naturais, mas optei em evidenciar por meio de dramas que estão vivos em minha memória. Talvez o leitor não compreenda como fatos da vida adulta que presenciei na infância estejam tão vivos na memória em um período superior a 15 anos. Nesse sentido, faz-se necessário lembrar que desde muito cedo, as crianças no quilombo participam ativamente da vida adulta por meio das atividades do cotidiano, isso é evidente desde a plantação dos roçados até o processo de fabricação da farinha, podendo ser aplicado as demais atividades. Ou seja, assim como os adultos, as crianças vivem de forma intensa esses dramas e que são levados para a vida toda.

O trecho que deu nome a essa seção é uma fala de um irmão de minha avó, tio Alcendino, morador da comunidade Boa vista, situada ao lado do empreendimento minerador e, conseqüentemente, mais afetada com as mudanças sociais provocadas pela exploração mineral e pela política ambiental simultaneamente. Nessa citação ele discorre acerca das dificuldades de subsistência após o início das operações da mineradora na região e as regras impostas pelas agências ambientais atuantes na REBIO. E era dessa forma que ele descrevia suas dificuldades a minha avó Miliana, que mora na comunidade Palhal Grande, um lago ainda pescável para a subsistência.

Ah mana, aqui está muito difícil de comida, se a gente não tiver dinheiro para comprar um frango ou uma carne lá na *companhia*, a gente morre de fome, aqui por perto eu fico o dia inteiro na proa da canoa e não pego nenhum peixe. (Alcendino Pereira, 1999).

Comecei a perceber que essa era a realidade da maioria das famílias, pois mesmo sendo *fichado* como eles se identificavam, o salário era insuficiente para suprir os gastos com alimentação, uma vez que tudo o que é comercializado no entorno da mineradora está sempre acima dos valores de mercado.

Os rejeitos da mineradora que chegam ao rio provocaram a escassez de peixe nas proximidades do empreendimento. Além disso, fixou-se uma série de restrições da pesca na “região”. Se por ventura os quilombolas fossem flagrados portando produtos “ilegais” como por exemplo materiais de pesca (malhadeira, arpão, tarrafa, zagaia) ou de caça como a espingarda, além

da apreensão do referido material, o quilombola era detido e muitas vezes espancado. A violência simbólica (Bourdieu, 2014) aguçava mais ainda as tensões sociais entre o órgão fiscalizador e os agentes sociais.

No inverno, os furos eram usados como estratégias para fuga das lentes do IBAMA, no verão a situação se tornava mais complexa, em razão das passagens secretas estarem secas, restando-lhes apenas o curso do rio, que por sua vez, era conhecido pelos *homens da lei*<sup>231</sup>.

A despeito disso, certos estigmas foram sendo construídos acerca dos vizinhos da mineradora, como por exemplo: preguiçosos, ladrões e inclusive esfamiados. Para Mattei e Nader (2013), a generalização e a criação de estereótipos para fins de controle é uma das estratégias mais poderosas para minimizar a complexidade dos diferentes contextos sociais, e justificativa da sua dominação, classificando os sujeitos como incapazes de autodeterminação.

Esse drama é elucidativo para refletirmos a dimensão social do problema aqui discutido. Apesar de que as regras de uso dos recursos naturais não se deram de forma passiva, o que implica que houve uma resistência no processo de implementação dessas políticas ambientais; não podemos descartar o fato de que seus efeitos foram perversos do ponto de vista estrutural, atingindo vários *campos da vida social*.

O social é constituído por campos, microcosmos ou espaços de relações objetivas, que possuem uma lógica própria, não reproduzida e irreduzível à lógica que rege outros campos. O campo é tanto um “campo de forças”, uma estrutura que constrange os agentes nele envolvidos, quanto um “campo de lutas”, em que os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, conservando ou transformando a sua estrutura (BOURDIEU, 1996, p. 50).

Nesse sentido, podemos afirmar que os efeitos sociais da política ambiental no Trombetas transcende a relação homem/natureza, podendo ser identificada nas mudanças de: a) *hábitos alimentares*, na medida em que as unidades familiares, principalmente, aquelas vizinhas à mineradora, como Boa Vista e Água Fria, são privadas dos alimentos naturais como o peixe,

---

231 A expressão *homens da lei* era utilizada pelos quilombolas para se referir aos fiscais do IBAMA que subiam o rio, acompanhados de policiais federais, com a finalidade de, usando termos foucaultianos, vigiar e punir determinadas práticas.

carnes de caças<sup>232</sup> e por uma questão de sobrevivência, inserem alimentos industrializados na sua dieta, a exemplo da sardinha, conserva, frango e raramente a carne bovina, devido ao alto custo; b) *nas relações comerciais*, uma vez que, com a fiscalização, a entrada de regatões ficou proibida, o que dificultou o acesso aos produtos que não são tirados da natureza como café, sabão, açúcar, fósforo entre outros.

### **3 - Estratégias de resistência: identidades coletivas e movimentos sociais**

No bojo desse conjunto de restrições apresentadas ao longo de todo esse trabalho, podemos destacar ainda a tentativa de fechamento das fronteiras sociais. A limitação do fluxo de pessoas externas na “região”, pode ser analisada de forma crítica, como o reforço dos velhos mitos criados no entorno da categoria quilombo, pautada na concepção arqueológica<sup>233</sup> oriunda do período colonial, com fulcro em uma interpretação biologicizadas.

Segundo Hall (2000), sob o efeito da globalização, as identidades estão cada vez mais posicionais, políticas, plurais e diversas; rompendo com o caráter fixo, unificado e trans-histórico.

Frederik Barth (2000), defende que o pertencimento identitário de um grupo étnico não está associado a fatores culturais, isolamento geográfico, tampouco pela consanguinidade, para ele a definição está nas relações que os grupos matêm entre si.

“Se um grupo mantém sua identidade quando seus membros interagem com outros, disso decorre a existência de critérios para determinação do pertencimento, assim como as maneiras de assinalar este pertencimento ou exclusão...As fronteiras sobre as quais devemos concentrar nossa atenção são evidentemente as fronteiras sociais, ainda que possam ter contrapartida territorial” (BARTH, 2000, p. 34).

---

232 Nesse conjunto de caças comestíveis temos: cutia, paca, tatu, porcos selvagem, anta, capivara, etc.

233 Segundo Almeida (2011, p. 59), a noção de quilombo engendrada na estrutura social de forma equivocada é uma concepção arqueológica que tem como referência o Conselho Ultramarino de 1740, impondo características determinantes como fuga, quantidade mínima de fugidos, localização marcada pelo isolamento geográfico, a existência ou não de moradia habitacional e a existência de pilão, considerando o pilão como símbolo do autoconsumo. Nesse sentido, alerta para a necessidade de nos libertarmos dessa concepção arqueológica.

Diante das ameaças de expropriação territorial, reprodução social e perda da autonomia provocadas pelos projetos ambientais e minerador é que os quilombolas passaram a organizar movimentos organizativos, de modo a construir uma identidade étnica. Essa dinâmica social pode ser percebida pela materialidade e/ou implementação das pautas de reivindicação do movimento mobilizatório no Trombetas a partir de 1989, com a criação da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO) e a Associação dos Moradores das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Cachoeira Porteira (AMOCREQ-CPT) fundada em 2003. O critério político-organizativo sobressai, combinando uma “política de identidade”, da qual lançam mão os agentes sociais, objetivados em movimento para fazer frente aos seus antagonistas e aos aparatos de estado (ALMEIDA, 2006, p. 26).

Dentre suas principais pautas reivindicatórias podemos citar o reconhecimento do direito territorial por meio da titulação de suas terras, o manejo dos recursos naturais principalmente no que se refere ao acesso aos castanhais; e a autonomia para a promoção das manifestações culturais.

A partir dessas estratégias dos movimentos sociais algumas conquistas foram significativas, como por exemplo a titulação dos territórios Boa Vista (1995), Água Fria (1996), Trombetas (1997), Erepecú (1998), Alto Trombetas I (2003) e Cachoeira Porteira (2018). Quanto a liberação dos Castanhais, há uma negociação entre as Associações e o IBAMA que emite uma liberação para a coleta da castanha.

## **Considerações finais**

As políticas ambientais autoritárias no Trombetas na medida em que se aliam à mineração e coisificam os modos de vida dos quilombolas que ali viviam, criminalizando suas práticas tradicionais e legitimando a exploração mineral como “sustentável”, se tornam uma questão a ser determinada, cuja fórmula não é dada. Isso nos leva a uma série de questionamentos: quais os critérios utilizados para considerar um roçado mais devastador que a devastação da exploração mineral? Por que pescar é crime e a exploração mineral é progresso? O que de fato é considerado conservação dentro dessa lógica?

Por outro lado, revela que os efeitos desses “atos de Estado” que são pensados de modo a engessar um modo de ser, um *habitus* nos povos tradicionais, são políticas “biologizadas” que não conseguem encarar esses agentes sociais enquanto sujeitos de direitos. E isso evidencia a violência simbólica a que são submetidos esses agentes sociais, na medida em que suas práticas sociais são tomadas como crimes, correndo o risco de ir parar em uma cadeia ou inclusive ser espancado.

Desta feita, a afirmação de uma identidade coletiva converge para o acionamento de um sistema de defesa impregnado de afirmações categóricas, como por exemplo: somos filhos do rio, aqui temos a primeira terra quilombola titulada do Brasil, esse caboclo não é daqui, entre outros.

## Referências

- ACEVEDO, Marin, R.E; CASTRO, E. **Negros do Trombetas: guardiões das matas e dos rios**. Belém: CEJUP/UFPA-NAEA, 1998.
- ALMEIDA, A. W. B. de. **Quilombos e novas etnias**. Manaus: Uea Edições, 2011.
- ALMEIDA, A. W. B. de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA/EDUA, 2006.
- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: (ORG), T. L. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Editora, 2000.
- BOURDIEU, P. **Miséria do mundo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.
- BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. Cursos no Collège de France (1989-1992). Lisboa: Edições 70, 2014.
- FARIAS JUNIOR. **Unidades de conservação, mineração e concessão florestal: os interesses empresariais e a intrusão de territórios**. In: Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos /Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orgs)... [et al]. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

- FILHO, Henyo Trindade Barreto. **Da Nação ao Planeta através da Natureza**: uma tentativa de abordagem antropológica das unidades de conservação na Amazônia. Série Antropologia, nº 22, 1997.
- GUHA, Ramachandra. **O biólogo autoritário e a arrogância do Anti-humanismo**. In: Diegues, Antônio Carlos (Org). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Annablume, 2000: p. 81-99
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade; tradução Thomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-4.ed- Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- LEITE, Ilka Boaventura. **Humanidades Insurgentes: Conflitos e criminalização dos quilombos**. In ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos. Manaus, AM: UEA Edições, 2010.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. **Os quilombos do Trombetas e do Erepecuru-Cuminá**. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. P. 213-254.
- RANCIARO, M. M. M. A. Os cadeados não se abriram de primeira: **processos de construção identitária e a configuração do território de comunidades quilombolas do Andirá (Município de Barreirinha – Amazonas)**. Tese. 2016.
- SNUC – **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da natureza**. Brasília, MMA/SBF, 2011.
- TURNER, Victor. **DRAMAS, CAMPOS E METÁFORAS**. NITERÓI: EdUFF, 2008.



# Existências e resistências: dinâmicas e tensões de povos tradicionais no campo do desenvolvimento energético no Sertão de Itaparica

Whodson Silva<sup>234</sup>

Vânia Fialho<sup>235</sup>

## Introdução

É propício empreender reflexões sobre “existências” e “resistências” em um contexto onde esses termos figuram frequentemente imagens, discursos e ações de diversos sujeitos.

O ano de 2018, em particular, congrega diversos acontecimentos na esfera política e social que agitam as dinâmicas pessoais e coletivas. É um ano repleto de fatos que marcam a história do Brasil e evidenciam um novo momento político, assim como as diferentes repercussões ocasionadas por esse contexto.

Não obstante, diversos coletivos provocam discussões, que não são inéditas, sobre direitos humanos, direitos sociais, entre diversas outras questões que são apontadas como os mecanismos que garantem as “existências” desses indivíduos. É na esfera do direito, ou do reconhecimento desses direitos, que se entram dinâmicas e conflitos persistentes, é nesse mesmo campo onde visualizamos variadas estratégias de resistências dos diferentes sujeitos coletivos.

---

234 Programa de Pós-Graduação em Antropologia (UFPE/Brasil) Laboratório de Estudos sobre Ação Coletiva e Cultura (UPE/Brasil) whodsoon@gmail.com

235 Programa de Pós-Graduação em Antropologia (UFPE/Brasil) Laboratório de Estudos sobre Ação Coletiva e Cultura (UPE/Brasil) vania.fialho@live.com

A resistência é para nós, antropólogos e antropólogas, uma dessas categorias que, vez ou outra, nos deparamos e abstraímos à luz das teorias antropológicas. Sendo, portanto, uma palavra carregada de sentidos, é importante aprofundar as discussões sobre esta, evitando reduzi-la a um significado homogêneo e acrítico. Nessa direção, propomos uma reflexão que chame a atenção da resistência como um problema antropológico e das questões que esta categoria propõe à antropologia.

No escopo das investigações antropológicas, a resistência não é um tema novo, pelo contrário, há um repertório empírico, teórico e metodológico consolidado que evidencia as relações de poder e de desigualdades que envolvem os contextos das ações coletivas de grupos, e de como estes, em contraponto, elaboram formas de resistência. Trata-se de reconhecer a potencialidade e a criatividade da ação humana.

O Sertão de Itaparica, nesse contexto, se apresenta como um espaço privilegiado de observação das tensões e estratégias de resistências de sujeitos coletivos frente aos projetos de desenvolvimento do Estado. Tal espaço é uma das doze Regiões de Desenvolvimento (RD) do Estado de Pernambuco<sup>236</sup>, agrupando sete municípios a partir das características socioeconômicas e geográficas (localização, clima, relevo, etc.) mais fortes. Uma RD corresponde a uma divisão estratégica para a aplicação de políticas públicas e de iniciativa privada. Na RD do Sertão de Itaparica, o Rio São Francisco e o Lago de Itaparica são apresentados como um diferencial já que, segundo o Governo do Estado de Pernambuco<sup>237</sup>, representam um fator econômico importante para a região, como indutores de desenvolvimento das atividades produtivas.

Em nossas análises (SILVA; FIALHO, 2017; 2018) o Sertão de Itaparica consiste numa região impactada pelos megaprojetos de “desenvolvimento energético” do Estado. Para O’Dwyer (2014), essas regiões impactadas passaram a concentrar projetos modernizadores de construção nacional, o que, segundo a autora, são processos de construção moderna do Brasil como

---

236 Conforme Lei nº 13.306, de 01 de outubro de 2007.

237 Informações disponíveis no portal Invest in Pernambuco, do Governo do Estado de Pernambuco. Disponível em: <http://www.investinpernambuco.pe.gov.br/web/invest/regioes-de-desenvolvimento>. Acesso em 04 de novembro de 2018.

Estado-Nação, isto é, os processos do chamado *nation building*, nos quais os empreendimentos capitalistas e estados-nações modernizantes são os dois grandes importantes poderes de organização do espaço hoje.

Itaparica concentra, portanto, as contradições presentes entre as frentes de desenvolvimento e o reconhecimento, afirmação e garantia dos direitos sociais dos sujeitos coletivos que ali se encontram. É nesse contexto onde as ações coletivas, os confrontos políticos e as formas de resistência tomam corpo e possibilitam dados etnográficos sobre os quais viemos nos debruçando desde 2015 e que possibilitaram as reflexões presentes neste trabalho.

Chamamos atenção para compreender a realidade empírica que aqui apresentaremos como mais um contexto onde sujeitos coletivos se inserem no circuito de reivindicação de direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988. O projeto “Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central” do Projeto Nova Cartografia Social, ao qual vincula-se esta pesquisa, vem evidenciando diferentes realidades onde os efeitos das políticas governamentais e das agroestratégias elaboradas por conglomerados econômicos vêm impactando povos e comunidades tradicionais na região denominada Brasil Central<sup>238</sup>.

Outra questão é que não poderíamos problematizar analiticamente a realidade de Itaparica a partir de uma lógica localizada, já que os atores, as relações e instituições que compõem tais dinâmicas do desenvolvimento energético extrapolam as esferas locais, regionais e nacionais. Por outro lado, chamar atenção para realidades locais é uma estratégia metodológica que lançamos mão para revelar os meandros de um campo maior de discussões, que tem na antropologia um quadro de teorias e metodologias que possibilitam a compreensão dos problemas presentes nestes contextos.

---

238 O Brasil Central abrange partes dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia, Mato Grosso e Pernambuco, bem como o Norte de Minas Gerais e o Sul do Pará. Compreende regiões designadas como “cerrado” e “caatinga”, segundo critérios de bioma; “semiárido”, de acordo com critérios climáticos, ou “sertão”, conforme critérios geográficos e de planejamento regional.

“Resistir” e “existir” aparecem, nessa direção, como categorias que possibilitam compreender as mobilizações dos grupos em torno dos grandes projetos dessa região, assim como as dinâmicas sociais e resistências de povos tradicionais no campo do desenvolvimento energético do Sertão de Itaparica, são apresentados como questões a serem desveladas.

## **O campo social da decadência: ausências e conflitos no Sertão de Pernambuco**

A compreensão das dinâmicas do sertão ou do imaginário criado sobre esse lugar é uma das grandes chaves para a compreensão do que chamamos do “campo social da decadência”.

Como campo, entendemos a séria de relações e interações baseada em valores específicos e práticas que operam em dados contextos, como afirma Bourdieu (1986 *apud* RIBEIRO, 2008). O campo, heterogêneo por definição, é composto por diferentes atores, forças, discursos e instituições.

Nessa direção, compreendemos o Sertão de Itaparica como um campo social imbricado em relações históricas, econômicas e de poder, sendo, portanto, um campo etnografável, já que revela esses diferentes tipos de relações. A decadência, por outro lado, apresenta-se como uma categoria a ser discutida para ampliar o cânone de possibilidades de compreensão do campo social do Sertão de Itaparica, como já assinalado em outro momento (NASCIMENTO, SILVA, 2018).

Almeida (2008), em um denso estudo sobre a “decadência da lavoura” registrada no Maranhão no transcurso do século XIX, faz uma leitura crítica de formas de explicação da situação econômica e social da região, que se consolidam na vida intelectual. Nesse sentido, demonstra, a partir da realidade empírica do Maranhão, como regiões são interpretadas e cristalizadas como “atrasadas” e “vazias”, onde tal “decadência” dá brecha para um discurso do desenvolvimento que acaba por desconsiderar sujeitos coletivos que agregam valor diferenciado ao território.

Ainda para Almeida (2008), os debates vão se multiplicando sendo travados, por conseguinte, em torno destas outras questões e desdobrando com isto o campo de abrangência da própria decadência enquanto tema.

Ela passa a compreender uma vastíssima série de questões e torna-se extremamente complexa. Complexidade que se acentua, quando se observa que os pontos de divergência vão se espalhando e que a disposição dos intérpretes frente a cada um deles varia. Alguns se reúnem em torno de um ponto e se separam frente a outros, unindo-se desta feita àqueles a que se contrapunham anteriormente e assim em diante. Sob este ângulo A ideologia da decadência não é mais um esforço isolado, uma vez que ombreia com inúmeras novas produções, que persistem nesta modalidade de interlocução crítica com os procedimentos classificatórios das instâncias regionais de legitimação (ALMEIDA, 2008, p. 22).

Nesse sentido, o que entendemos como campo social da decadência está ancorado e atravessado em ambientes onde proliferam as desigualdades de poder, onde se produz uma série de relações e interações que são baseadas na ideologia do vazio e da decadência para explicar a realidade econômica e social de determinada região, nesse caso específico o Sertão de Itaparica. Tais interpretações são compartilhadas pelos diferentes atores, forças, discursos e instituições que compõem esse campo.

Tenhamos como exemplo o Projeto de construção da Central Nuclear do Nordeste das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) / Eletronuclear para a região analisada<sup>239</sup>. Abaixo temos as duas últimas lâminas da apresentação do projeto, que foram disponibilizadas no site da Eletrobras /Eletronuclear:

---

239 O projeto mencionado estava até julho de 2018 disponível no site da Eletrobrás / Eletronuclear, e o acesso se dava a partir desse link: <http://www.eletronuclear.gov.br/LinkClick.aspx?fileticket=V-YqhiUeb10%3D&tabid=347>; neste mesmo mês o conteúdo deixou de estar disponível na internet. Trata-se de um material, em formato de slides, da apresentação do projeto de construção de um complexo de usinas nucleares na região denominada de “Belém de São Francisco”.

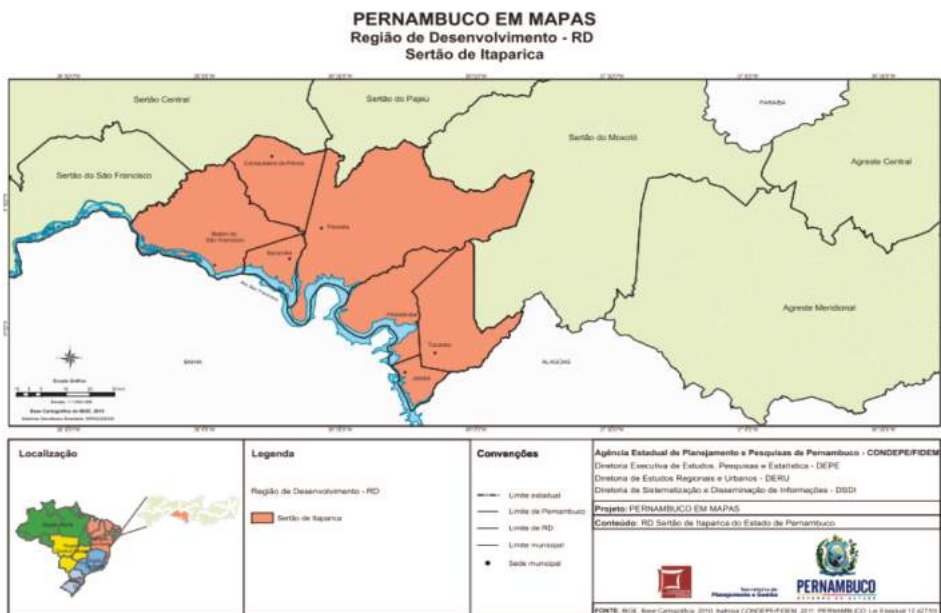


**Imagem 01 e 02** - Folhas 65 e 66 do documento, em formato de slides, que apresenta o projeto Central Nuclear do Nordeste, disponível no site da Eletrobrás/ Eletronuclear: <http://www.eletronuclear.gov.br/LinkClick.aspx?fileticket=V-qhiUeb10%3D&tabid=347>. [Acesso em 11. mar. 2018].

Repetindo o que assinala o projeto: “a mais absoluta, degradante e vergonhosa miséria continuaria a existir, talvez por outros milhares de anos [...]”; em sequência, uma imagem aérea da região, ressalta o “vazio” e a “miséria” já mencionada anteriormente. A construção de 6 usinas nucleares no curso do Rio São Francisco seria, para tal projeto, a solução para a “decadência” que caracteriza o sertão de Itaparica. O sertão, nesse contexto, é representado pelo vazio. Explicitamente é entendido como “decadente” pelo projeto de desenvolvimento do Estado.

Não é preciso fazer muitos esforços para encontrar outras produções que idealizem o sertão por via da invisibilidade e/ou dos estereótipos. O sertão é figurado na literatura e nos noticiários como o lugar da seca, da miséria. É, neste espaço que vivem os “matutos e matutas”, termos que são usados para referenciar as pessoas que vivem no “interior”, cuja personalidade revela rusticidade de espírito, falta de traquejo social, etc. É esse mesmo sertão que simboliza o discurso dos projetos de desenvolvimento da região do Sertão de Itaparica, discurso esse que desconsidera as sociodiversidades presentes nestes sertões.

A partir de dados do governo do Estado<sup>240</sup>, o Sertão de Itaparica é formado por sete municípios, localizados todos no clima quente e seco (semiárido), são eles: Belém do São Francisco, Carnaubeira da Penha, Floresta, Itacuruba, Jatobá, Petrolândia e Tacaratu. O relevo é caracterizado como Depressão Sertaneja; em relação a hidrografia, o rio São Francisco tem maior destaque.



**Mapa 01** - Mapa da Região de Desenvolvimento (RD) Sertão de Itaparica.

**Fonte:** CONDEPE/FIDEM, 2011.

O Censo Demográfico do IBGE (2010) anotou 134.212 habitantes nesta microrregião, distribuídos em 9.508,61 km<sup>2</sup>. A região é conhecida pela tecelagem artesanal, principalmente pela produção de redes. A economia se baseia na agricultura irrigada (melão, melancia, tomate e cebola), piscicultura ao longo do Rio São Francisco e exploração das áreas de sequeiro com agricultura de subsistência e caprinovinocultura<sup>241</sup>.

240 Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM, 2011.

241 Informações disponíveis no portal Invest in Pernambuco, do Governo do Estado de Pernambuco. Disponível em: <http://www.investinpernambuco.pe.gov.br/web/invest/regioes-de-desenvolvimento>. Acesso em 04 de novembro de 2018.

O Sertão de Itaparica, por outro lado, apresenta-se como um espaço analítico das dinâmicas e tensões presentes no campo do desenvolvimento energético. Em destaque, são colocados os efeitos das políticas do campo do setor elétrico brasileiro, implementadas desde os anos 1970, e que se aprofundam na atual época neoliberal, o que configura, segundo Mesquita (2015), num conjunto de intervenções na área de infraestrutura que visa oferecer economia de escala aos investimentos voltados aos mercados internos e externos.

Nesse contexto é importante destacar os megaprojetos dessa região voltados para o campo da produção de energia:

**1. Usina hidrelétrica Luiz Gonzaga** (conhecida como UHE de Itaparica / Barragem de Itaparica) localizada à 25 km da jusante do município de Petrolândia/PE. Em operação desde 1988, o empreendimento foi construído pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e é interpretado por Scott (2009) como um “descaso planejado”, em consequência de como se deu a implementação e construção desse empreendimento. Esta usina foi responsável pela inundação dos municípios de Petrolândia e Itacuruba – em Pernambuco e do município de Rodelas, na Bahia, o que provocou uma série de “exílios” que impactaram as populações dessas localidades, como apontado por Figueiredo (2011).

**2. Parque híbrido de energia eólica e solar**, localizado no município de Tacaratu. O governo de Pernambuco realizou, em dezembro de 2013, um leilão de energia solar, onde a multinacional italiana *Enel Green Power* saiu vencedora<sup>242</sup>. A mesma empresa já havia vencido o 12º leilão de Energia Nova promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) o que possibilitou a construção do “Complexo Fonte dos Ventos”, um parque de geração eólica. Assim, o parque híbrido, inaugurado em setembro de 2015, se dá a partir da junção de dois projetos da mesma empresa, sendo considerado o primeiro parque híbrido de energia renovável do país. Salientamos que tal empreendimento sobrepõe aos limites territoriais de uma Terra Indígena (TI) no município onde localiza-se o parque de geração de energia.

---

242 Jornal do Commercio. Empresa Italiana construirá parque de energia solar em Tacaratu. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/noticia/2015/02/25/empresa-italiana-construira-parque-de-energia-solar-em-tacaratu-169649.php>. Acesso em 04 de novembro de 2018.



**3. Linhas de transmissão da CHESF**, mesmo não se caracterizando como um empreendimento localizado desta região, a presença desse sistema de transmissão de energia é muito notável no que tange aos conflitos presentes entre instituições da produção energética e grupos étnicos. Entre as causas dos conflitos está o fato de que as linhas de transmissão cortam terras tradicionalmente ocupadas. Nesse sentido, há que destacar que o modelo de transmissão de energia também configura um dos empreendimentos do campo do desenvolvimento energético que revela as dinâmicas e conflitos na região estudada. Outra questão a ser salientada é que, as linhas de transmissão estão diretamente relacionadas aos empreendimentos anteriormente mencionado. Faz parte, portanto, da lógica do sistema energético que é integrar **produção - transmissão – distribuição**.

**4. Projeto de construção da Central Nuclear do Nordeste**, tomando como base o material da Eletrobras / Eletronuclear já mencionado, o Projeto prevê a construção de 6 usinas nucleares onde a primeira iniciaria a operação em 2022 e a última em 2030. O projeto também previa a criação das usinas em um prazo de 5 anos, inspirados no projeto da *Sanmen Nuclear Power Station* – em Zhejiang, China<sup>243</sup>. O projeto aponta os municípios de Belém de São Francisco (PE), Rodelas (BA), Itacuruba (PE), Floresta (PE), Cabrobó (PE), Salgueiro (PE), Serra Talhada (PE), Petrolândia (PE) e Paulo Afonso (BA) na categoria de “impacto regional”. A partir de 2011, os povos tradicionais de Itacuruba, articulados ao Centro Cultural de Itacuruba, Diocese de Floresta e o Projeto Cultura de Paz – também da igreja católica, realizaram uma série de mobilizações antinucleares na região de Itaparica envolvendo diferentes atores e instituições.

Visto os empreendimentos que compõem o campo do desenvolvimento energético do Sertão de Itaparica, chamaremos à atenção, nesse momento, para as estratégias de resistências que os grupos tradicionais formulam na intenção de assegurar as existências coletivas, visto que tais empreendimentos se apoiam na ideologia da decadência e do vazio para negá-las.

---

243 Importante ressaltar que o projeto da Sanmen Nuclear Power Station das unidades entrarem em operação em 2014 e 2015 não teve êxito. O início das operações do empreendimento se deram em meados de 2018.

## **Está no mapa!: existências e resistências nas cartografias de Itaparica**

O exercício etnográfico realizado a partir de cartografias sociais nos apresenta um vasto campo de questões a serem compreendidas e refletidas com base nos pressupostos teóricos da antropologia. Acertadamente, Almeida (2013) nos apresenta os mapas elaborados pelas próprias comunidades como um recurso de descrição etnográfica. Como complementa Marin (2013), tal modalidade de material produzido no contexto do PNCS:

Retrata a vida cotidiana e as instituições do grupo. Ainda, opta pela linguagem do grupo e desta forma incorpora o que os agentes sociais dizem sobre si, o que os agentes fazem, o que os agentes pensam que se deveria fazer partindo do suposto da consciência da necessidade (MARIN, 2013, p. 103).

Tomando a Nova Cartografia Social como forma de fazer etnografia, queremos chamar atenção das existências e resistências dos povos tradicionais nos mapas produzidos nas oficinas de nova cartografia social do Sertão de Itaparica, em específico, do mapa elaborado pelos povos tradicionais do município de Itacuruba que compõe o Boletim Informativo sobre o projeto de construção da usina nuclear nesta localidade.

O Boletim Informativo é um dos produtos/publicações realizados no contexto do PNCS e tem o objetivo de denunciar algum impacto, empreendimento, entre outros, que venha a afetar grupos sociais. Construído, em grande parte, por meio de oficinas em que os povos envolvidos definem suas formas de mapear, e o fazem apontando as problemáticas e potencialidades dos territórios. Os mapas que compõem tais materiais figuram “a linguagem do grupo e desta forma incorpora[m] o que os agentes sociais dizem sobre si”, como reflete Marin (2013).

Em nossa análise, os elementos que foram mapeados pelos grupos que estiveram presentes nas oficinas para o Boletim, realizadas em maio e junho de 2018, dão conta de exemplificar os processos de resistências dos sujeitos coletivos aos megaprojetos do desenvolvimento energético no Sertão de Itaparica.



Nesse sentido, evidenciaremos alguns desses elementos mapeados pelos povos tradicionais de Itacuruba que dão corpo ao que queremos chamar a atenção nesse trabalho: as dinâmicas sociais e resistências de povos tradicionais no campo do desenvolvimento energético do Sertão de Itaparica.

Nessa direção, a cartografia social elaborada pelos seis povos se apresenta como um contraponto à ideia do Sertão como vazio ou decadente. O mapa elenca uma série de relações e interações, heterogeneidades e os diferentes atores, forças, discursos e instituições que compõem tal região. Cabe, portanto, problematizar as formas de territorialidades nos espaços em disputa.

A cartografia social de Itacuruba apresenta situações<sup>244</sup> que são desconsideradas nos mapas oficiais do Governo do Estado. Em análise anterior (SILVA; FIALHO, 2017), problematizamos os mapas oficiais do Sertão de Itaparica, reunidos e publicados em 2011 no atlas “Pernambuco em Mapas”, pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco CODEPE/FIDEM, órgão da Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado de Pernambuco. A publicação da CODEPE/FIDEM reuniu cartografias elaboradas por diferentes instituições do Estado, entre elas o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Secretaria de Saúde; Ministério da Educação e, ainda como exemplo, a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (EMBRAPA).

Nesse momento, argumentamos sobre a “produção da ausência” dos sujeitos coletivos, ou seja, o ausente é na verdade o resultado da produção da não existência. A produção dessas ausências, segundo Boaventura de Sousa Santos (2002), ocasiona a perda da experiência social dos cinco elementos não existentes: o ignorante, o residual, o inferior, o local e o não produtivo.

Estar no mapa se insere como uma reação às ausências, demanda uma versão de realismo que inclui tornar visíveis realidades tornadas ausentes pela invisibilidade, omissão e silêncio. É o que Santos (2002) propõe como sociologia das emergências, que em resposta a sociologia das ausências, indaga ao conhecimento democrático e a necessidade de perceber e ampliar sinais de reconhecimento e verdade.

---

244 Nos apoiamos na ideia de Almeida (2013) de que cada mapa produzido no contexto do PNCS focaliza diversas situações, definidas e mapeadas pelos agentes sociais nas suas condições de sujeitos. Nesse sentido o mapeamento é situacional.

É importante perceber que a ausência, ou, neste caso, o “não estar no mapa”, refere-se às relações que existem entre espaço e poder, onde reconhecer povos tradicionais nos mapas é também reconhecer direitos sociais a estes, o que pode não ser interessante à política desenvolvimentista que assola a região em que os sujeitos se encontram.

O mapa, portanto, apresenta-se como um instrumento de reconhecimento de presença e de existência de algo, de alguém ou de alguma coisa, em dado recorte físico e geográfico, estabelecendo uma relação de comunicação, já que a ocupação do território é projetada graficamente. Para Bourdieu (2014, p. 225), as relações de força são relações de comunicação, que, ao mesmo tempo, são relações simbólicas. “Sendo as relações de força inseparavelmente relações de sentido e de comunicação”.

Estar no mapa configura a luta dos povos pelo direito de existir, de ser e de estar em seu território. Nesse sentido, resistem aos empreendimentos para garantirem suas existências, nesse processo formulam diversas estratégias para assegurarem os direitos sociais. O Boletim, e o mapa que integra esse material, se converte em um mecanismo político utilizado pelos sujeitos coletivos na esfera do direito, e aqui está o fio condutor do trabalho do PNCS nessa região: Captar a demanda dos povos em realizar o trabalho da nova cartografia social e o resultado de tal processo, que é conduzido por e para o grupo, se materializar como um instrumento político no contexto em que se encontram, compondo o que chamamos de “repertório confrontacional” (FIALHO, NEVES, 2018).

Esse repertório confrontacional acaba por se inserir no contexto dos trabalhos do PNCS que desdizem a formulação que acentua a desintegração e fragmentação desses grupos, pelo contrário, aponta, nos termos de Almeida (2017), os laços de solidariedade que são constantemente redefinidos e que, portanto, exigem novas modalidades de abordagem.

O mapa apresentado destaca as formas de resistências coletivas, a presença desses grupos e os conflitos socioambientais dessa região. As lutas pela demarcação dos territórios, as emergências e complexos étnicos assim como os conflitos e efeitos das políticas locais de Itacuruba, que já foram temas de nossa análise (SILVA; FIALHO, 2018).

Por fim, cabe ressaltar que também são apontados outros empreendimentos que provocam tensões na região, é o caso da exploração de minério e a piscicultura que impactam a qualidade da água que banha o município. São muitos os conflitos que estão presentes no município de Itacuruba, muitos destes em decorrência ou relacionados ainda aos impactos ocasionados pela construção da UHE Luiz Gonzaga que provocou a reconstrução da cidade em 1988 e o “exílio” da população que, para Figueiredo (2011), vive uma profunda crise de sentido, uma vez que no novo espaço nada parece ter relação com as antigas experiências, o que leva a ver os sonhos e pesadelos de uma população em um espaço inóspito, sem qualquer possibilidade de retorno ao antigo lugar, agora submerso.

No fim das contas, o setor energético é mais uma das agências que compõem a arena de conflitos do Sertão de Itaparica. Entretanto, é importante notar que o campo do desenvolvimento energético brasileiro não funciona somente dentro de cenários e domínios, ele também “organiza e orquestra os próprios cenários e especifica a distribuição e direção dos fluxos de energia” o que caracteriza para Wolf (2003, p. 326) um modelo de poder estrutural. Queremos dizer, portanto, que o campo do desenvolvimento energético não é o único agente de tensões e dinâmicas na região de Itaparica, mas ocupa um lugar estrutural nas dinâmicas e tensões que historicamente marcam essa região, em especial os povos e comunidades tradicionais, ocupando um lugar analiticamente importante.

## **Considerações finais**

Expostas algumas reflexões, a partir da perspectiva etnográfica sobre as dinâmicas sociais e resistências de povos tradicionais no campo do desenvolvimento energético do Sertão de Itaparica, queremos assinalar três questões, em caráter de considerações finais, do que nos parece interessante do ponto de vista analítico.

A primeira questão pontuamos brevemente na introdução: encarar a resistência como um problema antropológico. É considerar que existe um vasto leque de produções que chamam atenção para as formas de resistência, que esmiúçam os confrontos políticos e que, portanto, apresentam uma diversidade de vozes, ideias, concepções que por vezes são desconsideradas nos projetos de desenvolvimento do Estado.

Debruçar-se sobre o tema das resistências é ir na direção de um conhecimento democrático, é ampliar o cânone de possibilidades de interpretação e ação nos espaços que são cristalizados como vazios e decadentes. É, como diria Santos (2002), ampliar sinais de reconhecimento e verdade.

No trabalho aqui apresentado, as resistências chamam atenção para as existências. É dizer, compreender as estratégias de resistências dos povos tradicionais do Sertão de Itaparica é, sobretudo, entender as existências desses grupos durante todo o processo histórico, desde a colonização à época marcada pela racionalidade ultraliberal, que estamos vivenciando. Dessa maneira, é ampliar a visão para entender os diferentes processos territoriais, as emergências étnicas, as relações de poder e desigualdades, assim como os diferentes conflitos que permeiam as dinâmicas dos sujeitos nessa região.

O segundo ponto é a necessidade de nos debruçarmos nesses temas em um contexto sociopolítico que põe em xeque esses debates. Se por um lado os coletivos chamam a atenção para a discussão sobre direitos sociais, direitos humanos, existenciais e resistências, temos, de outro lado, um setor político que não se demonstra interessado em dialogar e aprender, por exemplo, sobre a contribuição dos povos tradicionais para outras possíveis concepções de desenvolvimento.

É nesse contexto que as ciências humanas e sociais começam a ser desconsideradas e tornam-se objeto de investidas para sua deslegitimação; tais áreas vêm produzindo, ao longo da história, um substancial escopo teórico e metodológico que amplia as compreensões das relações sociais. Assim, nos parece importante complexificar os debates e ampliá-los para fora dos muros da universidade.

Por último, o terceiro elemento que chamamos atenção acaba por sintetizar as duas últimas questões em um espaço físico: a necessidade de estudar as existências e resistências no atual contexto sociopolítico na região do Sertão de Itaparica. É, portanto, importante uma agenda de estudos e debates que consideram as sociodiversidades existentes e os conflitos que emergem nesta região.

Como foi apresentado desde os anos de 1970, a região se configura como aglutinador de projetos de desenvolvimento energéticos do Estado, concentrando diferentes modelos de empreendimentos que produzem energia. As projeções apontam para novos modelos de empreendimentos e explorações minerais nessa região, o que chama a atenção de pesquisas no campo da antropologia que sejam pautadas na ética, reflexividade e simetria entre os agentes sociais envolvidos.

## Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Prólogo: variações no sistema da força de trabalho e o porque desta edição. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MOURÃO, Laís. **Questões agrárias no Maranhão contemporâneo**. Manaus: UEA Edições, 2017.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história de agricultura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- ALMEIDA Alfredo Wagner Berno de; FARIAS JUNIOR, Emmanuel. **Catálogo Povos e Comunidades Tradicionais**. Manaus: UEA Edições, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: curso no Collège de France (1989-92)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 2017.
- FIALHO; Vânia. NEVES, Rita de Cássia Maria. Nova Cartografia Social: Experiências Metodológicas e Repertório Confrontacional no Nordeste do Brasil. VIVENCIA (UFRN), v. 1, 2018.
- FIGUEIREDO, M<sup>o</sup> do Socorro Fonseca Vieira. **Nova Itacuruba: identidade em tempos de luto**. In: FIGUEIREDO, M<sup>o</sup> do Socorro Fonseca Vieira Exílio: pertencimentos e reconhecimentos em populações deslocadas - o caso de Itaparica. Tese de Doutorado apresentada ao PPGA - UFPE, 2011. Capítulo 03, p. 117 - 173.



- MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. “A cartografia social consiste num recurso de descrição etnográfica. O fascículo é nossa etnografia”. In: ALMEIDA Alfredo Wagner Berno de; FARIAS JUNIOR, Emmanuel. **Catálogo Povos e Comunidades Tradicionais**. Manaus: UEA Edições, 2013.
- MESQUITA, Benjamin Alvino. Grandes projetos de investimento na Amazônia e as questões do desenvolvimento regional. In: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; NOVAES, Jurandir Santos de. (org.). **Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará**. Manaus: UEA Edições, 2015.
- NASCIMENTO, Poliana; SILVA, Whodson. **O campo social da decadência na cartografia de Itacuruba (PE)**: mapeando ausências e conflitos no Sertão de Pernambuco. Trabalho apresentado no V Cirkula da Universidade Federal de Pernambuco, realizado entre os dias 05 e 09 de novembro de 2018, Recife/PE.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. Projeto modernizador de construção da nação e estratégias de definição do Estado e suas margens. In: ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma (org.) **Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- PERNAMBUCO (Estado). **Lei nº 13.306**, de 01 de outubro de 2007. Disponível em: < <http://www.alepe.pe.gov.br/proposicao-texto-com-pleto/?docid=C3011E5CFFA524A00325739A0019E0AE>> Acesso em: Jul de 2017.
- PERNAMBUCO (Estado). Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM. **Pernambuco em mapas**. Recife, 2011.
- PERNAMBUCO. Invest In Pernambuco. Governo do Estado de Pernambuco. **Sertão de Itaparica**. Disponível em: <<http://www.investinpernambuco.pe.gov.br/web/invest/sertao-de-itaparica>>. Acesso em: 04 nov. 2018.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. In: **Novos estudos**. v. 80. p. 109-125. 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 63, p. 237-280, 2002. ISSN 0254-1106.

SCOTT, Russel Parry. **Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009

SILVA, Whodson; FIALHO, Vânia. Sobre sujeitos e mapas: ausências e emergências dos indígenas nas cartografias do Sertão de Itaparica. In: Ranyére Silva Nóbrega. (Org.). **Reflexões sobre o semiárido**: obra do encontro do pensamento geográfico. 1ed. Ananindeua: Itacaiunas, 2017.

SILVA, Whodson; FIALHO, Vânia. Está no mapa!: existências e resistências dos sujeitos coletivos na cartografia social do Sertão de Itaparica. **Anais do Ciclo de Estudos e Debates em Etnologia Indígena da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**, 2018 [no prelo].

WOLF, Eric. Encarando o poder: velhos *insights*, novas questões. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins. **Antropologia e Poder**: Contribuições de Eric R. Wolf. Ed. Unicamp: São Paulo, 2003.



# **MEGAPROJETOS, ESTRATÉGIAS E MOBILIZAÇÕES DOS “ATINGIDOS”**

MEGAPROYECTOS, ESTRATEGIAS Y  
MOVILIZACIONES DE LOS “AFECTADOS”



# Processos econômicos, revitalização étnica e dinâmica territorial no sertão pernambucano<sup>245</sup>

Tomas Paoliello Pacheco de Oliveira<sup>246</sup>

## 1 - Introdução

Propomos com esse artigo apresentar um exercício de pesquisa em geografia histórica que relacione a análise conjunta de processos econômicos, étnicos e territoriais. Nosso campo empírico da pesquisa foi a região do Sertão Central pernambucano, mais propriamente os municípios de Mirandiba e Carnaubeira da Penha.

Como pressupostos gerais de análise apontamos três aspectos essenciais. O reconhecimento da importância do Estado Nacional brasileiro enquanto regulador dos encontros sociais interétnicos e também gestor territorial. A importância das mobilizações sociais das comunidades étnicas. E a disposição de pesquisar tanto as ações comunitárias (locais, mas integradas a redes em diversas escalas), quanto as normatizações e ações governamentais (em escala nacional, principalmente, mas também municipal e estadual).

Como principais escolhas metodológicas e teóricas apresentamos a proposta de uma pesquisa a partir da perspectiva espacial, de uma forma não sincrônica, pois o espaço é a 'esfera da coexistência de uma multiplicidade de trajetórias' (MASSEY, 2008). Objetivamos descrever as relações de poder nas definições de territórios, na autodeterminação nesses mesmos territórios, além do respeito à diversidade inerente ao espaço (MASSEY, 2008). Neste sentido trabalharemos conjuntamente com os conceitos de fronteiras étnicas (BARTH, 2000) e territorialidades (SACK, 1986; SOUZA, 2003), questionando como a dinâmica das fronteiras étnicas foram mudando de acordo com distintas territorialidades e territorializações? Tal análise será feita a partir de distintas temporalidades.

---

245 Este artigo é um resumo de trabalho de pesquisa feito no curso de Mestrado no Programa em Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, e publicado em Paoliello (2012).

246 Universidade Estadual do Maranhão Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia

## 2 - Séculos XVII-XIX

Durante os séculos XVII e XVIII esta região sofre um avassalador processo de conquista colonial. Tal processo pode ser também compreendido como a ‘sertanização’ brasileira, um grande deslocamento de pessoas em áreas de ‘fronteira’, marcados por uma extrema violência.

No século XVIII nos sertões do rio São Francisco foram criadas sesmarias da Casa da Torre, os chamados currais para extensas áreas de criação de gado. Associada à isto aconteciam também inúmeras pequenas bandeiras contra os povos indígenas da região. Estes sertões caracterizaram-se como refúgios de povos não conquistados sob o jugo colonial, o qual estava mais concentrado nas áreas litorâneas. Outra importante atividade na região foi o estabelecimento de alguns aldeamentos missionários, que reuniam temporariamente grupos de indígenas.

Já o século XIX foi o período de fragmentação das imensas fazendas, tanto por herança quanto por venda. Associado à este processo fundiário ocorre um adensamento populacional significativo, que culmina na criação das primeiras vilas e povoados da região. A promulgação da Lei de Terras avança o processo de territorialização colonial sobre as terras das comunidades indígenas e quilombolas, promovendo uma específica forma de regularização das propriedades fundiárias.

## 3 - Século XX: o ‘tempo do progresso’ - Faltou alguém nas histórias locais

O ‘tempo do progresso’ é uma categoria local para descrever grande parte do século XX. As vilas e povoados recém instalados beneficiam-se de atividades econômicas integradas a circuitos nacionais e globais, destacadamente aquelas ligadas à produção e beneficiamento da maniçoba, do Caroá e do algodão.

Como tradicionalmente ocorre, os lucros desse progresso concentram-se para poucos, e mesmo as histórias locais e regionais escondem a grande presença das comunidades indígenas e quilombolas. Nossas investigações voltaram-se então para a busca das raízes das comunidades étnicas atuais.

Neste sentido, a partir de pesquisas bibliográficas e entrevistas, indicamos duas principais situações históricas que ao final do século XX vão desembocar nas reivindicações de reconhecimento étnico: os habitantes das serras, densamente ocupadas, com maior liberdade de usufruir de uma porção de terra; e os ‘moradores’ de fazendas, empregados e submetidos a um patrão/proprietário fundiário.

Acompanhando um processo regional de reconhecimento pelo Estado de povos indígenas nos sertões do rio São Francisco, em 1949 é instalado pelo SPI o Posto Indígena Atikum, no alto da Serra Umã, ou dos Umãs, como também é reconhecida localmente. Apesar deste primeiro reconhecimento oficial do governo federal o processo demarcatório da Terra Indígena Atikum foi demorado e bastante atravessado pela violência (GRUNEWALD, 1993).

O primeiro grupo de trabalho da FUNAI designado para identificação e delimitação do território, em 1984, não pode ir a campo devido à violência local. No ano seguinte tais conflitos fundiários se acirraram, provocando inclusive a emigração de muitas famílias. Após a nova Constituição, em 1989, um novo grupo de trabalho foi ao campo e identificou um território, bem menor do que o reivindicado. Em 1993 esta área identificada em 1989 foi delimitada, e em 1996, homologada. Apesar de findo o processo demarcatório, até hoje a FUNAI não terminou a desintrusão dos ocupantes não-índios da terra indígena.

Permeando essas dinâmicas territoriais e étnicas identificamos algumas questões econômicas fundamentais. No início da década de 1980 uma drástica crise assola a produção de algodão na região, relacionada tanto a praga do bicudo quanto à variação dos preços do mercado global. Este momento é lembrado localmente como o fim do ‘tempo do progresso’, e está associado a um importante movimento de abandono das fazendas e busca por alternativas à crise.



Como um brevíssimo contexto político indicamos na escala nacional o fim da ditadura militar e a feitura e promulgação da nova Constituição, e na escala mundial o aprofundamento do processo de globalização (financeira/cultural), que traduziu-se no Brasil em ações de abertura política e liberalização econômica. A Constituição de 1988 estabeleceu como direitos algumas importantes reivindicações de movimentos sociais e setores da sociedade que os apoiavam.

Esta é uma mudança crucial em relação aos grupos étnicos historicamente marginalizados pela colonização, e também acompanhou tendências mundiais de garantir direitos humanos básicos. Desta forma a Constituição assegurou a possibilidade de auto-identificação e demarcação fundiária de territórios de povos indígenas e comunidades de remanescentes dos quilombos. Todo este processo foi gestado em meio às intensas pressões sociais, principalmente na questão agrária, com um quadro de acirramento dos conflitos causados pela imensa desigualdade que caracteriza a nossa sociedade brasileira.

## **4 - Alternativas à crise**

Apesar da narrativa da ‘crise’, em contraste com o ‘progresso’ anterior, marcar as histórias locais, tanto o progresso quanto a crise tem escopos específicos e dizem respeito a percepções sociais bastante assimétricas. A crise, neste caso, está localizada nas fazendas produtoras de algodão, e para as comunidades indígenas e quilombolas, em muitos casos propiciou melhores oportunidades de territorialização e fortalecimento étnico.

### **4.1 Revitalização étnica**

O ‘fim’ do processo demarcatório da Terra Indígena Atikum disparou uma reorganização étnica na região, provocada tanto pelo seu relativo ‘sucesso’ (reconhecimento oficial e acesso ainda que precário aos direitos específicos daí decorrentes), quanto pelos seus problemas, sendo o principal as comunidades e áreas excluídas ao longo da demarcação. Neste sentido nos anos finais do século XX dezenas de comunidades sucessivamente se reivindicam como parte do povo indígena Atikum. Nas serras do Arapuá e da Cacaria é verificada a etnogênese do povo indígena Pankará.

Outro vetor central deste processo de revitalização étnica é a consolidação no início dos anos 1990 do movimento negro. Neste contexto observamos o pioneirismo da comunidade quilombola de Conceição das Crioulas nas lutas por reconhecimento e obtenção de direitos. Tal comunidade é vizinha da Terra Indígena Atikum, e apesar de profundos laços históricos foi verificado um acirramento dos conflitos entre tais grupos sociais, principalmente refletido nas disputas eleitorais. Assim como com os Atikum entre os indígenas, esta comunidade quilombola dispara e favorece um processo de aparecimento de várias novas comunidades descendentes de quilombos reconhecidas na região.

## 4.2 A ‘ilusão’ do tráfico: plantio de maconha e organizações ilegais

Neste mesmo período ocorreu uma rápida expansão e consolidação na região daquele fenômeno que ficou conhecido como o “polígono da maconha”. Tal sucesso apoiou-se justamente na falta de oportunidade para os agricultores, na boa adaptação dessa cultura à caatinga, na grandeza dos rendimentos obtidos no tráfico ilegal, e na perpetuação de relações de produção extremamente violentas.

As atividades relacionadas ao plantio da maconha e suas organizações ilegais indicavam a amplitude de suas redes. Na escala local sobressaem a situação dos trabalhadores explorados e coagidos para o plantio, processo que desestabiliza o modo de vida pretendido por algumas famílias/comunidades, mas por outro lado proporciona uma renda considerável, dezenas de vezes maior do que aquelas obtidas com outras culturas tradicionais, como milho, mandioca e feijão.

Também nesta escala observamos a extrema naturalidade com a qual as autoridades locais são engessadas e corrompidas através de máfias. Isto é realmente comum de acontecer numa região na qual parte importante da economia local é baseada na ilegalidade, ainda que esta ilegalidade sustentasse todo um aparato de combate a ela mesmo. Por outro lado, diretamente associadas à estas redes produtivas locais, as redes de distribuição operam nas escalas locais, regionais e nacionais, e as redes de financiamento nas escalas Local, regional, nacional e internacional.

A política estadual e nacional de combate ao tráfico da maconha é extremamente problemática e ´viciada´. Em meados da década de 1990 foi identificada uma intensa destruição de plantações através de grandes operações policiais. Porém estas operações direcionam suas forças para o segmento mais excluído socialmente da rede criminosa, qual seja, dos pequenos agricultores e transportadores. Este acirramento da repressão provoca a diminuição da produção, favorecendo o aumento no preço e beneficiando aqueles que comandam e lucram com o tráfico ilegal. A lei que autoriza a expropriação de terrenos privados nos quais fossem detectados os plantios de maconha não obteve o resultado esperado e ainda provocou um aumento destes plantios em áreas públicas, como as terras indígenas.

### 4.3 Redes agroecológicas

Uma mudança de rumo na condução da política municipal de Mirandiba concedeu maior poder para as associações comunitárias dentro do Conselho de Desenvolvimento Rural Municipal. A maioria destes conselhos da região era formado por um representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais, do Sindicato da Agricultura Patronal e de alguma organização de produtores patrocinada pela prefeitura. Em Mirandiba, no início dos anos 1990 foi posto em prática um sistema de representação das comunidades rurais através da eleição de 20 representantes correspondendo a 20 pólos associativos do município, no qual os agricultores familiares conseguem a maioria entre os 37 membros do Conselho municipal.

Neste processo de formação e consolidação dos pólos associativos de comunidades rurais de Mirandiba, foi fundamental a participação de uma ONG, a Conviver no Sertão, que constituiu-se como um nó que permitiu a seus integrantes conectar-se com diversas redes externas que ofereciam algum tipo de assistência, como órgãos governamentais (estaduais e federais), instituições internacionais de ajuda ou organizações religiosas. Estes pólos eram uma densa rede que conectava em torno de 178 comunidades dentro do município de Mirandiba, além de relacioná-las diretamente com o poder administrativo local, com a participação de secretários municipais e vereadores.

Através destes arranjos institucionais e inserções em redes assistenciais foi promovida uma nova racionalidade produtiva relacionada ao incentivo a agricultura orgânica, sem ‘veneno’ (defensivos ou adubos químicos), a qual proporcionava uma maior autonomia aos agricultores familiares, os quais não ficavam dependentes do poderoso mercado de sementes, insumos e defensivos químicos.

Um dos principais exemplos desta atividade é a participação das comunidades no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), que consistia na compra da produção local pelo governo para distribuição nas escolas locais. Assim a agricultura familiar alcançou 82% da renda da agricultura municipal. Em 2005 apenas uma comunidade e 82 famílias participavam do PAA/CONAB no município, movimentando R\$ 200.000,00. Três anos depois, em 2008, eram 21 comunidades, 450 famílias e R\$ 1.630.000, demonstrando como a agricultura familiar e a agroecologia destacaram-se como alternativas à crise regional.

## **5 - Considerações finais**

Concluimos que o aparato jurídico e administrativo não se aplica num sentido único, dos governantes aos governados, pois observamos que as primeiras mobilizações sociais das comunidades étnicas foram anteriores à promulgação da lei, ou de sua regularização. Como principais exemplos temos todo o processo demarcatório da Terra Indígena Atikum, que ao menos desde a década 1980 se mobilizava pressionando os órgãos responsáveis para estabelecer um território indígena, mas somente em 1996 terminou o processo demarcatório do seu território Atikum. E também os quilombolas de Conceição das Crioulas, que começaram suas articulações políticas e étnicas na década de 1990, enquanto a regularização institucional de seus direitos só aconteceu em 2003.

Evidenciamos assim a necessidade de uma análise conjunta das ações comunitárias (locais, mas integradas a redes em diversas escalas) e das normatizações e ações governamentais (em escala nacional, principalmente, mas também municipal e estadual). O discurso da globalização é totalizante, orientado a legitimar o sistema econômico centrado no capital financeiro e

reproduzir a manipulação ideológica sobre raça, civilização e modernização. Ainda assim, simultaneamente observamos que este período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2007) proporciona novas formas de consciência em escalas nunca alcançadas, modificando concretamente situações sociais.

Como exemplo, observamos a integração das comunidades locais (através de suas associações) ao poder municipal, e também a organizações mundiais de solidariedade e cooperação. Estas conexões alavancam suas ações, e possibilitaram uma alternativa à população rural. Logo, mesmo no contexto ‘globalizante’ verificamos a possibilidade de desenvolvimento social, apoiado em bases comunitárias e sustentáveis, através da promoção da agricultura familiar e da agroecologia.

Trafegando por estas diferentes escalas de análise relacionamos processos econômicos, territoriais e étnicos identificados na região dos sertões pernambucanos, em diferentes temporalidades. Historicamente as relações sociais neste espaço foram impostas de maneiras marcadamente violentas. Impossível não notar o caráter racial das classificações sociais operadas. Justamente esta racialização das relações sociais, promovida pela colonização e modernização (e seus discursos civilizatórios), foi a raiz das comunidades étnicas atuais.

## Referências

- ABREU, João Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1960 [1930].
- AQCC. **Quilombolas de Conceição das Crioulas. Salgueiro, PE**. Fascículo 6. Brasília: PNCS/PCTB, abril de 2007.
- BARBOSA, Francisco José. **Evolução do banditismo moderno e formas de atuação eficazes da polícia militar no sertão pernambucano**. Trabalho de conclusão pós- graduação em Gestão da Segurança Pública na Sociedade Democrática. Olinda: ULBRA/PRONASCI, 2009.
- BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.
- FIALHO, Vânia. Conceição das Crioulas, Salgueiro (PE). In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. P. 109-140.
- FREIRE, Centro de Cultura Luiz. **A formação dos quilombos no sertão de Pernambuco**. Olinda: CCLF/Gov. do Estado de Pernambuco, 2008a.
- GRÜNEWALD, R. de A. **'Regime de Índio' e Faccionalismo: os Atikum da Serra do Umã**. Dissertação de Mestrado, UFRJ / PPGAS / MN, Rio de Janeiro, 1993.
- HOHENTHAL Jr, William D. As tribos indígenas do médio e baixo São Francisco. In: **Revista do Museu Paulista**, Nova Série, 12. São Paulo. 1960. p. 37-71.
- IBGE. **Censo Demográfico**. 1980, 1991 e 2000.
- MENDONÇA, C. F. L. **"Os índios da Serra do Arapuá": identidade, território e conflito no sertão de Pernambuco**. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE/PPGA, 2003.
- MASSEY, D. B. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008 [2005].

- MIRANDIBA, **Prefeitura Municipal. Histórico de Mirandiba – 44 anos de emancipação político-administrativa.** NUNES, Francisca Fábila Alves da Silva. Mirandiba, 2006.
- NOGUEIRA, V. J. **São José do Belmonte.** Recife: FIDEM/CEHM, 1999.
- OLIVEIRA, J. P. de. Uma etnologia dos “índios misturados”? In: **A Viagem de Volta.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa / LACED, 2004. p. 13-42.
- PIERSON, D. **O homem no Vale do São Francisco.** Rio de Janeiro: SUVALE/IBGE, 1972. 3 tomos.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** - do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 5a ed., 2007. [2003].
- SIQUEIRA, A. J. Sertão, **Sertões: povoamento e sociedade.** Conf. de abert. II Simpósio de Estudos Sobre o Sertão. FAFIDAM, Limoeiro do Norte (CE), 05/2008.
- SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: Conceitos e Temas.** CASTRO, I. et al. (org.). Rio de Janeiro: Bertrand, p. 77-116, 2003, 6a ed.
- SAID, E. **Orientalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990. [1978].
- SACK, R. D. The meaning of territoriality. In: **Human Territoriality.** Cambridge: Cambridge University Press, p. 5-27, 1986.
- PAOLIELLO, T. **O crescimento da presença indígena nos censos nacionais:** a região Nordeste. Monografia (Graduação em Geografia). IGEO, 2007, UFRJ.
- \_\_\_\_\_. **Revitalização, étnica e dinâmica territorial:** alternativas contemporâneas à crise da economia sertaneja. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.

# Onde estão os Deuses? Reflexos do Estado nas relações de identidade e do território no Cajueiro-São Luís-Maranhão

Luciana Railza Cunha Alves<sup>247</sup>

Christiane de Fatima Silva Mota<sup>248</sup>

Gerson Carlos Pereira Lindoso<sup>249</sup>

## Do Contexto Ao (Re) Contexto: ao encontro do Cajueiro

“À medida que cada abordagem nova baixa o machado em suas antecessoras, a antropologia passa a se parecer com um projeto de desmatamento intelectual. Não creio que isso seja necessário ou desejável. Penso que a antropologia pode ser cumulativa, que podemos utilizar o trabalho de nossos antecessores para levantar novas questões” (Wolf 2003: 328-329).

Seguindo a direção de Wolf, prefiro considerar que, cada obra é construída sob a égide de seu tempo, dos momentos distintos: historicamente, culturalmente e politicamente. Assim, farei uso das abordagens de meus antecessores não só para “levantar novas questões” (Wolf, 2003), mas, sobretudo, refletir como a construção destas abordagens reforçam os esquemas explicativos de sociedade ainda hoje. Dentre elas estão: o Evolucionismo Cultural e o Darwinismo Social. O esforço aqui, não é de condená-las, mas, de refletir sobre o emaranhado consolidado com estas bases e seus reflexos nos dias atuais.

Embora pareça distante falar sobre tais abordagens no debate atual, a concepção de civilização de Tylor (2005) baseada em “estágios de desenvolvimento ou evolução” podem ser percebidos na maneira com a empresa

---

247      Doutoranda em Antropologia- PPGA/UFGA, Bolsista Capes  
(luciana\_elementoagua@hotmail.com)

248      Doutoranda em Antropologia -PPGSA/UFGA/IFMA  
(prof.christianemota@ifma.edu.br)

249      Mestre em Ciências Sociais-UFMA/IFMA (gersinhu@hotmail.com)



WPR adentra no Cajueiro, e as formas como o “desenvolvimento”, “progresso” são balizados. Enquanto o Darwinismo Social parece que “não perdeu por completo sua força explicativa e passou por transformações profundas com seus critérios de seleção conhecendo redefinições” (ALMEIDA, 2005: 11).

Neste sentido, antes de demonstrar como estas abordagens reforçam o campo de disputa, onde se encontra o Cajueiro, nos deteremos no primeiro momento em apresentá-lo, de modo que a teoria e prática se coadunem e possam perfazer os sentidos que acionam identidade, o território e as territorialidades específicas entrelaçadas a particularidades dos agentes sociais que perpassam delimitações rígidas do determinismo geográfico. E assim possivelmente “falar da descoberta do que se faz do outro” (TODOROV, 2003: 03).

Tomando a direção de que, a sociedade vive em campos de disputas e seguindo a direção de Wolf, o momento ou o instante do trabalho está colocado na conjuntura brasileira da primeira metade do século XXI, e que, portanto, vai apresentar debates e discussões que permeiam seu tempo. Os argumentos de meus antecessores, hoje, são notados aqui, como esquemas do emergente novo mundo, onde a ciência serviu como base e sustento do industrialismo, e, portanto, para a consolidação do sistema capitalista.

Esquemáticamente, as discussões baseadas no Evolucionismo Cultural, Darwinismo Social, foram e parecem que ainda mesmo no século XXI assumem o lugar de um tipo de verdade<sup>250</sup> no mundo. Dispondo relações e divisões sociais, pautadas nos interesses políticos e ancoradas nas ideias de “superioridade”, “inferioridade”, “forte” e o “fraco”, reforçando a distintividade dos indivíduos sob a perspectiva do “modelo ideal”. Não cabe aqui, assinalar as teorias que consolidaram a “Antropologia como disciplina acadêmica” (LARAIA, 2005: 323), nem mesmo apontá-la como teoria que forneceu instrumento explicativo da “superioridade”, da “hereditariedade”, “da seleção natural” etc.

Cabe aqui, refletir sobre estes esquemas, no sentido que parecem embasar uma proposta que assegura o lugar, daquele que domina sobre aquele que tem que ser o dominado. Dessa forma, não faremos um apanhado

---

250 Conforme Foucault (2013: 52) “a ‘verdade’ é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política”.

histórico acerca do processo de constituição da Antropologia, nem mesmo distinguiremos todas as abordagens que a tornaram disciplina e a sua relevância para análise da vida social.

O fio condutor, nesta situação social será o que chamaremos de agentes sociais<sup>251</sup> do designado território do Cajueiro, situado como bem diz Velsen (1987) no “presente etnográfico” não sendo sempre adequadamente controlado, desembocando muitas vezes numa combinação feita ao acaso de informações vindas de diferentes períodos e conseqüentemente de diferentes condições sociais, políticas e econômicas. Assim, ao invés de tomar o estudo de forma linear, desenvolveremos o trabalho de forma inversa, considerando-o a partir do “presente etnográfico”, na tentativa de fazer perceber como os esquemas teóricos fornecidos pela ciência antropológica oferecem a diferentes grupos sociais instrumentos que não só analisam, mas vão se tornando formas de resistências.

A entrada no Cajueiro por meio do trabalho de pesquisa, forneceu debates que precisam ser ainda investigados mais detidamente. Nesse caso, particular é a eclosão da chamada aos povos de terreiros<sup>252</sup> em São Luís, que pode ser tomado como o re-contexto do lugar, o qual com o tempo e com as formas de politização do conflito faz com que o Egito se torne ou seja novamente olhado mais atentamente.

---

251 Poderia identificá-los de outra categoria como ribeirinhos? Quilombolas? Pescadores? Povos de terreiro? O processo de mapeamento social, as entrevistas não me conduzem a estas classificações, porque parece que o conflito faz com que reпреsem a atribuição e qual atribuição seria melhor assumir coletivamente. Entretanto, classificá-los sem consulta, parece seguir o arbitrário mais arbitrário. Dessa maneira, farei de agente social, tomando a concepção de Bourdieu (2013, p. XX) em que os agentes são “dotados do sistema de disposições capazes de engendrar práticas adaptadas às estruturas e contribuindo, por essa via, para reproduzir tais estruturas. A mediação, operada pelo agente tendo em vista a reprodução social associa-se, segundo a mesma tradição, ao papel estratégico que o processo de socialização desempenha [...]. Para muitos os agentes não vivem outra coisa a não ser suas próprias representações, de onde derivam a posição e o peso de cada elemento do mundo físico e social”.

252 Farei uso o termo “povos de terreiros” por considerar a crescente politização, bem como a objetivação em movimentos sociais.

## O Egito: processos de resistências cotidianas

Enxergando do alto do morro, onde a frente vejo uma imensidão de água salgada, o mar da baía de São Marcos, é de onde desenrolo o novelo com esboços de práticas sociais, pesquisas de campo emaranhadas de teorias e conceitos, que de fato não sei se resolveram ou causaram mais conflitos. No entanto, é preciso ter o lugar e o momento para se começar, como já enunciado tentaremos construir a partir do “presente etnográfico” (Velsen, 1987), o território do Cajueiro.

A ideia de categorizar o Cajueiro por “comunidade” ou “território”, não se refere somente a nossa forma de delinear teoricamente as questões levantadas na pesquisa de campo, mas a maneira como o conflito recriou conflitos e também faz com que o grupo, reordene seu modo de se notar e se fazer notar. Recriando assim, a luta e formas de resistência acionando o território pelo sentimento de pertença. A utilização dos conceitos, por vezes, parece dizer e também desdizer as limitações fronteiriças estabelecidas pelos “atos do Estado” (BOURDIEU, 2014).

O uso da história, reforça aqui, o que Joan Vicent diz, que “é preciso reconhecer que em muitas ocasiões as histórias de vida e as histórias de família projetadas por informantes vivos, são depoimentos do presente” (VICENT, 1987: 391). E, sendo assim, olhar do alto do morro, é como enunciamos o Cajueiro, pelas narrativas históricas que ao ser lembradas pelos agentes sociais, tentam fixar um tempo marcado pelo uso aos recursos naturais, a relações de parentesco, a relação religiosa, econômicas do modo como este grupo foi se reproduzindo socialmente ao longo de décadas e fornecendo subsídios para a análise social, a qual não permite que olhemos e achemos de imediato o que se procura.

Neste caso particular, é possível atribuir o que Bastide (1971) chamou de “inversão da luneta”, o que nos leva a pensar como estes agentes sociais não são passivos das teorias e dos conceituais, mas coloca o fazer etnográfico no lugar contínuo da reflexividade, e de regular constantemente o que se fala e de quem se fala. De tal modo, o tempo presente etnográfico assume o caráter do agora, que invariavelmente se tornará o passado no hoje. Já que estes agentes hoje integram a redes de debates que ampliam discursos e reforçam incisivamente a concepção identitária, territorial acionadas por vezes pelos conflitos de terra.

O uso da narrativa coligida na pesquisa, tem por proposição assumir o lugar do tempo presente. Conforme Halbwachs (2013: 31):

Uma ou mais pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstituir toda a sequência de nossos atos e nossas palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de nada de tudo isso.

Seguindo o processo de reconstrução e o sentido que os agentes sociais dão ao Cajueiro, a narrativa utilizada neste contexto é constituída pela memória da filha do senhor Ventura e do senhor José, chefe da família Amorim. Os dois “grupos domésticos” (FORTES, 2011: 02) serão empregados mais incisivamente, por serem apontados durante a pesquisa como grupos que, em termos gerais, representam em suas trajetórias familiares o nascedouro da Vila Bom Jesus do Cajueiro.

Nesta direção, a narrativa acerca do Cajueiro, permite deslindar a forma de viver, as “formas cotidianas de resistências” (SCOTT, 2002: 13) que podem ser percebidas no entrelaçamento das relações com outros grupos, pelas plantações de roças coletivas, ou seja, na ajuda mútua e intercâmbio com agentes sociais que trocam de sementes e serviços, farinha, produção dos barcos de pesca, plantações de fundo de quintal, os quais assumem relevância para toda comunidade.

Desse modo, a descrição do Bom Jesus do Cajueiro, que vai ser descrito como o território do Cajueiro há aproximadamente um século ou mais, uma leva de agentes sociais advindos dos povoados de Alcântara- Maranhão, se deslocam dos seus povoados para a cidade de São Luís. Dentre várias famílias estão duas, as quais trabalharemos mais detidamente, na tentativa de fazer entender o conflito e como os agentes sociais criam e/ou recriam narrativas configurando o que chamam de seu território.

Descrever etnograficamente a trajetória dos grupos domésticos, permite acentuar o os arranjos organizativos, a representação e distribuição espacial. Dentre os grupos domésticos que migraram de Alcântara<sup>253</sup> a capital São Luís,

---

253 Cf. Almeida, A. W. B. 2006. Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico. Brasília: MMA.

estão a família Araújo e a família Amorim. Ambas vindas de povoados distintos. A primeira: de São Maurício e a segunda de Raimundo Sul. Em um primeiro momento a família Araújo ao sair de São Maurício se desloca para um bairro chamado Vinhais; enquanto a família Amorim vai direto para o Cajueiro, por conseguinte terão suas trajetórias ligada às terras do Bom Jesus do Cajueiro.

A escolha em tomar os dois grupos domésticos como instrumento de análise, vai aparecendo e sendo direcionada pelos agentes sociais envolvidos na pesquisa, os quais apontam primeiramente na direção das pessoas mais idosas. Sinalizando não para os principais mediadores institucionalizados pelo grupo, mas para agentes sociais que suas narrativas garantem a reprodução social e o desenvolvimento dos grupos domésticos. Como bem diz Meyer (2011: 07) “o fator de desenvolvimento é intrínseco à organização doméstica e ignorá-lo é causar sérias distorções na interpretação de fatos descritivos”. É desse ponto de partida que realço o território do Cajueiro.

A narrativas de dona Joana<sup>254</sup>, do senhor José, e de seu João permearam a descrição etnográfica e, na intenção de dar sentido do porquê, deixam de fazer uso da Vila e vão tomando a mão o uso social das narrativas como critério de pertencimento ao território. A tentativa é, de por meio da descrição, permitir ao leitor olhar o Cajueiro e perceber como as relações sociais são construídas diante do conflito.

## **O terreiro do Egito ou o morro do Egito? Narrativas de pertencimento ao território**

A descrição é uma interpretação das narrativas, ora de Joana, ora de seu José. O senhor Ventura, o chefe da família Araújo, pai de Joana, como bem conta dona Joana. Em uma bela noite saí para pescar na baía de São Marcos, em uma área pesqueira próximo ao Porto do Itaqui. Segundo Joana, no mês de dezembro, à noite ele, observou embarcações que passavam com muitas mulheres, vindas do centro de São Luís e da baixada maranhense em direção a um morro, no Itaqui. De longe, o senhor Ventura observou atentamente no alto do morro, uma casa feita de pau a pique, uma bandeira branca hasteada,

---

254 Utilizaremos nomes fictícios dos agentes sociais para preservar suas identidades.

para ele era a direção para onde as embarcações se dirigiam. Um certo dia, curiosamente, senhor Ventura resolveu seguir as embarcações e depois de horas à deriva em sua canoa no mar observando as movimentações, ouviu um som vindo do alto do morro, de onde ecoava rufos de tambores e fagos.

Conforme Joana<sup>255</sup>, num primeiro momento, ele preferiu não avançar, e tão somente observar a movimentação e as ações dos embarcados. Na segunda vez, em que senhor Ventura analisava atentamente as movimentações, decidiu avançar e acompanhar à distância aquelas que se dirigiam até o alto do morro. Segundo Mariazinha “ele queria ver com seus próprios olhos”. Ao se aproximar, o senhor Ventura observou duas casas no alto do morro. Uma era o Terreiro do Egito e a outra a casa dos vigias do Egito. O lugar avistado pelo senhor Ventura foi “Ilê Nyame - Terreiro do Egito, marca sua fundação ainda no século XIX por uma africana de nome Massinocô Alapong- Basília Sofia, vinda de *Cumassi*, na Costa do Ouro, atual Gana” (ALVES, 2017).

Para Oliveira (1987, p. 33) segundo versão dos mais antigos, o terreiro do Egito (nome devido ter muitos voduns provenientes do Oriente) como da Turquia, foi o primeiro um quilombo implantado em uma ponta de terra, em cima de um barranco por trás do atual Porto do Itaqui, de onde negros fugidos de São Luís, ou Rosário iam e esconder. No Maranhão paira todo um misticismo entorno deste terreiro, para alguns ele teria sido fundado em um quilombo; para outros foi um terreiro que deu origem a outras casas de Mina no Maranhão e é de lá que contam que viam o navio do encantado Rei Dom João, anualmente entre os dias 12 e 13 de dezembro, quando os tambores rufavam em homenagem aos voduns, caboclos e orixás.

Passados os anos, a área começou a sofrer a intensificação de especulação, a primeira especulação, segundo Moreira (2015, p. 68) é da Marinha Brasileira, que já haviam realizado o que chamaram de levantamento socioambiental de toda a região com o interesse de construir a Segunda Esquadra do Brasil, a qual foi suspensa, conforme o representante da capitania dos Portos, devido aos elevados gastos de recursos financeiros com drenagem na região. Retirado

---

255 Segundo James Clifford (2002, p. 41) “uma explicação ou descrição de um costume por um informante não precisa ser construída de uma forma que inclua a mensagem “fulano e fulano disseram isso”.

o interesse da Marinha pela região nos idos dos anos 2013, posteriormente, apresenta-se o interesse da WPR Torres- São Luís Gestão de Portos e Ltda que perdura até os dias atuais.

Há uma lógica na entrada da empresa WPR Torres São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda. que passa pelo discurso do progresso e da proibição de pessoas em lugares que o progresso chega. Com base nesta perspectiva a empresa de Portos privado juntamente com o Governo do Estado justificam a proposição do deslocamento dos grupos domésticos do Cajueiro. A entrada da empresa acirrou a intensificação do conflito, autorizada por instâncias governamentais, com o assédio moral e violento, a partir da derrubada de casas, a construção de cercas como impeditivo à entrada dos agentes sociais (moradores) à praia, às suas plantações, fazendo com que os mesmos recriem como unidade de mobilização, o Egito.

Mas, afinal como o Egito vai aparecer neste contexto, já que havia sido dado como extinto pela produção intelectual acerca da origem dos terreiros do Tambor de Mina no Maranhão?

Dentre as inúmeras narrativas ouvidas no processo do mapeamento social<sup>256</sup> no Cajueiro, diversos são os instrumentos de resistência que passam na disputa pela terra. Algumas vezes, os agentes sociais se reagrupavam ainda em reuniões para a construção do mapa social para discutir a distribuição de sementes e programar a roça coletiva, onde a divisão social do trabalho se efetiva de modo inverso a do sistema capitalista. Ou para programar a pesca visualizando os estágios lunares. O que nos leva a crer que “os atos de resistências, nem sempre estão balizados em grandes explosões, nem mesmo em qualquer organização formal” (SCOTT, 2002, p. 16).

Observamos que, havia discursos e debates que emergiam como forma de legitimação do que antes era entendido como lugarejo para a construção identitária, tanto de um território como da comunidade. As reuniões paralelas

---

256 Conforme Almeida [S.L.: s.n.]: teria dois aspectos: um etnográfico, que requer trabalho acadêmico, técnicas de observação direta, descrições pormenorizadas e critérios de seleção de informações, e outro, realizado pelos próprios agentes sociais, definindo o uso dos instrumentos, sua escolha, a seleção do que entra no mapa e, enfim, o resultado final de cada mapa situacional.

que ocorriam nas horas dos intervalos do lanche ou do almoço, mostravam como as formas de resistência não estavam ligadas somente a atos públicos, mas sobretudo, da maneira como conduziam suas práticas cotidianas. O que para Wolf (2003, p. 303) a “organização é essencial porque estabeleceu relações entre pessoas por meio da alocação e do controle de recursos e recompensas”.

Diante das fortes investidas de entrada da WPR para deslocamento dos grupos domésticos esteve o cercamento da praia, a proibição da capina de terrenos para a plantação de novas sementes e o corte da água do poço que abastece o Cajueiro. Os agentes sociais se reuniram bloqueando a entrada e passagem dos tratores, impedindo a circulação dos empregados da empresa.

O que faz perceber que os impedimentos e a maneira como conduzem suas vidas não está condicionada pelo projeto de modernização. As casas no Cajueiro possuem cercas ou muros baixos, os vizinhos muitas vezes possuem relações parentais. E como bem diz dona Maria “não me importo se aqui não tem ônibus toda hora, só não quero ter que dormir e acordar com o barulho desses tratores”.

Entrelaçando o sentido dos deuses ao conflito, notadamente, o processo de mapeamento social nos ajuda a pensar esse lugar, como tem sido construído face a luta pela permanência no que pode - designar de território tradicionalmente ocupado. Diante do trabalho de pesquisa, os agentes sociais mobilizaram sobretudo, agentes religiosos dos terreiros de São Luís, em função da área pretendida pela empresa WPR devastar o espaço sagrado do Terreiro do Egito.

A modo como os agentes sociais do Cajueiro, que na sua maioria possuem opiniões religiosas divergentes em relação ao espaço sagrado do Terreiro do Egito, inclusive com as dos povos de terreiro (herdeiros do Egito) envolvidos, isso nos permite delinear que as “formas de resistências” (SCOTT, 2002) são entrelaçadas conforme sentidos atribuído à luta, apresentando assim, fortemente articulações das lideranças e seu “capital militante” (MATONTI e POUPEAU, 2004).

O Terreiro do Egito que vez ou outra é chamado de Morro do Egito, já não possui agentes religiosos mantendo práticas contínuas naquele espaço; o terreiro segundo Mariazinha, era reformado duas vezes ao ano. Uma em janeiro, e a outra em dezembro. Ou seja, não se tem atividades corriqueiras



de ritos, sejam eles públicos ou privados, não há uma construção, não há conforme as narrativas dos povos de terreiros e dos agentes do Cajueiro algo ou alguém autorizado de modo individualizado para perpetuar o Egito. Se não há uma construção e uma autorização por que os grupos domésticos, moradores do Cajueiro não constroem casas no Egito? Por que o ‘extinto’ Egito mobilizou fortemente não somente os povos de terreiro como a sociedade civil em São Luís?



Terreiro ou Morro do Egito. Mobilização dos povos de terreiros no Cajueiro.

Foto: Christiane Mota.

À medida que, acontece uma crescente politização do conflito, um jogo de estratégias vai se colocando e sendo entrelaçado aos modos de vida dos grupos domésticos no Cajueiro. Dentre estas estratégias, estão a mobilização institucional da Secretaria Extraordinária de Igualdade Racial de São Luís e o Movimento Popular de Defesa da Ilha. Conforme narrativas das lideranças do Cajueiro, as entidades sociais e coletivos propuseram esquematicamente definição por uma identidade, a quilombola, baseada na “origem” dos grupos domésticos. A proposta parecia ser um forte instrumento de solução frente ao conflito.

Entretanto, a atribuição fornecida, mesmo diante da expansão do conflito foi negada pelos grupos domésticos do Cajueiro. O jogo que vai se colocando ou sendo colocado, não é a atribuição de ‘qualquer’ identidade para dar sentido ao lugar ou território. Diante de quais impasses atributivos de agentes sociais externos fez com que o grupo definisse ou redefinisse um tipo de identidade? No entanto, a complexidade dos atos identitários, por vezes nos colocam a refletir: o que é identidade para os agentes sociais envolvidos nesta luta mais específica? O que faz com que esses atores em distintos grupos domésticos tenham ou acionem uma ou múltiplas identidades, se é que acionam?

A centralidade da identidade no Terreiro do Egito é compartilhada por agentes sociais de diferentes confissões religiosas, culturais, políticas?

## **O Redesenho e a construção da identidade e territorialidade**

Após cinco anos de disputa pela “terra”, parece do nosso ponto de vista que a “terra” sempre teve um dono: O Estado, que repassa o seu poder a outro: a empresa. Pensar nas disputas acerca da “terra” do Cajueiro, implica em pensar nos processos de significação e significados que perpassam o sentido e o motivo do querer a posse da terra. Falar em disputas, seja por terra ou pelo que se condicionou por território, não é algo novo, não é algo simplista, nem mesmo algo que precise de sentidos prontos e abacados, pois o sentido de ser o “dono da terra” parece assumir uma única direção, a do sentimento de pertença.

No Brasil, hoje, falar em “terra” significa falar em “disputas territoriais”, disputas estas que não passam por uma legitimação qualquer, mas por uma legitimação estatizada. Diante do processo de pesquisa para a produção do mapa social no Cajueiro. Acompanhamos audiências públicas, reunião privadas, conversas formais e informais, reuniões que pareciam traçar estratégias que pudesse barrar o crescente processo de desmatamento e devastação feito pela empresa WPR torres no Cajueiro.

Diante das estratégias de resistências durante o processo de mapeamento social, pudemos observar que mesmo diante do conflito, das perseguições de jagunços, proibições de roçado, de capina e de entrada no mar para pesca, o grupo se reordenava, interagira com outros grupos, na roça de plantação

coletiva, em que a outros agentes ajudam na capina e a plantação, mas que possui um dono. Remontando as formas de viver deste grupo, foi possível observarmos, mesmo que de modo preliminar, a reconfiguração e a dinâmica das relações sociais, dos modos de se relacionar com a construção do lugar enquanto território do Cajueiro.

O processo de realização do mapeamento social nos fez compreender não somente os conflitos causados entre a empresa de portos com os agentes sociais do Cajueiro, como também possibilitou entender que, as relações sociais, as relações cotidianas envoltas a luta pela permanência no se restringe as delimitações dos lotes dos grupos domésticos, apresentados num primeiro momento de: Andirobal, Parnauçu, Terreiro do Egito, Guarimanduba, Cajueiro, no segundo momento há integração da Resex Tauá Mirim dentro do território do Cajueiro, redesenham um sentimento de pertença com o território e assim delineando a territorialidade. Conforme narrativa de dona Joana é possível perceber como essa relação vai sendo construída:

Luciana: a senhora quer sair daqui?

Dona Joana - Não. É como eu tenho dito. Eu por onde eu já andei, já morei, não tenho mais vontade de voltar para lá. E aqui está na mão de Deus, Ele é quem sabe. Mas vontade de sair eu não tenho porque eu não tenho nada o que dizer do lugar. Aqui foi onde **criei** meus filhos todo e eu **terminei de me criar** aqui. Estou velha hoje mas nasci para lá mas cheguei aqui, acabei de me criar por aqui que eu vim para cá com 13 anos como eu estou falando, agora com essa idade de 90 e tantos. Então eu não tenho nada que dizer do lugar que me ajudou criar meus filhos, para mim está sendo bom.

A narrativa coligida na pesquisa de campo, demonstra que a relação com o lugar, o sentimento de pertencimento coloca em jogo o modo de reprodução social do grupo. Considerando que na “cidade” como muitos relatam morreriam. As formas de reprodução social para o grupo, tem a ver com a relação que constroem com eles, com a natureza e com os não humanos, ou encantados do Morro do Egito. Ao chegar no Cajueiro por volta de julho de 2016, não ouvíamos falar em comunidade, território, nem mesmo ouvia quem quer que fosse em alguma reunião afirmar um lugar, se enunciar de algum lugar.

Do nosso ponto de vista parecia que antes do conflito não havia uma preocupação posta pelos agentes sociais com a “identidade”, com o “território” ou com a relação e preservação com os recursos naturais, pois essa relação existia sem mesmo ter que expressar corriqueiramente. A maneira como utilizam os recursos naturais demonstra quais relações são estabelecidas, a forma como se reúnem para coletar frutas, ou para pescar está condicionada por um tipo de saber que não precisa ser explicitado, mas que o grupo comunga. Rediscutir identidade, que do meu ponto de vista, não é indígena, nem quilombola, sugere refletir a assertiva de Paoliello (2014) que ao analisar a luta pela posse da terra dos Atikum na Serra de Umã, diz que esta luta disparou como um gatilho para a etnogênese.

Nesse sentido, pudemos pensar então, que o conflito que começa a se instalar no Cajueiro, dispara a significação de conhecer e de se fazer conhecer? Ou esse gatilho passa a ser disparado quando o modo de vida começa a ser ameaçado? Neste caso, não seria necessário refletir tanto acerca da teoria como a forma que os agentes acionam esses conceitos para operacionalizar suas formas de vida coletiva?

Assim, tratar identidade e território étnico no Brasil nos parece que passa por dentro dos debates acerca de conflitos, mais especificamente por terra. O designado território do Cajueiro, parece ser redesenhado cotidianamente, assim como as estratégias de resistência pela permanência no território. Ouvi falar em sair do Cajueiro, nunca pode ser tomado como testemunho da vontade de sair, já que as estratégias e as formas de expulsar os agentes sociais feitos pela empresa causa temor. O que faz com que os agentes sociais na maioria das vezes “queriam” sair.

As ressignificações do lugar, do sagrado passam a ser como forma de garantir a reprodução social do grupo. Como bem disse dona Maria filha de dona Joana: “eu não me importo se aqui não passa ônibus toda hora. Só quero dormir em paz”. A narrativa de dona Maria aponta para as relações de pertença com o território que é acionado diante da possibilidade de deslocamento.

As redefinições da “terra”, do “território” será que não apontam para uma identidade étnica? As narrativas apontam ainda, o Egito: Morro ou Terreiro como um lugar sagrado, onde as forças dos voduns, caboclos e encantados vivem, onde o navio de um rei surgia sorrateiramente no meio da baía de

São Marcos, onde a encantada Inã teve que ser agraciada para que o Porto do Itaqui e assim o ‘desenvolvimento’ se estabelecer na ilha de São Luís. Neste sentido, diante da possibilidade de deslocamento da comunidade do Cajueiro, que demonstram sua relação particular com o território, é possível entender que os deuses morreram? Ou não irão solicitar oferendas aos agentes sociais do Cajueiro como fazem aos donos do Porto do Itaqui?

## Considerações finais

Tratar de disputas por “terra” e “território” não se trata de modo algum de um debate novo, mas tratar de terra no Brasil no século XXI, implica em falar das “novas” configurações que esse debate vem tomando. Conforme Said (2011, p. 38) “tudo na história humana tem raízes na terra”, e desta, eclode o campo de disputas refletidas no: território, a geografia e o poder. O jogo de disputas estabelecidos por esta tríade, aparece mais incisivamente no Cajueiro, quando a permanência no território se torna conflitante.

Remontando as formas de viver deste grupo, foi possível notar, mesmo que de modo preliminar, a reconfiguração e a dinâmica das relações sociais, dos modos de se relacionar com a construção do lugar enquanto território do Cajueiro. Até os idos do ano de 1998 aproximadamente, o grupo tinha um tipo de relação com o lugar, que não estava condicionada a títulos de terra, pagamentos pelo aforamento, ou mesmo a sua utilização. No entanto, conforme seu José “a terra nunca é nossa se não tem o papel”, ou seja, “ter papel” significa para a organização do grupo doméstico a regularização e, portanto, a institucionalização da terra.

Nos anos de 1998, em Bom Jesus do Cajueiro já havia uma concentração de famílias, em sua maioria conforme as narrativas, advindas da Baixada Maranhense as quais por meio de articulações políticas partidárias foram institucionalizadas por meio da política de terras, do Instituto de Colonização de Terras do Maranhão -ITERMA. Regularizando a área de aproximadamente 610 hectares de terra a 101 grupo domésticos. Pelo sistema de loteamento gerido pelo Iterma, os lotes até os anos de 2016 balizado em Decretos Institucionais, não permitia que fossem vendidos ou mesmo alvo de especulação imobiliária. Por conseguinte, nos últimos anos, os Decretos

mudaram conforme a conjuntura, a qual propiciou avanços da empresa sobre o Cajueiro, com a devastação, a compra de imóveis a preços irrisórios, e a continuidade da derrubada de casas na ausência dos moradores.

Com o processo de realização do mapeamento social nos fez compreender não somente os conflitos causados entre a empresa de portos com os agentes sociais do Cajueiro, como também possibilitou entender que, as relações sociais, as relações cotidianas envoltas, a luta pela permanência não se restringe as delimitações dos lotes dos grupos domésticos, apresentados em um primeiro momento de: Andirobal, Parnauçu, Terreiro do Egito, Guarimanduba, Cajueiro, no segundo momento há integração da Resex Tauá Mirim dentro do território do Cajueiro.

No entanto, expusemos no início do texto que as discussões evolucionistas de Tylor, bem como o Darwinismo Social estavam presentes nos debates atuais do século XXI. A tentativa de descrever etnograficamente o Cajueiro, o conflito, nos faz pensar a respeito dos desdobramentos da noção de sociedade construída para o ‘novo mundo’. Do nosso ponto de vista, autorização para deslocar pessoas dos seus lugares, ou do que se tem convencionado como território está balizada em um modelo de sociedade. A “hierarquização das raças e a superioridade do homem branco” (ALMEIDA, 2005, p. 10) parecem que não fazem sentido no mundo contemporâneo, no entanto, a formulação dos esquemas “superioridade”, “inferioridade”, a ideia de progresso, civilização não perderam forças, ao contrário, são aplicadas de maneira sorrateira, ou como bem coloca Almeida (2005, p. 14) “o neodarwinismo social aqui seria um princípio subjacente a divisão entre os “bem-sucedido”, que escapam da comunidade, e os “perdedores”, que são “obrigados a compartilhar” de serviços e bens “comunitários” facultados pelo poder do Estado”.

As narrativas apontam ainda, o Egito como um lugar sagrado, onde as forças dos voduns, caboclos e encantados vivem, onde o navio do Rei Dom João surgia sorrateiramente no meio da baía de São Marcos, onde a encantada Princesa Ina teve que dar seu aval para que o Porto do Itaqui e assim o ‘desenvolvimento’ se estabelecesse na ilha de São Luís. Neste sentido, diante da possibilidade de deslocamento da comunidade do Cajueiro, que demonstra sua relação particular com o território, é possível entender que os deuses morreram? Onde estão?

## Referências

- ALVES, L.R.C. 2017. **O conflito que recria conflitos:** Reflexões preliminares sobre a comunidade do cajueiro em São Luís. Anais do III Seminário Internacional América Latina: políticas e conflitos contemporâneos.
- ALMEIDA, A. W. B. **Mapeamentos Sociais, Territorialidades Específicas E Identidades.** [S.L.:s.n.]
- \_\_\_\_\_.2005. **Darwin e Marx:** diálogos nos trópicos para uma interpretação do Brasil. Somanlu, ano 5, n.2, jul. /dez.
- BASTIDE, R. 1971. **As Religiões Africanas no Brasil:** Contribuição A Uma Sociologia Das Interpenetrações De Civilizações. Primeiro Volume. São Paulo: Pioneira.
- BARTH, Fredrik. 2000. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Rio de Janeiro: Contracapa Livraria.
- BOURDIEU, P. 2013. Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe. In: **A Economia Das Trocas Simbólicas.** Introdução, organização e seleção Sergio Miceli, pp. 183-202.Sao Paulo: Perspectiva.
- BOURDIEU, P; Sayad. 2006. **A dominação colonial e o saber cultural.** Rev. Sociol. Política. Curitiba, n. 26.  
Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010444782006000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782006000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)
- BOURDIEU, P. 2013.Campo Do poder, campo intelectual e habitus de classe. In: **A Economia das Trocas Simbólicas.** Introdução, organização e seleção Sergio Miceli, pp. 183-202.Sao Paulo: Perspectiva.
- CLIFFORD, J. 2002. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX/** James Clifford; organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- ESCOBAR, A. 2015.**Territorios de diferencia:** la ontología política de los “derechos al territorio”. Desenvolvimento e Meio ambiente, v. 35, p. 89-100, dez. Disponível em: [http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1850-275X2015000100002](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-275X2015000100002)

- FOUCAULT, M. 2008. **Segurança, Território, População**. Curso dado no College de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes.
- FOUCAULT, M. 2013. Verdade e Poder. In: **Microfísica so Poder**. Org. Roberto Machado. 26ª Ed. São Paulo: Graal, C. pp. 35-54.
- GLUCKMAN, M. 2010. Análise de uma Situação Social Na Zululândia Moderna. In: FELDMAN-BIANCO (Org.). **Antropologia Das Sociedades Contemporâneas - Métodos**. pp. 237-364. São Paulo: Editora Unesp.
- HALBWACHS, M. 2013. **A Memória Coletiva**. Tradução De Beatriz Sidou. 2ªed. São Paulo: Centauro.
- MOREIRA, J. F. 2015. **Arenas, Repertórios e Ações: O Processo De Tentativa De Implantação Do Terminal Portuário De São Luís, No Povoado Cajueiro**. Dissertação. Ppgcsa, Ufma, São Luís.
- MATONTI, F. & POUPEAU, F. 2004. Le capital militant. Ensaio de définition. in: **Actes de La Recherche in Sciences Sociales**. n. 155, décembre.
- OLIVEIRA, J. I. 1987. **Orixás e Voduns no Terreiro De Mina**. São Luís: Vcr Produções E Publicidades.
- SCHWARCZ, L. M. 1996. **Usos e Abusos da mestiçagem e da Raça no Brasil**. pp. 77-101. Afro-Ásia, 18.
- \_\_\_\_\_. 1993. **O Espetáculo das Raças**. cap. 2, pp. 43-64. São Paulo: Companhia das Letras,
- TODOROV, T. 2003. Descobrir. In: **A Conquista da América**. pp. 3-70. São Paulo: Martins Fontes.
- VELSEN, J. V. 1987. A Análise Situacional e o Método De Estudo De Caso Detalhado, In: **Antropologia Das Sociedades Contemporâneas – Métodos**, (Org.) Bela Feldman-Bianco; pp.345-375. Ed. Global Universitária, São Paulo.
- WOLF, Eric. 2003. “Encarando O Poder: Velhos Insights, Novas Questões”; “Parentesco, Amizade E Relações Patrono-Cliente Em Sociedades Complexas”. In: **Antropologia e Poder: contribuições de Eric Wolf**. Editoras Unb, Unicamp e Imprensa Oficial.



# **Práticas produtivas, saberes tradicionais e efeitos sociais de megaempreendimentos nas relações sociais de comunidades tradicionais em Alcântara**

Tacilvan Silva Alves<sup>257</sup>

## **Introdução**

O trabalho ora apresentado provém das pesquisas durante o curso de mestrado realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão - PPGCSPA/UEMA no período entre 2015 e 2017. Se refere a uma reflexão sobre práticas produtivas e saberes tradicionais ameaçados desde a década de 1970 devido à implantação do Centro de Lançamento Aeroespacial - CLA no território étnico dos designados remanescentes de quilombos.

Tanto as atividades produtivas quanto os saberes que a elas estão associados são efetivados pelos autodesignados quilombolas e pescadores de Alcântara que, mobilizados em movimentos sociais positavam suas reivindicações em movimentos sociais tais como Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara - STTR, Movimentos dos Atingidos pela Base - MABE, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Alcântara - MOMTRA. Constituindo essas unidades de mobilização, esses agentes sociais têm buscado junto ao Estado brasileiro a efetivação no processo de titulação de 65.000 hectares referentes ao território étnico reivindicado como terras pertencentes às comunidades remanescentes de quilombos.

---

257 Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia - PPGCSPA/UEMA, Professor substituto da UEMA, pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia - PNCSA, integra o Grupo de Estudos Socioeconômico da Amazônia - GESEA.

O objetivo desta escrita é refletir sobre as relações estabelecidas entre as práticas da roça, da pesca e do extrativismo exercidos em meio a constantes tensões sociais vivenciadas por agentes sociais frente ao empreendimento governamental conhecido localmente como Base. Essas práticas organizam as relações sociais e, nessas condições, são combinadas de formas distintas pelas famílias. Há famílias que vivem da pesca associada com práticas extrativistas, outras que vivem tanto da roça quanto da pesca. Existem também famílias que associam as três atividades.

Para descrever sobre essas distinções citadas acima, busco compreender os processos de acirramento das tensões sociais que têm levado os agentes sociais a se mobilizarem e objetivarem suas práticas cotidianas na afirmação de suas identidades étnicas, reforçando suas reivindicações em movimentos sociais como MABE, MOMTRA e STTR. Parto deste modo para analisar as práticas de implantação das roças, a prática da pesca e a prática do extrativismo também como relações sociais que convergem para processos de representação e afirmação identitária.

Busco, como ponto de partida para a construção dessa reflexão, a ideia de “nova descrição” (ALMEIDA, 2013) porque, em certo sentido, ela me permite trabalhar os dados da pesquisa enquanto resultado das relações sociais que me permitiram concebê-los não como meros incidentes da investigação. Por isso, invisto esforços no sentido de uma descrição das observações realizadas ao longo de duas estadas na comunidade de Brito, em Alcântara, para realização de trabalho de campo. Neste sentido, os pormenores da pesquisa aparecem como elementos que visibilizam um sistema de relações sociais fundamentais para o modo de vida do grupo.

Na situação daqueles que assumem o protagonismo político em suas comunidades, a roça e, principalmente, no caso do Senhor Leonardo, a pesca, passou a ser representada como referidas a uma identidade étnica, a saber, pescadores.

Para a compreensão da situação social que pretendo analisar recorri a autores situados em distintos momentos da produção antropológica de modo a situar o debate referido às situações empíricas nas quais me detive durante a pesquisa. Iniciei com a leitura dos autores clássicos do campesinato de modo

a compreender a constituição das famílias e a relação dessa composição com as unidades de produção denominadas roçados. Tais autores (SHANIN, 2005; WOLF, 2003; CHAYANOV, 2014) auxiliaram na percepção da roça como uma atividade que se desenvolve no âmbito da unidade de produção familiar. Para esses autores, as famílias se constituem na unidade básica de produção e consumo, assim como a produção está atrelada à manutenção da família.

O auxílio da literatura referida ao campesinato se deu no sentido de perceber as especialidades dessa “economia”. As categorias presentes na economia familiar são distintas daquelas da economia capitalista (CHAYANOV, 2003). Para Chayanov, o camponês que gere a sua própria empresa sem recorrer ao trabalho assalariado e, portanto, não se pode compreender essas sociedades a partir das categorias da sociedade capitalista. Para ele, nas sociedades camponesas inexistem as categorias salário, lucro, renda e o produto do trabalho familiar é a única categoria possível de rendimento.

Para refletir sobre a prática da pesca e das roças como relações sociais que se inter cruzam, aparecendo também como estratégia de resistência e afirmação identitária me afasto, em certo sentido, dos estudos clássicos sobre o campesinato (CHAYANOV 1924, 2014; WOLF 2003; SHANIN 2005) cujas abordagens estão voltadas para refletir a respeito das relações camponesas a partir das questões econômicas. Sobremaneira, os estudos que tratam a respeito de pesca tendem a seguir também o mesmo viés econômico dissociado das relações inerentes à roça ou a qualquer que sejam as práticas que venham a se justapor às práticas pesqueiras. É necessário que se construa objetos de estudos, métodos e técnicas de pesquisa específicos para pensar, de maneira articulada as atividades dos “camponeses” e pescadores.

A esse respeito, reflete Marin (2009) que “a construção da história social do campesinato, como de outras categorias socioeconômicas, deve romper com a primazia do econômico e privilegiar os aspectos ligados à cultura” (MARIN, 2009, p. 12). Acrescento aqui aspectos inerentes aos processos de reivindicação de direitos territoriais, a lógica local que garante o compartilhamento de regras sociais e sentimentos de coesão social que positivam os modos de vida em cada unidade social. Soma-se a isto as singularidades das situações a partir de relações específicas que podem, ou não, ser compartilhadas em localidades que se encontrem diante das mesmas condições sociais.

Porém, estou considerando esses estudos como limitados para contribuírem na reflexão sobre a situação investigada uma vez que *roça* e pesca não correspondem ao meramente econômico, não são praticadas de formas dissociadas. A pesquisa de trabalho de campo, as entrevistas e as observações diretas tem me levado a considerar tais práticas pelo ponto de vista dos agentes sociais que se autoafirmam como quilombolas e pescadores e, que convergem suas autoafirmações identitárias em “unidades de mobilização” face às constantes tensões.

A literatura relativa aos estudos sobre campesinato não dá conta da compreensão da complexidade das situações analisadas. Nas situações em análise, a atividade na *roça* é conciliada com a pesca e o extrativismo e a família possui uma composição que inclui a presença de membros das unidades que estão dispersos em outras atividades nas cidades de Alcântara e São Luís. Ou seja, é preciso repensar a família como unidade básica de produção e consumo já que há membros dessa unidade que trabalham em atividades relacionadas à prestação de serviços e construção civil.

Diante dos conflitos vivenciados no território étnico de Alcântara, os agentes sociais passaram a reivindicar o reconhecimento de suas territorialidades e a construir a identidade como quilombolas. É a forma organizativa o critério de afirmação étnica (BARTH, 2000). A categoria quilombo, construída via um processo de luta, não exclui a classificação das territorialidades específicas e, em alguns casos, é conciliada com o acionamento de outras identidades, como a de pescador. Portanto, a categoria “camponês”, construída de forma externa ao grupo parece ser insuficiente na compreensão da emergência das identidades étnicas observada no estudo presente.

Levando em consideração as observações diretas e as narrativas que apontam as características pelas quais os pescadores inter cruzam as diferentes práticas que lhes asseguram positivities na circulação dos produtos da *roça*, da pesca e do extrativismo, e manutenção de suas relações sociais internas e externas à comunidade de Brito, é fundamental não perder de vista as constantes ameaças cujas práticas e os saberes a eles inerentes estão sujeitas. Passo a discorrer sobre elas a seguir.

## Comunidades tradicionais e novas identidades coletivas: situando o debate

Em uma perspectiva de criticidade ao modo como a Amazônia por tempos foi imaginada, Almeida atenta para que se realize “uma leitura crítica de esquemas interpretativos para explicar a Amazônia que, fundados na histórica hegemonia das ciências biológicas, se tornaram senso comum no mundo erudito” (ALMEIDA, 2008, p. 8). Nesse sentido, é possível pensarmos em novas possibilidades interpretativas das situações observadas no contexto de conflitos em que se tem observado processos de politização das identidades coletivas. Nesse processo, as próprias instâncias jurídicas passam a ser provocadas a reconhecê-las. Portanto, deve-se ler Veríssimo de forma crítica, pois a pesca é interpretada por ele como uma mera atividade econômica.

Na situação pesquisada percebi sistemas de relações específicas que se aproximam das análises de Almeida (2008), quando este afirma que

“(…) a emergência das novas identidades coletivas e de sujeitos sociais organizados, isto é, identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais, estão sendo afastadas de vez das ficções biologizantes, bem como os sujeitos biologizados.” (ALMEIDA, 2008, p. 14).

Neste sentido, o esforço reflexivo consistiu em incorporar na descrição, que se constrói a partir das práticas de pesquisa, o modo como os agentes sociais se mobilizam para se autorrepresentar enquanto pescadores. Observa Almeida, “Constata-se uma politização da natureza e problematizar isto constitui nosso objeto de reflexão (...)” (ALMEIDA, 2008, p. 14).

Em termos jurídico-formais sobre o reconhecimento dos grupos étnicos, Almeida observa que desde a Constituição Federal de 88, há um deslocamento no sentido do uso da categoria “populações tradicionais” incorporados nos

novos dispositivos constitucionais que contradizem aos sentidos postos em “velhos instrumentos legais de inspiração colonial” (ALMEIDA, 2004, p. 13). Ademais, acrescenta:

A própria categoria “populações tradicionais” tem conhecido deslocamentos no seu significado desde 1988, sendo afastada mais e mais do quadro natural e do domínio dos “sujeitos biologizados” e acionada para designar agentes sociais, que assim se autodefinem, isto é, que manifestam consciência de sua própria condição. Ela designa, deste modo, sujeitos sociais com existência coletiva, incorporando pelo critério políticoorganizativo uma diversidade de situações correspondentes aos denominados seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros e pescadores que têm se estruturado igualmente em movimentos sociais. (ALMEIDA, 2004, p. 9).

A terras tradicionalmente ocupadas, segundo Almeida, “expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza” (ALMEIDA, 2008, p. 25). O uso da categoria “terra” aparece em dimensão relacional, quando mais, como base física sobre a qual se estabelece fluxos nas fronteiras sociais e afirmações identitárias. Não se trata do meramente físico, antes, é resultado de relações sociais, de estratégias, de regras que demarcam singularidades na maneira como os agentes sociais percebem a si e a própria natureza.

O processo de efetivação dos novos dispositivos presentes na Constituição Federal de 1988 contraditam os instrumentos legais de inspiração colonial a respeito das referências territoriais (ALMEIDA, 2008). Desse modo, tais direitos nem sempre são efetivados, muito em função dos aparatos burocrático-administrativos do Estado, ou quando são resultantes de estratégias engendradas por interesses de grupos que monopolizaram a terra.

Neste sentido, o “território étnico” é posto como categoria explicativa imprescindível para situar a dinâmica presente na questão das lutas pela afirmação de direitos e reivindicação territorial. Partindo dessa condição interpretativa, busquei refletir a respeito dos processos que possibilitaram a construção coletiva por parte dos agentes sociais em Brito e o modo como eles representam o contexto que os autoriza a afirmar seu pertencimento étnico frente aos embates com grupos antagônicos. Isso permite sobremaneira

a compreensão dos diferentes processos com os quais as territorialidades foram se consolidando, pois envolvem processos de reconhecimento, de pertencimento e relações sociais estabelecidas no território. Afirma Martins:

A noção de território étnico pode ser contraposta às ações governamentais que tem reconhecido como comunidades quilombolas insularizadas desconsiderando que há relações sociais entre as comunidades em jogo. Ao proceder de forma a reconhecer “ilhas de quilombos” ao invés de territórios étnicos a ação oficial desarticula relações sociais construídas ao longo do tempo e desmobiliza lutas coletivas (MARTINS, [s//d], p. 17).

## **Conflitos sociais e processos de resistência de agentes sociais frente ao empreendimento CLA**

As tensões sociais decorridas em Alcântara envolvendo comunidades tradicionais e o Estado brasileiro estão registrados em distintos trabalhos acadêmicos. Os conflitos vivenciados por agentes sociais no litoral do referido município frente as possibilidades de ampliação do Centro de Lançamento de Alcântara - CLA não estão ausentes desses estudos. Pontuo aqui que essas tensões sociais têm se acirrado diante dos novos desdobramentos dessas disputas territoriais em decorrência da retomada das negociações entre o Brasil e os Estados Unidos com fins de desapropriar 12.000 hectares do território reivindicado pelos agentes sociais das comunidades remanescentes de quilombo.

A prática da pesca executada entre as comunidades do litoral de Alcântara, mais precisamente, da comunidade de Brito e sua circunscrição, estão estabelecidas distintas relações sociais entre os agentes sociais que nelas vivem. Tal prática está inserida em um contexto de disputa tanto no plano das questões territoriais, quanto dos sistemas de classificação do próprio modo como os agentes sociais identificam, percebem e representam os recursos naturais dos quais lançam mão cotidianamente.

Trabalhar com esses efeitos sociais tendo se passado mais de 30 anos pós-início da implantação do CLA, se torna necessário uma vez que essa situação de conflitos não se limita ao período de fixação desse empreendimento. Cabe compreender a dinâmica desse processo onde comunidades vivenciam e reivindicam direitos diante dos impasses no processo de titulação do território étnico.

A implantação do CLA se inicia em 1980, com o Decreto 7.820/80, pelo qual o governo do estado do Maranhão preceitua como de utilidade pública partes das terras de Alcântara, compreendendo uma área de 52 mil hectares. Com isso, as obras voltadas para a construção do CLA são iniciadas no ano de 1983. No ano de 1991, essa área de pretensão do CLA sofre uma ampliação passando a corresponder 62.000 hectares. Estes acontecimentos são seguidos pela elaboração de sucessivos Decretos que visavam o remanejamento compulsório das famílias localizadas na área pretendida para atender aos interesses do CLA.

Sob Decreto 95.571/86, é determinado em 15 hectares o tamanho dos lotes a serem entregues a cada família remanejada para as chamadas “agrovilas” e, ainda em 1986 é dado início ao processo de deslocamento das famílias para as sete agrovilas construídas, sendo elas, Peru, Marudá, Pepital, Só Assim, Cajueiro, ponta Seca e Espera. Com o Decreto 7.820/80, as comunidades antes costeiras foram empurradas para locais distantes dos pesqueiros, o que resultou em distintas implicações às práticas da pesca.

A Base passou a exigir a apresentação de documento aos pescadores para que estes tivessem acesso a seus antigos pesqueiros, estabelecendo uma relação de controle que, em muitos momentos, alcança sua máxima impedindo que os pescadores acessem os pesqueiros no período em que está sendo realizada alguma atividade no Centro de Lançamento. Os pescadores das comunidades que estão dentro da área do decreto, mas que, no entanto, não foram remanejados e cujo acesso às áreas de pesca ocorre de forma livre, conseguem executar a pesca segundo as lógicas que orientam suas atividades. Já as que foram remanejadas para as agrovilas tiveram que reestruturar suas organizações internas para poderem garantir sua reprodução, física, cultural, religiosa e econômica.

Nessa reestruturação da dinâmica estabelecida entre as comunidades, foram fortalecidas as relações com as que permaneceram próximas ao litoral. O trabalho de pesquisa aponta para a existência de um sistema mútuo que intercrusa as práticas produtivas na construção da lógica local por meio da qual tentam reestabelecer suas práticas ao passo que lutam pela permanência das comunidades presentes no litoral situadas nos 12.000 hectares pretendidos na negociação já descrita acima.



A execução da pesca, das atividades na roça e do extrativismo vegetal é, em certa medida, a condição que assegura às famílias tanto das agrovilas como das comunidades não remanejadas a circulação de produtos, serviços e manutenção de seus modos de vida.

Dentre as questões levantadas em uma das reuniões dos agentes sociais em Brito, estão: conflitos inerentes ao processo de deslocamento decorrentes da implantação do CLA; as constantes ameaças de remanejamento das unidades sociais presentes no litoral para a ampliação dos chamados sítios de lançamento; atenuação e acirramento das referidas ameaças; intrusamentos das áreas entre Brito, Mamuna e Baracatatiua; retomada das negociações entre Estados Unidos e Brasil sobre o aluguel de sítios de lançamento no litoral de Alcântara.

As práticas de intrusão se intensificaram especificamente com os estudos realizados por empresas de engenharia com fins de analisarem o solo e a água que implicou em processos de devastação de áreas vegetativas, comprometeram caminhos de servidão pelos quais os agentes sociais transitavam entre as unidades sociais de Mamuna e Baracatatiua. Tal intrusamento, segundo descreveu o Senhor Leonardo, ocorreu em novembro de 2007.

Vale situar que esse processo de tensões sociais se acentuou diante das negociações realizadas via Tratado entre Brasil e Ucrânia que resultou na criação da ACS, promulgado pelo Decreto Presidencial nº 5.436 de 28 de abril de 2005, mas que já estava firmado desde outubro de 2003. Essa parceria é então denunciada em 2015, segundo Decreto nº 8.494, pela então presidenta Dilma Rousseff o qual deixa de vigorar nos dias 16 de julho de 2016.

A economia local, ao que parece, está organizada por um conjunto de articulações entre diferentes práticas que se coadunam e permitem à coletividade possibilidades de estabelecer circulações produtivas de bens e serviços. Por outro lado, essas práticas não se dissociam da economia mais ampla, antes, estabelece um constante fluxo na fronteira entre ambas. Os agentes sociais percebem suas diferenças nessas trocas e se posicionam face as possibilidades de intervenção econômica em seus modos de vida.

É registrado circulações de produtos em diferentes períodos com os comércios da capital de São Luís, a sede de Alcântara, Bequimão, Pinheiro e que não implicou no desaparecimento do modo como os agentes sociais articulam suas práticas comerciais internamente. Antes, fortaleceram as relações de circulação que afirmam suas diferenças face aos fluxos econômicos que atravessam suas fronteiras sociais.

Em Brito, observa-se isso na circulação dos pescados entre as distintas comunidades, a sede de Alcântara e São Luís; a compra de equipamentos para a manutenção da casa de farinha, como os tipitis que não são produzidos localmente; a venda de produtos coletados nas *roças*, como a melancia e o milho; a compra de fios de algodão em Bequimão, sendo estes a matéria prima usada na tecelagem de redes de dormir, bolsas e tapeçarias.

Essas formas de manutenção de uma economia local, estabelecida segundo as regras da organização do grupo é classificada por órgãos oficiosos como sendo a “pesca de subsistência” ou “pesca artesanal”, “agricultura de subsistência”, designações estas usadas para se referir a esses modos específicos de organização local e que são apresentados como fadados ao desaparecimento. O modelo econômico capitalista é, nesse contexto, fortalecido nesse discurso em detrimento dessas formas específicas de organização local. A isto pesa também as colocações de que tais condições de reprodução social local inerente modo de vida organizado pelas designadas “comunidades tradicionais” são as causas do atraso na economia aeroespacial brasileira.

O contradiscurso apresentado pelas lideranças que estão à frente dos movimentos sociais e forças sindicais, como o senhor Leonardo, dona Leandra e os senhores Aniceto, Marcos e Samuel, demarca o posicionamento dos agentes sociais no sentido de afirmar suas identidades frente as tensões sociais e tentativas de criminalizar as lutas engendradas em defesa dos direitos territoriais constitucionalmente assegurados por lei nos termos do Art. 68 do ADCT, e também pela garantia das condições de reprodução física e social.

## A execução das práticas pesqueiras, do extrativismo e das roças frente aos impasses com o CLA

As atividades referentes à pesca não consistem apenas na ação de estar no mar e exercitar a captura dos peixes. Ela envolve práticas e interrelação de saberes que tornam possível a efetivação das pescarias e da afirmação de um conhecimento que assegura, aos que as praticam, certa coerência e singularidade no modo de vida coletivo que compartilham em sua comunidade e no território étnico.

Martins, em 1994, já registrara, em seus estudos sobre os processos de deslocamento em Alcântara, depoimentos de agentes sociais relocados para a agrovila de Cajueiro os quais descrevem a mudança nas relações de pesca estabelecidas em outrora nas proximidades com o litoral. Nessas proximidades com o mar era possível, para os pescadores, realizarem o que denominam de pesca ligeira ou rápida, ou seja, realizadas em um tempo mínimo e que não comprometia a realização de outras atividades, como os cuidados com as roças. Com a mudança para as agrovilas e o distanciamento dos antigos pesqueiros cuja a Base passou a impor formas de controle no acesso a eles, os pescadores passaram a viver condições de imobilização da força de trabalho e de práticas inerentes aos modos tradicionais de estabelecerem as relações sociais em torno da pesca e da roça.

No contexto presente observa-se ainda esses relatos, agora, descritos pelos pescadores que estão no litoral. Em Brito era constante ouvir os pescadores relatarem sobre a possibilidade de realizarem as pescas de modo rápido contrastando com as situações dos pescadores que estão nas agrovilas e que para pescar tem que se deslocarem num percurso que dura quase um dia até chegar aos pesqueiros.

As pescas realizadas entre os *pesqueiros* localizados no igarapé de Brito são praticadas constantemente por determinadas unidades familiares como a da dona Faustina, da dona Maria da Natividade, do senhor Luís, do senhor Raimundo Pimenta e do senhor Zé Raimundo. O Igarapé de Brito se estende do rio da Ponte até desaguar na Baía de São Marcos nas proximidades com o Oceano Atlântico. O rio da Ponte é onde se localiza a comunidade de Ponte, por vez, tanto o rio quanto a comunidade recebem esse nome devido a existência de uma ponte sobre o rio por meio da qual se fazia o traslado entre as diferentes comunidades dos dois lados do rio.

Para os pescadores de Brito, o Igarapé de Brito é um entre os que se destacam em Alcântara na concentração de pescados. O igarapé que passa pelas comunidades de Pacuri e de São João de Cortes é outro ressaltado pelos pescadores como referências para as comunidades do litoral sendo este um dos maiores no território étnico. O referido igarapé é identificado pelo nome de Rio Peri-Açu e deságua na Baía de Cumã. Há ainda o Igarapé de Canelatiua que também é aludido pelos pescadores por se destacar nas atividades pesqueiras.

Soma-se a estes o igarapé de Caiuaua do qual estão próximas as comunidades de Mamuna, Mamuninha e Capijuba. O igarapé de Caiuaua é onde deságua o igarapé de Peru, que era frequentado especificamente pelos pescadores de Peru antes do remanejamento desta comunidade para a Agrovila de Peru para a qual foram deslocadas as comunidades de Aldeia, Cavém, Peru, Titica, Porto, Camarajó, Santa Cruz e Sozinho.

Nesta mesma situação encontram-se os igarapés de Pirapema e de Pepital cujo último é declarado seco pelos pescadores devido a construção da Agrovila de Pepital que foi construída em cima da nascente dele. Ao longo da extensão desses igarapés existem diferentes rios que deságuam neles e cujas atividades pesqueiras também são executadas neles.

Os Igarapés de Pirapema, de Peru ou mesmo de Pepital; as áreas nas proximidades onde eles deságuam no mar; os pesqueiros em *alto mar* na direção desses igarapés, no presente, encontram-se sobre total controle da Base Espacial, sendo que para os pescadores terem acesso a essas áreas de pesca, eles precisam estar cadastrados junto a referida Base, cadastro este, que permite a obtenção de uma carteira de identificação que autoriza aos cadastrados terem acesso aos designados pesqueiros.

Nesse contexto aparece a figura do *peixeiro* que no período em que estive em campo acabou se tornando referência no encadeamento das discussões acerca das reorganizações conduzidas pelos grupos face à implantação do CLA e os deslocamentos compulsórios.

As agrovilas, no presente, diante dos efeitos sociais vivenciados pelo deslocamento, se encontram obstaculizadas no acesso às áreas de execução da pesca. Neste contexto, aparecem os compradores de peixe, chamados também de peixeiros, que fazem o escoamento dos pescados das comunidades de Brito, São Joao de Corte, Mamuna, Pacuri, Canelatiua para as agrovilas.

Os chamados peixeiros são pescadores também. Dominam saberes referentes aos processos que atravessam a dinâmica da pesca e executam a atividade pesqueira propriamente dita. No entanto, percebendo os efeitos sociais existente nas agrovilas com a falta do pescado ocasionado vias de regras pelos deslocamentos das antigas comunidades iniciaram a prática da vendo do pescado entre as agrovilas.

A partir das relações estabelecidas entre as comunidades que permanecem em seu território étnico e as que foram deslocadas compulsoriamente, a ausência de peixe nas agrovilas desencadeou a reelaboração das relações referentes a pesca e a prática da compra e venda do pescado. Neste sentido, as atividades desenvolvidas pelos referidos peixeiros retomam lugar de destaque no processo de reabastecimento e na possibilidade de rearticulação entre os que se encontram nas agrovilas e seus modos de vida quanto se encontravam nas proximidades do litoral, onde o acesso aos pescados era constante.

Para os agentes sociais, a permanência no território étnico, em que há abundância de recursos naturais por meio dos quais asseguram suas reproduções físicas e sociais, é a condição de afirmação de sua autonomia. Diferem-se neste sentido dos que estão nas agrovilas, pois estes estão sob condições de controle no uso dos recursos naturais além de sentirem os efeitos da escassez dos recursos necessários para assegurarem sua autonomia produtiva.

No Laudo antropológico, escrito pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, desse território fica evidenciado as relações mercantis decorrentes das trocas inseridas na organização econômica dessas comunidades. Ademais, acrescenta Almeida:

As transações mercantis envolvem apenas os produtos do trabalho agrícola, do extrativismo, da caça, da pesca, da criação de gado para abate e das peças de artesanato feitas com palha (cofos, abanos, piaçabas, meaçabas, cestos, tipitis), madeira (para esteio das casas), barro (utensílios de cerâmica) e fios de algodão (redes), além do carvão produzido com os restos vegetais dos terrenos de plantio (ALMEIDA, 2008, p. 78).

Há uma inter-relação entre as atividades das famílias nas práticas de pesca, *roça* e extrativismo. As famílias se organizam estrategicamente de modo a garantirem seus modos de vidas na comunidade de Brito. Em três das situações descritas, as famílias possuem membros das unidades familiares que residem em São Luís ou em Alcântara. A saída para a cidade ocorre principalmente para que os filhos possam estudar. E, os vínculos com Brito não se desfazem. A pesca é interpretada também como uma forma de garantir o sustento dos filhos na cidade, assim como a *roça*. É comum os filhos que moram nas cidades se alimentarem com produtos dos *roçados*, assim como aqueles que já contraíram matrimônio retornarem no período do *inverno* para trabalhar na pesca em Brito.

Em Brito, as terras para implantação dos *roçados* são livres e há terras disponíveis para a implantação das *roças* itinerantes. As famílias deixam as terras descansando, em algumas situações por mais de dez anos, o que permite uma total recuperação.

As famílias implementam duas denominadas *roças*: *inverno* e *verão*. O plantio da denominada *roça* de *inverno* inicia-se em janeiro e nela são plantados o arroz, milho, melancia e mandioca. Após o plantio, passam à capina e, posteriormente, à colheita daqueles: do milho, melancia e arroz. A mandioca pode ser colhida entre um ano e um ano e seis meses e cada família escolhe o melhor momento de colher e garantir a feitura da família. Em dezembro, o trabalho na *roça* é intenso com a realização das seguintes atividades: a escolha pela área em que será implantada a *roça*; a demarcação dessa área; a feitura das picadas, que são divisões entre os matos que serão derrubados e os que permanecerão no entorno da *roça*; a derrubada para limpeza da área; a queima desses matos abatidos seguido da retirada dos galhos que não foram consumidos pelo fogo.

A existência dessas duas *roças* é que garante a existência da farinha durante praticamente todo o ano. Devido a isso, a farinha se constitui em fonte alimentar fundamental e em Brito, ao contrário, do que ocorre em outras comunidades, serve somente para o consumo local. Em Canelatiua, por exemplo a farinha é vendida.

Na prática das roças há distintas designações e todas elas compreendem maneiras próprias de relações sociais que são estabelecidas entre o grupo. As *roças de meia*, por exemplo, consistem em acordos estabelecidos entre dois agentes sociais onde um deles, por não poder *desmanchar* sua roça no tempo devido, contrata o serviço de outra parte para fazê-la. Este contratado, então, se encarrega de dar conta da chamada *desmancha da roça* cujo produto final desse processo, a farinha, é dividida entre o encarregado pela desmancha, com os demais que participaram da *farinhada* e com o dono da roça.

Em Brito, as espécies cultivadas nas roças de *inverno* são: diferentes tipos de mandioca, milho, melancia e arroz. Enquanto o feijão, a abóbora, o maxixe e o quiabo são cultivados em pouca quantidade. Na roça de *verão* são cultivadas apenas as espécies de mandioca. Essa diferença entre o cultivo de vegetais está relacionada a uma lógica específica que leva em consideração o nível pluviométrico, o solo escolhido para implantação da roça e o possível ataque de insetos. A dinâmica sobre o tempo necessário para que cada espécie produza é diferente, sendo que uns levam mais tempo, outros menos tempo.

## Considerações finais

O que apresentei reflete possibilidades com as quais se pode aprofundar os estudos sobre esta situação empiricamente observável. As observações realizadas entre os os agentes sociais de Brito apontam para sistemas mútuos de práticas produtivas na construção da própria lógica local de execução da pesca, da roça e do extrativismo, pois é a partir da sistematização delas que os agentes sociais estabelecem suas dinâmicas e fortalecem seus modos de vida. Desconsiderar essa questão, de certo modo, ofuscaria qualquer condição de refletir sobre a forma como esses pescadores estabelecem suas relações sociais e consolidam sua autonomia.

Os agentes sociais percebem as suas atividades a partir de uma interrelação que eles estabelecem entre elas. É a partir dessa compreensão que eles também estabelecem suas organizações tanto em suas unidades familiares como também as que envolvem a coletividade na comunidade. Esses trabalhos coletivos aparecem na execução das atividades inerentes a roça, na pesca e nos distintos processos que elas envolvem.

Na implantação dos *roçados*, as relações coletivas prevalecem e são executadas a partir de saberes tradicionais a respeito dos diferentes procedimentos exercidos desde a escolha da área em que eles serão implantados até o momento em que são desmanchados para a produção da farinha.

Essa dinâmica envolve tanto a percepção dos conflitos em torno das possibilidades de permanência no território quanto os “efeitos sociais” perpetrados sobre esse território a partir da implantação do CLA. Pode-se compreender que a afirmação da identidade de pescador está inserida nessas tensões sociais e é por meio delas que os agentes sociais fazem o reconhecimento de seus territórios, visibilizam saberes, afirmam suas relações sociais e reivindicam, diante do Estado brasileiro, o reconhecimento de seus direitos territoriais.

Interpretar isso levou a entender que há entre as distintas comunidades uma intensa relação. Entre elas, há relações de reciprocidades em distintos “planos de organizações sociais” (GEERTZ, 1967) no que se refere à economia, à religiosidade, às relações políticas e sociais estabelecidas internamente em cada comunidade e entre todas elas. Os remanejamentos compulsórios alteraram, significativamente, o modo de vida, não somente das comunidades que foram deslocadas para as chamadas agrovilas, como também as que permaneceram em seus territórios.

## Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berro de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, Faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2ª Ed, Manaus: PGSCA - UFAM, 2008.
- \_\_\_\_\_. **A Ideologia da Decadência: leitura antropológica e uma história de agricultura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.b
- \_\_\_\_\_. **Conceito de terras tradicionalmente ocupadas**. (palestra - seminário sobre questões indígenas). [s//d]. 10 p.



BARTH, Fredrik. **Os grupos étnicos e suas fronteiras**. In: O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. – Fredrik Barth. Trad. de Jhon Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. P. 25 – 67.

BOURDIEU, Pierre. **A lógica da prática**. In: O senso prático/ Pierre Bourdieu; Tradução de Maria Ferreira; revisão de tradução, Odaci Luiz Coradini. 2 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. – (Coleção Sociologia).

\_\_\_\_\_. Compreender. In: **A Miséria do mundo**/ spb direção de Pierre Bourdieu; com contribuições de A. Accardo [et. al.] – Petrópolis, Rio de Janeiro, 1997.

CHAYANOV. A. V. **Teoria dos sistemas económicos não - capitalistas** (1924). In: Chayanov e o campesinato. / Horário Martins de Carvalho (org.). – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARTINS, Cynthia Carvalho. **A Afirmação identitária dos grupos étnicos na Amazônia: desafios à pesquisa**. In: **Terra e território na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**/ Sérgio Sauer, Wellington Almeida, organizadores. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

**Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil : Comunidades tradicionais caiçaras da Jureia, Iguape-Peruibe** / coordenação, Alfredo Wagner Berno de Almeida, Rosa Acevedo Marin ; equipe de pesquisa, Adriana Souza Lima ... [et al.]. – Manaus: UEA Edições, 2013.

# **“Vivemos sendo negociados”: território e resistência em Santa Rosa dos Pretos e comunidade tradicional do Cajueiro em meio a instalação de projetos desenvolvimentistas no Maranhão**

Dayanne da Silva Santos<sup>258</sup>

Joércio Pires da Silva<sup>259</sup>

## **Introdução**

A escolha do objeto de análise se deu devido ao nosso engajamento no Grupo de Estudos: Desenvolvimento Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA<sup>260</sup>) conta com uma equipe interdisciplinar de professores e alunos de áreas afins as ciências sociais e como resultado de nossas pesquisas temos uma série de teses, dissertações, livros, monografias e artigos que giram em torno do debate que envolve, Modernidade e desenvolvimento, com enfoque principal nos seus impactos sociais, culturais e ambientais, principalmente, na Amazônia brasileira e no Estado do Maranhão<sup>261</sup>.

---

258 Aluna do mestrado de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão e membro do Grupo de Estudos: Desenvolvimento Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) da UFMA.

259 Aluno do mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão, liderança quilombola do território quilombola Santa Rosa dos Pretos e membro do Grupo de Estudos: Desenvolvimento Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) da UFMA.

260 Um grupo de pesquisa que vem a mais de 12 anos desenvolvendo pesquisas, ensino e extensão em áreas de povos e comunidades tradicionais que são atingidas por projetos desenvolvimentistas no Estado do Maranhão. Mais informações e trabalhos disponíveis do grupo ver: <http://www.gedmma.ufma.br/>

261 Dados disponíveis em: < [http://www.gedmma.ufma.br/?page\\_id=125](http://www.gedmma.ufma.br/?page_id=125)> acesso em: 17/07/2017

Tendo em vista que trabalhamos com a temática do desenvolvimento econômico e dos conflitos ambientais envolvendo povos e comunidades tradicionais do Maranhão a problematização dos caminhos que antecedem o processo de reconhecimento de terras etnicamente e historicamente ocupadas são essenciais para a maturação do nosso olhar crítico no que tange o reconhecimento de povos e comunidades tradicionais no Brasil.

Buscamos entender como sob a lógica de desenvolvimento/globalização do sistema mundo ocidental pressupõe segundo Boaventura de Souza Santos (2003) uma localização com uma globalização de cima para baixo com localismos globalizados e globalismos localizados sob uma forma de globalização hegemônica no qual o Brasil continua sendo não só um escoadouro de recursos naturais como de vidas para a manutenção do sistema-mundo. Com ajuda dos estudos sociológicos sobre a problemática do desenvolvimento o nosso objeto é entendido enquanto relações sociais, que são mantidas e recriadas pelos indivíduos em diferentes contextos sociais como bem pontuou Gaston Bachelard (1996).

Nessa perspectiva, nos dedicaremos nesse artigo a analisar dois casos exemplares: o primeiro envolve a comunidade quilombola de Santa Rosa dos Pretos com a duplicação da BR 135 pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), e o segundo o caso da comunidade tradicional do Cajueiro com a construção de um novo porto, agora privado, pela empresa WPR – São Luís Gestão de Portos e Terminais LTDA<sup>262</sup>.

**Existimos porque resistimos:** Santa Rosa dos Pretos e comunidade tradicional do Cajueiro

---

262 A área tem 2 milhões de metros quadrados e terá capacidade para movimentar ao ano 24,8 milhões de toneladas quando o terminal estiver pronto. O projeto está estimado em R\$ 1,5 bilhão e deve levar três anos para estar em operação. Entre as cargas que serão movimentadas estão a produção agrícola do Meio-Oeste, fertilizantes, granéis líquidos, carga geral (sobretudo celulose) e, futuramente, contêineres. O complexo contará com uma área reservada pronta para a movimentação de contêineres. “Em infraestrutura se pensa sempre com 50% a mais [de capacidade]”, disse Gillet Neto. A profundidade do porto privado será de 18 metros em condições normais, podendo chegar a 25 metros com a variação da maré. Informações disponíveis em: <<https://www.portosenavios.com.br/noticias/portos-e-logistica/36361-wtorre-define-inicio-das-obras-de-porto-no-maranhao>> Acesso em: 03/03/2018.

Os dois casos que apresento aqui são fruto das nossas participações em seminários, roda de debates, ocupações, pesquisa de campo e engajamento no GEDMMA. As nossas anotações, conversas com militantes e moradores locais das comunidades e participação em diferentes situações de luta pela permanência no território foram fundamentais para a construção de um pensamento crítico sobre a persistência da negação de terra para povos e comunidades tradicionais no país.

O território quilombola Santa Rosa dos Pretos envolve uma área com mais de 750 famílias. Segundo Silva (2017, p. 19) O território<sup>263</sup> limita-se ao leste com o Rio Itapecuru e o quilombo Filipa, a oeste com o território Monge Belo, ao norte com as terras da comunidade de Barro Preto, hoje conhecida como assentamento São Francisco, e ao Sul com o quilombo Oiteiro.

As terras e a vida em Santa Rosa dos Pretos estão relacionadas à chegada, no século XIX, de sete famílias (de Felipe, Fileti, Judith, Antônia, Olívia Pires, Olímpio e Amância) do continente africano para o trabalho escravo na lavoura da fazenda Kelru, nas margens do rio Itapecuru, pertencente à família do Barão Belfort.

Atualmente, Santa Rosa dos Pretos vem lutando contra a duplicação da BR 135 no MA que com uma série de irregularidades vem ameaçando a derrubada de 345 casas dentro do território quilombola. Nesse contexto, de uma série de reportagens feitas pela repórter investigativa Sabrina Felipe no que diz respeito aos impactos provocados pela duplicação que vem sendo

---

263 O referido território é formado hoje por 16 quilombos sendo eles: Santa Rosa dos Pretos; Barreira Funda; Sítio Velho; Matões; Fugido; Centro de Águida; Colégio; Barreiras; Boas Vista; Kelrú; Curvas de Santana; Alto São João; Conceição; Picos I e II. Destacamos que o território quilombola Santa Rosa dos Pretos foi certificado em 2004 pela Fundação Cultural Palmares e em 2005 foi feita uma retificação do nome do território que era só Santa Rosa para Santa Rosa dos Pretos. Em 10 de julho de 2014 pela Portaria /INCRA/P/Nº355 foi aprovado o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) relativo à regularização das terras das Comunidades Remanescentes de Quilombos Santa Rosa dos Pretos, elaborado pela Comissão instituídas pela Ordem de Serviços INCRA/SR - (12) MA/GAB nº070/07. Já em 22 de junho de 2015 a presidenta da república no uso das atribuições que lhe conferem os art.84, caput, inciso IV, e art. 216 §10 da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 5º, caput, inciso XXIV, da Constituição, art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, art.5º da lei no 4.132 de 10 de setembro de 1962, e no art. 6º do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, e de acordo com o que consta do Processo INCRA/SR - 12/Nº 54230.003909/2005-58 Decreta de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo território quilombola Santa Rosa dos Pretos.

feita pelo DNIT de Miranda do Norte à Bacabeira no MA sem a execução de procedimentos básicos como a *escuta* assegurada pela Convenção 169 da OIT. Destacamos que,

**Voltando ao Incra:** Do ponto de vista legal, ele deveria ter um esclarecimento melhor dessa fala. É claro que afeta, porque se uma parte [a parte ocupada pela BR duplicada] não vai ser mais regularizada, já afetou.<sup>264</sup>. Quando fica colocado que a parte em vias de duplicada da BR 135 não vai ser mais regularizada, pois o território quilombola a ser titulado foi afetado/ impactado podemos concluir que a não titulação faz parte do não-dito racista, no qual, segundo Sales JR (2006, p. 236) “o racismo tem em geral, o seu próprio léxico, mas o que há de mais ideológico nele são os interesses de poder a que serve e os efeitos políticos que gera”, assim, quando Sabrina Felipe destaca que *existe uma política de não fazer a regularização* ela nos ajuda a ratificar um racismo institucional presente na implantação de projetos desenvolvimentistas no Maranhão, como vem sendo o caso da duplicação da BR 135, da construção de um no porto privado, da duplicação da Estrada de Ferro Carajás e muitos outros projetos em curso no país.

“A titulação quilombola é feita numa área que vai se tornar inalienável, é uma área que vai sair do mercado.... Foi falado claramente que não tem dinheiro porque existe uma política de não fazer a regularização quilombola, mas sim a comum, individual, cada um com seu pedaço de terra<sup>265</sup>”. Nesse processo de duplicação que vem sendo feita pelo DNIT segundo Sabrina Felipe nem o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), nem o Centro de Cultura Negra (CCN) ou a Fundação Cultural Palmares foram consultados e mesmo com as irregularidades na duplicação, ela está quase pronta, pois iniciaram as obras de uma ponta a outra e deixaram a área das comunidades quilombola por último.

Segundo conversas com os moradores do quilombo o DNIT diz que é dono de 35m de cada lado da BR 135 totalizando 70m e mais uma área de proteção que a Br tem que ter de cada lado 15m totalizando 30m. Em uma ida

---

264 Notícia disponível em: <<https://viasdefato.jor.br/2018/01/12/sem-participacao-quilombolas-perdem-protagonismo/>> Acesso em: 15/01/2018.

265 Notícia disponível em: <<https://viasdefato.jor.br/2018/01/12/sem-participacao-quilombolas-perdem-protagonismo/>> Acesso em: 15/01/2018.

ao DNIT (dia 06/12/2017) de São Luís para pegar os documentos referentes a duplicação da BR, um grupo de estudantes e uma docente da UFMA puderam ouvir que o DNIT considera os quilombolas como sendo invasores de uma faixa de domínio que é da empresa, que é particular, por isso eles falam de desocupação e não desapropriação, pois segundo o pessoal do DNIT “a construção dentro da faixa de domínio é crime” e assim, os quilombolas, que hoje são considerados invasores são os mesmos que vivem a tempos nessa área que hoje a empresa reivindica como sua.

No dia 11 de dezembro de 2017 ocorreu na igreja do Divino uma reunião com algumas lideranças de Santa Rosa dos Pretos para debater sobre a duplicação da Br 135 seu Gregório, morador da comunidade diz que “os primeiros invasores são eles que chegaram por ultimo e não a gente que nasceu e se criou aqui”. Josicléa Pires, filha de Dona Anacleta, diz que, “indenização nenhuma paga o valor de uma árvore e não paga nada do que a gente já têm construído...pois para a gente não se trata simplesmente de uma casa que será derrubada é toda uma história dentro de nossa casa”... (anotações do caderno de campo do dia 11 de dezembro de 2017).

Quando Josicléa afirma que “indenização nenhuma paga o valor de uma árvore”, ela dialoga com outras formas de ler, sentir e estar no mundo, com as diferentes concepções de natureza que o professor Antunes nos mostrou no qual o processo que a comunidade enfrenta é contra o processo de desterritorialização do território, pois segundo Anacleta, “mesmo no escuro a gente consegue andar no nosso território, mas quando ele está impactado, quando se coloca outras coisas dentro dele você fica com medo de andar à noite...no nosso tem 5 linhões, 3 estradas de Ferro, 1 BR, 1 assentamento...” (anotações do caderno de campo do dia 11 de dezembro de 2017).

Um outro exemplo disso que Anacleto revela na citação a cima foi destacado por dona Neta de Canelatiua<sup>266</sup> relatou, que “indo para a roça as pessoas chegaram a se perder, porque a área dele foi toda cortada, muitos babaçuais foram jogados a baixo, a natureza destruída...quando se mexe na nossa terra se muda o nosso modo de produção, já que o território é a nossa identidade<sup>267</sup>”.

Oito quilômetros, esse é o tamanho da área que querem duplicar em Santa Rosa, uma área que nunca teve engarrafamento, mas que já teve vários acidentes de carro, atropelamentos, uns seguidos de morte. Não estamos dizendo que a BR não é necessária, mais a forma como ela vai passar que estamos questionando.

A comunidades tradicional do Cajueiro<sup>268</sup> eu conheci em 2014 por meio das atividades de campo do GEDMMA na luta pela criação jurídica da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim desde 2003 e por meio das pesquisas que pude desenvolver como bolsista de iniciação científica PIBIC como financiamento da FAPEMA.

A comunidade do Cajueiro está situada na Zona Rural II do município de São Luís/MA e vem, desde o primeiro semestre de 2014, sofrendo ameaças de deslocamento. Estas ameaças foram reforçadas pela presença de jagunços contratados pela a empresa WPR – São Luís Gestão de Portos e Terminais LTDA., na busca de viabilizar a construção de um porto e, portanto, convive com a possível perda de seu território.

Almeida (1996) nos ajuda a afirmar que o deslocamento compulsório que ocorreu no Maranhão e em São Luís com a chegada do Porto do Itaqui envolve uma espécie de migração forçada, de êxodo, que cria espaços

---

266 Comunidade quilombola de Alcântara no Maranhão.

267 Fala retirada da XII Semana de Geografia que aconteceu em 11 a 16 de dezembro de 2017 na UFMA.

268 A comunidade do Cajueiro, também conhecida como Vila Cajueiro ou Sítio Bom Jesus do Cajual, constitui-se de cinco pequenos núcleos assim denominados: Parnuaçu, Andirobal, Guarimanduba, Morro do Egito e Cajueiro. Portanto, quando aqui nos referimos ao Cajueiro, o fazemos considerando o conjunto desses pequenos núcleos, que os próprios moradores reconhecem como sendo o que constitui essa comunidade em termos de configuração físico-geográfica e de representação comunitária, através da União de Moradores Proteção de Jesus do Cajueiro. Portanto, o desapossamento ou desapropriação de qualquer desses núcleos descaracterizará essa comunidade” (GEDMMA, 2014, p. 11).

chamados como “refúgios” que, segundo Almeida (1996, p. 31), “privam pessoas de suas fontes tradicionais de sobrevivência e as levam a competir com outras por recursos mais escassos”.

Atualmente em Cajueiro o processo para a construção do Porto continua a todo vapor, pois adora em dezembro de 2017 uma grande área de mata nativa carregada de babaçuais foi colocada abaixo, a área que ficar próximo a praia não é mais a mesma, segundo uma moradora da comunidade “a gente passa por lá e não reconheci mais o lugar...tá um vazio”. A situação com o Cajueiro causa medo nas outras comunidades da Resex de Tauá-Mirim, a saber, França moradora da comunidade do Taim fala como muita tristeza que: “se Cajueiro cair a Resex toda cai e São Luís também perdi... por isso temos que juntar forças, temos que lutar juntos”.

Quando França, liderança da comunidade do Taim/MA, pontua que “se Cajueiro cair a Resex toda cai e São Luís também perdi”, ela nos permite pensar que grande parte do que a capital consume vem das zonas rurais vem das áreas não ou menos urbanizadas, em São Luís quando andamos na cidade a coisa mais difícil é você ver um pé de algumas árvores frutífera, até manga temos que comprar. Nesse sentido, concordamos com as colocações de Giddens (1991) que pontua que estamos vivendo um período onde as consequências da modernidade estão se agravando e acabamos por converter seres humanos em meras mercadorias. E o desenvolvimento é necessário e desejado.

São Luís já atingiu o seu nível máximo de poluição segundo reportagem disponível no Jornal Vias de Fato de maio de 2017. Segundo reportagem feita por Sabrina Duran<sup>269</sup> ela desta que o Governador do MA disse que: *“Fico feliz que o Maranhão tenha sido escolhido para sediar tão importante investimento e louvo a capacidade empreendedora da WPR. Agradeço a palavra-chave dessa parceria que é confiança. No Brasil e no nosso estado”*.

---

269 Disponível em: <<http://ag.jor.br/blog/2017/08/18/subsidiaria-da-wtorre-no-maranhao-derruba-casas-e-ameaca-moradores-para-construir-porto-em-area-de-reserva/>> - por Sabrina Duran> Acesso em dezembro de 2017.



A fala do Governador se deu mesmo com a ameaça direta a comunidade do Cajueiro e mesmo com a proibição de construção de um Porto em área de assentamento, em Parnuaçu:

A atual Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Luís não permite atividade portuária na praia de Parnuaçu. Em função disso e de outras irregularidades cometidas no processo de licenciamento ambiental, a construção do porto privado da WPR segue embargada pela Justiça. No entanto, em abril desse ano, Flávio Dino acompanhou em São Paulo a solenidade de assinatura de um acordo bilionário entre a WPR e a empresa China Communications Construction Company (CCCC) para a construção do porto privado no Cajueiro, avaliado em cerca de R\$ 1,7 bilhão<sup>270</sup>.

Mesmo diante disso a comunidade continua resistindo e em 22 de novembro de 2017 a partir das 14h30 na associação dos moradores da comunidade do Cajueiro aconteceu uma reunião que contou com a presença de mais de 200 pessoas, do defensor público Alberto Tavares, do GEDMMA, de três viaturas da polícia civil, de universitários, jornalistas e pesquisadores. Nesse dia se falou sob uma possível indenização para aos moradores que tiveram suas casas derrubadas pela empresa WPR, que com o isolamento do Andirobal os moradores vão ficar isolados e vão ter que pedir licença para a empresa para poder transitar na área, um morador disse que a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) autorizou a liberação das obras, mas que a comunidade não foi ouvida, ou seja não teve audiência pública que levasse em consideração a voz do povo.

Um morador de Andirobal disse que: “as coisas estão muito ruins, mas a gente vai resistir...tem gente de Minas Gerais dizendo que é dono daqui... eu não sou contra o empreendimento, mais do jeito que eles chegaram eu sou”.

Um pescador da comunidade disse que:

A área da praia que eles querem tomar da gente é nosso emprego... nós estamos falando de uma profissão que é milenar... como fica nossa situação? Eu tenho orgulho de ajudar uma pessoa a pegar sua alimentação...eu não sou contra o desenvolvimento mais que capitalismo selvagem é esse que para desenvolver atropela tudo, meu emprego está lá na praia quando eu não puder pescar mais não terei mais emprego (anotações do caderno de campo do dia 22 de novembro de 2017).

---

270 Disponível em: <<http://ag.jor.br/blog/2017/08/18/subsidiaria-da-wtorre-no-maranhao-derruba-casas-e-ameaca-moradores-para-construir-porto-em-area-de-reserva/>> - por Sabrina Duran> Acesso em dezembro de 2017.

Segundo destacou Antunes nessa reunião “das 85 famílias de Vila Madureira que foram deslocadas sabem quantas pessoas estão empregados hoje na termelétrica, nenhuma”. Nesse cenário de violência no qual a WPR diz que a área que será impactada será somente a de Parnaçu dentro da comunidade do Cajueiro, discordamos, pois, consideramos que os impactos do novo porto privado e da duplicação da BR 135 estão para além da área que será mitigada ou na qual o empreendimento vai se instalar, assim, Los efectos derrames se despliegan mucho más allá de la localización espacial de cada emprendimiento. Su énfasis no está em los impactos locales em um sitio, sino em essas afectaciones que a su vez tienen consecuencias que se pueden repetir em muchas otras zonas del país (GUDYNAS, 2016, p. 28).

Se pensarmos reflexivamente podemos perceber que tanto o novo porto como a BR/rodovia são projetos que estão em conectados entre si e ao projeto de modernização do Maranhão com as ferrovias Carajás e Transnordestina. A área prevista para a instalação do porto multimodal de São Luís e que já teve parte da área de babaçuais e do mangue jogados abaixo na comunidade do Cajueiro por enormes tratores em 2017 está estimada para 2 milhões de metros quadrados.

A natureza por um lado é usada como espaços globais para a expansão do capital transnacional, o que Santos (2003, p. 435) chama de globalismo localizado com “desmatamento e destruição maciça dos recursos naturais... artesanato e vida selvagem, postos à disposição da indústria global”. Por outro lado, a natureza faz parte da identidade da população local isso fica claro quando o pescador do Cajueiro diz que, a área da praia que eles querem tomar da gente é nosso emprego, quando Neta afirma que “quando se mexe na nossa terra se muda o nosso modo de produção, já que o território é a nossa identidade” e quando Josicléa, filha de Anacleto, destaca que “indenização nenhuma paga o valor de uma árvore”.

Sendo assim, quando falamos de Santa Rosa dos Pretos e da comunidade de pescadores do Cajueiro hoje nos permitimos refletir a respeito dos efeitos da globalização que segundo Santos (2003) como um conjunto de arenas de interação transnacional. Nesse sentido, Santos (2003, p.) destaca que os Estados-Nação soberanos coexistem em um sistema internacional de Estados igualmente soberanos que é o sistema interestatal, por isso em contexto de globalização se desloca questões de controle social e de emancipação para um nível global e como isso se tem novas tensões.

## Referências

- ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: RelumeDumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização**. In: **Travessia**. Maio/agosto: 1996. p. 30-35.
- BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- DOS ANJOS, José Carlos Gomes. **No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ESCOBAR, Arturo. **Senti pensar com la tierra: Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia**. Medelín: Ediciones UNAULA, 2014.
- MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Lamento e Dor**. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Belém: UFPA; Paris: Universidade Paris 13, 2007. Tese de Doutorado. Mimeo.
- MIGNOLO, W. **Historias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. Prefácio e Agradecimentos; Introdução: A gnose e o imaginário do Sistema Mundial Colonial/Moderno, p. 9-76.
- MOREIRA, Jadeylson Ferreira. **ARENAS, REPERTÓRIOS E AÇÕES: o processo de tentativa de implantação do Terminal Portuário de São Luís, no povoado Cajueiro**. São Luís: DEHIS/ UFMA, 2015. Dissertação de mestrado. Mimeo.
- POLLAK, Michel. Memória Esquecimento, Silencio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989 p. 3-15.
- PORANTIM**: Em defesa da causa indígena. Brasília - DF: Qualyta, maio de 2017, XXXVIII.
- Relatório 2013-2016. **Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão**. Ford Foundation.

- RIBEIRO, Gustavo Lins. Cultura, Direitos Humanos e Poder. Mais além do império e dos humanos. Por um universalismo heteroglóssico. In: **Antropologia, Diversidade e Direitos Humanos**: diálogos intersdisciplinares. FONSECA, Cláudia. TERTO JR, Veriano e ALVES, Caleb Farias (Orgs). Porto Alegre. Ed. UFRGS, 2004. p. 29-51.
- SANTANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. **Trajano: a difícil relação entre projetos espaciais, definição de territórios e manejo de recursos naturais**. ANDRADE, Maristela de Paula e SOUSA FILHO, Benedito. **Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara**. São Luís: EDUFMA, 2006. p. 145-178.
- SANTOS, Boaventura de Sousa & NUNES, João Arriscado. Para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In. SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 26-68.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural dos direitos humanos: In. SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 429-461.
- SANTOS, Dayanne da Silva. Se o Território não está livre nós também não estamos: processo de titulação e formas de resistências em Santa Rosa dos Pretos – MA. São Luís/MA, UFMA, 2017. Monografia de Graduação do curso de Ciências Sociais.
- SANTOS, Milton. **Território, territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.
- SILVA, Anaclética Pires da. **Resistência e trajetória de luta pela regularização fundiária do território quilombola santa rosa dos pretos**. São Luís/MA, UFMA, 2017. Monografia de Graduação do curso de licenciatura em pedagogia da terra pelo organizado pelo PRONERA.
- ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. **A insustentável leveza da política ambiental** – desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

# **Cartografias e territorialização dos conflitos socioambientais na tríplice fronteira amazônica Brasil, Colômbia e Peru<sup>271</sup>**

**Pedro Rapozo<sup>272</sup>**

**Reginaldo Conceição da Silva<sup>273</sup>**

## **Introdução**

O modo de vida nas comunidades tradicionais é demarcado por diversas formas de apropriação social dos recursos naturais disponíveis à reprodução material e simbólica da vida e de identidades constituídas por complexas fronteiras de demarcação entre culturas e saberes. Na tríplice fronteira amazônica, noroeste do Estado do Amazonas, o estabelecimento das relações socioterritoriais pelo uso dos bens e recursos naturais entre as sociedades locais possibilita-nos entender como se constituem processos de territorialização e de territorialidades frente às dinâmicas socioambientais, econômicas e políticas na Pan-Amazônia.

Nesta região os interesses do Estado e demais agentes de exploração comercial dos recursos naturais permite-nos também evidenciar conflitos sociais decorrentes das relações de acesso às terras, águas, florestas e minérios, resultando em processos de ilegalidade, judicialização das questões

---

271 A pesquisa foi desenvolvida com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM, através de projeto contemplado no edital do Programa de Apoio à Pesquisa Universal.

272 Professor Doutor da Universidade do Estado do Amazonas, pesquisador do Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia - NESAM.

273 Doutorando em Geografia pela Universidade do Federal de Rondônia. Mestre em Cartografia Social e Ciência política na Amazônia, professor da Universidade do Estado do Amazonas e pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia - PNCSA. Membro do GEPCULTURA - UNIR e PDA -IFRO.

ambientais e inúmeros ataques sofridas aos povos indígenas e comunidades ribeirinhas envolvidos em violentos processos que impedem a efetivação de seus direitos conquistados e a garantia da reprodução de seus modos de vida.

Os resultados deste estudo, realizado no Estado do Amazonas através da metodologia do mapeamento participativo e da cartografia social, apresenta uma **tipificação da violência produzida pelos conflitos socioambientais em face dos processos de territorialização e exploração dos bens naturais de uso comum**, estes resultantes das relações de conflito estabelecidos entre agentes diversos: as sociedades rurais indígenas e não-indígenas, representações institucionais do Estado, dos grandes capitais da região e demais agentes externos.

## Metodologia

A perspectiva metodológica desenvolvida na investigação foi baseada no uso da pesquisa qualitativa e quantitativa (MARTINS, 2004; POUPART, 2010), considerando um diálogo sobre as questões pertinentes e apresentadas como objetivos do estudo a partir das análises teóricas, dos dados documentais obtidos e da realização de pesquisa de campo com a utilização de entrevistas semi-estruturadas com lideranças comunitárias em territórios que atualmente demandam identificação e demarcação de terras indígenas bem como de comunidades ribeirinhas não indígenas às margens de territórios indígenas demarcados.

A realização de pesquisa de campo compreende os municípios localizados na microrregião do alto Solimões no Estado do Amazonas, as cidades de Tabatinga, Benjamim Constant, Atalaia do Norte e São Paulo de Olivença, que possuem uma população aproximada entre 15 a 60 mil habitantes cada (IBGE, 2010). A microrregião do alto Solimões, localizada na porção sudoeste do Estado do Amazonas é caracterizada por um considerável contingente de etnias indígenas (Ticuna, Kokama, Kambeba, Kulina) – dentre estas, significativa porção de grupos de recente contato (Mayoruna, Matis, Matsés, Kanamari) ou ainda em isolamento voluntário (sem grupo étnico identificado) – em territórios demarcados e homologados e também um considerável números de áreas ainda em processos de demarcação.

O reconhecimento de saberes socioambientais pela representação territorial é pensado aqui a partir do uso das cartografias sociais como elementos que permitem, segundo Almeida (2013), Acselrad (2008) e Viana (2008), uma discussão e atuação crítica de agentes mobilizados coletivamente possibilitando a identificação de elementos e representações socioterritoriais excluídas das bases cartográficas oficiais do Estado. A temática da construção de representações socioterritoriais de determinados espaços e ambientes de vida pelos próprios agentes permite um diálogo com as instâncias institucionais governamentais para o reconhecimento de seus modos de vida e, ao mesmo tempo, para a gestão de bens naturais de uso comum e terras tradicionalmente ocupadas.

## **Resultados e Discussões**

No mundo rural brasileiro, considera-se que os fenômenos dos conflitos socioambientais também estão associados às questões de fixação de projetos econômicos financiados pelo Estado, que de fato historicamente ampliou a concentração de terras nas mãos de grandes latifundiários (PICOLI, 2006). Os grandes projetos alegadamente desenvolvimentistas e o avanço do modelo mercadológico de (re)apropriação social da natureza na Amazônia acabaram impulsionando diversas contradições e ocasionando a sujeição de povos tradicionais marginalizados social, econômica e territorialmente perante as transformações oriundas do discurso de valorização econômica nacional.

No Alto Solimões, acontece ainda a “invisibilização”, por parte do Governo brasileiros e Estadual, da atuação de empresas de mineração e de madeiras, em terras de uso tradicional indígena – demarcada ou não – terras em uso por ribeirinhos, e ainda sobre as terras destinadas à política do governo para a chamada reforma agrária, onde exploram ouro e madeira, com pacas cobranças das instituições governamentais, algumas destas em processo proposital de sucateamento, pelo governo superior.

A livre circulação numa fronteira aberta entre os países vizinhos possibilita o fluxo de pessoas e mercadorias oriundas do território brasileiro, peruano e colombiano. Este contexto torna ainda mais característico as formas de apropriação comum dos recursos naturais locais, as relações sociais

estabelecidas em face destas ações e, sobretudo, o reflexo destes processos materializados nos conflitos socioambientais e na territorialização de espaços destinados à exploração comercial que, segundo Theodoro (2005) e Little (2003), em suas particularidades representam expressões de conflitos que se dão em face da relação entre homem e natureza quanto aos dilemas de apropriação dos recursos naturais.

Na região da tríplice fronteira amazônica Brasil, Colômbia e Peru, a intensificação de atividades consideradas ilegais, tais como a pesca indiscriminada de espécies proibidas junto a invasão de lagos comunitários, a ação de madeireiros em terras indígenas, ou as atividades de mineração capitaneadas pelo garimpo ilegal em comunidades indígenas, tornaram-se cada vez mais alvos de intensas discussões em um cenário nacional e internacional marcados pelas tensões locais sobre a apropriação comum dos recursos naturais, pelas ameaças de morte e de violências físicas, ou ainda por uma presença ausente do Estado face aos problemas enfrentados.

As características expressas nas violências ocasionadas pelo impacto causado em face de uma pressão externa ao modo de vida dos povos e comunidades tradicionais tem nos permitido problematizar os atos de Estado, as ilegalidades econômicas representadas nas atividades comerciais - com ênfase na mineração e desmatamento - e sua relação com a exploração de bens comuns importantes à reprodutibilidade do modo de vida das diversas comunidades ao longo dos rios Solimões, Javari e Jandiatuba.

Estes aspectos são representados nas particularidades das cartografias sociais que expressam a dimensão sobre os conflitos socioambientais sob o ponto de vista dos interlocutores locais, os povos indígenas e comunidades ribeirinhas que, num movimento de reconhecimento sobre seus territórios, produzem resistências expressas na luta pela visibilidade de suas identidades e num movimento de manutenção e ocupação dos seus espaços de vida frente à invisibilidade produzida nas violências físicas e simbólicas sofridas.



Dentre os problemas destacados pelos participantes nas atividades de pesquisa temos:

- a. Ausência do poder público (União, Estado e Município) no trato das questões ambientais;
- b. Licenciamentos de mineração questionáveis e sem a participação da população impactada;
- c. Aliciamentos de diversas naturezas com maior frequência nas áreas de mineração ilegal;
- d. Desmatamentos pontuais e indícios de poluição em rios e igarapés;
- e. Ameaças contra a vida de militantes, caciques e comunitários;
- f. Enfraquecimento da FUNAI nas suas atribuições institucionais;
- g. Poca presença do Exército e da Polícia Federal nas áreas demarcadas;

Oriundo destes processos, os conflitos socioambientais na Amazônia brasileira transfronteiriça podem ser pensados como reflexos desta ausência presente do Estado, das políticas desenvolvimentistas, ligadas ao agronegócio – pesqueiro ou agrícola – produção de alimentos – origem vegetal ou animal, que culminam com o avanço às fronteiras territoriais, e assim, entram em litígio com os diversos grupos étnicos, dificultando a resolução dos problemas locais.

No tocante as estratégias, observamos ações de baixo impacto no tocante às resistências e diálogo com o Estado, a saber:

- i. Implantação de atividades de manejo pesqueiro em lagos;
- ii. Construção de casas de monitoramento em lagos e rios;
- iii. Constituição de matrimônio cada vez mais jovens, alguns casos chegam a 13, 14 anos de idade para as meninas;

- iv. Instalação de comunidades israelitas, articulado ao casamento com brasileiras<sup>274</sup>.
- v. Autoconstrução de ambientes escolares;
- vi. Mobilização para fortalecimento das identidades indígenas;
- vii. Mobilização e aumento da presença de indígenas em cargos eleitorais;
- viii. Forte participação dos indígenas nas conferências da Educação e Saúde;
- ix. Presença das lideranças nas reuniões do Ministério Público Federal em Tabatinga.

## Considerações finais

Na microrregião do Ato Solimões o fenômeno dos conflitos socioambientais, resultado das estratégias de expansão das atividades econômicas transfronteiriças, assim como em outras regiões do país, vem sofrendo alterações ao longo do final do século XX e na primeira década do início do século XXI. A reconfiguração da estrutura de organização do modelo econômico capitalista que é evidenciado pela sub valorização dos rios e das florestas, na porção da tríplice fronteira, Brasil, Peru e Colômbia, reaparece agora sob um ataque aos direitos adquiridos pelos povos comunidades tradicionais.

Estes povos e comunidades ocupam tradicionalmente territórios de uso comum nos Estados Federativos pan-amazônicos. Sua permanência tem sido amplamente marcada por conflitos decorrente dum resultado da intensificação de um processo que, na linha tênue do debate entre a preservação ou

---

274 Esta possibilita ações de perfil “positivo” e “negativo” entre a vizinhança. Requer estudos mais apurado sobre essas estratégias. Nesse estudo optamos por pontua-la como resistência por considerar que: o quantitativo de pessoas nessas comunidades podem mitigar as pressões oriundas de madeireiros e garimpeiros pela ação mobilizadora dos povos tradicionais.

exploração dos recursos naturais, veio a incorporar gradativamente a participação dos movimentos sociais norteados pelo debate sobre o direito de uso e apropriação dos recursos naturais, resultantes

A mobilização e resistência frente à violência física e simbólica cometida contra indígenas e ribeirinhos nesta região permitem também que mecanismos como as auto-representações sobre a violência e os conflitos, bem como as representações socioterritoriais destes povos sejam acionados no processo de ocupação em diversos espaços sociais (BOURDIEU, 2003), estes espaços são entendidos aqui como um campo de disputa marcado por diversos agentes mobilizadores e imobilizadores de interesses estratégicos.

Cabe destacar que as relações produzidas neste processo - entre a posição do Estado, dos movimentos sociais locais que reivindicam a solução dos problemas apresentados e do capital empreendedor local, expressos nas redes de exploração dos recursos naturais - estabelecem assimetrias e distinções em face da posição relativa ocupada por cada agente nas discussões e posições tomadas quanto ao movimento de visibilizar e invisibilizar os conflitos e as disputas pelo acesso, gestão e controle dos territórios, muitas vezes marcados pela conivência ou imobilismo dos atos de Estado em seu exercício de monopólio da violência e do poder, ou ainda da presença do capital na dinâmica de apropriação da natureza como recurso.

A existência de mecanismos de resistência permitem as sociedades locais impactadas por estes processos a identificarem as causas e consequências das violências ocasionadas pelos conflitos também produzem significados particulares expressos nas cartografias e nas vozes de um movimento que, ainda em curso, confronta os fenômenos de desterritorialização, vulnerabilidade e invisibilidade na luta pela garantia de seus direitos.

É necessário e urgente repensar o modelo de educação ofertado em todos os níveis de ensino nesta porção geográfica. Com mais ênfase no potencial da região, os mais velhos vivem um “luto” branco laboral. Seus filhos saem para estudar nas cidades e correm o risco de não regressar o que impacta no modo de vida e de renda dos pais.

Atenuar a presença do Estado por meio de mutirões envolvendo todos os órgãos de assistência social e jurídica para atendimento condizente à dignidade e a relevância do serviço prestado por esta população no trato da fronteira Norte do País.

As abordagens metodológicas permitiram a ampliação da nossa compreensão acerca do quão é complexo viver na fronteira. Ainda que possamos apontar elementos interpretativos e situacionais dos povos e comunidades tradicionais, estaremos aquém da necessidade de refletir sobre a complexa estrutura jurídico-normativa pautadas nas distintas formas de relação sociedade e natureza quando se refere a Amazônia.

## Referências

- ACSELRAD, H. (2008), **Cartografias sociais e território**. Henri Acselrad (organizador).-- Rio de Janeiro : Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.
- ALMEIDA, A.W. & FARIAS JÚNIOR, E. (Orgs.) **Povos e comunidades Tradicionais nova cartografia social**. Manaus, Am. UEA Edições, 2013.
- BOURDIEU, P. (2014). **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France (1989-92). (R. F. D'Aguiar, Trad). São Paulo: Companhia das Letras.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE (2010). Senso Demográfico 2010. [Http://www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 15/02/2017.
- LITTLE, P. E. (2003). **A ecologia política dos em torno da pesca na Amazônia. Comunicação apresentada no Seminário Meta**: As transformações socioambientais na Amazônia e as suas consequências. Brasília, Brasil.
- MARTINS, H. H. T. S. (2004). **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 287-298, maio/ago.
- PICOLI, F. (2006). **Capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão popular.

POUPART, J. et al. (2010). **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes.

THEODORO, S. H.(Org.) (2005). **Mediação de conflitos socioambientais.** Rio de Janeiro: Garamond.

VIANA, A. (2008). Apresentação. In: **Cartografias sociais e território /** Henri Acselrad (organizador).- Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. (Coleção Território, ambiente e conflitos sociais ; n. 1).

# **GRANDES EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, QUESTÕES DE GÊNERO E NOVAS FORMAS POLITICO- ORGANIZATIVAS DE RESISTÊNCIA E LUTA**

GRANDES EMPRENDIMIENTOS TURÍSTICOS,  
CUESTIONES DE GÉNERO Y NUEVAS FORMAS  
POLÍTICO ORGANIZATIVAS DE RESISTENCIA Y LUCHA



# Mulheres Angoleiras: a Capoeira Angola como território de faz e narrativas femininas

Jucimeire Rabelo Moreira<sup>275</sup>

Orientador: Prof. Dr. Emmanuel Farias Jr.

## Introdução

*“Oh, cadê Salomé, Adão ...*

*Oh, cadê Salomé, Adão...Adão, Adão”*

**(Mestre Jogo de Dentro)**

Sempre que ouço essa canção de Mestre Jogo de Dentro nas rodas de capoeira fico me perguntando: como teria sido Salomé, seus cabelos, cor de pele, sua “mandinga” de jogo? O que ela fez para merecer ser cantada até hoje nas rodas de capoeira angola? Em minhas buscas, tanto pela oralidade e memória de capoeiras antigos quanto por leituras, soube tempos depois que Salomé era aluna de Maria Doze Homens<sup>276</sup>, era negra valente, boa de rasteira e muito respeitada nas rodas de capoeira e samba de Salvador.

Assim como muitas outras mulheres, como, Angélica Endiabrada, Catarina, Rosa Palmeirão, Maria Charuteira, Idalina e tantas outras que constam na oralidade da capoeira brasileira, cantadas nas rodas de capoeira angola ou regional e que encontramos menções em menos de dois parágrafos, ou pouco

---

275 Jucimeire Rabelo é graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA; Mestranda em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Pesquisa desenvolvida para obtenção do grau de mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia- UEMA.

276 Maria Doze Homens era como chamavam uma capoeirista, assídua frequentadora das rodas do Cais Dourado e da rampa do Mercado Modelo. O sobrenome de Maria, não está registrado na memória de Salvador, mas o apelido, segundo a lenda, foi pelo fato de ter conseguido levar 12 marmanjos a nocaute.



mais de um capítulo nos escritos disponíveis atualmente sobre Capoeira no Brasil. Mulheres conhecidas por seus apelidos de capoeira, mas sem nome ou sobrenome, sem rostos, sem história na Capoeira.

Assim que comecei meus primeiros movimentos de Capoeira Angola sob a orientação disciplinar e carinhosa do Mestre Bamba Angola, na Escola de Capoeira Angola Mandingueiros do Amanhã, logo percebi a riqueza cultural dessa vivência. A Capoeira Angola de que falo, tem rituais, fundamentos, hierarquia forte, estética própria, “estilo<sup>277</sup>” de ver e viver a vida. Tudo isso junto, faz da capoeira Angola algo instigante, assim como fazem do “angoleiro” ou da “angoleira”, corpos carregados de significados.

O canto, a luta e toda a lógica de saberes de uma roda de capoeira trouxe um universo fascinante e a que até hoje me instiga a continuar bebendo nesta fonte. O contato com o universo da capoeira em São Luís fez com que conhecesse outros grupos e vertentes da Capoeira que corroboram para um cenário de grande riqueza cultural da cidade.

Indo as rodas conheci e vi muitas outras mulheres capoeiras, elas tocavam, jogavam, sambavam e cantavam. À medida que minha vivência e convivência na Capoeira foram se tornando cotidianos, fui tendo várias conversas entre mulheres, nelas sempre surgiram o como era difícil ser mulher capoeira, porque a capoeira ainda era muito machista, masculinizada.

Ouvia de muitas, como era negado o berimbau nas rodas, o berimbau instrumento que dá o comando da roda, para que fosse tocado por uma mulher, de como uma mulher “*danada*” no jogo de capoeira era logo derrubada para “saber o seu lugar”, mesmo sendo tantas éramos poucas as mulheres mestras e contramestras na cidade e tantas outras situações relatadas em conversas informais.

Sempre vi muitas figuras femininas na capoeira, elas estão nas rodas, tocando alguns instrumentos, ajudando no coro e jogando. Mas ao observar melhor e mais atentamente este cenário, foram surgindo alguns questionamentos:

---

277 Estilo é utilizados pelos capoeiras para definir o pertencimento na Capoeira. Mas também se aplica a modalidade peculiar de cada jogo. O estilo de uma capoeira inscreve-se no grupo mediante a transmissão do seu Mestre.

porque a presença feminina praticamente desaparece nos cargos de alto patamar hierárquico dentro da Capoeira? Quem são essas mulheres? Qual a sua história dentro da capoeira, universo extremamente masculinizado? Como elas se veem na capoeira? Quais os desafios que encontram na capoeira, por serem mulheres capoeiras? Porque mesmo participando ativamente da construção da capoeira em São Luís são tão pouco visíveis neste processo? Porque tão poucas alcançam a Mestria na Capoeira? Essas, e tantas outras perguntas passaram a ser frequentes a cada roda, a cada rasteira e a cada canto. Essas questões passaram a ser minhas companheiras constantes, foram as questões “gatilho” para uma maior observação do universo da capoeira.

A medida, que minha vivência e aprendizado dos fundamentos de jogo, da roda de capoeira, movimentos e musicalidade tornaram-se cotidianos, fui encontrando pelo caminho mulheres que tinham e tem os mesmos questionamentos que começava a surgir em meus pensamentos acerca das relações que se estabeleciam nas escolas, treinos e rodas e como as mulheres eram vistas e tratadas, então passamos a nos ver mais e a conversar mais, nas escolas e nos mercados da cidade sobre nossa condição de mulher e sermos capoeiras. Esta proposta de pesquisa é fruto dessas conversas e do compartilhamento de tantas capoeiras que estão presentes em São Luís, mas principalmente uma pequena tentativa de contribuir para tornar visíveis mulheres e histórias, dar rosto a tantas que são invisíveis ao “mundo masculino” que ainda impera na capoeira angola.

O presente artigo visa refletir acerca do universo histórico-cultural das narrativas femininas na Capoeira Angola os desafios epistemológicos para dar visibilidade a discursos e narrativas femininas no universo do conhecimento e como o universo da capoeira ainda reproduz sistemas padronizados que hierarquizam relações e subalternizam as vivências de mulheres.

## **Capoeira Angola: Corpos E Territórios**

Falar de capoeira sempre traz dois pontos em primeira mão: a origem histórica do jogo e a descrição de sua forma de prática.

Em torno de sua origem, ainda paira discussões acaloradas e controvérsias, porém temos uma afinidade com a concepção de que a Capoeira é uma tradição afro-brasileira herdada e/ou derivada de rituais africanos, moldada ao longo de processos sociais e históricos específicos do contexto brasileiro. Em sua descrição, podemos dizer que a Capoeira é ao mesmo tempo é luta, jogo, dança, teatro, música e ritual. Ao colocar esses dois pontos, estamos dizendo que podemos ver a Capoeira em sua construção histórica e sua dinâmica nesse processo; e por outro observar seus significados simbólicos, vendo seu jogo, sua execução e conformidade com as heranças tradicionais.

Antes de dizer que aspecto nós estaremos debruçados ao longo de nosso estudo e pesquisa, é necessário dizer que para quem pratica a capoeira, como por exemplo, esta que vos escreve, esses dois pontos se sobrepõem, muitas vezes se confundem: iniciar-se na capoeira é uma experiência corporal e artística, tanto quanto o é um caminho de conhecimento histórico do jogo, da cultura afro-brasileira.

Como uma manifestação diaspórica africana a capoeira se torna comum no Brasil, difundida pelos negros escravizados, tem seus registros datados nos séculos XVII, poucos registros dão conta de mulheres na capoeira nesta época, embora haja relatos de sua presença em pinturas da época que mostram figuras femininas em rodas de capoeira.

Tida como uma prática tradicional a Capoeira Angola mantém-se viva em dias atuais.

Importante colocar que entendemos aqui a tradição não como algo cristalizado, imutável, mas dinâmica, à nossa compreensão, seria um erro vê-la desassociada da mudança, pois enquanto portadora de sentidos e significados a mudança lhe é intrínseca. BALANDIER (1997) ressalta este entendimento quando coloca que:

*“(..)seu próprio dinamismo é alimentado pelo movimento e pela desordem, os quais ela finalmente deve se subordinar” (1997).*

Assim entendemos que a mudança faz parte do processo de criação e recriação.

Nossa explicação sobre como compreendemos a tradição, é plausível considerando que em muitas situações a tradição é colocada como argumento primeiro para justificar ou legitimar práticas do passado no presente.

Mas do que observar, nos interessa saber quais os discursos produzidos na Capoeira Angola. Entendemos que quando alguém fala de Capoeira Angola ou Regional ela está classificando um tipo de capoeira, ao classificar subjaz uma elaboração sobre o mundo e suas práticas.

Assim constroem-se discursos de identidade, de qualificações, e classificações sobre o fazem e quem faz dentro do mundo da capoeira.

“Capoeira Angola” se refere a uma vertente da capoeira que passou a ser popularmente conhecida por este qualificativo, Angola, por entender sua origem em África, e é sempre associada a “mais antiga” “a verdadeira capoeira”, “a capoeira mãe” também chamada de Capoeira Tradicional.

A tradição está sempre presente no discurso da Capoeira Angola, como aquela que não se modifica, o que não se mexe, justificando práticas, normas e rituais que regem o território da capoeira. Não é raro por exemplo, se ouvir músicas pejorativas em relação às mulheres que são cantadas ainda hoje em alguns grupos de Capoeira por serem tradicionais.

Já no nos anos 1970 e 80 há um considerável aumento de participantes mulheres nas rodas, escolas e academias de Capoeira Angola e um paulatino movimento de se refletir a presença feminina nesses espaços. Embora com presença massiva na capoeira, esta não vem acompanhada por um aumento na produção de narrativas que envolvam o protagonismo de mulheres na historiografia da capoeira, ao contrário, a capoeira ainda reflete a divisão de trabalho por gênero socialmente comum na sociedade. Demonstrando uma contradição que está justamente nesta presença que se torna ausente nos processos de construção de um saber sobre a capoeira angola, seja ele de cunho tradicional-popular, seja de cunho historiográfico.

Trabalhamos a Capoeira aqui como campo social, como é entendido por Pierre Bourdieu, um microcosmo- um pequeno mundo social com relativa autonomia, que faz parte do grande mundo social, o macrocosmo social. Cada

campo seja ele político, social, religioso, cultural, tem suas leis, relações, ações, regras à sua maneira. Desta forma podemos perceber que a capoeira forja seu *território*, assim entendendo-a como um território, refletimos com Haesbaert que fala de forma interessante sobre este conceito:

“O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997:42).

A capoeira constrói seus territórios a cada roda, ou a cada escola formada e estabelecida, nesta perspectiva, a capoeira também forja lugares, não no sentido geográfico, mas no sentido que Massey tão bem coloca em seu livro XX onde focaliza os lugares como espaços constituído por meio das relações. Onde a espacialidade sempre está sendo modificada:

*“lugares, em vez de serem localizações de coerência, tornam-se os focos do encontro e do não-encontro do previamente não-relacionado, e assim essenciais para a geração do novo” (p. 111).*

Mas, de que capoeira estaremos nos referindo ao longo deste trabalho?

A capoeira é um universo plural, em constante movimento com diversas controvérsias quanto a sua história, valores e formas, o que já apontamos anteriormente, no entanto passando ao lado disto, restamos um conjunto de práticas institucionalizada que em sua grande maioria reclama-se herdeiras de uma *“tradição”*, deste modo o uso mesmo que genérico *“a capoeira”* ou *“capoeira tradicional”* nos coloca num campo de práticas e significados historicamente construídos, no qual se opõem e cortejam diversas *tradições* e interpretações.

A narrativa da história da capoeira moderna tem como um de seus palcos principais, toda a região da Bahia, demonstrando uma preponderância, mesmo que causando muitas controvérsias, da tradição baiana no campo de saberes e prática da capoeira. Muitos estudiosos notadamente Soares (1994, 2001); Rego (1968); Reis (2000) entre outros reforçam a importância do cenário baiano para a historiografia da capoeira no Brasil, nos levando a

crer que a formação da capoeira moderna desde a sua legitimação que fez com que suas práticas anteriormente legalmente colocada na marginalidade, perseguida pelo Estado e suas instituições de coerção como a polícia, até a sua transformação em expressão cultural, arte, esporte e folclore.

Esses processos, tiveram agentes sociais baianos que tonaram –se referências para a construção das diversas praticas consideradas “tradicionais” encontradas hoje no Brasil e fora dele. São práticas tidas como “autênticas” e que carregam o peso de um legado, sendo objeto de disputas e controversas entre escolas e praticantes.

A capoeira, ou “Capoeiragem” praticada nas diversas cidades brasileiras por sujeitos considerados marginais, foi sancionada como crime em 1890 punida com açoites em caso de flagrante prática. Com esforços de mestres negros em sua maioria de origem nas populações das camadas mais pobres conseguindo décadas mais tarde alçar outro patamar e com outro formato, recriar a velha arte conquistando sua legitimidade, Quebrando ainda no Estado Novo, a antiga noção de “vadios”, “malandros” e saindo do contexto ideológico e político de repressão e perseguição para elemento constitutivo e representativo da identidade nacional brasileira.

Nesse contexto de uma capoeira renovada celebra-se a Capoeira Regional, intitulada uma luta brasileira, inicialmente foi chamada de Luta Regional Baiana criada por Mestre Bimba (1900-1974) segundo ele, nascida no recôncavo baiano (REIS, 2000, p. 129).

Bimba, já mestre de capoeira, lutador de ringues e de renomada fama na Bahia, mistura os movimentos da antiga velha luta praticada pelos negros, dos malandros de ruas, das rodas festivas de quintais e batuques e golpes de sua criação, trazendo como resultado uma luta mais agressiva, mais eficiente Para muitos, no entanto, essas mesmas características colaboram para que a Capoeira Regional perdesse em ludicidade do jogo, e os recursos expressivos e teatrais, o que para o próprio Bimba, eram elementos que folclorizavam a luta.

No processo de renovação, a Capoeira desloca-se das ruas para as chamadas academias, adotando um sistema de ensino, disciplinado conseguindo atrair o público jovem e de intelectuais brancos das classes médias.

Numa espécie de reação ao surgimento dessa nova vertente de capoeira, em Salvador desenvolve-se uma segunda vertente a Capoeira Angola, que também traz uma reinterpretação da antiga capoeiragem baiana.

Elaborada por diversos mestres de capoeira, onde se destacou o Mestre Pastinha (1889-1981), que ficou conhecido como principal criador dessa forma de capoeira.

A Capoeira Angola chega reivindicando sua origem nas raízes africanas, afirmando-se como a continuidade de uma tradição com uma identidade étnica forte, traços que se evidenciam nos nomes que são atribuídos a ela como “Capoeira Angola”; “Capoeira Mãe”, se contrapondo às muitas mudanças realizadas pela Capoeira Regional.

Mesmo também adotado uma sistemática de aulas, fardamento para os seus praticantes, e uma regulamentação de jogo, a capoeira angola ressalta os traços místicos do jogo, através da valorização dos instrumentos musicais, particularmente o berimbau, elemento importante para nossa pesquisa por sua representação simbólica no jogo da capoeira; o canto e da ludicidade. Segundo Pastinha (1988, pag. 35).

*“(.) o jogo de angola ao ritmo do conjunto típico que acompanha as melodias e improvisos dos cantores adquire graça, ternura, encanto e misticismo que bole com a alma do capoeirista”.*

Não há dúvidas que a Capoeira Angola tem sua característica na ênfase do ritual da roda, golpes definidos, os toques, os rituais de início e fim de jogo e as ordens hierárquicas as quais nós temos interesse neste trabalho, esses elementos, norteiam as configurações atuais dos “angoleiras” e são os principais marcadores de diferenças com o estilo “regional” no qual a roda é realizada de forma mais simples.

Para além desses traços visíveis como o repertório gestuais, vestuários, importante dizer que angoleiras (os) e regionais opõem-se pelos discursos identitário e suas respectivas narrativas históricas.

A Capoeira Angola é concebida pelas (os) “angoleiras (os)” como uma capoeira ancestral, negra que ressurgiu nos anos 80 na Bahia, muito ligada ao movimento negro reivindica legitimidade e autenticidade e seu papel político de resistência étnica e de promoção da igualdade racial. Recebeu desde de seu surgimento o apoio da intelectualidade e artistas que viram na capoeira angola uma expressão de tradição da cultura negra “autêntica”.

Tem em todo o campo da capoeira uma posição de “distinção” no sentido em que Bourdieu (2007) discute em seu livro *A distinção: crítica social do julgamento*, onde analisa o condicionamento de toda manifestação cultural pelo poder socioeconômico e seu o efeito impactante para a uma “cultura legitimada”, desta forma a Capoeira Angola atraiu e atrai em seus dias atuais, um grande número de jovens da classe médias oriundas do meio artístico e acadêmico e/ou militância política da negritude da época, é que claro nesse processo, que muitos universitários estavam em busca de uma prática de resgate da matriz cultural africana com aspectos políticos e fortes vínculos com as religiões de matrizes africanas, o que atualmente vem se modificando.

Outro aspecto importante, da Capoeira Angola é ser compreendida e reconhecida a partir da “linhagem”, entendendo que o processo de aprendizagem não se limita a momentos de treinamento ou da aula propriamente dita, mas passa principalmente, pela inserção e o envolvimento dos praticantes da capoeira angola no universo da capoeiragem, o que atualmente acontece principalmente por meio dos outros grupos de capoeira.

Os grupos, reconhecem-se como pertencendo à determinada linhagem, que apontam os mestres das gerações passadas aos quais os ensinamentos, filosofias e formas de trabalho de cada grupo se referem, sem contudo perderem suas peculiaridades, de acordo com seus mestres diretos e seus alunos, o que nos leva a compreender que pertencer a uma ou outra linhagem não implica necessariamente em perda de autonomia, como salienta Araújo (2015, p. 99-112), ao referir-se às comunidades de Capoeira Angola nas quais estão inseridos.



Segundo a autora:

“ (...) estas comunidades se caracterizam pela autonomia de um ajuntamento histórico, simbólico, afetivo, opcional. Aqui, não nos interessa tanto o referendo destas criações conceituais e identitárias, mas o aporte das ressignificações que lhes justifiquem a constituição do estarem juntos formando mais uma comunidade vinculada a tal matriz ou linhagem” (ARAÚJO, 2004, p. 138).

As rodas de Capoeira Angola têm uma estrutura ritualística bastante forte e característico. Lembrando de uma frase de Mestre Bamba em um momento de ensinamento de *fundamento* <sup>278</sup> em sua escola Mandingueiros do Amanhã, uma das escolas pesquisadas em nosso trabalho “*nós não sobrevivemos até hoje somente pela marcialidade da nossa luta, mas principalmente porque mantemos os fundamentos, os ritos de nossos mestres, de nossa ancestralidade*” (Mestre Bamba).

A oralidade na Capoeira é outro elemento significativo de sua prática, a capoeira se aprendia “*de oitiva*”, ou seja, na oralidade, no falar e ouvir. A *oitiva*, como era chamada entre os Mestres mais antigos, constitui-se como um claro exemplo de como se dá a transmissão através da oralidade na capoeira, baseada na experiência e na observação. Isso aumenta a convivência entre Mestre e aprendiz, e muitas vezes definia uma possível graduação do aprendiz.

Diferente da repetição de movimentos, a Capoeira angola prima por uma aprendizagem onde e o Mestre orienta e guia seu aprendiz, o que para muitos praticantes é uma sensação de acolhimento sentir o toque das mãos do mais velho, do seu Mestre, que, com todo carinho e delicadeza, conduz os movimentos de braços e pernas pelo caminho sinuoso da capoeira angola, para muitos uma grande honra, pois o mais velho, o Mestre é figura principal e fundamental no processo de aprendizagem da Capoeira Angola.

Essa forma tradicional de ensinar passa pela proximidade que deve existir entre o mestre e o aprendiz. Uma proximidade corporal em que o afeto, a atenção e a disponibilidade do mestre mostram-se integralmente. O mestre

---

278 Fundamento é um movimento, rito e ou filosofia comum a toda prática de capoeira Angola ou Regional que a caracteriza e ao mesmo tempo a distingue de outras práticas desenvolvida por alunos e Mestres.

Cobra Mansa, um estudioso das tradições africanas, e Mestre de Capoeira afirma, que o mestre tradicional verbaliza muito menos do que toca o seu aluno, e demonstra com seus próprios movimentos o que ele pretende ensinar. Segundo Cobra Mansa em depoimento dado ao trabalho de ABIB, *Os velhos Capoeiras ensinam pegando nas Mãos*:

*“O mais importante nessa tradição é o hálito, é o que você tá passando... a sua alma que você tá transmitindo [faz o gesto como se estivesse passando a alma através da boca]. Então você não está transmitindo simplesmente a sua palavra, mas o hálito... a alma... então, quando você recebe aquilo, você tá recebendo uma tradição de muitos e muitos antepassados, porque alguém já me passou isso... agora eu tô passando pra você, você vai internalizar, e depois vai poder passar a mesma coisa para o outro, então é muito mais do que você pegar o livro e ler... tem uma alma ali, tem um gesto, um olhar, tem uma forma (...) tudo isso fica marcado, porque é legal você ler um livro, mas a emoção de alguém estar te contando uma coisa, te passando alguma coisa, tem todo um gesto, um brilho nos olhos, que você sente uma alma sendo passada para você.”(ABIB, p. 86-98, jan./abr. 2006).*

Os movimentos, canto, toques, malícia confluem para o momento da *roda de capoeira*, dando a este momento significações importantes para um (a) capoeira.

Na Capoeira Angola a roda é um ritual de importância ímpar, é na roda que a (o) capoeira<sup>279</sup> não somente testa suas habilidades de movimento corporais, musicalidade e instrumentos mas sobre tudo é a afirmação de todos os saberes aprendidos quanto a tradição angola.

Assim, deste das disposições dos instrumentos, toques realizados, vestuários das (os) capoeiras, cantos iniciais e finais, quem senta para tocar os instrumentos e principalmente quem toca o Gunga<sup>280</sup> tem significação em uma roda. É na roda que fica evidente a hierarquia existente na capoeira angola.

---

279 Capoeira o termo é comumente usado para diferenciar do termo capoeirista. Oriundo da antiga Capoeiragem “*um capoeira*”, é aquele que traz a filosofia da Capoeira em sua alma, enquanto um capoeirista é apenas um praticante da arte marcial.

280 Instrumento musical composto de arco de madeira, arame e cabaça, Berimbau mestre que dita os ritmos em uma roda de Capoeira.

Toda roda de capoeira Angola é conduzida por uma (o) Mestre (a) de Capoeira ou uma (o) capoeira designado por ele, em geral é uma (o) contramestra (o) ou aluna (o) com mais tempo para a capoeira Angola de aprendizado ou já graduado, este conduz o Gunga que dita o ritmo a ser jogado. Na Capoeira Angola é corriqueiro dizer que “*antiguidade é posto*” para dizer a importância e o lugar dos mais velhos nas rodas.

Com algumas variações de escola para escola tem-se conhecimento das seguintes graduações na capoeira Angola: professor formado, trenel, contramestre e Mestre. É um longo percurso para cada uma dessas graduações, em primeiras conversas em nossas entrevistas e mesmo em conversas informais logo nos primeiros contatos para a pesquisa de campo, os Mestres colocam a necessidade de saber dominar ou o que vamos chamar aqui de ter um *capital cultural* na Capoeira para ser Mestre: saber tocar, cantar, jogar e dar aulas, pois sem alunos ou aprendizes não há Mestres, com o domínio destes arsenais de conhecimentos e práticas é possível inicia-se nos processos de graduações na capoeira. Nas minúcias destes processos, como ele se concretiza e processa relações entre seus agentes sociais, temos um interesse particular, pois, traduzem o universo capoeira, seus discursos e práticas.

É neste universo permeado por saberes ditos tradicionais, onde corpos tem movimentos, cantos e toques e saberes que falam sobre suas experiências e vivências que se declaram ancestrais, que a trajetória dos corpos femininos, suas narrativas de vida e vivências na Capoeira Angola que esta pesquisa vem se desenvolvendo deste 2017.

## **Conhecimento, Mulheres e a Capoeira**

É comum achar que a Capoeira Angola não é espaço estranho às mulheres. Muito embora, seja comum a qualificarem como sendo “um universo masculino”, ou masculinizado, o fato é que seus lugares de expressão e sua forma de organização sempre tiveram a presença feminina e não apenas como meras espectadoras das rodas, mas que contribuíram ativamente para a construção e transformação desta prática cultural de origem afro-brasileira, (ZONZON, 2017); (REIS, 2000); (PASTINHA, 1998) e para o estabelecimento de uma tradição.

Então, porque tão poucas são Mestras ou Contramestras? Muitas são cantadas em ladainhas e quadras de capoeira, como “Salomé” cantada na estrofe que reproduzo ao iniciar este texto, mas poucas têm rostos e histórias na da capoeira no Brasil e em São Luís, onde realizaremos nossa pesquisa.

Vemos neste ponto, uma contradição visível, que está justamente nesta presença que se torna ausente nos processos de construção de um saber sobre a Capoeira Angola, seja ele de cunho tradicional popular, seja de cunho historiográfico. Inicialmente buscamos compreender as construções de gênero através de das autoras Laurentis e Scott.

Scott coloca que o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo uma forma primeira de significar as relações de poder. Para ela, as mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder. A autora ao analisar o gênero, coloca seus aspectos subjetivos, sua importância nas relações sociais e de poder.

Os estudos de Teresa Laurentis nos orientaram, apontando análises também significativas importantes. Segundo Laurentis (1994), a construção do gênero:

*“ocorre por meio de tecnologias e de discursos institucionais com o poder de controlar o campo do significado social e assim produzir, promover e implantar representações de gênero.”* (p. 82).

Entendendo-se que consideramos gênero, ainda a luz de Laurentis (1994), como um conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais, ou o saber a respeito das diferenças sexuais. Este saber não é apenas um conjunto de ideias e definições, abarcando estruturas, práticas e instituições sociais são relações de poder decorrentes desta produção, com investidas conflitantes e diferenciais dos discursos sobre homens e mulheres (LAURENTIS 1994, p. 87).

Vemos que a Capoeira Angola enquanto prática social pode ser entendida como tal, na medida em que produz o gênero e suas representações na mesma proporção em que é por ele produzido, em um constante movimento.

Para a autora podemos encontrar elementos para uma construção alternativa e acioná-los. Estes elementos encontram-se à margem do discurso hegemônico como fator de resistência ao poder dominante.

Assim, os cantos, as poesias, as histórias e os significados atribuídos aos instrumentos e demais elementos do ritual da roda da capoeira, promovem e constroem representações sobre mulheres e sobre homens.

Ainda segundo Laurentis (1994), há um arsenal interpretativo anterior, repleto de categorias cristalizadas que mobilizamos nos processos de reconhecimento e interpretação.

A capoeira, ainda segue o padrão hegemônico, obedece a esta lógica e parte de uma compreensão anterior sobre o conceito de mulher e de homem, valores e papéis sociais que formam binarismo de gênero. Este arsenal nos vale na produção de conhecimentos e tais conhecimentos se tornam produtor do gênero, vinculando as narrativas tradicionais da capoeira angola historiografia.

Neste sentido, é possível a construção de um novo olhar sobre, sobre as mulheres na capoeira a partir de uma descolonização do saber a construção de gênero dentro da capoeira angola.

Esta nova perspectiva pode ocorrer ao buscar construir novas narrativas que deem visibilidade as histórias femininas na capoeira angola.

Raça, gênero e sexualidade, tais quais fundados no sistema mundo moderno colonial, se perpetuam como instrumentos de dominação úteis ao capital e à manutenção da ordem.

Novas possibilidades narrativas, ao questionarem o que está estabelecido podem possibilitar o exercício de descolonizar o pensamento, por permitir a tessitura de novas narrativas históricas que disputam poder, visibilidades e existências históricas.

Essa possibilidade é o que funda todo campo de estudos feministas, da história das mulheres e, mais importante, de releitura tendo gênero feminino como categoria de análise histórica. Para a capoeira, evidenciar as narrativas

femininas que estão em seu universo, traz algo que nos parece intrínseco a sua existência, ora silenciado, tão bem descrito pela Mestre Samme Soraya em sua entrevista, quando descrever o poder da capoeira:

*“Para mim a capoeira trouxe, a possibilidade de transformar, sabe, quando você vira de cabeça pra baixo e poder ver de outro modo aquilo que antes era um obstáculo, um desafio, não deu pra lá, vai pra cá, a capoeira te traz outras possibilidades, pra mim isso é o que a que a capoeira pode trazer de melhor; outras possibilidades de ser e fazer as coisas, a vida, ela transforma sempre, ela te traz possibilidades” (Mestra SAMME, 2018).*

Acreditamos necessário refletir acerca do que consideramos alguns obstáculos para que algumas narrativas, aqui no caso, femininas encontram secularmente em serem visíveis e consideradas no campo do conhecimento e na disputa hegemônica do poder.

Em nosso entendimento, um conhecimento ainda colocado como universal, é um desafio a ser superado no processo do reconhecimento de diferentes vozes, saberes e práticas.

Em seu artigo *Por uma epistemologia para a próxima revolução*, Alcoff (2016), faz uma importante reflexão sobre a imposição de uma epistemologia universal que desconsidera diversos saberes de povos e segmentos subalternizados ou colonizados, fazendo uma escrita de si sempre na primeira pessoa, constituindo-se como autoridade para protocolar o regime discursivo, ou seja, a existência de um conhecimento “mestre” que diz quem fala e quem pode falar.

Assim, o pensamento da autora nos é importante, pois ainda segundo Alcoff (2016), é necessário desestabilizar e transcender a autorização discursiva branca, masculina, heteronormativa e debater como as identidades foram construídas, e conclui que, para descolonizarmos o conhecimento precisamos nos ater as identidades sociais, não somente para evidenciar como o projeto de colonização tem criado identidades, mas para mostrar como certas identidades têm sido historicamente silenciadas e desautorizadas no sentido epistêmico, ao passo que outras são fortalecidas.

Assim, nota-se uma hierarquização epistêmica que segundo a antropóloga Lélia Gonzalés (1984), assim equaciona: quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico, e uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco e masculino. Entra aqui um importante fator, que a autora chama de *marcadores sociais*.

Evidenciando a necessidade de ao falar de mulheres, coloquemos de que mulheres se estão falando realmente, para que não se cai nos riscos de discursos que se pretendem libertadores, porém ainda homogenizadores e universais.

As diferentes interseções propostas pela antropóloga caribenha Lorde (2013) para entendermos como as diferentes opressões que agem como marcadores sociais para colonizar, silenciar e subjugar as falas femininas, traz importante elementos para compreendermos que não podemos hierarquizar opressões e a importância de lidarmos com as diferenças que nos circunda, o problema é quando essas diferenças se tornam desigualdades.

Assim, ao falar de mulheres angoleiras, temos em mente que além de dar visibilidade as narrativas femininas, essas são de diferentes mulheres que estão sob um determinado território simbólico, como o é a capoeira angola, entendendo território como um campo onde estão presentes diversas práticas sociais e agentes sociais imbricados, porém heterogêneas, em suas vivências e práticas

Importante perceber que ao falar de mulheres devemos fazê-lo não como se fala de homens: homogêneo, universal e essencialmente dado, único.

Mas de modo a incluí-las em esquemas complexos de análise social, onde possam ser compreendidas a própria história como lugar de produção do gênero, tanto quanto outras formas de narrativa histórica, como a capoeira o é.

Ao falar da construção do conhecimento a socióloga Grada Kilomba reflete:

“É comum ouvirmos o quão interessante nosso trabalho é, mas também ouvimos o quão específico ele é: “isso não é nada objetivo”, “você não tem nada de neutra” “se você quiser se tornar uma acadêmica, não pode ser pessoal”, “a ciência é universal, não subjetiva”, ou mais “seu problema é interpretar de mais a realidade, você deve se achar a rainha das interpretações”; tais comentários ilustram uma

hierarquia colonial, pelas quais pessoas, negras e mulheres são demarcadas.(...) quando eles falam, é científico, quando nós falamos não é científico eles têm fatos, nós opiniões, eles têm conhecimento, nós experiências. Não estamos lidando com uma coexistência pacífica de palavras, mas *sim com uma hierarquia violenta que determina quem pode falar*” (KILOMBA, pg. 28, 2016).

Sem nenhuma pretensão de esgotar a discussão acerca da presença feminina na capoeira, reafirmamos nosso propósito com este trabalho ainda em desenvolvimento. E para melhor ilustrar trazemos a frase da historiadora Mary Del Priore (1998, p. 15) ao responder para que serve a história das mulheres: *“para fazê-las existir, viver e ser”*.

## **Compartilhar Realidades Narrando Histórias**

Ao trazer narrativas entendemos ser necessário colocar como as compreendemos enquanto forma de compreensão e análise teórica neste artigo.

As construções narrativas aqui propostas perpassam pelas concepções de autores como LANGDON (1999) e BAUMAN (2002), e seus entendimentos sobre o conceito de cultura e narrativa respectivamente, já que traremos narrativas que se inserem em uma expressão cultural significativa como a capoeira angola.

Assim, a narrativa se caracteriza pelo imprevisto ou indeterminado, pela heterogeneidade, polifonia de vozes, relações de poder, subjetividade e transformação contínua. Características do mundo pós modernidade, pós-estruturalismo. Ainda segundo estes autores, estas características não são limitadas às sociedades complexas, mas fazem parte da interação social de toda sociedade, mesmos as que ainda não tinham ou não tem desenvolvida a escrita.

À medida que falamos sobre nossas experiências, nós reinterpretamos, reavaliamos e reconstruímos nossas experiências. É sempre um olhar do presente para o passado, em entrevista Luana Furtado, angoleira há 16 anos, ao falar de sua trajetória retrata bem esse movimento:

*“Nós nem nos dávamos conta que era machismos, quando não deixávamos pegar no berimbau, no Gunga, né, nós não tínhamos o olhar que se tem hoje, a gente nem discutia esse negócio de mulher na capoeira, a gente falava muito pouco, uma outra(...) Hoje o negócio é diferente já tem grupos e a gente fala mesmo”*. (Luana Furtado, 2018).



As narrativas são maneiras socialmente construídas de compreender o que uma vida, um grupo é, elas vão além da simples descrição de eventos experienciados para fornecer modelos explicativos e avaliação emocional, cultural e social sobre o que esses eventos significam para os que as vivem. Mais especificamente, narrativas permitem-nos criar uma realidade compartilhada. Ao contar as histórias de vidas ou grupos, estamos contando quem somos, quem são os “outros”, e estamos compartilhando visão de mundo.

Nós não apenas contamos o que aconteceu; nós explicamos como e por que esses eventos aconteceram, como é sentido e quais reações estão presentes e o que elas significam para nós e para os outros.

Em nosso entendimento, compartilhar histórias comuns é criar uma comunidade interpretativa que pode promover coesão cultural de um grupo em um tempo.

Para nós, narrativas e cultura estão, assim, intimamente ligadas, num eterno jogo dialético. Assim buscamos nos pensamentos de Bauman (2002), elemento importante para estes entendimentos. Para Bauman (2002), conceito de cultura não pode ser avaliado sem se pensar o que seja, “estrutura” e “práxis” elementos indissociáveis para o autor.

Enquanto estrutura, Bauman (2002) admite que a cultura é uma rede de comunicação no seio de um conjunto de elementos ou ainda o conjunto de regras de transformação de um grupo de elementos inter-relacionados e de suas próprias relações (p. 185).

Como uma práxis, nos interessa debater e refletir, a partir da leitura deste autor a cultura como uma longa discussão sobre a natureza da integração social, a experiência humana que é intuitiva, pré-teórica e só pode ser acessada intelectualmente quando recoberta por uma série de conceitos explicativos.

Para o autor, o conceito de cultura torna-se então “subjetividade objetivada”. Um esforço para entender o modo como as ações individuais podem ter validade coletiva e como as múltiplas interações entre indivíduos podem construir “uma realidade dura e implacável” (p. 259), de uma sociedade alienada, que distingue as esferas públicas e privadas da vida humana (p. 323).

Para ele, através da cultura, o homem se encontra “em um estado de revolta constante, uma revolta que é uma ação” contra o estado paralisador voltado unicamente para o privado (p. 343).

Ao romper com a perspectiva de uma cultura vista como um modelo ideal e fixo e o comportamento visto como resultado da aplicação deste modelo abstrato, temos um olhar onde a cultura é vista como emergente, e o foco é dado nos agentes sociais como agente consciente, interpretativo e subjetivo e incidentes em seus contextos. Sem negar que na cultura há interações e diferentes olhares e práticas como bem coloca LANGDON (1999):

*“(...) existem pessoas que dentro do mesmo grupo compartilham certos valores, símbolos e preocupações que podem ser caracterizados como “tradição”, mas o enfoque é na práxis, na interação dos atores sociais que estão produzindo cultura a todo o momento” (LANGDON, p. 22).*

As experiências passadas, tradições podem fornecer possíveis recursos para os agentes interpretar, entenderem e agirem no presente, no entanto a interação social é o motor para que a cultura emerja.

O ser simbólico é um agente, cuja ação não é motivada somente pela razão, mas pelas experiências passadas, desejos, pela necessidade de expressar e criar e por sua vontade. Assim a criatividade, expressão, inclusive as expressões estéticas, as possibilidades de transformação tomam importância neste novo olhar.

Neste contexto de interações, transformações constantes, e contradições que surgem novos agentes sociais, novos territórios que disputam poder e narrativas em contextos perpassados por contradições, mutações que nos parecem intrínsecos e constantes.

É com este olhar que construiremos a pesquisa sobre as mulheres capoeiras. As mulheres cuja as narrativas nos propomos a evidenciar, são mulheres de grupos de capoeira angola de São Luís buscamos *angoleiras* que tenham de 05 ou mais anos de vivência na capoeira angola (tempo que segundo os Mestres é o mínimo necessário para um bom aprendizado de roda e das vivências de capoeira) que estão nas escolas de capoeira Angola de autoidentificação com a linhagem “pastiniana”.

Assim sendo, buscamos ouvir narrativas de mulheres capoeiras, mestres, contramestres, professores formados, de forma individual, com questões por nós formuladas e as respostas dos entrevistados serão transcritas, interpretadas para melhor compreensão do objeto. Buscamos estabelecer aspectos que favoreça a confiança na interação com as pesquisadas, por isso em todo período de pesquisa estabelecemos não somente contatos mais, vivências junto as escolas e seus mestres.

Pesquisamos atualmente as escolas de capoeira angola existentes em São Luís no eixo Centro, os grupos de capoeira Angola Mandingueiros do Amanhã, Laborarte, Acapus e Centro Matroá de Capoeira Angola e Centro Cultural Mestre Patinho, hoje depois de sua morte recente, liderado por sua companheira e também capoeira Erlene Sousa; por serem grupos com anos de existência da Ilha de São Luís, e trazerem raízes de diferentes mestres de capoeira angola e apresentarem uma auto identificação com a filosofia “pastiniana” e sua *linhagem* ou seja, trazem elementos do ensinamentos deixados na capoeira Angola por Mestre Pastinha, reivindicando a tradição da Capoeira Angola e deterem um número significativo de mulheres com atuação expressiva nas rodas de capoeira de São Luís.

As Escolas Mandingueiros do Amanhã com Mestre Bamba. Mestre Nelsinho do Laborarte, Centro Cultural de Mestre Patinho e Centro Matroá de Mestre Marco Aurélio, são remanescentes de Mestre Pato, que foi aluno de Mestre Sapo e Roberval Cerejo, reconhecido Mestre por Canjinha um dos alunos de Mestre Pastinha; a Escola Acapus tem como Mestre Senzala, aluno de Mestre Madeira, que foi aluno de Mestre Valdemar e João Pequeno alunos de Pastinha.

## Referências

ABIB. Pedro Rodolpho Jungers. *Os velhos capoeiras ensinam pegando na mão*. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 68, p. 86-98, jan./abr. 2006.

ALCOOF. Linda. *Uma Epistemologia para a próxima revolução*. Sociedade e Estado. Brasília, n.1.v.31, jan/abr, 2016.

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais o povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.* – 2.<sup>a</sup> ed, Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.
- ARAÚJO. Rosângela, *Capoeira Angola, corpo e ancestralidade: por uma educação libertadora.* Horizontes, v. 33, n. 2, p. 99-112, jul. /dez. 2015
- AUDRE. Lorde. *Os usos da raiva: mulheres respondendo ao racismo.* Geledés. 2013.
- BALANDIER. Georges. *A desordem. O elogio ao movimento.* Rio de Janeiro. Bertrand. 1997.
- BAUMAN, Z. *La cultura como práxis.* Buenos Aires, Paidós.2002
- BOURDIEU. Pierre. *O Poder Simbólico.*16<sup>o</sup>.ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.2012
- BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. *In: Miséria do Mundo.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, pg. 159-166.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina.* Bertrand Brasil. São Paulo. 2002.
- COLLINS. Patrícia Hill. *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro.* Sociedade e Estado, v.31, n.1, p. 99 -127.set. 2017
- GEERTZ, Clifford. Forma e variação da estrutura numa aldeia balinesa. MOSAICO - Revista de Ciências Sociais. Ano 2· Número 1 - Volume 1 - 1999, pg. 279-303
- DAMONTE, Gerardo. *Construyendo territorios: narrativas territoriales aymaras contemporâneas.* Lima: GRADE; CLACSO, 2011
- FOLTRAN. Paula Juliana. *Capoeira é pra homem, menino e mulher. A Capoeira entre a Colonialidade e Descolonialidade.* SANKFA. São Paulo. 2017.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso.* São Paulo: Ed. Loyola, 2012.

- GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs. 1984.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2013.
- HAESBAERT, Rogério. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 05/05/2011. \_\_\_\_\_
- PACHECO DE OLIVEIRA, João. *Uma etnologia dos “índios misturados”?* Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, vol.4, no. 1, p. 47-77, Abr. 1998.
- HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. (orgs.). *A invenção das tradições*. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LAURETIS, Teresa de. A Tecnologia do Gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994
- LANGDON, Ester Jean. *A Fixação da Narrativa: Do mito para a Poética da Literatura Oral*. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 5, n.12, p. 13-36, dez. 1999
- MASSEY, D. B. *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008 [2005].
- RANCIERE, Jacques. *A Partilha do Sensível: Estética e Política*. Ed. 34. São Paulo. 2005.
- REIS, L.V. de S. *O mundo de pernas para o ar: a capoeira no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é Lugar de Fala*. Belo Horizonte. Letramento. Justificando. 2007
- SAID, Edmundo. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo. Ed. Schwarcz. 1990.

- SILVA, R. de L.; FALCÃO, J.L. C.; DIAS, C. *Discursos de tradicionalidade da capoeira angola: a influência e o papel dos capoeiristas. Culture-Kairós*, v.1, 2012.
- SPIVAK. DE GAYATRI CHAKRAVORTY . *Pode Falar um Subalterno?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 133p., 2010 [1985].
- SCOTT. Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 2ª ed, Recife. 1995.
- OLIVEIRA, Josivaldo P. de & LEAL, Luiz Augusto P. *Capoeira. Identidade e Gênero: Ensaio sobre a história social da Capoeira no Brasil.* Salvador: Edufba, 2009.
- PAIVA, Ildenete Porpino de. *A capoeira e os Mestre.* Nata. UFRN. 2007.
- PASTINHA, F.V, Mestre. *Capoeira Angola.* 3. ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia.
- PEDRO, Joana Maria (org.) *Masculino, Feminino e Plural.* Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.
- PEREIRA. Roberto Augusto A. *O mestre Sapo, a passagem do quarteto Aberrê por São Luís e a (des) construção do “mito” da “reaparição” da capoeira no Maranhão dos anos 60.* Revista de História do Esporte. Volume 3, número 1, junho de 2010
- PRIORE, Mary del. História das Mulheres: As vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva.* São Paulo: Contexto, 1998
- KILOMBA, Grada. “The Mask” In: *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism.* Münster: Unrast Verlag, 2. Edição, 2010. Tradução. JESUS. Jessica Oliveira de. UFSC. 2014.
- ZONZON. Cristine Nicole. *Nas rodas da Capoeira e da vida: corpo, experiência e tradição.* Salvador EDUFBA, 2017.

# Mujeres Nasa: Guardianas de resistencia

## Maria del Carmen Muñoz Millán

Para la comunidad Nasa el territorio es el fundamento de su vida, parte esencial dentro de su cosmovisión y sobre todo para el sostenimiento de su población, por lo cual la defensa del territorio es parte de su identidad y ha sido también de su historia desde tiempos coloniales, en donde las luchas de resistencia contra los españoles marcaban principalmente la defensa de sus tierras lo que ha perdurado hasta hoy en día en la memoria de la comunidad.

La concepción que tiene la población Nasa del territorio como fundamento de su identidad contrasta con las políticas del Estado enfocadas en la homogenización del territorio, lo que se ha denominado territorio nacional, con lo cual ha quitado la pertenencia comunitaria, en tanto se entiende que:

Los sentidos de pertenencia a una comunidad específica debían desaparecer para dar lugar a la unidad (unicidad) e identidad histórica nacional, identidad que se convirtió en el paradigma de la modernidad. Bajo este paradigma, tanto las memorias indígenas como los lugares que las hacían posibles debían pasar del confinamiento a la desaparición o a la modernización (GÓMEZ y HERINALDY, 2000, p. 21).

Mientras que para la comunidad Nasa el territorio hace parte de lo que se concibe como derecho propio ya que es pensado “Como el espacio donde se revitaliza la cosmovisión Nasa, donde se realizan las prácticas culturales del pueblo indígena; es el lugar donde los mayores dan consejo de cómo se deben comportar los miembros de la comunidad; donde se socializa su derecho interno” (SISCO, 2001, p. 31).

Al igual que es parte de la concepción que se tiene de los tres mundos o casas del universo; **e:ka yat** el mundo de arriba, **kwes kiwe** nuestra tierra, el mundo del medio y **kiwe nyhu yat**, como el mundo de abajo (Portela, 2002:31), lo que a su vez cobija diferentes significados y su relación no solo con el territorio, el espacio y el tiempo sino con prácticas espirituales relacionadas

con el cosmos, teniendo en cuenta que “El eje transversal es el reconocimiento de la naturaleza como el conjunto que posibilita la vida, pero que también ordena leyes para la permanencia de la humanidad” (BECA, 2010, p. 40). De esta manera intentar encerrar a la comunidad Nasa dentro de la concepción occidental de territorialidad o mapa implicaría desconocer el significado cultural que trasciende lo geográfico; históricamente los territorios indígenas al no encajar dentro del modelo imperante han sido asumidos como espacios vacíos en tanto:

Los territorios indígenas son explicados en términos de la geografía del capital como espacios “vacíos”, “deshabitados”; significación de la que participan igualmente amplios sectores de la sociedad y del Estado nacional. “Vacíos” y “deshabitados” desde la geovisión generalizada que da tal sentido a todo aquel espacio que carece o no está integrado al modelo económico y sociopolítico dominante. Otra es la visión de sus habitantes locales, los que construyen “los lugares” y se los han apropiado desde múltiples y disímiles formas culturales de articulación y relación territorial (GÓMEZ, 2000, p. 107).

Sin embargo dentro de la distribución espacial que hace la geografía, cabe anotar que la población Nasa se encuentra ubicada en la cordillera central principalmente dentro de los departamentos de Cauca y Huila (Colombia), aunque también existen asentamientos en la zona norte del Cauca, el sur del Valle y los departamentos de Putumayo y Caquetá (OPIC, 2012). A nivel de población los Nasa son el segundo pueblo indígena en el país con una población estimada en 186.178 personas autoreconocidas (DANE, 2005). Los Nasa representan el 13,4% de la población indígena de Colombia. Cuenta con un proceso de resistencia civil de más de 40 años, el cual ha jugado un papel importante a nivel regional y nacional destacándose sobre todo por el alto nivel de organización indígena con la cual ha sido participe de múltiples eventos que han tenido repercusiones políticas, sociales y económicas en el país.

## **Cosmovisión y simbología Nasa**

El pueblo Nasa al igual que cada uno de las comunidades indígenas, cuentan con una cosmovisión que los identifica y es guía espiritual principal dentro de sus comunidades, constituyéndose en el fundamento por el cual la comunidad asume comportamientos culturales los que van determinando



su visión del mundo y de todo aquello que le rodea, a su vez va recreando a través de los símbolos aquello que incorpora en su identidad, otorgándole ese grado de importancia que se ve reflejado en su diario vivir, siendo transmitidas de generación en generación.

Las normas culturales hacen parte del arraigo de su cultura; aunque han pasado por procesos de sincretismos las normas o leyes establecidas permiten sostener parte de la cultura o incorporarlas en momentos donde no ha sido posible sostenerla, como el caso de la época colonial donde las cruzadas evangelizadoras fueron responsables de la pérdida cultural de muchos pueblos indígenas, sin embargo los que sobrevivieron se vieron obligados a incorporar ciertas prácticas, que fueron asumidas como estrategia en muchos casos de sobrevivencia y que adquirieron junto con prácticas propias de su cultura nuevos significados; podría decirse que formaron una amalgama dentro de las cuales han constituido normas, prácticas, celebraciones y leyes para la organización social y comunitaria.

Para los Nasa su cosmovisión está basada desde la ley de origen, desde donde se puede entender la relación con la naturaleza misma, distinguiendo lo femenino y lo masculino como portadores de la creación, Uma y Tay son los abuelos que dieron origen y son los que ordenan la vida, son Sol y Luna, están en constante relación con los demás seres espirituales y de la naturaleza, los cuales son portadores de conocimiento y están en constante relación con los seres humanos que allí habitan; para los Nasa la relación entre lo espiritual y como conducir la vida están íntimamente relacionadas y presente en todos los campos sociales y políticos de las comunidad.

Dentro de su cosmovisión y simbología el pueblo Nasa asume desde la misma naturaleza sus guías espirituales dentro de lo cual se destaca el trabajo de investigación realizado por el médico tradicional y antropólogo Nasa Manuel Sisco, así como los estudios realizados por diferentes fuentes que ha

hecho el Ministerio de Cultura. Los cuales han aportado en el reconocimiento de los guías espirituales que rigen la cosmovisión de la comunidad Nasa dentro de los cuales se destaca:

El Kapish- trueno como guía espiritual, Pxthus- el arco, cuidador de las lagunas y ojos de agua, Daatxi-el vigilante de las montañas, Wejxa- el viento, el que comunica, Klxum-el duende, un ser espiritual que está presente con los Nasa desde sus orígenes, el kdul, estos son algunos de los más representativos pero existen un sinnúmero de símbolos y rituales que van ligados a la construcción social y cultural de este pueblo indígena y que expresa la importancia que para los Nasa tiene el territorio y su relación con los elementos de la naturaleza; entre los rituales más destacados está el Ptazitupni- voltear el sucio, que es realizado por un médico tradicional conocido como The wala y que está presente en la comunidad como el que guía (Ministerio de Cultura, 2002).

Para los Nasa el Thê' wala es parte fundamental en la toma de decisiones al interior de la comunidad, a la que constantemente se consulta lo que se puede ver reflejado en diferentes ámbitos como en lo político, lo comunitario y lo familiar, que aunque son considerados parte de la comunidad con oficios comunes, al ejercer sus rituales y la medicina son considerados parte de la autoridad, es así como se les describe:

El Thê' wala hace parte de las autoridades tradicionales, es el médico o chamán que maneja la parte espiritual, es concebido como el delegado del Trueno (êeka Thê'), quien con ayuda del Khabu (bastón de mando), se comunica con los ancestros y especialmente con los Nehwe, Khsxa'w, (espíritus del sueño), I'khwesx (espíritus de la visión) quienes son mensajeros entre los espíritus y las personas. El Thê' wala, tiene el compromiso de trabajar a favor de la comunidad, orientándola y aconsejándola, igualmente es el protector y dinamizador de la cultura. El Thê' wala cumple su trabajo en coordinación con los truenos y otras fuerzas de la naturaleza y su orientación siempre es hacer el bien. (SISCO, 2001, p. 19).

De esta manera, la cosmovisión también está relacionada con las autoridades que son cósmicas pero que operan en el plano terrestre con los cuales se comunican las mismas que están representadas en sus autoridades elegidas por el pueblo. Esto sostiene una constante relación entre lo espiritual y lo terrenal a su vez que legitima practicas ancestrales que son sostenidas culturalmente, constituyéndose en un legado patrimonial para nuevas generaciones en tanto se reconoce parte esencial dentro de la

comunidad lo que ha llevado a tener dentro del movimiento indígena un lugar de importancia desde la dirección misma en tanto que dentro de la misma estructura organizativa se representa con un coordinador regional de medicina propia.

Igualmente hay que destacar que los médicos tradicionales, aunque se relacionan directamente con los procesos políticos en el contexto comunitario también son los encargados de aplicar la medicina con el fin de curar alguna enfermedad y a su vez en la atención a partos, limpieza de casas y lugares para la siembra.

## **El movimiento indígena en el Cauca-Colombia**

En 1971 con el Consejo Regional Indígena del Cauca (CRIC)<sup>281</sup> con el ánimo de legitimar principalmente las luchas de recuperación de los territorios indígenas, es el encargado de coordinar y guiar los diferentes procesos que se desarrollan en los cabildos, en el campo político, económico, social y cultural; su surgimiento está anclado a la violencia estructural que se arraigaba dentro de las comunidades indígenas en los años sesenta y setenta, los cuales enfrentaban la marginalización, exclusión, pobreza y la aniquilación de su cultura junto con su lengua.

El Consejo Regional Indígena del Cauca (CRIC) se consolida en 1974 demostrado en sus diferentes expresiones de resistencia la capacidad de organización social y política con la que cuentan, llegando a manifestaciones y expresiones que trascienden espacios más allá de los resguardos y atraviesan incluso los de las urbes, como se pudo constatar en las movilizaciones llamadas mingas, marchas que se hicieron desde sus territorios en el Suroccidente del país y que recorrieron varias ciudades hasta llegar al centro de la capital de Colombia en el 2006 y 2008 dentro de las cuales se realizaron

---

281 Es una organización con una experiencia regional de resistencia civil que alberga al 90% de la población indígena del departamento del Cauca, en la actualidad representa a 115 cabildos y a 11 asociaciones de cabildos (CRIC, 2012).

peticiones concernientes a las comunidades indígenas, acuerdos y denuncias relacionadas con la violación de los Derechos Humanos y el exterminio de comunidades indígenas como lo expone Olaya:

Entre el 2002 y 2008 denunciado en la primera Minga de Resistencia del orden de 1.253 asesinatos, 53.855 desplazados y 18 pueblos en peligro de extinción (Consultoría para los derechos humanos y el desplazamiento- CODES, Comité permanente para la defensa de los derechos humanos, Movimiento nacional de víctimas de crímenes de estado, et.al 2008. Ante esta situación el movimiento indígena demandó- “ que el gobierno repare integralmente a las comunidades indígenas víctimas de crímenes de estado”, demanda fundada en los hechos como la masacre del Nilo (1991), la masacre e San pedro (2000), la masacre del Naya(2001), la masacre de Gualanday (2001), la masacre de Bahía Portete (2004), el genocidio del pueblo Kankuamo, entre otros, así como las acciones que causaron muertos y heridos en la cumbre social de los pueblos y en la minga de resistencia del 2008. (OLAYA, 2012, p. 22-23).

Cabe resaltar que estas peticiones no estuvieron únicamente enmarcadas en la población indígena como tal, sino que a su vez se incluyó las demandas a los acuerdos internacionales, de firma del TLC con Estados Unidos y lo concerniente a la entrada de multinacionales que afectan a varias poblaciones en distintos territorios del país. La minga Nacional de resistencia indígena y popular realizada en el 2008 convocó no solo a la población indígena sino que a su vez contó con la participación de varios sectores como estudiantes, población afrocolombiana, organizaciones de Derechos Humanos, sindicatos, grupos de trabajo entre otros que demandaban al gobierno las afectaciones por las reformas, leyes y especialmente su desacuerdo en las políticas instauradas por el entonces presidente Álvaro Uribe Vélez, durante esta minga se senta un precedente con respecto al tema que nos atañe y es la visible participación de una mujer indígena Nasa en un debate público con el presidente Uribe para el que fue delegada la consejera mayor en ese momento Ayda Quilcue.

Es necesario señalar que la participación de una mujer consejera como líder dentro de la organización del movimiento indígena implicaba para ese momento un cambio en las estructuras internas ya que hasta entonces la participación y la voz había estado enmarcada en lo masculino, la voz de Ayda frente al presidente Uribe marco un precedente y ha sido visto por las mujeres como un ejemplo a seguir, a su vez ha planteado la necesidad de capacitar a las

mujeres en el ámbito político y reforzar aún más los programas hacia la mujer indígena, siendo comparado este proceso con otros que se han desarrollado en América latina como son los casos de México, Perú, Bolivia y Ecuador.

En sus ya 40 años la organización indígena con el Consejo Regional Indígena del Cauca -CRIC ha pasado por diferentes momentos, el balance general ha sido de un constante ejercicio de organización social, de estrategias de resistencia y fortalecimiento al interior del mismo a través de los proyectos político, cultural y económico. A partir de la constitución de 1991 las comunidades indígenas del Sur occidente que venían en un proceso de organización para defender sus territorios experimentan un cambio que va a marcar el rumbo de sus nuevas apuestas; con la nueva constitución nacional pasan de tener un movimiento armado a desarrollarse como un movimiento indígena, al dejar las armas se acogen a la nueva constitución nacional y entran a formar parte de las nuevas curules dentro del Senado y del Congreso de la república alcanzando así cargos públicos. De esta manera el cambio que se da dentro del movimiento indígena va a marcar unas nuevas directrices al interior.

El cambio que se da dentro del movimiento indígena permite recorrer un camino de acuerdos, logros, solidez y expresiones civiles que involucran a otros sectores de la población; consolidándose el movimiento indígena del Suroccidente Colombiano como referente dentro del territorio, destacándose algunos momentos como es la firma de la resolución de Jambaló<sup>282</sup> en 1999 por la “Autonomía de los pueblos indígenas frente a conflictos que atentan contra el proyecto de vida”, y posteriormente unos meses después se da la firma del acuerdo entre el gobierno y las comunidades indígenas para la primera movilización del Suroccidente Colombiano en la ciudad de Popayán. (HERNÁNDEZ, 2005, p. 396).

La resolución de Jambaló 1999 es el punto de partida para que el movimiento indígena asuma fuertemente la resistencia civil frente a todos los actores armados, dándose así un ciclo de manifestaciones y diversas actividades entorno a la protección y la defensa de su autonomía como

---

282 Es un municipio y resguardo a la vez ubicado en el nororiente del departamento del Cauca dentro de la cordillera central, con una extensión de 25.400 ha, con una población principalmente indígena. (en: el proyecto global experiencia de resistencia no violenta de los indígenas de Jambaló).

pueblos indígenas, que surge a partir del proceso de paz que se da en ese momento entre el gobierno de turno y la guerrilla de las FARC, después de esta resolución se realiza el congreso extraordinario de los pueblos indígenas en el Cauca, en donde el gobierno reconoce al CRIC como autoridad tradicional indígena (HERNÁNDEZ, 2005, p. 397). De esta manera este sería el comienzo de una nueva ruta a seguir por parte de las comunidades indígenas, en donde se inician nuevas apuestas y se abren escenarios para poner en marcha el proceso de resistencia civil basado en el principio de autonomía.

## **La Guardia Indígena y las Mujeres en la Guardia**

La guardia indígena es un proceso de resistencia civil donde participan mujeres y hombres, es un proceso que se viene construyendo desde el movimiento indígena, no desde ahora, sino desde la época milenaria como un mecanismo de resistencia, pero además, es un proceso muy bonito porque contribuye a las iniciativas de paz en Colombia, un proceso que tiene que ver con un compromiso de conciencia, con un compromiso de corazón, de legitimidad de pueblo y lo hace especialmente la juventud, mujeres jóvenes y hombres jóvenes pero también mayores [niños], están todas las edades; ver como toda la capacidad de conducir, de orientar, pero también de articularse lo hacen los hombres y las mujeres, es donde realmente se muestra ese proceso colectivo de manera permanente (009, Abril 2012,/entrevista).

Con estas palabras la ex consejera Mayor del CRIC, Ayda Quilcué Vivas líder indígena Nasa, expresa su opinión sobre lo que es la guardia indígena, destacando el aporte que ésta propuesta tiene incluso como iniciativa de paz para el país, en donde la comunidad Nasa ha sido distinguida en el año 2000 con el Premio Nacional de Paz, igualmente en el año 2004 ganó el premio Ecuatorial por el cuidado ambiental, la superación de la pobreza y la defensa de la identidad por parte del PNUD, así mismo ha sido reconocida en el año 1998-2000 con el premio nacional a mejor plan de desarrollo y por la UNESCO se han reconocido varios líderes como maestros de sabiduría (Sandoval, 2008:13). Desde este panorama se puede decir que la guardia indígena es el resultado de todo un proceso organizativo que ha pasado por diferentes momentos, como los que fueron descritos anteriormente, situándose en los últimos años con la propuesta de resistencia no violenta, como es considerada la guardia indígena en el Cauca. Es una propuesta que se consolida desde el movimiento indígena del Cauca, principalmente dese la zona Norte y

posteriormente se organiza en las otras zonas, como una forma de cuidar la vida y el territorio de las amenazas y la violación a los Derechos Humanos que se vive constantemente en sus espacios.

La guardia indígena de acuerdo a lo contemplado en el CRIC se concibe como un organismo para:

Defender el plan de vida<sup>283</sup> y continuar su avance como mecanismo de construcción de la convivencia y armonía en los territorios indígenas. Así como nuestros mayores y espíritus han defendido y cuidado el territorio como una tarea ancestral, la guardia indígena del Cauca, tiene como objetivo seguir el camino de vigilancia, control, alarma, protección y defensa de nuestra tierra en coordinación con las autoridades tradicionales y la comunidad, siendo así, guardianes de nuestra vida que promueven siempre la defensa de los derechos (CRIC, 2012).

La guardia indígena es también reconocida desde su lengua el Nasa yuwe y desde su cosmovisión como los “Kiwe Then’zawesx” teniendo en cuenta que “Dentro de la cosmovisión Nasa, son los ayudantes que tienen la misión de proteger, cuidar y controlar el territorio. Así lo han reconocido las autoridades tradicionales y las comunidades” (ACIN, 2008), lo que hace que dentro de sus prácticas este íntimamente relacionada con la espiritualidad, rituales de limpieza y armonización, por lo cual no se puede ver desde una visión occidental como un ejército civil, por el contrario al ser integrada por la misma comunidad de diferentes edades, implica más bien un compromiso que ellos mismos y ellas mismas han asumido como algo personal y comunitario con el fin de proteger la vida, contando con una formación integral que va desde el conocimiento de economía, política, Derechos Humanos, Derecho Internacional, mecanismos de acción y todo lo referente a su cosmovisión y el proceso de recuperación de su lengua.

Esta propuesta aunque tiene un legado milenario como lo reafirma la comunidad dentro de las conversaciones, la forma contemporánea de guardia indígena se consolidó en el marco de una asamblea comunitaria, realizada

---

283 Los planes de vida son políticas y conceptos para el desarrollo de las comunidades indígenas que han sido planteadas en los congresos y juntas directivas a nivel regional y nacional, en donde se recogen las necesidades de las comunidades y cuyos principios están enfocados en la identidad, la cultura, la autonomía, el territorio y la unidad. (CRIC, 2007).

en el 2001 en el resguardo de Huellas (DÍAZ, 2011), en donde las autoridades tradicionales ordenan bajo un mandato la creación y reafirman a la guardia indígena como la cuidadora del territorio. Cuenta con una estructura que le permite coordinar y seguir las dinámicas internas del movimiento indígena y de las organizaciones que las cobijan, dentro de lo cual se puede definir que:

...tiene una estructura organizativa territorial, cuando un resguardo es muy grande que tiene más de 20 veredas entonces hay coordinadores por vereda, y de ahí sigue coordinador de resguardo, y de ahí continua el coordinador del territorio o de la zona, y de ahí esta un coordinador o dos coordinadores regionales y se está pensando más adelante en un coordinador o dos coordinadores nacionales, ese es como más o menos la estructura de la guardia (005, abril 2012/ entrevista).

Para el coordinador de la guardia de la zona de Tacueyo el proceso de la guardia indígena hoy ha implicado un avance tanto a nivel organizativo, como político y sobre todo de visibilidad y aporte para la defensa de los derechos humanos, teniendo en cuenta el recorrido que sus ancestros han realizado lo define así:

...Hoy que tenemos un poquito más de conocimiento por qué no seguir luchando?, seguir defendiendo el territorio, seguir defendiendo la vida, eso es lo que a uno le enorgullece portar un bastón, estar en la guardia . (...) desde la creación de la guardia indígena lo bueno ha sido que lo puede conformar mujeres, hombres, niños, abuelos los que quieran estar en este proceso, siempre que tengamos una claridad de lucha, que el que llegue aquí no venga a distorsionar la información, o que llegue a cambiar lo que está en el mandato porque creo que eso es lo que las autoridades, los mayores nos han delegado y a eso es que nosotros nos apuntamos seguir con esta lucha pacífica”.(004, Marzo 2012 /entrevista).

Su grado de importancia ha ido adquiriendo mayor visibilidad no solo en el contexto local, de sus resguardos, sino a nivel nacional e internacional por ser a su vez una propuesta de paz en medio de la guerra. Su grado de importancia



para los mismos guardias y en este caso para una mujer que ha sido guardia y actualmente pertenece al programa mujer de la ACIN se ve expresada de la siguiente manera:

La guardia es una herramienta muy importante dentro de los territorios porque si no hubiera guardia, yo creo que todo con lo que está pasando con las multinacionales, con todas esas otras organizaciones yo creo que ya nos habrían desplazado de nuestro territorio, entonces la guardia ha sido parte muy importante, las mismas autoridades, el trabajo de la guardia es muy difícil, muy intenso, todo el sacrificio que uno tiene que hacer porque es la primera que llega a un evento, a una actividad, o a una minga, a una reunión, es la primera que está ahí, y la última que se va, muchas veces de pronto hasta no le queda ni tiempo ni de almorzar, ni de asearse porque tiene que estar pendiente de la gente, porque todo lo que pase es responsabilidad de la guardia (007, Abril 2012/ entrevista).

La participación de las mujeres en la guardia indígena ha estado acompañada de reconocer y recuperar como eje fundamental la descripción de la cosmovisión relacionadas con las de la mujer Nasa la cual esta relaciona con A' te "luna" en *Nasa Yuwe* se dice que es femenina, es también Sa't u' "mujer cacica", es en sí la consejera del tiempo así, la mujer Nasa es concebida desde sus etapas de vida en relación con la tierra, la producción en los tejidos, la huerta y la procreación, a su vez la luna representa la segunda esposa del sol, ya que la primera fue la tierra, la mujer Nasa es concebida como parte del equilibrio junto con el hombre dentro de la comunidad. Esta relación de simbología permite acercarse a la esencia cultural desde donde se concibe la presencia de la mujer Nasa en los diferentes espacios y en el proceso de resistencia indígena.

## **Funciones de la Guardia Indígena**

El grado de importancia que para sus comunidades posee la guardia indígena, tiene en cuenta que sus funciones como cuidadores del territorio son amplias, encargados de realizar diferentes acciones, asumir ciertas responsabilidades y saber actuar en situaciones que ameriten alto riesgo para sus comunidades, algunas de las funciones que realiza la guardia indígena es el control territorial, todo lo que es el control y defensa del territorio sobre muchos aspectos, u otros actores que buscan el desequilibrio y la inarmonía

de las poblaciones que allí viven, pues el conflicto por ejemplo es uno de los que ha estado más de cuarenta, cincuenta años ahí y aún se mantiene y que de alguna otra manera los otros actores sean ilegales o legales también buscan ese control de sus territorios, primeramente porque en los territorios hay riqueza, hay agua, hay minería, hay una población con grandes capacidades, el joven que le pueden servir de mucho a ambos actores en el conflicto, pero que también le sirve de mucha importancia para fortalecer la organización (indígena) en todas sus aéreas y a la guardia también, entonces esa es una de las funciones, buscar que la guardia este orientando a los jóvenes, como vincularlos al proceso, a las diferentes áreas de la organización pero también hacer el control territorial, o sea que no tengan campamentos guerrilleros ni que hayan puesto bases militares, aunque ahorita se han instalado bases militares en territorios indígenas(005, Mayo 2012/entrevista).

También debido a los cambios de la estrategia militar que en los últimos años ha experimentado el ejército y la guerrilla, la guardia también ha tenido que hacer uso de nuevas estrategias para el control y el cuidado de los territorios de esta manera ha acudido a tener guardia permanente en los cabildos.

La guardia en el ejercicio del control y en el ejercicio de la defensa ha creado esa función de tener guardia permanente en los cabildos, también una guardia permanente que este recorriendo territorios, mirando a ver qué está pasando, que situaciones hay. Dentro de ese control está el tema del narcotráfico, hoy en las comunidades hay mucha siembra de coca, y como no decir que no hay, lo hay y tal vez es por los pocos recursos que hoy se pueden conseguir, uno para tener tierra y si no tiene uno para poder sostener una producción sobre todo la alimentación también es algo complicado, termina siendo jornalero de los que tienen las posibilidades de la economía o terminan haciendo parte del narcotráfico en el ejercicio de los cultivos, pero esos cultivos, la coca que se llevan y las que se las consumen son otros, igual les genera unos ingresos a las comunidades eso igual ha servido para mucho, lo digo porque con eso hay muchos jóvenes que han estudiado, muchas familias que se han levantado, otros que han podido sostener sus hogares.

Entonces esa es la función que diría es la más grande que tiene la guardia indígena, estar pendiente de esos dos factores, que es el tema del narcotráfico, y el conflicto armado y que se ha vuelto inmerso, porque la guardia está inmersa

en esas situaciones y que cumple el papel como de derechos humanos, de estar informando si mataron a un compañero, quien lo mató, si fue el ejército o la guerrilla, o fue delincuencia común, porque o cuando hay combates en las regiones esta la guardia ayudando, de acuerdo a la guía u orientación de las autoridades, de los thewalas, lo que son los médicos tradicionales, o la definición que haya tomado la asamblea es decirles, hay sitios de ubicación permanente, de asamblea permanente o sitios donde la comunidad, entonces la guardia cumple un papel de llevar a la comunidad, de guiar, de orientarla, guiarla, de decir aquí vamos a permanecer durante los combates, a ver que tanto se genera, que tantos días hay que esperar, es como el papel y es una de las funciones un tanto complicadas (005, Abril 2012 /entrevista).

Estas son algunas de las funciones que actualmente cumple la guardia indígena, de igual manera ha estado involucrada en acciones tan fuertes como el rescate de secuestrados que ha cometido la guerrilla de las FARC, impidiendo que se los lleven o arrebatándoles de las manos a las personas que iban a ser secuestradas, así mismo han impedido la toma guerrillera de algunos lugares enfrentándose con sus bastones y su convicción para defender la vida y el territorio y recientemente evitando la explotación minera de multinacionales que han llegado a sus territorios violando la consulta previa que tanto los pueblos indígenas como las comunidades afrodescendientes deben tener.

## **Resistiendo las Multinacionales**

Colombia al igual que muchos de los países en América Latina albergan no solo los lugares más pobres y alejados, sino que en contraste posee los lugares ricos en minerales donde sus habitantes son en su mayoría comunidades indígenas o afrodescendientes. Lo que ha hecho que muchas multinacionales de empresas mineras tengan que negociar con consejos comunitarios y resguardos indígenas para poder desarrollar sus proyectos.

Las comunidades tampoco tienen una sola visión sobre la explotación minera puesto que para muchas poblaciones sobre todo afrocolombianas este ha sido el sustento para su supervivencia a través de la llamada minería artesanal o tradicional, en donde muchas comunidades indígenas se han opuesto por que la ven como un riesgo para sus tradiciones (CRIC, 2017).

De acuerdo a la agencia nacional de minería la caracterización para el departamento del Cauca para el 2017 reportaba lo siguiente:

### **Titulación**

225 títulos mineros vigentes que representan un área de 260951,0495 Ha, correspondiente al 8,52% de superposición en el Departamento. (Actualizado con el Catastro Minero Colombiano - enero 18 de 2017).

- Por **etapa** del proyecto, hay **28** en **exploración**, **13** en **construcción y montaje** y **184** en **explotación**.

- **416 Solicitudes y autorizaciones temporales por modalidad: 7** Autorizaciones temporales, **399** contratos de concesión (L 685), **8** Licencias de exploración, **1** Licencia de explotación, **1** Licencia especial de materiales de construcción.

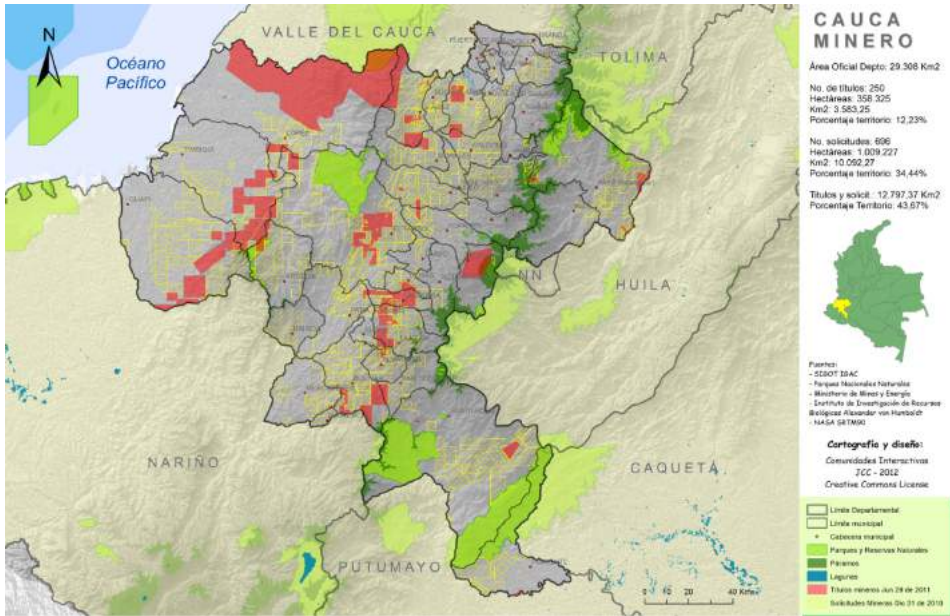
- **416 Solicitudes y autorizaciones temporales por mineral: 13** de **carbón**, **2** de **carbón-materiales de construcción-otros minerales**, **83** de **materiales de construcción**, **9** de materiales de construcción-otros minerales, **148** de **oro y metales preciosos**, **3** de **oro y metales preciosos-carbón**, **1** de Oro Y Metales Preciosos - Carbón - Materiales De Construcción, **1** Oro Y Metales Preciosos - Carbón - Materiales De Construcción - Otros Minerales, **1** Oro Y Metales Preciosos - Carbón - Otros Minerales, **13** Oro y Metales Preciosos - Materiales De Construcción, **7** Oro y Metales Preciosos - Materiales De Construcción - Otros Minerales, **45** Oro y Metales Preciosos - Otros Minerales, y **90** de **otros minerales**.

- **Zonas de comunidades étnicas**

**Hay 4** zona minera de comunidades negras declarada y **8** solicitudes en trámite.

- **Hay 8** zonas mineras indígenas declaradas y **8** solicitudes en trámite.

Con este panorama la situación del departamento del Cauca es cada vez más compleja ya que como lo muestra el mapa minero realizado en el 2012 el 44% del territorio estaba comprometido con solicitudes de títulos mineros, este dilema entre extractivismo y protección del territorio crea una disputa que cada día se va acrecentando frente a las políticas de explotación concedidas por el estado a multinacionales extranjeras y la protección de los recursos naturales y la relación de las comunidades tanto indígenas como afrodescendientes.



| **Fuente:** Comunidades Interactivas, JCC, 2012.

Dentro de esta complejidad que se da en los territorios se suma que los intereses han llevado a las autoridades nacionales encargadas de controlar y vigilar al explotación minera de pasar por alto y ajustar a la conveniencia leyes que pasan por alto los derechos de las poblaciones étnicas pues “En el Cauca, las comunidades se preguntan cuál será el destino del departamento con los planes de minería del gobierno. La principal inquietud es si los títulos otorgados hasta el momento por la Agencia Nacional de Minería se cruzan con territorios étnicos. La justicia reconoció el error del gobierno colombiano cuando el 11 de mayo de 2011 la Corte Constitucional declaró inexecutable la Ley 1382 de 2010, que había modificado el Código de Minas o Ley 685 de 2001, al advertir que le Ley violaba los derechos de indígenas y afros porque la Agencia Nacional de Minería estaba entregando títulos sin aplicar la consulta previa.

La consulta previa es un derecho que tienen los pueblos étnicos a que les pregunten si están de acuerdo o no con una intervención sobre sus territorios. Este derecho fue reconocido en la Convención 169 de la Organización Internacional del Trabajo (OIT) y aplicado en Colombia con la Ley 21 de 1993”. (Verdad abierta, 2014).

Varias investigaciones se han venido realizando en donde se ha encontrado por ejemplo concentración de títulos mineros a grandes empresas donde se concentra la explotación minera como por ejemplo el estudio realizado por Centro de Estudios Interculturales de la Universidad Javeriana de Cali sobre títulos mineros en el Norte del Cauca, presentado durante la audiencia pública minera de abril de 2014, encontró que a diciembre de 2012 la Agencia Nacional de Minería había otorgado a particulares y empresarios 241 títulos mineros legales. (De los 241 títulos de exploración que identificó la investigación, 41 títulos figuraban a nombre de la AngloGold Ashanti, una de las empresas más grandes que explota oro en el mundo y que tiene sede en Suráfrica y 11 títulos a nombre de la brasilera VotorantimMetais). (Verdad Abierta, 2014).

Teniendo en cuenta este panorama las comunidades indígenas como el pueblo Nasa ha protagonizado ejemplos de resistencia con la guardia indígena y su comunidad en el 2012 cuando sacaron de Mondomo en el Norte del Cauca retroexcavadoras y dragas y en el 2016 donde protagonizaron uno de los sucesos más mencionados en los medios de comunicación realizado en el resguardo de Honduras, municipio de Morales y 39 veredas de Cerro Tijeras en Suarez, Cauca los cuales se declararon en resistencia contra la minería ilegal, allí alrededor de siete mil indígenas confrontaron a los mineros que estaban dragando en un río, dentro de la confrontación la guardia indígena incinero dos retroexcavadoras y una draga, destruyo cambuches y combustibles y saco a los barequeros de sus territorios.

Para la comunidad indígena Nasa la protección de su territorio implica incluso ir a las vías de hecho para garantizar el cuidado de su territorio que ellos denominan la madre tierra. De esta manera la guardia indígena con un bastón de mando y con sus mujeres al frente viene desarrollando un proceso de resistencia entretejiendo su cosmovisión y resistiendo a un modelo extractivo y capitalista que arrasa no solo su territorio sino su cultura y supervivencia.

## Referencias

- Consejo Regional indígena del Cauca. CRIC y Asociación de Cabildos Ukawé´sx Nasa Cxhab(2006).”*Camino del tiempo*”. Popayán. Colombia.
- CUMES, Aura. Multiculturalismo, género y feminismos: mujeres diversas, luchas complejas. (2009) En: *Participación política de mujeres indígenas en América Latina*, Pequeño Andrea (Comp). Flacso- Ecuador.
- DUSSEL, Enrique (2001). “Eurocentrismo y modernidad (Introducción a las lecturas de Frankfurt)”. En: *Capitalismo y geopolítica del conocimiento. Eurocentrismo y la filosofía de la liberación en el debate intelectual contemporáneo*, Walter Mignolo (Comp.), pp. 57-70. Argentina: Ediciones del Signo
- GÓMEZ, Valencia y José Herinaldy. “Lugares y Sentidos de la Memoria Indígena Paez”.En *Revista Convergencia*, enero-abril del 2000, Núm. 21, pp. 167-202.
- GUERRERO, Eugenio. (2003) A propósito de la resistencia. Apuntes para una reflexión necesaria. En: *Memorias del encuentro internacional de resistencia civil: estrategias de acción y protección en los contextos de guerra y globalización*. Universidad Nacional.
- MÉNDEZ, Torres. Georgina. Miradas de genero de las mujeres indígenas Ecuador, Colombia y México. (2009) En: *Participación política de mujeres indígenas en América Latina*. (Comp.), pp 58-59. Flacso- Ecuador.
- MILLÁN, Margara. (2006).*Participación política de mujeres indígenas en América Latina:El movimiento Zapatista en México*. Instituto Internacional de Investigaciones y Capacitación de las Naciones Unidas para la Promoción de la Mujer (INSTRAW), Costa Rica. Pag 4
- \_\_\_\_\_ . (2006).*Participación política de mujeres indígenas en América Latina: El movimiento Zapatista en México*. Instituto Internacional de Investigaciones y Capacitación de las Naciones Unidas para la Promoción de la Mujer (INSTRAW), Costa Rica. Pag 12

RAPPAPORT, Joanne. (2000). La política de la memoria: interpretación indígena de la historia en los Andes Colombianos. Editorial Universidad del Cauca. Colombia. 2000.

SANDOVAL FORERO, Eduardo.(2008).La guardia indígena nasa y el arte de la resistencia pacífica. Editorial Codice Ltda. Bogotá. Colombia.

SISCO, Manuel. (2001). Despertar el uso de la palabra tradicional. Cosmogonía y cosmovisión de la cultura Nasa. pp 31.CRIC. Tierradentro. Colombia.

\_\_\_\_\_ (2001). Despertar el uso de la palabra tradicional. Cosmogonía y cosmovisión de la cultura Nasa. pp 19. CRIC. Tierradentro. Colombia.

### **Documentos Electrónicos**

Asociación de cabildos indígenas del Norte del Cauca, ACIN. (2012). Cabildo de Toez. Disponible en : <http://www.nasaacin.org/sobre-acin/cabildos-indigenas/72-cabildo-toez/77-resguardo>. Visitado marzo 12 de 2012

Asociación de cabildos indígenas del Norte del Cauca, ACIN. (2011). “la masacre del Nilo, 20 años después. Disponible en : <http://www.nasaacin.org/component/content/article/1-ultimas-noticias/3139-cauca-masacre-del-nilo-20-anos-despues>. Visitado abril 4 de 2012 113

Carmona Ruiz. Catalina.(2011). Mujeres indígenas en Colombia: tejiendo vida y pensamiento en las diferentes regiones del país. Disponible en : <http://www.colectivomaloka.org/es/noticias/mujeres-indigenas-en-colombia-tejiendo-vida-y.html>. visitado junio 7 de 2012.

Consejo Regional Indígena del Cauca, CRIC (2011).” Constitución Nacional Artículo 7, 330 y 246”. Disponible en: [http://www.cric-colombia.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=19&Itemid=](http://www.cric-colombia.org/index.php?option=com_content&view=article&id=19&Itemid=). Visitado el 23 de Febrero de 2012.

Consejo Regional Indígena del Cauca, CRIC (2011).” Estructura organizativa”. Disponible en: [http://www.cric-colombia.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=19&Itemid=27](http://www.cric-colombia.org/index.php?option=com_content&view=article&id=19&Itemid=27). Visitado el 23 de Febrero de 2012.



Consejo Regional Indígena del Cauca, (2017) “minería ilegal” disponible en: Visitado el 22 de agosto de 2017. <https://www.cric-colombia.org/portal/tag/mineria-ilegal/>

Ministerio de Cultura. (2002). Cosmovisión del pueblo indígena Nasa en Colombia. Disponible en: [www.mincultura.gov.co/?idcategoria=41782&download=Y](http://www.mincultura.gov.co/?idcategoria=41782&download=Y). Visitado julio 18 de 2012

Agencia nacional de minería. Disponible en: <https://www.anm.gov.co/>

### **Infografía**

<http://www.casadelcauca.org/2013/04/mapa-minero-del-cauca/>

<https://verdadabierta.com/mineria-en-el-cauca-riqueza-para-quien/>

*mapa: Comunidades Interactivas, JCC, 2012.*

# **Conflito socioambiental em Baixa Grande, Alcântara – MA O CLA e suas representações<sup>284</sup>**

**Moisés do Carmo Conceição<sup>285</sup>**

## **O Cla e suas representações**

A cidade de Alcântara abriga desde a década de 1980, o Centro de Lançamento de Alcântara – CLA, que é gerido pela Agência Espacial Brasileira – AEB, órgão federal vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, e que em 2012 propôs o Projeto Alcântara Cidade Sustentável, com uma série de propostas de políticas sociais voltadas para as comunidades quilombolas remanescentes da península alcantareense, como a inserção no setor produtivo com a capacitação profissional para a geração de empregos e renda.

O CLA, inaugurado em Alcântara em 1º de março de 1983, foi construído ali, segundo seus idealizadores, por diversos fatores: sua proximidade com a linha do Equador, que além de ser extremamente favorável para colocação de satélites em órbita equatorial, implica uma significativa economia de combustível; proximidade do mar, que garante maior segurança; clima com regime de chuvas bem definido, temperatura média anual de 26°C e ventos predominantes dentro dos limites aceitáveis; baixa densidade demográfica e proximidade de uma capital.

Convém ressaltar, entretanto, que muitos dos critérios acima descritos não correspondem com a situação real, posto que, no que diz respeito especificamente à noção de baixa densidade demográfica, o relatório do

---

284 Trabalho referente ao segundo capítulo da dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia – PPGCSPA/Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia.

285 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia – PPGCSPA/Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD/INCRA já questionava essa noção no ano de 1985 (MIRAD, 2005). Ou seja, não há consenso nos discursos oficiais.

Segundo o discurso estatal prevalecente, a riqueza natural de Alcântara contrasta dramaticamente com os índices socioeconômicos locais, uma vez que estes seriam *fruto* de um desenvolvimento econômico “precário” e baseado, em muitos casos, em atividades “não sustentáveis”. Baseados nesses índices, representantes do poder público federal, estadual e do município de Alcântara reuniram-se no mês de abril de 2012 na Secretaria Estadual da Igualdade Racial - SEIR, para discutir a criação do *Núcleo Gestor* dos Programas do Projeto Alcântara Cidade Sustentável.

## **O argumento justificador do Programa Aeroespacial em Alcântara: Decadência**

O Maranhão tem sido alvo, desde o final da década de 70 do século passado, dos grandes projetos de desenvolvimento de exploração natural, segurança nacional e colonização, cujo objetivo principal é a ocupação gradual e contínua da Amazônia.

O discurso prevalecente é, pois, aquele do Estado, que, com base nesta “racionalidade”, estimula uma colonização oficial com grandes imóveis rurais adotando práticas predatórias, tais como derrubadas, queimadas, garimpos (“reservas garimpeiras”) e desmatamentos de grandes extensões para implantação de projetos econômicos diversos (mineração, ferro-gusa, pecuária, madeira, grãos, papel e celulose, carvão vegetal), bem como uma expansão desordenada das indústrias de óleos vegetais e das indústrias pesqueiras, além de uma instalação autoritária de hidrelétricas e a construção de aeroportos, rodovias e base de lançamento de foguetes. (ALMEIDA, 2008, p. 71).

A justificativa levantada pelos planejadores oficiais para a implantação do CLA em Alcântara esteve ancorada, desde o início, nas ideias de inovação tecnológica, desenvolvimento e progresso, e nas estratégias aeroespaciais que consistiam na construção de uma base para lançamento de artefatos espaciais de última geração com tecnologia de ponta. Com o advento do

quinto paradigma do desenvolvimento (SIEDENBERG, 2008), o discurso estatal brasileiro adotou invariavelmente os enunciados dos projetos de sustentabilidade.

Nesta direção, o discurso prevalecente do Estado brasileiro referente à questão da sustentabilidade, na onda do quinto paradigma do desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável – oficializou a urgência de unir-se à sociedade global no reconhecimento das relações de reciprocidade entre meio ambiente, pobreza e ecodesenvolvimento. De acordo com Dieter Rugard Siedenberg:

Alarmada por indicadores de poluição crescente e devastação ambiental desenfreada, a sociedade global instituiu o chavão político do desenvolvimento sustentável como idéia estratégica e hegemônica. Um dos precursores desse paradigma foi a I Conferência Mundial do Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, onde se apregoava o ecodesenvolvimento como estratégia válida. (SIEDENBERG, 2008, p. 164).

No movimento de justificação do empreendimento em Alcântara, as noções de progresso e desenvolvimento, em conjunto com as estratégias aeroespaciais, aparecem como categorias que reafirmam os discursos legitimadores e explicativos do atraso social e econômico de Alcântara. Contrastadas com as categorias “decadência” e estagnação econômica, estas noções têm sido amplamente utilizadas pelos planejadores oficiais para justificar a necessidade de empreendimentos dessa natureza.

O discurso da tecnologia aeroespacial prometia resgatar Alcântara da situação de decadência e de estagnação econômica, vivenciada desde o declínio da agricultura do Maranhão, que era assentada principalmente na monocultura do algodão e da cana-de-açúcar. Anunciava-se um novo tempo de progresso e desenvolvimento para a economia de Alcântara. Entretanto, a instalação do projeto aeroespacial obedeceu a sistemática das intervenções “racionais” do Estado (ALMEIDA, 2008), culminando em graves consequências sociais como a decretação de desapropriação das terras para fins de utilidade pública e consequente expropriação de povos tradicionais que ocupam as terras reivindicadas.

Segundo Almeida (2008), em um estudo que trata do declínio da lavoura da província do Maranhão no século XIX, a decadência da lavoura “*configura-se num elemento relevante e primordial para a explicação e o entendimento das condições econômicas e sociais da província do Maranhão, que perpassa comumente as diversas interpretações.*” (ALMEIDA, 2008, p. 27). É a esse modo de pensar as alterações verificadas na economia agrária do Maranhão, e consequentemente em Alcântara, que Almeida designa de *ideologia da decadência*.

Essa ideologia da decadência, como padrão explicativo dos intelectuais do século XIX, caracterizados por Almeida como *patronos* e *clássicos*, foi reproduzida por produtores intelectuais no século XX e incorporada no discurso desenvolvimentista dos planejadores oficiais do projeto de implantação do CLA em Alcântara.

Tecendo uma crítica a tais esquemas interpretativos, Almeida assevera que os denominados *patronos* e *clássicos* tem suas interpretações impostas à vida cultural da sociedade e que as concepções que veiculam adquirem uma força extrema e uma autoridade definitiva na vida intelectual, sujeitando-se quando muito a complementações e ligeiros reparos. Ademais, transformam-se em lugar corrente na produção intelectual contemporânea.

Conforme Almeida, entre os autores que produziram trabalhos tratando do problema da *decadência da lavoura*, e que atendem pela nomeação de *patronos*, está Raimundo José Souza Gaioso, que escreve em princípio de 1812 e é o *patrono* da cadeira nº 13 do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão - IHGM, e Francisco de Paula Ribeiro, que escreve seus relatos entre 1815 e 1819 e é o *patrono* da cadeira nº 12 da mesma instituição. Como autor assinalado como *clássico* por responsáveis pelas histórias da literatura no plano regional, Almeida destaca João Antonio Garcia de Abranches, que produziu em 1821 e publicou em Lisboa no ano de 1922 o *Espelho Crítico-Político da Província do Maranhão* (ALMEIDA 2008, p. 28). Em certos textos literários contemporâneos que destacam as particularidades da história alcantareense, observa-se o poder explicativo a partir da categoria *decadência*.

É o que se depreende do trabalho de Jerônimo de Viveiros ao explicar o quadro da crise econômica em Alcântara a partir de 1865. Conforme destaca esse autor:

Foi o que aconteceu em Alcântara.

A *decadência* começou no quinquênio de 1865 a 1870, concorrendo para isso vários fatores. O maior, sem dúvida, foi o incremento da indústria açucareira da Província [...]. Assim, do esplendor do passado só restam tristes ruínas [...]. (VIVEIROS, 1975, pp. 89/90).

Determinados fatores, como a ‘falta de conhecimentos profissionais’, ‘falta de capitais’, ‘falta de braços’, ‘falta de comunicações apropriadas’ e ‘falta de terras por causa do gentio’, são apontados por Almeida, como qualificações necessárias ausentes que culminaram na *decadência* e na derrocada econômica de Alcântara. Esse modo de explicação perpetuou-se como forma *legítima* de explicação da situação de crise e declínio econômico no Maranhão e, extensivamente, do declínio da monocultura agroexportadora verificado em Alcântara.

No discurso desenvolvimentista dos planejadores oficiais do projeto de implantação do CLA, essa ideologia da decadência deu lugar a uma *nova* ideologia, assentada no discurso de Estado de desenvolvimento e a partir dos enunciados de inovação tecnológica e dos projetos de sustentabilidade. Essa nova ideologia prometia o progresso e a prosperidade para Alcântara, entretanto, reproduziu uma ameaça social com a expropriação dos povos tradicionais que ocupavam e ainda ocupam as terras reivindicadas e que dela dependem para sua reprodução social e física. Cito ocupavam e ocupam porque alguns povoados foram remanejados para as sete agrovilas (Marudá, Cajueiro, Peru, Espera, Só Assim, Pepital e Ponta Seca) e outros permanecem nas terras sob ameaça de expropriação, como é o caso da comunidade tradicional de Canelatiua.

A comunidade de Baixa Grande não sofreu deslocamento compulsório por estar no limite, na fronteira da área reivindicada pelo CLA. Entretanto, sofreu consequências causadas pelo CLA desde o início do processo de instalação, culminando com a intrusão de suas terras para a instalação de uma usina

de reciclagem de lixo e com a tentativa de interferência na construção das casas do “Programa Minha Casa, Minha Vida”. Sobre esta consequência, o Sr. Samuel relata o seguinte:

Essas casas aqui, quando eles estavam construindo essas casas aqui, aí um dia eu passei aqui, e aí o Borges, que era o responsável pelas casas, ele disse “rapaz eu acho que vou parar essas casas porque o Enildo, que era um civil que prestava serviço pro Centro de Lançamento, disse que eles iam embargar a construção dessas casas”. Aí ele disse que iam parar, embargar porque o Centro de Lançamento não tava sabendo e aí tinha que fazer um documento pra mandar pra eles, comunicando que essas casas iam ser construídas. Eu disse “rapaz, eu não tô na direção do projeto, eu não tô. Se tu quiser fazer documento tu faz, agora se fosse eu, eu não fazia, sabe porque que eu não fazia, Borges? Porque essas casas aqui, o governo é que tá mandando fazer, o governo antes de mandar construir ele manda uma equipe pra fazer, pra olhar o lugar, tirar as fotos e levar pra lá e liberar o recurso. Então, o governo tá sabendo. O Centro de Lançamento é do governo e essas casas é do governo. Então, o Centro não tem nada a ver com essas casas”. Ele disse “não rapaz, eu vou mandar parar porque o responsável, o engenheiro que era do Projeto Mapem, já tinha ligado e que era pra parar e parar definitivo”. (Sr. Samuel Araújo Morais, em entrevista concedida em 15/03/2018).

O resultado desse impasse culminou com a reação da comunidade, que garantiu a construção de oito casas de alvenaria para oito das dezessete famílias de Baixa Grande. Com a intrusão de suas terras para a instalação da usina de reciclagem de lixo, a comunidade de Baixa Grande também reagiu em defesa do uso comum dos recursos naturais e de sua conservação, propondo, inclusive, um outro local para a instalação. Falando sobre a contraproposta apresentada na Audiência do dia 27 de agosto de 2013, ocorrida na Procuradoria Geral da República em São Luís, após a reação da comunidade acerca da instalação da usina de reciclagem de lixo, o Sr. Samuel destacou o seguinte:

Nessa audiência lá, o Doutor Alexandre procura, quando eu disse que a gente não aceitava aqui, porque não foi consultado, porque se fosse consultado não aceitaria, mas indicaria um outro local. Aí ele procurou “e vocês tem um outro local pra indicar?” E eu disse “temos, mas infelizmente a gente não foi consultado”. Então ele mandou uma equipe técnica pra cá, o ministério público mandou pra cá, mandou um representante do IBAMA. Então eles vieram aqui. (Sr. Samuel Araújo Morais, em entrevista concedida em 16/03/2018).

O discurso desenvolvimentista sustentado por diferentes agentes vinculados às empresas e ao Estado, produziu a mobilização política por parte dos quilombolas de Alcântara para garantir a sua autonomia social, cultural e territorial historicamente conquistada e garantida pela Constituição Federal de 1988.

A *nova* ideologia, ou seja, a ideologia do progresso e do desenvolvimento, constituiu-se em imposição de uma forma de ver a ordem social e como imposição mascarada e ignorada como tal, a partir da função ideológica do discurso dominante. Conforme demonstra Bourdieu (1998):

O efeito propriamente ideológico consiste precisamente na imposição de sistemas de classificação política sob a aparência legítima de taxonomias filosóficas, religiosas, jurídicas, etc. (BOURDIEU, 1998, p. 14).

Entretanto, e a despeito de ser imposta como uma nova forma de ver a ordem social, a *nova* ideologia provocou variadas reações na realidade vivenciada pelas comunidades de Alcântara, as quais acionaram desde audiências públicas no Ministério Público Federal até organismos internacionais como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos.

## **O insucesso dos instrumentos de compensação presentes no Projeto Alcântara Cidade Sustentável**

O *site* da Força Aérea Brasileira – FAB, que reproduz o discurso dos planejadores oficiais do Estado brasileiro, destaca que o CLA foi concebido no início da década de 1980 como um dos três segmentos da Missão Espacial Completa Brasileira – MECB, e visava permitir o lançamento, a partir do território brasileiro, de um satélite nacional, levado por um foguete também desenvolvido e produzido no país.<sup>286</sup>

---

286 Cf. <http://www2.fab.mil.br/cla/>, acessado em 16/10/17, às 21h30min.



Segundo esse discurso, com a evolução da MECB para o Programa Nacional de Atividades Espaciais - PNAE, o CLA consolidou-se como um centro de lançamento cuja localização privilegiada o colocou como um dos mais vantajosos do mundo e que ao longo de seu processo de implantação, qualificou-se tanto para veículos suborbitais como para lançadores de satélites.

A implantação do CLA, nas palavras de seus idealizadores militares reproduzidas no referido *site*, realizou-se progressivamente por três etapas, consideradas no seu projeto original, e cujas principais características foram: primeira, que abrangeu a própria concepção e elaboração do projeto do Centro, com construção de instalações para as operações, destinou-se a atender desde foguetes de sondagem até lançadores de pequeno porte, de propulsão sólida, como o veículo lançador de satélites (VLS 1) nacional, com capacidade de satelização em órbitas baixas; segunda, evoluiu-se para lançadores à propelente líquido, capazes de atingir órbitas estacionárias; e terceira etapa, quando teve-se a adaptação para operar com veículos recicláveis, ou outras tecnologias disponíveis a longo prazo. Ainda, segundo o discurso dos planejadores reproduzido no *site*, transcorridas duas décadas, foi natural que em um setor altamente dinâmico como o espacial, os avanços tecnológicos se fizessem manifestar e impusessem evoluções nas concepções, nos projetos, nos sistemas e nas características operacionais do CLA. Assim, buscando justificativas que embasassem estes argumentos e imputando-se impossibilitado de levar adiante tais projetos sem uma parceria com países que dominam tecnologias de ponta na área aeroespacial, o Governo brasileiro lançou-se em acordos com a Ucrânia a partir de 1999.

Lopes (2013) destaca que o Acordo sobre Cooperação Científica e Tecnológica firmado entre os governos da Ucrânia e do Brasil em 1999, promulgado pelo Decreto nº 7.041 de 22 de dezembro de 2009, demandou a construção de mais três plataformas de lançamento de foguetes dentro do território quilombola de Alcântara. Com esse acordo, os dois governos instituíram a empresa binacional Alcântara Cyclone Space - ACS para executar as ações que culminariam no lançamento de foguetes da linha Cyclone (LOPES, 2013, p. 118).

Conforme planejamento da ACS, junto com a AEB, o *Cyclone 4*, da Ucrânia, seria lançado da primeira plataforma a ser construída entre as comunidades de Mamuna e Baracatatiua. A partir destas iniciativas, várias ações de intrusamento de terras de uso comum e danos ambientais foram registrados nas comunidades. Pereira Júnior (2009), revela o seguinte:

(...) invasão do território das comunidades remanescentes de quilombo em Alcântara pela ACS/AEB, que ganhou envergadura em novembro de 2008, resultou no desmatamento de áreas destinadas à colocação de roças e ao extrativismo, ou seja, onde atualmente se teria plantios para garantir a sobrevivência das famílias das comunidades, encontram-se estradas, picadas e terrenos compactados pelo tráfego de veículos e verdadeiros labirintos de estradas e picadas. (PEREIRA JÚNIOR, 2009, p. 40).

Com o processo de mobilização das comunidades e suas entidades representativas, como o MABE, o STTR-Alcântara, e o MOMTRA, assim como o Fórum de Defesa de Alcântara, “essas atividades de intrusamento perpetradas pela ACS foram cessadas, inclusive por força judicial” (LOPES, 2013, p. 119), e as atividades concernentes ao *Cyclone 4* ficaram dentro dos limites do CLA.

Entretanto, buscando medidas para mitigar os impactos sociais e ambientais causados em Alcântara, uma série de políticas públicas, como instrumentos de compensação, foram executadas em consonância com o Governo nas esferas municipal, estadual e federal. Uma dessas políticas públicas foi a idealização e execução, no ano de 2012, do Projeto Alcântara Cidade Sustentável.

Segundo Lopes (2013), o Estado brasileiro tem reiteradamente violado o direito de consulta dos quilombolas, com a justificativa de desenvolver o programa aeroespacial brasileiro. Para esse autor, além da parceria firmada com a Ucrânia, que a seu ver incorre em violação à consulta, registram-se outras violações. Dentre as violações elencadas por Lopes (2013), destaca-se o Projeto Alcântara Cidade Sustentável, apresentado na sede do CLA para lideranças quilombolas no dia primeiro de fevereiro de 2012, pela AEB, juntamente com a Fundação Cultural Palmares – FCP e a Secretaria Extraordinária de Igualdade Racial do Estado do Maranhão. Consta nesse Projeto, dentre outras ações de

compensação, o plano de construção de um atracadouro de cargas próximo às agrovilas de Espera e Cajueiro e a construção de uma usina de triagem de lixo em Baixa Grande.

Segundo seus idealizadores (AEB), o Projeto Alcântara Cidade Sustentável, teria como objetivo desenvolver o município de Alcântara (LOPES, 2013), em especial as comunidades quilombolas com ações de reaproveitamento de resíduos, com a instalação da usina de reciclagem de lixo, uso racional dos recursos naturais, geração de renda e postos de trabalho, promovendo a cidadania e a autonomia dessas comunidades. Nesse intuito, e de acordo com esse Projeto, os quilombolas da região seriam os protagonistas das ações ao serem capacitados profissionalmente para dar sustentabilidade ao aludido Projeto.

Não obstante a capacitação dos quilombolas ser problema permanente e fator marcante de um conflito social que se arrasta por quase quatro décadas, inferiu-se no âmbito do discurso estatal que, entre as propostas da AEB e as políticas de desenvolvimento do Governo, poderiam surgir interseções de cooperação para o desenvolvimento sustentável de Alcântara.

Entretanto, tais ações das instâncias do poder público (Governo Federal representado pela AEB e Governo do Estado representado pela SEIR e SECTEC), configuradas nas chamadas intervenções “racionais” do Estado (ALMEIDA, 2008) e as tentativas de conciliação na luta das comunidades quilombolas de Alcântara, não surtiram o efeito desejado. Pelo contrário, as lutas das comunidades quilombolas de Alcântara agravaram-se, posto que entre as propostas do Projeto havia a construção do atracadouro de cargas próximo às agrovilas de Espera e Cajueiro e a instalação da usina de reciclagem de resíduos sobre um aquífero, ou seja, sobre a nascente de um rio localizado na Comunidade de Baixa Grande.

O conflito social e territorial transformou-se, assim, em conflito socioambiental motivado pelos impactos ambientais que tal projeto causaria e pelo embate suscitado pelo não atendimento ao direito de consulta às comunidades diretamente atingidas. Ademais, a protelação da não titulação do território por parte da instituição estatal responsável (INCRA), acentuou o conflito.

Em 2015, o Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia no Setor Aeroespacial – SindCT, em carta aberta ao então ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), José Aldo Rebelo Figueiredo, detalha a situação do Programa Espacial Brasileiro – PEB e reconhece que decisões estratégicas equivocadas trouxeram enormes desgastes, dentre as quais destaco aqui um item:

A criação da estatal brasileiro-ucraniana Alcântara Cyclone Space (ACS), que previa o lançamento comercial de satélites por meio de um foguete ucraniano (Cyclone-4), a partir da base de Alcântara, projeto este que trouxe cerca de um bilhão de reais de prejuízos aos cofres públicos. Recém extinto sem que nenhum dos objetivos tenham sido cumpridos, os recursos drenados teriam sido muito importantes para o desenvolvimento do foguete nacional VLS, totalmente esquecido, sem recursos e sem equipes, inclusive gerenciais, capazes de fazê-lo avançar. (Fonte: *Site Defesanet*, Brasília – DF, 15 de setembro de 2015, acessado em 15/02/18, às 21h00min).

Depreende-se, de tais discursos, o fracasso político e financeiro do acordo sobre Cooperação Científica e Tecnológica firmado entre os governos da Ucrânia e do Brasil. Os vastos prejuízos, não apenas recolhendo-se à esfera governamental, estenderam-se ao meio ambiente e às comunidades quilombolas de Alcântara, que foram prejudicadas em seus direitos fundamentais e constitucionais legalmente garantidos.

Ademais, um outro acordo de salvaguardas de tecnologias que se tentou estabelecer com os EUA na última década do século passado, em bases totalmente desvantajosas para o Brasil, no qual o país abriria mão da própria soberania sobre a base de lançamento em Alcântara, demonstrou elementos contraditórios neste tipo de associação internacional que ameaça a soberania nacional. Não obstante esse exemplo, tenta-se um novo acordo com os EUA atualmente.

Em Baixa Grande, além da área desmatada para os serviços de sondagem e perfuração para a instalação da usina de reciclagem, as ameaças de impactos ambientais foram sentidas e combatidas de forma veemente. O propalado Projeto “sustentável” que também visava a criação de um espaço multifuncional para atendimento de saúde, cozinha comunitária, realização de oficinas comunitárias e atividades culturais, além da cidade digital,

cooperativas, escolas e hotéis (LOPES, 2013), fracassou em todas as suas etapas, pois nenhum desses empreendimentos foram executados e/ou concluídos. O que restou foram os prejuízos ambiental e social, e a real ameaça de mais efeitos nocivos para as comunidades quilombolas de Alcântara.

Como mais um dos incontáveis planos, projetos e programas do Governo brasileiro, que não permitem a consideração de determinados aspectos envolvidos quando se leva em conta o mundo social, o insucesso dos instrumentos de compensação do Projeto Alcântara Cidade Sustentável concretizou-se mediante a decomposição dos elementos contraditórios presentes em seu bojo.

## **Um Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável**

O discurso surge de um discurso prévio (ORLANDI, 1988), em que o primeiro tende a confirmar ou refutar o outro discurso produzido. Pode-se chamar de contra-discurso a essa refutação. O discurso tanto amplia e responde a outros discursos, quanto está submetido a regras no interior das instituições, sendo que essas regras são necessárias para legitimar quem fala, quando fala e em qual sistema se encaixa. O contra-discurso é caracterizado por uma reação discursiva em relação a um discurso já existente (PINTO, 1999).

A despeito do insucesso dos instrumentos de compensação presentes no Projeto Alcântara Cidade Sustentável, que fica evidenciado mediante a decomposição de elementos contraditórios presentes nesse Projeto de Governo, analiso aqui um contra-discurso do desenvolvimento sustentável proposto por Fernandes (2007), visando compreender as diferenciações entre esses dois discursos, ou seja, o discurso do desenvolvimento sustentável e o seu contra-discurso.

Fernandes (2007), no texto “Desenvolvimento Sustentável: as antinomias de um conceito”, apresenta uma proposta de análise sociológica das contradições existentes no modelo/conceito de Desenvolvimento Sustentável,

que se aproxima da visão da prática sociológica defendida por Bourdieu, uma vez que este autor fornece elementos para uma crítica da tendência de análise sociológica acrítica:

(...) abraçar a verdadeira ciência significa fazer a opção, deveras ascética, de dedicar mais tempo e esforço ao exercício das descobertas teóricas, aplicando-as a novos projetos de pesquisa, em vez de prepará-las, de certas formas, para a venda, recobrando-as de metadiscurso, destinado menos a verificar o pensamento do que a divulgar a sua importância e valor ou evidenciar imediatamente suas vantagens, fazendo-as circular nos incontáveis eventos que a era dos jatos e das conferências oferece ao pesquisador narcisista... (BOURDIEU, 1985, p. 11-12).

Nesta direção, o consenso obtido pela proposta de Desenvolvimento Sustentável é um dos temas importantes a ser enfrentado pela análise sociológica do atual estado do debate a respeito do meio ambiente (FERNANDES, 2007, p. 136).

Segundo a autora, o que se anuncia como um modelo de desenvolvimento, que sucederia às alternativas ocidentais praticadas há cerca de duzentos anos, se constitui, na verdade, numa proposta de gestão, monitoramento e controle internacional dos recursos naturais, ou seja, uma política ambiental global – elaborada e implementada a partir dos países do Norte.

A autora identifica três pressupostos no modelo de desenvolvimento sustentável, sendo eles, a equidade, a eficiência econômica e a preservação dos recursos naturais a longo prazo.

Para a autora, em referência à forma como é apresentada a concepção de um dos três pressupostos do modelo de Desenvolvimento Sustentável, ou seja, o princípio da equidade, é possível identificar um problema: No *Nosso Futuro Comum*<sup>287</sup>, é enunciada a ideia de que a pobreza contribui para o aumento da degradação ambiental.

Esta forma de ver, segundo Fernandes, poderia conduzir a uma articulação entre justiça social e preservação ambiental, já que atacar os fatores que causam a pobreza teria, como efeito necessário, a atenuação ou superação da própria pobreza associada senão à solução definitiva da crise ambiental ou, ao menos, o alcance de níveis menores de agressão ao meio ambiente. Entretanto, afirma a autora, a justiça ambiental, neste caso, é tratada como se fosse algo exógeno à dinâmica econômica, social e política das sociedades contemporâneas. Essa autora faz a seguinte indagação: “Poderíamos realmente esperar que as instituições que dão forma ao movimento ecológico internacional, como a Organização das Nações Unidas - ONU, o Banco Mundial, o G-7, apresentassem uma nova proposta de *organização social* destinada a promover efetivamente a equidade social, a eficiência econômica e a preservação ambiental?” (FERNANDES, 2007, p. 131).

Para dar respostas afirmativas a essas questões, afirma a autora, teríamos de imaginar que tais instituições estariam abandonando seus papéis de mantenedoras da ordem social e econômica vigente. Pelo contrário, constata a autora, a realidade social de um número significativo de nações é marcada pela preponderância de baixas rendas, por níveis inaceitáveis de acesso à saúde, por altos graus de subnutrição e de altas taxas de mortalidade infantil, por baixos níveis de escolaridade e por baixas quantidades de consumo diário de proteínas.

---

287 O Relatório *Nosso Futuro Comum* foi um documento apresentado no ano de 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU e que apresentou o conceito de Desenvolvimento Sustentável concebido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades”. Conhecido como Relatório Brundtland (por ser coordenado pela primeira-ministra norueguesa Bro Harlem Brundtland), o relatório prescreve que o Desenvolvimento Sustentável deve contribuir para a retomada do crescimento econômico como condição necessária para: erradicar a pobreza; mudar a qualidade do crescimento para torná-lo mais justo, equitativo e menos intensivo no uso de matérias-primas e de energia; atender às necessidades humanas essenciais de emprego, alimentação, energia, água, e saneamento; manter um nível populacional sustentável; conservar e melhorar a base de recursos; reorientar a tecnologia e administrar os riscos; e incluir o meio ambiente e a economia no processo decisório.

Conforme Fernandes, “um agravante desse processo é que todos os encaminhamentos políticos e econômicos, no plano mundial, incluindo-se aqui os previstos nas políticas de Desenvolvimento Sustentável, se constroem na perspectiva de manter e/ou agravar essas disparidades” (FERNANDES, 2007, p. 131).

Ademais, Fernandes assevera que o declínio do *Welfare State*, enfraquece progressivamente a responsabilidade política do Estado frente ao quadro social esboçado. Para a autora, supor que a pobreza é responsável pela degradação ambiental, como está exposto no conceito de Desenvolvimento Sustentável, não garante a construção de um novo projeto societário, posto que isso pode ser visto muito mais como uma enunciação formal do discurso oficial do que como um questionamento real das lógicas geradoras da exploração e miséria nos países subdesenvolvidos.

Segundo a autora, se nem o reconhecimento dos riscos representados pela pobreza ao ecossistema e nem a ideia de solidariedade intergeracional são indicativos de um novo projeto societário, também outros aspectos contidos no conceito de Desenvolvimento Sustentável não podem ser considerados capazes de efetivar um novo projeto de normatividade social, uma vez que:

A idéia de sustentabilidade no modelo de Desenvolvimento Sustentável é tirada do campo das ciências biológicas, onde é compreendida como a busca do prolongamento da durabilidade dos ecossistemas no tempo. Sua utilização nas análises dos cientistas sociais é freqüentemente carregada dos sentidos em que é empregada na Biologia, tratando sua aplicabilidade em termos de definição biológica de espécie humana, que não permite a consideração dos aspectos contraditórios envolvidos, quando se leva em conta o mundo social. (FERNANDES, 2007, p. 133).

O próprio marco teórico da sustentabilidade, conforme afirma a autora, não relaciona os problemas ambientais com as relações sociais e não leva em conta as questões das desigualdades, o que compromete a efetividade da proposta de equidade feita no âmbito do modelo de desenvolvimento sustentável.



Ademais, o discurso desse modelo de desenvolvimento possibilita, de certa maneira, “uma das formas mais severas e sutis de dominação de povos e grupos sociais, por meio da apropriação e usufruto de recursos naturais renováveis e não renováveis das grandes reservas mundiais.” (FERNANDES, 2007, p. 141).

Os aspectos detectados no texto da autora Fernandes (2007) e aqui tomados como fontes de investigação, funcionam como um dos arcabouços teóricos nesta dissertação, posto que, aproximadamente um ano após a aprovação de um Acordo de Salvaguarda Tecnológica entre o Brasil e a Ucrânia<sup>288</sup>, foi formado em 27 de agosto de 2004, um Grupo Executivo Interministerial (GEI) pela Casa Civil da Presidência da República. A finalidade desse Grupo era, originalmente, “articular, viabilizar e acompanhar as ações necessárias ao desenvolvimento sustentável do Município de Alcântara, Maranhão.” (MÜLLER, 2010, p. 93)<sup>289</sup>. O decreto que instituiu esse Grupo foi sucessivamente complementado e acompanhado de acordos e ações movidas na Justiça Federal no estado do Maranhão. Segundo Müller (2010), em 08 de novembro de 2004, foi publicada uma complementação à finalidade do decreto, que manteve o texto anterior e adicionou os seguintes termos: “propiciar as condições adequadas à eficiente condução do Programa Nacional de Atividades Espaciais e o desenvolvimento das comunidades locais, respeitando suas peculiaridades étnicas e sócio-culturais”; e em novembro de 2005 foi firmado um Acordo de Cooperação Técnica como resultado da negociação entre 25 órgãos do governo federal, estadual e municipal. Contudo, segundo aponta Müller, a questão de regularização das terras dos quilombos foi deslocada para o Sub-Grupo de Regularização Fundiária, Ambiental e de Moradia.

10 de novembro de 1999, que teve por objeto garantir a *proteção ambiental* da área de implantação do CLA, para dirimir o impacto sobre o patrimônio histórico do município e dos povoados quilombolas; e a Ação Civil Pública 2003.37.00.008868-2, de 15 de março de 2003, que foi movida com o fulcro de

---

288 O Acordo de Salvaguarda Tecnológica entre o Brasil e a Ucrânia foi aprovado em 2003, através do Decreto nº 393/2003. O texto do referido Decreto está disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/59890>, acessado em 15/02/18, às 20h30min.

289 Segundo a antropóloga Cíntia Beatriz Müller (2010), o texto do Decreto que instituiu o Grupo Executivo Interministerial – GEI pela Casa Civil da Presidência da República encontra-se disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Dnn/Dnn10269.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Dnn/Dnn10269.htm).

garantir a proteção possessória daqueles que viviam no território de Alcântara sem o título de propriedade (MÜLLER, 2010). Essa autora destaca que, em 2006, foi celebrado um acordo judicial entre o Ministério Público Federal, representantes do CLA, da AEB e da União, no qual o INCRA-MA ficou obrigado a realizar os trabalhos de titulação da área do território quilombola, conforme relatório antropológico<sup>290</sup>.

Entretanto, conforme assevera Müller, esse acordo não foi totalmente cumprido, posto que o INCRA-MA apresentou contestação ao acordo judicial que ordenava a titulação, ao mesmo tempo em que não publicou o resumo do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com as informações acerca da delimitação do território quilombola (MÜLLER, 2010, p. 94).

Em Memorando nº 055/2014-CGU/AGU, de 03 de abril de 2014, a Consultoria Geral da União comunica à Procuradoria Geral da União os encaminhamentos decorrentes da Ação Civil Pública 2003.37.00.008868-2, da 8ª Vara Federal no Maranhão e do Processo nº 00400.004866/2008-42, referente a procedimento conciliatório de interesse de comunidades quilombolas e Ministérios da Defesa, da Ciência e Tecnologia e do Desenvolvimento Agrário<sup>291</sup>. Nos itens 6 e 7 do referido Memorando, que demonstram um entrave nas tratativas de conciliação diante do conflito, consta o seguinte:

6. Destacamos nos encaminhamentos supracitados a indicação de políticas públicas compensatórias de cunho econômico e social consolidadas em um programa denominado “Alcântara Sustentável” – inclusive com minuta do decreto de criação do programa, fls. 705 e 1.532 – que teria por objeto a promoção das ações necessárias ao desenvolvimento sustentável do Município de Alcântara – MA, propiciando as condições adequadas à eficiente condução do Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE e o desenvolvimento das comunidades quilombolas, respeitando as peculiaridades locais no contexto da regularização fundiária pretendida e da criação de corredores que

---

290 Este relatório ou laudo antropológico, elaborado e publicado pelo antropólogo Almeida, é utilizado neste trabalho dissertativo como fonte de pesquisa. Conforme consta nesse relatório, o território de Alcântara abrange 139 povoados, dos quais 90 estão na área desapropriada de 62 mil hectares para a instalação do CLA, e 49 povoados se localizam fora da área desapropriada, onde dentre estes últimos, encontra-se o povoado da comunidade tradicional quilombola de Baixa Grande (ALMEIDA, 2006, pp. 159-163).

291 Dados informativos retirados de documentos disponibilizados pelo STTR-Alcântara, em cópias xerográficas, por ocasião da pesquisa no acervo do referido Sindicato.

possibilitariam o acesso de famílias à área em controvérsia. A implementação desse programa estratégico – caso aprovado – seria efetuado por um Comitê Gestor do Programa que faria a execução intragovernamental.

Conforme assevera Fernandes (2007), os encaminhamentos políticos e econômicos previstos nas políticas de desenvolvimento sustentável que deveriam ser destinados a promover efetivamente a equidade social e a preservação ambiental, parecem se construir na perspectiva de manter as disparidades e apresentam contradições existentes no modelo de desenvolvimento sustentável (FERNANDES, 2007, p. 133).

Ademais, a incorporação das noções de meio ambiente e sustentabilidade pelas instituições governamentais desconsidera que foram os movimentos sociais que passaram a denunciar as práticas de devastação em situações de implantação dos denominados grandes projetos. As denúncias de impactos relativos à implantação de tais projetos e os efeitos de sua implantação em territorialidades específicas, ou áreas de comunidades tradicionais, estão vinculados à emergência destes movimentos sociais (ALMEIDA, 2004).

Segundo Leite Lopes (2004), esse processo de emergência dos movimentos sociais e suas reivindicações é caracterizado como “ambientalização” dos conflitos sociais, e se relaciona com o que denomina de uma “nova questão social”, uma “nova questão pública”, iniciada nos países com desenvolvimento industrial e vinculada aos acidentes industriais ampliados, com grandes riscos ambientais. Esse processo refere-se ainda a internacionalização desses conflitos como “questões globais” (LEITE LOPES, 2004).

Na introdução do livro *A Ambientalização dos Conflitos Sociais* (2004), Leite Lopes argumenta que o processo histórico de “ambientalização” implica simultaneamente transformações no Estado e no comportamento das pessoas, no trabalho, na vida cotidiana, no lazer<sup>292</sup>. Esse autor associa

---

292 cf. *A Ambientalização dos Conflitos Sociais*. LEITE LOPES, José Sergio. (2004). O autor e organizador do livro afirma que o objetivo do estudo é o de retratar de forma crítica, a partir de pesquisa empírica delimitada, os diferentes sentidos e usos da “participação da população” (segmentos dela) no controle do meio ambiente e, em particular, da poluição industrial. Shelton Davis, no prefácio do livro, afirma também que o livro “indica que as recentes tendências em direção à globalização e à privatização das economias do Brasil e da Argentina têm afetado as visões que têm os cidadãos a respeito das questões ambiental e social.”

essas transformações a cinco fatores: o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 1970 e o final do século XX; os conflitos sociais no nível local e seus efeitos na interiorização de novas práticas; a educação ambiental como novo código de conduta individual e coletiva; a questão da “participação”; e, finalmente, a questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos (LEITE LOPES, 2004, pp. 19 e 20).

Buscando uma compreensão desse processo apontado por Leite Lopes, nesta investigação destaco o quinto fator, ou seja, “a questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos”. Segundo o autor, a manifestação desse fator pode ser vista nas seguintes instâncias: *novas áreas jurídicas; nas escolas; dentro das empresas; e na sociedade civil, nas associações de moradores, nos sindicatos*. Nas *novas áreas jurídicas*, Leite Lopes assevera que no crescimento do direito ambiental destaca-se a categoria “direito difusos” que abrange o direito do consumidor, a proteção ao patrimônio histórico e à paisagem, aos direitos da criança e do adolescente, fazendo desse conjunto aparentemente heterogêneo de fenômenos, um conjunto coerente em torno da ideia de direito coletivo, da necessidade de reprodução da qualidade de vida de uma geração para outra, de “sustentabilidade”. O autor destaca ainda que a intervenção do Ministério Público nos conflitos é crescente.

Na instância *escolar*, o meio ambiente constitui-se, através da educação ambiental, em nova disciplina transversal dentro das escolas. É no terceiro fator *A educação ambiental como novo código de conduta individual e coletivo*, que o autor destaca que “os conflitos socioambientais locais promovem uma interiorização dos direitos e dos argumentos ambientais, pressionando por leis e controles estatais e ao mesmo tempo sendo alimentados por tais instrumentos estatais.” (LEITE LOPES, 2004, p. 27).

Dentro das *empresas*, aparece a importância das gerências ambientais relativamente às gerências de produção, através dos selos ambientais do tipo ISSO 9.000 e ISSO 14.000, o que repercute nas novas formas legítimas de ser empresário. Entre os grupos empresariais atuais alguns atentam mais para as questões ambientais como questão de eficiência produtiva, de marca e legitimidade e, através das federações empresariais, pressionam os setores

de maior poluição a se reformarem. O autor destaca, como exemplo, a ação da federação dos industriais de Minas Gerais pressionando o setor de ferro-gusa a se equipar de processos menos poluentes. Segundo Leite Lopes, com isso aparece uma contra-ofensiva empresarial às denúncias, aos movimentos sociais e aos controles estatais anteriores, através de ações efetivas e de marketing.

Quanto à manifestação do fator nas instâncias *sociedade civil*, *associações de moradores* e *sindicados*, Leite Lopes destaca que nos conselhos municipais de meio ambiente, ou em conselhos municipais de outras áreas, os assuntos ambientais aparecem como transversais e conexos a outras questões tratadas, onde os grupos populares se apropriam criativamente de questões e categorias “ambientais” e “externas” ao seu universo habitual, como população pobre “atingida” ou vulnerável. Segundo Leite Lopes, grupos como pescadores, trabalhadores rurais, “povos da floresta”, apropriam-se das questões, da linguagem e da argumentação ambiental para engrandecerem-se em conflitos com seus eventuais oponentes. Esse autor faz referência a exemplos, ocorridos nos anos 90, para demonstrar a tendência à passagem da ênfase nos conflitos sociais do trabalho para a ênfase em outros conflitos sociais urbanos e rurais envolvendo a participação dos cidadãos em formas mais ou menos democráticas e transparentes (LEITE LOPES, 2004, p. 31).

Segundo Leite Lopes, a questão do controle da poluição industrial, como um entre vários problemas ambientais, remonta à crescente importância da questão pública do meio ambiente. Conquanto tal questão relaciona-se com transformações do Estado, na sua forma de operar, propondo formas de gestão participativa, relaciona-se também com a interiorização no comportamento das pessoas, de novas práticas e normas de conduta relativamente a esse novo domínio do “meio ambiente”.

Para finalizar a análise do quinto fator, o autor assevera que nesse domínio aparecem disputas entre diferentes experts (engenheiros, químicos, advogados, médicos, biólogos e outros, inclusive cientistas sociais), e entre experts e leigos. Entre os leigos, como entre as populações “pobres” e “vulneráveis”, aparecem apropriações criativas. É o que ocorre em Baixa Grande, quando os agentes sociais acionam formas singulares de resistência e associatividade em torno das questões socioambientais.

Assim, uma vez que o “meio ambiente” tem se tornado um domínio crescentemente legitimado, os seus múltiplos sentidos e significados, os conflitos e negociações que se operam em volta de suas utilizações e práticas são eixos importantes na busca pela compreensão do discurso do desenvolvimento sustentável e sua refutação.

## Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **A Ideologia da Decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão**. 2ª ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- \_\_\_\_\_, Alfredo Wagner B. de. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- \_\_\_\_\_, Alfredo Wagner B. de; MARTINS, Cynthia Carvalho. **Anais do I Seminário Internacional “Megaempreendimentos, atos de estados e povos e comunidades tradicionais”**. Manaus: UEA Edições/PNCSA, 2017.
- \_\_\_\_\_, Alfredo Wagner B. de. **Os quilombolas e a base de Lançamento de foguetes de Alcântara: Laudo antropológico**. (vols. 1 e 2) Brasília: MMA, 2006.
- \_\_\_\_\_, Alfredo Wagner B. de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.
- \_\_\_\_\_, Alfredo Wagner B. de. **Terras tradicionalmente ocupadas. Processos de territorialização e movimentos sociais**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, n. 1, Maio 2004.
- \_\_\_\_\_, Alfredo Wagner B. de. Mapas situacionais e categorias de identidade na Amazônia. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de; FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida (Org). **Catálogo Povos e Comunidades Tradicionais**. Nova Cartografia Social. Manaus: PNCSA, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_, Pierre. **The gênesis of the concepto of habitus and field**. *Sociocriticism*. [S.1.], n. 2. 1985.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007**, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2017.

FERNANDES, Marcionila. Desenvolvimento Sustentável: Antinomias de um conceito. In: FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel. – 2. ed. Rev. **Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2007.

LEITE LOPES, José Sergio; ANTONAZ, Diana, *et al* (Orgs). **A ambientalização dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2004.

LOPES, Danilo da Conceição Serejo. Conflito e direito: A base espacial e violações de direitos às comunidades quilombolas de Alcântara – MA. In: MARTINS, Cynthia C. *et al*. **Insurreição de Saberes** (vol. 3). Manaus: UEA Edições, 2013.

MIRAD/INCRA. **Relatório Técnico do MIRAD/INCRA**. Elaborado por ALMEIDA, Alfredo Wagner; LINHARES, Célia *et al*. 2005.

MÜLLER, Cíntia Beatriz. A utilização de meios alternativos de solução de conflitos em processos de territorialização: casos de Alcântara e Marambaia. In **Cadernos de debates Nova Cartografia: Territórios quilombolas e conflitos**. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Orgs.). [*et al*]. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia: UEA Edições, 2010.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. Campinas: Cortez, 1988.

PEREIRA JÚNIOR, Davi. **Quilombolas de Alcântara: territórios e conflitos – intrusamento do território das comunidades quilombolas de Alcântara pela empresa binacional Alcântara Cyclone Space**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso: introdução à análise do discurso**. São Paulo: Hacker, 1999.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. A Gestão do desenvolvimento: ações e estratégias entre a realidade e a utopia. In: BECKER, Dinizar F.; WIPTMANN, Milton Luiz. (Org). **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares**. 2 ed. Santa Cruz do Sul: EUNISC, 2008.

WAGLEY, Charles. **“Plantation America: A Culture Sphere”**. In: *Caribbean Studies, A Symposium*, edited by Vera Rubin, p. 397, 1957.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Alcântara no seu passado econômico, social e político**. 2ª ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1975.



# Mapas e croquis de povos e comunidades tradicionais atingidos por megaprojetos

Murana Arenillas Oliveira<sup>293</sup>

Rosiane Pereira Lima<sup>294</sup>

Mônica Cortêz Pinto<sup>295</sup>

## Introdução

O trabalho ora proposto visa refletir acerca dos materiais cartográficos produzidos no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia - PNCSA, a partir da relação de trabalho dos pesquisadores junto aos agentes sociais de Povos e Comunidades Tradicionais. Estes materiais consistem em um conjunto de croquis e mapas produzidos por meio de mobilizações de diferentes identidades coletivas, quais sejam, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, indígenas, piaçabeiros, castanheiros, indígenas de bairros periféricos de metrópoles, quebradeiras de coco babaçu, peconheiros, dentre outras. A partir dessas mobilizações surge a necessidade do mapeamento de suas unidades sociais, em vista de elaborarem a cartografia de seus territórios como forma de autoreconhecimento identitário e instrumento de luta frente a conflitos sociais e territoriais.

---

293 Mestra em Ciências Humanas na área de concentração em Teoria, História e Crítica da Cultura pela Universidade do Estado do Amazonas-PPGICH/UEA. Licenciada em Artes Visuais e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. É pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia-PNCSA.

294 Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia na área de concentração em Processos Socioculturais na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas-PPGSCA/UFAM. Licenciada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. É pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia-PNCSA.

295 Mestra em Geociências na área de concentração em Geologia Sedimentar e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Amazonas PPGGEO/UFAM. Licenciada em Geografia plena pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. É pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia-PNCSA.

## **Autocartografia: Representação Socioespacial e as Manifestações Culturais do Território**

Como sublinha Almeida (2018) a proposição de uma “nova cartografia social”, enquanto orientadora de práticas de pesquisa, visa propiciar uma pluralidade de entradas a uma descrição aberta, conectável em todas as suas dimensões, e voltada para múltiplas experimentações fundadas num conhecimento mais detido de processos reais e realidades localizadas.

Distingue-se do sentido corrente do vocábulo “cartografia” e não pode ser entendida como circunscrevendo-se a uma descrição de cartas ou a um traçado de mapas e seus pontos cardeais com vistas à defesa ou à apropriação de um território. Distingue-se igualmente do sentido manualesco de “cartografia social” que vem sendo largamente usado por agências multilaterais, empresas mineradoras e de georreferenciamento (ALMEIDA, 2018, p. 57-58).

Cada mapa é resultado de uma relação social específica entre uma equipe de pesquisadores vinculada ao PNCSA e um povo ou Comunidade Tradicional. Nas Oficinas de Cartografia Social são compartilhadas experiências sobre as situações e pressões sofridas pelas comunidades. Os agentes sociais promovem a autocartografia por meio da construção de croquis, e a marcação de coordenadas com o receptor GPS, mediante um curso de Cartografia básica e manuseio do receptor. Como ressalta Crampton e Krygier (2008), se o mapa é um conjunto específico de assertivas de poder e conhecimento, então não apenas o estado como outros poderiam fazer afirmações concorrentes e igualmente poderosas.

Os agentes sociais produzem os croquis com o objetivo de expressar a representação socioespacial e as manifestações culturais do seu território, mapeando as zonas de conflitos e apontando suas reivindicações. A “nova descrição” realizada é resultado de relações de pesquisa e de técnicas de observação direta junto aos povos e comunidades, que segundo Almeida (2018), são classificados como “tradicionais” e considerados à margem da cena política, mas que revelam consciência de suas fronteiras e dos meios de descrevê-la, principalmente em situações de conflito social.

Conforme Acselrad e Viégas (2013), o campo da cartografia social evidencia um campo de disputas epistemológicas por meio das quais os agentes sociais reivindicam formas próprias de conceber o território e suas representações. Processo fundamental para a autonomia da produção da informação socioespacial e decisão sobre seus mundos. A legitimidade conferida a esse processo se constitui em um elemento significativo para ação políticas das comunidades.

Integrado aos mapeamentos são elaborados boletins informativos, fascículos e livros que auxiliam nas exigências das Comunidades ante as situações adversas enfrentadas pelos agentes sociais e disponibilizados no site: **[www.novacartografiasocial.com](http://www.novacartografiasocial.com)**. Nesse ensejo, à autocartografia objetiva um novo instrumento para o fortalecimento dos movimentos sociais regionais, e maior conhecimento sobre os processos de ocupação, visibilidade, e autoafirmação social de identidades coletivas.

Os mapeamentos são elaborados com base no material produzido pelas comunidades tradicionais e na marcação de pontos com coordenadas geográficas. Esses pontos georreferenciados representam os atributos materiais e imateriais que possuem relevância para os agentes sociais pertencentes às comunidades. A cartografia apresentada nos mapeamentos sociais revela identidades e lutas das comunidades em situações adversas, que fundamentada no Sistema de Informações Geográficas utiliza além dos dados descritos (pontos e croquis), dados cartográficos oficiais para corroboração das informações transmitidas nos mapeamentos.

## Exposição de Mapas e Croquis de Povos e Comunidades<sup>296</sup>

A partir dessa explanação preliminar os materiais cartográficos elaborados por integrantes de povos e comunidades tradicionais foram selecionados para participar de uma exposição itinerante com a finalidade de exibir à situação de conflitos acentuados nas áreas referentes à luta de direitos territoriais desses povos. Pode-se descrever que os materiais devidamente dispostos e devidamente coligidos e organizados para compor este acervo apresentado, referem-se para tanto às exposições de mapas e croquis e “externam uma modalidade de autodefinição e de afirmação identitária” (ALMEIDA, 2018, p. 78).

A Exposição em si pode ser compreendida como receptáculo do que foi e é produzido no âmbito do PNCSA, reforçando sua posição como lugares sociais ou instrumentos básicos de conhecimento, através dos quais as comunidades organizam o seu repertório de saberes e suas relações com outras comunidades e com os recursos naturais (ALMEIDA, 2018, p. 76).

A “Exposição de Mapas e Croquis de Povos e Comunidades Tradicionais” apresenta ao público 16 mapas e 11 croquis produzidos pelos próprios agentes sociais, que expõem a situação conflitante entre agentes governamentais e de iniciativa privada (FIGURA 01). No espectro desta exposição são evidenciadas às pressões sofridas pelas Comunidades perante os conflitos com comandos militares, iniciativas de empresas, implantação de megaprojetos de mineração, projetos de agronegócio, de infraestrutura, de logística e os consequentes efeitos que ameaçam os territórios tradicionalmente ocupados.

---

296 Entre os dias 22, 23 e 24 de outubro de 2018, na Universidad Autónoma de Occidente de Cali - Colômbia ocorreu a Exposição de Mapas e Croquis de Povos e Comunidades Tradicionais que foi exibida durante a programação do II Seminário Internacional Megaprojetos, Atos de Estado, Povos e Comunidades Tradicionais. A curadoria da Exposição foi realizada pelos pesquisadores do PNCSA: Murana Arenillas Oliveira, Mônica Cortêz Pinto, Rosiane Pereira Lima, Alfredo Wagner Berno de Almeida e contou com o apoio de Marcos Alan Costa Faria, Felipe Pereira Jucá e Tomás Paoliello Pacheco de Oliveira.



**Figura 1 - a)** Exposição Mapas e Croquis de Povos e Comunidades Tradicionais sediada na Universidad Autónoma de Occidente de Cali – Colômbia. Foto: Murana Arenillas Oliveira; **b)** Dorinete Serejo, representante do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE), observando o Mapa do Território das Comunidades Remanescente de Quilombo (Alcântara – MA) exibido durante a Exposição de Mapas e Croquis de Povos e Comunidades Tradicionais sediada na Universidad Autónoma de Occidente de Cali – Colômbia. Foto: Universidad Autónoma de Occidente; **c)** Croqui da Comunidade Passa Sete evidenciando o conflito com a mineradora Anglo American (Minas Gerais – Brasil). Foto: Murana Arenillas Oliveira; **d)** Alunos da Universidad Autónoma de Occidente visitando a Exposição Mapas e Croquis de Povos e Comunidades Tradicionais. Foto: Universidad Autónoma de Occidente.

A apresentação disposta a seguir, dos mapas e croquis do acervo, acompanha referências dos boletins e dos fascículos aos quais os materiais exibidos estão vinculados, além de informações técnicas e uma breve descrição da situação de conflito instalado nos lugares sociais mapeados. Sendo eles:

- 1) Croqui: O Jogo do Índio: Jogos Interculturais Indígenas – Manaus a Grande Aldeia (Manaus - Amazonas) e Mapa: Jogos Interculturais Indígenas Da Comunidade Nossa Senhora Do Livramento - Rede De Desenvolvimento Sustentável Do Tupé - Manaus (Am). Ambos foram elaborados com vistas a dar visibilidade aos Jogos Interculturais Indígenas que ocorrem anualmente na Comunidade, e se configuram

em instrumento de luta por reconhecimento frente aos órgãos oficiais que gerem a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (AM), pertencente a coleção Cartografia da Cartografia Social: uma síntese das experiências, Boletim nº 10<sup>297</sup>.

- 2) Croqui: Ribeirinhos em Defesa do Rio Tapajós - Comunidade Pimental (TRAIRÃO E ITAITUBA/PARÁ) e Mapa: Pimental - Rio Pimental, Trairão e Itaituba, Pará. Os materiais produzidos representam a cartografia social do território de Pimental, localizado às margens do rio Tapajós, nos municípios de Trairão e Itaituba, Pará. Os agentes sociais que participaram da elaboração desse croqui, além do seu território, expressaram através dos desenhos, às ameaças de espoliação sofridas pela implementação do “Complexo Hidrelétrico Tapajós”, pertencente a coleção Cartografia da Cartografia Social: uma síntese das experiências, Boletim nº 1<sup>298</sup>.
- 3) Croqui: Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (PARÁ). Representa a estrutura de funcionamento do MORIVA (MOVIMENTO DOS RIBEIRINHOS E RIBEIRINHAS DAS ILHAS E VARZEAS DE ABAETETUBA). O mapeamento social realizado a partir do croqui elaborado pelos próprios ribeirinhos

---

297 Equipe de pesquisadores: Murana Arenillas, Pedro Henrique Mariosa, Marcos Alan Costa Farias, Maria Meneses da Silva. Pesquisadores colaboradores: Altaci Corrêa Rubim, Glademir Sales dos Santos, Fabíola Rocha Duarte, Elieyd Souza de Menezes. Cartografia: Mônica Cortez Pinto. Participantes da oficina de mapas: Astério Tomás, Analina Martins, Edson Batista, José de Oliveira, Fátima Thomáz, Diva Thomáz, Darcy Melgueira, Eliana Torres, Maria Alice, Lindomar Ferreira, Misma Gomes, Juliano Viana, Paulo Roberto, Rosenilda da Silva, Andrey Macedo, Clemerson dos Santos, Alice Melo, Alzeneide e alunos do Centro Cultural Tupana Ruka. Fonte de dados: IBGE, 2018; DigitalGlobe, 2015; Oficina de mapas na Comunidade N. S. do Livramento; e coleta de pontos com receptor GPS 04.06.2017 e 06.03.2018. Sistema de Coordenadas Geográficas Datum SIRGAS 2000. Data: 12 de junho de 2018

298 **Equipe de pesquisa:** Gabriel Locke, Raiana Mendes Ferrugem, Gláucia Baraúna. **Cartografia:** Carolina Bertolini. **Participantes das Oficinas de Mapas de Pimental:** Ada Tiffany, Adriano Pereira, Ailton Souza, Edimilson Azevedo, Edineide Sebastiana, Elderly Muniz, Érica Raimunda, Ervely Muniz, Eudeir da Silva, Francisca Pereira, Ivanilda da Silva, Joilma Damasceno, José Odair, Josefina Maria, Keila Cristina, Lucas Moreira, Luiz Matos, Luvia Heidy, Magno Lopes, Maria Ozileia, Maria Sebastiana, Nádia Edilene, Orlando Rusenberque, Regina Nonata, Risonildo Lobo, Robson Batista, Ruan dos Santos, Suzane Katrine, Taiane Damasceno, Roberth Nascimento, Tamires Cristina, Teilva de Jesus, Thaila Damasceno e Gleidson Vargas. **Fonte de dados:** Croquis dos participantes das oficinas de mapas; pontos de GPS coletados pela equipe de levantamentos; IBGE, 2010. Sistema de Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000. Data: julho de 2015.

que habitam as ilhas de Abaetetuba, representam a luta dos direitos sociais e os conflitos sofridos com a presença de grandes empresas, agronegócio, extração mineral e desmatamento na região. Este material pertence a coleção Movimentos Sociais, Identidade Coletiva e Conflitos, Fascículo n<sup>o</sup> 30<sup>299</sup>.

- 4) Croqui: Pescadores e Pescadoras, Agricultores e Agricultoras Tradicionais do Lago do Puraquequara e Jatuarana (Manaus - Amazonas) e Mapa: Pescadores e Pescadoras, Agricultores e Agricultoras Tradicionais do Lago Puraquequara e Jatuarana (Manaus- Am). Representam a luta por direitos territoriais contra a opressão do exército do estado. O mapeamento social elaborado a partir desse croqui registra o direito de uso da terra pelos pescadores e agricultores do Lago Puraquequara que não eram reconhecidos pelo Comando Militar da Amazônia. Os materiais pertencem a coleção Movimentos Sociais, Identidade Coletiva e Conflitos, Fascículo n<sup>o</sup> 37<sup>300</sup>.
- 5) Mapa: Comunidades Tradicionais Democracia, Jatuarana, Pandegal, Santa Eva e Terra Preta Do Ramal 464. Histórias de Lutas e Conquistas - Manicoré (AM). O mapeamento teve por objetivo tornar público a

---

299 Equipe de pesquisa: Lilian Santana, Marcos Lima, Solange da Costa. Colaboração: Romildes Teles e Domingos Trindade. Cartografia: Marcos Lima. Construíram esse fascículo: ribeirinhos e ribeirinhas da Região da Ilha e Várzeas de Abaetetuba, Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas e Abaetetuba - MORIVA e Conselho do Assentamento Agroextrativista, Várzea, Quilombolas e Grupos Afins das Ilhas de Várzea de Abaetetuba - CAGROQUIVAIA. Data: maio de 2009.

300 **Equipe de pesquisa:** Érika Nakazono, Elieyd Menezes, Auriédia Marques, Marta Cunha, Marcos Brito, Luís Lima, Altaci Rubim e Clayton Rodrigues. **Cartografia:** Luís Lima. **Participantes da oficina de Mapas:** Doraci Cunha, Dorimar Cunha, Josenildo Rodrigues, Márcio Cunha, Iomar Tinoco, Lourenço Pereira, Pedro Pereira, Wilson Gomes, Doramir Cunha, Carlos Augusto Campos, Valdir Silva, Raimundo Silva, Erfrany Leal, Francisco da Silva, Carlos Campos, Linete Silva, Raimundo Silva, Josenilson Silva, Doramice Amaral da Cunha, Wilson Gomes, Genilza Oliveira, José Correa, Antonia Silva, Edson Carvalho, Tereza Araújo, Maria Nascimento, Manoel Pinheiro, Nilson Pereira, Gilson do Nascimento, Maria Souza, Carlos Araújo, Pedro da Silva, José Augusto da Silva, Eloy Paes, Raimunda Pinheiro, Rosimar Barros, Joaquim, Sérgio Silva, Marcelo Silva, Raimunda Leite, Vanuza Leal, Raimundo Brasil, Mário Leite, Joany Leite, Fernanda Mateus, Joalice Andrade, Narciso Nunes Ferreira, Erivane da Silva, Nerimar Cunha, Aldeneide Lima, Ozéias Silva, João Rocha, João Oliveira, Daniel Silva e João Vergulino. Fonte de dados: Croquis das Comunidades e coleta de pontos com GPS; IBGE, 2007; Imagem optica Landsat 2009; Inagen radar-SAR\_2009 - SIPAM. Sistema de Coordenadas Geográficas DATUM - WGS84. Escala 1:150.000. Data: junho de 2011.

história de lutas dos agricultores, extrativistas e estudantes que formam as populações tradicionais do Polo de Democracia, apresentando suas conquistas no contexto social, na educação, e na saúde contemplando as gerações futuras. Pertence a coleção Movimentos Sociais, Identidade Coletiva e Conflitos, Fascículo n<sup>o</sup> 35<sup>301</sup>.

- 6) Croqui: O Povo Mura do Rio Itaparanã: Situações de Conflito, Resistências e Luta Pela Demarcação de Suas Terras (HUMAITÁ - AMAZONAS). Croqui elaborado pelo Povo Mura do Rio Itaparanã, Humaitá, Amazonas, representa a luta pelos direitos sociais ameaçados por fazendeiros, grileiros, e madeireiros na região. O mapeamento social elaborado a partir deste croqui representa a resistência desse povo e sua luta pela demarcação de suas terras. Pertence a coleção Cartografia da Cartografia Social: uma síntese das experiências, Boletim n<sup>o</sup> 9<sup>302</sup>.
- 7) Croqui: Atingidos Pelo Projeto Minas-Rio (COMUNIDADES À JUSANTE DA BARRAGEM DE REJEITOS - MINAS GERAIS) e Mapas: Comunidades Passa Sete, Água Quente e São José do Jassém à Jusante da Área da Mineradora Anglo American (Mg); “Nossa Água Aqui Cabô, Luta que Começo” Comunidade Água Quente (Mg); “Nós Existimos e Resistimos” Comunidade Passa Sete (Mg); “Se Calarmos, Nunca Seremos Ouvidos” Comunidade São José do Jassém (Mg). Croqui e mapas elaborados pelos moradores das comunidades: Água Quente, Passa Sete e São José do Jassém localizados entre os municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas -

---

301 **Equipe de pesquisa:** Ana Paulina Aguiar Soares e Maria Jacilene. **Cartografia:** Luís Augusto Pereira Lima. **Levantamento de pontos com receptor GPS de navegação:** Keila Ferreira Marques, Raimundo Antônio Reis Pereira e Raimundo Nonato dos Santos Pereira. **Participantes da oficina de Mapas:** representantes das Comunidades Jatuarana, Pandegal, Santa Eva e Terra Preta do Ramal 464. **Fonte de dados:** Croquis da Oficina de Cartografia Social realizada na Comunidade Democracia em Manicoré (AM) nos dias 11 e 12 de dezembro de 2009; Coordenadas de GPS; Imagens de Satélite CERBS 2B, 2009; Landsat 5, 2009; IBGE, 2008; Sistema de Coordenadas Geográficas DATUM SAD 69. Data: maio de 2010.

302 **Equipe de Pesquisa:** Jordeanes Araújo, Eulina Nogueira, Marinez de Paula, Rafaela Guacebe, Matheus Souza, Iremar Ferreira e Marcia Mura. **Cartografia:** Carolina Bertolini. **Participantes da Oficina de Mapas realizada na sede da aldeia nos dias 21, 22 e 23 de outubro de 2016:** Joze Mura, Joabe Mura, Ana Mura, Ester Mura, Nelson Mura, Raimunda Mura, Nilce Mura, Ane Mura, Cassiane Mura, Thiago Mura, Gabriel Mura, Natália Mura, Natan Mura, Kauê Mura, João Mura, Julia Mura, Raimunda Mura, Ana Claudia Mura, Beatriz Mura e Lucineide Mura. **Realização:** Povo Mura do Rio Itaparanã, Humaitá, Amazonas.



Minas Gerais. O mapeamento social realizado a partir dos croquis e oficinas de mapas representam a resistência dos atingidos pelo projeto Minas-Rio que estão localizados à jusante da barragem dos rejeitos e são constantemente ameaçados pelo rompimento da barragem e seus efeitos, que segundo relato dos moradores apontam poluição de córregos e degradação ambiental em decorrência das atividades da mineradora. Pertencem a coleção Cartografia da Cartografia Social: uma síntese das experiências, Boletim nº 11.<sup>303</sup>

- 8) Mapa: Povos e Comunidades Tradicionais da Volta Grande do Xingu e Efeitos dos Projetos de Infraestrutura da Mineradora Belo Sun e Uhe Belo Monte (Senador José Porfírio - Pará). Mapeamento Social de Povos e Comunidades Tradicionais da Volta Grande do Xingu. Garimpeiros, Agricultores, Assentados, Indígenas, Pescadores e Moradores lutam pelos seus direitos que estão sendo ameaçados pela mineradora, Pertencem à coleção Cartografia da Cartografia Social: uma síntese das experiências, Boletim nº 12<sup>304</sup>.
- 9) Mapa: Territórios: Território das Comunidades Remanescente de Quilombo Alcântara (São Luís - Maranhão); Comunidades Remanescentes de Quilombo (Alcântara - Maranhão). Mapa elaborado

---

303 **Equipe de Pesquisa PNCSA:** Emmanuel de Almeida Farias Júnior e Mônica Cortêz Pinto. **Equipe de Pesquisa - GESTA:** Ana Flávia Moreira Santos, Higor de Jesus Lacerda, Lívia Ferraz da Costa Duarte, Luciana Costa Leite, Marcos Felipe Machado Thomazatti de Oliveira, Matheus Neres Moreira e Yasmin Rodrigues Antonietti. **Cartografia:** Mônica Cortêz Pinto. **Participantes da Oficina:** Maura, Lucinéia, Solange, Adilson, D. Elenita, Seu João, Maria Aparecida, Elias, Zé Geraldo, Nilza Maria, Anielly, Creuza, Celeste, Valderes, Darcília, Helvécio, Terezinha, Sr. Geraldo, Pedrelina, Lúcio, Patrícia, Vitor, Zé Lúcio, Mateus, Alessandra, Artur, Maria Inês, Gracilene, Zé Maria, Iuri Tacimara, D. Lurdes, D. Terezinha, Giovana Francieli, Gleicimara Graciely, Vitor, Silmara, Caique, Elizete, Fernando, Raí, Guilherme, Pedro, Paloma, Claudiane, Sara, Idiane e Indianara.

304 **Equipe de pesquisa:** Ana Laíde Soares Barbosa, Dimitria Leão, Elielson Pereira da Silva, Luana Beatriz Peixoto, Jeremias Kayapó, José Alberto Braz de Lima, Maria do Socorro Conceição Cardoso, Rosa Acevedo Marin e Thiago Alan Guedes Sabino. **Cartografia:** Thiago Sabino. **Coordenação Cartográfica:** Rosa Acevedo Marin. **Realização:** Movimento Xingu Vivo Para Sempre e Cooperativa dos Garimpeiros (COOMGRIF). **Fonte de dados:** IBGE, 2010; INCRA, 2017; FUNAI, 2016; SEMAS, 2015; DNIT, 2015; ANA, 2010; Oficina de Cartografia Social; Trabalho de Campo; Geoprocessamento em 2017 na área de Volta Grande do Xingu. Sistema de Coordenadas Geográficas DATUM SIRGAS 2000. Data: 29 de dezembro de 2017.

para fins de Perícia Antropológica determinada pela Procuradoria Geral da República. Pertence à coleção Movimentos Sociais, identidade coletiva e conflitos, fascículo 25<sup>305</sup>.

- 10) Mapa: Território Quilombola de Cachoeira Porteira - Alto Trombetas (Oriximiná - Pará). Mapa elaborado pelos quilombolas da região e indica os chamados territórios históricos, os antigos quilombos e a área reivindicada por eles. Pertence à coleção mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais, fascículo n<sup>o</sup>18.<sup>306</sup>
- 11) Mapa das Comunidades Quilombolas do Estado do Tocantins. Mapa elaborado para fins de localização das comunidades quilombolas, preservação e desmatamento no estado<sup>307</sup>.
- 12) Mapa: Quilombolas da Ilha de São Vicente (Tocantins/Pará). O mapeamento social realizado propôs acompanhar e registrar situações expressas pela comunidade quilombola da Ilha de São Vicente que

---

305 **Concepção e Coordenação Geral:** Alfredo Wagner Berno de Almeida. **Equipe de pesquisa:** Cynthia de Carvalho Martins, Aniceto Cantanhede, Patrícia Portela Nunes, Silvanete Matos Carvalho e Wilson de Barros Bello Filho. **Cartografia:** Vamilson Fontes. **Complementação:** Fabiano Saraiva, Davi Pereira Júnior, Laura Adriana Chamo e Luís Augusto Pereira Lima. **Fonte de dados:** Coordenadas de GPS geodésico; DGS, 1981 (Mapeamento Sistemático - esc. 1:100.000); folhas: AS.23-Z-A-I, AS.23-Z-II, AS.23-Z-A-IV e AS.23-Z-A-V; SEMA-MA, 1997 “Carta de Uso e Cobertura do Município de Alcântara” (esc. 1:100.000); ITERMA, 2001 “Alcântara”; INCRA, 2002 - (esc. 1:100.000); INCRA, 2002 “PA. Portugal/Bituba” - (esc. 1:400.000); UEMA. S/D “Mapa político de Alcântara” - (1:170.000) Projeção UTM Meridiano Central 45<sup>o</sup> DATUM Geodésico Horizontal SAD-69. Data: abril de 2008.

306 **Equipe de Pesquisa:** Emmanuel de Almeida Farias Júnior, Alfredo Wagner Berno de Almeida, José Ferreira da Rocha, Juliene Pereira dos Santos, Adriane Cordeiro do Carmo, Marciana Franco de Souza, Maria Adão da Costa. **Cartografia:** Carolina Silva e José Ferreira Rocha. **Fonte de dados:** Croquis dos participantes das oficinas de mapas, pontos de GPS coletados pela equipe de levantamentos, IBGE 2010, ArcGIS Online. Sistema de Coordenadas Geográficas Datum SIRGAS 2000. Data: Julho de 2013.

307 **Elaboração:** Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins - COEQTO. **Cartografia:** Alcindo Alves Patricio Castro. **Fonte de dados:** Imagens do Sensor Landsat 8 referente ao ano de 2014, em composição colorida das bandas 4(vermelho), 5(verde) e 3(azul), com fusão da banda pancromática resultado em resolução espacial de 15 metros composição realizada pela Secretaria do Planejamento e Orçamento (SEPLAN). Coordenadas das Comunidades Fornecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Base de Dados Geográficos do Tocantins (SEPLAN, 2010), Sistema de Coordenadas Geográficas Datum Sirgas 2000. Data: 2018.

reivindica a regularização de seu território tradicional. A comunidade vive em conflito com fazendeiros que invadiram o território e registrou a preocupação com a construção da Usina Hidrelétrica de Marabá, que se construída, inundará todo o território da comunidade. Explicita também as formas de uso do território e dos recursos no presente e no passado, bem como das práticas socioculturais de preservação e de recuo de desmatamentos que referendam a relação tradicional de ocupação do território da Ilha e margens do rio Araguaia. O Mapa pertence à coleção Mapeamento Social como instrumento de Gestão Territorial contra o desmatamento e a devastação Processo de capacitação de Povos e Comunidades Tradicionais, fascículo nº 11<sup>308</sup>.

- 13) Mapa: Território do Cajueiro (São Luís - Maranhão). Mapeamento social de experiências na comunidade localizada na zona rural da Ilha do Cajueiro que atualmente é ameaçada pela instalação de um empreendimento portuário privado. Pertence à coleção Cartografia da Cartografia Social: uma síntese das experiências, Boletim nº 14<sup>309</sup>.
- 14) Mapa: Expropriados, Acampados, Pescadores, Pequenos Agricultores Rurais, Extrativistas, Moradores de Bairros e Indígenas Atingidos Pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Microrregião de Tucuruí e de Cametá - Pará). Mapa elaborado como instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação no processo de capacitação de Povos e Comunidades Tradicionais. Pertence a coleção Mapeamento Social

---

308 **Equipe de pesquisa:** Paulo Rogério Gonçalves, Rejane Cleide Medeiros de Almeida, Rita de Cássia Pereira da Costa, Aline Vieira da Silva e Francisco de Oliveira Araujo. **Cartografia:** Mônica Pinto. **Equipe de levantamento de GPS:** Paulo Gonçalves e Manoel Coutinho da Luz. **Fonte de dados:** Croquis dos participantes das oficinas de mapas, pontos coletados com GPS, IBGE 2009. ArcGis Online. Sistema de Coordenadas Geográficas Datum SIRGAS 2000. Data: 2014.

309 **Equipe de pesquisa:** Clóvis Amorim, Christiane de Fátima Silva Mota, Gerson Carlos Pereira Lindoso e Luciana Railza Cunha Alves. **Colaboradores:** Danilo da Conceição Serejo Lopes, Poliana de Sousa Nascimento, José Guilherme Zagallo, Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior, Grupo de Pesquisa em Religião e Cultura Popular-UFMA e Ilê Ashé Ogum Sogbô. **Cartografia:** Luís Augusto Pereira Lima e Jéssica Barros. **Geoprocessamento:** Clóvis Amorim, Christiane de Fátima Silva Mota, Eunice Araújo, Gerson Carlos Pereira Lindoso e Luciana Railza Cunha Alves. **Realização:** União de Moradores Proteção de Jesus Cajueiro. **Fonte de dados:** IBGE (INDE) 2016, ANA 2014, Licenciamento Ambiental Licença Prévia / LP 2014, Mapa da Comunidade Cajueiro. Março 1998 (ITERMA), Pontos coletados com GPS em trabalho de campo Nov. 2016 a Mar. 2018. Sistema de Coordenadas Geográficas Datum SIRGAS 2000. Data: Março de 2018.

como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação Processo de Capacitação de Povos e Comunidades Tradicionais, caderno nº10<sup>310</sup>.

## Considerações

Os materiais elaborados objetivam uma forma de inclusão social através dos saberes produzidos e vividos pelas comunidades tradicionais e de técnicas de mapeamento social dos seus territórios, apreendidas e aplicadas pelos próprios membros destas respectivas unidades.

A Exposição itinerante de Mapas e Croquis de Povos e Comunidades Tradicionais em sua primeira exibição sediada na cidade de Cali- Colômbia ilustrou a partir dos materiais citados as diferentes situações de luta e conflitos pelo uso da terra que ameaçam os territórios tradicionalmente ocupados.

Com o objetivo de difundir os mapas situacionais e dar voz aos agentes sociais a partir da autocartografia realizada, essa exposição móvel pretende ocupar outros espaços sociais e instituições acadêmicas com o intuito de promover discussões e reflexões a cerca do processo de ocupação territorial e mobilizações pelo reconhecimento identitário de povos e comunidades tradicionais.

---

310 **Equipe de pesquisa:** Jurandir Santos de Novaes e Rosa Acevedo Marin. **Cartografia:** Thiago Alan Guedes Sabino. **Coordenação cartográfica:** Jurandir Santos de Novaes e Rosa Acevedo Marin. **Fonte de dados:** IBGE, 2007; IBAMA, 2008; INCRA, 2009; SEMA, 2010; IDESP, 2012; INPE, 2013; Carta Topográfica Digital - DSG; Trabalho de Campo e Oficina de Cartografia Social em 2013 e Croquis elaborados pelos Expropriados, Acampados, Pescadores, Pequenos Agricultores Rurais, Extrativistas, Moradores de Bairro da cidade de Tucuruí e Indígenas, dos municípios de Tucuruí, Breu Branco e Baião. Sistema de Coordenadas Geográficas DATUM - SIRGAS 2000. Data: Junho de 2017.

## Referências

- ACSELRAD, H; VIÉGAS, R. **Cartografias sociais e território** – um diálogo latino- americano. In: Cartografia social, terra e território. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013
- ALMEIDA, A. W. B. de. **Mapas e museus**: uma nova cartografia social. *Ciência e Cultura*, vol. 70, n° 4. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252018000400016&lng=es&nrm=iso&tlng=pt](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252018000400016&lng=es&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 15 fev. 2019
- ALMEIDA, A.W.B. de; Arenillas-Oliveira, M. **Museus indígenas e quilombolas**: Centro de Ciências e Saberes, Manaus, UEA/MAST/UEMA, 2018.
- CRAMPTON, J; KRYGIER, J. **Uma introdução à cartografia crítica**. In: Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008

# RESISTÊNCIAS CONSTRUIDAS PELOS AFROCOLOMBIANOS EN COMUNAS Y BARRIOS CONTRA O MEGAPROJETO COMPLEXO PORTUARIO DE BUENAVENTURA, COLOMBIA



Participantes do II Seminário Internacional Megaprojetos, Atos de Estado, Povos e Comunidades Tradicionais visitaram o espaço da Casa Social Cultural e conheceram as diversas atividades da Fundación Espacios de Convivencia y Desarrollo Social - FUNDESCODES, localizado na Comuna 3, na cidade de Buenaventura.

Durante o II Seminário Internacional **Megaprojetos, Atos de Estado, Povos e Comunidades Tradicionais** (Cali, Colômbia 23 a 25 de outubro de 2018) foi inserida na programação a visita ao Porto de Buenaventura, com 41 inscritos. Destaca-se que a ‘visita de campo’ é atividade complementar em diversos eventos organizados pelo Projeto Nova Cartografia Social, as instituições colaboradoras e os movimentos sociais.

Nas visitas de campo tenta-se desenvolver observações sobre situações sociais específicas, entre aquelas abordadas no evento por pesquisadores e agentes sociais; estas sempre contam com a contribuição das organizações para apresentar experiências de conflitos e mobilizações sociais narradas pelos próprios agentes sociais. As visitas de campo podem ser aproximadas das anotações que Gerald Berreman (1962) fez do “trabalho de campo” com “sutilezas” da “experiência humana” que “despierta una nueva sensibilidad frente a su propia experienciade campo pasada, presente y futura”.

Desde a concepção do II Seminário Internacional foi reiterado o interesse de examinar o complexo portuário de Buenaventura. Na abertura rendeu-se homenagem a Temístocles Machado, dirigente no bairro Isla de la Paz, presidente da Junta de Ação Comunal, quem participou ativamente no Paro Cívico de Buenaventura, em junho de 2017. Na Mesa IV “Testimonios de agentes sociales, representantes de comunidades y pueblos afectados” realizada no dia 24 de outubro participou o senhor Arsecio Isquierdo, presidente da Junta Comunal e ameaçado de morte.

A viagem de ônibus partiu de Cali para Buenaventura e teve duração de mais de 2 horas. Esse trajeto permitiu observações e comentários sobre essa via terrestre, história e relevância do Porto de Buenaventura para a economia colombiana na atualidade. O povoado formou-se 476 anos atrás e, hoje, a cidade agiganta-se com a ampliação da atividade portuária que deslocou e cercou de contêineres as terras dos grupos afrocolombianos, que representam 98% da população, mais os indígenas. Buenaventura conta com aproximadamente 500 mil habitantes e no planejamento estatal corresponde a uma Zona Econômica Estratégica. As terras arrendadas por empresas do setor com origem canadense, ingleses, noruegueses, espanhóis, franceses têm expulsado centenas de famílias. Em 20 anos foram assassinadas mais de 7000 pessoas, enquanto os desaparecidos são calculados em mais de 700. Contam-se 26 massacres em zona rural e urbana e mais de 28.000 pessoas que sofreram deslocamentos compulsórios. Os expositores coincidiram na afirmação que o “ator armado é extremamente racista” e comentaram o massacre de Punta del Este no qual 12 jovens da mesma comunidade sofreram torturas como a introdução de barras de ferros nos orifícios do corpo. O senhor Isquierdo comentou *aos negros não os querem fazendo parte do desenvolvimento nacional e sua exclusão é violenta.*

Buenaventura é uma cidade que não tem serviço de água potável, isto quando tem 11 bacias fluviais no entorno. Uma delas, a formada pelo rio Dagua que está contaminada pela mineração de ouro, atividade extrativa das mais danosas aos direitos sociais, étnicos e territoriais dos povos afrocolombianos do Pacífico. A maior parte da cidade não tem serviço de esgotos sanitários e as águas residuais desaguam no mar provocando contaminação das pessoas e dos seus meios de vida.

O movimento de caminhões, mais de 4 mil diários, fez com que a cidade aumentasse a atividade hoteleira, os serviços, de um modo geral, e negativamente a prostituição sexual e infantil. Buenaventura não tem hospital público, aliás essa inexistência de serviços é comum para os habitantes do Pacífico Sul, de Buenaventura até Tumaco. O Sr. Galbán (da Corporación Haciendo, Pensando el Pacífico) destacou a quantidade de recursos que passam para o Estado na forma de impostos e não são aplicados localmente. *A ideia é que o Estado pensa esses grupos sociais como não merecedores de serviços, de atendimento; desta forma os mantém em condição que não é humana*, concluiu. O Sr. Izquierdo lembrou o primeiro ano do Paro Cívico e o que entende por *morte política de Temístocles que veio fortalecer o movimento, com seu martírio*. Ele recordou que com vários meses tentando proteger sua vida passou a viver fora de Buenaventura e uma noite teve a presença em sonho do sr. Temístocles Machado que lhe dizia: *Arsecio não deixes perder o que temos ganhado. Essa luta aqui não termina verdadeiramente* e foi esse sonho a força para o seu retorno a Buenaventura e a retomada das ações à frente da Junta Comunal.





O grupo de visitantes reunido na Quadra da Resistencia escutam as explicações do Sr. Arsecio Isquierdo, Rodrigo Machado, Jhon Lamer Panameño e Adriel Ruiz Galbán. A manutenção desse espaço Quadra foi resultado de uma ação organizada para evitar ser ocupada pelos projetos do complexo portuário. Nesse caso, o futebol se constituiu como um elemento central de coesão social e de resistência na luta pela manutenção do território.

Buenaventura acolhe 14 projetos de megaestrutura portuária, maiormente privada. Entre os portos foram citados o Puerto de Agua Dulce, Puerto del rio Delta, Puerto Cirpol, Puerto de los Filipinos, (especializado na importação de carvão) e o Puerto Seco, que soma seis portos que serão preenchidos com água do rio Dagua.

A modernização portuária tem significado desemprego para os trabalhadores da cidade, por adotar tecnologias, equipamentos (gruas) que poupam trabalhadores. Com isto o desemprego na cidade chega a 68%.

O Sr. Temístocles Machado pronunciou a frase “*Porque esta tierra es nuestra! Completamente nuestra!*” o que representa a luta dos afrocolombianos de Buenaventura e de toda Colômbia. O Sr. Arsecio Isquierdo explicou a propósito do território: *Nosotros no teníamos títulos, los linderos eran de palabra. Empezaron las compras de tierras. Ellos venían y compraban a cualquiera por veinte billetes de cien. Faltó conciencia para no vender la tierra. Después hubo una titulación; faltaban diez títulos. Quiñones empezó a titular*

los predios. Se suspendió la titulación y esta suspensa hasta ahora. Luego vino el despojo, la prostitución, las amenazas, los crímenes, la violación de las niñas. Y llegaron personas que reclamaron 45 hectáreas que corresponde a seis barrios de la ciudad. Quienes reclamaban eran las personas del puerto. Ellos presentaban títulos falsos, presentaban títulos que no coinciden.



Portas e paredes das casas da rua principal do bairro Oriente mostram os cartazes alusivos à mobilização para a luta.



No sitio onde funcionou o antigo posto de saúde informa o cartaz que será construído o Posto de Saúde e Parque Comunitário, inseridos nos acordos pós Paro Cívico.



| O sr. Isquierdo informa sobre as condições de vida dos bairros de Buenaventura.

## **Ações e atividades no espaço da Fundación Espacios de Convivencia y Desarrollo Social**

Na Comuna 3 da cidade de Buenaventura desenvolve suas atividades a Fundación Espacios de Convivencia y Desarrollo Social – FUNDESCODES, localizada em um território conquistado e encostado ao mar, pois como falaram as pessoas foram depositando resíduos sólidos para enchimento/sedimentação de áreas inundáveis, situadas nas zonas periféricas da cidade de Buenaventura. O primeiro espaço é denominado Casa Social Cultural com o auditório Mama Cuama. No segundo andar funciona a Biblioteca Comunitária San Pedro Apóstol, a Capela da Memória e a Galeria Mulheres e Saberes. No terceiro está a Terraza Arco Iris. O percurso por estes compartimentos e os seus conteúdos constitui outro registro das lutas dos povos que vivem em Buenaventura.



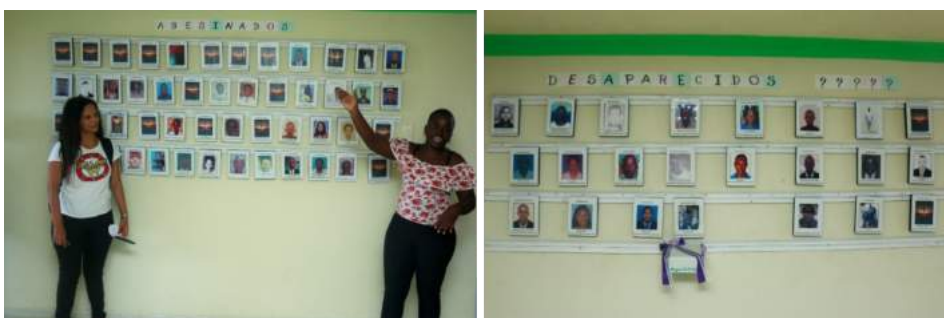


Auditório Mama Cuama com obras de arte retratando a violência desatada em Buenaventura que vitima os afrocolombianos, deslocados compulsoriamente múltiplas vezes por força do terror implantado pelo dispositivo paramilitar.





Biblioteca Comunitária San Pedro Apostol apresentada nas suas atividades para crianças e adultos do bairro. Nela encontram-se os arquivos do pescador Andrés Belloza e de Temístocles Machado, cujo arquivo possui mais de dez mil páginas.



Na Capela da Memória os painéis mostram as fotografias dos assassinados e desaparecidos.





Galeria Mulheres e Saberes, espaço de acompanhamento e reparação simbólica em que um grupo de mulheres fortalecem a construção da memória histórica e ajudam outras mulheres também afetadas pela violência.



Gravação da parede com apresentação da galeria e instrumentos musicais utilizados nas atividades desenvolvidas pelas mulheres, entre elas de recreação, contos e canto.



No centro da Capela encontra-se a canoa doada por uma senhora que teve o esposo, pescador, e os seis filhos assassinados. Ela fez a doação da canoa e de objetos que pertenceram aos seus parentes. A forma de trabalho com as famílias das vítimas, a maioria mulheres, é feita com acompanhamento psicológico em grupo. A ideia central desse acompanhamento não é recordar para sofrer, mais recordar para resistir.



## Espaço Humanitário Puente Nayero em Buenaventura

Desde o terraço do Hotel Vistamar é possível observar o Muelle Turístico, girando do lado esquerdo o Espaço Humanitário Puente Nayero e do lado direito as “modernas” instalações deste setor central do Porto de Buenaventura.



Espaço Humanitario Puente Najero no bairro Playita.



Instalações portuárias em Buenaventura.

Na ordem, a visita de campo foi realizada primeiro no Espaço Humanitário Puente Nayero, criado em 2014. corresponde a uma rua do porto de Buenaventura construída com terra recuperada em meio a compactação de lixo e areia, cercadas por pontes e palafitas. A área é constituída maiormente por famílias de Guapi e Naya, onde muitas experimentaram massacres e assassinatos seletivos e foram obrigadas a se deslocar da região do Naya, nos departamentos de Cauca e Valle, instalando-se no bairro La Playita, onde conservaram o nome devido a relação com o rio Naya, o seu território original. Novamente, neste bairro onde se instalaram, foram vítimas de forças de grupos mafiosos armados, os quais disputam o controle territorial da cidade de Buenaventura, mediante uma articulação intrínseca entre economia política e dispositivo paramilitar, consumada através da implantação de megaprojetos econômicos e de atividades ilícitas, fortemente lucrativas, espalhados no Pacífico Sul colombiano. Na rua visitada ainda existem as manifestações do histórico de violência concomitante a instalação e operação da área portuária de Buenaventura, como a “Casa de Pique”, onde as pessoas eram torturadas, cortadas e jogadas no mar. Houve intervenção para oferecer paz a estas famílias com apoio da igreja e organizações. Na Resolución n° 25/2014, de 15 de setembro de 2014, no qual a Comissão Interamericana de Direitos Humanos concedeu a Medida Cautelar n° 152-14 foi reconhecido o



espaço humanitário no bairro La Playita, com aproximadamente 302 famílias e 1000 moradores. No acordo, ficou consignado medidas de proteção da vida dessas famílias, como a determinação que o governo colombiano instalasse cinco pontos de proteção, que finalmente ficaram reduzidos à rua de entrada onde se instalou um portão, com acompanhamento do exército, e no extremo desta rua, que dá acesso ao mar, de efetivos do corpo da Marinha.



| Os participantes da visita atentos as falas sobre a existência deste Espaço Humanitário.



| No extremo da rua o Espaço Humanitário encontra o mar e ali está a força da Marinha, com a finalidade de dar proteção, o que é cobrado insistentemente.



Entre as habitações de Ponte Nayero, tem-se a visão da extinta Casa de Pique, onde predominava o terror devido à ocorrência de torturas, desmembramento dos corpos, mortes e lançamento ao mar dos corpos.

O Espaço Humanitário expressa processos de esperança e resistência daqueles que se negam a abandonar seu território. É uma zona de vida, onde a reconstrução do lugar, retomada da confiança e a defesa da paz fundamentam estratégias pacíficas para combater distintos grupos que financiam a guerra, violência, extorsão e morte para controle do local e expulsão dos moradores.

A experiência do Puente Nayero, enquanto primeira zona humanitária, serviu de inspiração para criação de outras áreas de permanência como o Espaço Humanitário Punta Icaco.

Nota-se que na prática, o Espaço Humanitário não tem apoio efetivo do Estado Colombiano, com inexistência dos serviços de saneamento (água tratada, drenagem pluvial, limpeza urbano, coleta e tratamento de esgoto), prevalecendo o abandono intencional dos afro-colombianos no enfrentamento dos paramilitares e dos efeitos nocivos da política desenvolvimentista governamental de implementação de megaprojetos, quer sejam de infraestrutura logística, portuária e de turismo com rede de hotéis estrangeiros, os quais operam para extinguir as formas de uso coletivo do lugar que divergem da racionalidade econômica deste capital transnacional. De fato, transitando no interior das ruas e das palafitas, observam-se condições de moradia, trafegabilidade e serviços que provocam impressões fortes; elas negam a condição humana e evidenciam uma necropolítica. Ainda, observando as pessoas que falavam desse Espaço Humanitário, há registros de continuidade da violência com novas mortes e frequentes ameaças aos que defendem a permanência das famílias no bairro, que é disputado pelos empreendimentos portuários, turísticos e pelos grupos que rivalizam pelo controle das rotas do narcotráfico.



| Condições de moradia de crianças e suas famílias.





Certamente, a da visita nos bairros de Buenaventura constitui a experiencia humana que permitiu conhecer as realidades do despojo, da violência e negação de direitos de povos tradicionais em Colômbia, país que recebeu os pesquisadores para o II Seminário Internacional. Os registros diversos (fotografia, gravação e georreferenciamento) dão ensejo a uma leitura aproximada com situações sociais na Amazônia, com ênfase contrastiva, tomando como exemplo cidades como Barcarena, Abaetetuba, Santarém no Pará, lócus da instalação de megaprojetos industriais e de infraestrutura com efeitos sociais, ambientais e políticos que aprofundam os conflitos. O trabalho de pesquisa contribui para desconstruir as formas que assumem os megaprojetos, formas de poder e dominação, e dar relevo às capacidades de resistências desses povos.

Texto elaborado por: Rosa Acevedo Marin, Selma Solange Monteiro Santos e Elielson Pereira da Silva

Fotos: Elielson Pereira da Silva e Selma Solange Monteiro Santos

## Resistencia Construida Por Afrocolombianos En Comunas Y Barrios Contra El Megaproyecto Complejo Portuario De Buenaventura, Colombia<sup>311</sup>



Participantes del II Seminario Internacional Megaproyectos, Actos de Estado, Pueblos y Comunidades Tradicionales visitaron el espacio de la Casa Social Cultural y conocieron las diversas actividades de la Fundación Espacios de Convivencia y Desarrollo Social – FUNDESCODES, localizada en la Comuna 3, en la ciudad de Buenaventura.

Durante el **II Seminario Internacional Megaproyectos, Actos de Estado, Pueblos y Comunidades Tradicionales** (Cali, Colombia, 23 a 25 de octubre de 2018) se programó una visita al Puerto de Buenaventura, con 41 inscritos. Se destaca que la ‘visita de campo’ es una actividad complementaria en diversos eventos organizados por el Proyecto Nueva Cartografía Social, las instituciones colaboradoras y los movimientos sociales.

En las visitas de campo se busca desarrollar observaciones sobre situaciones sociales específicas, entre aquellas abordadas en el evento por investigadores y agentes sociales; estas siempre cuentan con la contribución

---

311 Traducida del portugués por el Dr. James Leon Parra Monsalve.

de las organizaciones para presentar experiencias de conflictos y movilizaciones sociales, narradas por los propios agentes sociales. Las visitas de campo se aproximan a las consideraciones que Gerald Berreman (1962) hizo del “trabajo de campo” con “sutilezas” de la “experiencia humana” que “despierta una nueva sensibilidad frente a su propia experiencia de campo pasada, presente y futura”.

Desde la concepción del II Seminario Internacional fue reiterado el interés de tener contacto con quienes resisten a la ampliación desmedida del Complejo Portuario de Buenaventura sobre terrenos utilizados por comunidades tradicionales. En la apertura se rindió homenaje a Temístocles Machado, dirigente del barrio Isla de la Paz, presidente de la Junta de Acción Comunal, quien participó activamente en el Paro Cívico de Buenaventura, en junio de 2017. En la Mesa IV “Testimonios de agentes sociales, representantes de comunidades y pueblos afectados”, realizada el día 24 de octubre, participó el señor Arsecio Isquierdo, presidente de la Junta Comunal y amenazado de muerte.

El viaje en bus partió de Cali a Buenaventura y tuvo duración de más de 2 horas. Ese trayecto permitió observaciones y comentarios sobre esa vía terrestre, y la historia y relevancia del Puerto de Buenaventura para la economía colombiana en la actualidad. El poblado se formó 476 años atrás y, hoy, la ciudad se agiganta con la ampliación de la actividad portuaria que desplazó y cercó de contenedores las tierras de los grupos afrocolombianos, quienes representan 98% de la población, más los indígenas. Buenaventura cuenta con aproximadamente 500 mil habitantes y en la planeación estatal corresponde a una Zona Económica Estratégica. Las tierras arrendadas por empresas del sector, con origen canadiense, inglés, noruego, español, francés, han expulsado centenas de familias. En 20 años fueron asesinadas más de 7 mil personas, mientras los desaparecidos se calculan en más de 700. Se cuentan 26 masacres en zona rural y urbana y más de 28 mil personas que sufrieron desplazamiento forzado. Los expositores coincidieron en la afirmación de que el “actor armado es extremadamente racista” y comentaron la masacre de Punta del Este, en la cual 12 jóvenes de la misma comunidad sufrieron torturas, como la introducción de barras de hierro en los orificios del cuerpo. El señor Isquierdo comentó que a los negros no los quieren hacer parte del desarrollo nacional y su exclusión es violenta.

Buenaventura es una ciudad que no tiene servicio de agua potable, pese a que existen 11 cuencas fluviales en su entorno. Una de ellas, la formada por el río Dagua, está contaminada por la minería de oro, actividad extractiva de las más dañinas para los derechos sociales, étnicos y territoriales de los pueblos afrocolombianos del Pacífico. La mayor parte de la ciudad no tiene servicio de alcantarillado y las aguas residuales desaguan en el mar, provocando contaminación a las personas y sus medios de vida.

El movimiento de camiones, más de 4 mil diarios, hizo que la ciudad aumentara la actividad hotelera, los servicios, de un modo general, y negativamente la prostitución sexual e infantil. Buenaventura no tiene hospital público, y esa carencia de servicios es común para los habitantes del Pacífico Sur, de Buenaventura a Tumaco. El Sr. Galbán (de la Corporación Haciendo, Pensando el Pacífico) destacó la cantidad de recursos que pasan al Estado en la forma de impuestos y no son aplicados localmente. El Estado considera esos grupos sociales como no merecedores de servicios, de atendimento; de esta forma los mantiene en condición que no es humana, concluye. El Sr. Izquierdo recordó el primer año del Paro Cívico y lo que entiende por “muerte política de Temístocles que vino a fortalecer el movimiento, con su martirio”. Él recordó que después de varios meses intentando proteger su vida pasó a vivir fuera de Buenaventura y una noche tuvo la presencia en sueño del Sr. Temístocles Machado, que le decía: “Arsecio no dejes perder lo que hemos ganado. Esa lucha aquí no termina verdaderamente” y fue ese sueño la fuerza para su retorno a Buenaventura y retomada de las acciones al frente de la Junta Comunal.



El grupo de visitantes reunido en la Cancha de la Resistencia escuchan las explicaciones de los señores Arsecio Isquierdo, Rodrigo Machado, Jhon Lamer Panameño y Adriel Ruiz Galbán. La tenencia de esa cancha fue resultado de una acción organizada para evitar ser invadida por proyectos del complejo portuario. En ese caso, el fútbol se constituyó como un elemento central de cohesión social y de resistencia en la lucha por la ocupación del territorio.

Buenaventura acoge 14 proyectos de infraestructura portuaria, mayoritariamente privados. Entre los puertos fueron citados el Puerto de Agua Dulce, Puerto del Río Delta, Puerto Cirpol, Puerto de los Filipinos (especializado en la importación de carbón) y el Puerto Seco, que suma seis puertos que serán llenados con agua del río Dagua.

La modernización portuaria ha significado desempleo para los trabajadores de la ciudad, por adoptar tecnologías, equipamientos (grúas) que reducen trabajadores. Con esto el desempleo en la ciudad llega a 68 por ciento.

El Sr. Temístocles Machado es el autor de la frase: “¡Porque esta tierra es nuestra! ¡Completamente nuestra!”, que representa la lucha de los afrocolombianos de Buenaventura y de toda Colombia. El Sr. Arsecio explicó, a propósito del territorio: “nosotros no teníamos títulos, los linderos eran de palabra. Empezaron las compras de tierras. Ellos venían y compraban a



cualquiera por veinte billetes de cien. Faltó conciencia para no vender la tierra. Después hubo una titulación; faltaban diez títulos. Quiñones empezó a titular los predios. Se suspendió la titulación y esta suspensa hasta ahora. Luego vino el despojo, la prostitución, las amenazas, los crímenes, la violación de las niñas. Y llegaron personas que reclamaron 45 hectáreas que corresponden a seis barrios de la ciudad. Quienes reclamaban eran las personas del puerto. Ellos presentaban títulos falsos, presentaban títulos que no coinciden”.



Puertas y paredes de las casas de la calle principal del barrio Oriente muestran estos carteles.



En el sitio donde funcionó el antiguo puesto de salud un cartel informa que será construido el Puesto de Salud y Parque Comunitario, resultado de los acuerdos del Paro Cívico.



| El Sr. Izquierdo informa sobre las condiciones de vida de los barrios de Buenaventura.



| Arsecio Izquierdo.

## Acciones y actividades en el espacio de la Fundación Espacios de Convivencia y Desarrollo Social

En la Comuna 3 de la ciudad de Buenaventura realiza sus actividades la Fundación Espacios de Convivencia y Desarrollo Social - FUNDESCODES, localizada en un territorio conquistado, próximo al mar, donde fueron depositando residuos sólidos para relleno/sedimentación de áreas inundables, situadas en las zonas periféricas de la ciudad de Buenaventura. El primer espacio es denominado Casa Social Cultural, con el auditorio Mama Cuama. En el segundo piso funciona la Biblioteca Comunitaria San Pedro Apóstol, la Capilla de la Memoria y la Galería Mujeres y Saberes. En el tercero está la Terraza Arco Iris. El recorrido por estos espacios y sus contenidos constituye otro registro de las luchas de los pueblos que viven en Buenaventura.



Auditorio Mama Cuama con obras de arte que retratan la violencia desatada en Buenaventura que afecta a los afrocolombianos, desplazados múltiples veces por fuerza del terror implantado por los paramilitares.





Biblioteca Comunitaria San Pedro Apóstol que dirige sus actividades a niños y adultos del barrio. En ella se encuentran los archivos del pescador Andrés Belloza y de Temístocles Machado, cuyo archivo posee más de 10 mil páginas.



En la Capilla de la Memoria los cuadros muestran las fotografías de los asesinados y desaparecidos.





Grabación de la pared que presenta una galería e instrumentos musicales utilizados en las actividades desarrolladas por las mujeres, como recreación, cuentos y cantos.





En el centro de la Capilla se encuentra la canoa donada por una señora que tuvo su esposo, pescador, y sus seis hijos asesinados. Ella hizo la donación de la canoa y de objetos que pertenecieron a sus parientes. La forma de trabajo con las familias de las víctimas, la mayoría mujeres, es hecha con acompañamiento psicológico en grupo. La idea central de ese acompañamiento no es recordar para sufrir, sino recordar para resistir.



## Espacio Humanitario Puente Nayero en Buenaventura

Desde la terraza del Hotel Vistamar es posible observar el Muelle Turístico; del lado izquierdo el Espacio Humanitario Puente Nayero y del lado derecho las “modernas” instalaciones de este sector central del Puerto de Buenaventura.



| Entrada de la comunidad.



| Puerto.





“Espacio Humanitario” Puente Nayero en el barrio La Playita.



Instalaciones portuarias en Buenaventura.

En su orden, la visita de campo fue realizada primero al Espacio Humanitario Puente Nayero, creado en 2014. Corresponde a una calle del puerto de Buenaventura construida con tierra recuperada por medio de la compactación de residuos y arena, cercada por puentes y palafitos. El área es constituida principalmente por familias de Guapi y Naya, donde muchas sufren masacres y asesinatos selectivos y fueron obligadas a desplazarse de la región del Naya, en los departamentos de Cauca y Valle, instalándose en el barrio La Playita, donde conservaron el nombre, debido a relación con el río Naya de su territorio original. Nuevamente, en este barrio donde se instalaron, fueron víctimas de fuerzas de grupos mafiosos armados, los cuales se disputan el control territorial de la ciudad de Buenaventura, mediante una articulación intrínseca entre economía política y dispositivo paramilitar, consumada a través de la implantación de megaproyectos económicos y de actividades ilícitas fuertemente lucrativas, a lo largo del Pacífico Sur colombiano. En la calle visitada aún existen las manifestaciones del histórico de violencia resultante de la instalación y operación del área portuaria de Buenaventura, como la casa de pique, donde personas eran torturadas, cortadas y tiradas al mar. Hubo intervención para ofrecer paz a estas familias con el apoyo de la iglesia y otras organizaciones. En la Resolución n° 25/2014, de 15 de septiembre de 2014, la Comisión Interamericana de Derechos Humanos concedió la Medida Cautelar n° 152-14, reconociendo el “espacio humanitario” en el barrio La Playita, con aproximadamente 302 familias y mil habitantes. En el acuerdo quedaron consignadas medidas de protección a la vida de esas familias, así como la determinación de que el gobierno colombiano instalara

cinco puntos de protección, que finalmente quedaron reducidos a la calle de entrada, donde se instaló un portón, con acompañamiento del Ejército, y, en el otro extremo de la calle, que da acceso al mar, la Marina.



Los participantes de la visita atentos a la conversación sobre la existencia del Espacio Humanitario.



En el extremo de la calle del llamado “espacio humanoitario” se encuentra el mar y allí está la Marina, con el propósito de dar protección, lo que es exigido insistentemente.



Entre las casas de Puente Nayero, se encuentra la extinta casa de pique, donde predominaba el terror debido a las torturas, los asesinatos y el desmembramiento y lanzamiento de cuerpos al mar.

El denominado “Espacio Humanitario” expresa procesos de esperanza y resistencia de aquellos que se niegan a abandonar su territorio. Es una zona de vida, donde la reconstrucción del lugar, la renovación de la confianza y la defensa de la paz fundamentan estrategias pacíficas para combatir distintos grupos que financian la guerra, la violencia, la extorsión y la muerte para el



control del lugar y expulsión de los moradores. La experiencia del Puente Nayero, como primera zona humanitaria, sirvió de inspiración para la creación de otras áreas de permanencia como el Espacio Humanitario Punta Icaco. Se nota que, en la práctica, el Espacio Humanitario no tiene apoyo efectivo del Estado Colombiano, con la inexistencia de los servicios de saneamiento (agua tratada, drenaje de agua lluvia, limpieza urbana, alcantarillado), prevaleciendo el abandono intencional de los afrocolombianos frente a los paramilitares y los efectos nocivos de la política desarrollista gubernamental de implementación de megaproyectos, sean de infraestructura logística, portuaria y turística, con red de hoteles extranjeros, los cuales extinguen las formas de uso colectivo del lugar que divergen de la racionalidad económica del capital transnacional. De hecho, transitando por las calles y los palafitos, se observan condiciones de vivienda, tránsito y servicios que provocan fuertes impresiones, pues niegan la condición humana y evidencian una política de la muerte. Según las personas que hablaban de ese Espacio Humanitario, hay registros de continuación de la violencia, con nuevas muertes y amenazas frecuentes a quienes defienden la permanencia de las familias en el barrio, disputado por los emprendimientos portuarios, turísticos y por grupos que rivalizan por el control de las rutas del narcotráfico.



| Condiciones de vida de los niños y sus familias.



| Condiciones de vida de los niños y sus familias.



| Campo de fútbol.



| Área Humanitaria.



| Área Humanitaria.





| Área Humanitaria.



| Área Humanitaria.

Ciertamente, la visita de los barrios de Buenaventura constituye una experiencia humana que permitió conocer las realidades del despojo, de la violencia y la negación de derechos de los pueblos tradicionales en Colombia, país que recibió los investigadores durante el II Seminario Internacional. Los registros diversos (fotografía, grabación y georreferenciamiento) permiten una lectura similar a las situaciones sociales en la Amazonia, con énfasis comparativo, tomando como ejemplo ciudades como Barcarena, Abaetetuba, Santarém, en el Estado de Pará, Brasil, lugar de la instalación de megaproyectos industriales y de infraestructura, con efectos sociales, ambientales y políticos que profundizan los conflictos. El trabajo de investigación contribuye para detallar las formas que asumen los megaproyectos, formas de poder y dominación, y dar relevancia a las capacidades de resistencia de esos pueblos.







Apoyan

**PNCSA**  
Projeto Nova Cartografia  
Social da Amazônia



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DO  
MARANHÃO



FORDFOUNDATION

Coeditan



**UEA**  
UNIVERSIDADE  
DO ESTADO DO  
AMAZONAS



ACREDITACIÓN  
INSTITUCIONAL  
DE ALTA CALIDAD  
Vigilancia y Mejoramiento  
www.vme.org.co